

**□ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MÁRCIO ALEX CORDEIRO BIAVASCHI

**Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do
Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**

**Porto Alegre
2011**

MÁRCIO ALEX CORDEIRO BIAVASCHI

Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B579r Biavaschi, Márcio Alex Cordeiro

Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928) / Márcio Alex Cordeiro Biavaschi. – Porto Alegre, 2011.

380 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino.

1. Rio Grande do Sul - História Política. 2. Coronelismo - Rio Grande Do Sul. 3. Medeiros, Borges de - Política e Governo. 4. Colonização Italiana - Rio Grande do Sul. I. Constantino, Núncia Santoro de. II. Título.

CDD 981.65

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

MÁRCIO ALEX CORDEIRO BIAVASCHI

**Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul
durante o período borgista (1903-1928)**

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em História da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 2 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino – PPGH – PUCRS

Profa. Dra. Carla Brandalise – PPGH – UFRGS

Profa. Dra. Luiza Horn Iotti – CCH – UCS

Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira – CPDOC – FGV

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – UFRGS – PPGH – PUCRS

Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa flexibilizada concedida, viabilizando o desenvolvimento da Tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, aos secretários (Carla, Davi e Adilson), pelo atendimento que prestaram e à disponibilidade para resolver problemas e dúvidas, como também aos professores, especialmente à Dra. Margaret Marchiori Bakos e ao Dr. René Ernaini Gertz, pelo auxílio prestado sempre que foi necessário.

Agradeço à ajuda prestimosa de minha orientadora, Professora Dra. Núncia Santoro de Constantino, pela confiança em meu trabalho, pela paciência em meus sumiços e pelo respeito e carinho com que sempre me acolheu.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sempre atenciosos em auxiliar minhas pesquisas desde 2002. A todos os funcionários do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, pelo excelente atendimento à pesquisa. Aos amigos corretores Caren e Marner.

Aos meus pais, Eloisa e Nico (*in memoriam*), pela compreensão e apoio. Aos meus irmãos Aloisio e Geovani. Especialmente dedicado à Bruna, minha esposa, pelo amor e carinho, e à “Me”, por suportarem meus resmungos.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, muito obrigado!

RESUMO

Esta Tese de Doutorado objetiva analisar as condições da manutenção do poder coronelista em municípios da região colonial italiana (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Guaporé e Veranópolis), sobretudo do modo como os colonos, os imigrantes e seus descendentes, se organizaram para se fazer ouvir politicamente, como grupos de pressão frente às imposições do poder municipal e estadual do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assim, os coronéis burocratas, intendentess quase permanentes daqueles municípios, não ligados à estrutura de poder local, cumpriram importante papel na inserção da política borgista na região. Contudo, este projeto político estava invariavelmente pontuado pelos interesses econômicos das populações coloniais, ao preço da perda de legitimidade do PRR, que se refletiria em prejuízos eleitorais, no surgimento de dissidências internas e em constrangimentos perante as oposições. O coronelismo foi um sistema político que predominou em um momento histórico específico no Brasil, a República Velha (1889-1930). Por esta razão, necessita-se analisá-lo em uma perspectiva abrangente, ao levar em consideração as especificidades do campo econômico, político e cultural de um dado espaço social nas quais as problemáticas em estudo se inserem, sendo impossível teorizar de modo homogêneo um sistema político como o coronelismo que se apresentava de modo diverso conforme as particularidades regionais.

Unitermos: coronelismo, História Regional, colonização italiana, República Velha, relações de poder, História Política

ABSTRACT

This Doctoral Thesis intends to analyze the maintaining conditions of coronelist power in Italian colonization cities (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Guaporé and Veranópolis), the way how people living in these places, immigrants and their descendants, organized themselves to get political hearing like as powerful groups against the demands of municipal and state power of Rio-Grandense Republican Party. That way bureaucratic coronels, governors of these cities, unplugged of local power, had important actuation for the introduction of borgist politics in that region. Nevertheless, this political project was full of economic interest of the people of these cities because of loss of credibility of PRR. That showed in bad resulted elections, internal fights and constraint before the opponents. The *coronelismo* was a political system that predominated in the specific moment in Brazil, the First Republic (1889-1930). For that reason, we need to analyze this in an inclusive perspective, considering economic, politic and cultural field specificities for a determined social space that this study problems are. It's impossible to theorize in a homogeneous way a political system like *coronelismo* that presents itself in different manners in different places.

Keywords: coronelismo, Regional History, italian colonization, First republic, power relations, Political History

Lista de tabelas

Tabela 1: Intendentes Municipais de Antônio Prado.....	110
Tabela 2: Intendentes Municipais de Bento Gonçalves.....	111
Tabela 3: Intendentes Municipais de Garibaldi.....	112
Tabela 4: Intendentes Municipais de Guaporé.....	113
Tabela 5: Intendentes Municipais de Alfredo Chaves.....	114
Tabela 6: Intendentes Municipais de Caxias.....	116
Tabela 7: Dirigentes maçons na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.....	120
Tabela 8: Intervenções do Governo Estadual em municípios da Região Colonial Italiana....	128
Tabela 9: Resultado de eleições estaduais e federais na Região Colonial Italiana.....	131
Tabela 10: Disparidade entre votos oficiais e reais em Caxias.....	196

Lista de siglas

ABM – Arquivo Borges de Medeiros (Porto Alegre)

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul)

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

RCI – Região Colonial Italiana

Sumário

Introdução.....	11
1 - Considerações teórico-metodológicas: História, Historiografia e Mitos.....	22
2 - Considerações sobre o coronelismo: conceito único ou sujeito a variações?.....	80
3 - Representações na imprensa e <i>habitus</i> coronelista.....	139
4 - Facções coronelistas regionais em conflito.....	198
5 - Consolidação e declínio do borgismo regional.....	258
Considerações finais.....	344
Referências.....	353

INTRODUÇÃO

A ideia que deu origem ao presente trabalho nasceu no contexto de pesquisa e produção da Dissertação de Mestrado intitulada “*Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*”, defendida no ano de 2004 neste Programa de Pós-Graduação. O contato com as fontes documentais da Dissertação – especialmente as cartas oriundas do Arquivo Borges de Medeiros – possibilitou perceber o potencial para uma futura pesquisa de Doutorado, por evidenciarem a dinâmica do sistema coronelista no Rio Grande do Sul.

Assim, passou-se à observação da ausência de estudos que destacassem a presença do coronelismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI), pois as relações de poder naquela região eram temas negligenciados pela historiografia, com o intuito de enaltecer o colono “trabalhador”, “ordeiro”, e base eleitoral do borgismo no estado.¹ Deste modo, foi possível perceber a necessidade de estudos mais abrangentes sobre as gestões políticas e administrativas nas áreas de colonização italiana, especialmente durante o período borgista.

Após analisar a historiografia sobre os temas ligados à imigração italiana e às relações de poder no Rio Grande do Sul da República Velha, com o intuito de aprofundar a questão proposta, antes de consultar os arquivos e as fontes de pesquisa, buscou-se ampliar aquele quadro analítico, identificando mais claramente algumas características específicas do objeto de pesquisa. Nessa direção, foram identificados os membros do grupo de coronéis intendentess de algumas localidades da região como sendo indivíduos extremamente representativos, que tinham em comum o fato de possuírem uma longa permanência à frente das respectivas administrações municipais.

¹ Entende-se, neste trabalho, que os imigrantes italianos e seus descendentes compunham praticamente a totalidade populacional da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Dentre essa totalidade, compreende-se a tipologia “colono italiano” como referente aos trabalhadores do meio rural, em geral pequenos agricultores, subordinados aos imigrantes estabelecidos no meio urbano das colônias, comerciantes ou industriais, que farão parte do setor dominante política e economicamente da RCI. Todo colono era imigrante, mas nem todo imigrante era colono.

Destacam-se coronéis de alguns municípios da RCI, como Alfredo Chaves (atual Veranópolis), cujo intendente coronel Achylles Taurino de Rezende permaneceu no poder de 1909 até 1924; Antônio Prado, onde o coronel Innocencio de Mattos Miller foi intendente municipal de 1899 a 1907 e de 1910 a 1922; Caxias, onde o coronel José Penna de Moraes governou de 1911 até 1924; Guaporé, que teve como intendente o coronel Agilberto Maia em dois períodos, de 1912 a 1924 e de 1929 até 1937 e Bento Gonçalves, onde o coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior conservou-se no poder intencional de 1892 até 1924, superando o próprio Borges de Medeiros em termos de permanência em seu cargo político.

Então, questionou-se: Como se deu tal fenômeno? Um coronel somente se manteria por tão longo tempo no poder municipal se tivesse o respaldo borgista, a indicar que tal amparo apenas se daria se o contexto social da RCI não fosse tão “tranquilo”, conforme aponta parte da historiografia. Nesse sentido, foram buscadas em duas direções elementos que permitissem desenvolver um trabalho com a referida temática.

A primeira dessas direções foi o retorno às fontes utilizadas na pesquisa de Mestrado, no Arquivo Borges de Medeiros, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde foram encontrados elementos que possibilitassem o desenvolvimento de um trabalho de Doutorado, agora apresentado. Além das cartas encontradas neste arquivo, outras fontes foram coletadas no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, como relatórios e fontes da imprensa regional daquele período.

A segunda direção referida foi a busca por trabalhos acadêmicos e pressupostos teórico-metodológicos que possibilitassem o embasamento inicial, permitindo o estabelecimento de um diálogo em torno do tema. Em relação à discussão teórica, a acepção orientadora da análise é aquela defendida por Pierre Bourdieu, onde é descartada a distinção entre metodologia e teoria, estando ambas intimamente interligadas.

Esta pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul, atendo-se inicialmente aos municípios de Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Garibaldi e Guaporé, seus poderes locais e sua relação com o modelo de governo de Borges de Medeiros, através do estudo das relações de poder entre esses atores políticos.

Para tal, se delimitará o período analisado de 1903 a 1928, ou seja, do falecimento de Júlio de Castilhos à perda do poder executivo estadual por Borges de Medeiros. Realizar-se-á o recorte temporal do objeto de pesquisa de 1903 até 1928 por crer-se que, com tal limitação,

se observará o período de domínio de Borges de Medeiros, não de uma forma homogênea, mas compreendendo as discontinuidades e conjunturas diferenciadas que proporcionaram modificações nas especificidades do coronelismo no Rio Grande do Sul.

Ao analisar as relações de poder e os padrões de procedimentos políticos coronelistas na RCI do Rio Grande do Sul durante o período borgista, ressaltam-se os fatores que proporcionaram a existência de coronéis burocratas como intendentess municipais em um dinâmico campo social, permeado pelos interesses dos imigrantes de origem italiana e das lideranças econômicas regionais. Também se percebe que certas lideranças religiosas cumpriram o papel de lideranças políticas, frente ao coronelismo regional.

A partir da análise da historiografia, observa-se que estudos sobre o coronelismo em tais regiões não foram de um todo abrangente, em especial em relação aos municípios de Alfredo Chaves (emancipado em 15 de janeiro de 1898), Antônio Prado (em 12 de fevereiro de 1899), Bento Gonçalves (em 11 de outubro de 1890), Caxias (em 20 de junho de 1890), Garibaldi (em 31 de outubro de 1900) e Guaporé (em 01 de janeiro de 1904). A maior parte dos intendentess desses municípios, com o consentimento de Borges de Medeiros, se manteve por longo tempo de posse do poder local, o que não significa afirmar a ausência de acirrados conflitos políticos naqueles municípios.

Coronéis da região, como Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, de Bento Gonçalves, serviram como coronéis burocratas, a comprovar que, de fato, existiu um modelo coronelista na RCI, havendo permanentes relações de poder entre coronéis, lideranças econômicas regionais e colonos pequenos agricultores, sendo que estes eram muitas vezes auxiliados por membros da Igreja Católica.

Os coronéis intendentess municipais desempenharam um papel importante na inserção da política borgista nas suas localidades, preparando os imigrantes e seus descendentes para a aceitação das medidas propostas pelo governo estadual. Contudo, tais medidas eram invariavelmente pontuadas pelos interesses políticos e econômicos das lideranças regionais, ao preço de, não sendo deste modo, decorrer a perda da legitimidade do PRR.²

A RCI sempre desempenhou um fator de instabilidade para o comando central de Borges de Medeiros e para os coronéis e intendentess nomeados por ele naqueles municípios.

² Conforme GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 44: “Se o ‘chefe natural’ de um município não agradava ao presidente do estado, este enviava um funcionário ao lugar, a fim de tomar conta da política local. Esta liderança não decorria então da posição social dentro da sociedade local ou regional, mas do respaldo que o governo estadual lhe dava”.

Havia continuamente a necessidade, por parte borgista, de negociar com os distritos coloniais e suas lideranças comunitárias, o que, de certa forma, explica a aversão borgista às constantes pretensões emancipatória daqueles distritos.

Convém lembrar que o PRR realizou uma seleção do ideário positivista visando atrair os novos grupos em evidência na sociedade rio-grandense, como os habitantes das regiões coloniais. A importância conferida pelo PRR à RCI baseava-se em razões de ordem política (a cooptação do eleitorado regional) e econômica (a produção e o comércio coloniais eram considerados indispensáveis ao progresso do Rio Grande do Sul).

Apesar do anticlericalismo proposto pela doutrina positivista, o PRR não criou empecilhos aos colonos italianos difundirem sua fé religiosa, pois isto poderia causar dificuldades aos interesses do partido na região. Embora a maioria dos imigrantes fosse constituída de camponeses que, majoritariamente, rejeitavam o anticlericalismo, no processo imigratório também estavam presentes alguns elementos urbanos, muitos ligados à maçonaria, que entraram em contato com as autoridades brasileiras que administravam as colônias.

O PRR pretendia ampliar sua ingerência nesses núcleos coloniais a partir da cooptação de comerciantes ou de pequenos proprietários rurais que ainda não houvessem se envolvido com as oposições e, assim, por meio do estímulo econômico à região colonial, o PRR conseguiu uma aceitável adesão política.

As resistências ao PRR na RCI deviam-se à falta de autonomia municipal ou à imposição por Borges de lideranças que não pertenciam à região. A determinação borgista por um coronel burocrata geralmente era mal recebida pelas elites econômicas locais, já que para elas seria mais oportuna a escolha de um representante ligado aos seus interesses.³

³ O conceito de “coronel burocrata”, criado por Sérgio da Costa Franco em 1962, foi utilizado por Raymundo Faoro e Joseph Love para definir o coronelismo rio-grandense. O “coronel burocrata” corresponde a uma figura que devia seu prestígio político ao investimento nele depositado pelo presidente estadual e chefe do PRR, Borges de Medeiros. Inicialmente alheio às pendengas locais, estava em uma posição estratégica, na qual pudesse obter informações confiáveis para Borges sobre as lutas políticas entre as facções do PRR. Sem raízes locais e, muitas vezes, sem fortuna, mantiveram-se fiéis ao partido e leais à orientação borgista, já que foram ungidos por Borges e a ele deviam suas posições de prestígio nas administrações municipais. Não se pretende aplicar generalizadamente o conceito de “coronel burocrata”, mas houveram intendentess municipais na RCI, estranhos à região, que se adequam ao conceito, por terem permanecido longo período à frente das chefias políticas e das administrações locais. O coronel Achylles Taurino de Rezende (natural de Rio Pardo), nomeado intendente de São Sebastião do Caí pelo presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, em agosto de 1908, permanecendo no cargo até janeiro de 1909. Em seguida, foi intendente de Alfredo Chaves (de 1909 a 1924). Affonso Aurélio Porto (natural de Cachoeira do Sul), foi intendente de Garibaldi (de 1910 a 1917) e de Montenegro (de 1920 a 1924). O santa-mariense José Penna de Moraes, intendente de Caxias (de 1912 a 1924); o coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior (natural de Porto Alegre), intendente de Bento Gonçalves (de 1892 até 1924); em Antônio Prado, o coronel Innocencio de Mattos Miller (natural de Passo Fundo) foi intendente de 1899 a 1907 e de 1910 a 1922. Em Guaporé, o coronel Agilberto Atílio Maia (oriundo de Jaguarão) foi

No intuito de cooptar as populações coloniais, o PRR realizou um processo de mediação com membros da Igreja Católica, que exercia uma forte influência na RCI. Contudo, este arranjo de interesses entre o PRR e a Igreja não estava imune a desacordos de ambos os lados, pois estava em jogo a ampliação da influência sobre aquelas populações.⁴

A RCI servia como um anteparo em relação ao latifúndio, já que a inovação social que ela representava estava na raiz do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, adquirindo um peso crescente frente à totalidade da economia rio-grandense, o que servia também para solidificar e ampliar a base de apoio do PRR na região.

A trajetória do sistema borgista de poder apresentou diferenciações, conforme os distintos momentos do processo histórico. Essas variações ao longo do período de 1903 a 1928 são decorrentes das condições de governabilidade e de condução dos compromissos com a rede coronelista e com os grupos de pressão, o que se refletiu nas relações de poder e nos padrões de procedimento político com a RCI.

O objetivo geral deste trabalho será a análise das condições da manutenção do poder coronelista nos municípios da RCI, considerando as formas de organização destes imigrantes e seus descendentes, como grupos de pressão, a fazer frente às imposições do poder municipal e estadual do PRR. Destaca-se a importância fundamental das relações de poder entre Borges de Medeiros, os intendentess municipais, lideranças econômicas e os colonos italianos, amparados por lideranças religiosas, como atores políticos de poder desigual. Como objetivos específicos, propõe-se:

- Demonstrar como os coronéis burocratas, intendentess quase permanentes daqueles municípios, não ligados à estrutura de poder local, cumpriram importante papel na inserção da política borgista na região.
- Enfatizar a impossibilidade de uniformizar a análise das relações de poder coronelistas no Rio Grande do Sul, sendo sua ocorrência sujeita às diferenciações regionais em que tais relações se desenvolveram.

intendente em dois períodos, de 1912 a 1924 e de 1929 até 1937. Contudo, a utilização generalizada deste conceito para todas os coronéis e regiões do Rio Grande do Sul poderá resultar em sérios equívocos na análise, pois tenderia a esvaziar a análise e restringir a complexidade das relações de poder coronelistas no estado.

⁴ Conforme LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975, p. 19: “Entre 1872 e 1890, a população da província dobrou passando de 447.000 habitantes para 897.000. O aumento provinha, em parte da imigração; ao todo, em torno de 60.000 imigrantes, a maioria dos quais vindos da Alemanha e da Itália, estabeleceram-se na Província entre 1874 e 1889. Em 1891, o ano máximo da imigração em todo o século, 20.739 imigrantes entraram no Rio Grande do Sul”.

- Verificar como os imigrantes e seus descendentes se organizaram em seus distritos e municípios frente à política coronelista de Borges de Medeiros, desvendando as singularidades do sistema coronelista regional.
- Relacionar a ação dos colonos e suas relações com a Igreja Católica.
- Destacar a complexidade das relações políticas de poder em municípios comumente considerados como “tranquilos”, onde o coronelismo não se faria presente ou, então, apenas de uma maneira atenuada.
- Identificar os mecanismos de cooptação, barganha política e insubordinação entre intendentess coronéis burocratas, colonos e lideranças políticas e econômicas regionais.
- Comprovar que a existência de pequenas propriedades rurais, com uma crescente atividade comercial e industrial regional, não serviu de empecilho ao desenvolvimento de relações de poder tipicamente coronelistas.

Comprova-se a existência de coronelismo na RCI do Rio Grande do Sul, mesmo que as próprias “histórias municipais” daquelas comunidades não deem muita atenção a esta problemática. O enfoque ensaístico ou memorialista, a relatar fatos ou episódios de caráter local, sem vinculá-los ao processo histórico em que tais acontecimentos se desenvolveram, presta-se a privilegiar abordagens em que a colônia e os colonos bastam-se a si mesmos.

Torna-se necessário afirmar que, no contexto regional, os imigrantes e seus descendentes não constituiriam um grupo social com posicionamento político e ideológico homogêneo, mas estavam sujeitos às mais variadas relações políticas, culturais e religiosas impostas pelo campo social em que se encontravam. O pesquisador deve ater-se a essa complexidade com o intuito de não ocorrer generalizações em sua análise.

A presença constante de coronéis burocratas, as relações entre o poder coronelista e borgista, a religiosidade daquelas populações (que em muitos momentos influenciaram sua orientação política), a problemática entre a Igreja e a maçonaria, assim como a importância de comerciantes e industriais na vida política local, moldaram a peculiaridade da RCI, com formas de relações de poder próprias.

Na esquematização da Tese, foram articulados cinco capítulos. O primeiro compreende as considerações teórico-metodológicas, a partir da análise do conceito de região como uma construção histórica, onde se evidenciam suas especificidades sociais, econômicas e culturais. Ao fazer parte de uma totalidade, a História Regional não é apenas uma parte diminuta do todo, mas que pode evidenciar fatores não perceptíveis na análise global.

Será utilizado o referencial teórico de Pierre Bourdieu, como cotejamento teórico-metodológico a amparar a apreciação empírica, pois não basta apenas discursar sobre a teoria, mas associá-la à prática. Seus escritos teórico-metodológicos caracterizam-se pelo desenvolvimento de um pensamento social crítico, ao analisar os fenômenos que orientam as relações sociais. A base de seu pensamento são os pressupostos indissociáveis de poder simbólico, campo, *habitus* e espaço social, que possibilitam uma maior compreensão do sistema de relações internas e externas nas distintas instâncias sociais.

Observar-se-á, também, como os pressupostos da História Política auxiliam na análise das relações de poder existentes na RCI, contrapondo-se à História Política Tradicional. A pesquisa histórica não pode estar desvinculada da política, de modo que a eliminação do aspecto político levaria ao abandono de toda dialética entre presente e passado. Auxiliares imprescindíveis à pesquisa histórica, os conceitos teóricos não são simples peças a encaixarem-se na pesquisa. Servem para, a partir das bases teóricas, esclarecer algumas questões levantadas na pesquisa empírica, como o conceito de poder e suas relações.⁵

Será contemplada, ainda, a discussão acerca da produção historiográfica sobre a temática em questão, especialmente em relação à apologia aos imigrantes e seus descendentes, apresentando-os de forma homogênea e idealizada. Esta postura apenas serve para simplificar e ocultar a diversidade do processo histórico dos quais os imigrantes fizeram parte, cabendo aos historiadores a desconstrução de certos mitos. Deste modo, comprova-se a existência de três mitos políticos e historiográficos acerca do tema: a existência de uma população uniforme e passiva, invariavelmente sujeita às ações dos poderosos; a não ocorrência de coronelismo na região (ou uma tênue ou tranquila experiência) e a permanência do PRR como um bloco monolítico e fiel obediente a Borges ou aos líderes locais nomeados por aquele.

No segundo capítulo serão discutidos os vários conceitos de coronelismo. O sistema político coronelista possuiu variações em suas características e práticas, conforme a região onde se apresentou, já que a atuação dos coronéis era intimamente dependente de suas relações com o poder estatal, variando as condições de atuação de ambos conforme as particularidades dos campos político e social em que tais práticas políticas se desenvolveram. Percebeu-se que a possibilidade de construção de um conceito único de coronelismo,

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p. 24: “Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estou convencido de que não se pode encontrar o concreto combinando duas abstrações”.

invariavelmente incorrerá em equívocos analíticos, pois conceituações coerentes com uma região, não cabem para outra, de modo que as relações de poder serão diferenciadas conforme as distinções existentes entre os variados campos sociais onde se apresentam.

Neste capítulo se destacará os aspectos referentes ao contexto das disputas políticas na RCI e os meios pelos quais elas se propagaram, bem como suas características intrínsecas. Serão trabalhadas algumas fontes coletadas, tomando por base a identificação de conflitos no coronelismo regional em períodos de crise nas relações de poder entre o borgismo e as lideranças regionais. Neste momento se dará início à discussão acerca das disputas políticas e das questões referentes às representações coronelistas na imprensa regional e a análise do *habitus* coronelista na RCI, observado nas cartas do Arquivo Borges de Medeiros. Do mesmo modo, aprofundar-se-á a discussão em torno das disputas políticas regionais, destacando alguns momentos de conflitos localizados na RCI, tendo por base o contexto e a trajetória administrativa daqueles municípios, com o intuito de uma melhor compreensão das problemáticas expostas posteriormente.

O terceiro capítulo será dedicado à análise das representações do coronelismo na imprensa político-partidária regional e como ela proporcionou a construção de um imaginário simbólico das facções políticas, especialmente em um momento histórico marcado por constantes conflitos intra-partidários no PRR regional. Os jornais de orientação política ligados ao PRR atuaram como instrumentos de divulgação ideológica, meios de circulação de notícias, além de formadores de opiniões e de lideranças partidárias. Essas folhas sustentavam disputas políticas entre facções opostas, expressando o descontentamento das dissidências e as rupturas internas dos partidos em suas páginas, sendo para o historiador uma fonte histórica que expõe os contornos dos acontecimentos históricos, conforme o posicionamento dos sujeitos neles envolvidos.

Em um contexto histórico onde os campos da política e do jornalismo apresentavam-se intimamente interligados, a análise dos jornais partidários revela a identificação dos constantes confrontos entre facções políticas.⁶ A importância da imprensa político-partidária como veículo de circulação de ideias e de pensamentos dá-se na análise de suas

⁶ ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX*. In: *Revista Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), v. VI, n. 1, jan.-abr./1999, p. 248: “Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológica”.

representações simbólicas, como percepção de que o social e seus discursos jamais se darão de forma neutra, sendo percebidas diferenças entre os lugares, circunstâncias e momentos em que uma realidade social é construída.

Neste capítulo, se analisará o *habitus* coronelista presente na correspondência passiva de Borges de Medeiros, com a utilização das cartas do Arquivo Borges de Medeiros sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Através delas observar-se-á as relações de poder entre os membros do PRR no interior do estado, bem como suas exigências perante Borges, evidenciando a constituição de facções partidárias, ao distinguir os remetentes socialmente, possibilitando desvendar suas singularidades no âmbito coronelista regional. Essas missivas ratificaram o posicionamento dos coronéis perante Borges, suas aspirações e reivindicações, assim como as divergências que permeavam a vida política e social nos municípios. Devido seu caráter subjetivo, as cartas expõem os posicionamentos e as experiências individuais como reflexos do grupo político e social. As cartas expressam, em primeiro lugar, a capacidade do destinatário de convergir para si as atenções e, em segundo lugar, as reivindicações de seus remetentes, que em Borges de Medeiros depositavam as esperanças para a solução de seus problemas. As lutas de representação, observadas nas cartas, explicitam as identidades sociais e os meios pelos quais o representante de um grupo político expõe sua concepção de mundo e seus valores.

No quarto capítulo analisar-se-á detalhadamente o surgimento e primeiras lutas políticas do coronelismo na RCI, por meio da análise das fontes coletadas, tomando por base a identificação das facções coronelistas e a ocorrência de períodos de agitação nas relações de poder entre o borgismo e as lideranças regionais, a partir do momento de emancipação das colônias até o conturbado contexto da eleição estadual de 1907. Este período correspondeu à instalação e consolidação do PRR no poder estadual, em uma fase de ajustes e acertos, permeada por duas crises após a revolução federalista: uma ocasionada pela morte de Júlio de Castilhos e a outra decorrente da disputa eleitoral envolvendo Carlos Barbosa e Fernando Abbott. Este período de institucionalização do projeto republicano (1889-1895) foi seguido por um breve espaço de hegemonia castilhista (1895-1903), mas após a morte de Castilhos decorre um momento de crise política estadual (1903-1907), que se reflete na RCI.

Neste momento tem início a construção do mito historiográfico de inexistência de coronelismo na RCI, de modo que a região passa a ser referida como fortaleza eleitoral do borgismo, o que serviu para ocultar os conflitos políticos e sociais regionais, além da

existência de interesses divergentes. No entanto, a presença de acirradas relações de poder coronelistas não confirma a pretensa passividade política na RCI, pois a análise das fontes históricas evidencia o fracionamento interno do PRR, desmitificando o seu discurso como não correspondente à sua prática política, o que se refletiu na produção historiográfica.

O quinto e último capítulo será uma continuação do anterior, onde se aprofundará a análise em relação ao período posterior a 1907, ou seja, o momento em que se dá a consolidação e o conseqüente declínio do borgismo. De 1908 até 1913, durante o governo de Carlos Barbosa, Borges passa a reconstruir sua legitimidade, especialmente em relação à rede de compromissos coronelistas, operando várias substituições de comandos políticos nos municípios e elaborando um sistema político no qual pudesse intervir sistematicamente nos municípios, reforçando e centralizando seu poder administrativo.

Com o fracionamento do partido, Borges obteve maior poder de barganha política com as facções em disputa. Após sua volta ao poder executivo estadual em 1913, retomando a chefia unipessoal partidária, Borges de Medeiros estava amparado e respaldado por uma ampla teia coronelista solidificada no Estado, que se preocupava mais em disputas intestinas em nível local do que questionar o comando borgista. Borges enfrentou cisões em 1915 e 1916 sem que o PRR ou seu comando fosse contestado. Durante o período de euforia desenvolvimentista ocorreram as encampações dos serviços públicos ferroviários (1920) e do porto de Rio Grande (1919) e a instalação da indústria frigorífica no Rio Grande do Sul, objetivando fortalecer o poder infraestrutural estadual.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, intensifica-se uma grave crise econômica, devido à contenção do mercado consumidor europeu dos produtos da pecuária rio-grandense e à negação de Borges em auxiliar os pecuaristas como eles reivindicavam. A crise financeira regional fez intensificar o discurso da oposição, fazendo-a apoiar a candidatura de Assis Brasil ao governo estadual, em 1922, que contou com novas adesões; como do operariado (devido à repressão sofrida durante as greves de 1919), das classes médias urbanas (devido à inflação e ao aumento das taxas dos serviços públicos), do Exército (devido à participação do PRR na campanha da Reação Republicana, de onde saiu derrotado) e do próprio presidente da República Arthur Bernardes, vencedor em 1922, sem o apoio do PRR.

Esses fatos, aliados à derrota de Assis Brasil na eleição de 1922, fizeram eclodir a Guerra Civil de 1923, a intervenção federal no Rio Grande do Sul e o declínio do borgismo como expressão de poder político. De 1923 a 1928 se assiste à derrocada vertiginosa do poder

de mando borgista em relação à sua interferência nos poderes locais e na ingerência nas disputas coronelistas, principalmente devido às cláusulas inseridas no Pacto de Pedras Altas.

Este pacto, apesar de lhe garantir a permanência no poder por mais cinco anos, impôs uma reforma constitucional que alterou o modelo de mando borgista, proibindo as constantes intervenções nos municípios, assim como a reeleição dos intendentos e do próprio Borges. O pacto diminuiu a pressão sobre as oposições, que alcançaram várias vitórias eleitorais a partir de então, fortalecendo os poderes locais em relação às intromissões externas, diminuindo o poder borgista, como se observa na elevação de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura como candidatos ao governo estadual, em 1927, contra a vontade do Presidente do Estado.

Este novo condicionamento da política rio-grandense se refletiu nas relações do borgismo com lideranças coronelistas e econômicas locais, cujo resultado se torna evidente na eleição federal de 1924. Nesse pleito, ocorreram derrotas do PRR em nove municípios, sendo cinco na região colonial italiana: Antônio Prado, Caxias, Encantado, Garibaldi e Alfredo Chaves; além de apertadas vitórias em Bento Gonçalves e Guaporé. Para tal derrocada do borgismo na região, muito contribuiu a atuação de lideranças católicas que, nos distritos coloniais, provocaram grande oposição aos coronéis filiados ao PRR.

Localização da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul



1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MITOS

Ao destacar a RCI do Rio Grande do Sul, como objeto de pesquisa, evidencia-se que uma região não existe por si própria, mas faz parte de uma totalidade ao expressar uma singularidade, em um espaço único que se insere no contexto das condições determinadas pelo processo histórico ao qual se articula. O vocábulo “região” remete à perspectiva do domínio do espaço físico e natural de uma área geográfica com características particulares, mesmo que se insira em uma unidade territorial mais abrangente.

Cada espaço social tem uma relação especial com o todo mais abrangente. Dependendo de inúmeras razões conforme o contexto histórico, sejam elas internas ou externas, a agir de uma maneira específica a moldar as especificidades regionais. Deste modo, compreende-se que *“as regiões não são nada mais do que lugares funcionais do todo, esses tempos internos são também divisões funcionais do tempo, subordinados à dialética do todo e assim influenciá-lo”*.⁷

A região seria o local onde parte dos grupos sociais torna-se dominante por meio de alianças, construindo sua liderança por meio do acúmulo de capital simbólico, ao controlar seu poder impondo-se acima dos demais grupos sociais tornando-os, então, subalternos.⁸ É o espaço delimitado onde os grupos sociais se enfrentam e se definem.

Sobre a ação dos grupos sociais, torna-se necessário destacar a afirmação de Henry Théry, ao acreditar que *“qualquer ação de grupos tem de futuro consequências políticas (mesmo que o ignorem os iniciadores da ação) e de certo modo é influenciada pela política geral do Estado (mesmo que os animadores do grupo disso não tenham clara consciência)”*.⁹

Outra perspectiva de compreensão do significado de região estaria ligada ao pressuposto de uma área administrada, controlada e subordinada a um centro administrativo.

⁷ SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 44.

⁸ Conforme PESAVENTO, Sandra. *História Regional e Transformação Social*. In: SILVA, Marcos A. da. (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.67-75.

⁹ THÉRY, Henry. *Os grupos sociais: forças vivas? A participação e suas exigências*. Lisboa: Sampedro, [s.d.], p. 178.

Esse poder seria exercido a partir de um centro ao qual invariavelmente se submete, carregando consigo todas as decorrências de um contexto de dependência e submissão.

Sem querer sugerir qualquer tipo de determinismo geográfico ou defender a região como uma unidade fechada, isolada das demais comunidades, restringida, crê-se que a localização geográfica de um determinado lugar contribui para a sua ocupação econômica e para suas características sociais e políticas, mas sem apresentar um caráter de homogeneidade.

Pelo contrário, observa-se que, no interior de uma região, desponta a diversidade e a diferença, primando por seus conflitos internos e intrínsecos, próprios de suas problemáticas localizadas. Ainda que o nacional e o regional, de forma dialética, se influenciem mutuamente, é importante destacar que:

O estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.¹⁰

Metodologicamente, se compreende a região como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade, no caso deste trabalho, o coronelismo. Desta maneira, pode-se mencionar uma região tanto no nível internacional ou mesmo inserida em uma unidade de um sistema político federativo; existindo, mesmo, regiões “*cujas fronteiras não coincidem com as fronteiras políticas juridicamente definidas*”.¹¹

Uma região, como uma construção histórica, se define por meio de seus traços culturais, simbólicos, políticos ou econômicos; de modo que “*o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história*”.¹² Sendo o espaço regional um produto social e histórico, uma construção humana e não apenas geográfica:

a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças.¹³

¹⁰ AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.12-13.

¹¹ SILVA, Vera Alice Cardoso. *Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.43.

¹²BOIS, Paul, apud BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.115.

¹³ AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 32.

A região expressa uma especificidade, sem a qual não haveria necessidade de melhor estudá-la, representando a busca, por parte do pesquisador, de uma singularidade no contexto mais global, como uma construção intelectual de quem nela se debruça, sem esquecer que:

região é mais que um simples espaço. É o local de desenvolvimento de uma sociedade em um tempo e espaços definidos. Os laços que se estabelecem, durante esse processo, superpõem-se, ou seja, divisões de área pelas atividades de trabalho se juntam às novas formas de organização da sociedade.¹⁴

O estudo histórico de certa região implica, em última instância, analisar a sua história “de dentro para fora”. É preciso compreendê-la em seu papel na constituição da personalidade humana, em que os valores locais podem indicar determinados matizes condicionantes em nossa vida, sejam eles concretos, por meio das relações imediatas de convivência (trabalho, família, escola, etc.) ou ideológicos, através da criação e emanção de uma visão de mundo.

A História Regional pode ser encarada como parte do contexto da história mundial em uma comunidade restrita, tornando-se necessário para sua compreensão a visão de um regionalismo globalizado, considerando o meio termo entre as condições específicas locais e a totalidade objetiva em que estas se inserem. Visto sob este prisma pode-se concluir que no estudo de um processo histórico é recomendável possuir sempre uma visão microscópica, pois somente deste modo revelam-se com maior precisão os objetos em estudo, surgindo fatores previamente não observados.

Torna-se necessário, então, possuir uma postura crítica tendo em vista a RCI do Rio Grande do Sul, incluída em um contexto mais abrangente a um nível estrutural, tendo em vista o contexto não apenas regional, mas também nacional e mundial.

É importante mencionar que a História Regional e Micro-História não são a “mesma coisa”. A Micro-História faz uma redução de escala de observação para perceber aspectos que poderiam não ser percebidos na análise macro. A História Regional faz o estudo da realidade recortada por ela mesma.

A História Regional estuda o contexto histórico de determinado espaço específico, delimitando-o para o objeto de estudo. Esse espaço regional não será necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico ou cultural, como a qualquer outra perspectiva proposta pelo pesquisador, conforme o problema a ser examinado.

¹⁴ FERRER, Tânia Rodrigues. *Candiota: de luzes e cinzas*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1998, p.29.

Ao tratarmos de história regional estamos nos referindo à abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado. (...) de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).¹⁵

Muitas realidades não apresentam de forma concreta o que é descrito na teoria e nas discussões conceituais, como, por exemplo, no estudo das relações de poder coronelistas na República Velha. Os trabalhos acadêmicos sobre o coronelismo evidenciam realidades sociais que muitas vezes expressam aquilo que conceitos descontextualizados não revelam. Através da abordagem e da pesquisa regional em história se pode discutir também a aplicação de teorias pois:

a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas.¹⁶

O modelo de coronelismo na RCI se encontra sustentado em uma região caracterizada pela pequena propriedade rural, cuja estrutura de poder advém do comércio, no qual o coronel, muitas vezes, obtém seu prestígio graças à indicação borgista, tornando nítido que “*o comportamento e as opções ideológicas das elites periféricas, e suas relações com as elites centrais, são um componente fundamental dos modos de articulação da política regional*”.¹⁷

Os resultados provenientes do estudo do coronelismo em uma região, mesmo que no interior de um Estado federativo, revela-se distinto daquele realizado em outra, devido ao fato das características sociais, econômicas e culturais serem diferenciadas:

A identificação de uma região, tanto para os historiadores como para os cientistas políticos, obedece a padrões de comportamento social em um território determinado. Tais padrões são preferencialmente decorrentes da postura política regional, dos elementos comuns a uma cultura política, circunscritos a uma dada regionalidade.¹⁸

Ao distinguir os indivíduos socialmente, ao se observar o estabelecimento de facções partidárias e de lutas políticas localizadas, desvendando as singularidades do sistema

¹⁵ BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 153.

¹⁶ AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 13.

¹⁷ CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992, p. 37.

¹⁸ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 289.

coronelista regional, se verifica que o estudo de uma região não pode dar-se na aceitação integral de pesquisas de outras regiões para explicar a totalidade do sistema. Com propriedade, afirma Maria Isaura Pereira de Queiroz ser preferível que várias monografias e pesquisas “*fossem efetuadas, em locais e regiões diferentes, a fim de identificar as várias formas que podem tomar as relações entre os mandões políticos e seus sustentáculos nas urnas, assim como as várias formas de ascensão sócio-político e econômica*”.¹⁹

Análises regionais permitem o estabelecimento de comparações do regional com o nacional, possibilitando que a compreensão do sistema coronelista se amplie, ao romper com mitos e estereótipos contidos na historiografia. Conforme Luiz Roberto Pecoits Targa, alguns elementos são necessários para a configuração de uma região específica:

- dentro de um país, uma região só pode existir, e, portanto, ser tratada como tal, se ela se particularizar em um elenco de questões, tais como: sua economia, sua sociedade, sua cultura, sua formação histórica; em suma, uma região só existe se ela se diferenciar de outras;
- a análise de uma região tratada no seu isolamento e no seu “absoluto” carece de sentido; uma análise de desenvolvimento regional só consegue explicitar as peculiaridades desse desenvolvimento desde um ponto de vista comparativo; essa comparação deve ser realizada com, pelo menos, uma outra região do país;
- ao diferenciarem-se, as regiões de um país hierarquizam-se desde pontos de vista diversos, tais como o político e o econômico, separando-se em “centrais” e “periféricas”; a escolha de “outra” região para a realização da análise comparativa, se uma região “central” ou uma “periférica”, depende da natureza dos temas que serão investigados;²⁰

As pesquisas com viés regional permitem a análise dos particularismos que seriam ignorados, não fossem estudados particularmente, além de originarem temas que não seriam contemplados em uma abordagem mais geral. Não existem antagonismos entre abordagens locais e globais, sendo ambas complementares, já que o estudo de uma temática regionalizada significa uma delimitação de um determinado tema, permitindo que se esclareça que “*não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global*”.²¹

¹⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. T. 3 - O Brasil Republicano. Vol. 1. Estrutura de poder e economia. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 171.*

²⁰ TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional*. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, ano 12, n. 1, 1991, p. 265-266.

²¹ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.28.

Todavia, é necessário o cuidado de não tomar “*a parte pelo todo*”, ao se construir um conhecimento a partir da análise de vestígios pertinentes apenas a um ambiente microscópico, porém difundidos esparsamente em uma sociedade.²² A história, em suas abordagens local ou regional, contribui para a desmitificação de determinadas “certezas”, ao negar alguns postulados generalizadores e, por consequência, fomentadores de mitos historiográficos, pois:

embora não se possa sustentar que a História geral ou estadual sejam somas das histórias locais, é certo que as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais. Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional.²³

A perspectiva de análise do coronelismo na RCI reside no caráter da contextualização, por que sem ela torna-se muito difícil compreender os comportamentos sociais, em especial o posicionamento político de um grupo social determinado, como objeto de análise. Adquire a contextualização a função de preenchimento de lacunas da documentação ou por falta de subsídios sobre o objeto de pesquisa, por meio de informações sobre a determinada época estudada, construindo hipóteses a partir de tais dados.

No caso desta análise do coronelismo na RCI do Rio Grande do Sul, se nega a tendência, ainda persistente, de conceituação do coronelismo, como se este não fosse decorrente específico do meio local e regional de onde tem origem; sempre lembrando que:

a formação da sociedade brasileira não foi a formação de uma sociedade unitária, indiferenciada, monolítica, monogenética, mas foi um conjunto de formações regionais que nasceram e se desenvolveram quase auto-suficientemente, isoladas, com motivações diversas, e criaram estilos de vida diversos em regiões geográficas diversas. Cada uma dessas formações regionais que se constituíram pelo seu modo de povoamento, tem a sua própria história.²⁴

Crê-se que novos estudos sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul trarão um grande acréscimo ao debate sobre o tema. Sendo as práticas coronelistas rio-grandenses diferenciadas em relação às do restante do País (e aquelas entre si), resta aos pesquisadores observar como elas apresentavam essa diferenciação. A compreensão do regional somente torna-se possível a partir dos marcos de um referencial de caráter nacional, tal qual as práticas políticas autoritárias características do sistema coronelista.

²² PESAVENTO, Sandra. *Op cit.*, p.229.

²³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978, p.151.

²⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. *História nacional, história regional*. In: *Revista Estudos Brasileiros*, n. 3. Curitiba: UFPR, 1977, p.30.

Não se pode ignorar a influência do regionalismo no processo político brasileiro.²⁵ Em cada região ocorriam práticas políticas, alianças ou divergências de interesses entre as distintas facções ao nível dos poderes locais, ou mesmo no interior de grupos aparentemente homogêneos, que possibilitam vislumbrar novos matizes em torno do coronelismo.

Para tanto, novos estudos realizados sobre as diversas regiões do Rio Grande do Sul possibilitarão “*expor fatos e ações mormente não encontrados em análises macro e muitas vezes ocultos pelas generalizações*”, isso não significa “*sacrificar o geral ao particular, mas trazer o que aparentemente é insignificante no contexto das experiências humanas como revelador de um fenômeno mais geral*”, mas contando que “*esta análise do particular não deve estar isolada de um contexto maior onde as relações são constituídas*”.²⁶ Como afirma o historiador francês Pierre Goubert:

a prática meticulosa da História Local e a multiplicação de monografias sobre regiões específicas podem nos conduzir muito mais longe; podem servir para destruir muitas das concepções gerais que, em tempos passados, pareceram tão vigorosas e foram incorporadas em tantos livros, comunicações, conferências.²⁷

Analisar a história regional significa estudar a história “na” Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul e não a história “da” RCI, como algo circunscrito em torno de si mesmo, num particularismo autoexplicativo onde não se observa a interação entre o específico e o macro tendo em vista o fato estudado.

Um aspecto que contribui para a elevação da história regional, como viés analítico, seria realizar uma constante contextualização do objeto de pesquisa em uma conjuntura mais abrangente daquele processo histórico. Partindo do nível local, se compreenderá as consequências localizadas de outras problemáticas mais amplas, comprovando que há uma interação entre o local e o global, a evidenciar que nada acontece do mesmo modo em todos os lugares, pois a “*ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular; como mediação entre o global e o local*”.²⁸

Sendo assim, torna-se interessante a citação de Adeline Daumard, ao mencionar que a pesquisa “*de um tema particular que não abrange senão um aspecto da vida social*”, poderá

²⁵ Sobre a influência regional na formação do autoritarismo no Brasil conferir: SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

²⁶ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *História regional e local: problemas teóricos e práticos*. In: *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia: COCHI/UFU, 1997, p.160, n.16/17.

²⁷ GOUBERT, Pierre. *História Local*. In: *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia: COCHI/UFU, 1992, n.6, p.51.

²⁸ LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.198.

ter “*um alcance geral, na medida que notadamente ele revela traços importantes da mentalidade coletiva, por intermédio dos comportamentos da vida privada e familiar, profissional e pública*”.²⁹

Pretende-se demonstrar que, apesar de uma região fazer parte de uma totalidade, esse todo ao ser constituído por várias regiões não é apenas reflexo das diferentes partes que o constituem. Nesta perspectiva analítica, afirma a geógrafa Sandra Lencioni que a região “*possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais*”.³⁰

Ao relembrar o valor simbólico do espaço e do modo como a região é construída e delimitada intelectualmente pelo pesquisador, convém recuperar novamente uma afirmação desta autora: “*as regiões não são auto-evidentes. Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesma, ela é uma construção intelectual*”.³¹

O fato de o espaço regional comportar um valor simbólico permite que funcione como local no qual um grupo social privilegiado possa criar e utilizar, segundo suas intenções e possibilidades, um variado conjunto de representações e imagens de caráter ideológico e político, que lhes possibilita forjar para si uma identidade favorável. Trata-se, então, de analisar as peculiaridades das relações entre os grupos sociais, suas práticas e representações e observar como estas se articulam com o poder. Como menciona Ricardo de Aguiar Pacheco:

Tendo-se claro que cada sociedade articula, no interior do campo simbólico, um conjunto de representações e práticas sociais particulares, a fim de se relacionar com o poder institucional, esse conceito se torna um instrumento teórico que possibilita perceber como as disputas pela legitimidade dos projetos e pelo poder desdobram-se no campo simbólico. Em diversos estudos, essa ferramenta tem sido capaz de articular elementos da realidade social até então tidos como dispersos pelo observador das relações de poder nas sociedades, possibilitando novas abordagens sobre os objetos tradicionais. Nessas reflexões, os elementos simbólicos são tomados como um dos tantos mecanismos que os diferentes grupos sociais utilizam para se posicionarem na disputa pelo poder e convencerem o conjunto da sociedade da legitimidade de seus projetos, de suas práticas e, sobretudo, da sua capacidade de se fazerem respeitar.³²

²⁹ DAUMARD, Adeline. *Problemas gerais de método*. In: DAUMARD, Adeline et al. *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984, p.31.

³⁰ LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 100.

³¹ LENCIONI, Sandra. *Op cit.*, p.127.

³² PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Cultura política: as mediações simbólicas do poder*. In: ROSSINI, Miriam de Souza; WEBER, Nádia Maria; PESAVENTO, Sandra (org.). *Narrativas imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 181.

Analisando as práticas coronelistas na RCI e as representações das lutas políticas, através dos veículos de imprensa ou nas cartas enviadas a Borges de Medeiros, comprova-se que, para a existência de uma região, necessita “*haver laços entre seus habitantes, deve ser organizada em torno de um centro e deve fazer parte de um conjunto*”.³³

Portanto, o estudo de uma região é, na verdade, uma construção social e política contextualizada, na qual o pesquisador dispõe a seu favor toda a sua subjetividade para rotulá-la e analisá-la conforme suas bases teóricas. Delimitando-a segundo seu interesse particular, leva em consideração suas particularidades e especificidades locais, comprovando que essas diferenças “*emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las*”, de modo que “*a análise regional que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global*”.³⁴

A região se apresenta como uma “*diferenciação geográfica e histórica que é percebida, transmitida e representada por membros com uma certa identificação comunitária*”.³⁵ Ou seja, pode ser compreendida como campo de ação, como “*pertencimento simbólico e de referência nominativa dos sujeitos constituídos no cotidiano das práticas e por intermédio dos conteúdos e meios informáticos disponíveis*”.³⁶

Entendido por este viés, a forma discursiva, os interesses envolvidos nos debates sobre as especificidades regionais, a possível identidade que um grupo possa ter, a fim de legitimar seu poder local, tende a perpetuar o domínio de certas lideranças regionais. Deste modo, menciona Pierre Bourdieu, que somente:

um conjunto de estudos de caso orientados pela intenção de apreender a gênese do conceito de região e das representações que lhe estão associadas, de descrever os processos em jogo nos quais e por meio dos quais aquele conceito é produzido (...) podia dar uma ideia do universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, que se acham envolvidos em cada um dos usos do conceito.³⁷

Todavia, enfatizando, não será realizada uma análise laudatória tendo em vista o espaço da RCI e os fatos nele ocorridos no período delimitado, nem se buscará nas fontes algum caráter que possa contribuir para a formação de uma identidade local, pois:

³³ LENCIONI, *Op cit.*, p. 142.

³⁴ LENCIONI. *Op cit.*, p. 192.

³⁵ LENCIONI, *Op cit.*, p.193.

³⁶ ESCOLAR Marcelo Apud LENCIONI, *Op cit.*, p.193.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.107.

a procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (...) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas (...) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.³⁸

Quando tal mitificação ocorre, seja em relação à bibliografia já produzida ou tendo em vista as disputas no PRR, os conflitos coronelistas na RCI e seus reflexos nas representações produzidas e reproduzidas, revelam formas simbólicas de dominação e resistência, mostrando que o que:

está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.³⁹

Segundo Bourdieu, o discurso emitido por aquele indivíduo ou grupo social que tem seu poder simbólico reconhecido pela sociedade faz existir as coisas que enuncia, convertendo sua perspectiva de mundo e a de seu grupo ou facção em algo natural:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora.⁴⁰

O caráter tênue dos limites entre regiões é mais uma problemática existente, no qual um espaço situado e construído artificialmente, como o é toda região no discurso do pesquisador, muitas vezes pode passar por um espaço natural, originalmente constituído. Assim, ao analisar as práticas coronelistas localizadas na RCI e ao observar aquele espaço, por meio das representações de suas disputas políticas nos órgãos da imprensa partidária ou nas cartas enviadas a Borges de Medeiros, surge a comprovação de que:

o poder quase mágico das palavras resulta do efeito que têm a objetivação e a oficialização de fato que a nomeação pública realiza a vista de todos, de subtrair ao impensado e até mesmo ao impensável a particularidade que está na origem do particularismo (...) e a oficialização tem a sua completa realização na *manifestação*, (...) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização.⁴¹

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*, 1989, p.112 (grifos do autor).

³⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*, 1989, p.113.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*, 1989, p.116.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*, 1989, p.117-118.

É a partir dessas representações contidas nas fontes consultadas que se delimitará o espaço das problemáticas da pesquisa. Com este recurso se formula a extensão e se fixa os limites de compreensão de região, pois que “*o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto*”.⁴²

A região passa a ser reconhecida não apenas por sua unidade ou por sua pretensão de assim ser reconhecida, mas por suas divisões, disputas e rupturas internas, algumas intrínsecas ao espaço regionalizado, outras decorrentes do âmbito global no qual tal região se insere. Segundo esta perspectiva, a região “*deve ser vista muito mais em sua complexidade do que na unilateralidade de processos homogeneizantes que, ignorando as diferenças, priorizam uma universalização facilmente contestada ‘regionalmente’*”.⁴³

Bourdieu reforça esta ideia, de que a análise de um espaço social se dá mais pelo antagonismo do que pela uniformidade, ao afirmar que o modo como os personagens interagem em um espaço social:

é definido pela exclusão mútua, ou pela *distinção*, das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (definidas, adiante, como posições na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital). Os agentes sociais, bem como as coisas por eles apropriadas, logo construídas como *propriedades*, encontram-se situados em um lugar do espaço social, lugar distinto e distintivo que pode ser caracterizado pela posição relativa que ocupa em relação a outros lugares (...) e pela distância (...) que o separa deles.⁴⁴

Mais uma vez é Bourdieu a auxiliar na compreensão do modo como se dá o antagonismo entre grupos no interior de um espaço social determinado, entendido este como “*estrutura das distribuições*” e como lugar de “*fundamento das tomadas de posição antagônicas sobre o espaço*”. Também serve como “*um móvel de lutas e de confronto entre os pontos de vista*”, sendo que “*essas lutas para impor a visão e a representação legítimas do espaço, a ortodoxia, recorrendo frequentemente, no campo político, (...) pretendem impor princípios de visão e de divisão*”, e que “*podem contribuir para fazer os grupos existir*”.⁴⁵

Esta divisão política entre os membros de um mesmo partido no interior de uma região possibilita, no caso específico da RCI, melhor compreender as problemáticas regionais a partir de suas rupturas internas. Contribui, também, para ilustrar os conflitos políticos naquele contexto, ao examinar as diferentes posturas acerca de assuntos não apenas locais, mas

⁴² BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*, 1989, p.118.

⁴³ COSTA, Rogério Haesbaert da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 25.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.164.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *Idem à anterior*, p. 224.

também regionais, vislumbrando o caráter objetivo das representações e as propriedades subjetivas daqueles escritos, compreendendo que “*as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade*” também “*contribuem para a realidade das divisões*”.⁴⁶

Uma análise aprofundada e intensiva de determinado objeto ou problema, proporciona ao pesquisador se concentrar em situações específicas e de identificar, através de sua investigação, a diversidade das relações de poder na região em questão. Premissa básica para o historiador definir o seu objeto de estudo, consiste dele próprio ter clareza do modo como o processo histórico gerou aquela problemática, buscando na sua pesquisa comprovar, com fatos e informações, a dinâmica e a particularidade do objeto em estudo.

Para tal necessita possuir clareza da noção de contexto acerca da área de estudo, pois ao definir um objeto de estudo, este deve ser representativo de um fenômeno reconhecidamente global, permitindo uma avaliação de sua generalidade dentro de sua especificidade; neste caso, o sistema político coronelista. Por sistema político compreende-se, “*a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca*”.⁴⁷

Da mesma forma, o coronelismo torna-se um sistema político complexo por suas características permearem todo o conjunto social, influenciando não apenas a política, mas também a economia e a cultura da sociedade. De modo geral, conforme Gilliano Urbani, a definição de um sistema político:

Nesta perspectiva, o ambiente do Sistema político pode ser definido pelo conjunto de fenômenos sociais, potencialmente relevantes para a vida do sistema, e seu limite, pelos limiares, ultrapassados os quais, um fenômeno social torna-se um fato relevante para a política. Fica, porém, assente, evidentemente, que o problema de saber concretamente quando, como, em relação a que fim fenômenos e grupos influem ou não na vida do sistema, só pode encontrar uma solução de forma empírica.⁴⁸

O sistema político coronelista da República Velha era constituído pelas relações de poder entre as lideranças locais e chefe político estadual, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando, pela relação política de compromissos baseada em barganhas entre o governo e os coronéis e na troca de favores entre ambos.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *Op cit.*, 1989, p.120.

⁴⁷ URBANI, Gilliano. *Sistema político*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 1163.

⁴⁸ URBANI, Gilliano. *Op cit.*, p. 1165.

Em uma complexa teia de relações, que envolveu o poder público e o poder privado, iniciada no mais simples trabalhador até o Presidente da República, o sistema político coronelista tinha seu fundamento na garantia da continuidade do poder daquele grupo político que dominava o Estado, garantindo as benesses do poder daí decorrentes.

As relações de poder coronelistas possuíam grande impacto no cotidiano e em vários setores da sociedade, moldando a cultura política dos grupos sociais de determinada região. Conforme Almond e Powell:

Portanto, para avaliar um sistema político torna-se necessário conhecer não apenas seu desempenho correto num período determinado, mas também suas tendências subjacentes. A essas tendências, ou seja, a essa dimensão psicológica do sistema político, damos o nome de cultura política. Esta consiste em atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a todo um grupo populacional, bem como em padrões e tendências especiais localizadas em determinados segmentos desse grupo.⁴⁹

O fato de o espaço regional representar um valor simbólico permite que, alicerçado em um *habitus*⁵⁰ específico, como “*regularidades associadas a um meio socialmente estruturado*”,⁵¹ um grupo social possa instituir e empregar variada gama de representações e imagens de caráter ideológico e político a possibilitar, através de lutas simbólicas, “*tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente; (...) manipular a imagem de si e sobretudo (...) de sua posição no espaço social*”.⁵²

Uma cisão política entre os membros de um mesmo partido, no interior de um espaço social, possibilita compreender as relações entre o local e o estadual a partir das representações das facções adversárias nos seus órgãos de imprensa e nas cartas enviadas a Borges de Medeiros, ilustrando as lutas simbólicas na RCI.⁵³

⁴⁹ ALMOND, Gabriel & POWELL, C. Bingham. *O Sistema Político*. In: CARDOSO, Fernando Henrique & MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). *Política & Sociedade*. V. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 34.

⁵⁰ Sobre o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu ver: BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 59-73; BARROS Fº, Clóvis de. *O habitus e o nada*. In: *Revista FAMECOS*. Porto Alegre: PUCRS, n. 17, abril/2002, p. 74-87.

⁵¹ *Habitus* seriam, então: “*sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente*”: BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, p. 60-61.

⁵² BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 162.

⁵³ Conforme BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 107: “*um conjunto de estudos de caso orientados pela intenção de apreender a gênese do conceito de região e das representações que lhe estão associadas, de descrever os processos em jogo nos quais e por meio dos quais aquele conceito é produzido (...) podia dar uma ideia do universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados,*

Contudo, não se pode cair na incoerência de tomar uma parte pelo todo, construindo um conhecimento a partir da análise de vestígios pertinentes apenas a uma especificidade contextualizada e difundi-lo à totalidade de uma formação social. Para tanto, novos estudos sobre história regional podem apresentar episódios e ações, nomeadamente ocultos pelas generalizações, não se tratando de privilegiar o particular em relação ao total, mas recuperar o que, à primeira vista, apresenta-se como imperceptível na totalidade de um fenômeno.

Contando que a apreciação de uma perspectiva particular não pode estar isolada de uma conjuntura mais ampla, onde as relações são formadas dialeticamente, necessita o historiador aguçar sua percepção a partir do fato de *“quando se quer olhar de muito perto, a árvore esconde a floresta; e, sobretudo, por não se ter construído o espaço, não se tem nenhuma chance de ver de onde se está vendo o que se vê”*.⁵⁴

Enfatizando a investigação das relações políticas entre Borges de Medeiros, coronéis, imigrantes e seus descendentes, tem-se a percepção da pretensão borgista em manter sua preeminência sobre o campo de interação das relações de poder, como era o campo político em que se inseriam as disputas entre as lideranças econômicas regionais e os coronéis.⁵⁵

Assim, deve-se passar da análise das políticas públicas, das decisões governamentais, do estudo institucional do Estado para o estudo do poder, privilegiando a análise de acontecimentos políticos a serem revistos, ponto de partida para uma História Política renovada e compreensiva, pontuando que *“a História Política, da mesma forma que a História Regional, não se constitui em um método”*, mas *“uma temática da História”*.⁵⁶

Ao aprofundar as questões relativas ao processo político rio-grandense, enfatiza-se a investigação das relações de poder, a partir do intercâmbio existente entre a política institucionalizada e a sociedade vista sob um ponto de vista cultural, econômico e ideológico.

Compreende-se, neste sentido, o “político”, conforme crê Claude Lefort, isto é, como instância que atravessa toda sociedade, estando presente em todos os seus domínios, englobando as relações que se estabelecem entre as práticas, as crenças e as representações

que se acham envolvidos em cada um dos usos do conceito”.

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 158.

⁵⁵ Conferir BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 200: *“Existe um campo político (assim como existe um espaço religioso, artístico, etc.), isto é, um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes”*.

⁵⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, Região e Poder: A busca de Interfaces metodológicas*. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, jan./jun. 1997, p. 85.

sociais, além de evidenciar, a partir da análise das experiências históricas, as distintas maneiras pelas quais os vários sistemas e setores das relações sociais se articularam.⁵⁷

Questionamentos referentes à estrutura de Estado, instituições de classe, mecanismos jurídicos, aparatos repressivos e organizações partidárias certamente possuem reflexo nas definições de espaços privados da sociedade, mas nem sempre são determinantes.⁵⁸

Sendo a política entendida, não como um fato isolado, mas como atividade que se relaciona com a conquista, a prática e a manutenção do poder; tem relação direta com o Estado e a sociedade, sendo concebida num sentido ampliado, envolvendo o estudo da análise do discurso, das manifestações e da construção de mitos fundadores.⁵⁹

O poder político caracteriza-se pela exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam em determinado campo social, no sentido de monopolizar a posse e o uso dos meios com que se possa exercer a coação física ou simbólica, pois:

Numa relação de poder, tanto o agente que pretende exercê-lo quanto o que a ele se submete realizam cálculos em que visam a maximizar as suas vantagens. Quem procura exercer o poder avalia a relação custo-benefício entre as vantagens a serem obtidas com o comportamento daquele que se submete e os custos necessários, em

⁵⁷ LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 254-259.

⁵⁸ A respeito da revalorização da História Política conferir: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996; FALCON, Francisco. *História e poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89; CARDOSO, Ciro Flamarion. *História do Poder, História Política*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 23, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, junho de 1997, p. 123-141; GERTZ, René (org.). *Logos – Revista de divulgação Científica*. Canoas: ULBRA, ano 11, n. 1 (*Especial sobre História Política*), maio de 1999; FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”: o retorno da história política*. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992, v. 5, n. 10, p. 265-271; BORGES, Vavy Pacheco. *História Política: totalidade e imaginário*. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, n. 17, p. 151-160; CAPELATO, Maria Helena. *História Política. Idem a anterior*, p. 161-165; ROCHA, Carlos Vasconcelos. *Para um conceito de política*. In: *Cadernos de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v. 6, n. 9, agosto de 1999, p. 11-20; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *A história política no campo da história cultural*. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 3, n. 1, verão de 1998; BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, p. 7-18; JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-196; TÉTARD, Philippe. *A história política*. In: *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 125-139; MERGEL, Thomas. *Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política*. In: *Geschichte und Gesellschaft*. Göttingen, Alemanha: Editora Vandenhoeck & Ruprecht, ano 28, n. 4, 2002, p. 574-606 (tradução de René Gertz).

⁵⁹ A política compreende algo muito mais abrangente do que apenas circunscrita ao sistema político partidário, envolvendo todos os âmbitos da sociedade, ao possuir “*relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. As pesquisas sobre o abstencionismo, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais.*” In: RÉMOND, René. *Uma História Presente*. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.35-36.

termos de dispêndio de recursos, para obter a submissão. Da parte de quem se submete, o cálculo diz respeito ao que ele ganharia ou perderia com a obediência ou com a insubmissão. É evidente, portanto, que quem procura exercer o poder precisa saber os bens que são valorizados por aquele a quem ele pretende coagir.⁶⁰

O poder é uma “*estrutura de relações que distribui os indivíduos em posições socialmente hierarquizadas, definindo acessos desiguais a recursos sociais estratégicos*”,⁶¹ de modo que as relações de poder têm como ponto fundamental o campo político, onde os grupos sociais atuam e disputam poder de influência, pois “*poder é o nome atribuído a uma conjunto de relações que formigam por toda a parte na estrutura do corpo social*”.⁶²

O poder é construído e se mantém através do conjunto de princípios que norteiam os grupos sociais, sendo relacional ao emanar das relações entre indivíduos ou grupos, onde se torna algo que se exerce, que se efetua e funciona para determinado fim no campo social:

Como fenômeno social, o Poder é portanto uma relação entre os homens, devendo acrescentar-se que se trata de uma relação triádica. Para definir um certo Poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a *esfera do Poder*. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos.⁶³

As elites políticas, por sua vez, são os grupos que disputam o poder e que têm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, que possuem a capacidade e o privilégio de tomar decisões por estarem ocupando cargos políticos e públicos.⁶⁴

Com a política e o poder englobando em torno de si o domínio privilegiado da totalidade de um campo social, pretende-se fazer uso da História Política como análise de determinadas relações sociais, tendo por base o sistema de poder coronelista. A História Política passa a ser o resultado de um estudo que encontre a política dentro do espaço social e dos meios públicos e não apenas em torno da instância estatal. Contrapõem-se à História Política Tradicional, factual, que privilegia unicamente os poderes individual e institucional,

⁶⁰ PERISSINOTTO, Renato. *História, sociologia e análise do poder*. In: *Revista História Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 11, n.3, Setembro/Dezembro 2007, p. 315.

⁶¹ PERISSINOTTO, Renato. *Op cit.*, p. 314.

⁶² LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 8.

⁶³ STOPPINO, Mario. *Poder*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 934.

⁶⁴ RÉMOND, René. *Do político*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 443-445. Segundo Flávio Heinz: “*a ideia de elites repousa sob um postulado simples: em cada sociedade, assim como em cada grupo, classe ou meio profissional, uma minoria controla as rendas mais importantes e as decisões relativas ao conjunto dos indivíduos*”. In: HEINZ, Flávio. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 42. Segundo o autor, certas elites são reconhecidas pelo seu peso econômico, outras por sua influência política.

apegando-se à linearidade e à narrativa, concebendo uma política desarticulada do processo histórico. Conforme Jacques Julliard:

O acontecimento, principalmente sob sua forma política, não pode ser considerado como um simples produto; (...) ele se torna, por sua vez, um produtor de estrutura. (...) em resumo, estabelecem-se os marcos de uma verdadeira dialética entre a estrutura e os acontecimentos, ou entre o social e o político.⁶⁵

O referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu considera o real como algo relacional e em constante mutação, não sendo apropriado considerar as bases da sociedade com algo estático. Assim, pressupõe estruturas objetivas que escapam ao controle dos agentes sociais, que são as estruturas externas (esquema de percepção) que interagem com o *habitus* (pensamento e ação) dos agentes sociais.

Em relação ao conceito de campo há que referenciar a ideia de espaço social, que consistiria na distribuição dos agentes sociais em posições definidas pelo volume de capital simbólico próprio a cada posição e da forma como este capital está distribuído, gerando poder e dominação, conforme a capacidade de retenção de cada agente social.

O campo surge como um conjunto de agentes com posições definidas pela sua inserção no espaço social, por meio de uma composição específica de capital econômico, político, social, cultural ou simbólico. Seria uma reunião de agentes sociais que possuem leis próprias e certa autonomia em relação a outros campos.

Os campos operam como um sistema de forças marcado por relações de busca contínua por posições em seu interior, definidas dialética e objetivamente ao longo de sua existência através de determinações de seus ocupantes expressas nas disputas por poder baseadas por regras comuns e legitimadas por todos os concorrentes⁶⁶.

Uma História Política embasada e aberta aos elementos ideológicos, políticos e culturais, necessita desnaturalizar o Estado ao deixar “*de percebê-lo como um universal que paira sobre as relações cotidianas*”, e passar “*a reconhecê-lo como um produto das relações de poder socialmente legitimadas, (...) como um artefato cultural*”.⁶⁷

⁶⁵ JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.), *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 188.

⁶⁶ Sobre o conceito de campo, conferir: BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e campo*. In: *O poder simbólico...*, p. 59-73; BOURDIEU, Pierre. *Campo do poder; campo intelectual e habitus de classe*. In: *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 183-202.

⁶⁷ PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Cultura política: as mediações simbólicas do poder*. In: ROSSINI, Miriam de Souza; WEBER, Nádia Maria; PESAVENTO, Sandra (orgs.). *Narrativas imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 176.

Não estando a apreciação restrita, portanto, às manifestações estritamente institucionais, mas ampliando a perspectiva na direção da diversidade de elementos que compõem a cena política, como aqueles de natureza cultural, deve-se tomar o cuidado de não “*abordar apenas a ‘política’ como se fosse esta a única forma/lugar do poder*”.⁶⁸

Aprofundando a análise em questões relativas ao campo político rio-grandense, em especial o espaço de atuação do coronelismo, cabe observar, através da documentação, os acontecimentos ocorridos, reconstruindo-os, tendo por base “*apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade*”.⁶⁹

Na análise das relações de poder entre imigrantes italianos e coronéis na RCI e destes com Borges de Medeiros, ocorrerá a utilização do conceito de campo, que consiste “*um espaço social estruturado, um campo de forças*”, onde se apresentam dominados e dominantes, local em que ocorrem “*relações constantes, permanentes, de desigualdade*”, sendo “*um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças*”.⁷⁰

Este conceito auxiliará a observar como se davam as relações de poder entre os sujeitos em questão. Os imigrantes italianos e seus descendentes eram elementos políticos em ascensão no interior do campo político regional, já fazendo sentir, como grupos de pressão, frente ao poder estadual capitaneado por Borges de Medeiros, o peso de suas reivindicações políticas e econômicas.

As relações de poder entre os colonos organizados, lideranças econômicas e o poder borgista, representado nos municípios por coronéis burocratas estranhos aos meandros políticos locais, que variavam conforme a realidade concreta, várias transações e confrontos políticos tomavam forma. Estas relações representavam um processo racional de barganha política entre as partes componentes daquele campo de poder político.

Os imigrantes, carentes de recursos públicos, se não enveredavam maciçamente na oposição ao borgismo, devido aos elevados custos que uma ação dessas acarretaria, certamente condicionavam seu apoio ao PRR, pois “*sempre que se apresentasse uma oportunidade para demonstrar independência, esta se manifestava*”, como em momentos nos

⁶⁸ FALCON, Francisco. *História e poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 62.

⁶⁹ Pierre Bourdieu citado por BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 20.

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 57.

quais a liderança do campo político sofresse contestações, tendo como sustentáculo alguma instituição, Igreja, clubes, associações ou cooperativas, “*que o governo não podia ignorar*”.⁷¹

A luta, a aquisição e o exercício do poder político dependem das circunstâncias especiais que perpassam um campo social, com suas alianças, disputas, ou inimizades; em uma constante concorrência pelo acúmulo do capital simbólico irreduzível a cada campo. No caso dos coronéis, de eleitores a possibilitar a conquista da credibilidade perante a totalidade do espaço social, como de prestígio perante o poder borgista.

Não havendo a indicação ou a imposição por Borges de Medeiros de um nome para preencher a vaga ao executivo intencional, os colonos, como condutores do subcampo político nos municípios, em aliança com alguma facção coronelista desgostosa com o borgismo ou tutelados por lideranças econômicas regionais aproveitar-se-iam do momento de fragilidade do líder estadual para lançar-se no campo dos conflitos políticos.

Com repercussões que poderiam extravasar o espaço social municipal, ao reunir grupos de simpatizantes, os colonos possuíam a vantagem de serem mantenedores do capital simbólico tão desejado pelos coronéis: o poder de voto.

O voto representava o poder de barganha simbólico dos colonos italianos, a comprovar seu crescente poderio político, sendo que eles próprios representavam individualmente o capital simbólico buscado pelos coronéis, que lhes pudesse conferir prestígio no campo político. A maior quantidade possível de eleitores que cada coronel pudesse arregimentar decorria uma maior concessão de poder por parte do líder Borges de Medeiros.

O campo específico da política rio-grandense englobava em seu interior o modelo de mando de Borges de Medeiros e a totalidade do PRR, coronéis, burocratas ou não, a oposição sistemática ao borgismo, os colonos alemães ou italianos ou qualquer núcleo de prováveis eleitores, origem da capital específico a este campo.

Postados em um espaço social específico, os imigrantes e seus descendentes italianos, como atores sociais atuantes, com distintas condições práticas, dentro deste espaço próprio ao meio em que subsistem, desempenham um conjunto de relações de competição entre si. Sejam

⁷¹ GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991, p. 27. Mesmo não se tratando de um trabalho que priorize a região de colonização italiana, mas a alemã, oferece alguns subsídios à análise aqui exposta, como a sua tese, colocada às páginas 29 e 30, “*de que a tentativa de impor e de sustentar coronéis não ligados à estrutura de poder local foi mais frequente e intensa nestas do que em outras regiões do Estado. Mas também isso varia de município para município. Em certos momentos e em certos lugares os “coronéis burocratas” tiveram de amargar derrotas. Como em qualquer outro município, as diferentes facções se digladiavam. Em geral o candidato oficial ganhava, mas às vezes perdia*”.

estas entre rurais e urbanos ou entre aqueles que praticam a mesma orientação religiosa, segundo o volume global do capital simbólico que possuam – o próprio poderio do capital econômico – como também em relação a todos aqueles que interfiram neste subcampo, como os coronéis nomeados por Borges de Medeiros, como em relação a este próprio.

Os coronéis burocratas e os demais membros do PRR obedecem à lógica de seu campo, que consiste na permanente busca por capital político – o capital simbólico próprio a este campo – baseado no “*crédito firmado na crença e o reconhecimento*”,⁷² mais explicitamente no eleitorado que possuem ou possam almejar conforme as suas condições práticas de manterem-se atuantes nas lutas políticas no interior do campo.⁷³

Ao arregimentar, agregar, coagir o eleitorado, um coronel, competindo com outros, entra em choque com os interesses da “massa de manobra”, nem tanto manobrável, a seus interesses político-partidários. Esta estava muito mais interessada em possuir condições de produzir, apenas envolvendo-se nos conflitos inerentes ao campo político, se vislumbrasse alguma vantagem direta aos seus interesses, como a construção de uma ponte ou da melhoria de estradas na colônia para melhor escoar a produção, alguma negociação fiscal, etc.

Os objetivos desses dois tipos de atores sociais não possuíam o mesmo teor, a refletir a apreciação de capital simbólico, subjetiva, é claro, possuída pelos membros de ambos os grupos. Os colonos objetivavam a obtenção de subsídios econômicos, como uma forma de ascender socialmente, procurando seguir o caminho trilhado anteriormente por outros, de pequenos agricultores para comerciantes e, mais adiante, em alguns casos, industriais.

Os comerciantes na região colonial prestavam-se como verdadeiros atravessadores dos produtos dos núcleos rurais que eram comercializados no mercado regional, estadual e até mesmo nacional. A ampliação do setor comercial na RCI, além de melhorar os meios de comunicação, proporcionou que se formasse a centralidade daquele campo social na figura do comerciante, “*como um novo segmento social dominante, diferenciando-se e distanciando-se*

⁷² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...*, p. 187.

⁷³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...*, p. 190-191: “(...) o homem político deve a sua autoridade específica no campo político (...) à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (...) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho - e de militantes ligados a esses postos. O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma boa “reputação” (...). Enquanto este capital pessoal de notável é produto de uma acumulação lenta e contínua (...), o capital pessoal (ou “carisma”) é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos (...).”

do agricultor pequeno proprietário”, inclusive ao aplicar parte de seus lucros na aquisição de terras na região, motivando “*condições de investimentos em empreendimentos comerciais ainda maiores e em indústrias*”.⁷⁴

Visões genéricas sobre comerciantes e colonos, colocados em oposição ou aceitos como grupos homogêneos pode levar a incorreções analíticas, já que se observa uma vasta e complexa relação de poder a envolver esses grupos.⁷⁵

Os coronéis, por sua vez, imersos em um campo político centralizado, procuravam, a partir de suas possibilidades, fazer-se notar pelo líder Borges de Medeiros, e deste receber uma espécie de capital chamado de capital delegado. Este capital delegado pela autoridade política e simbólica superior, instituição, partido político ou líder partidário é transmitido àqueles indivíduos detentores previamente de capital pessoal, conforme as conveniências e as estratégicas de manutenção do seu poder em um certo espaço social.⁷⁶

A obtenção de capital delegado ocorre por meio da “*investidura*”, isto é, prática reconhecida e institucionalizada pela qual um partido político “*consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político*”, ocasionando esta troca entre o capital pessoal próprio a um indivíduo e o capital delegado verticalmente por uma instituição, neste caso específico obedecendo à lógica do partido.⁷⁷

⁷⁴ MOURE, Telmo. *A inserção da economia imigrante na economia gaúcha*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RS: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.100.

⁷⁵ A subordinação do colono ao capital comercial dava-se a partir do momento em que “*o colono vendia o excedente agrícola e artesanal dos fatores de produção de subsistência para o comerciante rural (“vendista”), e este o repassava aos comerciantes locais, nos núcleos urbanos. Em seguida, os comerciantes locais vendiam as mercadorias para os comerciantes situados nos núcleos regionais (“os atacadistas”). Inversamente, os comerciantes regionais ofereciam mercadorias manufaturadas ou mesmo agrícolas para os comerciantes locais que as revendiam por intermédio dos comerciantes rurais ou, em período posterior, através dos vendedores viajantes, para os colonos, enquanto consumidores finais. A resultante do circuito mercantil foi a drenagem, possível dadas as desigualdades relativas dos preços agrícolas e industriais, de recursos dos colonos para os outros elos da cadeia mercantil*”. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RS: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 138.

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...*, p. 191-192: “*(...) é o partido que, por meio da ação dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade e que a si mesmo se dotou, pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos e, por este meio, dos postos que permitem que se mantenham duradouramente os membros permanentes*”.

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...*, p. 192: “*a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem*”.

O capital pessoal de indivíduos de destaque em um disputado campo coronelista une-se, inevitavelmente, ao capital delegado por Borges àqueles coronéis em torno dos quais deviam girar as decisões partidárias e administrativas nos municípios. Aos coronéis competia a manutenção da ordem, administrativa e partidária, mesmo que por meio da coexistência fracionada intrapartidária. Mais do que aceito, isso era visto como uma prática considerada normal devido a promover o equilíbrio de forças no seio do PRR.

Coronéis, comerciantes e colonos, com objetivos distintos, faziam parte do mesmo campo social, geográfica e estruturalmente falando, ambos membros atuantes da totalidade do campo político rio-grandense da República Velha. O raio de alcance do campo político dos coronéis englobava o Estado inteiro, sendo maior em abrangência que o dos comerciantes e colonos. Ao passo que a ideia de subcampo dos imigrantes italianos e seus descendentes apresentava-se de forma restrita a um espaço social territorializado e circunscrito, o que não significa mencionar que fatores originados do interior desse espaço não pudessem dar origem à repercussão no campo de maior amplitude; no caso, o campo político rio-grandense.

Ocorre, assim, a homologia, isto é, as relações de poder entre o campo político estadual e o campo de interação colonial, a demonstrar a forma das relações hierárquicas entre os capitais e as similaridades e as subordinações entre os campos.⁷⁸

Esta divisão presta-se mais a uma estratégia didática no intuito de melhor compreender as relações de poder coronelistas na RCI do Rio Grande do Sul. No entanto, cabe ressaltar que o objetivo primordial dos imigrantes era elevar-se socialmente, a comprovar a atração proporcionada pelas vantagens econômicas do meio urbano.

O subcampo dos imigrantes obedece a uma lógica diferenciada em relação aos objetivos dos coronéis. A estes bastava a aquisição de prestígio e de capital político delegado por Borges, angariando o maior número possível de eleitores.

Aos imigrantes italianos, detentores individuais e coletivos de votos, a comprovar a sua crescente ingerência de suas lideranças nos assuntos do campo político, interessava obter

⁷⁸ O conceito de homologia surge como um processo através do qual o campo de produção ideológico se transfere para o campo das relações de poder na sociedade, de forma irreconhecível, invisível, através da estruturação simbólica como processo legitimador. Há, assim, lutas para o monopólio da produção ideológica legítima, segundo os interesses dos agentes sociais envolvidos. Assim tenta-se impor a apreensão da ordem estabelecida como natural por meio da imposição mascarada de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. Sobre o conceito de homologia em Bourdieu, conferir: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 14; BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 26-29.

dos detentores de poder político melhorias nas condições de produção que auxiliassem a economia colonial, por meio de barganhas tácitas ou explícitas.

Para que certos agentes sociais adquiram posições mais importantes nas disputas por legitimação no interior do campo em que transitam, ou ambicionando pertencer a ele, passam a acionar recursos em outro campo estreitamente ligado àquele de seu real interesse. Ao buscar e assegurar seus intentos de acumular capital econômico, base para a ascensão social, progressivamente caminham à obtenção de capital político, já não mais em seu subcampo, mas em relação à totalidade do campo político, primeiramente em um estágio local e, posteriormente, em nível regional.

A noção de subcampo, além de prestar-se a uma categoria a auxiliar na análise das relações de poder em um espaço social com sujeitos definidos e diferenciados, serve como um tipo de estágio preliminar para aqueles grupos sociais que ainda não possuíam condições de acumular capital político ou capital delegado.

Como a liderança do campo político regional estava ocupada pela presença dos coronéis auxiliados pelo poder central borgista, restava aos imigrantes negociar sua participação neste campo a partir de um estágio preliminar, o subcampo, no qual pudessem almejar, se não o poder político em si, a aquisição de poder econômico, suscetível a todos os campos.

O campo político é entendido como campo de forças e campo de luta, onde os agentes dos subgrupos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, posto que o capital que está em jogo é o poder. Como em todos os campos sociais, o campo político possui dominantes e dominados, suas lutas internas e seus mecanismos de reprodução.

A luta dos agentes, individuais ou coletivos, gira em torno do capital simbólico acumulado no decorrer das lutas e suas estratégias, que se consolidam no reconhecimento e na consagração interna ao campo político, direcionado para o mercado do convencimento da opinião pública. Os agentes deste campo concorrem ao produzirem representações, problemas, propostas, conceitos e fatos com o intuito de sensibilizar, convencer e cooptar os seus “consumidores” que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião.⁷⁹

⁷⁹ Conferir: BOURDIEU, Pierre. *O mercado dos bens simbólicos*. In: *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 99-181; _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Editora Zouk, 2002.

Os imigrantes e seus descendentes alçaram-se a posições mais destacadas no interior do campo político com o passar do tempo,⁸⁰ graças a aquisição do capital econômico, que lhes possibilitou progressivamente acumular capital político, haja vista o poder econômico adquirido desde o estágio no subcampo ter-lhes permitido passar da qualidade de coadjuvantes a protagonistas do campo político regional. Isto se revela na utilização com sucesso de sua condição de grupos de pressão, a conseguir barganhar favores e compromissos com os donos do poder político.

A constituição de um subcampo responde diretamente ao campo em que se encontra submetido, no caso o subcampo dos imigrantes com seus interesses econômicos em relação ao campo coronelista, do qual faziam parte como subalternos, na RCI do Rio Grande do Sul.

Somente após passar por tal estágio ou alavanca a impulsioná-los a encargos políticos de fato no campo das relações coronelistas é que os imigrantes, possuidores de boa quantidade de capital econômico, poderão fazer-se agentes sociais do campo político como um todo.⁸¹

Introduzindo-se neste campo, estarão sujeitos a toda sorte de disputas políticas e simbólicas próprias às relações internas àquele campo, estruturado entre dominantes e dominados, como pela desigualdade de condições dos atores sociais em seu interior.⁸²

O campo assume a função de um microcosmo social onde se realizam as relações práticas de caráter político de um dado espaço social, com uma ligação intrínseca com outros campos (econômico, religioso, jurídico, etc.). O campo é um espaço de relações entre posições diferenciadas, que possibilita compreender o que ocorre a partir do posicionamento e das ações de seus agentes, através das alianças ou das rivalidades que estabelecem.

⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas...*, p. 7-8: “A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte diacrônico apreende, contém sempre o sentido de trajeto social. Logo, sob pena de deixar escapar tudo o que define concretamente a experiência da posição como etapa de uma ascensão ou de um descenso, como promoção ou regressão, é necessário caracterizar cada ponto pela diferencial da função que exprime a curva, isto é, por toda a curva”.

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas...*, p. 12: “Seria preciso mostrar igualmente como as características das diferentes classes sociais dependem não apenas de sua posição diferencial na estrutura social, mas também de seu peso funcional nesta estrutura, peso proporcional à contribuição dessas classes para a constituição desta estrutura, e que não se resume apenas à sua importância numérica”.

⁸² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas...*, p. 14: “Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes”.

Com a experiência adquirida no período passado no estágio do subcampo, os novos participantes do campo político, ao estarem cientes das formas como funcionam de fato as relações de poder em um espaço social estruturado, realizarão a reordenação da direção do mercado dos bens simbólicos naquele campo. Assim, deixam de ser a base para desempenhar o papel de ponto de convergência e atração, produzindo representações legitimadoras de sua preponderância no campo das produções simbólicas.

A presença de coronéis, ligados diretamente a Borges de Medeiros, nos municípios da RCI, deveu-se ao fato daquele campo estar crescendo em importância e provocando reações às políticas do PRR. Mesmo que ainda não possuíssem condições práticas para guiar-se autonomamente ou constituir lideranças autônomas a representar seus interesses, o despertar político daquela população era algo evidente, dando-se gradualmente, com o surgimento de algumas lideranças⁸³ e por meio de associações, clubes ou cooperativas a defenderem seus interesses materiais.⁸⁴

A suposta existência de um interesse de “classe” homogêneo e linear⁸⁵ leva ao questionamento se aquele grupo social realmente se organizava de modo a que se possa rotular-lhes como os interesses próprios “ao imigrante italiano”.⁸⁶ Terão sido todos iguais? Ou com o passar do tempo, no interior de seu subcampo de acesso ao campo político regional, verdadeira sala de espera simbólica, houve variações no conjunto deste grupo, tornando-o

⁸³ Sobre a emergência de algumas lideranças políticas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, conferir: ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995; e também: MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas...*, p. 190: “O grupo existe a partir do momento em que se dotou de um órgão permanente de representação dotado de ‘plena potenta agendi’ e de ‘sigillum authenticum’, logo, capaz de substituir (“falar por” significa “falar no lugar de”) o grupo serial feito de indivíduos separados e isolados, em constante renovação, que só podem agir e falar por si mesmos”.

⁸⁵ Conforme VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et all. *A pesquisa em História*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 11: “imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear; nem um único significado. Dessa forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro, significa resgatar as invenções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras”.

⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1997, p. 26-27: “É necessário, portanto, aceitar ou afirmar a existência de classes? Não. As classes sociais não existem (ainda que o trabalho político orientado pela teoria de Marx possa ter contribuído, em alguns casos, para torná-las existentes, ao menos através das instâncias de mobilização e dos representantes). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como ‘algo que se trata de fazer’”.

ainda mais heterogêneo, gerando sentimentos de inveja, frustração, competitividade etc.⁸⁷ Conforme citação de Henry Théry, os grupos sociais jamais serão homogêneos, mesmo que os objetivos dos indivíduos que o constituam sejam comuns:

A unidade que o grupo constitui transcende as pessoas que o compõem. Um grupo é mais ou pelo menos outra coisa que simples adição de indivíduos; mais que a organização de relações interindividuais que se estabelecem no seu seio. Mas, reciprocamente, o grupo não absorve por inteiro a personalidade de seus diferentes membros. (...)

Da mesma forma tão absurdo é querer reduzir o grupo à soma das pessoas que o compõem como pretender reduzir a personalidade de cada um à do grupo a que pertence.⁸⁸

O contraste entre os imigrantes e seus descendentes poderia ocorrer em meio àqueles que viviam nos núcleos urbanos e aqueles das colônias, assim como da distância das colônias em relação aos núcleos urbanos nas quais eram comercializados seus produtos, como também poderia ter origem a partir do ponto de origem daquelas pessoas na Itália.⁸⁹

A concentração de capitais deu-se nas mãos dos comerciantes localizados nas zonas urbanas, sendo que aos pequenos agricultores coube o fornecimento de produtos a serem comercializados por aqueles, assim como de mão-de-obra barata para o setor comercial e para a industrialização regional, já que o capital comercial era aplicado na produção industrial.⁹⁰

Ao ocuparem os Conselhos Municipais, posição admitida pela política borgista devido sua débil ingerência na política local, tinham, por outro lado, ocasião de conduzir para os seus interesses justamente o controle das políticas orçamentárias municipais.⁹¹

⁸⁷ “Poucos anos após a chegada dos colonos, que inicialmente eram pequenos produtores, a diferenciação dos mesmos em classes torna-se evidente. Para o surgimento de classes sociais distintas entre os colonos contribuíram: a acumulação de capital nas mãos dos comerciantes e a proletarização dos agricultores”. GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ParLenda, 1994, p. 34.

⁸⁸ THÉRY, Henry. *Os grupos sociais: forças vivas? A participação e suas exigências*. Lisboa: Sampedro, [s.d.], p. 45-46.

⁸⁹ Sobre a questão das distintas identidades dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, conferir: POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Italia siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

⁹⁰ “Seria ingenuidade supor que as pequenas propriedades pudessem gerar o capital necessário para a industrialização da região. Não havendo dinheiro nem para as despesas familiares. Foi o comércio o fator de acumulação do capital empregado na criação das empresas”. GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio...*, p. 38.

⁹¹ Conferir o Artigo 65 da Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891: “Os conselhos reunir-se-ão ordinariamente uma vez por ano, durando a sessão dois meses no máximo, que serão consagrados à votação da despesa e receita municipal do ano seguinte, ao exame das contas do ano anterior, à adoção de medidas conexas com o orçamento, a cuja confecção servirão de base as informações e dados ministrados pelo intendente”. In: DIDONET, Zilah. *O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1977, p. 101.

Havia alguma permuta estratégica entre colonos, lideranças econômicas regionais e coronéis indicados por Borges de Medeiros? Haveria algum acordo tácito dividindo o poder local? Por acaso o poder executivo municipal, o cargo de intendente, era composição obrigatória dos coronéis do PRR, ao passo que às lideranças locais caberia compor o Conselho Municipal? Cabia aos imigrantes e seus descendentes, como meio de ascensão na estrutura social, o serviço público e as funções administrativas?

Um dos desígnios específicos passa a ser a identificação, no trabalho com as fontes, de indícios que possibilitem comprovar esta tese, de que as lideranças econômicas não estavam, a princípio, interessadas na aquisição do poder político no campo da política regional. Por serem daquele campo político incipientes participantes, sequer possuíam condições para isto. Com isto se comprovará a elevação de elementos pertencentes ao subcampo restrito a interesses econômicos para um campo político mais amplo e com maiores perspectivas de poder e acesso a outros campos de poder.⁹²

A compreensão dos imigrantes e seus descendentes em um espaço social implica a análise da totalidade onde a RCI encontra-se inserida, não sendo sua posição decorrente de um atributo de si própria, mas derivada de sua posição em relação a este contexto.

Por ser o espaço social composto por uma constante disputa por posições no interior dos campos, somente poderá ser compreendido conforme estas relações sejam permanentemente mutáveis. Ou seja, deve-se passar da condição para a posição de um grupo a ser analisado em um processo histórico, compreendendo que certo lugar, grupo ou indivíduo apresentar-se-á sempre como um lugar, grupo ou indivíduo relacional.

A partir deste ponto pretende-se mostrar a ocorrência de certos mitos políticos e historiográficos construídos acerca da temática, como a existência de uma população passiva, invariavelmente sujeita às ações dos poderosos; a não ocorrência de coronelismo na região (seja através de uma tênue ou tranquila experiência) e a permanência do PRR como um bloco monolítico e fiel obediente a Borges ou aos líderes locais nomeados por aquele.

⁹² Conferir: GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores: 1892-1950*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 1-83.

Paralelamente ao foco do estudo sobre o coronelismo na RCI⁹³ do Rio Grande do Sul, observou-se a ausência de estudos que destacassem especificamente esta temática. As relações de poder naquela região eram, na análise da maior parte da historiografia, negligenciadas com o intuito de enaltecer o imigrante “trabalhador” e “ordeiro”, em um contexto regional aceito como base eleitoral do borgismo no estado.

Percebe-se a complexidade das relações de poder naquela região, negando a afirmação de parte da historiografia sobre o coronelismo ter sido tênue em áreas coloniais. No entanto, o coronelismo nesta região apresentava uma dinâmica particular, a demonstrar que o processo de assimilação dos imigrantes não foi tão tranquilo e linear como se imagina.

A historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul assume muitas vezes uma postura de apologia em relação ao imigrante e aos seus descendentes, apresentando-os de forma homogênea e idealizada, como heróis que venceram sozinhos todas as adversidades graças às qualidades naturais de sua etnia, sem contar com o apoio das autoridades.⁹⁴

Esta postura apenas serve para simplificar, caricaturar e ocultar muito da riqueza do processo histórico que os imigrantes fizeram parte. Resta realizar a superação desses mitos em prol de uma análise séria e não comprometida em exaltar quem quer que seja, nem deformando a compreensão do processo histórico.

Estes indivíduos e grupos apresentavam posicionamentos e funções sociais diferenciadas, seja ao classificar os elementos de confiança e aqueles perigosos ao poder local e à harmonia partidária. A pretensa ortodoxia e o respeito à hierarquia partidária, mitos criados em torno do PRR, tornaram-se letra morta, pois “*não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes*”.⁹⁵

Análises sobre a temática da imigração/colonização foram realizadas por personagens inseridos na sociedade colonial (religiosos, viajantes, autoridades diplomáticas italianas,

⁹³ O termo Região Colonial Italiana foi cunhado por Mario Sabbatini em 1975, definindo-a como uma micro-região histórica no estado do Rio Grande do Sul situada nos altos da Encosta Superior da Serra do Nordeste, englobando as Colônias Caxias, Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), Colônia Conde D’Eu (Garibaldi), Colônia Alfredo Chaves (Veranópolis) Colônia Antônio Prado, Colônia Guaporé. Esse termo será conservado para descrever os aspectos objetivos da região. SABBATINI, Mario. *La Regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul*. Firenze: Cultura Cooperativa Editrice, 1975.

⁹⁴ Sobre a mitificação da história da colonização italiana, consultar: CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiano no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 196.

memorialistas, missivistas, etc). Muitas destas representações assumiram status de memória comunitária sendo, posteriormente, reelaboradas e divulgadas por estudos historiográficos, transformaram-se em verdades pretensamente indiscutíveis, mitos a cultuar “o culto do trabalho, o espírito de solidariedade, a ausência de conflitos sociais e de classe, a alegria permanente, a solidez da ordem familiar e assim por diante”.⁹⁶

Construiu-se, então, o mito que seria uma narrativa tradicional e totalizante, com caráter explicativo e/ou simbólico, que se refere a atos, objetos, seres personalizados, heróis e aspectos da vida das pessoas no passado. Conforme Tiziano Bonazzi:

De fato, é através da esfera simbólica que elementos míticos confluem para a política, fixando-se em pontos e momentos específicos. A continuidade entre Mito político e mito é, antes de tudo, formalmente, relevável, enquanto que o Mito político, como o mito, consiste em narrações estruturadas simbolicamente e, portanto, segundo o sentido antes definido, ligadas, não em forma analítica mas emotiva, a determinadas situações reais e destinadas a instituir formas privilegiadas de ação, cuja “verdade” a própria narração mítica fundamenta. Ela se pode basear, além disso, na presença no Mito político de verdadeiras fábulas reduzíveis a arquétipos míticos, como a idade de ouro, a reconquista do Éden, as fundações realizadas pelos heróis civilizadores, o livro sagrado, a transformação ou a mudança dos papéis, etc.⁹⁷

Segundo Laércio Zanghelini, a narrativa mítica passa de geração para geração, sobretudo através do relato de indivíduos depositários da tradição que inspiravam confiança à comunidade.⁹⁸ Segundo Mircea Eliade, “*o mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos, (...) é sempre portanto uma narração de uma criação, descreve-se como uma coisa foi produzida, como começou a existir*”.⁹⁹

O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, um relato de uma história verdadeira, ocorrida na época do início do que se refere, quando uma realidade passou a existir, é a narrativa de uma criação, relatando de que modo algo, que não existia, começou a existir. Para Junito de Souza Brandão:

⁹⁶ POZENATO, José Clemente. *A Cultura da Imigração Italiana*. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário (orgs.). *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 123.

⁹⁷ BONAZZI, Tiziano. *Mito político*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999, p. 759.

⁹⁸ ZANGHELINI, Laércio Jorge. *A construção dos mitos no passado e no presente*. In: *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 2.

⁹⁹ ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições70, 1989, p. 12-13.

O mito expressa o mundo e a realidade humana, mas cuja essência é efetivamente uma representação coletiva, que chegou até nós através de várias gerações. E, na medida em que pretende explicar o mundo e o homem, isto é, a complexidade do real, o mito não pode ser lógico: ao revés, é ilógico e irracional.¹⁰⁰

O mito representa algo natural e imutável, através de um discurso historicamente construído, servindo como instrumento de controle social, ao procurar salvaguardar princípios morais, políticos, sociais, comportamentais ou sexuais. Os mitos tendem a naturalizar os processos históricos, desconsiderando seu dinamismo e a complexidade dos atos humanos, colocando no lugar um mundo sem antagonismos sociais, sem contradições. Conforme Bourdieu, as representações míticas não necessitam de um rigor científico para comprovar sua veracidade, bastando a capacidade de mobilização, onde se localiza sua força:

A força das ideias (...) mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço.¹⁰¹

Raoul Girardet identifica três concepções sobre o conceito de mito, e suas respectivas funções. Segundo ele: “*o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado*”, ao fazer referência às expressões ‘naquele tempo’ ou ‘era uma vez’, de modo que “*conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social*”. Em outra concepção, “*a noção de mito permanece confundida com a de mistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem, o mito altera os dados da observação experimental e contradiz a regras do raciocínio lógico*”, sendo assim, “*interpõe-se como uma tela entre a verdade dos fatos e as exigências do conhecimento*”. O mito, segundo Girardet, seria ainda “*essencialmente apreendido em sua função de animação criadora*”, como um “*conjunto ligado de imagens motrizes*”, em que ele se torna “*apelo ao movimento, incitação à ação e aparece em definitivo como um estimulador de energias de excepcional potência*”.¹⁰²

A narrativa de um mito presta-se a manter a coesão de um grupo social coeso, ao estabelecer regras, ordenando e dando segurança, facilitando a manutenção da autoridade, da

¹⁰⁰ BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 36.

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 185.

¹⁰² GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.12-13.

ordem social e natural, enfim, determina um variado número de comportamentos sociais aceitáveis.¹⁰³ Segundo Marilena Chauí, os mitos fundadores buscam referências no passado:

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda fundatio, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.¹⁰⁴

O processo histórico da imigração italiana no Rio Grande do Sul possuiu suas primeiras narrativas históricas dependentes e decorrentes da construção de uma imagem mitológica do imigrante e do colono. Os mitos históricos criam heróis, individuais ou coletivos, que se transformam em protagonistas da história.

Logicamente que, mesmo sendo repetidos através dos tempos, os mitos constroem-se a partir dos fatos históricos, permitindo que aquilo que realmente ocorreu seja manipulado em sentido mítico ou épico, através da ocultação de realidades que permanecem desconhecidas.

Como lembra Giron, “*na medida em que ocorreu a acumulação de capital, onde alguns descendentes de imigrantes italianos enriqueceram e tornaram-se poder dominante, a imigração criou seus mitos*”, através da imagem dos “*imigrantes como seres deslocados de uma realidade histórica, como criadores autônomos (...) do próprio sucesso*”, difundindo “*a ideologia do trabalho para promoção regional*”. Deste modo, segundo a autora, “*os imigrantes passam da condição de criaturas para a de criadores*”, se vistos apenas nessas explicações laudatórias, “*alienadas e alienantes*”, que serviram para “*silenciar sobre a contribuição de outros grupos e outras etnias no processo histórico*”, passando à negação dos mesmos, ao revelar a pequena distância que separa a negação do preconceito.¹⁰⁵

A perspectiva do êxodo, da peregrinação de uma massa populacional de imigrantes que vivenciaram uma saga, abandonando a pátria mãe, para enfrentar uma infundável travessia oceânica, superando todas as intempéries, ultrapassando todos os limites e dificuldades, para construir, isolada e heroicamente, uma nova vida; serviu, em suma, para a construção de uma

¹⁰³ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 32.

¹⁰⁴ CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 9.

¹⁰⁵ GIRON, Loraine Slomp. *Leituras da imigração*. In: In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza & MACHADO, Maria Pinheiro (orgs.). *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 127-128.

epopeia mítica. O mito, sendo alienado e alienante, tem como função desprover a história de toda e qualquer problematização. Como afirma Barthes:

Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano se ostenta em sua evidência, e cria uma fortunada clareza: as coisas sozinhas parecem significar por elas próprias.¹⁰⁶

Para a compreensão dos mitos necessita-se contextualizar historicamente o tempo e o espaço onde um determinado apelo à mitologia política possa ser observado. É importante destacar que a construção do mito está diretamente relacionada à uma ideologia predominante em seu contexto de surgimento e período de existência. Conforme assinala Mircea Eliade, os mitos do passado são registros dos povos que os criaram:

Os mitos, efetivamente, narram não apenas a origem do mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas também de todos os conhecimentos primordiais em consequência dos quais, o homem se converteu no que é, hoje, um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade, obrigado a trabalhar para viver e trabalhando de acordo com determinadas regras.¹⁰⁷

O cinquentenário da imigração italiana, e o desenvolvimento da RCI, apresentava condições para as primeiras reconstituições históricas a exaltar o dinamismo da raça latina. A primeira interpretação geral sobre a imigração no Rio Grande do Sul, o álbum do “*Cinquantenario della colonizzazione italiana nell Rio Grande do Sul*”, inicia com uma saudação assinada, em 11 de junho de 1925, em Roma, pelo próprio Benito Mussolini: “*No nobre orgulho que eleva as vossas almas, enquanto parais para contemplar o resultado da longa e tenaz fadiga, eu vislumbro o signo da nobilíssima estirpe que imprimiu um traço imorredouro na história dos povos*”.¹⁰⁸

A produção deste álbum e todas as análises sobre o fenômeno imigratório e a colonização, glorificavam o imigrante italiano, ao destacar a religião, a família e o trabalho

¹⁰⁶ BARTHES, Roland. *Mitologias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007, p. 235.

¹⁰⁷ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 16.

¹⁰⁸ *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul 1875-1925*. Porto Alegre: Globo, 1925, p. 446. No mesmo álbum, são interessantes e ilustrativas as afirmações de Celeste Gobbato, na página 196 (“*O Brasil não podia, certamente, escolher imigrantes melhores, seja pela característica de trabalhadores e poupadores tenazes, seja pelo soberano respeito às autoridades.*”) e Leonardo Truda, na página 250 (“*Com esta admirável qualidade de saúde física e moral, com sua forte capacidade para o trabalho, tenacidade e inteligente espírito de iniciativa, não causa surpresa que os colonos italianos tenham podido realizar, no terreno econômico, uma obra soberba, assegurando para si e para seus descendentes uma invejável prosperidade e dando a terra que os hospeda uma contribuição elevadíssima de progresso.*”).

como elementos essenciais na construção dessa identidade, onde “*o imigrante passa a ser visto mais como aquele que constrói a pujança do Rio Grande do que como aquele miserável que abandona o solo pátrio*”.¹⁰⁹

Inúmeras visões idealizadoras sobre o imigrante italiano, como de sua superioridade étnica e de seu amor pelo trabalho, o beatificavam como um herói destemido, a tentar convencer a todos que as colônias da serra evoluíram tão somente pela bravura e superação do italiano, laureado como um ser quase sobre-humano. Segundo Mário Maestri:

Com os anos, as visões laudatórias da imigração tornaram-se dominantes na comunidade colonial e determinaram a própria historiografia. Descrições retóricas e universalizantes das dificuldades sobre-humanas iniciais do colono, tornaram-se verdadeiros axiomas, facilitando a explicação da obra colonial como resultado do “amor do colono italiano ao trabalho” e de sua excelência étnica sobre-humana.¹¹⁰

Ainda no ano de 1883, o cônsul Enrico Perrod, acentua as dificuldades dos primórdios da colonização, afirmando que o caráter do italiano foi “*capaz de suportar todos os sofrimentos e privações, para lançar os fundamentos de uma nova civilização, que já desponta vigorosa*”.¹¹¹

O agente consular, Umberto Ancarini, em 1905, registrava os motivos do sucesso colonial, afirmando que “*Caxias surgiu graças ao trabalho tenaz e corajoso de milhares de braços italianos, estes montes outrora, ninho de feras e de bugres, foram transformados, pelo vigor de nosso imigrante, em zonas cultivadas e em região habitada*”.¹¹²

Contudo, nem sempre as autoridades consulares italianas viram os imigrantes deste modo, como bem coloca Luiza Iotti, ao analisar a extensão das alterações na política italiana para a emigração e as relações entre a política emigratória italiana, o papel do Ministério das Relações Exteriores e o Estado italiano. Conclui que, até 1914, os representantes diplomáticos da Itália no Rio Grande do Sul:

(...) apesar de pertencerem aos quadros inferiores da carreira diplomática, possuíam traços que os ligavam às elites dirigentes do Estado italiano. E compartilhavam da mesma visão sobre a população pobre que havia sido obrigada a buscar fora do seu país as condições de vida que ele lhes negava. As relações que se estabeleceram

¹⁰⁹ BENEDUZI, Luís Fernando. *Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005, p. 290.

¹¹⁰ MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875–1914)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 41.

¹¹¹ MAESTRI, Mário. *Op cit.*, p. 42.

¹¹² MAESTRI, Mário. *Op cit.*, p. 42.

entre eles e os imigrantes reproduziram, em parte, aquelas existentes, na Itália, antes da emigração. O Estado italiano e seus representantes continuaram a agir, no Rio Grande do Sul, com a mesma indiferença, com o mesmo preconceito e desprezo que haviam manifestado pela população pobre que vivia na Itália.¹¹³

Por meio de um modo idealizado de tratar a imigração, se enaltecia o legado cultural dos imigrantes, sua disposição para o trabalho, a homogeneidade das colônias, a passividade das pessoas e a inexistência de conflitos nas regiões coloniais. Conforme sintetiza muito bem Ismael Antônio Vannini:

Assim como os registros do Cinquentenário da Imigração, a primeira geração de historiadores direcionou o discurso ufanista fazendo apologias ao processo histórico imigracionista da Serra do Rio Grande do Sul. Obras pioneiras na efetiva investigação histórica da região de imprescindível importância cultural não se viram livres das narrativas míticas enraizadas nos mitos históricos. É uma verdadeira saga do heroico colono italiano, que parte da longínqua Itália cruzando os mares sob privações infundáveis, doenças, intempéries, vendavais, tormentas, epidemias, fome, etc. Na chegada, a procissão até os lotes; dali, o abandono, o isolamento, miseráveis condições de vida. Tudo para superar.¹¹⁴

Essa historiografia tradicional ressaltou os valores morais e religiosos do imigrante italiano como fator de sua preponderância e razão de seu “sucesso”, tendo em vista a superação das enormes dificuldades após sua chegada no Rio Grande do Sul, deixando em um segundo plano a complexidade e as contradições do processo histórico das comunidades coloniais. Como afirma Dilse Piccin Corteze:

O mito nasce, sobretudo, como explicação de fenômenos do passado a partir de ideias, em geral inconscientes, que se tem do presente. A explicação mitológica não é aleatória, indeterminada. Desde sempre, o homem explicou os fenômenos naturais e sociais com base em visões de mundo socialmente determinadas.¹¹⁵

Interpretações sucessivas produziram narrativas que enalteciam a etnia italiana, como denegriam as comunidades de nativos, caboclos e negros. Núncia Constantino identifica os moldes que influenciaram a exaltação do imigrante italiano, ao afirmar que a “*concessão de cargos públicos de importância menor foi favorecida a imigrantes italianos, assim como patentes militares, (...) deixando bem claro que, além do amor ao trabalho, há engajamento ao partido no poder e, subjacentemente, respeito à hierarquia e à autoridade*”.¹¹⁶

¹¹³ IOTTI, Luiza Horn. *O Olhar do Poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 82-83.

¹¹⁴ VANNINI, Ismael Antônio. *História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2008, p. 51.

¹¹⁵ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: Ediupf, 2002, p. 50.

¹¹⁶ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 130.

Mesmo que nem todos os imigrantes e seus descendentes tenham se posicionado a favor do castilhismo/borgismo, premissas fundamentais da ideologia positivista, como “ordem e progresso”, a valorização e dignificação do trabalho, o amor à pátria que os recebeu ou o “conservar melhorando” desenvolvimentista, foram bem aceitas pelos imigrantes; como afirma Constantino:

Na virada do século, o processo de construção da italianidade está andando de vento em popa, reforçado pela ideologia predominante que aponta para Augusto Comte. (...) Borges procurou revitalizar a colonização e usou, como uma das estratégias, um discurso de valorização exaustiva do imigrante italiano no Estado, imigrante que serviu como modelo de cidadão, operoso e ordeiro, capaz de fácil assimilação. Tal discurso está próximo das concepções do imigrante, ansioso por uma segunda pátria, que lhe oferece a possibilidade de acesso à propriedade da terra, onde poderá demonstrar sua capacidade de trabalho.¹¹⁷

O processo de construção simbólica em torno da italianidade, ocorrido no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sustentou-se na ideologia positivista e no discurso de valorização exaustiva do imigrante e seus descendentes. Além disso, a criação de símbolos de representação da italianidade pode ser observada, por exemplo, na idealização da figura de Giuseppe Garibaldi, como o general unificador que passaria a servir como símbolo para a formação da coletividade imigrante. Conforme afirma Núncia Santoro de Constantino:

As mais frequentes representações de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, são acompanhadas por imagens bem conhecidas: a imagem do General unificador da pátria italiana e a imagem do herói da Revolução Farroupilha. Destes símbolos fazem uso os imigrantes italianos, no processo de construção de uma italianidade no Brasil meridional.¹¹⁸

Convém frisar que a construção da italianidade nem sempre se constituiu em um processo unificador, mas serviu para evidenciar cisões internas nas lideranças coloniais, como em meio aos próprios imigrantes e seus descendentes, comprovando o que menciona Possamai:

as diferentes visões que carlistas e capuchinhos tinham sobre a política de italianidade contribuíram para aumentar a cisão existente entre os imigrantes italianos que vinham do reino da Itália e os que vinham do Trentino com passaporte austríaco. Tal como entre os imigrantes, o clero de língua italiana também se dividia entre “italianos” e “austríacos”. Com a chegada dos missionários capuchinhos e carlistas, essa divisão tornou-se ainda mais clara, pois os capuchinhos franceses recebiam apoio incondicional dos padres trentinos, ao passo que o clero italiano aprofundou sua cisão em dois grupos, com os nacionalistas vinculando-se aos

¹¹⁷ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianidade(s): imigrantes no Brasil meridional*. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 71.

¹¹⁸ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul*. In.: BARROS FILHO, Omar L. de; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (orgs.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, p. 87.

carlistas e os ultramontanos intransigentes, mantendo sua posição de defesa do papado e condenação ao reino unificado da Itália.¹¹⁹

As manifestações de italianidade entre os imigrantes que exaltassem a sua ligação com a Itália Unificada eram interpretadas pelos padres palotinos ou capuchinhos como afronta ao catolicismo e ao papado, gerando frequentemente conflitos nos núcleos coloniais, pois homenageavam a Unificação Italiana, que havia tomado os territórios papais.

Segundo Paulo Possamai, os imigrantes italianos e seus descendentes identificavam-se através do sentimento de italianidade, mesmo sendo o catolicismo um canal de convergência de seus principais valores, de modo ser preferível *“falar em italianidades, que reuniam diversas formas de se tentar manter os costumes da pátria de origem”*.¹²⁰

O que ocorria, na verdade, era a busca por legitimidade das lideranças coloniais através das luta de representações inseridas no contexto da imigração e das desavenças decorrentes da Unificação Italiana, acentuada através das disputas entre os distintos tipos de catolicismo ou em relação à maçonaria e à política regional. Conforme cita Maíra Vendrame:

A população colonial expressou o seu sentimento de italianidade através da organização de entidades, festejos e edificação de monumentos. E isso ocorria ao mesmo tempo em que trabalhavam para construir suas igrejas e para conseguir sacerdotes que atendessem suas diversas necessidades. Uma busca não anulava a outra, pois, para muitos imigrantes, italianidade e catolicidade eram sentimentos que se completavam, ambos podendo servir de identificação para o grupo.¹²¹

A construção da italianidade se recria e é reinventada e condicionada ao obedecer ao princípio do *“diálogo com a cultura dominante”*, ou seja, é uma *“construção cultural que se realiza em determinado tempo histórico”*, necessitando que ocorra a *“participação ativa de parte expressiva da comunidade de imigrantes”*, mesmo que este grupo se caracterize pela *“grande heterogeneidade”* devido suas distintas regiões de origem.¹²²

¹¹⁹ POSSAMAI, Paulo. *“Dall’Italia siamo partiti”*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 160. Conforme este mesmo autor: *“A controvérsia entre os missionários das duas Ordens religiosas foi levada à imprensa nas disputas entre os jornais “Il Corriere d’Italia”, dirigido pelos carlistas em Bento Gonçalves, e “Il Colono Italiano”, fundado pelo padre Fronchetti em Garibaldi, sob a influência dos capuchinhos, que assumiram a sua direção em 1921. Fronchetti chegou a exercer o cargo de vice-cônsul da Áustria e, em 18 de agosto de 1911, foi condecorado com a comenda da Cruz de Cavaleiro da Ordem do Imperador Francisco José. Durante a Primeira Guerra Mundial o jornal “Il Colono Italiano” manteve uma postura francamente germanófila, provocando a reação do “Corriere d’Itália.”* In: POSSAMAI, Paulo. *Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945)*. São Paulo: Revista de História/USP, n. 141, dezembro de 1999, p. 86.

¹²⁰ POSSAMAI, Paulo. *Op. cit.*, p. 252-253.

¹²¹ VENDRAME, Maíra Ines. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 106.

Da historiografia mais antiga, também tida como “laudatória” da imigração e das comunidades coloniais – aliado a obras de caráter memorialista ou factual –, obtêm-se uma visão ampla do contexto da República Velha na RCI, mesmo que a partir de uma perspectiva de análise distinta daquela que será desenvolvida neste trabalho. Contudo, é a partir do I Centenário da Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul, em 1975, que a imigração italiana passa a ser tema valorizado em trabalhos acadêmicos, com a organização de um concurso de monografias sobre imigração e colonização.¹²³

Alguns historiadores dessa geração ainda reproduziam o discurso ufanista, arraigado na comunidade ítalo-gaúcha, influenciando os rumos da historiografia sobre o tema. Para Carlos Zagonel, por exemplo, o imigrante “*aqui se encontrava diante de um dilema dramático*”, pois se via só e abandonado, “*jogado no meio da floresta virgem, cercado pela solidão, tinha que vencer ou morrer. E para vencer precisava lutar contra elementos gigantescos da natureza, praticamente desarmado e sem recursos de primeira necessidade.*”¹²⁴

Segundo o mesmo autor, a epopeia dos imigrantes fez com que se tornassem heróis, pois teriam sido “*abandonados nas províncias em situações deploráveis. E só a coragem típica que se desperta no íntimo do homem, pode superar estes momentos de dilema entre a vida e a morte*”, sendo, segundo o autor, “*necessário muita coragem para o colono lançar-se sozinho no meio da floresta, iniciar o plantio das primeiras lavouras, e, enquanto o fruto não amadurecesse, alimentar-se de pinhões e da caça*”.¹²⁵

O caráter do imigrante é moldado com uma moral exemplar e inquestionável, vivendo em seu lote, “*afastado das grandes aglomerações humanas e distante das tentações do ócio e das imoralidades*”, sendo “*notória uma grande pureza de costumes nos lares desta gente, contando com a presença permanente dos pais, preservavam-se das más companhias e*

¹²² CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul*. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (orgs.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, p. 87-88.

¹²³ No ano de 1975, comemorou-se o Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, o que propiciou uma grande produção historiográfica sobre o tema. A “geração de 1975” compreende os trabalhos que surgiram a partir dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Os principais historiadores desta geração de são: Olívio Manfroí, Carlos Albino Zagonel, Luis Alberto de Boni, Rovilio Costa e Thales de Azevedo.

¹²⁴ ZAGONEL, Carlos Albino. *A igreja e a imigração italiana*. Porto Alegre: La Salle, 1975, p. 41.

¹²⁵ ZAGONEL, Carlos Albino. *Idem a anterior*.

conservavam-se na inocência e na autenticidade”; em suma, vivendo em um mundo idílico, no qual *“todos amavam-se mutuamente e mantinham-se fiéis aos seus deveres”*.¹²⁶

Rovilio Costa e Irineu Costela, na obra, *“Imigração Italiana no Rio Grande do Sul”*, enfatizam o heroísmo dos imigrantes, ao afirmar que *“só a audácia, característica de sua personalidade, os amarrava a terra que pisavam, um presente vacilante que recebiam, lhe apontava um porvir incerto. Aqui, a proposta era trabalho e mais trabalho, mesmo que sem resultados imediatos”*.¹²⁷

Olívio Manfroi acentua essa caracterização do imigrante heroico, metaforicamente *“como naufragos em uma ilha, os colonos italianos do Rio Grande do Sul duplicaram sua já extraordinária capacidade de trabalho, já extraordinária, e a tal ponto que no Rio Grande do Sul, o imigrante se tornou o símbolo do trabalho”*, mas pautando a questão de um imaginário isolamento, pois *“abandonados pela nova pátria de adoção, (...) os colonos italianos enfrentaram uma situação nova e inesperada. A pobreza, o abandono e a necessidade de sobreviver desenvolveram uma solidariedade compreensível”*.¹²⁸

Em relação à exaltação do trabalho como construtor de riquezas, Sandra Pesavento pontua, sobre as origens do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, o chamado *“burguês imigrante, que já vem pronto da sua terra de origem, trazendo capital e experiência profissional na gestão de alguma empresa”*, hipótese decorrente do curto espaço de tempo entre a chegada de certos imigrantes e o seu estabelecimento como empresários, o que demonstraria *“que este burguês é portador não apenas de uma experiência técnica e empresarial como também de uma acumulação prévia de capital passível de ser imediatamente investida em algum negócio”*. Segundo esta autora:

A historiografia tradicional tende a ressaltar o caráter técnico e a obscurecer a conotação burguesa desta espécie de imigrante. O mecanismo de ocultação-revelação ideológica é, porém, facilmente perceptível: ao destacar a presença do técnico, esta tendência o associa à figura do operário, que, com seu trabalho, perseverança e conhecimentos, pôde montar sua empresa e vencer; a pesquisa empírica, contudo, vem demonstrar que o conhecimento técnico sobreviveu somente quando associado ao capital.¹²⁹

¹²⁶ GELATTI, Roque. *Casca: ontem hoje sempre*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1985, p. 31.

¹²⁷ COSTA, Rovilio; COSTELA, Irineu. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediuc, 1975, p. 16.

¹²⁸ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001, p. 95.

¹²⁹ PESAVENTO, Sandra. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991, p. 43 (grifos da autora).

Ao contrário da explicação da acumulação de capital em regiões coloniais ter-se dado graças tão somente à tese da evolução orgânica e linear do artesanato à indústria, passando pelo desenvolvimento comercial, exemplos significativos de sucesso do imigrante empreendedor que fez a América a partir do nada, apontam para a “*presença de um capital-dinheiro, acumulado previamente ou acrescentado a posteriori ao processo produtivo*”, que teria permitido “*o estabelecimento de uma diferença não apenas quantitativa, mas também qualitativa entre o artesanato e a indústria propriamente dita*”.¹³⁰

Silvino Santin acentua a corrente de apologia sobre a temática, pautando a miserabilidade dos imigrantes, que começariam no Brasil “*nas vertentes da pobreza, da insegurança do futuro, sob o peso do trabalho penoso e pouco lucrativo, por vezes, até com a angústia da fome e da penúria*”, mas que souberam construir corajosamente “*um futuro promissor, embora incerto, por que o caminho era longo e muito difícil. Mas não havia opção. A única coisa que se podia fazer, era ir em frente, ou morrer*”.¹³¹

Segundo este mesmo autor, o “grito civilizador” do imigrante não conhecia obstáculos, a comprovar o impacto ambiental que o empreendimento colonial provocou, e que ainda se observa, no Rio Grande do Sul, de modo que em seus “sonhos ecoavam os golpes firmes e raivosos dos machados. As árvores mais teimosas tombavam amedrontadas pelos gritos dos valentes desbravadores. O sossego milenar da natureza acabara”.¹³² Convém pontuar a importância de estudos em torno da história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul, especialmente no que se refere à sua última fase, ao final do século XIX e início do XX, área ainda pouco destacada pela historiografia regional.¹³³

A partir deste momento, a imigração e a colonização italianas tornaram-se áreas importantes da produção historiográfica rio-grandense, geralmente produto de descendentes

¹³⁰ PESAVENTO, Sandra. *Op cit.*, p. 44. A autora cita alguns imigrantes italianos, além de vários alemães, que se inserem nesta categoria, como Matteo Gianella, Giuseppe Panceri, Luigi Pisamiglio, Luigi Veronese, Aristides Germani e Hércules Galló.

¹³¹ SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Caxias do Sul: Ediucs, 1986, p. 36.

¹³² SANTIN, Silvino. *Op cit.*, p. 39.

¹³³ Análises mais aprofundadas sobre os impactos ambientais, decorrentes da dinâmica de desenvolvimento das regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul, podem ser observados em: BUBLITZ, Juliana. *A Eco-História da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Métis*. Caxias do Sul: EDUCS, v.3, n.6, 2004, p.179-200; CORREA, Sílvio Marcus de Souza & BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Passo Fundo: UPF, 2006. Em uma análise mais abrangente sobre a devastação ambiental no Brasil, conferir: DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

de imigrantes; comprovando que “os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas sim de utilização; despolitizam-nos conforme as suas necessidades”.¹³⁴

Para Raoul Girardet, “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real”, mas sendo “verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente”, ao constituir uma espécie de “criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos”.¹³⁵

Contrapondo-se ao discurso etnocêntrico da historiografia étnica, o imigrante usufruiu de um projeto de colonização, que envolvia os governos do Brasil e da Itália a lhe propiciar, não imediatividade, mas ao longo do tempo, amplas condições de desenvolvimento, recebendo terra financiada, a longo prazo e a um preço acessível às suas condições, algo que nunca ocorreu com os caboclos ou negros libertos, a comprovar a inadequação de comparações descabidas sobre o sucesso/fracasso entre categorias sociais diferenciadas.

Thales de Azevedo escreve sobre a chegada e a instalação dos imigrantes, tornando relativa a questão do abandono e da falta de recursos dos primeiros tempos:

As bagagens dos imigrantes eram transportadas gratuitamente desde Porto Alegre até as sedes das comissões ou núcleos. Tinham ainda agasalho, hospedagem durante quatro dias para descansarem da viagem e eram transportados gratuitamente para as linhas, onde escolhiam seus lotes rurais. Até as primeiras colheitas os chefes de famílias ou alguns de seus filhos eram empregados na construção de estradas de rodagens ou caminhos vicinais, durante quinze dias de cada mês, a fim de obterem recursos para sua subsistência nos primeiros tempos do estabelecimento.¹³⁶

Aos imigrantes foi disponibilizada uma ampla infraestrutura de desenvolvimento, com investimentos do poder público a viabilizar condições de produção para o grupo em questão, com a criação dos núcleos de povoamento, transporte para a produção, financiamento de terras e a abertura de estradas; comprovando que o projeto de ocupação se desenvolveu com o propósito de inserção da região colonial no cenário econômico estadual. Afirmo Vannini:

Ao se instalarem nas colônias, o governo, além de patrocinar o transporte, empregava os colonos em obras públicas. Eram formados grupos de colonos em frentes de trabalho, principalmente na abertura de estradas. No período inicial da

¹³⁴ BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 164.

¹³⁵ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.13.

¹³⁶ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 160.

colonização, no aguardo da primeira colheita, o sustento da família era subsidiado com o salário pago pelo governo.¹³⁷

Estes fatores negam a questão do abandono e isolamento do imigrante ao chegar nos lotes coloniais, pois já foi demonstrado que suas residências, levantadas próximas às picadas, não ficavam mais distante que quinhentos metros uma da outra.¹³⁸ O imigrante Paolo Rossato, em 1883, em carta aos que ficam na Europa, explica como era a nova vida:

Por 800 mil réis compramos a colônia, ficando uns próximos aos outros. Temos três anos sem juros para pagar. Saindo da colônia são necessários 15 minutos para chegar na estrada principal; e três quartos de hora da estrada principal, semelhante aquela de Piana, para chegar à sede. As águas são boas e os ares são bons, não há grandes frios e nem calores. Na sede (Caxias) agora há 1, 400 habitantes entre italianos e tirolezes, e pensa-se mesmo em formar uma nova Itália. Há 30 vendas e encontra-se de tudo, como em Valdagano, e iniciaram já uma outra igreja. Na sede, há dois padres, um médico e duas farmácias.¹³⁹

Em relação ao mito do amor que o imigrante possuía em relação ao trabalho, lenda até hoje trazida à tona, torna-se facilmente relativizada. Os imigrantes, endeusados pela historiografia laudatória, estavam mais próximos da realidade: fazendo corpo mole durante o trabalho nas estradas, apedrejando policiais, se entregando ao jogo e à bebida aos domingos e durante a semana, vendendo lotes que não lhes pertenciam e sempre sonhando em emancipar-se de qualquer trabalho. A idolatria pelo trabalho também é contestada por Antônio Ducatti:

Havia muitos folguedos, festas, grandes bebedeiras, muitas fugas do trabalho e infidelidades. Muitos não eram assíduos ao trabalho da roça, uns passavam o dia conversando e tomando o seu indefectível traguinho de aguardente... Quando tinham oportunidade, iam caçar e pescar, esporte que muitos apreciavam.¹⁴⁰

Estudos mais recentes suprem carências ao abordar de forma distinta e crítica o processo histórico da imigração e da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Sem possuir uma visão idealizadora do objeto, serviram de base para o trabalho que agora se desenvolve, pois a própria dinâmica do processo histórico, especialmente com o surgimento de cursos de pós-graduação em História, fez com que tais mitos não conseguissem mais se manter.

¹³⁷ VANNINI, Ismael Antônio. *História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2008, p. 58.

¹³⁸ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 170-171; CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: Ediupf, 2002, p. 150.

¹³⁹ STOLTZ, Roger. *Cartas de Imigrantes*. Porto Alegre: Edições EST, 1997, p. 102.

¹⁴⁰ DUCATTI, Antônio Neto. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: EST. Caxias do Sul; UCS, 1979, p. 111.

Paulo Possamai, em “*Dall’Italia siamo partiti: questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875–1945)*”, ao analisar a questão da construção da identidade coletiva entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, questiona a afirmação, recorrente na produção historiográfica mais tradicional, de que tal identificação dos imigrantes se deu somente por meio de seu fervor religioso, sua catolicidade, demonstrando que inclusive se identificavam como cidadãos italianos. Neste trabalho, observa-se que a imagem do imigrante como profundamente católico e avesso ao nacionalismo italiano é o resultado de uma construção histórica.¹⁴¹

Dilse Piccin Corteze, em “*Ulisses Va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875–1914)*”, discute algumas representações historiográficas e mitos sobre a história das regiões coloniais, identificando os principais mitos historiográficos construídos em torno da imigração e colonização italianas no Rio Grande do Sul, realizando a separação entre história e mito, ao afirmar que foram mulheres e homens reais, e não semideuses mitológicos, que realizaram a travessia do Velho para o Novo Mundo e se assentaram na RCI.¹⁴²

Ismael Antônio Vanini, em “*História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)*”, investiga a demografia e a sexualidade da população colonial, analisando as consequências da pregação em prol da natalidade empreendida pelo sacerdotes católicos na RCI, além de abordar aspectos relacionados ao cotidiano das comunidades coloniais, particularmente em relação às práticas religiosas e à sexualidade, como adultério, namoro, concepção, aborto, etc. Em sua Tese de Doutorado, o autor acaba demonstrando ao leitor de que modo a importância do controle da descendência era determinada em função da transmissão dos bens, a base e a força da organização social centrada na família patriarcal.¹⁴³

Esses trabalhos merecem menção por sua importância na desconstrução de mitos surgidos em torno do mundo colonial ítalo-gaúcho, ao deixar de tratar os imigrantes de forma laudatória, para encará-los como seres humanos passíveis de erros e fracassos; ao distinguir o

¹⁴¹ POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”: questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875–1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

¹⁴² CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses Va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875–1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

¹⁴³ VANNINI, Ismael Antônio. *História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2008.

que pretensamente estaria consagrado, revendo conceitos e ao analisar a História a partir de novas perspectivas.

Ao enaltecer o sucesso, a historiografia que mitificou o trabalho do imigrante ocultou seu caráter humano, seus inúmeros fracassos, pois “*houve colônias que fracassaram, que se pauperizaram, houve casos em que grupos coloniais, se tornaram caboclos*”.¹⁴⁴ Muitos colonos, inclusive, desistiram de seus lotes, dirigindo-se para outras regiões ou países e, assim se pode indagar, como ironicamente o faz Otavio Ianni: “*E se assim ocorreu, quais foram as razões deste fracasso? Por quê? Por que não tinham talento? Mas não eram Italianos?*”¹⁴⁵

É preciso romper com o mito ainda presente no imaginário coletivo de que os imigrantes formavam um grupo de pessoas sem distinções, invariavelmente afáveis, disciplinados, sóbrios, trabalhadores incansáveis e respeitadores das autoridades e das leis do novo país.¹⁴⁶ Assim, se observa o mito do herói que, segundo Eliade, “*satisfaz as nostalgias secretas do homem moderno que, sabendo-se condenado e limitado, sonha um dia revelar-se como uma ‘personagem excepcional’, um herói*”.¹⁴⁷

Uma forma para esclarecer as relações humanas com o passado tem sido a análise da construção de mitos, bem como de todas as tradições construídas e inventadas a partir de uma seleção de episódios históricos, que passa a ser entendida como um “*conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas*”, sendo de “*natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado*”.¹⁴⁸

No início do século XX o processo de construção de uma identidade italiana teve a contribuição da ideologia predominante no Rio Grande do Sul, o positivismo. Borges de Medeiros revitalizou a colonização usando como tática um discurso de exaltação do imigrante

¹⁴⁴ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses Va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875–1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 171.

¹⁴⁵ IANNI, Otavio. *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana*. In: *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 93.

¹⁴⁶ Cabe lembrar que existem muitos registros da alegria dos imigrantes ao perceberem a distância em que se encontravam da autoridade mais próxima. Na carta, citada por Luis Alberto De Boni, da autoria de Paulo Rossato, de 27/07/1884, se observa: “*Aqui, para encontrar autoridade, são necessárias 6 horas de viagem*”. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *La Mérica*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1977, p. 59.

¹⁴⁷ ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 155.

¹⁴⁸ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 9.

italiano, que passa a servir como modelo de cidadão produtivo e ordeiro, apropriado a fácil assimilação, sendo “*necessário sepultar os tempos de guerra quando os ‘gringos’ participaram de agitações*” da Revolução Federalista de 1893.¹⁴⁹

Este discurso encontrava-se próximo das concepções do imigrante em tornar-se proprietário na nova pátria. A cooptação¹⁵⁰ por parte do governo ia avançado e a participação de imigrantes nas fileiras do PRR já era um fato, referente àqueles que formavam a elite e as lideranças coloniais ou que exerciam lideranças nas sociedades de mútuo socorro.¹⁵¹

Mesmo que as populações coloniais, a princípio, não possuíssem perspectivas concretas de se impor, assumindo um posicionamento de adesão ao PRR, este apoio não deve ser compreendido como uma submissão incondicional. Um conflito ocorrido na colônia Silveira Martins, em 1904, é ilustrativo para desmitificar a passividade colonial. Neste episódio, confrontaram-se as autoridades locais com uma parte dos imigrantes, que se recusavam a atender a convocação do serviço militar, de modo que até mesmo uma mobilização armada foi organizada pelos colonos, com o intuito de enfrentar o poder das autoridades policiais locais.¹⁵²

Desde o início do processo de colonização, os diretores das colônias tinham orientação de agir cautelosamente em conflitos com os imigrantes. A ordem nos núcleos coloniais atrairia mais contingentes de imigrantes europeus, o que era conseguido, muitas vezes, através da perseguição aos líderes das revoltas, pois “*os imigrantes, de acordo com a visão do poder,*

¹⁴⁹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianos, maragatos e pica-paus*. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Volume 3. Porto Alegre: EST, 1996, p. 236.

¹⁵⁰ Entendendo cooptação conforme SANI, Giacomo. *Cooptação*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 286-287: “*Em sentido mais lato, este termo é usado também para designar o acolhimento, por parte de um grupo dirigente em funções, de ideias, orientações e programas políticos propostos por grupos da oposição, com o fim de eliminar ou reduzir as consequências dos ataques vindos de fora. (...) Do ponto de vista dos dirigentes que estão no poder, o recurso a formas de Cooptação não só lhes permite debilitar os eventuais grupos de oposição ou impedir sua formação, como também incorporar ao próprio programa orientações e iniciativas apresentadas pela oposição emergente, subtraindo-lhe assim os pontos de apoio e os motivos de propaganda junto da base*”.

¹⁵¹ Conferir: CONSTANTINO, Núncia Santoro de & OSPITAL, Maria Silvia. *Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, 1999, p. 131-146.

¹⁵² Sobre esse episódio, conferir: VENDRAME, Máira Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 166-169; CARVALHO, Daniela Valandro de. “*Entre a solidariedade e a animosidade*”: os conflitos e as relações interétnicas populares Santa Maria (1885-1915). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2005, p. 224-235.

eram: pobres e trabalhadores, ou contraventores. Aos pobres era dispensada uma piedade limitada e aos contraventores os trâmites legais da extradição".¹⁵³

O PRR realizou uma seleção do ideário positivista visando atrair os novos grupos em evidência na sociedade rio-grandense, como os habitantes das regiões coloniais, apoiando "visões apologéticas sobre a obra civilizacional da pequena propriedade e do imigrante branco".¹⁵⁴ A importância conferida pelo PRR à RCI devia-se ao desenvolvimento econômico estadual, em que a produção e o comércio desenvolvidos pelos imigrantes são considerados indispensáveis ao progresso do Rio Grande do Sul.¹⁵⁵

A RCI foi apresentada pela historiografia como passivas localidades que não possuíam voz ativa de contestação ao modelo de política dominante no Rio Grande do Sul, decorrendo "o estabelecimento de tranquilas ditaduras borgistas nas intendências municipais da Encosta Superior do Planalto".¹⁵⁶ Esse pretense condicionamento incontestado dos tes e seus descendentes perante a orientação borgista levou a afirmação de que "o coronelismo parece ter sido abafado nas áreas habitadas pelos colonos".¹⁵⁷

Contudo, o coronelismo desenvolveu-se amplamente nas localidades que possuíam distritos coloniais. Esta deturpação, relacionada à ocorrência de práticas coronelistas naquela região, deve-se muito ao fato da existência de intendentes-coronéis que se eternizaram no poder com o beneplácito borgista, o que serviu para constituir a imagem de que a continuidade administrativa municipal era decorrente da estabilidade política local.

A função daqueles intendentes, necessária ao PRR, devia-se à imponderabilidade do posicionamento político das populações coloniais, assim como da variabilidade dos resultados eleitorais nas localidades da RCI. Apesar das regiões coloniais serem referidas "como a fortaleza eleitoral do oficialismo borgista",¹⁵⁸ o controle por parte do PRR, através dos

¹⁵³ GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: Um Conceito Controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 57.

¹⁵⁴ MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2. ed. Passo Fundo: Editora da UFP, 2005, p. 133.

¹⁵⁵ Conferir BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 16.

¹⁵⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *O despertar político da região colonial italiana*. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 1024.

¹⁵⁷ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975, p. 143.

¹⁵⁸ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 155.

coronéis, nem sempre foi estável, sendo muitas vezes o motivo de conflitos entre o PRR e os colonos, amparados por alguma liderança religiosa nos distritos coloniais.

Por exemplo, em Alfredo Chaves desde 1886, o padre Matteo Pasquali, enfrentou dificuldades com a Revolução Federalista, em defesa dos direitos dos colonos. Seus sucessores, os capuchinhos, sofreram com os ataques da maçonaria local, de que resultou a tentativa de explosão de seu convento, como narra Ricardo Domingos Liberali.¹⁵⁹

Mesmo que a identidade do imigrante italiano não deva ser reduzida apenas em relação a sua religiosidade, a desconsideração deste fator pode levar a equívocos na análise dos acontecimentos históricos. A paróquia e a capela carregavam consigo parte do imaginário e das representações do mundo simbólico do imigrante, como centro de agregação social, política e cultural da comunidade colonial.¹⁶⁰

Havendo a impossibilidade de conciliar os interesses coloniais com as práticas do poder borgista, as relações políticas, intermediadas muitas vezes por padres, exigiam por parte do poder estadual ajustes, concessões e vantagens, impensáveis para outras regiões do Estado.

Ocorreriam casos de conflitos entre congregações religiosas, em uma disputa trazida da Europa para o Brasil. Foi o caso das desavenças entre scalabrianos, simpatizantes da pátria italiana unificada, adversários dos capuchinhos franceses, contrários ao sentimento de italianidade, adeptos da política pró-austriaca, defendendo os interesses da Igreja Católica.¹⁶¹

¹⁵⁹ LIBERALI, Ricardo Domingos. *Togno Brusafrazi*. Porto Alegre: EST, 1981.

¹⁶⁰ Conforme DE BONI, Luís Alberto. *O catolicismo da imigração: do triunfo à crise*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RS: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 235: “Uniaos, não o sentimento de pátria, pois não eram nem brasileiros, nem italianos. Chegados há pouco, sentiam-se estrangeiros no Brasil. Mas também não eram italianos emocionalmente: o país de origem, recém-unificado, de forma anticatólica, atingira as convicções religiosas dos camponeses do norte italiano. Também não se agrupavam ao redor da língua, pois cada grupo falava seu dialeto, ignorando a língua oficial da pátria que acabava de surgir. A religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência”.

¹⁶¹ POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”: questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875–1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 90-93; VENDRAME, Maíra Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 107-108; AZZI, Riolando. *Fé e italianidade: a atuação dos escalabrianos e dos salesianos junto aos imigrantes*. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. v. 2. Porto Alegre: EST, 1990, p. 65-70; POZENATO, Kenia Maria; GIRON, Loraine Slomp. *Católicos x maçons: imigrantes italianos, imprensa e lutas políticas*. In: DREHER, Martin et al. (org.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 547.

Apesar das práticas castilhistas serem bem aceitas no início do período republicano,¹⁶² não o foram por todos os imigrantes e seus descendentes, como bem evidencia a deprecação do jornal em língua italiana, *Corriere Cattolico*, de Porto Alegre, dirigido por Clemente Pinto, membro do PRR, em outubro de 1892, por suas críticas à jovem pátria italiana, tendo, inclusive, taxado Garibaldi como um “cachorro”. Logicamente que a oposição ao PRR aproveitou-se do fato para obter inúmeras adesões de italianos ofendidos.¹⁶³

Mesmo possuindo grande importância para a formação da identidade dos imigrantes italianos e da própria RCI, a religião, por si só, não deve ser superdimensionada ao se realizarem estudos, já que essa interpretação “*terminou assumindo foro de verdade histórica*”, tendo sido “*difundida por inúmeros trabalhos historiográficos e paraistoriográficos, de desigual qualidade científica, mas sempre de grande importância, em geral inspirados ou patrocinados, direta ou indiretamente, pelo clero rio-grandense*”.¹⁶⁴

As capelas serviram como centro social da comunidade colonial, como local de tomada de decisões, de reuniões, de festas, um espaço onde os colonos trocavam experiências, rememoravam o passado e se aproximavam culturalmente; invariavelmente sob a tutela de algum sacerdote ou, mesmo, de um comerciante local. Como menciona Mário Maestri:

Os comerciantes recebiam os jornais regionais e transmitiam as notícias ao colono. Em geral, era íntima a associação entre o comerciante da linha e o sacerdote local. O comerciante orientava que a capela fosse levantada junto ao seu estabelecimento e, comumente, superava os sacerdotes como principal liderança comunitária. Ao contrário do sacerdote, que em geral não residia na linha, o comerciante se encontrava sempre à disposição do colono.¹⁶⁵

Muitas vezes ocorriam disputas entre certos padres que não eram aceitos em alguma localidade, devido divergências entre os sacerdotes e os fabriqueiros, que eram os imigrantes responsáveis pela construção das capelas nas colônias, cuidando de sua administração, sendo, para isso, pessoas de destaque e prestígio entre a população. Conforme De Boni e Costa:

¹⁶² Conforme DE BONI, Luis Alberto & COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1982, p. 67: “*Nunca a colonização foi tão bem organizada como neste período, quando a autoridade acompanhou de perto o desenvolvimento de cada localidade, abrindo estradas e, graças à formação positivista dos chefes, administrando de forma mais honesta que no período imperial*”.

¹⁶³ Cf. CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianos no processo revolucionário*. In: FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: A revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 75-81; CONSTANTINO, Núncia Santoro de; SIMÕES, Rodrigo Lemos. *Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXII, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, junho de 1996, p. 95-101.

¹⁶⁴ MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2. ed. Passo Fundo: Editora da UFP, 2005, p. 126.

¹⁶⁵ MAESTRI, Mário. *Op cit.*, p. 100.

A direção da capela cabia aos “fabiiqueiros” escolhidos pelos sócios – e eram sócios praticamente todos os habitantes da linha, tal a coerção social. Os fabriqueiros, em alguns casos, perpetuavam-se no argo; outras vezes, alguns valiam-se do posto para apropriar-se indevidamente dos bens comuns. (...) A autoridade dos fabriqueiros era grande, cabendo-lhes não só a administração financeira da capela, mas também a gerência dos demais negócios do grupo como tal, exercendo de fato uma liderança inquestionável na vida social da comunidade.¹⁶⁶

Geralmente essas lutas localizadas não eram decorrência de uma demonstração de religiosidade por parte comerciantes ou fabriqueiros, mas decorrentes de suas condições de negociantes em busca de algum retorno de caráter econômico ou político. Na busca por prestígio em sua localidade, comprova-se que *“a religião e os imperativos morais permanecem inextricavelmente imbricados com as necessidades econômicas”*.¹⁶⁷

Quando ocorriam confrontos, estes muitas vezes eram decorrência do posicionamento dos imigrantes, ao querer *“que suas comunidades tivessem sacerdotes próprios e, uma vez ali estabelecidos, aqueles esperavam que tudo fosse organizado à sua maneira”*, o que reflete o entendimento que os colonos possuíam sobre a organização do espaço colonial.¹⁶⁸

Como afirma Manfroi, a capela *“tornar-se-ia o centro do núcleo, ao lado da qual surgiria o armazém, o botequim e a escola. Mais tarde, a venda antecedeu a capela e, muitas vezes, o interesse do comerciante prevalecia na escolha do lugar”*.¹⁶⁹ Sempre era propício ao comerciante que sua casa comercial se estabelecesse em um local próximo a uma capela. Os comerciantes foram elementos importantes na estruturação das comunidades coloniais estando ligados, por interesse ou convicção, à vida religiosa da localidade. Segundo Corteze:

O imigrantes alocavam sentido social e político à experiência religiosa. A capela servia como local de congregação de vizinhos, de festas, de lazer. Os mais ricos colonos das linhas lutavam pela administração das capelas, expressão do poder local. Não raro, a religião era mais um exterioridade do que uma interioridade.¹⁷⁰

¹⁶⁶ COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis Alberto. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984, p. 112.

¹⁶⁷ THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001, p. 257.

¹⁶⁸ VENDRAME, Maíra Ines. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 42.

¹⁶⁹ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001, p. 126. Sobre a importância das capelas na aglutinação dos colonos e os interesses econômicos que daí decorriam, conferir, por exemplo a disputa travada entre o comerciante Paulo Bortoluzzi e o padre Antônio Sório, sobre a posse da capela da colônia de Vale Vêneto: VENDRAME, Maíra Ines. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 35-67.

A construção de capelas em distritos coloniais obedecia a uma lógica diretamente ligada aos interesses econômicos locais. Conforme Loraine Giron, “*a liderança das comissões das capelas não era apenas símbolos da probidade, da religiosidade dos componentes da comunidade, representavam também o maior sucesso econômico*”. Sobre os fabriqueiros, continua a autora:

O grupo de associados era fechado, dele só poderiam fazer parte os proprietários de terras de cada região. Os “fabriqueiros” (que haviam construído a comunidade) eram os líderes da região, através deles é que a Igreja podia abranger os demais membros. Parece haver uma relação entre a “doação” do terreno para a capela (apenas de fato, não de direito) e a liderança local.¹⁷¹

Ações que extrapolavam o campo religioso fizeram com que os padres assumissem um papel de liderança, com uma função social, política e econômica bastante destacada e geradora de conflitos na RCI. Assim, o “*fenômeno religioso não pode constituir princípio explicativo de início e fim da experiência colonial italiana no Rio Grande do Sul*”; mas, ao contrário, “*deve ser dimensionado e explicado como parte e produto do processo colonial, a partir de um processo de crítica que separe história e mito, realidade e ideologia*”.¹⁷²

As representações sobre as funções dos padres na RCI demonstraram, muitas vezes, uma visão desconectada da realidade do processo histórico, pois se mitifica o sacerdote como um ser correto, moralista e poderoso, indispensável ao sucesso do imigrante na colonização. Olívio Manfroi menciona:

O sacerdote foi a personalidade mais desejada e mais procurada pelos primeiros imigrantes italianos. Ele representava a imagem de Deus, “uma imagem aureolada de mitos, de poderes sobrenaturais de abençoar e amaldiçoar”, o símbolo do progresso e o elemento essencial de uma Itália idealizada.¹⁷³

Mesmo levando em consideração seu papel como líderes morais, espirituais e políticos, os desentendimentos entre os sacerdotes e os imigrantes não foram poucos, sendo que “*o padre, como elemento de autoridade, possuía um poder muito forte na comunidade, o que não quer dizer que sobre ele e sua conduta não pudessem ser feitas críticas ou*

¹⁷⁰ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: Ediupf, 2002, p. 177.

¹⁷¹ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Parlanda, 1994, p. 53.

¹⁷² CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: Ediupf, 2002, p. 138.

¹⁷³ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001, p. 139.

represálias”.¹⁷⁴ Narrativas que descrevam a má conduta, os relacionamentos que contradiziam o celibato, os vícios, os erros, o enriquecimento pessoal e os abusos de padres na RCI não são poucos:

Casos como o de padres que abandonaram a batina para se casar, como fizeram os padres Cezar Sciullo e Francisco Acierno, ou que cobrassem taxas indevidas, como o pároco de D. Isabel, João Menegotto, que cobrava quintos réis de cada crismado, desmoralizavam a Igreja Católica perante seus opositores.¹⁷⁵

Emilio Franzina narra o caso do padre Antonio Passagi, primeiro capelão de Caxias, conhecido entre os imigrantes como “Antônio Cachaça”, que foi suspenso pelo bispo de Porto Alegre por ter, bêbado, celebrado um casamento no qual a noiva era, na verdade, um homem travestido.¹⁷⁶ Sobre os motivos da desilusão dos colonos católicos, conta Wunibaldo Backes:

O motivo desta situação foi o abandono em que ficou este povo por muitos anos, não tanto por falta de padres, mas pela situação irregular dos que por lá passaram. Em fins do século passado, lá foi o pároco o Pe. João de Oliveira Lima, o qual deixou numerosa descendência e manteve-se no cargo por longos 40 anos, contra a vontade do bispo e amparado pela autoridade imperial, mediante a lei do padroado. Outro sacerdote foi um tal Pe. Antonio Monaco, embora moralmente correto, ocupava-se mais com a política do que com a formação religiosa dos fiéis, granjeando muitos desafetos.¹⁷⁷

Júlio Lorenzoni lembra o padre Francisco Saviero Acierno, desde 1908 em Bento Gonçalves que, em 1912, casou com Ana Salton, tendo uma filha que abandonou depois de dois anos, voltando para a Itália, onde continuou a atuar como sacerdote.¹⁷⁸ O padre Antônio Sório, cuja história foi narrada por Luiz Eugênio Vécio, mesmo tendo chegado ao Brasil em condições paupérrimas, ao morrer violentamente, deixou inúmeros bens aos seus sobrinhos.¹⁷⁹

As autoridades eclesiásticas foram as principais colaboradoras na construção da imagem idealizada do imigrante. Criaram e difundiram a ideia de que as colônias italianas no

¹⁷⁴ ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana*. In: *Revista Mana*. Rio de Janeiro: vol. 13, n.2, Outubro/2007, p. 530.

¹⁷⁵ POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”: *questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875–1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 122.

¹⁷⁶ Citado por: POSSAMAI, Paulo. “*O sepulcro do pudor*”: *o combate aos bailes e a imposição de uma moral monacal pelos missionários aos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Métis*. Caxias do Sul: UCS, v.2, n.4, jul./dez./2003, p. 251.

¹⁷⁷ BACKES, Wunibaldo. *Santo Antônio da Patrulha nas memórias do Padre Wunibaldo*. Porto Alegre: EST, 1992, p. 11.

¹⁷⁸ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 141.

¹⁷⁹ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 48-49.

Rio Grande do Sul foram “o mais extraordinário e original palco de explosão da catolicidade”,¹⁸⁰ construção histórica amplamente reproduzida pela historiografia laudatória.

Essa representação está sendo questionada por novas análises. Somente a identificação por meio do catolicismo não corresponde à realidade observada em novos estudos. Como afirma Paulo Possamai, os imigrantes italianos eram “*católicos não há como negar, mas há diversas formas de catolicismo, e eles tiveram de aceitar a imposição de uma religiosidade padronizada pela hierarquia eclesiástica, marcada pelo autoritarismo e conservadorismo*”.¹⁸¹

As populações coloniais, além dos fatores de ordem econômica, representariam uma reserva de eleitores que deveria ser cooptada pelo PRR, proporcionando-lhe legitimidade, se não fosse sua constante instabilidade. A participação política da RCI não se resumiu a uma simples função de massa de manobra eleitoral, no interior do modelo de mando borgista. Boris Fausto, ao discutir a historiografia da imigração para São Paulo, analisando os estudos sobre mobilidade social, integração e pluralismo cultural, chama a atenção para o número reduzido de análises sobre o tema da participação política do imigrante:

tradicionalmente temos considerado que, no período da imigração em massa e nos decênios subsequentes, os imigrantes estiveram em grandes linhas à margem da política. Distantes das instâncias do poder, sem os mínimos requisitos de educação formal que lhes permitisse participar da vida pública, imigrantes de primeira e segunda geração estariam dedicados ao projeto de ascensão social pela via do mercado. O mundo político e as benesses dele derivadas, sobretudo sob a forma dos cargos públicos, seriam *chasse gardé* dos nacionais, funcionando inclusive como amortecedor das vicissitudes econômicas das famílias oligárquicas. Além disso, as restrições a estrangeiros assumirem cargos eletivos e cargos públicos em sentido estrito teriam contribuído para acentuar essa marginalização. (...)

Seria ingênuo pensar que a oligarquia abrisse fraternalmente espaço a estrangeiros e seus descendentes. Mas ela não podia simplesmente voltar as costas a uma massa de pessoas cada vez mais implantadas na vida social... No terreno das hipóteses que somente um número maior de monografias poderá confirmar, acredito em uma gradativa ocupação de postos políticos por parte de filhos e netos de imigrantes, começando tendencialmente em âmbito municipal. Esse movimento deve ter tido maior ou menor impulso, ter sido objeto de maior ou menor resistência, de acordo com a região e as peculiaridades locais.¹⁸²

Análises sobre o coronelismo em municípios da RCI prestar-se-ão para comprovar as peculiaridades que apresentava o modelo de cooptação utilizado pelo PRR, durante o período

¹⁸⁰ MANFROI, Olívio. *Imigração e Nacionalismo*. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza & MACHADO, Maria Pinheiro (orgs.). *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 52.

¹⁸¹ POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”..., p. 251-52.

¹⁸² FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991, p. 42-44.

borgista, conforme o contexto regional. Há que se esclarecer que a análise recusa a noção de que os imigrantes e seus descendentes foram marionetes nas mãos dos coronéis, mas sim elementos atuantes e, muitas vezes, contestadores do modelo político de Borges de Medeiros. Disso decorre a imposição de coronéis nomeados por Borges nestas localidades, elementos não pertencentes àquele contexto social, líderes políticos “importados” de outras regiões do Estado.

O coronelismo na RCI surge como um processo dinâmico a possuir como atores os coronéis e os imigrantes, interessados que o governo disponibilizasse melhorias em suas condições de vida nas colônias. Havendo divergência de interesses entre coronéis e colonos, estes se abstinham dos pleitos, sufragando candidatos dissidentes ou até mesmo a oposição.

Releituras de obras clássicas sobre o coronelismo são imprescindíveis para a compreensão do sistema. Por exemplo, a afirmação de que a propriedade da terra é condição essencial para aquisição e exercício de poder político, constitui-se num exagero. Em algumas regiões, a posse de terras e os padrões de distribuições, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no surgimento e manutenção do coronelismo.

Autores, como Raymundo Faoro, acreditavam que a propriedade fundiária foi um elemento decisivo do poder político dos coronéis por ser determinante de seu prestígio tradicional nas localidades. Em “*Os donos do poder*”, Faoro já esclarece algumas noções em relação ao coronelismo no Rio Grande do Sul, apesar de não se ater especialmente ao caso gaúcho, mas diferenciando-o em relação ao restante do Brasil.¹⁸³

Para Victor Nunes Leal, o coronelismo foi um sistema político caracterizado por relações de compromissos entre os grandes proprietários de terras em processo de decadência e o poder público estatal em estágio de consolidação, porém sua base de sustentação ainda encontrar-se-ia na estrutura agrária.¹⁸⁴ Referência indispensável, “*Coronelismo, enxada e voto*”, mesmo analisando o coronelismo de uma perspectiva distanciada da realidade do Rio Grande do Sul, apresenta importantes indicações sobre a estruturação e processos desenvolvidos pelo coronelismo, sua inserção em relação ao municipalismo, quanto à sua

¹⁸³ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975.

¹⁸⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

organização política, jurídica e social, além de detalhes importantes sobre como a legislação eleitoral funcionava inserida nas práticas coronelistas.

Outras obras de referência são os trabalhos de Maria de Lourdes Janotti, “*O coronelismo: uma política de compromissos*”,¹⁸⁵ e a de Maria Isaura Pereira de Queirós “*O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*”¹⁸⁶; como análises que caracterizam de modo geral o poder coronelista em nível nacional, mas que não esquecem de mencionar algumas peculiaridades regionais.

Em relação ao Rio Grande do Sul, torna-se preciso citar a clássica obra “*Coronelismo, borgismo e cooptação política*”, de Loiva Otero Félix, que aborda a inserção do poder local junto ao castilhismo/borgismo, utilizando uma variedade de fontes, como as cartas do Arquivo Borges de Medeiros. Este livro provoca reflexões que se convertem em novas problemáticas de pesquisa, enriquecendo a historiografia estadual, ao esclarecer os contornos do municipalismo, das relações de poder e das práticas coronelistas rio-grandenses.¹⁸⁷

Mesmo evidenciando a existência do coronelismo no Rio Grande do Sul, algo negado até então por grande parte da historiografia, Loiva Otero Félix equivoca-se ao refutar integralmente a aplicação do conceito de “coronel burocrata” no estado. Também não realizou “*uma análise sistêmica das relações de poder e permaneceu, ainda, vinculada a modelos interpretativos tradicionais*”, como, por exemplo, ao “*explicar as diferentes colorações partidárias a partir de uma relação mecânica entre classe social e região do Estado*”.¹⁸⁸

Assim, o fortalecimento de novos grupos de pressão na sociedade gaúcha, exercendo influência sobre os poderes públicos a fim de obter concessões conforme seus interesses, possibilitou o surgimento de lideranças nem sempre sujeitas às vontades dos coronéis em contexto regional. Na RCI, a concordância ou não em relação às políticas públicas estava condicionada ao atendimento dos pedidos das lideranças coloniais, de modo que a “massa de manobra” não era condicionada pelos coronéis, o que só ocorreria quando certas condições eram respeitadas e promessas, feitas pelos “donos do poder”, cumpridas:

¹⁸⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹⁸⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

¹⁸⁷ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

¹⁸⁸ AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 4.

(...) os colonos pequenos proprietários rurais não tinham grande interesse em participar da política partidária estadual, preocupando-se sobretudo com a sua sobrevivência. A sua adesão a determinados chefes e/ou partidos visava essencialmente a obtenção de favores que lhes garantissem melhores condições de vida.¹⁸⁹

As peculiaridades do coronelismo na RCI advêm da existência de um contexto nem sempre favorável à política borgista. Havia a constante necessidade do poder central barganhar por apoio político através de lideranças regionais, que faziam a intermediação com os colonos e seus líderes, um entrave permanente ao controle e manejo por parte do PRR.

Núcleos coloniais de difícil cooptação por parte dos coronéis locais, oscilando ora a uma ou outra facção partidária ou em relação a membros da Igreja Católica, foram obstáculos à política borgista região, o que motivou a nomeação de coronéis leais a Borges em certas ocasiões. Assim, cabe buscar na produção acadêmica mais recente algumas análises que não busquem generalizações e que contenham subsídios para embasar esta pesquisa.

A análise da Tese de Doutorado de Gunter Axt, “*Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul: 1889-1929*”, prestou enorme auxílio na elaboração deste trabalho, pois evidenciou a necessidade de estudos mais abrangentes sobre as gestões políticas e administrativas nas áreas de colonização ítalo-germânica, especialmente durante o período borgista. O autor assegura, ao analisar brevemente alguns distritos coloniais, que o sistema coronelista se desenvolveu em áreas cuja atividade econômica estava baseada na pequena propriedade rural de características coloniais.¹⁹⁰

¹⁸⁹ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haiké Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Relatório final de pesquisa/CNPq. Porto Alegre, março de 1992, p. 58.

¹⁹⁰ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul: 1889-1929*. Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 155: “As áreas de colonização ítalo-germânica vêm sendo apontadas pela historiografia como dóceis currais eleitorais do PRR e, especialmente, de Borges de Medeiros. Efetivamente, como registraram Roche (1969: 553) e Love (1975: 142), os descendentes de alemães prendiam-se pelo título eleitoral ao partido dominante. Mas o fato de não comporem os alistamentos federalistas não implicava sujeição incontestada à orientação palaciana, pois os eleitores distritais podiam abster-se dos pleitos, sufragar a dissidência ou, mesmo, alguns candidatos federalistas. É bem verdade que a análise conduzida nesse trabalho não compulsionou a documentação constante no Arquivo Borges de Medeiros para aqueles municípios classificados pelo próprio Presidente como “coloniais” (Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Garibaldi, Guaporé, Santa Cruz, São José do Norte, São Sebastião do Caí e São Leopoldo), mas sim avaliou a correspondência originária de municípios da Depressão Central (Cachoeira do Sul e Santa Maria) tradicionalmente de colonização lusa mas com distritos fortemente marcados pela presença ítalo-germânica. Entretanto, os indícios até aqui reunidos não nos permitem aceitar as afirmações de que “a população colonial era até mais fiel ao partido governamental do que os gaúchos não-colonos” e de que “o coronelismo parece ter sido abafado nas áreas habitadas pelos colonos” (LOVE, 1975: 143). Pelo contrário, o que se viu foi a intensa atividade dos coronéis junto aos distritos coloniais e o alto nível de imponderabilidade quanto aos resultados eleitorais dos pleitos ali desferidos. Loiva Félix (1997: 130) também localizou acirradas disputas entre as facções nos distritos coloniais em municípios do Planalto Central”.

O grande mérito de seu trabalho consiste no fato de aprofundar a análise do intervencionismo estatal na sociedade e na economia rio-grandenses, o que já havia sido feito por vários autores em obras que se tornaram clássicas da historiografia regional, mas sem uma abordagem específica e com o fôlego que esta Tese de Doutorado proporcionou.

Também merece destaque a Dissertação de Mestrado de Eliana Rela Alves, “*Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890–1924*”, que possibilita observar o papel de lideranças eclesiásticas em Caxias no início da República, bem como os porquês da ausência de “italianos” na liderança local naquele período.¹⁹¹

No trabalho de Sebastião Peres “*Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*”, é possível observar a forma como os colonos italianos, em outra região do estado (Santo Ângelo), aliados a comerciantes, começaram a romper o sistema de dominação que lhes era imposto por líderes coronelistas, aproveitando-se de uma dissidência no PRR local. Este trabalho confirma que os imigrantes italianos nem sempre se prestaram a uma massa de manobra nas mãos dos coronéis.¹⁹²

Na Dissertação de Katani Maria Nascimento Monteiro, “*Um italiano irrequieto em contexto revolucionário - um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul: 1912-1924*”, foi analisada a trajetória de uma liderança de origem italiana, algo há muito reivindicado por lideranças caxienses. A situação política de Caxias entre os anos de 1922 e 1924, um “*contexto de malquerenças*”, evidencia as conturbadas relações de poder na região, que continuaram durante e após a administração de Gobbato.¹⁹³

O trabalho de Mestrado de Márcia Sanocki Stormowski, “*Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias: 1875-1910*”, analisa o desenvolvimento socioeconômico dos primeiros 35 anos de Caxias, no momento em que a localidade se inseria no circuito mercantil regional. Esse crescimento se caracterizou pela formação de profundas desigualdades que expulsaram, desde o início da colonização, grande número de imigrantes

¹⁹¹ ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995.

¹⁹² PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1994.

¹⁹³ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

sem condições de lá se fixarem, apesar do poder adquirido pelo setor comercial local, que representou um dos principais grupos de pressão em relação ao poder borgista na região.¹⁹⁴

De Isléia Rössler Streit, com o trabalho de Mestrado “*Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço: Saldanha Marinho (1899-1930)*”, surge a contribuição aos estudos sobre relações de poder, sistema coronelista e ocupação territorial pelas companhias de colonização no Rio Grande do Sul. As companhias privadas de colonização (empresa colonizadora Castro, Silva e Cia., que loteou as terras da colônia, da qual era proprietário Evaristo Affonso de Castro, líder federalista) tinham grande importância no processo de ocupação e colonização regional, vinculando-se ao sistema coronelista rio-grandense¹⁹⁵.

Na Dissertação de Lurdes Grolli Ardenghi, “*Caboclos, ervateiros e coronéis*”, observa-se a constituição de grupos sociais distintos e adversários em uma mesma região, em acirradas relações de poder pela posse da terra: o “*poder do campo*” (constituído pelos coronéis latifundiários) e o “*poder do mato*” (caboclos, pequenos proprietários, posseiros e ervateiros). Os conflitos narrados pela autora não teriam a mesma importância se os pequenos proprietários, os “*dominados*”, não tivessem obtido o apoio de alguns “*dominantes*”, personificados na pessoa e na liderança do coronel Leonel Rocha. Este trabalho contribui para desmitificar a condição de imigrante ou do pequeno proprietário como um passivo espectador das lutas políticas, mas sim como um atuante protagonista das relações de poder.¹⁹⁶

A Tese de Doutorado de Maria Lucinete Fortunato, “*O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*”, possibilita uma visão mais aprofundada das diversas concepções acerca das origens, dos distintos conceitos e das diversas concepções que cercam o coronelismo no âmbito nacional. Mesmo que a autora, ao final de seu trabalho, dê maior atenção à imagem do coronel em obras literárias de José Lins do Rego, de Jorge Amado e de Dias Gomes, torna-se possível observar a importância do coronelismo para a realidade brasileira, seja na cultura política, seja na produção literária.¹⁹⁷

¹⁹⁴ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2005.

¹⁹⁵ STREIT, Isléia Rössler. *Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço: Saldanha Marinho (1899-1930)*. Passo Fundo: Dissertação de Mestrado em História/UPF, 2003.

¹⁹⁶ ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

¹⁹⁷ FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campinas: Tese de Doutorado em História/UNICAMP, 2000.

A leitura da Dissertação de Maíra Vendrame, “*Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*”, possibilita observar como os imigrantes reagiram quando viram seus interesses ameaçados, sendo a ordem substituída por movimentos de contestação, que tinham por propósito maior organizar uma sociedade autônoma de ingerências externas. Na visão dos imigrantes e seus descendentes, o desenvolvimento só seria alcançado se os distritos coloniais tivessem total independência, cuidando da sua própria administração, fora do alcance de forças governamentais. Também evidencia o modo como religião e interesses econômicos andavam de mãos dadas nas colônias¹⁹⁸

Em Maria Abel Machado, “*Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul*”, além de observar a formação do espaço urbano e da economia caxienses, evidencia-se um pouco da trajetória das relações de poder em Caxias durante a República Velha, através da união entre interesses privados e o poder público municipal, assim como a existência de intensas lutas políticas que afetaram a administração do município e o poder que possuía a Associação dos Comerciantes local.¹⁹⁹

Na coautoria de Kenia Maria Menegotto Pozenato e Loraine Slomp Giron, “*100 anos de imprensa regional: 1897-1997*”, destaca-se o papel da imprensa que, durante a República Velha, caracterizou o sistema coronelista na RCI, através da existência de jornais combativos apoiados nas facções partidárias, na presença de dissidências e nos conflitos políticos locais. Se não houvesse existido coronelismo na RCI, não haveria razão para a existência desses órgãos de imprensa combativos e excelentes fontes de pesquisa.²⁰⁰

No artigo de José Murilo de Carvalho, “*Rui Barbosa e a Razão Clientelista*”, sobressai a análise precisa que o autor realizou das cartas recebidas por Rui Barbosa que, assim como aquelas enviadas a Borges de Medeiros, reafirmam os meandros extremamente clientelistas da política brasileira durante a República Velha, pois “*a correspondência mostra sobretudo o profundo enraizamento social do clientelismo político, que pode ser visto como troca entre*

¹⁹⁸ VENDRAME, Maíra Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007.

¹⁹⁹ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001.

²⁰⁰ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

*partes desiguais envolvendo bens públicos”, posto que esta “troca desigual no campo político era uma extensão de trocas desiguais no campo social”.*²⁰¹

O relatório de pesquisa junto ao CNPq, “*Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*”, de autoria de Loiva Otero Félix, Haike Roselena Kleber e Benito Bisso Schmidt, apesar de não ter sido publicado, também é um excelente trabalho sobre a temática do coronelismo, por apresentar diferentes encaminhamentos das relações de poder nas regiões de ocupação colonial alemã e italiana, especialmente tendo em vista o modelo borgista de coronelismo.²⁰²

Ao comprovar a impossibilidade de uniformizar analiticamente o Rio Grande do Sul quanto às relações de poder, diferenciando a presença do coronelismo no estado, conforme suas regiões, este relatório vai ao encontro da proposta que aqui se desenvolve: de que a RCI apresentou características estruturais próprias na constituição de um coronelismo particular. Contudo, ao criticar a questão conceitual do “coronel burocrata”, os autores assimilam a generalização que buscam combater e tentam excluir por completo essa perspectiva de sua análise, como se tais personagens não pudessem ser observados em pesquisas específicas.

O coronelismo, em regiões caracterizadas pela presença de pequenas propriedades rurais, continha um acentuado grau de protesto das populações coloniais em relação ao poder dos coronéis. A caracterização de um pretense caráter apolítico das populações das regiões coloniais não procedem, haja vista o papel desempenhado, por exemplo, pelos distritos de colonização italiana no Rio Grande do Sul nas políticas partidárias locais, sagrando inclusive religiosos a líderes comunitários.

Através do trabalho aqui proposto, pretende-se contribuir ao estudo do coronelismo no Rio Grande do Sul durante o período borgista, com base na relação entre cultura e política na RCI. Bem como no que diz respeito às questões referentes às políticas borgistas e coronelistas nesta região, destacando a presença cada vez mais atuante dos imigrantes e seus descendentes como sujeitos políticos, enfatizando os potenciais sociais, históricos e políticos de suas manifestações.

²⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, p. 111.

²⁰² FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório final de pesquisa/CNPq, março de 1992.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORONELISMO: CONCEITO ÚNICO OU SUJEITO A VARIAÇÕES?

O sistema coronelista de poder definir-se-ia por relações de poder manifestadas de diferentes formas e situações nos diversos contextos históricos regionais da trajetória política brasileira. Contudo, foi utilizado verticalmente pelo Estado em formação, por meio da cooptação de lideranças locais conforme a conjuntura específica de cada localidade ou região.

O sistema coronelista se sustentou na medida em que o poder público (compreendido no governo estadual e federal) compartilhou com o poder privado (representado pelo coronel) interesses, o compromisso coronelista, que mantém a posição privilegiada de ambos no jogo político. Na análise deste sistema político complexo, antes de procurar formular conceitos que, muitas vezes, não correspondem à prática vislumbrada no trabalho com fontes empíricas, deve-se ter consciência de que conceituações generalizantes não poderão dar sustentação ao sistema e às suas peculiaridades regionais.

Por este motivo, são praticamente intermináveis as discussões em torno de seu conceito, pois raramente os autores levam em consideração as distintas conjunturas regionais sobre as quais recai a determinação do sistema, extremamente complexo e específico à evolução política brasileira e de cada região do país em particular.

A origem do coronelismo advém da criação da Guarda Nacional pelo governo do padre Diogo Antônio Feijó, em 18 de agosto de 1831 (extinta em 1918), com o intuito de manter a ordem institucional no vasto território da nação que se formava, além de procurar conter as perturbações políticas e sociais decorrentes da abdicação de D. Pedro I. Faziam parte da corporação os adultos entre 21 e 60 anos que tivessem renda superior a 200 mil-réis, nas quatro maiores cidades, e de mais de 100 mil-réis no restante do país. Os oficiais eram nomeados pelo ministro da Justiça, sob recomendação dos presidentes de província.²⁰³

²⁰³ Sobre as origens do coronelismo conferir a explicativa nota de Basílio de Magalhães, em: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 19-21.

Possuía como maior objetivo coibir movimentos de contestação à ordem estabelecida, assim como pressionar os grupos sociais, conforme os interesses dos senhores de terras. Neste contexto, eram os donos dos poderes locais que ocupavam os principais postos e, com o passar do tempo, a patente de coronel deixou de ser exclusivamente uma designação militar para indicar também o poder político dos líderes locais.

Tal medida serviu para estreitar os laços entre o poder estatal e o poder privado, com a cooptação do grande senhor de terras e escravos, base da organização social brasileira, que agiam praticamente sem o controle do Estado. A Guarda Nacional era constituída de elementos que nas localidades menores e mesmo nas maiores do país, passaram a ter o título de Coronel, Major, Capitão, Tenente e até mesmo Alferes para, em caso de riscos, manter a segurança e o equilíbrio social, perturbado por qualquer desordem.

A Guarda Nacional, também chamada “Milícia Cidadã”, foi organizada em todo o Império, mas era formada a partir dos municípios, de modo que, através da sua criação, o governo imperial reconheceu a primazia do poder político e econômico dos poderes locais, legitimando esses grupos, que se colocavam como defensores da ordem pública.

A divisão dos poderes locais na República Velha tem origem no Império, já que disputas entre facções municipais ocorriam desde o início do processo de criação da Guarda Nacional, pois cada grupo visava organizar e controlar a Guarda Nacional no município, que passaria a ser instrumento destas facções locais. Nas palavras de João Gualberto:

Durante o Império, a Guarda Nacional estruturou o poder local, ampliando o poder dos latifundiários, (...) nos processos eleitorais seus oficiais eram eleitos para os cargos mais importantes (...). Uma vez consolidados como núcleo central do poder o coronel iria ainda mais longe. Ele se transformaria na própria representação do poder, e não mais no intermediário da corte ou do imperador. Isto se daria com o fim do Império e a proclamação da República.²⁰⁴

Tendo sido criada com o objetivo de sustentar o governo central, sua organização por municípios possibilitava o fortalecimento das forças políticas locais em detrimento do poder central.²⁰⁵ Para ilustrar como se apresentava o poder do coronel, tanto para seus subordinados, se reproduz a seguir um fragmento que retrata o modelo considerado clássico do sistema

²⁰⁴ VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. *A Invenção do Coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, 1995, p. 50.

²⁰⁵ Sobre as origens da Guarda Nacional: FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História/UFPR, 1977; RODRIGUES, Antônio; FALCON, Francisco; NEVES, Margarida. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981. Especificamente para o caso do Rio Grande do Sul, conferir: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Milicianos e Guardas Nacionais gaúchos (1835-1845)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

político coronelista. Trata-se de um perfil do coronel José Bezerra de Araújo Galvão, do município de Currais Novos, no estado do Rio Grande do Norte:

O seu nome soava como uma nota de clarim, vibrando nas quebradas das serras e dos vales, como defensor da honra alheia, dos limites da propriedade privada, da moça ofendida, do pobre que apelava para a sua proteção, inimigo da prepotência, defensor dos hábitos e dos costumes de seu povo, transformados por uma sedimentação de vários séculos em norma de vida ou código de lei. No seu município predominou por muito tempo o regime do **Estado sou eu**. O município era ele. A lei era ele. O juiz, o delegado, o padre, era ele. Tudo isso, é lógico, dentro do decoro, da prudência, da polidez, da cordura que o seu nome de homem superior, inteligente, experimentado, abrangia, sem dizer que estava **mandando**. (...) Os seus **homens de confiança** eram guardiões de segurança da cidade, do município, da redondeza. Vem daí, em grande parte, o seu prestígio, a sua força moral, perante o povo bom, honesto e simples do sertão. (...) As famílias viviam unidas confraternizadas na dor, no sofrimento, na alegria, em torno do seu chefe.²⁰⁶

O coronelismo, como sistema político, predominou durante a República Velha (1889-1930), mas suas principais características, o mandonismo e o clientelismo, foram gestadas em um período anterior e, ainda hoje, manifestam-se de variados modos. O senso comum ainda identifica alguns estilos políticos em nível municipal, estadual ou federal como coronelísticos, mesmo que sem a permanência do sistema existente durante a República Velha.²⁰⁷

Suas características podem ser resumidas na concentração de poder de um ou alguns poucos personagens, em um espaço restrito. Baseava-se, a princípio, no poderio econômico (mas não exclusivamente)²⁰⁸ e no prestígio político particular, seguido pela união familiar ou de parentela e, por fim, completada pela sua relação com os aliados ou dependentes; mesmo que essas relações de poder não tenham sido irreversíveis ao longo do tempo. Era um sistema

²⁰⁶ CARONE, Edgard. *Coronelismo: definição histórica e bibliográfica*. In: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: 11 (3), jul. /set. 1971, p. 87 (grifos do autor).

²⁰⁷ Um grupo de pesquisadores desenvolve, atualmente, análises sobre a expressão “coronelismo eletrônico”, tratando-se a complexa relação existente entre as esferas da política e da comunicação, como do acesso da política sobre a comunicação, baseada no controle exercido sobre a propriedade de meios de comunicação, bem como da concessão desses veículos à figuras políticas atreladas ao governo. A expressão coronelismo eletrônico inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do Poder Público e os proprietários de canais de televisão e redes de rádios e jornais, o que configura uma subserviência do setor público em relação aos interesses particulares. Detalhes mais apurados sobre essa interessante temática podem ser vistos em: CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. *Coronéis eletrônicos, voto e censura prospectiva*. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis, v. 96, n. 4, 2002, p. 14-24; COSTA, Sylvio e BRENER, Jayme. *Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história*. In: *Comunicação & Política*, vol. IV, n. 2, maio/agosto, p. 29-53; SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. *Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito*. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, v.1, p. 77-101. STADNIK, Célia. *A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com meios de comunicação de massa no Brasil*. Porto Alegre: Monografia de conclusão do curso de Jornalismo/FAMECOS/PUCRS, 1991.

²⁰⁸ No Rio Grande do Sul republicano, nem sempre oficiais da Guarda Nacional foram comerciantes ou grandes proprietários, sendo o exemplo mais latente disso o caso de Adão Latorre, negro e pobre, mas que ocupou, nas forças oposicionistas, o posto de tenente-coronel em 1893 e coronel em 1923.

de poder autoritário, baseado em relações de poder complexas e de redes de compromissos entre as instâncias estatal (estadual ou federal) e os coronéis ao nível local, de forma que:

O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no estado.²⁰⁹

A partir do coronelismo se constituiu, na figura do coronel, um duradouro imaginário simbólico brasileiro. O autoritário mundo dos coronéis marcou profundamente a trajetória política e social do país, contribuindo para a constituição das mais variadas formas culturais e/ou literárias, nas quais essas relações de poder foram minuciosamente descritas.²¹⁰

Como todo discurso é ideologicamente marcado pela seleção, tanto pelo historiador quanto pelo ficcionista, os fatos históricos também podem ser analisados tendo em vista as representações daqueles acontecimentos encontradas na literatura. Para ilustrar o caso rio-grandense, vale observar no fragmento a seguir, do escritor Roque Callage (datado de 1923), a dramaticidade do recrutamento de “voluntários” para as populações coloniais:

Em Jaguari. Tarde tristonha de hibernia desenvolta. Fina garoa impertinente cai, incessante, desde as primeiras horas da manhã, quando o chuvisqueiro era ainda uma vaga neblina. Mês de julho. O frio é intenso. Pela frincha das portas, pelas frestas dos casebres e dos ranchos o minuano, cortante, assobia num desespero de louco.

A vila, habitada por colonos de nacionalidades diversas, sobrepujando porém o forte braço germânico, está numa doce quietude pacífica, num silêncio de colmeia em repouso. Na sua única e longa rua, a morrer em ligeiras curvas até o alto da serra por onde segue a estrada da colônia Ernesto Alves, poucos caminhantes afrontam, àquela hora, a intempérie do dia.

Súbito, na direção da Matriz, além da ponte, ouve-se um convulsivo lamento das mulheres misturado ao choro incessante de crianças. Ao olhar do primeiro curioso, o quadro se destaca então numa crueza selvagem de tintas: um grupo de homens – oito agricultores humildes – de cabeça baixa, pernas algemadas, marcham à frente de uma escolta à cavalo da Brigada Militar. Como voluntários, mas voluntários a maneador, vão verificar praça no Corpo Provisório da mesma milícia... Foram apanhados de surpresa, exatamente quando se entregavam ao rude trabalho da roça,

²⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 132.

²¹⁰ Para tal basta conferir as obras de Jorge Amado onde, invariavelmente, os coronéis nordestinos se fazem presentes nas suas mais diversas facetas; além de Graciliano Ramos, José Cândido de Carvalho, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa dentre outros. Para o caso do Rio Grande do Sul, conferir: PINTO, Aureliano de Figueiredo. *Memórias do Coronel Falcão*. Porto Alegre: Movimento, 1986, 3.ed.; VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971 e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre & MOREIRA, Maria Eunice (orgs.). *Literatura e guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993; JUVENAL, Amaro (Ramiro Barcelos). *Antônio Chimango: poemeto campestre*. 25. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998; SEVERO, José Antônio. *Os senhores da guerra*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2000.

na “linha” mais próspera da colônia. Não houve rogos, não houve súplicas que tocassem ao ânimo insensível e frio dos seus recrutadores.

- Nada de lamúrias. Tinham que ir ou por bem ou por mal, pra defender a legalidade...

E assim como estavam no trabalho, assim vieram, tocando estrada, demanda à vila, seminus, escoltados, manietados como criminosos. Atrás deles, uma a uma, de criancinhas ao colo, seguiam mulheres e filhos numa procissão de Calvário, exprimindo no seu choro convulso e nos seus lamentos longos, a dor infinita dos lares desfeitos.²¹¹

Para que se tenha uma ideia precisa do que tenha sido o coronelismo, em suas mais variadas facetas, dependendo das especificidades onde ocorreu, deve-se diferenciá-lo em relação ao mandonismo e ao clientelismo. Tendo em vista a ambiguidade do emprego destes conceitos, bastante próximos entre si, torna bastante claro o princípio de que:

A multiplicidade de níveis de coronéis é, assim, o primeiro aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país; (...) O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro – datado porque, embora aparecendo a apelação de “coronel” desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil.²¹²

O mandonismo, tipo de hostilidade “*que se manifesta na perseguição aos adversários*”,²¹³ seria uma característica da política tradicional brasileira. Existe desde o período colonial, sobrevivendo ainda em regiões isoladas, onde a população depende quase que exclusivamente dos recursos e da proteção de um líder local, refletindo-se numa relação de poder com caráter pessoal, pois o “*o mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional*”. O coronelismo como um “*momento particular do mandonismo*”²¹⁴ e, assim como o clientelismo, caracterizam as práticas coronelistas. Geralmente ocorre indefinição sobre os conceitos de coronelismo e mandonismo, bem como entre confundir-se o coronelismo com o conceito de clientelismo, que deve ser compreendido como:

²¹¹ Texto extraído de: *Roque Callage (1886-1931): Uma Época do Rio Grande: Antologia*. Porto Alegre: Callage & Filhos e Relatório Serviços de Marketing, 1997/98, p. 53-54.

²¹² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 172.

²¹³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 61.

²¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 133.

um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (...) Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos.²¹⁵

As práticas clientelistas tornam-se evidentes quando observadas a partir de uma análise aprofundada em nível local ou regional, através dos reflexos que as relações de clientela desencadeiam em uma perspectiva mais ampla, inferindo “*características gerais do sistema político a partir da generalização de estudos de caso*”.²¹⁶

Pelo fato do coronelismo possuir nitidamente relações de tipo clientelista, não significa afirmar que estas relações são exclusivas do sistema político coronelista. O clientelismo consiste numa forma de fazer política muito mais ampla do que aquele, variando e se adaptando de acordo com o desenvolvimento do processo histórico.

O clientelismo, por sua forma de apresentar-se, não se vinculando “a nenhum tipo específico de organização social, sendo encontrado em sociedades não apenas com diferentes regimes políticos, mas também com diferentes níveis de desenvolvimento econômico”²¹⁷, perpassa toda a história política e social brasileira, desde o período colonial até os dias atuais.

O clientelismo não é uma prática exclusiva do coronelismo, do mesmo modo que este não é caracterizado apenas por relações de clientelistas. Relações que envolvam a concessão de benefícios públicos, benefícios fiscais, o nepotismo, isenções de impostos, em troca de apoio político e votos, ainda estão presentes na sociedade. Segundo Murilo de Carvalho:

Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do “coronelismo” e que ele aumentou com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelista.²¹⁸

²¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 134.

²¹⁶ AVELINO FILHO, George. *Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas*. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 38, março/1994, p. 226.

²¹⁷ MARTINS FILHO, Amilcar. *Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, 1984, p. 181-182.

²¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 134-135.

A relação existente entre os conceitos de clientelismo, coronelismo e mandonismo não pode levar ao erro de tê-los como sinônimos, pois se desenvolveram em situações políticas, econômicas e sociais específicas. No caso rio-grandense, o crescimento da burocracia nas mãos do PRR possibilitou que o empreguismo fosse uma das características mais sensíveis do coronelismo no estado. Isso fez com que a política de clientela se desenvolvesse também no ambiente urbano, onde a organização de algumas categorias profissionais importantes em determinada região, motivou que esse processo de concessão de favores se acentuasse.

As práticas clientelistas podem ser vistas não apenas da perspectiva de quem manda, mas também do ângulo de quem obedece, pede, agradece ou busca, a partir de quem quer que detenha poder, algum favor de ordem material ou pessoal, de modo que o coronel era identificado como “*um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguira apoio e prestígio junto ao governo estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas*”.²¹⁹

Estes três conceitos, muito próximos entre si, porém não sinônimos, exemplificam que cada um deles teve ou tem sua particularidade e seu momento de maior abrangência e atuação no âmbito político nacional. A trajetória deles foi muito bem traçada por Murilo de Carvalho:

O coronelismo retrata-se como uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos.²²⁰

As discussões em torno do conceito de coronelismo e de conceituações aparentemente congêneres (mandonismo e clientelismo), provocaram a justa indagação de Murilo de Carvalho, ao questionar “*se toda essa discussão conceitual não é inútil disputa acadêmica*”.²²¹ A impossibilidade de uniformizar um conceito de coronelismo, que abrangesse os distintos processos históricos regionais, sobre os quais recaem as bases deste sistema político, fez com que o próprio Victor Nunes Leal, em artigo publicado em 1980, afirmasse que, para que se tenha uma compreensão mais detalhada do coronelismo, seria necessário prestar atenção às

²¹⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

²²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 135.

²²¹ CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 147.

“condições políticas de todos os estados, uma vez que o coronelismo se desenvolvia no âmbito do Estado, como peça de sua engrenagem política”.²²²

Ainda no mesmo artigo, Nunes Leal crê na necessidade de levar em consideração as mais diversas posturas e enfoques frente àquela problemática, encarando o coronelismo como “um aspecto local da dominação política, um aspecto local das lutas e dos entendimentos políticos, embora refletindo-se nos círculos mais amplos e contribuindo, por suas características, para dar uma tonalidade própria a toda a vida política do país”.²²³

Ao considerar o coronelismo um sistema político relacionado ao desenvolvimento do Estado nacional brasileiro, Victor Nunes Leal acredita que tal sistema compreende uma complexa rede de relações que permeia todos os níveis de atuação política de um determinado período, como um sistema de reciprocidade, onde:

de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.²²⁴

Esse sistema de reciprocidade compreendeu uma complexa rede de relações que permeou todos os níveis de atuação política durante a República Velha. Envolveva barganhas e trocas de compromissos, especialmente em períodos eleitorais, entre os coronéis, fornecedores do eleitorado cooptado, com a situação dominante estadual, fornecedora de cargos públicos, além de favores, especialmente de caráter econômico, como isenções fiscais.

Alguns autores, como Raymundo Faoro, acreditam que a propriedade fundiária foi um elemento determinante do poder político dos coronéis por ser fonte de seu prestígio nas localidades.²²⁵ Victor Nunes Leal, por sua vez, crê que o coronelismo apresentou-se como um sistema político caracterizado por uma relação de compromisso entre os senhores proprietários de terras em processo de decadência e o poder público estatal em estágio de consolidação, porém sua base de sustentação encontrar-se-ia na estrutura agrária, como “um

²²² LEAL, Victor Nunes. *O coronelismo e o coronelismo de cada um*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais e Humanas*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980, p. 11-12.

²²³ LEAL, Victor Nunes. *Op cit.*, p. 12.

²²⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 43.

²²⁵ Conferir: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo/USP, 1975.

*compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.*²²⁶

O fortalecimento de novos grupos de pressão na sociedade, muitas vezes no espaço urbano, possibilitou o surgimento de núcleos sociais nem sempre sujeitos às vontades dos coronéis de certa região, fazendo com que estes optassem muitas vezes pela negociação, mais do que pela coerção, em relação a esses grupos.²²⁷

A propriedade da terra não foi elemento determinante do poder dos coronéis, de modo que problemáticas localizadas atuaram na determinação da estrutura do poder coronelista e não como fator de seu declínio.²²⁸ Enquanto Queiroz vê o comércio como um elemento atuando na determinação da estrutura coronelista, Leal o vê como um fator de declínio.

Maria Alonso de Andrade e de Maria Ferraz de Sá²²⁹ consideram a propriedade da terra como elemento determinante do sistema coronelista e só aceitam a relação dos chefes locais com as esferas estadual e federal associada à propriedade de terra. Ao contrário desses autores, acredita-se que essa relação tem se dado muitas vezes de forma autônoma com relação à estrutura agrária. Assim, a capacidade de arregimentar eleitores surge como principal fonte do poder político dos coronéis, a colocar à mostra, em épocas de enfrentamento eleitoral, o caráter de determinado tipo de coronelismo.²³⁰

Autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz creem que um coronel “constituía uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para se

²²⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, 3. ed., p. 20.

²²⁷ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 46-47: “a afirmação de que a propriedade da terra é condição sine qua non para aquisição e exercício de poder político, constitui-se num exagero. Na realidade, durante a Primeira República, a posse de terras e os padrões de distribuições, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo”.

²²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Coronelismo*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984, p. 1598: “Assim como há o coronel grande proprietário rural, pode haver também, segundo os novos estudos, mandões que constroem seu poder através da atividade comercial, da indústria, ou mesmo do exercício da profissão liberal e do sacerdócio. O isolamento também é questionado, especialmente no caso dos coronéis comerciantes e industriais”.

²²⁹ ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. *Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República*. João Pessoa: UFPB, 1985; SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis – um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: UFPE, 1974.

²³⁰ Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...*, p. 23: “a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro de sua esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em torno de sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes”.

conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores”, sendo o “elemento chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira”.²³¹

O coronel era uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador do município ou região, no qual as pessoas se identificavam, isto é, “*fulano é gente do coronel tal*”, o que não significa afirmar que não existissem divisões no interior do município entre coronéis rivais. As relações de poder, em períodos eleitorais e nas disputas intrapartidárias, demonstram o modo como se apresentava o coronelismo em uma região. Da mesma forma, evidenciam-se as relações desses coronéis junto ao poder estadual, desempenhando:

um papel estratégico na *preservação* de uma hegemonia política já conquistada. Precisemos esse papel conservador: a vitória eleitoral pra a qual contribui o coronelismo, tem o condão de legitimar, aos olhos das demais frações da classe dominante, a continuidade da hegemonia política de uma fração determinada.²³²

Entre outros autores, Paul Cammack, em um artigo que se tornou clássico²³³, tal a truculência com que critica a obra de Victor Nunes Leal, nega que o controle do eleitorado por parte dos coronéis tenha desempenhado um papel de grande importância na manutenção do sistema político, em nível local, estadual ou federal. Mesmo assim, Cammack reconhece que, na possibilidade de uma disputa interna entre coronéis de uma região, ocorreria a possibilidade das facções disputarem o auxílio do governo estadual, para a satisfação deste, pois:

qualquer que seja a favorecida, ambas continuarão a garantir votos para os candidatos oficiais, tanto a nível estadual como federal. (...) o governo estadual fica, então, numa posição privilegiada, já que se beneficiará dos votos arrebanhados por todos os coronéis, tanto os que estão dentro do compromisso como os excluídos.²³⁴

Resta reforçar a ideia que isso vale para as facções de um mesmo partido, não cabendo para forças de oposição partidária, excluídas do compromisso firmado com o partido dominante. No citado artigo, Cammack nega a ocorrência de práticas clientelistas sem a existência *a priori* do coronelismo, provocando uma verdadeira retaliação de Amílcar Martins

²³¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 164.

²³² SAES, Décio. *Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação*. In: *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998, p. 99 (grifos do autor).

²³³ CAMMACK, Paul. *O “Coronelismo” e o “Compromisso Coronelista”: Uma Crítica*. In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, n. 5, 1979, p. 1-20.

²³⁴ CAMMACK, Paul. *Op cit.*, p. 9.

Filho.²³⁵ Cammack apresenta contribuições ao questionar o fato dos coronéis serem, unicamente, agentes de atraso ou desprovidos de qualquer interesse sócio-econômico, já que estavam inseridos em um contexto de complexas relações sociais, políticas e econômicas, das quais decorrem as peculiaridades do sistema político coronelista.²³⁶

As ações dos coronéis inseridos neste contexto, dependentes do poder estadual para suplantar seus adversários e adquirir cargos públicos, revelam a maneira como o poder central conduz esses compromissos conforme seus interesses. Antes de acolher conceitos que muitas vezes não correspondem à prática observada no trabalho com fontes empíricas, torna-se preciso ter consciência de que conceituações generalizantes não poderão dar sustentação à análise do sistema político coronelista e às peculiaridades regionais em que se desenvolveu.

O coronelismo teve a sua “época de ouro” com o federalismo da República Velha, que fortaleceu os poderes regionais em relação aos centros políticos, especialmente após 1902, com a criação, por parte do presidente da República Campos Salles, de um sistema de troca de favores em nível nacional, que se convencionou chamar de política dos governadores.²³⁷ Neste período, o coronelismo atingiu o seu auge, como sistema político que dava sustentação à toda República, pois não era “*um fenômeno indiferente às grandes transformações do Estado e, sim, como um conjunto de práticas só possíveis num tipo determinado de Estado, e funcionais tão somente para esse tipo de Estado*”.²³⁸

²³⁵ MARTINS FILHO, Amílcar. *Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, 1984, p. 175-197.

²³⁶ Segundo CAMMACK, Paul. *Op cit.*, p. 11: “*Não obstante a caracterização do fazendeiro-coronel como “poder privado”, ele não é visto em sua condição “privada” como um produtor de bens para o mercado, nem como vitalmente interessado, nesta condição, em questões tais como o preço e a disponibilidade de mão-de-obra, a construção de estradas de rodagem e ferrovias para acesso a mercados distantes e a redução dos custos de transporte, a negociação de empréstimos no estrangeiro para o financiamento dessas construções, a disponibilidade de crédito em épocas boas e más, o apoio estadual e federal em época de crise, o nível da tarifas e das taxas de câmbio, em suma, as políticas gerais e específicas dos governos estadual e federal; ele é visto antes simplesmente como um competidor por bens ou serviços “públicos” e pela patronagem que a administração estadual pode oferecer dentro dos limites do município.*”

²³⁷ Tal política consistia numa teia de compromissos que iniciava no presidente da República, que exigia que os presidentes de estados lhes enviassem bancadas de apoio a sua política no congresso, ao que ele sustentaria, até com apoio militar, as propostas estaduais dos governadores, colocados num bloco intermediário, sendo que estes articulariam seu poder regional com os coronéis ao nível das municipalidades de seu estado que, por sua vez, mandariam para a assembleia estadual representantes acordes com a política daquele governador e seus interesses. Em outras palavras, uma determinada região político-administrativa teria como função principal o papel de servir como mediadora atuante e permanente de barganhas políticas. Sobre a política dos governadores conferir: CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 101-112 e SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na Primeira República*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 162-226.

O declínio do sistema político coronelista dá-se a partir da década de 1920, nos movimentos liberais de urbanização e de industrialização nacionais, mas teve sua decadência acentuada após 1930, quando da implantação do voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral, medidas de profundo impacto contra o poder dos coronéis, eliminando a rede de favores políticos a partir da criação da figura personalista de chefe de Estado de Getúlio Vargas.

Contudo, outros autores discordam dessa datação. Vilaça e Albuquerque²³⁹ acreditam que a decadência do coronelismo tenha ocorrido nos anos 1960; Maria de Lourdes Janotti, estende aos dias de hoje a estrutura coronelista²⁴⁰ e João Morais de Sousa, observa na região nordestina uma continuidade perene do sistema.²⁴¹

O coronelismo foi um sistema político que possuiu limitação temporal restrita à República Velha. Base das relações de poder naquele momento específico de transição entre duas estruturas políticas diferenciadas, aceitá-lo como sistema ainda presente na sociedade brasileira seria anacrônico. Assim, se concorda com aquilo posto por Mônica Goulart:

Em termos gerais, acreditamos ser o foco de análises distorcidas em relação ao coronelismo o fato de existirem coronéis atuando na política local antes e depois da Primeira República. Entretanto, esta atuação do coronel não compreende a mesma dentro do *sistema político* da República Velha, que faz com que se produza neste período, peculiaridades em relação às ações dos coronéis. Ou seja, nada impede que vinculemos as ações de coronéis em períodos diferentes, mas efetivamente tais ações estarão enraizadas em outras formas de práticas políticas como o mandonismo ou o clientelismo e não enquanto coronelismo promovido como um *sistema político* característico apenas durante 1889 até 1930, conforme bem enfatiza Vitor Nunes Leal.²⁴²

Os coronéis existiam antes e após a República Velha, mas seria incoerência aceitar a existência do sistema em um momento anterior ou posterior à República Velha. Como menciona Murilo de Carvalho:

²³⁸ SAES, Décio. *Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação*. In: *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998, p. 74-75.

²³⁹ VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

²⁴⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 80.

²⁴¹ SOUSA, João Morais. *Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local*. Recife: Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, v. 11, pp. 321-335, 1995. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/sociologia/souza2.pdf>. Acesso em 22/10/2006.

²⁴² GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no estado do Paraná: 1880-1930*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFPR, 2004, p. 31.

Por fim, quando se fala, melhor, quando eu falo de coronéis hoje, uso a parte pelo todo. O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis de governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. Habilidoso, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade. Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a conivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis. Nesse sentido, o novo coronel é parte de um sistema clientelístico nacional.²⁴³

A partir da década de 1930, a figura do coronel, mesmo que não tenha sido eliminada totalmente da vida política nacional, teve sua importância reduzida, pela ausência do sistema que o atrelava ao poder estabelecido. O crescimento da população urbana e a diminuição da população rural alteraram as feições do eleitorado. A adoção do voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral criaram dificuldades que extinguíram o coronelismo, mas não acabaram com os coronéis, ainda atuantes em regiões isoladas do país.

Diferenciam-se, então, três modelos de coronelismo no Rio Grande do Sul, conforme o contexto histórico. No período imperial prevalecia a autonomia de ação quase completa dos coronéis da Guarda Nacional. O sistema político imperial possuía pouca representatividade e excessiva centralização. As transformações sociais e econômicas, pela quais passava a província, não provocavam “*uma correspondente adaptação das estruturas políticas vigentes*”, não sendo dada a devida importância à “*emergência de novos grupos sociais*”, deixando de lado “*a colonização e a imigração como instrumentos de capitalização*”.²⁴⁴

Segundo Richard Graham, o clientelismo no século XIX perpassava todas as relações políticas, através de indicações e de uma complexa troca de favores e de concessões, em uma rede de relações que sustentava todo o processo político do Império. Passando pela figura do Imperador e de seus ministros até chegar às lideranças do poder local, significou, “*como*

²⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *As metamorfoses do coronel*. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 06 mai./2001. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf>. Acesso em 31/03/2010. No mesmo texto, o autor conclui: “*O coronelismo, como sistema nacional de poder, acabou em 1930, mais precisamente com a prisão do governador gaúcho, Flores da Cunha, em 1937. O centralismo estado-novista destruiu o federalismo de 1891 e reduziu o poder dos governadores e de seus coronéis. Mas os coronéis não desapareceram. (...) O coronel típico da Primeira República dependia do governo para manter seu poder. Era governista por definição*”.

²⁴⁴ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no Império*. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 115.

qualquer outra medida de controle social no Brasil”, que “*a ação governamental funcionava para fortalecer uma sociedade hierárquica e promover os interesses de poucos*”.²⁴⁵

O quadro político imperial que Richard Graham reconstrói, se estende desde a Corte até as facções dos poderes locais, preparando as bases do que se tornaria o compromisso coronelista, a ser consolidado na República Velha, tornando-se as “*raízes daquilo que mais tarde veio a se chamar coronelismo*”, ou seja, “*a tendência de permitir reinado aos chefões locais, contando que as eleições restituíssem congressistas que apoiassem os propósitos dos líderes nacionais e regionais - foram profundamente plantadas no século XIX*”.²⁴⁶

Durante as quase sete décadas de sua duração, o regime imperial notabilizou-se por um quadro político fechado e restrito, com alto índice de acumulação de cargos e longevidade na sua ocupação, como pela inexistência de grandes conflitos entre os coronéis, fossem liberais ou conservadores, já que “*os chefes políticos locais integraram-se à máquina política imperial*”, o que se explica devido ao fato de que o “*Poder Moderador encarregou-se de manter o ritmo de revezamento partidário e, conseqüentemente, das posições de mando*”.²⁴⁷

Os partidos Conservador e Liberal abrigavam como membros apenas representantes dos setores sociais dominantes, não tendo traços ideológicos que os separassem, de modo que seus membros passavam frequentemente, sem maiores constrangimentos, de uma para outra agremiação partidária. A incapacidade da estrutura montada durante o período imperial em satisfazer o surgimento de novas reivindicações sociais, evidenciou “*a dificuldade do sistema e dos grupos sociais dominantes de incorporarem novos grupos sociais emergentes dentro do processo de desenvolvimento econômico em andamento. A cooptação era muito lenta*”.²⁴⁸

O PRR soube capitalizar politicamente esses novos grupos sociais, relegados a um plano secundário dentro da estrutura imperial, amparando suas reivindicações. Também soube construir importantes estratégias para consolidar em suas mãos o poder político no Rio Grande do Sul. Como afirma Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos:

²⁴⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 64.

²⁴⁶ GRAHAM, Richard. *Op cit.*, p. 167.

²⁴⁷ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 43.

²⁴⁸ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Op cit.*, p. 113.

O Partido Republicano do Rio Grande do Sul teve uma estrutura muito interessante para o século XIX. Traçou um esquema de organização, uma estruturação que se constituiu em sua espinha dorsal. O PRR chegava aos lugares mais remotos por meio de clubes e núcleos republicanos. Foram fundados também diversos jornais. Lembro que os jornais do século XIX eram políticos, porta-vozes dos partidos. Os jornais eram uma ponte entre o grupo dirigente de Porto Alegre e os grupos do interior. A imprensa partidária publicava as cartas e adesões de novos membros e novos núcleos de simpatizantes. Esses jornais permitem hoje que possamos fazer uma leitura de como foi crescendo ano a ano, no período da propaganda, esse Partido, dão visibilidade à estratégia do PRR e fazem ver como é difícil desestruturar um partido que tem representações locais e a necessidade dos partidos de ter essa representação. Acho que o PRR deu uma lição em termos de estratégia partidária.²⁴⁹

O segundo modelo seria aquele estruturado por Júlio de Castilhos. A organização do Estado republicano foi institucionalizada pela Constituição Estadual de 1891, através da inserção jurídica do Estado no controle dos poderes locais, possibilitando uma política de cooptação de líderes regionais, integrando os coronéis à estrutura do PRR, pois:

não sendo possível, nem desejado, o enfrentamento, a solução ideada por Castilhos e continuada por Borges, foi a de um comportamento político intermediário, integrando os coronéis à estrutura partidária, colocando-os nas comissões diretoras dos diretórios municipais do PRR e investindo-os em funções políticas nas intendências, nos conselhos intencionais (ou municipais) e nas funções políticas do município e do distrito. Na verdade, o grande poder estava no partido, representado pelo Poder Executivo. O poder das comissões era figurativo (conseguir emprego, abrir estradas, etc...)²⁵⁰

Na falta de uma base social ampla, o PRR aproveitou-se das estruturas tradicionais do poder local, pela substituição de elementos vinculados às oligarquias tradicionais do período imperial por outros, vinculados ao PRR e comprometidos com o seu projeto. A absorção do coronelismo pelo PRR deveu-se ao fato do partido procurar legitimar seu programa político, baseado no positivismo, convertido em valores públicos sustentados pela legislação estadual.

A ausência de uma base social suficientemente ampla para dar-lhe sustentação foi compensada com o aproveitamento das estruturas tradicionais do poder oligárquico, baseadas no poder dos chefes políticos locais. A absorção dessas estruturas pelo castilhismo-borgismo foi sendo feita aos poucos, pela substituição dos elementos vinculados às oligarquias tradicionais que as controlavam por outros, vinculados ao PRR e comprometidos com o projeto castilhistaborgista. Substituiu-se o coronelismo do Império pelo coronelismo republicano.²⁵¹

²⁴⁹ RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *Júlio de Castilhos e o PRR: da oposição ao governo*. In: *IHU On Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, ano 3, n. 79, 13 de outubro de 2003, p. 41.

²⁵⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica*. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, vol. 28, n. 127. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1992, p. 83.

²⁵¹ PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1994, p. 168.

O coronelismo no Rio Grande do Sul, sob a orientação política castilhista, distinguia-se do modelo anterior graças a intervenção do poder executivo estadual nos municípios, contrariando a premissa da autonomia municipal contida na Constituição Estadual de 1891. Contudo, continuou a ser pautado por altas doses de clientelismo, mesmo da parte do governo estadual, que solicitava aos chefes locais a indicação de funcionários a serem nomeados:

O clientelismo que se estabelecia a partir da distribuição de cargos públicos era outro fator que reforçava o poder coronelístico. A nomeação, para cargos da alçada estadual, de pessoas indicadas pelo coronel não era só demonstração de prestígio. Permitia-lhe reforçar os laços clientelísticos de submissão e fidelidade, e colocava sob seu controle direto os órgãos que representavam o poder público estadual no município. O mesmo sentido presidia a nomeação, pelo coronel, para cargos municipais, de indicados por *dependentes* seus.²⁵²

O PRR, após assumir o poder estadual, implanta reformas no âmbito militar, tendo em vista reforçar o poder de coerção sobre certos grupos adversários, através da criação da Brigada Militar, dos Corpos Provisórios, dos Corpos Auxiliares e das Guardas Municipais.²⁵³ O conjunto dessas forças militares suplantavam, muitas vezes, o poder das tropas do Exército aquarteladas no Rio Grande do Sul.²⁵⁴

A nova ordenação do coronelismo no Rio Grande do Sul, após 1889, deveu-se a inexistência, no período anterior, de uma política que atendesse setores sociais afastados das elites tradicionais, especialmente aqueles setores ligados à pecuária. Os dirigentes do PRR (minoritário, mas de posse do poder estadual), adaptando preceitos positivistas, buscaram para junto de si grupos sociais ou categorias profissionais excluídos até então das proximidades do poder, como as populações das regiões coloniais e os setores médios urbanos:

A classe dominante ao nível regional preocupou-se durante todo o Império em dilatar a sua participação, participação limitada pelo próprio sistema político imperial. Assim, não seria sua a preocupação em ampliar a participação política de grupos sociais não pertencentes a ela.

Assim, assistiu-se no Rio Grande do Sul a um desenvolvimento econômico no decorrer da segunda metade do século XIX, sem que isso signifique um desenvolvimento político no sentido de incorporar os novos grupos emergentes do processo de transformação econômicas.²⁵⁵

²⁵² PERES, Sebastião. *Op cit.*, p. 151-152.

²⁵³ Conferir: PEREIRA, Maristela Silva. *Os corpos provisórios da Brigada Militar: seus aspectos sociais e utilitários (1923-1927)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1993; PEREIRA, Maristela Silva. *Um estudo sobre a participação dos coronéis borgistas nos conflitos armados da República Velha Rio-Grandense*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, vol. XX, n.2, 1994. p. 27-43.

²⁵⁴ Conferir: SILVEIRA, Flávio Eduardo. *O Positivismo Castilhista e o Exército: identidade e contradição*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFRGS, 1989.

²⁵⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Op cit.*, p. 116.

A diferenciação entre os modelos de coronelismo, imperial e republicano, se deve essencialmente ao fato do sistema imperial não ter sido institucionalizado, como o foi durante a República Velha. Outro fator a distingui-los refere-se à incorporação, ao projeto político republicano, de setores sociais e econômicos excluídos até então. A revolução federalista, por sua vez, correspondeu a uma reação de um grande número de coronéis que não estavam dispostos a perder o monopólio do poder político estadual, afastados completa e repetidamente das proximidades do mesmo.

O terceiro modelo seria aquele decorrente ao contexto de mando de Borges de Medeiros, diferenciado do modelo de Júlio de Castilhos devido ao fracionamento dos poderes locais e das próprias fileiras do PRR após a morte do líder partidário. Escreve Axt: “*após a morte de Castilhos, o oficialismo estadual entrou em rota de colisão com as correntes dominantes em muitos municípios*”, devido ao fato daquelas lideranças locais terem firmado sólidas alianças com Castilhos e por estarem descontentes com a nova liderança borgista, “*contribuindo no fomento a um clima de irritação geral*”.²⁵⁶

Com o intuito de melhor compreender como se deram as relações de poder no Rio Grande do Sul e suas especificidades, durante a República Velha, torna-se necessário uma periodização que possa levar em consideração toda a heterogeneidade de tais relações de poder inseridas no sistema coronelista regional. Para tal será utilizada a periodização proposta por Gunter Axt, por acreditar ser esta a mais adequada a análise desenvolvida neste trabalho, ao considerar as circunstâncias sociais, econômicas e partidárias da seguinte forma:

- a) Institucionalização republicana (1889-1895): foi o período de maior instabilidade política e administrativa, marcado pelo *Governicho* cassalista, pela cruenta Revolução Federalista e pela construção do edifício jurídico. (...)
- b) Hegemonia castilhista (1895-1903): com a derrota e o quase extermínio da oposição, Júlio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando a administração pública, a política estadual e as situações municipais até a sua morte prematura, em 1903. (...)
- c) Crise de hegemonia (1903-1907): com a morte de Castilhos, altas lideranças partidárias passaram a questionar o projeto de Borges de Medeiros, que pretendia ser o administrador austero e herdeiro do carisma de Júlio de Castilhos, substituindo-o no comando unipessoal. (...)
- d) Construção da hegemonia borgiana (1908-1913): Entre 1908 e 1913, durante o Governo Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permaneceu na chefia partidária e pôde organizar toda uma *rede de compromissos* e lealdades no interior. (...)

²⁵⁶ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 106.

e) Hegemonia borgiana (1913-1920): ao reassumir o governo do Estado em 1913, Borges de Medeiros consolidou novamente o conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado. Dessa vez, respaldou o comando partidário e o controle governativo com uma *rede de compromissos* solidamente entranhada no interior do Estado, de tal forma que enfrentou as cisões de 1915 e 1916 sem comprometer o controle sobre o Partido. (...)

f) Contestações e crise de hegemonia (1921-1923): a fórmula adotada para viabilizar as encampações de 1919/1920 suscitou uma grave crise financeira entre 1921 e 1923, que levou água ao moinho da oposição e desaguou nas contestações da campanha assistida de 1922. (...)

g) Recomposição da aliança hegemônica (1923-1930): com o Pacto de Pedras Altas de dezembro de 1923, que pacificou a Revolução Assisista, garantiu-se a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos no governo do Estado. Em compensação, a oposição logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilhistas, pois, entre outras coisas, vedou a possibilidade de re-eleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos municípios. (...) ²⁵⁷

A construção do modelo coronelista de Borges de Medeiros decorre de sua pretensão de acalmar os ânimos daqueles que não concordavam que ele assumisse a chefia do partido juntamente com a chefia do estado. E, após 1903, “*ao invés de compor com as situações dominantes nos municípios, Borges preferiu confrontar muitas delas, numa tentativa de fabricar correntes leais a sua rede de reciprocidade*” ²⁵⁸.

O afastamento de Borges da chefia estadual durante o período 1908-1913 confirma sua intenção de reorganizar as fileiras do partido em suas bases de sustentação no interior do Rio Grande do Sul, devido à sensível crise de hegemonia que afetou, senão constrangeu, seu poder durante o período de 1903 a 1908. ²⁵⁹ Graças à sua ação centralizadora e autoritária, bem como seu desejo de disciplinar, hierarquizar e tornar rígida a estrutura partidária do PRR, Borges de Medeiros procurava cooptar algumas lideranças locais leais, trocando de comando outras. Moldou o sistema coronelista à sua orientação, mesmo que para isso precisasse criar facções em seu próprio partido, no âmbito dos poderes locais. Assim, Borges:

²⁵⁷ AXT, Gunter. *Coronelismo Indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003, p. 285-287; _____. *Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder*. In: AXT, Gunter et al. (org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 123-127.

²⁵⁸ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 106..

²⁵⁹ Cf. TORRONTÉGUY, Teófilo. *O Partido Republicano Democrático: Texto e Pretexto de uma Dissidência Liberal*. In: *Revista Sociais e Humanas*, v. 7, n. 2. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1992, p. 47-64; ALVES, Francisco das Neves. *Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação*. In: *Revista BIBLOS*. Rio Grande: FURG, n. 7, 1995, p. 189-211; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Ciência Política/UFRGS, 1998; GERTZ, René E. *A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul*. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 963-976.

(...) manteve o partido sempre fracionado, dividindo permanentemente suas bases, para ter margem de barganha, colocando-se sempre acima das facções locais. (...), colocando-se ora de um lado, ora de outro, a impressão causada aos lutadores locais era de que ou o presidente (do estado) os apoiava, ou desconhecia os detalhes da luta. Mas, não somente para manter o partido fracionado, como também para saber como agir, Borges se utilizava de diferentes fontes de informação, de ambos os lados dos conflitos.²⁶⁰

Esta atitude explica-se pela sua intenção de obter, com as divisões operadas no PRR, variadas possibilidades de barganha política, impossibilitando o surgimento de dissidências que pudessem abalar sua hegemonia pessoal e do grupo que o cercava. Neste momento, torna-se necessário explicitar as diferentes concepções que possuíam os coronéis em relação ao compromisso coronelista assumido com Borges de Medeiros e a perspectiva deste, tendo em vista sua ingerência nos poderes locais gerando um conflito de interpretações:

Na concepção do coronel, Estado e município constituíam esferas distintas de poder, afeta, cada uma, a um nível distinto de chefia. Embora admitisse uma hierarquização entre estes níveis de chefia e reconhecesse a subordinação do município ao Estado, entendia o exercício do poder como restrito à esfera institucional a que se achasse vinculada a chefia. Assim, o Presidente do Estado e chefe estadual exercia seu poder, com exclusividade, em relação a tudo quanto dissesse respeito à esfera do Estado, enquanto o Intendente e chefe municipal exercia seu poder, também com exclusividade, em relação a tudo que respeitasse à esfera municipal. Ou seja, o coronel entendia que o mesmo grau de autonomia que o Estado experimentava em relação à Federação, o município experimentava em relação ao Estado.

Não era este o entendimento de Borges de Medeiros, para quem havia uma única esfera de poder, o Estado, sendo o município mera subdivisão deste e, portanto, o poder municipal mera derivação do poder estadual, constituindo-se o exercício do poder pelo chefe municipal mera delegação do chefe estadual. Instalava-se a crise justamente porque esse chefe municipal, como criatura rebelando-se contra o criador, buscava exercer o seu poder derivado como poder genuíno, autônomo; assumia como poder pessoal um poder delegado. Tornava-se necessário, então, recolocar as coisas nos seus devidos lugares, chamando à razão o chefe *transviado* ou mesmo destituindo-o e instaurando nova liderança, consciente do caráter do seu poder e incondicionalmente subordinada à chefia estadual.²⁶¹

As eleições, por exemplo, eram representativas do mito de legitimação do poder, aceitas como processo democrático destinado a reafirmar os laços sociais, servindo como instrumento de coesão social e evidência de igualdade entre os cidadãos e junto às facções partidárias. A racionalidade existente no momento do voto exemplifica os resultados da barganha política, sendo um dos fundamentos do sistema coronelista, como afirma Queiroz:

O que chamamos de ‘dom e contra-dom’ se apresenta na realidade como uma reciprocidade de favores, como que um contrato tácito entre o cabo eleitoral e os

²⁶⁰ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haïke Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 126.

²⁶¹ PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1994, p. 67.

eleitores. Estes oferecem seus votos na expectativa de um favor a ser alcançado, podendo o contrato ser rompido quando uma das partes não cumpre o que dela se espera. (...) o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel significa que ou o coronel já fez algum benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo; o voto não é inconsciente, muito pelo contrário, resulta do raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence.²⁶²

O modelo borgista de coronelismo caracterizou-se pela existência de um pacto entre o poder estadual e os poderes locais, responsáveis diretos pela sustentação do partido e do regime Borges de Medeiros, por meio da constante observação das atividades locais de uma facção em relação à outra, tornou-se uma figura distante e respeitada em seu “*sacerdócio*” político, símbolo de um governo esclarecido, como um poder moderador no seio do partido.

Legitimado pela prática, o modelo borgista estimulava o enfrentamento entre coronéis nas bases partidárias locais. Estes, por sua vez, disputavam os privilégios e a aceitação por parte do executivo estadual, tendo seus interesses atendidos através de políticas públicas específicas, e na medida do possível, segundo os compromissos assumidos com Borges.

Borges incentivava conflitos entre lideranças locais, evitando que elas obtivessem maior autonomia para o seu raio de influência, jamais existindo a tão apregoada disciplina e ortodoxia partidária ao nível dos poderes locais, sendo que “*o clima de disputa intestina era generalizado, aflorando em muitos municípios*”; sempre havendo, no entanto, “*uma brecha para a recomposição*”.²⁶³ Quando disputas políticas entre facções coronelistas do PRR pudessem ampliar-se de forma a desestabilizar o partido, constringendo-o perante as oposições, prontamente haveria a intervenção borgista de modo a aplacar o conflito das mais diversas maneiras, legais ou não.

A nomeação de um intendente provisório alheio à crise local, a exigência da imediata renúncia do intendente ou do Conselho Municipal, a criação de uma comissão executiva do PRR local, além da criação de um caso político, foram formas encontradas e amplamente utilizadas por Borges para punir de forma exemplar aqueles que não iam ao encontro de seu modelo de mando. Sobre os Conselhos Municipais, menciona Loiva Otero Félix:

O conselho é, portanto, o local de reunião dos “próceres locais” da sede e dos distritos; um órgão no qual se pretende a participação de todos os chefes municipais visando o conagraçamento do Partido Republicano local. (...) Talvez, esta seja uma

²⁶² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 168.

²⁶³ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 109.

tentativa de cooptar as lideranças locais e distritais e controlar a pulverização do poder coronelístico desta área.²⁶⁴

Esse seria o projeto idealizado de uma administração municipal harmônica, mas não foi o que ocorreu, conforme analisado nas fontes. O coronelismo no Rio Grande do Sul apresentou-se como um “*produto de uma relação dialética entre a força descentralizadora do coronelismo e a força centralizadora do Estado castilhistaborgista*”.²⁶⁵

Necessita-se diferenciar as especificidades espaço-temporais de ocorrência do coronelismo, considerando as particularidades políticas de cada região em relação ao poder borgista e às suas práticas partidárias, observadas como implicações de variadas acomodações entre grupos políticos internos, mais acentuadamente opostos que colaboradores, “*orquestradas ao sabor das notas dissonantes do sistema coronelista, identificando a tensão estruturalmente inerente entre poder central estadual e poderes locais*”.²⁶⁶

O permanente fracionamento do PRR em todo o período da República Velha; assim como a estrutura coronelista moldada e utilizada por Borges de Medeiros, confirma que seu poder de inserção ao nível dos poderes locais dava-se conforme as peculiaridades sociais, políticas e econômicas regionais.

Borges, conhecedor das especificidades do interior do estado, além de suas precárias possibilidades de permanecer à frente do governo estadual sem o auxílio coronelista, conseguiu, por meio das relações de poder com estas lideranças, estabelecer o seu modelo de governabilidade, pautado muitas vezes por políticas clientelistas. Com isto, evidenciou-se a influência do âmbito regional em seus projetos estruturais, já que as ações do poder executivo partidário e estadual estavam intrinsecamente sujeitas a novas interpretações, conforme as negociações com os poderes locais coronelistas:

Se o poder central delegava tão importante fonte de prestígio político e de cooptação aos coronéis era porque precisava muito do seu apoio e porque o seu prestígio local seria conveniente para o regime. De qualquer forma, essa dialética revela um aparelho de estado infra-estruturalmente frágil, que precisa delegar ao poder privado uma importante fonte de prestígio e cooptação porque, em parte, dele depende politicamente.²⁶⁷

²⁶⁴ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haiké Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Relatório final de pesquisa/CNPq. Porto Alegre, março de 1992, p. 76-77.

²⁶⁵ FÉLIX, Loiva Otero. *A Sistemática da Distribuição Regional do Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, v. 32, n. 146. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996, p. 92.

²⁶⁶ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 159.

²⁶⁷ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 138.

Muitas particularidades do coronelismo se perderiam, caso os seus agentes fossem considerados como meros acatadores de decisões borgistas, em permanente obediência ao chefe maior. As relações do borgismo com os coronéis demandavam, inexoravelmente, uma tensão que pendia ora para a colaboração, ora para a concorrência ou, mesmo, à confrontação e desobediência direta, o que implicaria decorrências ainda mais complexas; porém sempre confirmando que a *“fidelidade partidária à orientação borgista era condicionada ao jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder”*:

A disciplina, derivativo ideal da “subordinação inteligente”, embora sempre invocada, jamais existiu como padrão na acomodação cotidiana das relações entre a direção central e os poderes municipais. No interior do Estado e no coração da prática política, as diretrizes programáticas, inspiradas no positivismo e engendradas pelo castilhismo fundante, não passavam de prédicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta de uma política estribada na fronteira coleante entre espaço público e privado. A insurreição, no interior da própria grei republicana, subvertendo a férrea situação oficial, era uma ameaça sempre presente.²⁶⁸

Hipoteticamente, se tal obediência ocorresse, como função política e de interesse de ambos os lados daquela relação de poder e compromisso entre atores de poder desigual, ela não se apresentava como decorrência de uma relação patrão-empregado inseridos em uma organização hierárquica em que imperasse um vínculo funcional de carreira.

Convém lembrar que o sistema coronelista de poder era baseado na submissão e na reciprocidade, assim sendo, lealdade e gratidão eram virtudes básicas e indispensáveis aos coronéis que quisessem obter capital delegado e prestígio de Borges de Medeiros. Assim, evidenciava-se toda uma prática difundida de existência de facções adversárias no interior do PRR, além das constantes intervenções do poder borgista nos municípios, com o intento de aplacar a criação de crises ou escândalos políticos no âmbito municipal:

Mesmo no caso dos subchefes de polícia, que se incluíam no funcionalismo estadual, a investidura era política, a título de confiança e não por ascensão profissional dentro da carreira burocrática. O “burocrata” tem um poder de função. Não é esse o caso. No RS esse poder é político. O acatamento das decisões fez-se pela opção partidária e pelos interesses pessoais específicos que levaram à opção.²⁶⁹

Torna-se importante mencionar a função que os diversos modos de cooptação desempenharam em tais processos, nos quais a dominação política exercida pelos coronéis não carece e nem se confere somente pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, por

²⁶⁸ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 103-104.

²⁶⁹ FÉLIX, Loiva Otero. *As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica*. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, vol. 28, n. 127. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1992, p. 71.

meio de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados, principalmente através de um “*processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado*”, caracterizando a cooptação como “*uma ação política realizada sem violência*”.²⁷⁰

O coronelismo, assentado em uma prática onde o poder público e o privado se tornam indistinguíveis e complementares, tem na coerção e na cooptação seus mecanismos essenciais para a sustentação e posse do poder de mando, conforme afirma Elsa Gonçalves Avancini:

O mando é pessoal e local. Tem como mecanismos básicos, a cooptação e a coerção e, como limites, a propriedade do Coronel e sua área de influência. A cooptação é o mecanismo persuasivo usado para compor “a gente do coronel”. Tem como base o “carisma pessoal”, que compreende sua capacidade não só de liderança, mas também de distribuição de favores, a partir de suas relações com outras esferas de mando, seja público ou privado. A coerção é o mecanismo usado quando falha a persuasão, pois a vontade do Coronel é a lei e tem de ser cumprida. Esse mecanismo é usado para submeter recalcitrantes do próprio curral, mas principalmente contra gente de coronéis adversários.²⁷¹

As relações de poder do coronelismo com o modelo político borgista desenvolviam-se de formas variadas para a manutenção do poder do PRR. Cada região do estado, por suas características e peculiaridades políticas e econômicas, demandava distintas condições de compromissos com o poder borgista. O sistema coronelista próprio a cada uma destas regiões assumiu formas exclusivas, dando lugar a práticas sociais e políticas diferenciadas.

Tendo em vista, especificamente, as relações de poder coronelistas inseridas no contexto de mando borgista no Rio Grande do Sul, convém lembrar o conceito de “*coronel burocrata*”.²⁷² O conceito de “coronel burocrata”, longe de ser aceito uniformemente para a

²⁷⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 16.

²⁷¹ AVANCINI, Elsa Gonçalves. *Coronelismo, cooptação e resistência: 1200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934*. In: AVANCINI, Elsa Gonçalves. (coord.). *Educação para crescer*. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação, Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993, p. 92.

²⁷² Segundo AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 29-30: “O conceito de “coronel burocrata” encerra a ideia de uma liderança local, ungida por Borges de Medeiros para ocupar algum posto relativamente proeminente na burocracia estadual ou municipal, de forma a render-lhe obediência incondicional na definição dos rumos da política municipal; segundo os autores, nem sempre o “coronel burocrata” tinha posses e patrimônio destacado”. Sobre a formulação do conceito conferir: FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da revolução de 1893*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1962; LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975 e FAORO, Raymundo. *Op cit.*, 1975.

totalidade dos coronéis rio-grandenses do período borgista, em determinadas circunstâncias ratificou-se empiricamente na análise das fontes históricas.²⁷³

Necessário mencionar que, se for restringida aos agentes coronelistas uma condição de funcionários burocratas, muitas das particularidades do sistema político se perderão, de modo que os seus agentes passam a ser considerados apenas como acatadores das decisões de Borges de Medeiros.²⁷⁴ Loiva Otero Félix, ao questionar a pertinência da aplicação generalizada deste conceito,²⁷⁵ não levou em consideração as particularidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul, pois na análise de casos específicos “o conceito ainda pode, ao nosso ver, ser aplicado, sem prejuízo da explicação histórica”.²⁷⁶

Esta autora, ao questionar o conceito de coronel burocrata, levando muitos autores a incorrer no mesmo equívoco,²⁷⁷ se contradiz ao afirmar que o conceito não pode ser uniformizado para todo o Rio Grande do Sul; porém sua análise se concentra em apenas uma

²⁷³ BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2004, p. 42: “No município de Santa Maria, a partir de 1907, época da cizânia do grupo liderado pelo coronel Antero Corrêa de Barros em apoio à dissidência de Fernando Abbott, esta função coube a Abelino Vieira da Silva, elemento da confiança borgista, membro da Comissão Fiscalizadora da Rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul que, mesmo partidário do coronel Ramiro de Oliveira, líder do PRR local, fiscalizou, orientado por Borges de Medeiros, o partido como um todo”. Sobre o mesmo, conferir também: AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 13: “evoluiu de espião e informante para alcoviteiro e então para membro da direção local do PRR. Foi eleito conselheiro e ocupou posição na “comissão executiva” do partido local, chegando a desempenhar importante papel na organização das eleições e nas brigas de facções que agitaram o município. Terminou premiado com um lucrativo notariado e cartório acumulados, que rendeu uma pequena fortuna, pagou dívidas de campanhas e muita inveja despertou. Esse era o autêntico “coronel burocrata”, uma figura que devia seu prestígio político ao investimento que nele fora feito pelo presidente do Estado e chefe geral da política estadual”

²⁷⁴ Cf. AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 103-104: “Entre Borges de Medeiros, presidente do Estado e chefe do partido dominante, as demais estrelas partidárias e o mandonismo local, havia uma tensão estruturalmente inerente, que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto. (...) A fidelidade partidária à orientação borgista era condicionada ao jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder. A disciplina, derivativo ideal da “subordinação inteligente”, embora sempre invocada, jamais existiu como padrão na acomodação cotidiana das relações entre a direção central e os poderes municipais. No interior do Estado e no coração da prática política, as diretrizes programáticas, inspiradas no positivismo e engendradas pelo castilhismo fundante, não passavam de prédicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta de uma política estribada na fronteira coleante entre espaço público e privado. A insurreição, no interior da própria grei republicana, subvertendo a férrea situação oficial, era uma ameaça sempre presente”.

²⁷⁵ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 116-117; _____. *As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica*. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, vol. 28, n. 127. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1992, p. 70-72.

²⁷⁶ AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 26.

²⁷⁷ Conferir: WITT, Marcos Antônio. *Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães: 1840-1889*. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2001, p. 125-142.

região do estado: o Planalto Médio, principalmente os municípios de Cruz Alta e de Palmeira das Missões. Nas palavras de Félix:

As publicações mais recentes, especialmente da última década, algumas bastante conceituadas, de historiadores, sociólogos e cientistas políticos, ao abordarem tangencialmente a questão do coronelismo gaúcho difundiram um conceito: o de coronel burocrata que consideramos, no mínimo, altamente discutível em seu uso e generalização para todo o estado. Pretendemos demonstrar não ser condizente com o processo desenvolvido no estado sulino. (...) Portanto, nosso segundo objetivo é promover a reflexão sobre esta visão estereotipada e funcional (burocrata) do coronel gaúcho, que não encontra amparo, pelo menos com absoluta segurança, para a relação de poder local/poder estadual desenvolvida na área que serviu de suporte legitimador e de manutenção do borgismo: a região serrana do Planalto Médio.²⁷⁸

Esta generalização da particularidade se acentua se for destacado que aquele contexto regional possuía poderosos líderes coronelistas, como Firmino de Paula (chefe político da região de Cruz Alta, Santo Ângelo, Palmeira, Ijuí e Júlio de Castilhos), Victor Dumoncel Filho e Vazulmiro Dutra, com forte poder político e influência, não apenas na região, mas também em nível estadual, o que não se dava, por exemplo, na Região Colonial Italiana.

No intuito de refutar o conceito, Félix, mesmo consciente da “*impossibilidade de uniformizar o Rio Grande do Sul, onde o coronelismo funcionava diferencialmente*”²⁷⁹, divide o estado em apenas quatro zonas: Litoral, Campanha, Zona Colonial e Planalto (incluindo nesse as Missões e o Platô Central). A autora analisa profundamente somente uma delas e daí conclui sobre a impropriedade de utilização do conceito de coronel burocrata, esquecendo-se da possível eficácia do mesmo em outros contextos regionais do estado, rotulando-o como “*uma compreensão errônea das relações coronelistas no RS*”.²⁸⁰

Tendo em vista o que foi observado em análises das relações de poder nas regiões do município de Santa Maria (juntamente com a Quarta Colônia de Imigração Italiana)²⁸¹ ou da Região Colonial Italiana, locais onde o fracionamento do poder era característica essencial daqueles campos políticos, a refutação da noção de coronel burocrata perde seu sentido.

²⁷⁸ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 10.

²⁷⁹ FÉLIX, Loiva Otero. *Op cit.*, p. 45.

²⁸⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica*. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, vol. 28, n. 127. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1992, p. 72.

²⁸¹ Conferir: BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2004.

Coronéis burocratas, como Abelino Vieira, em Santa Maria, e José Penna de Moraes, em Caxias, também podem ser citados nesse grupo de colaboradores, segundo Joseph Love, o alfaiate Germano Petersen Jr. (cuja alfaiataria em Porto Alegre era frequentada pelos principais personagens da política rio-grandense do início da República) e o professor primário e jornalista Dartagnan Tubino (tio de Dyonélio Machado e intendente de Quaraí entre 1896 e 1897).²⁸²

Também inseriram-se nesta função, conforme Ironita Machado, em análise sobre a problemática da propriedade da terra no município de Soledade, Antônio João Ferreira e Júlio Cezar de Oliveira Cardoso, que mesmo em facções opostas, dividiam entre si inúmeros cargos públicos regionais, receosos em relação ao poder econômico das forças oposicionistas.²⁸³

Fosse o caso de se aceitar esse conceito para a totalidade dos coronéis do Rio Grande do Sul, se incorreria em um erro analítico. Acarretaria, deste modo, uma imprecisão na análise da temática, pois, então, os coronéis seriam aceitos como meros funcionários governamentais, da mesma forma que os militares de carreira da Brigada Militar.

Considerando que tal obediência funcional ocorresse, ela apresentar-se-ia não como decorrência de uma relação hierárquica, na qual imperasse um vínculo funcional, mas definia-se como uma função política, cujos interesses não se confrontariam, de ambos os lados. Essa

²⁸² LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 85.

²⁸³ MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2009, p. 105: “*Situação ilustrativa, apresentada pelos processos judiciais, aqui sintetizados, (...) referente aos operadores de direito e líderes locais na regionalidade de Soledade, que se constituíram como coronéis burocratas, é a de Antônio João Ferreira. Filho de um fiscal, foi, a princípio, negociante. Assim era qualificado quando recém-voltado da Guerra do Paraguai (Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional de Passo Fundo, em 21/11/1870, em correspondência enviada ao Presidente da Província, na qual propunha a promoção do Alferes Ferreira a Tenente Quartel-Mestre do 4º Corpo – Arquivo Histórico do Estado); no comércio parece ter estado até que os encargos da Intendência o recrutaram definitivamente para o serviço público (de 1895 a 1908), terminou a vida como Escrivão do Cartório de Órfãos e Ausentes; e Júlio Cezar de Oliveira Cardoso, filho também de um funcionário público, iniciou-se como escrivão da Coletoria das Rendas Gerais, sendo depois coletor e delegado de polícia (foi delegado de Polícia no período imediato à Revolução Federalista). Portanto, de um modo geral, os maiores proprietários eram federalistas. Assim explica-se que os castilhistas receassem o poder econômico e a liderança social de seus adversários, “vencidos mas nunca submetidos”, mantiveram-se unidos em relação ao adversário tradicional e, por longo tempo, as facções do coronel Ferreira e Cel. Júlio Cardoso disputaram o mando do município. Ferreira, até 1912, conservou-se em sua liderança. Quando corria o risco de perdê-la, indicava o próprio Júlio Cardoso para a Intendência. Durante todo esse período, identifica-se o imobilismo dos funcionários públicos; durante quinze anos, aproximadamente, foi delegado de polícia um irmão do coronel Ferreira, José Ferreira de Andrade. Quanto aos juizes distritais da sede, - os mais importantes funcionários do termo judiciário após a extinção da comarca – também pouco mudavam. Por exemplo, Floriano Antônio de Camargo, que já servia como Juiz de Órfão suplente, no tempo do Império, e juiz distrital, no período da Primeira República”.*

pretensa obediência funcional negaria toda uma prática amplamente difundida de existência de facções adversárias no interior do próprio PRR. Não faria sentido, inclusive, as constantes intervenções do poder central partidário nos municípios.

A aceitação do uso daquele conceito, para a totalidade do rio Grande do Sul, implicaria, por parte de Borges de Medeiros, tão somente a substituição de um funcionário por outro, sem o transtorno da criação de crises localizadas, casos políticos ou intervenções nas intendências municipais.

A aceitação sem restrições deste conceito serviria somente para ocultar as arbitrariedades do coronelismo e as relações de poder próprias a esse sistema político. Prestaria, inclusive, para sedimentar a visão que os setores dominantes da política gaúcha da República Velha procuraram construir: a da estabilidade política do Rio Grande do Sul, assim como a imagem de um partido ordeiro, burocratizado e coeso, visão tributária de uma perspectiva da filosofia positivista.

Conforme diz Gunter Axt, “o PRR não passou de um somatório de facções dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromissos”; a diferença em relação ao restante do país se refere ao fato dos “instrumentos de controle mais eficazes” estarem “garantidos pela Carta de 1891, que podiam ser esgrimidos com maior precisão pela facção assenhorada do poder”.²⁸⁴

Isto comprova que era relativa a autonomia do poder central do PRR em relação aos poderes locais coronelistas e que o ideário positivista se apresentava difuso ou posto em um plano secundário, conforme as práticas administrativas, servindo mais como distinção em relação às oposições e como “instrumento analítico próprio para a explicação dos objetivos almejados com uma dada política pública, e não preponderantemente uma componente do discurso de justificativa oficial da mesma.”²⁸⁵

As práticas castilhistas e borgistas destoavam de sua diretriz programática, orientação ideológica e do discurso partidário, especialmente em questões que giravam em torno da

²⁸⁴ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 105.

²⁸⁵ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 24.

autonomia municipal, da fidelidade e da disciplina partidárias, como para “*escamotear a face violenta de uma política estribada na fronteira coleante entre espaço público e privado*”.²⁸⁶

No caso específico do Rio Grande do Sul, o Estado castilhista-borgista não era tão forte e o PRR não se apresentava tão coeso como se imaginava. A fragilidade infraestrutural do aparelho estatal devia-se ao fato de pautar-se pela influência de diversos agentes presentes nas bases dos poderes locais, onde as relações de cunho coronelista faziam-se presentes e predominantes, ora apoiando e cooperando com a chefia estadual, ora contradizendo-a.

A institucionalização do modelo castilhista-borgista não decorreu de uma influência efetiva da ideologia positivista (homogeneizadora do discurso partidário e justificadora de políticas públicas) sobre as ações governamentais. Foi sim decorrente das práticas políticas exercidas no âmbito do sistema coronelista, pois “*a influência real dos positivistas na vida pública era sumariamente rechaçada pelas lideranças locais em quase toda parte*”.²⁸⁷

As práticas borgistas passam a ser visualizadas como implicações de acomodações entre grupos políticos mais acentuadamente opostos que colaboradores, conforme os conflitos internos do sistema coronelista, identificando a tensão estruturalmente inerente entre o poder central estadual e os poderes locais.

A construção de conceitos em torno do coronelismo tendem a apresentar falhas, no que tange a pretensa validade para a totalidade brasileira ou, mesmo, estadual, sem se levar em consideração o período histórico e, principalmente, o contexto social, político, cultural e econômico de certo espaço. Como afirma Queiroz, “*a estrutura coronelista de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura sócio-econômica ali existente*”, acentuando que “*esta não deve ser esquecida ao se efetuarem estudos*”.²⁸⁸

Por exemplo, as relações de poder no Rio Grande do Sul apresentavam as mesmas características? Talvez a pergunta não tenha resposta, se considerado que o poder estadual necessitava dos poderes locais para se manter, mas também não se pode afirmar que os poderes locais apresentavam características homogêneas em todo o estado na República Velha, o que impossibilita a construção de um conceito que englobe o sistema como um todo:

²⁸⁶ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 104.

²⁸⁷ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 69.

²⁸⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 170.

A diferenciação do nível regional para o local italiano e alemão é bastante difícil de precisar com rigidez, o que reforça nossa pouca convicção da validade do uso de tipologias e modelos, exatamente por percebermos poder como relação que se constrói e se refaz constantemente. A dificuldade conceitual encontra-se no próprio encaminhamento do processo histórico colonizador e nas diferenciações internas da área italiana e alemã.²⁸⁹

A caracterização das relações de poder entre o poder estadual e os poderes locais, estão pautados e dependentes da análise das distintas regiões do Rio Grande do Sul, sendo impossível enquadrar na mesma conceituação espaços sociais distintos, como a região da campanha em comparação com a região colonial italiana, por exemplo:

A atuação de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros caracterizou-se por uma permeabilidade às variantes locais na sua busca da manutenção do poder levando em conta as especificidades da formação histórica e política das micro-regiões do RS, usando diferentes modelos de intermediações.²⁹⁰

O coronelismo manifestou-se com intensidade na RCI, onde o padrão era a pequena propriedade, o que, segundo análises tradicionais sobre o tema, deveria garantir a autonomia dos imigrantes, mas acabou se revelando insuficiente para livrá-los da dominação política do PRR. Nesse sentido, Sebastião Peres auxilia a linha de raciocínio, ao afirmar que:

o controle político das colônias era de fundamental importância, pois caracterizando-se como áreas de pequenas e médias propriedades, eram também áreas de relativa concentração populacional e, portanto, um significativo colégio eleitoral. Desse modo, o mandonismo político que ali se manifestou não foi uma anomalia, uma deformação do sistema positivista-castilhista, que se pretendia perfeito, mas um elemento vital para o funcionamento do sistema.²⁹¹

Não se deve generalizar um conceito ou análise tendo em vista as particularidades regionais, pois o modelo borgista estava condicionado à realidade sócio-econômica das distintas regiões do estado. O próprio Victor Nunes Leal coloca que, em sua conceituação do coronelismo, buscou “*acentuar seus traços mais gerais e duradouros, deixando necessariamente de parte as peculiaridades ocasionais ou regionais*”.²⁹²

Sua obra clássica, “*Coronelismo, enxada e voto*”, ainda é o melhor ponto de partida para quem quer se aprofundar na análise das práticas do modelo político coronelista,

²⁸⁹ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório final de pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 37-38.

²⁹⁰ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Op cit.*, p. 42-43.

²⁹¹ PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1994, p. 18.

²⁹² LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 282.

apresentando uma incrível atualidade “*pelas condições que apresenta para a solução, ou melhor, para a destruição do coronelismo*”.²⁹³ Esta destruição aparece como novas possibilidades de compreensão sobre o coronelismo, a partir da análise das relações de poder. A seguir, se dará início à discussão acerca das disputas políticas e as questões referentes às representações coronelistas na imprensa regional e a análise do *habitus* coronelista da RCI, observado nas cartas do Arquivo Borges de Medeiros.

A partir deste momento aprofundar-se-á a discussão em torno das disputas políticas regionais de uma forma geral, ao destacar alguns momentos de conflitos localizados na RCI. Antes disso, observar-se-á o contexto e a trajetória administrativa dos municípios destacados na pesquisa, com o intuito de melhor compreender as problemáticas expostas posteriormente.

O estudo do posicionamento político dos imigrantes de descendência italiana nos municípios da RCI, ao longo da República Velha, evidenciará a posição desses agentes sociais e suas lideranças em relação aos coronéis locais, responsáveis pela inserção da política borgista na região. O coronelismo na RCI do Rio Grande do Sul surge como um processo dinâmico, onde os imigrantes e seus descendentes aderem ao receituário borgista, desde que este satisfaça seus desejos, principalmente econômicos, o que acabará condicionando o desenvolvimento das relações de poder entre ambos.

A partir da análise na bibliografia sobre o tema, observa-se que o coronelismo não foi contemplado em estudos sobre a RCI, em especial com relação aos municípios de Alfredo Chaves, atual Veranópolis (emancipado em 15 de janeiro de 1898), Antônio Prado (em 12 de fevereiro de 1899), Bento Gonçalves (em 11 de outubro de 1890), Caxias (em 20 de junho de 1890), Garibaldi (em 31 de outubro de 1900) e Guaporé (em 01 de janeiro de 1904).

Antônio Prado foi fundado oficialmente como colônia, em 14 de maio de 1886, sendo a sexta e última das chamadas “antigas colônias da imigração italiana”. O nome da colônia foi dado em homenagem ao Ministro da Agricultura na época, que favoreceu a instalação de núcleos coloniais no Rio Grande do Sul.

Em 26 de setembro de 1892, pelo Ato n. 66, Antônio Prado passou a ser o 5º. distrito de Vacaria. Em 11 de fevereiro de 1899, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, separou Antônio Prado de Vacaria, constituindo-o em município autônomo, sendo sua instalação em

²⁹³ CARVALHO, José Murilo de. *Em louvor de Victor Nunes Leal*. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980, p. 8.

25 de maio do mesmo ano. A 11 de março, foi nomeado como Juiz Distrital, Francisco Marcantonio e, em 13 de março, pelo Decreto n. 232 do governo do estado, criou-se a Coletoria Estadual.

Para administrar o novo município, foi nomeado o coronel Innocencio de Mattos Miller. A 1º. de agosto verificaram-se as primeiras eleições municipais para Intendente e para o Conselho Municipal, sendo que a posse dos eleitos deu-se em 21 de agosto de 1899: Intendente: coronel Innocencio de Mattos Miller; Vice-Intendente: Firmino L. G. Abreu; e os Conselheiros Municipais: Domingos Donida, Francisco Busatto, João Carneiro de Mesquita, João Miller, José Dotti, Pasqual Mangieri e Victorio Faccioli. O Juiz de Comarca de Vacaria, à qual Antônio Prado ficaria vinculado, assessorou a constituição do Poder Legislativo. Votaram 250 cidadãos devidamente qualificados, maiores de 21 anos, alfabetizados, do sexo masculino.²⁹⁴

Tabela 1: Intendentes Municipais de Antônio Prado.

1899-1907	Innocencio de Mattos Miller	Nomeado e eleito.
1907-1910	Cristiano Ziegler	Vice-intendente em exercício.
1910-1923	Innocencio de Mattos Miller	Contínuas reeleições.
1923-1927	Caetano Reginato	Vice-intendente e eleito.
1927-1935	Francisco Marcantonio	Eleito pelo PRR e depois prefeito.

A Colônia Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves, foi criada em 1870, com glebas de 4 léguas quadradas cada uma, para o estabelecimento de dois núcleos coloniais que, em virtude do ato provincial de 24 de maio do mesmo ano, receberam as denominações de Conde D'Eu e Dona Isabel. Somente em 24 de dezembro de 1875 os núcleos do Planalto começaram a receber imigrantes oriundos do Tirol Austríaco, do Trento e do Vêneto e, em março de 1876, o presidente da província, José Antônio de Azevedo Castro, anunciava a existência de 348 lotes medidos e demarcados, com uma população de 790 pessoas, sendo 729 italianos.

Em 26 de abril de 1884 (Lei provincial n.º 1.455), foi criada a freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel. O desmembramento da Colônia Dona Isabel do município de

²⁹⁴ Informações retiradas, incluindo o quadro dos Intendentes Municipais de Antônio Prado, de: Prefeitura Municipal de Antônio Prado: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008; BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980; *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

Montenegro, pelo Ato 474, de 11 de outubro de 1890, foi assinado por Cândido José da Costa, para constituir o município de Bento Gonçalves cuja área correspondia às colônias de Dona Isabel e de Conde D'Eu. A sua instalação verificou-se no dia 23 do mesmo mês e a sede municipal se localizou em Dona Isabel.

Na mesma época surgiu também a freguesia de São Pedro do Conde D'Eu, que constituiu o segundo distrito de Bento Gonçalves até 31 de outubro de 1900, quando por decreto estadual, foi desmembrado, originando o município de Garibaldi, cuja organização data de 24 de novembro de 1892, quando foi instalado o primeiro conselho municipal.²⁹⁵

Tabela 2: Intendentes Municipais de Bento Gonçalves

1892-1924	Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior	Nomeado e eleito sucessivas vezes.
1924-1928	João Baptista Pianca	Eleito.
1928-1932	Olinto Fagundes de Oliveira Freitas	Eleito.

Garibaldi tem sua evolução histórica vinculada às correntes migratórias que em fins do século XIX atingiram a região. As colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel pertenciam ao território de São João de Montenegro. Em 1876, chegaram 700 imigrantes italianos oriundos do Tirol austríaco, acompanhados pelo padre Bartolomeu Tiecher.

Iniciada em 1879 a construção da importante rodovia Buarque de Macedo, coube a Joaquim Rodrigues Antunes, chefe da Comissão de Terras, terminar os trabalhos. A estrada atravessava as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, ligando os campos de Lagoa Vermelha e Vacaria a São João de Montenegro.

O distrito foi criado em 26 de abril de 1884, por lei provincial n. 1.455. Em 31 de outubro de 1900, o decreto estadual n. 327 constituiu o município, com a denominação de Garibaldi, sede na antiga Colônia Conde D'Eu e território desmembrado de Bento Gonçalves. A instalação verificou-se a 25 de novembro do mesmo ano.

²⁹⁵ Informações retiradas, incluindo o quadro dos Intendentes Municipais de Bento Gonçalves, de: COSTA, Rovílio. *As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992; CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF, 2005; *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

Cabe mencionar a chegada, em 1896, dos capuchinhos, que fundaram, dois anos após, a escola seráfica para a formação de frades, assim como a vinda dos irmãos maristas e a fundação, em 1904, da escola de Santo Antônio. A municipalização ocorreu por meio da liderança local de Domingos Paganelli. O primeiro Intendente foi Jacob Nicolau Ely, nomeado em 1900 e eleito em 1901.²⁹⁶

Tabela 3: Intendentes Municipais de Garibaldi.

1900-1908	Jacob Nicolau Ely	Nomeado e depois eleito.
1908-1910	Julio Azambuja	Juiz distrital enviado por Borges e após eleito.
1910-1917	Affonso Aurélio Porto	Indicado e eleito.
1917-1924	Manuel Marques da Silva Acauan	Indicado e eleito.
1924-1928	Jacob Nicolau Ely	Eleito.
1929-1930	Manoel Coelho Parreira	Eleito.

A chegada dos primeiros imigrantes italianos, vindos do norte da Itália, em 1892, deu início à criação da colônia de Guaporé, em terras pertencentes aos municípios de Lajeado e Passo Fundo. Originado de um povoado chamado Varzinha, Guaporé foi fundado, oficialmente, em 11 de dezembro de 1903.

O diretor da colônia, engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão, designou o engenheiro Vespasiano Corrêa à incumbência de demarcar as terras e loteá-las. Foram demarcados 5.000 lotes, de medida variável entre 25 e 30 hectares.

Logo chegaram migrantes provindos das primeiras colônias italianas do estado (principalmente Caxias, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves), de modo que em 1896 a colônia contava com 7.000 habitantes, em sua maioria italianos, incluindo alguns alemães, poloneses, russos e austríacos. Em 1898 a colônia foi elevada à condição de Capela Curada e, em 1904, já estava instalado o novo município, tendo como primeiro intendente o engenheiro Vespasiano Corrêa.²⁹⁷

²⁹⁶ Informações retiradas, incluindo o quadro dos Intendentes Municipais de Garibaldi, de: CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História da Garibaldi*. Porto Alegre: PUCRS, 1993; COSTA, Rovílio. *As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992; *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

²⁹⁷ Informações retiradas, incluindo o quadro dos Intendentes Municipais de Guaporé, de: KARAM, Elaine Maria Consoli. *Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST, 1997; SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-*

Tabela 4: Intendentes Municipais de Guaporé.

1904-1907	Vespasiano Rodrigues Corrêa	Nomeado e eleito.
1908-1912	Luciano Conedera	Substituto e depois eleito.
1913-1924	Agilberto Atílio Maia	Eleito e reeleito duas vezes.
1925-1929	Manuel Francisco Guerreiro	Eleito.
1929-1937	Agilberto Atílio Maia	Eleito.

O fluxo imigratório para a Colônia de Alfredo Chaves, cujo território pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha, foi iniciado em 1885, cabendo ao engenheiro Júlio da Silva Oliveira demarcar os lotes, assentar os primeiros colonos e projetar a vila.

Naquele momento, as freguesias mais próximas da atual cidade de Veranópolis eram Lagoa Vermelha e Vacaria, sendo que uma única estrada ligava estas freguesias ou distritos a Santo Antônio da Patrulha.

À medida que os primeiros imigrantes italianos começaram a chegar e ocupar os primeiros lotes, advindos principalmente das províncias de Treviso, Pádua, Cremona, Mântua, Belluno, Tirol e Vicenza, foram surgindo os primeiros povoados, como Lageadinho, Monte Bérico, Monte Vêneto, Bela Vista.

Em 15 de janeiro de 1898 a freguesia de Alfredo Chaves é elevada à categoria de município, com desmembramento do município de Lagoa Vermelha. Ainda em 1898, é nomeado como intendente provisório o tenente-coronel Albano Coelho de Souza, que divide o município em dois distritos: sede de Alfredo Chaves e distrito de Capoeiras (atual Nova Prata).

Foi somente com a constatação da existência de um município mais antigo no Espírito Santo com o mesmo nome, que em 1945 Alfredo Chaves trocou de nome, passando a chamar-se Veranópolis.²⁹⁸

1945). Passo Fundo: UPF, 2001; *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

²⁹⁸ Informações retiradas, incluindo o quadro dos Intendentes Municipais de Alfredo Chaves, de: COSTA, Rovílio. *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998; FARINA, Geraldo. *A História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: SMEC, 1992; *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

Tabela 5: Intendentes Municipais de Alfredo Chaves.

1898-1899	Albano Coelho de Souza	Nomeado
1899	Pellegrino Guzzo	Vice-intendente em exercício.
1899-1902	Alfredo Lima	Eleito.
1902-1904	Albano Coelho de Souza	Eleito.
1904-1907	João Leivas de Carvalho	Nomeado.
1907-1909	Pellegrino Guzzo	Vice-intendente em exercício.
1909-1924	Achylls Taurino de Rezende	Nomeado e, após, com sucessivas reeleições.
1924-1925	Sigismundo Reschke	Vice-intendente em exercício.
1925-1926	Carlos Heitor de Azevedo	Nomeado e após eleito
1926-1930	Cesar Pestana	Eleito.

A história de Caxias começa com a chegada de levas de imigrantes italianos a partir de 1875. A Sede Dante, primeiro núcleo urbano, tinha lotes bem menores que os da zona rural, e de início se destinava apenas à instalação da Diretoria de Terras, mas logo se tornou o centro da urbanização e do comércio, e sua área teve de ser ampliada.

Contudo, esse modelo não se revelou apropriado, pois devido ao terreno acidentado do local escolhido para urbanização, esta foi quase sempre bastante difícil e dispendiosa, tanto que, mais tarde, o intendente José Penna de Moraes chamou o projeto de “*verdadeiro Minotauro, capaz de devorar todas as verbas do orçamento, em conjunto, ficando ainda muita coisa por fazer*”.²⁹⁹

Em 12 de abril de 1884 deixa de ser uma colônia e passa a ter a denominação de Freguesia de Santa Thereza de Caxias, vinculada a São Sebastião do Caí, com João Muratore como seu primeiro administrador distrital; já possuía 10.500 habitantes. Em 20 de junho de 1890 foi elevada à condição de vila, com o nome de Vila de Santa Thereza de Caxias, que passava a necessitar de uma organização legal para se autogerir.

Em Portaria de 28 de junho o governo estadual nomeou uma Junta Governativa provisória, integrada por Ernesto Marsiaj, Angelo Chitolina e Salvador Sartori, para administrar o município, concentrando os poderes Legislativo e Executivo. Esta Junta

²⁹⁹ Relatório do Intendente Coronel José Penna de Moraes, de 25 de setembro de 1924, p. 13 (Disponível em <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48285&p=7>. Acesso em 14/05/2010). Sobre a formação urbana de Caxias, conferir ainda: NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *Campo dos Bugres - Sede Dante: a formação urbana de Caxias do Sul (1876-1884)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2009.

encerrou suas atividades em 20 de outubro de 1891, quando foi realizada a eleição de sete Conselheiros Municipais para compor a primeira legislatura municipal.

Entre a eleição e a posse do Conselho, marcada para 15 de dezembro de 1891, ocorreu o primeiro levante popular da colônia, a Revolta dos Colonos, em protesto contra a eleição.

O clima permanece tenso e nova revolta acontece no ano seguinte, envolvendo 300 sediciosos, e assume a administração municipal uma Junta Revolucionária composta por Luiz Pieruccini, Domingos Maineri e Vicente Rovea, líderes do movimento, sendo apoiados pelo Delegado de Polícia Francisco Januário Salerno, que se autoneomeia Intendente, todos em oposição ao Conselho eleito.

O Conselho reclama ao governo estadual, que indica em 5 de julho de 1892 o primeiro Intendente Municipal, Antônio Xavier da Luz. Os revoltosos se entregam e em 12 de outubro de 1892 se constituiu, na forma da lei, o município, e logo é aprovada a Lei Orgânica e o Código de Posturas.

Pouco depois, em 30 de junho de 1894, a Revolução Federalista chegou a Caxias, sendo a cidade invadida por 400 revolucionários, comandados por Belisário Baptista de Almeida Soares, que saquearam o comércio e atacaram edifícios públicos, obrigando a população a se refugiar na zona rural.

A presença local de elementos maçons e carbonários também motivou conflitos, especialmente contra os religiosos, armando-lhes ciladas, assaltos e tentativas de assassinato, com isso dividindo a comunidade e obrigando alguns dos primeiros padres a andarem armados ou a se mudarem para outros locais.

Como foi mencionado anteriormente, Antonio Passaggi, o primeiro capelão da colônia, envolvido em conflitos com indivíduos anticlericais, foi destituído de suas funções e privado das ordens sagradas pelo bispo por haver realizado um casamento entre dois homens, um deles travestido.³⁰⁰

³⁰⁰ Informações retiradas, incluindo o quadro dos Intendentes Municipais de Caxias, de: BRANDALISE, Ernesto A. *Paróquia Santa Teresa - Cem Anos de Fé e História (1884-1984)*. Caxias do Sul: EDUCS, 1985. MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul: 1875-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001; *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

Tabela 6: Intendentes Municipais de Caxias.

1890-1892	Junta Governativa: Angelo Chitolina, Ernesto Marsiaj, Salvador Sartori	Nomeados
1892-1894	Antônio Xavier da Luz	Nomeado.
1894-1895	José Domingos de Almeida	Nomeado.
1895	Alorino Machado de Lucena	Nomeado.
1895-1900	José Cândido de Campos Júnior	Nomeado e após eleito.
1900-1904	Alfredo Soares de Abreu	Nomeado.
1904	Firmino Paim de Souza	Vice-intendente em exercício.
1904-1907	Serafim Terra	Eleito.
1907-1910	Vicente Rovea	Nomeado e após eleito.
1910-1912	Tancredo Áppio Feijó	Vice-intendente em exercício.
1912-1924	José Penna de Moraes	Eleito sucessivas vezes.
1914-1915	Hércules Galló	Vice-intendente em exercício.
1915	José Batista	Vice-intendente em exercício.
1918	Adauto Cruz	Vice-intendente em exercício.
1924-1928	Celeste Gobbato	Eleito.
1928-1932	Thomaz Beltrão de Queiróz	Eleito.

As características do sistema coronelista na RCI do Rio Grande do Sul se baseiam na constituição de grupos de pressão, distintos conforme o período analisado. Tais grupos fizeram frente às imposições do poder do PRR, cujo projeto político estava invariavelmente pontuado pelos interesses econômicos regionais, ao preço da perda de sua legitimidade, que se refletiria em prejuízos eleitorais e constrangimentos perante as oposições.

As vozes dissonantes dos sujeitos em questão, coronéis, lideranças econômicas, colonos e suas lideranças, tornam-se evidentes nos constantes conflitos políticos travados. A existência de uma imprensa regional combativa no seio das facções partidárias, a presença de dissidências e conflitos ao nível dos poderes locais, evidenciadas nos reclamos a Borges, assim como a presença de lideranças religiosas a contrapor-se aos coronéis locais, caracterizam o coronelismo na RCI.

O positivismo difuso dos republicanos no Rio Grande do Sul pregava a preservação da base das instituições sociais com a valorização da ordem e do progresso, percebendo que, pelo crescimento do trabalho, se daria um estado de equilíbrio na sociedade. Borges revitalizou a colonização usando como tática um discurso de exaltação do imigrante italiano, que passa a servir como modelo de cidadão produtivo e ordeiro, apropriado e desejado à assimilação.

Mesmo não havendo uma correspondência automática entre positivismo e castilhismo/borgismo, ocorreu uma seleção do positivismo pelo PRR, não sendo correto sustentar a existência de um projeto castilhista/borgista estável e homogêneo para todo o período da República Velha, mas com adaptações conforme o momento histórico e político.³⁰¹

A concentração de poderes no Executivo, a continuidade político administrativa, a exclusão de alguns setores subalternos, como a incorporação de outros, foram pontos imprescindíveis no discurso do PRR. O caráter conservador do PRR se apoiou na premissa positivista da conservação da ordem para o desenvolvimento do progresso material, ao manter as categorias subalternas sob seu controle, entendendo o progresso como desdobramento da ordem. Como afirma Axt:

Borges de Medeiros pretendeu usar a mística, inspirada na pregação positivista, do sacerdócio político para manobrar o sistema coronelista na condição de “poder moderador”. Porém, se a Constituição de 1891 lhe dera os instrumentos jurídicos necessários para efetivar esse objetivo e a ideologia positivista fornecera ao discurso oficial os elementos de justificativa, condições estruturais da sociedade tornaram-no sempre uma possibilidade incompleta. Borges de Medeiros precisava negociar com os poderes locais, aliar-se ou, mesmo, submeter-se em certas circunstâncias.³⁰²

A exclusão de certos agentes sociais em qualquer ação política sobre a sociedade, ficando esta sob a tutela daqueles considerados mais capazes, é notória na medida em que o ideário adotado pelo PRR prega a subordinação da coletividade aos princípios regidos pelas leis naturais. São estas leis naturais que determinam aos mais capazes as funções de liderança dentro do organismo social, pois “*o positivismo não reconhece a ninguém outro direito senão o de cumprir o seu dever*”.³⁰³

Assim, se incorpora ao discurso do PRR, e muitas vezes da historiografia, o princípio positivista segundo o qual a plena confiança dos governados nos governantes passa a ser entendida como subserviência às ordens dos superiores, de maneira que o “*positivismo atraía os modernizadores conservadores, que desejavam os benefícios do progresso material sem*

³⁰¹ Conferir: BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RS: cultura e ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 34-59. Ver também: RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma Filosofia da República*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.

³⁰² AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 38.

³⁰³ COMTE, Auguste. *O Catecismo Positivista*. In: *Os Pensadores*. V. 33. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 263.

*prejuízo da hierarquia social: Comte parecia oferecer um modelo de desenvolvimento sem mobilização social”.*³⁰⁴

A “idolatria” do trabalho do imigrante se deu a partir do momento em que se exaltavam os valores do italiano, que buscava a ascensão social por meio do acesso à propriedade da terra e da contenção de despesas, além da dignificação do trabalho braçal, “*respaldada na sociedade gaúcha pelo desejo de cristalização de uma ideologia de valorização social do trabalho*”, ocasionando que o “*mito do italiano vencedor*” propagou-se “*como característica marcante desta etnia*”.³⁰⁵ A absorção das populações dos núcleos coloniais não se mostrou tão tranquila, nem os líderes regionais ou estaduais se mostravam tão convencidos de que a cooptação dos imigrantes e seus descendentes se daria de forma tão simples. A manutenção da ordem borgista na RCI muitas vezes deveu-se aos destacamentos da Brigada Militar, exemplificada na citação atribuída a Borges de Medeiros:

Em hipótese nenhuma deixem o gringo levantar a cabeça. Gringo não é como alemão. Eles não iriam se contentar em ter um Koseritz, mais um Haensel e um Ter Brügen na Assembleia. É só o governo se descuidar, eles tomam conta e depois não há quem tire.³⁰⁶

Por meio de análise de alguns casos, apresentar-se-á o modo de funcionamento do coronelismo regional, confirmando relações de poder permeadas por questões de ordem política e econômica. As “revoltas caxienses”, de 1890 a 1892, por exemplo, foram movimentos que revelam a postura política colonial no início da República, quando os imigrantes tomam partido na disputa dos governos municipais e contra suas medidas tributárias, acirradas pela luta em torno do governo estadual no período.³⁰⁷

Em 1890, quando ocorre a emancipação da colônia, é nomeada pelo Presidente do Estado, Gal. Cândido José da Costa, a primeira Junta Governativa, composta pelos imigrantes Angelo Chitolina, Ernesto Marsiaj e Salvador Sartori, todos comerciantes. A Junta Governativa, vinculada ao PRR, é destituída por uma Junta Revolucionária, liderada pelos italianos Affonso Amabile e o delegado da cidade Francisco Januário Salerno, que se apropria

³⁰⁴ LOVE, Joseph. *Op cit.*, p. 38.

³⁰⁵ MOROSINI, Marília Costa. *Imigrantes italianos “que deram certo” em Porto Alegre e a esfera do trabalho: subsídios para estudo*. In: *Revista Veritas*. Porto Alegre: PUCRS, v. 32, n. 127, setembro/1987, p. 365.

³⁰⁶ LESSA, Barbosa. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985, p. 42. MALFATTI, Selvino Antonio. *Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Pallotti, 1988, p. 154-155.

³⁰⁷ Sobre as “revoltas caxienses”, conferir: GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 14-17; MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001, p. 148-155.

dos móveis da Intendência e promove movimentos da população contra os novos conselheiros eleitos. A Junta Governativa reassume o poder, mas por pouco tempo. Junto aos outros componentes da Junta Revolucionária, Domingos Maineri, Luiz Pieruccini, João Dalla Santa e Pasqual Mangeri – alguns dos quais também comerciantes –, incitam os colonos a não pagarem os impostos, por ser provisório o governo, exigindo que só pagassem os tributos se houvesse novas eleições. À frente de trezentos homens armados, Francisco Salerno depõe novamente o Conselho Municipal.³⁰⁸

Após a queda de Castilhos, em 12 de novembro de 1891, passando pela tomada do poder pela Junta Governativa Provisória, chamada de “Governicho” (sequência de juntas governativas e governantes provisórios) ao retorno de Castilhos ao poder, em janeiro de 1893, onde ficaria cinco anos, a direção do governo estadual é transferida nove vezes. Após a queda do Império e a segunda posse de Castilhos, o governo mudou de mãos 18 vezes, confirmando que em “*em parte alguma a instabilidade política dos anos iniciais da República foi maior do que no Rio Grande do Sul*”.³⁰⁹ Esta instabilidade política se refletia na RCI.

Inicialmente se abordará a presença do padre italiano Pedro Nosadini, enviado a Caxias (foi pároco do município de 1896 a 1898) pela Arquidiocese de Porto Alegre, que atendeu a pedidos do clero regional, com a função de criar comitês católicos, com objetivo de combater a maçonaria. Sua atuação gerou acirradas lutas entre os elementos católicos, os membros da administração pública e os integrantes da maçonaria de Caxias, ocasionando uma crescente manifestação dos imigrantes católicos contra os coronéis locais e constantes ataques à sociedade maçônica, assim como a decorrente expulsão de Nosadini da região em 1898.

³⁰⁸ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001, p. 115. O governo provisório nomeia para a Junta Governativa Luiz Pieruccini e Domingos Maineri, participantes das revoltas. A situação se torna tensa, pois revoltosos nomeados e conselheiros eleitos estão lado a lado, dividindo o Conselho Municipal. O Conselho reassume o poder e exige o pagamento dos impostos atrasados, com multa. Aqueles que não pagaram os impostos induzidos pelos revoltosos se revoltam mais uma vez. A Junta Estadual Federalista, composta por Assis Brasil, Barros Cassal e Gen. Barreto Leite, informa que Domingos Maineri deve ser o novo Presidente do Conselho, mas Ernesto Marsiaj permanece no poder, o que provoca os federalistas locais que resolvem tomar a Intendência. A Junta Revolucionária suspende novamente o pagamento dos impostos. Com a suspensão dos impostos, a maioria da população apoia o golpe, assim como as autoridades policiais. O governo estadual, no intuito de solucionar a crise política caxiense nomeia como primeiro intendente, Antônio Xavier da Luz. A questão dos impostos é entregue à Intendência pelo Conselho e usando de diplomacia, o intendente nomeia Luiz Pieruccini para o cargo de subintendente.

³⁰⁹ LOVE, Joseph. *O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, T. 3. *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 110.

Mesmo que Zagonel³¹⁰ e D'Apremont³¹¹ tenham afirmado haver uma escassez de maçons nas áreas de colonização italiana, o receio deles, por parte de lideranças eclesiásticas, era grande, pois estavam colocados em posições estratégicas na estrutura de poder da RCI, fosse em relação ao poder público ou ao poder econômico regional.

Tabela 7: Dirigentes maçons na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.

Nome	Cidade	Loja	Ano	Informações biográficas
Alexandre Canali	Caxias	Força e Fraternidade	1888	
Alfredo Lima	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Político Regional
Ângelo Chittolina	Caxias	Força e Fraternidade	1888	Político Local
Antenore Zanoni	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Político Local
Antônio Ferranetto	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Artista (Alfaiate)
Antônio Joaquim M. de Carvalho Jr.	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Político Local
Antônio Pieruccini	Caxias	Força e Fraternidade	1888	Industrialista / Viticultor
Arthur Job	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Advogado
Ataliba Emilio Ignácio Rossler	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Augusto Gloeden	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Funcionário Público
Aureliano Jaime Ferreira Bastos	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Benjamin Cortes Rodrigues	Caxias	Força e Fraternidade	1888/1892	Político Local
Camilo Leiendecker	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Político Local
Cristiano Horn	Caxias	Força e Fraternidade	1888	
Dário Apolinário Pereira Morais	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Domingos Mincarone	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Industrialista/Ourives/Advogado
Felice Gavioli	Caxias	Força e Fraternidade	1888	Agricultor
Francisco Nicolau Saleno	Caxias	Força e Fraternidade	1888	
João Carlos Rodrigues da Cunha	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Mariano Pimentel Sobrinho	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Marques da Silva Pinto	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Muratori	Caxias	Força e Fraternidade	1888	
João Pereira Leite	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
José Domingues de Almeida	Caxias	Força e Fraternidade	1888	Professor/Político Local
Júlio Lorenzoni	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	Professor/Escritor
Ramão V. Etchegoyen	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Rodolpho Félice Laner	Caxias	Força e Fraternidade	1888	Industrialista/Político Local
Vítor Ítalo Bersani	Caxias	Força e Fraternidade	1888	Comerciante

Fonte: COLUSSI, Eliane. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: UPF, 1998, p. 504-574.

³¹⁰ ZAGONEL, Carlos. *Igreja e Imigração Italiana*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

³¹¹ D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: 1896-1915*. Caxias do Sul: UCS, 1976.

Mesmo que a Igreja mantivesse seu papel de liderança entre a população rural, não se pode dizer o mesmo com relação aos núcleos urbanos, onde a presença de outras ideologias impediu a hegemonia do pensamento católico. Destaca-se a maçonaria, que bem se adaptou à elite política rio-grandense, principalmente a partir da ascensão econômica e social dos comerciantes, além de funcionários públicos e profissionais liberais. Durante a República Velha, a maçonaria funcionou como elemento de ligação entre os grupos de pressão e os organismos de poder estatal.³¹²

Segundo Eliane Colussi, o quadro de filiados nas lojas maçônicas *Concórdia*, de Bento Gonçalves, era de 61 membros, em 1895; assim como em Caxias, a loja *Força e Fraternidade* contava, no ano de 1900, com 103 membros.³¹³ Esta loja maçônica de Caxias, *Força e Fraternidade*, é anterior à própria criação do município; sendo instalada em 26 de janeiro de 1887 tendo funcionado até 2 de novembro de 1890, ficando após *adormecida* até 3 de maio de 1897, quando foi reativada e permaneceu em atividade até 1903. Foi fechada finalmente por existirem desavenças internas entre carbonários e maçons.³¹⁴

Os conflitos políticos locais entre maçons e católicos já eram percebidos quando, em 4 de maio de 1896, em sessão do Conselho Municipal, entrou em discussão a concessão de recursos municipais para a construção da igreja da cidade. A iniciativa partiu de Salvador Sartori, e teve a oposição do conselheiro maçom Ângelo Chittolina:

(...) mas a ata não traz os argumentos invocados, limitando-se a dizer que Sartori foi à contradição e não aceitou o ponto de vista exposto. Ninguém mais fez uso da palavra e o auxílio cotado foi de 500\$000. Evidentemente, quem votou contra foi Chittolina. Por quê? A resposta a isto pode estar vinculada à separação do Estado e da Igreja, e a pendências locais. Quanto a mim, gostaria muito que alguém conseguisse localizar as atas da Loja Maçônica que à época existia. Tenho certeza de que o segredo estaria vinculado a outros fatos.³¹⁵

³¹² Conforme VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 127: “Portanto, pertencer à Maçonaria significava a possibilidade de beneficiar-se dos favores do Estado. Ser maçom significava poder servir-se de um canal privilegiado para o atendimento de demandas individuais e coletivas”. Conferir: COLUSSI, Eliane. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: UPF, 1998.

³¹³ COLUSSI, Eliane. *Op cit.*, p. 575-576.

³¹⁴ DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. V. 2. Londrina: A Trolha, 1993, p. 214-215. Segundo ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890-1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 39: “Os fundadores desta loja foram Cristiano Horn grau 30 (doravante gr.: 30.) Venerável; Benjamim Cortes Rodrigues - gr.:3. 1º Vigilante; Felice Gavioli - gr.:3. 2º Vigilante; José Domingos D’Almeida - gr.: 18. Orador; Rodolfo Felice Laner - gr.: 17. Secretário; Angelo Chittolina - gr.: 3. Tesoureiro; Antonio Pieruccini- gr.:3; Alexandre Canali – gr.:3.”

Segundo Mário Gardelin e Eliana Rela Alves, foram conselheiros municipais em Caxias, pertencentes à Maçonaria: Ernesto Marsiaj (1890-1892; 1892-1896), Ângelo Chitolina (1890-1892; 1892-1896), Benjamim C. Rodrigues (1890-1904), José Domingos de Almeida (1890-1892), Maurício Nunes de Almeida (1896-1900), Francisco Bonato (1896-1900; 1900-1904), Antônio de Oliveira Santos (1900-1904), Miguel Muratore (1900-1904; 1912-1916; 1916-1920; 1920-1924), Luiz Pieruccini (1904-1907), Antônio Moro (1904-1907), Antônio Azambuja Kroef (1906-1907), Jacinto Tonge (1906-1907), Antônio Pieruccini (1908-1910; 1910-1912; 1924-1928) e Adelino Sassi (1908-1910; 1910-1912; 1916-1920; 1920-1924). Convém lembrar que três intendentess dos primeiros tempos de Caxias eram maçons: José Domingos de Almeida (1894-1895), Alorino Machado de Lucena (1895) e José Cândido de Campos Jr. (1895-1900).³¹⁶

Em Garibaldi, na ata de regularização do *triângulo* Giuseppe Mazzini, em 1902, não foram convidados outros *irmãos* da região para não chamar a atenção dos *profanos*, pois o *triângulo* deveria funcionar muito secretamente devido à perseguição dos jesuítas, abundantes na região, bem como não chamar a atenção do pároco local, Bartolomeu Tiecher, que combate os maçons, sendo que, em novembro de 1891, teria sido obrigado a se ausentar temporariamente, por pressão desses maçons.³¹⁷

No ano de 1900 em Alfredo Chaves, o intendente Alfredo Lima, maçom, procedente “*de Bento Gonçalves, onde exercia, desde 1895, as funções de Coletor Estadual*”³¹⁸, entrou em conflito com o padre Mateus Pasquali, que “*censurou do púlpito as desordens administrativas e privadas do intendente e seus companheiros*”.³¹⁹ Segundo Geraldo Farina, Alfredo Lima elevou extremamente os impostos, além de demonstrar ser um administrador “*displicente, egocêntrico, autoritário*”.³²⁰ Após deixar a administração, o Conselho Municipal

³¹⁵ GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores (1892-1950)*. Porto Alegre: POA Edições/EST, 1993, p. 19.

³¹⁶ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 41-42; GARDELIN, Mário. *Op cit.*, p. 32.

³¹⁷ COLUSSI, Eliane. *Op cit.*, p. 413; DIENSTBACH, Carlos. *Op cit.*, p. 274; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX*. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. V. 2. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 586-587.

³¹⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os primeiros intendentess borgistas de Veranópolis*. In: COSTA, Rovílio (org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 69.

³¹⁹ DUARTE, Eduardo. *Síntese histórica de Veranópolis: 1886-1950*. In: COSTA, Rovílio; BORGES, Stella; GARDELIN, Mário; BORTOLAZZO, Paulo (orgs.). *Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST/Correo Riograndense, 1997, p. 313.

³²⁰ FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 67.

constituiu uma comissão para examinar as contas do ex-intendente, tendo reconhecido a existência de um desfalque de 16:626\$160 réis, de modo que Alfredo Lima foi denunciado por crime de peculato. Conforme menciona Sérgio da Costa Franco:

Desde março de 1903, depois de se retirar para Bento Gonçalves, o réu não foi mais encontrado, e o processo não teve andamento regular. Em 1911, foi decretada a prescrição da ação penal. (...)

Foi o mesmo Alfredo Lima o intendente que adquiriu, para servir de sede da Intendência Municipal, o prédio pertencente ao funcionário público peculatório Francisco Carlos Resin Barreto Leite, chefe da Comissão de Terras, o qual, desta forma, cobriu o desfalque que causara à Fazenda do Estado em sua repartição. Uma das irregularidades que se atribuíram depois a Alfredo Lima foi ter-se apropriado de uma parcela da verba aprovada para a compra do prédio da Intendência.³²¹

De que maneira casos de caráter político, como estes citados acima, podem oferecer um panorama das relações de poder coronelistas na RCI? Imigrantes provenientes de regiões sob domínio austríaco possuíam uma forte ligação à esfera católica de caráter ultramontano,³²² estreitamente relacionado ao papado e à sua oposição à formação do Estado italiano, à maçonaria e àqueles que reivindicavam uma composição do catolicismo com o poder civil.³²³ Em vários momentos da História regional se observa que “*as questões italianas, trazidas pelos imigrantes, encaminharam sua posição política em relação às questões políticas estaduais*”.³²⁴

Trata-se, na verdade, de um caso político que remonta à constituição do coronelismo na região. E isto se observa pelo amplo conflito que se desenvolveu através da imprensa, representada pelos jornais *Il Colono Italiano*³²⁵, fundado pelo padre Nosadini, em contraposição ao *O Caxiense*,³²⁶ órgão oficial do PRR, considerado maçônico pelas

³²¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os primeiros intendentes borgistas de Veranópolis*. In: COSTA, Rovílio (org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 69-70. Segundo Eduardo Duarte (*Op cit.*, p. 314), Alfredo Lima terminou seus dias no estado de Mato Grosso.

³²² O clero ultramontano, “*identificado e comprometido com a Restauração, rejeitou a sociedade moderna, a separação Igreja e Estado, a liberdade religiosa, a educação pública sem controle eclesial e proclamou a autoridade da hierarquia católica para regulamentar a coisa pública*”. DREHER, Martin. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 146.

³²³ Sobre os complexos aspectos da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, em especial de imigrantes oriundos daquelas regiões ocupadas pelo Império Austro-Húngaro, de claro caráter antiliberal, conferir: POSSAMAI, Paulo César. *Os trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1919)*. In: *Revista História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v. 5, n. 1, julho/2004, p. 98-115.

³²⁴ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994, p. 43.

³²⁵ Circulou de 01º de janeiro de 1898 até 21 de agosto do mesmo ano.

³²⁶ Circulou entre 1897 e 1898.

autoridades católicas. As páginas de ambos tornaram-se espaços para as lutas travadas entre católicos e os coronéis locais, a maioria de origem lusa e maçons.³²⁷ Interessante a caracterização dos comitês católicos organizados pelo padre Nosadini conforme a visão do jornal *O Caxiense*:

Nessa notícia dissemos que ficávamos de quarentena relativamente às sociedades católicas e chamávamos a atenção de nossos leitores para um telegrama de Roma, no qual se dizia que o Sr. Rudini ordenara aos prefeitos de polícia que tratassem as associações católicas como os cunho anarquistas. Ora, é bem de ver que muito natural foi a nossa declaração de ficar em quarentena, porquanto a sociedade católica daqui não pôde ter outros intuitos senão os que tem em mira as associações católicas da Itália.

Estas são evidentemente uma ameaça constante á manutenção da ordem pública, centros subversivos; e, tanto é assim, que o governo italiano que não é nenhum reacionário, viu-se na contingência de tomar medidas enérgicas para sufocar as agitações produzidas por essas associações.

O regime político vigente na Itália, produto da unificação de toda península, é duma solidez que resiste a todas as tentativas que alvejam subverte-lo; mas, no entretanto, reconhecida a esterilidade e ineficácia da propaganda das associações acima referidas no ponto de vista dos resultados positivos que culminam, forçoso é reconhecer quão inconveniente seria tolerar focos donde constantemente emanam graves perturbações da ordem pública.³²⁸

O padre Pedro Nosadini, ao combater ferozmente a loja maçônica *Força e Fraternidade*, incentivou conflitos entre colonos e coronéis locais, inclusive o próprio intendente de Caxias, coronel José Cândido de Campos Júnior, sendo retirado à força do município, mais especificamente da casa paroquial, na noite de 7 para 8 de fevereiro de 1897, por um grupo de maçons, retornando apenas quatro meses após.

Em 1898 o padre Nosadini, que já havia sido sequestrado e ameaçado de morte em 1897, escreveu uma carta aberta ao governo estadual denunciando as calúnias que o envolviam no atentado que sofrera o intendente Campos Júnior, bem como outros fatos reveladores do clima de intriga e animosidade que reinava entre os padres e políticos locais.

No entanto, a situação se agrava. Na noite de 24 de março de 1898, o intendente coronel Campos Júnior sofre um atentado a bala em sua residência, fato que desencadeou acusações entre as partes conflitantes, durante meses.³²⁹ Em carta a Borges de Medeiros, o intendente de Caxias relata as dificuldades que enfrenta perante a oposição:

³²⁷ Cf. HENRICH, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.

³²⁸ *O Caxiense*, 15/01/1898, n. 5, p. 2 (AHMJA).

³²⁹ Cf. ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, p. 229-258.

Estou atravessando uma crise. O padre Nosadini, essa víbora que se recolhe à sede da paróquia para morder-me, apesar de ausente, está urdindo, está conspirando contra mim por intermédio de seus sequazes.

Assim é que corre sorrateiramente e com grande sigilo entre os colonos ignorantes e fanáticos, um abaixo-assinado que, segundo uns, é pedindo ao bispo o regresso do padre e, segundo outros, solicitando de V. Ex. a minha destituição. (...)

Açula seus espoletas pela imprensa contra mim, dirigi-me carta anônima pelo correio ameaçando-me; escreveu e fez larga distribuição pelo município daquele folheto do qual remeteu um exemplar às autoridades superiores, atassalhando a minha reputação e penetrando até no lar familiar; manda propalar pelos seus fanáticos que o bispo não mandará outro padre, isso com o fim de chamar a odiosidade sobre mim, enfim, só falta pôr novamente em prática a tentativa que fracassou na noite de 24 de março último. (...) ³³⁰

Com estas palavras, o coronel intendente, expõe a Borges de Medeiros os meandros de um campo social onde imperavam as relações de poder coronelistas. A pacificação da região só foi estabelecida depois de serem tomadas algumas medidas necessárias:

A questão tornou-se insustentável, e o *Il Colono Italiano* já havia cessado a sua publicação no mês de agosto. Em dezembro de 1898, Pedro Nosadini seria transferido e voltaria à Itália. Campos Júnior, em 1900, também deixaria a região por desentendimentos com a Associação Comercial de Caxias. Em 1903, a loja maçônica existente na cidade, “*Força e Fraternidade*” deixaria de funcionar; desta forma, os ânimos foram temporariamente apaziguados. ³³¹

Isto comprova que “*o clero não era isento de opiniões políticas, participando ativamente das lutas regionais*”. ³³² Mas a tranquilidade na região durou pouco tempo...

A política borgista encontrava-se permanentemente relacionada aos interesses políticos coronelistas e econômicos das lideranças locais, estando seu modelo de governo subordinado a tais circunstâncias particulares. As lideranças regionais aceitavam o receituário contido no projeto borgista, desde que este atendesse aos seus intentos políticos e econômicos.

O Estado castilhistaborgista não era tão forte nem o PRR apresentava a coesão que afirmava, já que a fragilidade infraestrutural do aparelho estatal devia-se ao fato de pautar-se pela influência de diversos agentes presentes nas bases dos poderes locais, onde as relações do

³³⁰ Carta de José Cândido de Campos Júnior a Borges de Medeiros (n. 1263, 01º/09/1898 – Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

³³¹ VALDUGA, Gustavo. “*Paz, Itália, Jesus*”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal *Correio-Riograndense* (1930-1945). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 81.

³³² GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlandia, 1994, p. 55.

“*coronelismo indomável*”³³³ e as pressões de setores econômicos regionais faziam-se presentes e predominantes, ora apoiando e cooperando com a chefia estadual, ora contradizendo-a.

Foram constantes na RCI as estratégias de regulamentação do mercado realizadas por parte dos poderes públicos, com o intuito de auxiliar projetos essenciais ao incentivo da produção dos setores dominantes, fosse o setor de transportes (políticas ferroviária, portuária e de navegação) ou por meio de mecanismos fiscais e tributários.

Vale conferir o caso da Ponte do Korff, quando a Associação de Comerciantes de Caxias cumpriu a função de personificar e transmitir a voz descontente do principal grupo de pressão regional, pois Antônio Prado desejava a ponte no Passo do Zeferino, ao passo que Caxias defendia que ela fosse construída no Rio das Antas. Essa Associação, fundada em 1901³³⁴, passou a defender a força do comércio de Caxias e os interesses do setor, interferindo muitas vezes na política regional.³³⁵

Este órgão exercia intensa pressão³³⁶ ao governo do PRR, sempre defendendo medidas ou obras que pudessem beneficiar a classe econômica dominante na região, através da escolha de trajetos de estradas, como condição para o desenvolvimento econômico regional, em conflitos com intendentes, questões referentes ao aumento de impostos, na defesa da qualidade dos produtos coloniais e na disputa por mercados.³³⁷

³³³ Cf. AXT, Gunter. *Coronelismo Indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003, p. 277-293.

³³⁴ Em 1901, durante a Exposição Industrial Estadual, Caxias já surge como grande centro especializado na vitivinicultura. Sobre o início e desenvolvimento deste setor econômico conferir: PESAVENTO, Sandra. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 25-51; SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RS: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 135-155.

³³⁵ Cf. GARDELIN, Mário. *Para a História da CIC*. Caxias do Sul: Câmara da Indústria e Comércio, 1978.

³³⁶ “Um grupo de pressão pode definir-se como uma organização constituída para defender interesses, exercendo pressão sobre os poderes públicos a fim de deles obter decisões conformes a esses interesses”: SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Os grupos de pressão*. In: *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p.614; Conferir também: PASQUINO, Gianfranco. *Grupos de pressão*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999, p. 562-571.

³³⁷ Convém lembrar que a fundação da Associação dos Comerciantes, levada a cabo por elementos de origem italiana, não foi aceita de bom grado pelos coronéis locais, especialmente pelo intendente José Cândido de Campos Júnior, que não reconhecia o caráter jurídico da entidade. A principal preocupação do órgão representativo do setor comercial era a questão dos elevados valores dos impostos urbanos e rurais, especialmente em relação aos produtores rurais (colonos), como se deu em 1901. Como não havia possibilidade de negociações com o intendente, a Associação recorre a Borges de Medeiros tendo em vista a má vontade intencional em atender aos seus reclames, observado inclusive através da imprensa regional e estadual. Como resultado da crise municipal, o coronel Campos Júnior pressionado renuncia ao cargo intencional. Sobre este

A Ponte do Korff, localizada na estrada Rio Branco, foi a primeira ponte a ser construída sobre o rio das Antas, ligando Caxias com os Campos de Cima da Serra, caminho utilizado pelos tropeiros no final do século XIX e início do XX para transportar mercadorias ao centro do país e vice-versa. A construção da ponte começou em 1904 e foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1907. Em 18 de outubro de 1904, a Associação dos Comerciantes de Caxias reuniu-se para tratar do assunto, aproveitando as homenagens prestadas à memória de Júlio de Castilhos, uma comissão composta por Ferreira da Costa, Hugo Ronca e Joaquim Mascarello representaria Caxias junto a Borges de Medeiros.

Contudo, não tendo obtido resposta positiva do governo estadual, a diretoria da Associação dos Comerciantes resolveu dirigir-se ao coronel Avelino Paim, liderança do PRR regional e intendente de Vacaria, para insistir junto ao governo do estado, em prol dos desejos caxienses que também seriam de seu interesse. A Associação Caxiense deu ao coronel Avelino o título de Sócio Honorário e tributou-lhe, em reconhecimento, uma recepção triunfal.³³⁸

Neste caso, a Associação demonstrou seu prestígio e poder político ao interferir nas decisões do governo borgista, a propósito da construção da tal ponte, que serviria para ligar Caxias aos municípios do planalto e ao centro do país, beneficiando o setor comercial local. Havia uma disputa com os interesses do município de Antônio Prado, que foi vencida graças à aliança da Associação com as forças políticas de Vacaria, já que a localização da ponte uniria o município de Caxias com os Campos de Cima da Serra e o interesse econômico de ambos, de modo que o PRR alterou a decisão tomada ao favorecer os interesses caxienses.³³⁹

episódio conferir: MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001, p. 162-179; GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 85-89.

³³⁸ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti & MACHADO, Maria Abel. *Câmara de Comércio e Indústria de Caxias do Sul: cem anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 23.

³³⁹ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 65-66: “O local para a construção da ponte foi o motivo da discussão, pois os habitantes de Antônio Prado defendiam a localização da ponte no Passo do Zeferino, e os habitantes de Caxias, no local onde foi construída, ou seja, além de Criúva, visto que uniria o município de Caxias com as terras de Cima da Serra e não retiraria Caxias do traçado comercial com o centro do País. Como o governo já havia decidido construí-la no Passo do Zeferino, A Associação reuniu-se com as forças políticas de Vacaria, pressionando o Governo através de seus “amigos” no Partido Republicano, alterando as decisões já tomadas e modificando o local da dita ponte. Esse fato foi fundamental para o crescimento de Caxias que a manteve sempre como centro dos núcleos coloniais, seja pelo comércio, seja pela agricultura e mais tarde pela atuação na indústria”. Conferir também: jornal *O Cosmopolita* (de outubro a dezembro de 1904).

Desta maneira, o Estado castilhistaborgista precisa ser desmitificado da áurea de neutralidade, da fama de promotor do progresso, modernidade e promotor do bem comum. O regime foi influenciado pelas injunções de ordem econômica, decorrentes de interesses específicos de certos grupos regionais, comprovando o descompasso entre discurso legitimador e ação governativa efetiva. Muitas vezes as lutas internas resultavam em intervenções do poder central nos municípios, por meios legais ou extralegais, em eleições ou em questões administrativas, quando estas pudessem fugir ao controle do centro diretivo estadual, sendo o intervencionismo uma constante,³⁴⁰ no âmbito da política ou da economia.³⁴¹

Tabela 8: Intervenções do Governo Estadual em municípios da Região Colonial Italiana.

Ano	Decreto	Observações
1901	Decreto n. 418	Declara sem efeito algumas disposições da lei orgânica de Antônio Prado.
1902	Decreto n. 484	Declara sem efeito e altera algumas disposições da lei orgânica de Caxias.
1902	Decreto n. 518	Declara sem efeito e altera algumas disposições da lei orgânica de Bento Gonçalves.
1903	Decreto n. 628	Declara insubsistente parte do orçamento de Caxias.
1903	Decreto n. 631	Declara insubsistente parte do orçamento de Antônio Prado.
1906	Decreto n. 869	Anula o orçamento de Caxias.
1906	Decreto n. 889	Anula o novo orçamento de Caxias.
1906	Decreto n. 899	Altera algumas disposições da lei orgânica de Guaporé.
1911	Decreto n. 1722	Anula o Ato n. 58 do intendente de Garibaldi.
1921	Decreto n. 2776	Declara insubsistente uma disposição da lei orçamentária de Bento Gonçalves.
1921	Decreto n. 2822	Anexa parte do município de Cima da Serra ao de Caxias.

Fonte: PEREIRA, Antônio Baptista. *Pela redenção do Rio Grande: Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923, p. 245-253.

Borges, ao prestigiar ou manipular o desgaste de facções locais, procurava legitimar suas ações politicamente frente às facções municipais do PRR, pois a ingerência borgista invariavelmente acarretava uma retração da autonomia local. A aceitação das medidas

³⁴⁰ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975, p. 83: “Os governadores do Rio Grande praticaram 209 intervenções nos assuntos locais, entre 1896 e 1923, de acordo com um cálculo efetuado”. Tal cálculo refere-se ao estudo de Antônio Baptista Pereira. *Pela redenção do Rio Grande: Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923, p. 245-253.

³⁴¹ Conferir sobre este assunto: AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001; especialmente os capítulos 3 (*Intervencionismo e política ferroviária*), 4 (*Intervencionismo e política portuária*) e 5 (*Intervencionismo fiscal, contrabando e hegemonia*).

borgistas por parte das facções, cientes dos prejuízos que as disputas internas acarretavam, dava-se pelo pretexto de incompatibilidades existentes nas leis orgânicas municipais ou na insubsistência de disposições das leis orçamentárias, conforme a Constituição Estadual.

Sobre o esfacelamento do PRR em 1907, vale lembrar que, em Caxias, os grupos dirigentes do partido jamais foram homogêneos, possuindo facções que se engalfinhavam constantemente tendo em vista interesses políticos e econômicos. A manipulação de votos dos colonos constituía o principal instrumento de acirramento entre as facções do PRR local, de modo que algum membro do partido poderia cair em desgraça, caso não desempenhasse “corretamente” suas funções no seio da agremiação:

(...) fui chamado pelo Sr. Intendente [Serafim Terra] em sua casa. (...) O Sr. Intendente estava tão alterado que pouco faltou para me cuspir na face. Disse-me os maiores improperios, chamou-me de bêbado e mais epítetos infamantes e os outros aprovaram tudo. Tudo isso porque não levei eleitores. Respondi que convidei e não quiseram vir.³⁴²

Em Caxias ocorreu grave crise política no ano de 1907, decorrente da ingerência do Juiz da Comarca, José Gonçalves Ferreira Costa, e do Promotor Público, Herculano Montenegro, nos assuntos políticos locais (também redator-proprietário do jornal *Gazeta Colonial*). Ao alinharem-se a uma facção partidária local, prorrogavam sentenças que interessavam a Borges de Medeiros e seus aliados, em plena crise da cisão republicana encabeçada por Fernando Abbott, além de instaurarem grande número de processos a vários funcionários públicos municipais, inclusive ao intendente.

Após a renúncia dos membros do Conselho Municipal de Caxias, em represália ao governo estadual ter considerado insubsistente o orçamento proposto por aquele órgão, e por ter o intendente Serafim Terra, proposto novo orçamento, ampliando a margem de arrecadação, passa a ocorrer uma disputa política entre os antigos conselheiros, amparados pelo Juiz da Comarca e pelo Promotor Público. Este grupo, então, busca aproximação com a dissidência de Abbott.

Borges de Medeiros, para controlar a crise política, transfere a sede da Comarca de Caxias para Bento Gonçalves, em 17 de dezembro de 1907. Somente em 1919 a sede retorna para Caxias, diante da acomodação dos interesses. Política, administração, coronelismo e justiça andavam de mãos dadas. O Poder Judiciário apresentava-se permeado por compromissos pessoais, por trocas de favores e por relações de poder, nas quais o tráfico de

³⁴² Carta do professor Luiz Fachin a Borges de Medeiros (n. 1277, 28/03/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

influência era uma prática tolerada e aceita, em uma indistinção entre o espaço público e o privado e entre os campos da política partidária e o judiciário. Segundo Gunter Axt:

A prática da Justiça era um terreno onde reboavam com intensidade os interesses privados e as disputas facciosas. Processos, contratos, testamentos, sentenças e julgamentos eram frequentemente motivos de atrição entre correntes e lideranças partidárias. Alguns episódios podiam tornar-se extremamente nervosos, justamente por colocarem à prova o prestígio político de um coronel.³⁴³

O prestígio político de determinado coronel era posto à prova nos períodos destinados ao rito eleitoral. Por menos democráticas ou transparentes que tenham sido os processos eleitorais durante a República Velha, foram os pilares de sustentação de todo o sistema coronelista.³⁴⁴ Mais uma vez, é o historiador Gunter Axt quem fornece um quadro conceitual referente à prática eleitoral rio-grandense, ao estabelecer relações entre o coronelismo e a função da Justiça:

Difícilmente passava ano em que as comunidades não fossem sacudidas pela agitação das urnas. (...) O pomo de discórdia residia nas regras de qualificação de eleitores. Às vésperas de cada eleição, editavam-se leis estaduais e municipais que revisavam as listas de eleitores qualificados para o exercício do voto, existindo, portanto, relações de eleitores estaduais, federais e municipais. A qualificação de eleitores, a cargo das autoridades administrativas e jurídicas alinhadas à situação dominante nos Estados e Municípios, era sempre uma chance para a exclusão da oposição e inclusão dos partidários. Além disso, podia-se conceder títulos a falecidos ou menores de idade, ou cancelá-los, conforme a conveniência de momento (...) A qualificação era na prática atribuída por delegação informal aos chefes políticos locais, que mobilizavam os intendentes, conselheiros, Magistrados e cabos eleitorais. (...) Os intendentes, ou os chefes políticos por detrás deles, organizavam as eleições (...). Da qualificação aos recursos de apuração, o processo eleitoral nos Municípios costumava ser custeado pelos bolsos do próprio coronel, ou chefe político, o qual, uma vez tendo firmado sua facção no poder, achava lícito compensar esses gastos por meio do tráfico de prebendas, de comissões cobradas sobre o salário de funcionários públicos de confiança ou mediante contratos que privilegiassem interesses aliados. (...) Às vésperas das eleições, abria-se a temporada para compra de votos, troca de favores, intimidações e violências. No dia das eleições, os coronéis fretavam carretas com os “*fósforos*”, eleitores assim chamados porque “*riscavam*” em várias urnas (...). Em alguns casos, as eleições quase se resumiam a demonstrações de força de ambos os lados, degenerando em conflitos civis localizados. (...) As cédulas eleitorais eram impressas nas gráficas dos coronéis, os quais, quando traíam a orientação palaciana, “*furavam as chapas*”, alterando a ordem dos nomes ou suprimindo candidatos. (...) Realizadas as eleições, era a vez do “*bico de pena*” e das atas adulteradas. Ao sobrevirem os recursos, recontavam-se, ou mesmo anulavam-se, votações parciais de algumas urnas.³⁴⁵

³⁴³ AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 17.

³⁴⁴ Sobre os processos eleitorais na República Velha conferir: PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil: da Colônia à Quinta República*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989; TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. 3 - *O Brasil Republicano*. Vol. 1. *Estrutura de poder e economia*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.

As eleições eram legitimadoras do poder. Cabia aos governadores dos Estados delegar aos coronéis o controle dos pleitos, de modo a evitar possíveis correções de resultados indesejáveis, o que sempre implicava certos custos políticos que poderiam perturbar a manutenção da ordem pública e a legitimidade do poder político vigente.

Tabela 9: Resultado de eleições estaduais e federais na Região Colonial Italiana.

Ano	Candidatos	Alfredo Chaves	Antônio Prado	Bento Gonçalves	Caxias	Garibaldi	Guaporé
1907	Carlos Barbosa	1529	712	752	621	1082	1130
	Fernando Abbott	43	0	120	521	111	38
1910	Rui Barbosa	3	0	5	2	2	0
	Hermes da Fonseca	1169	507	552	961	324	942
1919	Epitácio Pessoa	1576	363	558	990	379	1220
	Rui Barbosa	0	10	13	20	0	2
1922	Nilo Peçanha	2350	577	1155	3078	565	2543
	Arthur Bernardes	28	25	0	4	0	0
	Borges de Medeiros	1589	76	598	1919	834	2696
	Assis Brasil	398	327*	192	500	195	128
1924	Vespúcio de Abreu	sem dados	217	668	1017	473	794
	Assis Brasil	sem dados	310*	563	1790*	534*	677

Fonte: Dados obtidos da correspondência passiva de Borges de Medeiros: informações dos chefes políticos locais (ABM/IHGRGS). Material pesquisado e organizado por Sérgio da Costa Franco, fazendo parte de um conjunto maior, englobando 72 municípios rio-grandenses, com os resultados das eleições federais de 1910, 1919, 1922 e 1924 (para o Senado Federal); além dos pleitos estaduais de 1907 e 1922. As raras vitórias da oposição estão assinaladas com asterisco. Material gentilmente cedido pelo professor René E. Gertz.

O poder de mando de Borges de Medeiros sofreu um duro golpe após o conflito de 1923. O Pacto de Pedras Altas restringiu a legitimidade de sua ingerência nos municípios ao resgatar parte da autonomia municipal, deixada nas mãos dos coronéis locais e ao sabor das circunstâncias próprias a cada município.

Este acordo de paz reformulou as bases do modelo de governo do PRR, ao proibir as reeleições a cargos executivos, garantindo às oposições uma maior representação tanto na

³⁴⁵ AXT, Gunter. *Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1 e 2, 2001, p. 188-199.

Assembleia dos Representantes (seis cadeiras) quanto na Câmara de Deputados (cinco postos) e nos Conselhos Municipais (uma vaga), proibindo a nomeação por parte do presidente do Estado do seu vice. Das dez cláusulas do pacto assinadas por Borges de Medeiros, seis versavam sobre modificações no poder executivo e nas suas relações com os poderes locais.³⁴⁶

Reflete este novo condicionamento da política rio-grandense o pleito federal de 3 de maio de 1924, quando os líderes religiosos desempenharam importante função e o PRR conseguiu vitórias medíocres em Bento Gonçalves e Guaporé, chegando a perder a eleição em nove municípios do Estado, dentre os quais, Antônio Prado, Encantado, Garibaldi e Caxias. Em telegrama a Borges de Medeiros, escreve o intendente de Caxias, José Penna de Moraes: *“Nossos esforços aqui não puderam sobrepor-se ascendência religiosa padre Meneguzzi transformada em prestígio político contra nossa causa, secundada parcialidade ostensiva delegado militar”*.³⁴⁷

Em Garibaldi a reação ao borgismo foi semelhante, segundo o telegrama do intendente municipal Jacob Nicolau Ely: *“Vencido pela traição dos padres, deponho nas mãos de V. Ex. cargos imerecidamente exercido”*.³⁴⁸ Em Alfredo Chaves (atual Veranópolis) repete-se o processo, tendo em vista o reconhecimento do prestígio dos padres junto ao eleitorado colonial: *“Nossa derrota aqui, apesar esforço empregado, encontra explicação situação deplorável município, deixada administração anterior, trabalho intenso padres capuchinhos, traição elementos próprio partido”*.³⁴⁹

Os padres, agindo como lideranças políticas, podiam promover a reclusão do eleitorado (causando abstenções que constrangeriam as lideranças locais) ou, então, a conquista de votações unânimes para certos candidatos, a depender do acatamento das demandas coloniais.³⁵⁰

³⁴⁶ Sobre o Pacto de Pedras Altas e as negociações da paz de 1923 conferir: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 31-35; FRANCO, Sérgio da Costa (introdução e notas). *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996.

³⁴⁷ Carta do intendente municipal coronel José Penna de Moraes a Borges de Medeiros, datada de 8 de maio de 1924.

³⁴⁸ Telegrama do intendente municipal de Garibaldi Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros, datado de 4 de maio de 1924.

³⁴⁹ Telegrama da comissão diretiva do PRR em Veranópolis a Borges de Medeiros, datado de 8 de maio de 1924.

³⁵⁰ Mesmo que este trabalho não se concentre especificamente à região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, cabe lembrar algumas lideranças religiosas que vários transtornos causaram à política regional no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, como Humberto Busato, em Núcleo Norte (atual Ivorá), João Zanella (em Nova Palma), João Iop (em Vale Vêneto), Mathias Schoenauer, Frederico Schwinn e

Foi marcante a presença do padre João Meneguzzi na política caxiense na década de 1920, principalmente a partir da eleição ao governo estadual em 1922. O enfrentamento político com o intendente Penna de Moraes teve como motivo os protestos dos colonos pela ausência de seus títulos eleitorais, que não eram entregues aos eleitores da oposição assisista. Meneguzzi, já com onze anos à frente da administração diocesana e com grande influência sobre os colonos, foi barrado às portas da Intendência pela Brigada Militar, quando pretendia obter justificativas do intendente:

Retire-se Vigário, vai correr bala disse um sargento. O Vigário respondeu: “Vai correr bala nada. Quero falar com o Intendente”. Então um da Brigada o acompanhou. Na presença do Intendente, que se encontrava rodeado pelos do partido, verberou energicamente seu proceder, responsabilizando-o por tudo que pudesse acontecer. O intendente empalideceu, mas disse: “Se o povo der ainda três passos, será fuzilado”.³⁵¹

Na eleição para o senado federal em 1924, mais uma vez contribuiu a atuação de padres católicos para que nos distritos coloniais houvesse grande insubordinação aos coronéis borgistas. Em carta de M. J. Caorsi se observa a situação no distrito caxiense de Nova Trento:

Em Nova Trento a situação é algo mais delicada: concedendo o vilamento desde já, dar-se-ia uma nova arma aos nossos adversários para melhor explorar a ignorância dos colonos e causaria desgosto no meio dos nossos companheiros de Caxias, ao passo que não concedendo o vilamento, traria o descontentamento do grupo Mascarello, que foi nas eleições passadas nosso adversário. (...)

Como em todas as colônias italianas, os árbitros da situação são os padres. Único meio, a meu ver, para contrabalançar as forças seria tentar de obter por meio do padre D. Henrique Campagnoni, nosso correligionário e vigário de São Marcos e contrário ao vilamento, um entendimento entre este padre e os padres de Nova Trento, para ver se destes poderia obter de aconselhar os colonos a votar conosco ou abster-se das urnas. Esta iniciativa seria necessário fosse direta por uma pessoa de prestígio e de máxima seriedade.(...)

Em Caxias precisaria que os srs. A. Eberle e M. Muratori usassem de suas influências pessoais junto ao vigário da cidade ao fim de que este se empenhasse uma boa vez de ficar de fato neutral e não instigar contra nós os colonos.³⁵²

Logicamente que as oposições ao PRR na região souberam tirar proveito da liderança que os religiosos desempenhavam nos núcleos colônias, o que causava enorme

Antônio Bombassaro (em Silveira Martins). Maiores informações, consultar: MARIN, Jéri Roberto. *A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins*. In: *Revista Imaginário*. São Paulo: USP, vol. 13, n. 14, 2007, p. 167-197.

³⁵¹ Padre BRANDALISE, Ernesto. *Op cit.*, p. 45. Citado por: ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 83-84.

³⁵² Carta do Dr. M. J. Caorsi (n. 1385, 15/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Nova Trento corresponde ao atual município de Flores da Cunha.

descontentamento nos representantes do borgismo regional. Em trecho de carta de Octávio Rocha lê-se: “*O assisismo local agonizante quer explorar com o cônego (cônego Meneguzzi e seu bloco) e que hipócrita aceitará a exploração. Escrevemos ao arcebispo eu, o Abramo, Miguel e Sassi declarando que não consentiríamos em semelhante exploração*”.³⁵³

A ingerência de lideranças religiosas em assuntos políticos foi uma constante também em outras regiões coloniais do estado, como na colônia Silveira Martins, que era núcleo eleitoral importante às pretensões dos coronéis da região de Santa Maria, desde que fossem tomadas medidas administrativas que melhorassem as condições coloniais.

A carta de João M. Paldaof a Borges de Medeiros demonstra a relação, ao recomendar a edificação de uma estrada naquela colônia, com o intuito de empregar os colonos castigados pela seca e por uma praga de gafanhotos, assegurando a lealdade dos mais de 200 eleitores locais, reunidos em torno de um chefe religioso colonial.³⁵⁴ Exatos vinte anos após, o advogado, futuro promotor e subchefe de polícia, João Bonumá, elemento de confiança de Borges na região de Santa Maria, em relatório descreve suas impressões sobre como se conduzia a política nos distritos coloniais:

Colônia Silveira Martins: Zona de colonização italiana. Eleitorado numeroso e compacto, mas sem ardor e nem convicção republicana. Aí tudo depende do subintendente e sub-delegado. Os maiores prestígios são sempre do padre católico, a quem os colonos ouvem cegamente e às autoridades locais, a quem obedecem humildemente.³⁵⁵

Com o intuito de conter a insubordinação colonial, Borges de Medeiros enviara à região colonial o deputado e pessoa de sua inteira confiança, Octávio Rocha,³⁵⁶ que passa a lhe enviar constantes relatórios do modo como se desenvolvia a política partidária na região e como era o perfil dos grupos de pressão regionais:

Aqui estou e aqui ficarei para cumprir suas instruções sobre a política republicana nesta terra, tão fértil em incidentes. Procurei desde logo pulsar a situação para fazer um juízo próprio, sem alheias sugestões. Vi claramente que o horizonte é escuro, não porque a direção local tenha falido, mas pelo feitio da gente que aqui habita. Não são francos nem sinceros e acima de tudo colocam o interesse legítimo de seus

³⁵³ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1399, 16/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

³⁵⁴ Conferir a carta de João M. Paldaof a Borges de Medeiros (n. 7863, 09/11/1906, Fundo Santa Maria/ABM/IHGRGS).

³⁵⁵ Carta de João Bonumá a Borges de Medeiros (n. 8136, 09/11/1926, Fundo Santa Maria/ABM/IHGRGS).

³⁵⁶ Discípulo predileto de Borges de Medeiros, o pelotense Octávio Rocha, engenheiro, foi diretor de *A Federação*, secretário da Fazenda do estado, deputado federal, membro da Comissão de Finanças, líder das bancadas republicanas do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco e, posteriormente, intendente de Porto Alegre; conforme: BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 58.

negócios e de suas empresas. Se for necessário sacrificar uma hora à política republicana, eles só o sacrificarão se daí não lhes advir prejuízo material ou ganho perdido.

O conselho está dividido, sendo que os dois conselheiros, os srs. Muratori e Sassi se empenham vivamente para desvalorizar o intendente, o nosso velho companheiro Penna de Moraes, visando a sucessão intencional apenas.

O cônego Meneguzzi é no fundo nosso adversário – maragato de coração.(...)

Devemos e precisamos transigir com os dois conselheiros e com os padres (...), falando claramente aos dois e fazendo todas as cortesias aos padres, o que, aliás, não me é difícil, porque sou católico. (...)

A política aqui é de tocaia.³⁵⁷

Mais uma vez a questão da liderança dos padres em torno dos colonos se faz presente e merece destaque no fragmento da carta de Octávio Rocha:

O padre é que me pareceu irredutível. É maragato de papo vermelho. Ontem deu provas disso prestigiando o comitê do Zeca Netto. Vou assediá-lo para ver se ainda é possível como o Muratori e o Abramo, torná-lo neutro. Mas levo pouca esperança e talvez tenhamos, mais tarde, de abrir luta com ele. Penso que se der, vamos esgotar todos os meios.³⁵⁸

As lideranças religiosas, assim como os líderes políticos da região, procuravam sempre que possível, especialmente em períodos eleitorais, barganhar com o poder estadual em troca de seu apoio à política dominante ou, minimamente, manterem-se neutros nas contendas regionais. Escreve Octávio Rocha:

O padre de Ana Rech, D. Michel, foi tremendo contra nós. Estou amansando com jeito. (...) Queixou-se de uma multa federal. Com os fiscais federais, que vivem comigo todo o dia, promovi a anulação. Ele se queixa também de ter pagado 27\$250 (não sorria com a mesquinhez da reclamação do padre) de imposto de videiras e profissões. (...)

Estive hoje em Galópolis com o Orestes Manfro, que me repetiu tudo quanto havia dito. Fomos eu, ele, o Sassi e o Muratori ao padre Antônio, que foi contra nós. (...) Conversamos longamente. Ele prometeu ajudar-nos. Repeti as minhas visitas, que ele pediu fizesse, porque é um homem culto e não tem com quem conversar.

O Orestes pede o restabelecimento da aula do sexo masculino em Galópolis, que já existiu. Para prender o padre queremos que ele escolha o professor. Ele diz que o fará e ajudará a lecionar. (...)

Conferenciei ontem, na casa do Sassi, com o orador do comitê assisista, terrível contra nós, Agostinelli, que me prometeu acalmar-se. Penso que se poderá relevar mediante a nomeação para um cargo federal. Voltarei a conversar com ele, por que já ele fala muito a vontade. É rapaz inteligente. (...)

³⁵⁷ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1386, 20/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

³⁵⁸ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1387, 26/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

Os dois oradores assististas, Marcucci e Agostinelli, entendem-se já francamente comigo e os procuro seduzir cada dia. (...)

Hoje os homens agitadores, tendo a frente o cabeçudo Aristides Germani promoveram uma reunião na Associação Comercial para protestar (...).³⁵⁹

Percebe-se, então, as condições de manutenção do poder coronelista nos municípios da RCI, sobretudo da forma como se organizaram os grupos de pressão regionais, como uma força social organizada a fazer frente às imposições borgistas ou comporem com ela, desde que fossem atendidos os seus pedidos. Prossegue Octávio Rocha:

Fez-me (Luis Pieruccini Filho) duas propostas: 1^a. – Dar a viação carros regularmente para transporte de seu vinho, um por semana, e ele e seus irmãos proibem de falar em assisismo em sua casa. O velho Pieruccini, chefe assistista importante, vai embora e não volta até a eleição. Parece aceitável. 2^a. – Se o governo, além disso, liquidar o interdito proibitório nós, Pieruccini, trabalharemos a favor da reeleição e daremos cerca de 500 votos ao governo, marcados na urna e contados por mim. (...)

Peço ao meu chefe o favor de cuidar as duas propostas e autorizar que feche o negócio (estamos na terra do interesse) com fôro legal. (...) Considero um golpe de morte no assisismo local, tal a importância dos Pieruccini.³⁶⁰

Há que se esclarecer que esta compreensão recusa terminantemente a noção de que a RCI tenha sido dócil marionete nas mãos dos coronéis borgistas, mas sim elemento atuante e, muitas vezes, contestador do modelo político do PRR. Isso se dava, frequentemente, através dos representantes das Associações Comerciais, como esclarece Octávio Rocha:

Esteve hoje em minha casa uma comissão da Associação Comercial composta pelos srs. Aristides Germany, Antonio Pieruccini, Adelino Sassi e João Ahrends [gerente da filial do Banco da Província do Rio Grande do Sul e presidente da Associação]. (...) Seria de efeito seguro que o Sr. me telegrafasse dando a solução que eles querem e que durante alguns dias, três pelo menos, mandasse dar a Caxias uns 20 carros. (...) Peço essa medida por que reputo o efeito seguro. Eles ficam presos. Hoje o Aristides Germany, só com a promessa de que o Sr. atenderia, já não foi ao Centro assistista. (...) Sinto que estamos abrindo brecha no adversário e que em breve a pérola das colônias será inteiramente nossa. (...) É sintomático que o Sr. aqui nunca perdeu um só amigo e que tudo foi consequência de inabilidade local.³⁶¹

A imposição de coronéis burocratas, elementos não pertencentes àquele contexto social, “importados” de outras regiões do Estado, ocorria como uma possível solução aos conflitos políticos localizados. No entanto, com o passar do tempo, causavam

³⁵⁹ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1390, 08/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). José Agostinelli era membro da Aliança Libertadora de Caxias, sendo na legislatura de 1925 a 1927, um dos cinco deputados opositores que subiram à Assembleia dos Representantes estadual. Dante Marcucci foi prefeito eleito de Caxias, de 1935 a 1937. A partir deste ano, foi nomeado, permanecendo no poder executivo municipal até 1947.

³⁶⁰ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1391, 10/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

³⁶¹ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1392, 12/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

descontentamento nas lideranças locais, pois assumiam encargos administrativos e policiais em uma chefia política local de caráter unipessoal, com o respaldo borgista, o que não significa afirmar que não pudessem ser removidos conforme o contexto.³⁶²

A função pública de prestígio daqueles intendentes coronéis burocratas devia-se à imponderabilidade política das populações coloniais.³⁶³ Invariavelmente o apoio das lideranças coloniais somente se daria após uma compensação por parte do governo em forma de obras ou medidas administrativas que auxiliassem os negócios e o comércio da região. Escreve o intendente Penna de Moraes a Borges: “*Industriais e agricultores não vos digo novidade lembrando que, alheios em máxima parte a preocupações de ordem política, votando e acompanhando a situação dominante, exigem em troca serviços e concessões necessários ao seu progresso e bem estar*”.³⁶⁴

Apesar de a RCI ser considerada “*a fortaleza eleitoral do oficialismo borgista*”,³⁶⁵ o controle nem sempre foi estável, devido aos conflitos entre o PRR e as lideranças locais. A participação política da RCI no modelo borgista não se resumiu a uma simples função de massa eleitoral de manobra, mas como uma constante ameaça a constranger politicamente o PRR perante as oposições e as facções internas. O estabelecimento de coronéis burocratas nos postos de intendentes naquela região, como “*elementos afinados com o chefe do executivo estadual e que não eram representativos da sociedade colonial*”,³⁶⁶ não confirma uma pretensa passividade política, já que a imposição desses coronéis borgistas prestava-se como uma forma de apaziguar o despertar político da RCI.³⁶⁷

³⁶² Foram os primeiros autores a formular e utilizar este conceito, mesmo que em uma perspectiva diferenciada: FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da revolução de 1893*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*, 5ª Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1962; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975, p. 638; LOVE, Joseph. *Op cit*, p. 80-83.

³⁶³ Aos descendentes de italianos restava, a princípio, a ocupação dos Conselhos Municipais, lugar destinado pela política borgista devido sua débil ingerência na política local, mas que possuíam, por outro lado, oportunidade de conduzir para os seus interesses o controle das políticas orçamentárias e fiscais municipais. Conferir o Artigo 65 da Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891: “*Os conselhos reunir-se-ão ordinariamente uma vez por ano, durando a sessão dois meses no máximo, que serão consagrados à votação da despesa e receita municipal do ano seguinte, ao exame das contas do ano anterior, à adoção de medidas conexas com o orçamento, a cuja confecção servirão de base as informações e dados ministrados pelo intendente*”. In: DIDONET, Zilah. *O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1977, p. 101.

³⁶⁴ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1377 - 19/04/1919 – ABM/IHGRGS).

³⁶⁵ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 155.

³⁶⁶ PESAVENTO, Sandra. *O imigrante na política rio-grandense*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RS: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 180.

Torna-se necessário observar a organização de colonos, padres, lideranças econômicas regionais e coronéis como grupos de pressão, frente às imposições do PRR. Em carta de 1917, o presidente da Confederação das Associações Comerciais da região colonial, Hércules Galló, barganhava junto a Borges interesses políticos e econômicos que extravasavam os limites municipais: “*tomamos a liberdade de pedir a V. Ex. que se digne, nos proteger também perante o Governo Federal, mandando no alto Congresso da República pessoa grata de V. Ex., que conheça de perto os interesses de nossa região*”.³⁶⁸

A complexidade das relações de poder na RCI demonstra a dinâmica particular do coronelismo em cada espaço social específico. O processo de assimilação dos imigrantes não foi tão tranquilo como se imagina e suas relações com o Estado castilhistaborgista deveu-se, em grande parte, às negociações e barganhas políticas que os dirigentes do PRR realizaram ao nível dos poderes locais.

No capítulo a seguir, dar-se-á maior atenção às fontes coletadas na imprensa regional do período, assim como na análise da correspondência recebida por Borges de Medeiros, remetida da RCI.

³⁶⁷ Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. *O despertar político da região colonial italiana*. In: SULIANI, Antônio (org.). *Op cit.*, p. 1024-1027.

³⁶⁸ Carta de Hércules Galló a Borges de Medeiros (n. 1374 - 09/11/1917 – ABM/IHGRGS).

3 REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA E *HABITUS* CORONELISTA

A utilização de jornais como fonte histórica requer uma análise detalhada do seu lugar de inserção no campo social, o que faz da imprensa, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa. Conforme afirma Lynn Hunt, “*os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los*”.³⁶⁹

As particularidades da utilização da imprensa como fonte estão relacionadas a sua periodicidade, que se constitui em verdadeiro arquivo do cotidiano e a disposição da informação, que permite inserir a informação dentro de uma contextualização, devendo ser abordada como uma das representações possíveis do real e não como a possibilidade exclusiva de algo que se queira pesquisar.³⁷⁰

Durante a República Velha a imprensa estava vinculada às ideologias dos partidos políticos e aos interesses dos grupos coronelistas locais, servindo de veículo de divulgação das políticas partidárias, servindo para evidenciar as disputas internas existentes entre as facções coronelistas regionais. Neste período histórico, a imprensa exercia um papel essencial ao atuar como braço impresso das lutas políticas e ao vincular sua opinião sobre fatos que ocorrem, relacionados e tratados de acordo com os interesses de quem emite a opinião.

Caracterizada pelos pronunciamentos marcados pelo debate acirrado, pela polêmica, pelo humor, pela sátira, e pela crítica ferina; esta imprensa opinativa interpretava, julgava e concluía os fatos, objetivando confrontar aqueles aos quais se dirigia. Sua função é significativa ao atuar como veículo propagador das diversas correntes de opinião, conforme os interesses dos grupos políticos e econômicos. Afirma Chartier, “*as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos*

³⁶⁹ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 18.

³⁷⁰ Conferir: ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n. 2, dezembro de 1998, p. 269-289.

quais um grupo impõe, ou tenta impor; a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.³⁷¹

Pesquisas com jornais devem levar em consideração as representações, isto é, as distintas maneiras através das quais os grupos sociais, partindo de suas diferenças sociais e culturais, percebem e compreendem a sociedade e sua própria História.³⁷² Conforme Capelato:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. A análise desse documento exige que o historiador estabeleça um constante diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época. Desse diálogo resulta uma história mais viva, mais humana e mais rica, bem diferente da história preconizada pela corrente tradicional de cunho positivista. (...) Um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele. A imprensa, ao invés de espelho da realidade, passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas.³⁷³

Os textos da imprensa são compreendidos como uma representação que permite observar a sociedade do período analisado e as ações interiorizadas. Aquilo que está por “trás” do jornal contribui para a sua realização, intervindo no seu programa, sendo que nos jornais “*a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar*”, pois “*todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro*”.³⁷⁴

A escolha de um órgão de imprensa como objeto de estudo justifica-se por servir como um “*instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social*”.³⁷⁵ Conforme

³⁷¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 17.

³⁷² Conferir: CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 11, v. 5, maio/1991, p. 173-191.

³⁷³ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 21-25.

³⁷⁴ ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUCSP, n. 4, junho/1985, p. 89-102.

³⁷⁵ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 118.

Tânia Regina de Luca, “*a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público*”.³⁷⁶

Os redatores dos periódicos procuravam ser os construtores e organizadores de uma verdade, acreditando na manifestação do poder através da palavra e nos efeitos da mesma, criando sua verdade a partir das visões de mundo de seu grupo. Ao levar ao leitor a discussão de seus princípios, divulgando, defendendo ou criticando certas ideias, cada jornal desenvolveu sua própria construção discursiva sobre as mesmas.³⁷⁷

O discurso emitido pela imprensa, por si só, não é histórico, e, “*pelo contrário, trata-se, antes, de relacionar texto e contexto*”, buscando-se “*os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos*”.³⁷⁸

Ocorriam acirradas lutas através dos jornais, evidenciadas pelo tom forte do vocabulário e pelas expressões agressivas ou laudatórias, assim como o desenvolvimento da concepção “*de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo*” ao visar “*veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil*”, sendo os jornalistas “*responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública*”, já que “*os editoriais constituíram-se em tribuna política onde, muitas vezes, buscava se universalizar o particular e particularizar o universal*”.³⁷⁹

Distinguida pela clara tomada de posição frente aos eventos de sua época, a imprensa político-partidária³⁸⁰ proporciona observar as alianças, os desmandos, as rivalidades pessoais, os modos de reagir próprio a um grupo político específico, enfim, demarcam a trajetória desta agremiação e da vida cotidiana de uma determinada comunidade em um período particular.

³⁷⁶ LUCA, Tânia Regina de. *Op cit.*, p. 139.

³⁷⁷ Sobre a atuação dos órgãos de imprensa como espaço de divulgação e disputa de concepções políticas e partidárias, consultar: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 1998.

³⁷⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *História e análise de textos*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378.

³⁷⁹ FELIX, Loiva Otero. *Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias*. In: RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995, p. 183.

³⁸⁰ Sobre as origens e características de esta vertente jornalística conferir: REVERBEL, Carlos. *Tendências do jornalismo gaúcho*. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense – Segunda Série – v. 2*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia: Universidade do Rio Grande do Sul, 1957, p. 101-124; RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996, p. 24-43.

O discurso jornalístico obedece (...) às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados.³⁸¹

A função dos jornais polemistas, em especial os oposicionistas, deve ser pensada como uma representação construída sobre o real, cabendo mencionar o caráter dialético da imprensa como reflexo e construção de uma realidade, de modo que a “*imprensa polemista vive destes embates, mas seu público é sectário sempre*”.³⁸² Conforme Manuel Petrik:

O termo polêmica banalizou-se, difundiu-se nas manchetes jornalísticas e extrapolou seu significado original. A ancestralidade do assunto nos remete aos gregos, que têm nos filósofos pré-socráticos os primeiros observadores, ainda que não de forma tão explícita. O termo polêmica origina-se do grego *polemos*, luta, embate conflito. Carrega, portanto, sempre consigo um dilema, algo a ser respondido.³⁸³

A imprensa partidária, caracterizada pelo proselitismo ideológico, não se ausentava da agressividade da linguagem, discutindo princípios políticos ao mesmo tempo em que atacava ferozmente seus adversários. Conforme Rüdiger:

o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil. Os jornalistas são os responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública.³⁸⁴

Os polemistas marcavam seus textos pelo embate e pela virulência no tratamento das temáticas, como forma de agregar um público receptor de apreciadores, ao mesmo tempo em que reuniam opositores, as vítimas de sua linguagem crítica, naquele grupo a ser combatido nas páginas de seu jornal. Nesse sentido, cita Manuel Petrik:

A crítica cáustica, uma aparente expressão da negatividade, do ceticismo da perda nas esperanças, na verdade se realça como uma aposta no positivo, na solução para o que aflige, mas tende ao imutável por acomodação da sociedade. A polêmica, em si, estimula a reflexão. Por defender pontos de vista de forma inusitada, o polemista desafia as verdades incontestáveis, abala o credo comum, e remete a exegese. São figuras que por isso instigam a leitura de periódicos e favorecem não só o desenvolvimento do raciocínio crítico como as formas de contato entre as pessoas.³⁸⁵

³⁸¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1993, p.14.

³⁸² WAINBERG, Jacques; CAMPOS, Jorge; BEHS, Edelberto. *Polemista, o personagem esquecido do jornalismo*. In: *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, v. XXV, n. 1, 2002, p. 50.

³⁸³ PETRIK, Manuel. *O duelo verbal: um estudo sobre o polemista no jornalismo*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Comunicação Social/PUCRS, 2006, p. 12.

³⁸⁴ RÜDIGER, Francisco. *Op cit.*, p. 25-26.

³⁸⁵ PETRIK, Manuel. *Op cit.*, p. 8.

Ainda atualmente, segundo Manuel Petrik, a figura do polemista tornou-se tão importante para a imprensa que “*excluir o polemista do âmbito do jornalismo é esforço explicável apenas como forma de confortar a rejeição e o mal estar que provocam – inclusive, e principalmente, entre os demais jornalistas*”.³⁸⁶ Nelson Werneck Sodré, sobre esta característica da imprensa, afirma:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios - a política, em suma - desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo.³⁸⁷

A polêmica existente na imprensa indicava a ausência de consenso e a presença do conflito em um campo social. A polêmica servia para entreter o público leitor e, simultaneamente, cooptá-lo, com o objetivo de abalar aqueles que se intitulavam detentores da verdade oficial, “revelando” circunstâncias que já seriam do conhecimento de todos.

A polêmica, por isso, é sempre um show de esgrima no qual o inimigo é visível. Para conseguir mobilizar seus efeitos de cólera e paixão, tal controvérsia é pública sempre e não titubeia em aprisionar no alvo o opositor. O opositor é inimigo mesmo, cabe ressaltar. A disputa é pessoal, raivosa. A luta disfarça-se de retórica da razão, mas é cabra mandada do coração. O opositor é citado à exaustão. Não cabe neste tipo de confronto disfarces em profusão. Ao contrário: a troca de farpas é frontal, sempre. Nestas condições, provocações são feitas de parte a parte. Todas elas são aceitas e bem-vindas. É da natureza da performance o dedo acusador e a fala rotuladora. É mais fácil assim: revela-se ao público o que se espera mesmo de galos de rinha – bico afiado e coragem teatral. Ou seja, observando-se os insultos fica-se a pensar que tais personagens não medem as consequências de suas aparições. O rompante é verdadeira avalanche simbólica. Passa como um estrondo, atordoante. Deixa marcas, feridas. Pretende-se arrasador. O opositor não lhe foge à mira: é tratado de forma rude, caricatural. Neste ringue, todos são impiedosos.³⁸⁸

Os jornalistas/propagandistas se autointitulavam como “*intérpretes e formadores da opinião pública*”,³⁸⁹ como encarnação mais completa do homem público, seguindo o postulado da época que afirmava ser a imprensa “*a vista da nação, enquanto instrumento que*

³⁸⁶ PETRIK, Manuel. *Op cit.*, p. 116.

³⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 277.

³⁸⁸ WAINBERG, Jacques; CAMPOS, Jorge; BEHS, Edelberto. *Polemista, o personagem esquecido do jornalismo*. In: *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, v. XXV, n. 1, 2002, p. 52-53.

³⁸⁹ CAPELATO, Maria Helena. *O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.12, n.23/24, set.1991/ago.1992, p.56.

possibilita ver a verdade”.³⁹⁰ Tratava-se na realidade de um meio na luta pelo poder, constituindo-se como “*fruto de uma ideologia e um instrumento de ideologização*”, ao oferecer às distintas tendências político-ideológicas um espaço para manipular interesses e interferir na vida social.³⁹¹

No âmbito rio-grandense, constata-se nos jornais pesquisados sua vinculação ao PRR ou a oposição à sua orientação política. Os órgãos de imprensa borgistas atuaram como instrumento de divulgação ideológica, em maior ou menor intensidade conforme o contexto, sendo comum em momentos de instabilidade partidária surgirem jornais com a função de combater oposições localizadas. Assim menciona Gunter Axt:

Uma facção nascia do clima de disputa entre dois ou mais coronéis por vantagens hauridas do sistema político. (...) Para que uma facção crescesse em importância e tamanho, tornava-se fundamental, a partir de um certo momento, o apoio das altas estrelas do partido e, especialmente, do governo. Dentre os primeiros passos de uma facção para se consolidar estavam a fundação de um clube republicano, batizado sempre com o nome de algum repúblico de escol, (...), e a cotização dos correligionários para fundação de um jornal, o qual seria utilizado como veículo de propaganda da facção e de combate aos adversários.³⁹²

Mesmo que determinado partido ou facção política não tivesse em seu poder um órgão de imprensa, isso não seria empecilho ao oficialismo em propagar sua versão dos fatos na opinião pública. O próprio presidente da República Campos Sales (1898-1902) confessou publicamente que subsidiava jornais com verbas públicas extraordinárias, o que comprova os laços de dependência da imprensa, mesmo que dita como independente, com as redes clientelistas em que se inseriam.³⁹³

Segundo Néelson Sodré, Campos Sales não tinha “*nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta. Ela lhe parece honesta, justa e necessária. Essa compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se rotina*”.³⁹⁴ O ex-presidente justifica suas ações, afirmando que o governo não possuía “*órgão de vasta*

³⁹⁰ BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Simões Editor, 1957, p.18.

³⁹¹ Cf. ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX*. In: *Revista Comunicação e Política* – vol.VI, n.1, jan.-abr./1999. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), p. 245-257.

³⁹² AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 27.

³⁹³ CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UnB, 1983, p 178. CORTE REAL, Victor Kraide. *Propaganda política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX*. In: *Nucom: Núcleo de Comunicação*. Limeira: Instituto Superior de Ciências Aplicadas, ano 4, n. 12, out./dez. 2007. Disponível em: http://www.iscafaculdades.com.br/nucom/PDF/ed12_artigo_victor.pdf (acesso em 28/05/2010).

³⁹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 277.

circulação, em que pudesse apoiar a sua política, descortinar os seus intuitos, preparar a opinião e defender os seus atos. (...) Nestas condições, só restava recorrer às colunas das gazetas industriais abertas à concorrência”.³⁹⁵ Campos Sales declara abertamente sobre a utilização da verba secreta do governo:

Os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montavam a uma soma avultadíssima que calculavam em seis a oito mil contos. No Banco da República encontra-se a Conta Corrente do movimento do Tesouro, onde eram escrituradas estas despesas, que não excedem a Rs. 1.000:000\$000. (...) A soma acima indicada foi a única que no meu governo apliquei fora das autorizações explícitas do Congresso. Se isso constitui um crime, eu o confesso, sem declinar de mim a responsabilidade inteira. Não há, é certo, um ato meu direto, nenhum documento subscrito por mim: mas, tudo foi feito sob as minhas vistas e com a minha imediata superintendência.³⁹⁶

As representações da imprensa são fundamentais para a análise do contexto histórico em que estas foram construídas, uma vez que explicitarão uma imagem simbólica do coronelismo regional, como também possibilitam a observação do contexto sócio-histórico estruturado no qual essa representação foi construída. Afirmo Francisco das Neves Alves:

Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo de ligação ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas.³⁹⁷

A construção das representações do mundo social, como relatos que revelam anseios e problemáticas historicizadas, “*embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam*”.³⁹⁸ Conforme Chartier, sobre o conceito de representação:

é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu ‘ser percebido’, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros da realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida;

³⁹⁵ CAMPOS Serraz de. *Op cit.*, p 174.

³⁹⁶ CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Op cit.*, p 179.

³⁹⁷ ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 1998, p. 9.

³⁹⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 17. Conferir também: CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 11, v. 5, maio/1991, p. 173-191.

enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.³⁹⁹

Analisando as representações da imprensa no período, observa-se que ela reflete as diferenciações próprias do espaço social, de acordo com os diferentes princípios de posicionamento político de um grupo regional, revelando a correspondência do elemento simbólico do texto com o contexto histórico, de modo que “*só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto*”, pois “*não se pode abandonar a ideia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto*”.⁴⁰⁰

Ao registrar as lutas pelo poder político, estes órgãos da imprensa delineiam aspectos elucidativos das disputas coronelistas, retratando, além de assuntos especificamente políticos, a realidade cultural e o *habitus* próprio ao coronelismo historicamente localizado.⁴⁰¹ Afirma Maria Capelato que, além da reconstituição das lutas políticas e sociais, pesquisas realizadas através da imprensa possibilitam captar vários aspectos da vida cotidiana do passado:

Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade. (...) o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.(...) Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas.⁴⁰²

As lutas de representação nos jornais explicitam e distinguem os meios pelos quais um grupo impõe ou tenta expor sua concepção de mundo, seus valores, conforme o *habitus*, como comportamentos adquiridos pelos grupos sociais em seus espaços de relações objetivas, como uma totalidade de acomodações permanentes que determinam ações específicas no modo que os personagens atuam em sociedade. Conforme afirma Adriana Kivanski de Senna:

Pode-se perceber para os jornais uma relação circular com o real: ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, ou seja, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se vazio ou sem sentido.⁴⁰³

³⁹⁹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002, p.10-11.

⁴⁰⁰ PESAVENTO, Sandra. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, 1995, p. 17-18.

⁴⁰¹ Sobre o conceito de *habitus*, formulado por Pierre Bourdieu ver: BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 59-73.

⁴⁰² CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 34.

⁴⁰³ SENNA, Adriana Kivanski de. *As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa rio-grandina: 1889-1916*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2006, p. 10.

A dimensão simbólica do discurso produzido nos jornais adquire significados conforme o público que o órgão de imprensa pretende atingir, mas invariavelmente referindo-se ao real. Assim afirma Camila Kieling:

O discurso jornalístico configura, em seus modos de feitura e de leitura, *palavras para crer*, ou seja: aquilo que está posto nesse tipo de texto quer, sob uma série de circunstâncias, referir o real. E ele também é lido de forma a referir o real e, nesse momento, também é submetido a outras circunstâncias que o recriam, torcem, ampliam, ficcionalizam, num processo catártico.⁴⁰⁴

Não existe veículo de comunicação desconectado de sua realidade. A imprensa “*é reflexo e segmento da própria sociedade a que serve*”, pois somente existirá um jornal com determinada postura se, antes, houver público leitor para a proposta do órgão de imprensa, de modo que é o “*leitor que escolhe o estilo, a orientação e a linha dos respectivos jornais*”.⁴⁰⁵

As práticas coronelistas observadas por meio das representações das disputas políticas na imprensa partidária, instrumento de conhecimento e de construção do mundo objetivo, comprovam que a palavra tem o poder de constituir ou ocultar o que ocorre, pois “*as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade*” também “*contribuem para a realidade das divisões*”.⁴⁰⁶

O campo da imprensa e o campo da política encontravam-se intimamente conectados, uma vez que coronéis, jornalistas, advogados, militares, estão em constante disputa para transformar a relação de forças no campo de poder regional. Como aponta Derocina Sosa:

O Estado, a política e o poder dessa forma, se inter-relacionam. Não existe estudo atual de História Política que não parta de uma definição de poder e de uma análise desse fenômeno. Os jornais estão localizados na encruzilhada desses elementos: Estado, política e poder, combinando-se com eles, ora endossando o discurso oficial, ora opondo-se a ele. O discurso jornalístico obedece, como já referendado anteriormente, às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados.⁴⁰⁷

Não se tratando de recuperar o que de fato ocorreu, mas interpretando as razões de uma determinada ação social, se constata que os jornais são o “*principal veículo de comunicação pública através das quais a estrutura de poder se comunica com a sociedade*”,

⁴⁰⁴ KIELING, Camila Garcia. *Entre a lança e a prensa: conhecimento e realidade no discurso do jornal O Povo (1838 - 1840)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Comunicação Social/PUCRS, 2010, p. 34.

⁴⁰⁵ DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 54-55.

⁴⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p.120.

⁴⁰⁷ SOSA, Derocina Alves Campos. *História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/PUCRS, 2005, p. 14.

evidenciando que “*os meios jornalísticos tomam parte da estrutura política dessa sociedade tanto quanto tomam parte da estrutura social, econômica, histórica e cultural da comunidade em que se inserem e na qual se desenvolveram*”.⁴⁰⁸

Para tal utilizam as páginas dos seus jornais como fonte de credibilidade para sustentar a veracidade dos fatos narrados por cada facção, pretendendo que tais fatos apareçam como verossímeis aos olhos do público leitor. Gisele Becker, ao analisar a construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre, através do jornal *Gazetinha* (período de 1895 a 1897), observa que, muitas vezes, “*a produção do acontecimento*” ocorria “*no interior do próprio meio de comunicação*”, tornando-se “*possível questionar que o jornal tivesse criado mecanismos para que o fato que desejava destacar (...) tomasse dimensões ainda maiores do que corresponderia verdadeiramente*”, o que acarretaria “*uma função auto-referenciadora ou ficcional em relação à realidade*”. Esta construção realizada pelos órgãos de imprensa “*favoreceria o embaralhamento entre realidade e ficção, pois foram produzidos efeitos de sentido, ao mesmo tempo em que a mídia falava de si mesma*”.⁴⁰⁹

Eram múltiplos os artifícios pelos quais os jornais buscavam atrair o público leitor. Um deles era deixar claro seu posicionamento político e sua oposição às folhas adversárias, reportando-se a si mesmos e à função social que acreditavam representar na sociedade, bem como na política regional.

O primeiro jornal regional surgiu em Caxias, chamado *O Caxiense*, que circulou de 15 de outubro de 1897 a 28 de abril de 1898, com periodicidade quinzenal, era dirigido por Júlio Campos e tinha como proprietário Augusto Diana Terra, também chefe de redação, tendo vínculos com o PRR.⁴¹⁰ A data de sua fundação era propícia, por ser feriado municipal, dia da padroeira da paróquia, mesmo que não tivesse vínculo com a religião católica. Era órgão republicano e se intitulava como defensor das colônias italianas, sendo estreitamente ligado à política estadual. Como observa Umberto Ancarini, em 1905:

Caxias é um dos poucos municípios da zona colonial que conta com uma tipografia e um jornal local. Por mais de uma vez iniciou-se a publicação de periódicos italianos ou brasileiros, que tiveram sempre curta duração, por falta de número

⁴⁰⁸ SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002, p. 76.

⁴⁰⁹ BECKER, Gisele. *A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal Gazetinha: uma análise dos códigos sociais segundo a hipótese de agendamento: 1895-1897*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Comunicação Social/PUCRS, 2007, p. 102.

⁴¹⁰ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 37-40.

suficiente de assinantes. Foi o que aconteceu em 1897 com um pequeno jornal semanal, *O Caxiense*, e em 1898 com um jornal clerical bimensal, escrito em italiano, intitulado *Il Colono Italiano*.⁴¹¹

Os objetivos e a orientação de *O Caxiense* são apresentados logo na capa do primeiro número, como um editorial:

Comparecendo perante a opinião pública e assumindo a responsabilidade de um órgão da mesma, alenta-nos a esperança de que, bem cumprindo o nosso dever, os nossos concidadãos acolherão benévolos a publicação que vamos iniciar. (...)

O jornal que ora apresentamos a apreciação desapaixonada da opinião, tem dois fins a realizar: O primeiro é provar que o Partido Republicano chefiado pelo eminente Dr. Castilhos tem promovido, e continuará a sua gloriosa campanha política interessado pelo progresso do Rio Grande do Sul, como exuberante está demonstrado.

O segundo é que Caxias, centro de uma grande e animadora atividade, passando a constituir cidade e comarca, segundo promessa do Dr. Presidente do Estado, que acreditamos sincera, vai assumir um carácter de importância que não se pode por em dúvida. (...)

Tais são os intuitos da presente publicação. Órgão republicano e defensor dos interesses coloniais, contamos com certeza com o apoio sincero das populações deste município de Caxias.⁴¹²

O surgimento do órgão de imprensa *Il Colono Italiano*, escrito em língua italiana, que circulou de 1º de janeiro a 21 de agosto de 1898, foi a resposta ao jornal *O Caxiense*, considerado maçônico pelos católicos da região. Seu fundador foi o padre Pedro Nosadini, cujas controvérsias e disputas com o intendente municipal coronel José Cândido de Campos Júnior foram tratadas no capítulo anterior.

Mesmo sendo o órgão oficial da *Federazione Cattolica Caxiense*, apresentava colunas e notícias tratando dos interesses sócio-econômicos regionais, evidenciando em suas páginas as relações de interesses existentes entre membros da Igreja e importantes personagens da economia local. Conforme afirma Márcia Sanocki:

Os personagens que conseguiram afirmar-se como representantes de uma classe industrial e comercial poderosa em Caxias não alcançaram sua posição apenas a partir do trabalho pessoal, ou a partir apenas da acumulação de capital via comércio ou via extração do sobretrabalho alheio. Para conseguir efetivar essas condições – submissão do agricultor e operário – esse grupo valeu-se de outras formas de articulação, (...) buscando propositadamente meios de formação de uma cultura submissa, apolítica, embasada em uma religiosidade que exalta o valor do trabalho, da obediência, da resignação, da pobreza e do sofrimento.⁴¹³

⁴¹¹ ANCARINI, Umberto. Relatório *A colônia Italiana de Caxias. Rio Grande do Sul, Brasil: 1905*. In: DE BONI, Luís A. (org.). *A Itália e o Rio Grande do Sul*. Volume IV. Porto Alegre: EST, 1983, p. 58.

⁴¹² *O Caxiense*, 15/10/1897, p. 1 As matérias dos jornais foram coletadas no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), de Caxias do Sul.

Este fato pode ser observado, por exemplo, tendo em vista a figura de Antônio Moro, importante comerciante de Caxias que foi um dos dirigentes da Primeira Associação de Comerciantes local, “*responsável por receber correspondências e anúncios para o jornal*”, aparecendo como dirigente do mesmo.⁴¹⁴ Em sua primeira página expõe sua linha editorial, onde se propõe defender as causas dos imigrantes católicos e seus descendentes na região:

AOS NOSSOS LEITORES

Il Colono Italiano será o amigo, o conselheiro, o guia, o advogado dos católicos italianos imigrados em Caxias e nas colônias circunvizinhas. Fornecerá a eles interessantes notícias da querida e bela Itália. (...)

Il Colono Italiano não se ocupará de política, já que existe já em Caxias *O Caxiense* ao qual se envia uma saudação fraternal – Sem se ocupar de política *Il Colono Italiano* não cessará de recomendar a seus leitores a obediência as leis e as autoridades legitimamente constituídas.

Dará a relação do desenvolvimento das Sociedades Católicas, de suas festas e ações a fim de que sirvam de exemplo de ânimo fervoroso aos covardes e aos indiferentes. (...)

Il Colono Italiano está jubiloso de ver a luz hoje, quando todo mundo católico festeja o LX Aniversário da 1ª Missa do Pontífice Reinante, o sapientíssimo Leão XIII; aos pés de seu trono a humilde felicitação e votos de homenagem e de seus leitores. votos dizendo-lhe: Santo Padre, os católicos italianos imigrados em Caxias e nas colônias vizinhas vos juram devoção e obediência ilimitada e fazem votos para que o Senhor Vos conserve por longos anos à frente da Igreja Católica que purifica a Itália, da qual sois a maior glória.⁴¹⁵

⁴¹³ SANOCKI, Márcia. *Il Colono Italiano: comércio, imprensa e poder em Caxias no século XIX*. In: DREHER, Martin Norberto (org.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 560. A sociedade da RCI desenvolveu-se sobre a base da família e do trabalho, que foram considerados valores fundamentais da cultura regional, algo que serviu durante muito tempo para obstaculizar a compreensão de várias relações sociais na região, como a utilização de mão de obra infantil no início da industrialização de Caxias (TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do século XIX e início do século XX)*. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2008.); os motivos do sucesso empresarial italo-gaúcho e o crescimento do capital que foram construídos pela manipulação da força de trabalho de um proletariado regional ainda econômica e ideologicamente vinculado à pequena propriedade (LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. *Pobres construtores de riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.); a história esquecida das mulheres operárias usadas como mão de obra barata e desprezadas pela sociedade conservadora nas colônias italianas no Rio Grande do Sul (MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul (1900-1950)*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.); as relações entre o capital e o trabalho e as condições sociais de produção de vinhos nas colônias italianas e as consequências culturais e sociais dessa produção, que se tornou fator essencial para a reprodução social camponesa (SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.). Outras importantes pesquisas que se dedicam a desmitificar relações sociais na RCI foram analisados no primeiro capítulo deste trabalho.

⁴¹⁴ SANOCKI, Márcia. *Op cit.*, p. 550.

⁴¹⁵ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 41-42.

O ambiente era de conflito em Caxias neste período, já que as disputas de Nosadini com o intendente levaram a um atentado à bala contra este último, na noite de 24 de março de 1898. O intendente José Cândido de Campos Júnior descreve o ocorrido em comunicado ao delegado de polícia Ernesto Marsiaj:

Levo a vosso conhecimento que às 11 horas da noite passada, estando a iluminação já apagada e achando-me à janela do pavimento superior onde residio, pois que, como é público, costume acomodar-me tarde, divulguei um vulto que vinha a cavalo de cima pelo meio da rua, e quase ao enfrentar o lugar em que me achava desfechou um tiro, que felizmente não me atingiu, disparando em seguida para o prolongamento da rua.⁴¹⁶

Este atentado acentuou as divergências entre os dois grupos, sendo que Nosadini e suas Ligas Católicas foram responsabilizados pelos maçons que acusaram de serem agrupamentos revolucionários. A resposta de Nosadini viria na edição de 15 de julho de 1898:

Não acreditem que seja somente o Campos que joga na cara dos sócios das Sociedades Católicas o qualificativo de revolucionários, tenham a bondade de ler a anedota agradável que estamos por narrar. Um belo dia do mês de maio os bons católicos de um certo lugar estavam reunidos espontaneamente em uma das casas para constituir um Comitê Paroquial.

A pouca distância do lugar da reunião se via um pequeno grupo de pessoas no qual estavam dois meeiros, um de estatura alta e outro pequena, os quais, vendo que o comitê estava por constituir-se, estudavam todos os modos para evitar tal desastre.

Então, astuciosamente disseram que os membros das Sociedades Católicas seriam logo chamados a pegar em armas para combater não sei quem nem o porquê. Mas uma vez que sempre há ingênuos, um que havia dado o nome para o Comitê se meteu em tal desespero, derramando tantas amargas lágrimas e não serenou se não quando lhe foi assegurado que o seu nome havia sido retirado do Comitê.

Somos revolucionários?

Digamos claramente:

Sim, somos revolucionários...

E contra quem faremos a revolução?

Contra o vício, contra a impiedade. Mas quais serão nossas armas? Nos armaremos de fuzis ou de canhões? As nossas armas serão três: a reza, a ação e o sacrifício.⁴¹⁷

Campos Júnior e Pedro Nosadini enviaram cartas a Borges de Medeiros, informando-o dos fatos ocorridos e defendendo-se das acusações que trocavam. Na carta de Nosadini, pode-se observar o teor da discussão e os motivos do conflito entre ambos:

Se não me falha a memória, as acusações que me fez Campos foram seis, a saber:

⁴¹⁶ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. T. 1. Caxias do Sul: São Miguel, 1971, p. 86.

⁴¹⁷ *Il Colono Italiano*, 15/07/1898, p. 1 (AHMJSA).

- 1º- que eu tenho sido a causa da saída do Padre Argenta de Caxias;
- 2º- Que em minhas prédicas falo continuamente contra a Maçonaria;
- 3º- Que em minhas prédicas falo contra a Itália;
- 4º- Que faço nascer como um cisma entre os católicos, dizendo que não é católico aquele que não dá seu nome às sociedades católicas;
- 5º- que exijo que o Campos retirasse uma peça de música do corpo musical S. Cecília;
- 6º- de eu ter eliminado da comissão da nova Igreja os Srs. Balen, Bonato e Maineri.⁴¹⁸

Em carta a Borges de Medeiros, Campos Junior relata as dificuldades que enfrenta em relação a Nosadini e seu grupo, rotulado pelo intendente como uma “víbora”.⁴¹⁹ O jornal *Il Colono Italiano* cessou sua publicação em agosto de 1898, em dezembro do mesmo ano Pedro Nosadini seria transferido e Campos Júnior, em 1900, deixaria a região por desentendimentos com a Associação Comercial caxiense.

Ainda em Caxias, em 3 de agosto de 1902, surge o jornal *O Cosmopolita – órgão dos interesses coloniais*, circulando sem interrupções até 10 de dezembro de 1904, sendo favorável à política do PRR no município. Seu fundador, editor (auxiliado por Octávio Dias da Costa) e proprietário foi o republicano Maurício Nunes de Almeida, jornalista, advogado e tenente coronel da Guarda Nacional. Tinha periodicidade semanal, circulando aos sábados. Encerrou suas atividades em 24 de outubro de 1908.

A partir de 13 de dezembro de 1903 (edição número 71), *O Cosmopolita* passou a se chamar *O 14 de Julho - órgão do Partido Republicano*, retornando à denominação anterior em 12 de junho de 1904 (número 103). Interessante mencionar que, apesar da troca de nome, a linha editorial continuou sendo a republicana e a numeração das edições não sofreu interrupções com as mudanças no título.

Em Caxias, de 09 de dezembro de 1905 a 05 de dezembro de 1908, circulou o jornal semanal *Gazeta Colonial*, de propriedade do Promotor Público Herculano Montenegro. Convém lembrar a crise política caxiense em 1907, decorrente da ingerência do Juiz da Comarca, José Gonçalves Ferreira Costa, e de Montenegro em assuntos políticos locais, ao se aproximarem da dissidência de Fernando Abbott, o que acabou motivando a transferência da

⁴¹⁸ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. T 1. Caxias do Sul: São Miguel, 1971, p. 91.

⁴¹⁹ Carta de José Cândido de Campos Júnior a Borges de Medeiros (n. 1263, 01/09/1898 – ABM/IHGRGS).

sede da Comarca de Caxias para Bento Gonçalves, em 17 de dezembro de 1907. A *Gazeta Colonial* era um jornal que, apesar de sua curta duração, se opunha ao PRR na RCI:

A 9 do corrente completará a *Gazeta Colonial* o seu 3º aniversário.

Vencendo sempre os obstáculos com que lutam, neste Estado, os jornais de oposição, tem a *Gazeta* conquistado palmo a palmo a sua independência no ponto de vista financeiro, na mesma proporção em que vai recebendo expressivas demonstrações de simpatia por parte do público (...)

Como órgão político, a *Gazeta* jamais transigiu com os princípios básicos de seu programa inicial, e se, ultimamente tem silenciado diante de fatos abusivos praticados pelas autoridades, este fato explica-se pela convicção que temos hoje de que é errônea a política de ataques aos mandatários, quando pelos atos destes são responsáveis principais os mandantes, ou antes aqueles que entregam os postos oficiais a indivíduos sem competência de espécie alguma, que os persuadem de que o meio de bem servir a seu chefe consiste em perseguir os adversários, muito embora com infração da lei e prejuízo flagrante da moral política em que se deveria firmar os partidos no governo.

Daí esse decrescimento constante das forças governistas, que se vai observando por toda parte, onde os abusos se reproduzem, os atentados se multiplicam e as perseguições conquistam antipatias. (...)

A *Gazeta* está persuadida de que a sua atual atitude é a única compatível com a falta de garantias que campeia por toda parte e, essa convicção é robustecida pelo silêncio de muitos colegas da campanha diante de fatos gravíssimos que vão apenas sendo denunciados, embora timidamente, pela imprensa da capital. (...)

Os ataques provocam reações por parte do poder, enquanto que o silêncio ocasiona uma certa tranquilidade, embora aparente, e as mais das vezes transitória.⁴²⁰

Em fevereiro de 1909, em Caxias, surge *O Brazil*, ligado ao PRR, o primeiro jornal que se manteve por um longo período, até dezembro de 1924, durando cerca de 15 anos, sendo dirigido por Américo Ribeiro Mendes, Manoel de Abreu e Lima, Jerônimo Neves, Emílio Fonini, Jacintho Godoy, Angello Cavalcanti, Demétrio Niederauer, Napoleão Sacchis, Edmundo de Souza Gomes e Ulysses João Castagna. Possuía periodicidade semanal.

Em 15 de junho de 1911 surge o *Cidade de Caxias*, órgão republicano, mas representando a facção minoritária do PRR no município. Era seu diretor Francisco Salerno e como editores Arthur de Lavra Pinto e José de Campos Neto, tinha periodicidade semanal. Encerrou suas atividades em 06 de junho de 1912, após a nomeação, feita por Borges de Medeiros, de José Penna de Moraes para intendente municipal. Fez oposição a *O Brazil*, órgão da facção majoritária, liderada Tancredo Áppio Feijó, líder do PRR local:

Ao público: Num longo aranzel intitulado “protesto esmagador” o *Brazil* em seu último número, derrama a sua bÍlis raivosa e má sobre os nossos amigos dr.

⁴²⁰ *Gazeta Colonial*, 05/12/1908, p. 1 (AHMJSa).

Casagrande, Lino Sassi e Aristides Germani e sobre o nosso diretor – A resposta esmagadora lhe daremos em breve. Não perde por esperar.⁴²¹

Nas páginas do *Cidade de Caxias* se observa como se davam as perseguições a elementos de facções adversárias, como exemplifica a cobrança de impostos abusivos em relação a empresas pertencentes a rivais políticos, mesmo que do mesmo partido.⁴²² A matéria de *O Brazil* mencionada, referia-se a uma comissão composta por desafetos do vice-intendente, Tancredo Áppio Feijó (substituto de Vicente Rovea, licenciado do cargo para tratar da saúde), que dirigiam-se a Porto Alegre, com o intuito de interceder junto a Borges, para que este evitasse a candidatura de Feijó para a próxima eleição intencional:

No dia 27 do mês próximo findo, circulou por toda a cidade e causando grande indignação ao Partido Republicano local, em peso, a notícia propalada por desafetos gratuitos do nosso estimado chefe e vice-intendente em exercício, cel. Tancredo Áppio Feijó, que uma comissão composta dos srs. dr. Casagrande, Lino Sassi, seu cunhado, Germano Aristides e Francisco Nicolau Salerno, ex-delegado de polícia, seguiria à capital, no dia imediato, 28, para representar contra a administração honesta de nosso amigo, ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros.⁴²³

Pelo que se constata, essa comissão alcançou êxito, pois sequer houve eleição intencional e Penna de Moraes, de Santa Maria, foi indicado e nomeado pra suceder Tancredo Áppio Feijó no cargo de intendente de Caxias. Um dos líderes da comissão era Antônio Casagrande, natural de Caxias, advogado formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi juiz das comarcas de Bento Gonçalves e Caxias e colaborou com os jornais *O Orientador* e o *Bento Gonçalves*; além do *Cidade de Caxias*. Outras lideranças foram Germano Aristides, importante produtor vinícola, e Adelino Sassi, produtor de erva-mate, madeiras e outros produtor coloniais.

Logicamente que para sanar os conflitos políticos e contentar a facção minoritária do PRR no município, além da nomeação de um intendente de fora da região, seria necessário acomodar elementos deste grupo em postos e cargos públicos.⁴²⁴ Deste modo se comprova o motivo do recém nomeado intendente José Penna de Moraes ser laureado com o título de “*benemérito Salvador de Caxias*”.⁴²⁵

⁴²¹ *Cidade de Caxias*, 11/11/1911, p. 1 (AHMJSA).

⁴²² *Cidade de Caxias*, 18/11/1911, p. 2: “*Como andam certas repartições*” (AHMJSA).

⁴²³ *O Brazil*, 04/11/1911, p. 2 (AHMJSA).

⁴²⁴ Adelino Sassi é eleito presidente da Associação Comercial: *Cidade de Caxias*, 16/03/1912, p. 2 (AHMJSA). Arthur de Lavra Pinto é nomeado para o cargo de fiscal da arrecadação do imposto de exportação: *Cidade de Caxias*, 20/04/1912, p. 2 (AHMJSA).

⁴²⁵ *Cidade de Caxias*, 18/05/1912, p. 1-2 (AHMJSA).

Em Caxias, o jornal *La Libertà* surge em 13 de fevereiro de 1909, editado pelo padre Carmine Fasulo, pároco de Caxias, sendo em 1910, devido a conflitos com autoridades locais o periódico decaiu e acabou sendo adquirido pelo padre Giovanni Fronchetti, que muda o nome para *Il Colono Italiano* e o transfere para o município de Garibaldi, onde a Ordem dos Capuchinhos havia se estabelecido em 1896.⁴²⁶

Em 05 de junho de 1917 os capuchinhos assumem a edição do jornal e mudam seu nome para *Staffetta Riograndense*. Em 1921 a entidade civil dos capuchinhos adquire integralmente o jornal e suas oficinas, tornando-se o mais importante periódico da RCI, divulgando as ideias da Igreja Católica. As nascentes elites regionais necessitavam de suportes para angariar o apoio da população colonial, não sendo diferente com setores da Igreja Católica que, através de órgãos de imprensa, também almejava esse objetivo.⁴²⁷

O jornal *Il Corriere d'Italia* surgiu em 1912 em Bento Gonçalves, quando o antigo jornal *Bento Gonçalves*, dirigido por Júlio Lorenzoni, havia deixado de circular. Inclusive Celeste Gobbato foi seu articulista, em 1913. Seu redator-chefe era o padre Estevão Minetti que abandonou seu posto por ser transferido do local, passando o cargo ao padre Henrique Domingos Poggi, o que deixou o jornal em uma situação crítica, fato que levava Domingos Poggi a buscar auxílio junto aos missionários de São Carlos, sendo que o superior da congregação, padre Henrique Preti, além de sanar as finanças do jornal, mandara o padre João Costanzo que dividiu a direção da publicação com Poggi.⁴²⁸

Os carlistas, com *Il Corriere d'Italia*, e os capuchinhos, com o *Correio Riograndense*, demonstraram que mesmo dentro da Igreja haviam sérias divergências políticas e que seu caráter religioso não excluía posições antagônicas e polêmicas envolvendo os dois jornais. No interior do clero regional havia a divisão entre os defensores do Reino da Itália e do Império Austro-húngaro, revivendo, na região, as desavenças resultantes da Unificação Italiana.⁴²⁹ Mesmo com essas discórdias, havia muitos pontos em comum entre esses dois jornais, como afirma Gustavo Valduga:

⁴²⁶ COSTA, Rovílio. *A imprensa na visão de Frei Bruno de Gillonay*. In: COSTA, Rovílio; MOLON, Moacir Pedro; DE BONI, Luis Alberto (orgs.). *Os Capuchinhos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1996, p. 40.

⁴²⁷ SANOCKI, Márcia. *Il Colono Italiano: comércio, imprensa e poder em Caxias no século XIX*. In: DREHER, Martin Norberto (org.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 551.

⁴²⁸ VALDUGA, Gustavo. *“Paz, Itália, Jesus”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 86-89.

⁴²⁹ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 51.

Há alguns pontos em comum entre os programas de *Il Colono Italiano* e *Il Corriere d'Italia*, pois ambos se propunham a defender o colono, a desempenhar bem o papel da boa imprensa, sendo combativos em nome dos direitos católicos. Mais do que meros instrumentos informativos, esses jornais reproduziam um tipo ideal de imigrante, a sociedade perfeita com a qual sonhava o clero, tendo, nessas páginas impressas, o elemento que acreditavam poder orientar e educar o colono.⁴³⁰

Em 1927 o jornal *Il Corriere d'Italia* foi vendido pela Congregação dos Carlistas aos Capuchinhos e, assim, o *Staffetta* assumiu os assinantes do *Corriere* e circulou com os dois nomes durante nove edições (de 6 de julho a 31 de agosto de 1927). Após esse período, circulou unicamente com o nome de *Staffetta Riograndense*. Em 1941, no contexto da Segunda Guerra Mundial, não podendo mais conter línguas estrangeiras, o nome é traduzido para *Correio Riograndense*, que permanece até hoje.⁴³¹

Em 4 de janeiro de 1913 surge o *Cittá di Caxias*, de orientação republicana, sendo seu gerente Emílio Fonini; Ernesto Scorza, José Buzzoni, Luís Bancalari, Hércules Donadio e Ulisses Castagna, como diretores. Também possuiu as colaborações do coronel José Penna de Moraes e de Francisco Nicolau Salerno. Circulou até 27 de dezembro de 1923.

No município de Alfredo Chaves existiram três jornais com o mesmo nome. Em 1899 circulou um semanário com o nome *Alfredo Chaves*, que era bilíngue: italiano e português. Em 1905, surgiu outro jornal *Alfredo Chaves*, de número único, relatando a história do município. Em 1912 surgiu o terceiro *Alfredo Chaves*, de propriedade do capitão Lídio Fileto de Oliveira, dirigido por Eduardo Duarte, era órgão do PRR e circulou até 1924. Houve o jornal *Il Colono*, escrito em italiano e dirigido pelo advogado Antônio Tagliari Filho.⁴³²

Em 1900, em Bento Gonçalves, surge um jornal com o nome de *Bento Gonçalves*, dirigido por Francisco Leitão e Júlio Lorenzoni, foi impresso na tipografia *A Nacional*, de Porto Alegre, era ligado ao PRR e à maçonaria. Em 1º de janeiro de 1910 surgiu outro órgão de imprensa, também chamado *Bento Gonçalves*, que se apresentava como um defensor dos interesses coloniais, circulava aos sábados e era publicado em português e italiano. Também foi fundado por Júlio Lorenzoni e dirigido por Antônio Casagrande, tendo seus editoriais

⁴³⁰ VALDUGA, Gustavo. *Op cit.*, p. 89.

⁴³¹ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: São Miguel, 1972, p. 480.

⁴³² GHIGGI, Lisete. *História da Imprensa de Veranópolis*. São Leopoldo: Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo/UNISINOS, novembro de 1980, p. 77; POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Lorraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 61.

redigidos por Gimo Bottocchio, Antônio Amaya Gusmão e pelo padre Francisco Saviero Acierno. Sua circulação foi interrompida com a viagem de Lorenzoni para a Itália em 1913.⁴³³

Em seu retorno da Itália, Júlio Lorenzoni funda outro jornal semanal, dirigido por Alípio Telles e, mais tarde, Soly Soares, *O Estado*, com primeiro número datado de 1º de agosto de 1915, dizia-se órgão independente, mas possuía vínculos com o PRR, circulando apenas por seis meses.⁴³⁴

A imprensa estava diretamente ligada aos interesses dos grupos políticos e sociais que ela procurava representar. Os jornais eram mais que meros veículos de comunicação, mas instrumentos representativos da imagem e da identidade de tais grupos ou facções. A produção era difícil e restrita, e as tipografias, normalmente, estavam a serviço de facções políticas, sendo que os líderes políticos da região foram também os primeiros proprietários das tipografias ali existentes, como Américo Mendes, figura importante do Partido Libertador de Caxias e de Júlio Lorenzoni, homem de destaque do PRR de Bento Gonçalves.⁴³⁵

Na análise das representações contidas nos jornais caxienses *A Tribuna* (1920), autointitulado “folha independente”, mas que se opunha ao PRR; *O Democrata* (1922-1923), jornal assistista; e *A Resistência* (1922), órgão de apoio a Borges de Medeiros, constatou-se que as lutas políticas em suas páginas evidenciam estratégias e práticas (frequentemente com alto teor satírico) que comprovam a existência de um complexo campo coronelista na RCI.

Nas representações dos jornais caxienses *A Tribuna*, autointitulado “folha independente”, mas que se opunha ao PRR, se evidencia isso. Foi um jornal que circulou de 16 de agosto a 16 de dezembro de 1920, sendo bissemanal (saindo às segundas e quintas) e tendo como diretor Agnello Cavalcanti e como colaborador Aldo Moro.⁴³⁶ Nas páginas deste periódico de breve existência observa-se críticas ferozes ao que ele intitula “as pragas nacionais”, ou seja, as mazelas da política regional como, por exemplo, o “chaleirismo”, prática sistemática da bajulação e do servilismo da adulação:

Uma das pragas maiores e mais deprimentes do caráter nacional é o chaleirismo, (...) ele é quase sempre o arrimo dos espíritos fracos e incapazes, que não sabem

⁴³³ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 49-50.

⁴³⁴ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *Op cit.*, p. 72.

⁴³⁵ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *Op cit.*, p. 31-33.

⁴³⁶ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: São Miguel, 1972, p. 468; POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 79.

caminhar senão pela mão dos protetores. (...) Empolgado pela sugestão e pela influência do “chefe”, que dispõe de sua consciência como de coisa inteiramente sua, o mísero chaleira não passa de um fantoche moral, sem personalidade própria, e não se preocupando em ser agradável aos poderosos, vigiando-lhes as palavras e as atitudes, em curvaturas que aviltam a dignidade humana. (...) Para obter alguma coisa, é preciso prestar-se a todos os papéis, desde a habilidade de fraudar os votos nas eleições, até o aviltamento de servir de espião no meio de elementos suspeitos à simpatia do chefe, contando-lhe o que houve pelas esquinas, mesmo com algum exagero para dar importância à sua espionagem.⁴³⁷

A condenação ao arrivismo (procedimento de uma pessoa inescrupulosa que usa de todos os meios para “*vencer na vida*”), toma ares de revolta, posto que os cargos públicos estavam destinados àqueles que pudessem compor com o situacionismo, aliado ao fato do arrivista ser visto como um ser dotado de uma “*arte sem a qual não se poderiam explicar o triunfo e a evidência de indivíduos insignificantes, incultos, ridículos que, entretanto, ocupam cargos de extrema responsabilidade*”.⁴³⁸

O jornal crítico, humorístico e noticioso caxiense *A Encrenca*, também redige algumas linhas sobre a relação íntima entre o chaleirismo e o funcionalismo público:

O Chaleirismo - Antes de tudo notemos que, sendo o chaleirismo uma arte de agradar e seduzir, nada mais próprio para desenvolver no homem os gostos estéticos; porque não há coisa tão eficaz como a necessidade de conquistar um coração para imprimir eloquência no olhar, graça no gesto e suavidade no falar. Quantas vezes um indivíduo que geralmente se considera como destituído das qualidades precisas para inspirar uma paixão, não comove instantaneamente os afetos de uma mulher, inutilmente perseguida por outros homens, que se supunham bem prendados para se fazer amar?

Sucedem de vez em quando que uma autoridade se apaixona por um sujeito sem aptidões, sem mérito e sem cálculo, protegendo-o até o sacrifício, sem que se possa de modo algum perceber a razão desse enfeitamento. Em todo o caso, essas exceções desalentadoras não bastam para desprestigiar as regras de uma arte, tão experimentada e tão bem reputada na opinião pública.

E os chaleiristas de merecimento não devem desanimar em presença de exemplos anormais, cumprindo que se lembrem de que ninguém resiste a uma sedução bem feita e bem encaminhada. Não há pessoa alguma inacessível ao chaleirismo, porque todo o mundo tem o seu calcanhar do Aquiles, o seu ponto vulnerável que é preciso determinar com precisão em cada caso especial, e por onde as armas da lisonja podem facilmente penetrar. Nessa fatalidade humana repousa justamente a eficácia dos processos do chaleirismo.

A vaidade e o chaleirismo são duas coisas complementares que se procuram, que se atraem de longe e que se justificam reciprocamente, pois que, uma representa a aprovação e a outra a probabilidade. O valor do chaleirismo, mede-se pela grandeza da vaidade e vice-versa. Não há talvez no espírito humano, um fator mais intenso de sociabilidade, do que essa benfazeja sofreguidão de aplausos, pela qual se caracteriza a vaidade.

⁴³⁷ *A Tribuna*, 20/09/1920, p. 1 (AHMJSA).

⁴³⁸ MARTINS, Maria Helena. *A Agonia do Heroísmo (Contexto e Trajetória de Antônio Chimango)*. Porto Alegre: UFRGS/L&PM, 1980, p. 60.

O homem existe unicamente para a sociedade e pela sociedade, e o critério principal por onde ele pode pautar o valor das suas ações é a aprovação de seus semelhantes, que constitui o prêmio ambicionado. Desde que um indivíduo obtém a estima e a admiração dos seus contemporâneos, não precisa de mais provas para consagrá-lo com benemérito.⁴³⁹

Outro jornal caxiense *O Evolucionista*, também se intitulava “*órgão independente*”, mas tecia intensa crítica ao panorama político rio-grandense. Criado em 07 de setembro de 1915, tendo por diretor João Garibaldi Rolim e como gerente Francisco de Paula Leitão, foi um periódico semanal de curtíssima duração, encerrando suas atividades em 1916. Era contrário à política borgista e às relações de poder vigentes, como evidencia o texto abaixo:

Não me acoimem de parcial ou agressivo; vou falar em tese e não particularizar fatos ou atingir pessoas.

No vasto território do estado onde nascemos e habitamos, reina uma epidemia que, se não for sufocada a tempo, trará a ruína de todos os municípios.

Esta epidemia, universal no estado, tem a sua síndrome no chaleirismo que tem absorvido a melhor parte do caráter.

E, infelizmente, os homens públicos em destaque já se afeiçoaram de tal modo a esse estado vértebro-patológico de seus vassalos, que proliferam dia a dia as intermináveis correntes dos caudatários de sua eminência *El Rei* deste ou daquele município.

A continuar-se neste passo, dia virá em que o chaleirista fará parte integrante das baixas e altas administrações, tal o incremento que essa instituição vai tomando...

De fato: Não há município no estado onde o Intendente ou o chefe político não seja cercado de uma panelinha que o inspira na prática de todos os atos que visem o interesse dos tais amigos ursos...

Ai do intendente ou chefe regional que por qualquer maneira entenda de agir sem ser cabrestado pelo chaleirista, o qual fingindo-se ser seu melhor amigo, é o primeiro a atirar-lhe a pedrada sacramental.

Os conselhos municipais são balelas pró-formula; a decisão dos edis não influi, prepondera a vontade soberana dos conselheiros privados (a mor das vezes compadres) e viva a pandilha.

Alguns de nossos patrícios obscuros estão com o intelecto aclarado hoje: se lhes sucede precisarem dirigir-se ao chefe do poder executivo para qualquer assunto urgente, vão primeiro aos chaleiristas e cada indivíduo tem o seu predileto...

Os chefes locais são meras figuras decorativas; eles não governam, são governados pelos familiares, isto é, por aqueles que são seus eternos almocreves, pouco importando saber-se quais suas origens sociais. (...)

Os chaleiristas mais avançadores, quando o chaleirado perde a confiança ou está estremeado com o mandão, sempre são os principais a lhe atirarem pedradas

⁴³⁹ *A Encrenca*, 25/10/1914, p. 1 (AHMJSA).

ferozes, fazendo como os abissínios: apedrejam o sol que se esconde para, prosternados, adorarem o que vem se levantando. Isto se dá no estado inteiro.⁴⁴⁰

O jornal *Correio Colonial*, de Caxias, circulou de 20 de dezembro de 1924 a 19 de dezembro de 1925, mesmo afirmando-se como neutro, foi criado por influência de Celeste Gobbato e seu grupo político (o mesmo do jornal *A Resistência*). Teve como diretor Ulysses Castagna e como colaboradores Remigio Duchini, Alfredo de Lavra Pinto, Luiz Miranda, Júlio Mottin e o padre Antônio Zatera.

A hostilidade ideológica e partidária unia-se à irreverência e à ironia, a ratificar que as restrições e a violência institucional não conseguiam coibir a oposição ao autoritarismo expressa através do “*desmascaramento público da autoridade, através do ridículo*”.⁴⁴¹ Conforme Jacques Wainberg:

O sarcasmo e a ironia também andam com frequência de mãos dadas. A primeira é uma forma de expressão intencional que visa insultar de alguma forma o opositor. Já a ironia lhe fornece o humor como companhia. Ameniza-lhe a agressividade. É uma discrepância entre o que é dito e o que isso significa. Dito de outra forma há uma evidente contradição e incongruência entre a intenção do discurso e o que é realmente pronunciado. Há um autor e uma vítima.⁴⁴²

Na continuação de artigos dissertando sobre o que considerava “*as pragas nacionais*”, *A Tribuna* ataca os líderes locais do PRR, na figura do “*manda-chuva*”, ressaltando as práticas autoritárias do coronelismo, a fragilidade e a impotência dos coronéis-burocratas locais perante o autoritarismo de Borges de Medeiros:

O mandão, com seus processos indecorosos e autoritários cria o chaleira, assim como o chaleira, com a sua fraqueza e covardia, concorre para sustentar o mandão. Impossível existir um sem o outro. São, pois, duas pragas xifópagas, concluídas para deturpar o regime que elas transformaram em centenas de satrápias, espalhadas por todos os recantos deste imenso país. (...) O “*manda-chuva*”, como tão pitorescamente apelidou o povo aos chefes políticos é o dono da aldeia que ele domina, na qual tudo faz e desfaz a seu bel prazer. Ele influi e intervém em tudo: dispõe dos empregados públicos federais, estaduais e municipais que são distribuídos, não pelos mais capazes e mais dignos, porém, pelos que lhe parecem mais amoldáveis; intromete-se na Justiça, arrancando do júri absolvições ou condenações consoante as suas simpatias; mete a colher na vida particular dos indivíduos e até algumas vezes arranja casamento para os seus protegidos (...). Para o “*manda-chuva*”, isso de exercício de voto livre, de sufrágio universal e outras ingenuidades constitucionais não passam de patacoada. Não precisa estar presente para votar: qualquer pessoa tem, sem o saber, um procurador nas mesas eleitorais, o qual põe nos livros o seu nome como se fizesse a coisa mais inocente deste mundo. Pois se até os defuntos votam... Os “*beneméritos*” e “*imaculados*”, como os qualificam as gazetas da terra que tomam parte no banquete orçamentário, não

⁴⁴⁰ *O Evolucionista*, 15/11/1915, p. 4 (AHMJSa).

⁴⁴¹ MARTINS, Maria Helena. *Op cit.*, p. 69.

⁴⁴² WAINBERG, Jacques. *Línguas ferinas: um estudo sobre a polêmica e os polemistas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 41.

conhecem lei, ou se a conhecem é quando ela se pode transformar em arma contra os seus adversários. (...) Sem nenhuma raízes na opinião pública, quase sempre sem prestígio próprio, para a queda total, definitiva, de um mandão de aldeia não é preciso mais que um sopro do chefão-mór, num momento de mau humor.⁴⁴³

Com o intuito de deter o avanço da candidatura de Assis Brasil na região, o PRR lança em 3 de novembro de 1922 o jornal *A Resistência*, órgão de apoio à candidatura de Borges, que circulou durante poucos meses, tendo como diretores Ulysses Castagna e Alfredo de Melo Tinoco e como colaboradores Bernardino de Almeida Gomes e Afonso Alves Coelho. O seu programa editorial deixava claro seu posicionamento e aquele do partido ao qual estava unido, pois mencionava claramente seus objetivos: “*Estaremos firmes em defesa dos nossos princípios, ‘custe o que custar’. Defenderemos a carta constitucional de 14 de julho, ‘haja o que houver’*”.⁴⁴⁴

Esse periódico era distribuído gratuitamente nos distritos coloniais de Caxias, evidenciando o poder da campanha assisista nesses núcleos.⁴⁴⁵ Impressões das dificuldades encontradas por borgistas nos núcleos coloniais são relatadas por João Lucena Júnior, Pedro Vicente da Rosa e Jacob Callegari ao intendente de Caxias, José Penna de Moraes, que encaminhou tais impressões a Borges de Medeiros:

Andam por todos os travessões grupos de fanáticos dessa cidade fazendo campanha em prol do Dr. Assis e angariando assinaturas a um requerimento dirigido ao Dr. Juiz da Comarca pedindo seus títulos. Temos percorrido diversas linhas e ainda continuamos a trabalhar, mas o resultado obtido tem sido tal que nos tem causado surpresa: raríssimos são os que nos acompanham, a maior parte declara franca e ostensivamente que votará no “presidente novo”; amigos velhos após titubearem declaram que é mais fácil ficarem em casa do que votarem no Dr. Borges.⁴⁴⁶

Merece menção o alerta que *A Resistência* lançou às populações coloniais em relação à campanha oposicionista, onde se evidencia o juízo que tal periódico fazia dos “*pobres e inconscientes*” colonos, assegurando que, por meio da propaganda política, os assisistas: “*abusam da vossa fé religiosa e a exploram, caluniando o atual governo, eles abusam da vossa ignorância política e em benefício próprio e exclusivo apresentam o seu candidato*

⁴⁴³ *A Tribuna*, 23/09/1920, p. 1 (AHMJSa).

⁴⁴⁴ *A Resistência*, 03/11/1922, p. 1 (AHMJSa).

⁴⁴⁵ Cf. MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001, p. 126: “*Em nível local, a campanha dos assisistas girou em torno das seguintes questões: a religião - Borges de Medeiros por ser positivista era considerado inimigo da religião cristã -, as más condições das estradas - que dificultavam o escoamento da produção colonial -, a falta de crédito agrícola para a pequena lavoura e a não entrega de títulos eleitorais para o cidadão caxiense suspeito de concordar com a propaganda oposicionista*”.

⁴⁴⁶ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1382, 13/11/1922, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

como o novo messias portador de riquezas, de paz, de bem-estar, de felicidade...”⁴⁴⁷ Em outra edição do jornal borgista, se observa, em um poemeto satírico, “*Pós... Políticos*”, uma crítica aos viticultores da região que se opuseram à candidatura de Borges:

Alguns viticultores camuflados em Apóstolos da... Liberdade andam pelo município ameaçando o incauto colono, se votarem em Borges de Medeiros, não lhes pagarão os produtos recebidos. Deixem-se de tais meios/Apóstolos... Vinhateiros.../Lembrem-se dos dinheiros/Judas traiçoeiros./Aqui fica dito/E muito bem escrito./Apesar dos 30 dinheiros/Governá-los-á o Medeiros.⁴⁴⁸

Sobre as viagens e discursos de Assis Brasil pelo interior do estado em campanha eleitoral, *A Resistência*, lembrando suas origens em São Gabriel, satiriza o candidato oposicionista que “*na região pastoril do Estado (...) desdobrara, com a eloquência que lhe é peculiar, a formidável teoria do Estado Estância, governado por um presidente capataz*”.⁴⁴⁹

Tendo em vista as dimensões da campanha da Aliança Libertadora na região, o PRR local apela para a religiosidade dos colonos italianos, de modo que *A Resistência* publica várias matérias, “*questionando aos colonos se alguma vez as autoridades haviam feito qualquer censura à crença religiosa proferida por eles*”, também indagando “*se em algum momento as festas religiosas em honra a qualquer santo haviam sido proibidas*”.⁴⁵⁰

Em mais um poemeto satírico intitulado “*Cartas políticas*”, *A Resistência* além de repreender a facção dissidente do PRR em Caxias, liderada pelos coronéis Tancredo Áppio Feijó e Vicente Rovea (ex-intendentes municipais), descreve o processo de recrutamento militar de Corpos Auxiliares e a tensão crescente na região às vésperas da revolta de 1923:

Cuê puna, amigo Penteadado/Veja que barbaridade!/Cá estou feito sordado/Dês que cheguei na cidade./Ao dispois que lhe escrevi/As coisa foro a pió/Pois munta gente daqui/Se bandeou p'ro seu Feijó/Intão a guerra estralou/E houve recrutamento;/Quasi ninguém se escapou/De formá nos regimento./A guerra tá declarada/Porsegue mêmo medonha;/Já ando c'as tripa enjoada/De tanta pouca vergonha./Até parece invenção./Ninguém qué acreditá/Que já perdero a razão/Uns cabra deste lugá./Mas que conhece as politia/E os engano do povo,/Sabe bem que nessas fitia/Tudo é véio, nada é novo.⁴⁵¹

⁴⁴⁷ *A Resistência*, 09/11/1922, p. 1 (AHMJSA).

⁴⁴⁸ *A Resistência*, 09/11/1922, p. 4 (AHMJSA).

⁴⁴⁹ *A Resistência*, 15/11/1922, p. 1 (AHMJSA).

⁴⁵⁰ ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 82. Conferir também o jornal *A Resistência*, de 15/11/1922, p. 3: “*Mas não! Pobres colonos!.. Sois valorosos, porém inconscientes! Procurai emancipar-vos dessa onda negra que vos ofusca toda felicidade que buscais na terra e toda a glória que aspirais no céu!*”

⁴⁵¹ *A Resistência*, 15/11/1922, p. 2 (AHMJSA).

A contestação agressiva àqueles que no momento detém o poder, mesmo que correligionários, mas de facções distintas, demonstra que o ataque pessoal a esses dirigentes, através da imprensa, era considerado algo habitual como modalidade de expressão humorística e com tons de literatura popular. Isto pode ser observado no texto intitulado “*Truões Políticos*”, do jornal *O Evolucionista*:

Meu caro amigo Moraes/Escuta os tristes ais/Deste povo oprimido:/Cada uma frase que fala,/É uma fibra que estala,/Do coração comprimido!/A verdade, está deturpada/A opinião é esmagada,/Como coisa simples, coisa vil!/Preciso é que a mocidade,/A flor da primeira idade/Deste lindo céu de anil,/Mostre que a força da vida,/A liberdade querida/Do nobre povo gaúcho - /Não é frase sem sentido,/Porém, ideal mantido,/Pela palavra - ou - cartucho! (...)/Conta-lhe a triste história/Da aviltante vitória,/Dos vencedores... vencidos!/Como rastejam os vermes/Roçando nas epidermes/Dos vossos pés!... Esquecidos/Da quixotesca investida,/Ao ver a ação invertida,/Só com a presença dos bons!/Como suplicam rasteiros.../Para tirar dos tinteiros,/ Votos em todos os tons!⁴⁵²

Esse tipo de manifestação, que atacava instituições e seus representantes, “*ora surgia através de crítica explícita e exaltada, ora tomava ares caricatos, lançando mão do recurso cômico-satírico*”.⁴⁵³

Em 20 de dezembro de 1922, era editado *O Democrata*, jornal semanal assisista, que possuía como diretor e redator Frontino Mesquita e que deixou de circular em 1923. Manifestava-se contrário ao borgismo, por considerar que “*o uso prolongado e onipotente do poder leva sempre, é lei suprema da História, ao abuso e aos excessos desse mesmo poder*”.⁴⁵⁴

Assim como *A Tribuna*, as matérias desse jornal ratificam as críticas das oposições em relação ao rumo que a política republicana havia tomado, ao longo da hegemonia do PRR no Rio Grande do Sul. Desta maneira, *O Democrata* publica um “*bilhete a um político*”, como uma receita para o “*sucesso*” na carreira pública de então, da qual a oposição estava afastada. Novamente manifesta-se forte crítica à prática do arrivismo:

Não vejo outros, incapazes de um raciocínio, galgarem postos elevados, quando são, às vezes, verdadeiros parasitas sociais, inúteis para a Pátria e inúteis para a família? (...) Para triunfares na política é preciso matar a vergonha, assassinares o caráter e estrangulares a dignidade. É preciso perder o brio e adquirires o segredo da calúnia, da hipocrisia e da impostura. Aprende a ver só o que te convém enxergar e dizer só aquilo que possa embalar a vaidade dos potentados e dos grandes. (...) Sei que isso vai ferir a tua dignidade de homem, mas... Que queres, é assim que se vence na política!⁴⁵⁵

⁴⁵² *O Evolucionista*, 18/10/1915, p. 4 (AHMJSA).

⁴⁵³ MARTINS, Maria Helena. *A Agonia do Heroísmo (Contexto e Trajetória de Antônio Chimango)*. Porto Alegre: UFRGS/L&PM, 1980, p. 55-56.

⁴⁵⁴ *O Democrata*, 20/10/1922, p. 1 (AHMJSA).

⁴⁵⁵ *O Democrata*, 10/01/1923, p. 2 (AHMJSA).

Este jornal oposicionista teceu críticas à interferência do Poder Judiciário no âmbito da política partidária, o que servia como instrumento de cooptação e coação, intervenção e de arena para as relações de poder nem sempre amistosas entre Borges e os coronéis:

O lugar do juiz é no recinto do tribunal e o do promotor na tribuna, assim como o ponto culminante do sacerdote é no altar-mor da igreja. A política partidária que é na expressão judiciosa de Vargas Vila, “*la cloaca imunda por donde aguan y desaguan todos los detricos de la alma humana*”, não pode invadir a majestade solene da casa da Justiça para, de recesso sagrado, arrastar ao pelourinho ridículo dos chafarizes, a uma nova geração de juizes e promotores do poder judiciário do Estado.⁴⁵⁶

Convém lembrar que o jornalismo que aqui se trata, reflete o caráter autoritário do sistema político então vigente, ou seja, “*os conflitos políticos verificados nesse período não se limitaram ao espaço de discussão fornecido pelas páginas dos jornais*”,⁴⁵⁷ mas envolviam até mesmo tipógrafos, como Saturno Mendes:

Do tempo em que havia aquela disputa de Borges de Medeiros e Assis Brasil, eram os maragatos, nós fazíamos o jornal “O Brazil – Orgam do Partido Republicano”. Os “assisistas” de Caxias chegaram e ameaçaram: ou nós fazíamos um jornal “assisista”, também eles “empastelavam” a Tipografia. O termo “empastelar” queria dizer “virar tudo”. Prá não correremos o risco passamos a editar o jornal “O Democrata”. A gente “fechava o bico” dos dois, prá não ter problemas.⁴⁵⁸

Francisco Rüdiger ressalta que o uso dos termos *imprensa* e *jornalismo* não são sinônimos, apresentando o *jornalismo* como “*uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão*”; diferenciando-o dos variados tipos de imprensa, ao afirmar que “*o Rio Grande do Sul conheceu diversos tipos de imprensa (política, literária, operária, religiosa, humorística, noticiosa), mas nem todas possibilitaram a formação do correspondente jornalismo*”.⁴⁵⁹

A breve existência desses jornais deve-se às disputas em torno da eleição estadual de 1922,⁴⁶⁰ porque esses *órgãos independentes*, de oposição ao borgismo, não contavam com

⁴⁵⁶ *O Democrata*, 10/01/1923, p. 1 (AHMJSA).

⁴⁵⁷ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996, p. 34.

⁴⁵⁸ MENDES, Saturno. In: HENRICHS, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Museu Municipal/Arquivo Histórico Municipal/Pioneiro, 1988, p. 15.

⁴⁵⁹ RÜDIGER, Francisco. *Op cit.*, p. 7.

⁴⁶⁰ Cf. POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 76: “*Observa-se que nos anos eleitorais foram criados mais jornais, como em 1914 e 1922. Tal constatação permite dizer que, em termos regionais, quando havia interesses políticos em jogo, uma das estratégias utilizadas era a criação de um periódico. Tais periódicos eram criados com caráter imediatista, por interesses políticos. Passada a disputa eleitoral, o jornal perdia em importância e na maioria dos casos deixava de circular*”.

subsídios financeiros provenientes dos governos municipal e estadual. Os jornais aliados ao PRR, por sua vez, “recebiam o pagamento pela publicação dos atos do governo do estado”, ao passo que os demais “ficavam sem receita proveniente dos cofres públicos”, em suma excluídos pela “ditadura política” que “se estendia à ditadura da imprensa”.⁴⁶¹

Um desses jornais, autointitulado representante da “*imprensa independente do Rio Grande*”, era o caxiense *A Tribuna*, que tece dura crítica à subserviente imprensa borgista:

São já numerosos em nossa terra os jornais que, norteados por espíritos emancipados, estão num plano à parte das gazetas inoculadas pelo micróbio do coronelismo mandão e aviltador do caráter gaúcho. A sedução das mamatas oficiais ainda escapam, felizmente, altivos patrícios nossos, que preferem viver rodeados pela perseguição dos chefetes locais e arredados dos cargos públicos, a desmentirem as tradições de brio e dignidade de nossa raça.⁴⁶²

Realizado o pleito e confirmada a vitória de Borges, vem à tona as denúncias de fraude e violências, pois “*não faltaram aqui os lances quixotescos e os arreganhos armados da Brigada Militar e dos capangas sustentados pelo régulo da municipalidade*”.⁴⁶³ O jornal oposicionista *O Democrata* assim resume “*a autocracia dum governo*”:

Porque sua excelência rasgando o texto da própria Constituição Política do Estado, com a intervenção indébita na vida autônoma dos municípios, onde, com a nomeação de intendentes provisórios, criou uma atmosfera chumbada e, agora, no atual momento político, de apreensões com horizontes rubros (...) ele governará cercado simplesmente do coronelismo simplório...⁴⁶⁴

Desta maneira, fica “*evidenciada a estreita ligação entre política e imprensa, colocando-se esta, de uma certa forma, a serviço de grupos econômicos e das facções políticas mais significativas no contexto regional*”.⁴⁶⁵ A imprensa de caráter partidário e opinativo deve ser encarada como um dos meios pelos quais uma sociedade produz modelos, reflexões, percepções e representações de si.

A revolta foi tamanha que, com o objetivo de impedir que o governo utilizasse recursos públicos com o aparelhamento de seus regimentos armados, a oposição caxiense

⁴⁶¹ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 70.

⁴⁶² *A Tribuna*, 04/10/1920, p. 1 (AHMJSa).

⁴⁶³ *O Democrata*, 27/12/1922, p. 1. Outras denúncias também se fizeram presentes, conforme cita o jornal *O Democrata*, de 20/12/1922, de que um eleitor governista havia votado 55 vezes. Há também o relato do escrivão do segundo distrito, Jacob Callegari, ter presenciado a colocação de um pacote com 514 chapas assinadas em uma única urna!

⁴⁶⁴ *O Democrata*, 03/01/1923, p. 1 (AHMJSa).

⁴⁶⁵ POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 176.

elaborou um manifesto que pregava a “*greve econômica*”, ou seja, o não pagamento de impostos ou qualquer outra taxa que contribuísse para os cofres do estado ou do município.⁴⁶⁶

Contudo, tal manifesto foi apreendido pelo intendente coronel José Penna de Moraes, “*dentro das próprias oficinas gráficas da Livraria Mendes*”, em um ato arbitrário do “*ditador local*”, que levou a oposição à conclusão de que “*existe em Caxias um verdadeiro ‘Estado de sítio’ e, que a facção assisista aqui domiciliada, vive sofrendo toda a sorte de perseguições por parte das autoridades locais*”.⁴⁶⁷ Entre outras arbitrariedades, no dia 11 de fevereiro de 1923, em Ana Rech, por volta do meio dia, Pedro e José Biondo (16 e 18 anos de idade, respectivamente) foram mortos por soldados da Brigada Militar.⁴⁶⁸

As rivalidades da política regional eram, muitas vezes, mais agudas do que disputas ideológicas ou partidárias mais amplas, como se pode observar na carta endereçada a Borges de Medeiros por parte do cônego João Maria Balen, que destaca a animosidade das populações coloniais em relação ao intendente de Caxias, Penna de Moraes:

Todos andam em sobressalto, com os ânimos exaltados, todos andam armados, temerosos do que podem fazer-lhes os partidários do intendente, do que pode suceder de um momento para o outro, fazendo mil conjecturas sinistras, resumindo tudo com o mesmo estribilho: “é preciso acabar com isto, é preciso liquidar o intendente, é preciso liquidar os borgistas, antes que eles nos liquidem”. Diversas vezes lhes disse: “então também a mim?” Ao Sr. não, respondem, nós nada temos com os borgistas de Porto Alegre, nada temos com o Dr. Borges de Medeiros, nós só temos com o intendente daqui e seus partidários, os quais continuamente nos ameaçam com a vingança, com a lista negra, nós ameaçam desarmar-nos para depois fazer as represálias.⁴⁶⁹

Conforme mencionado anteriormente, mesmo contando com o apoio borgista e de alguma facção local do PRR, os coronéis burocratas poderiam cair em descrédito perante Borges devido alguma crise da política dominante nos municípios em que se encontravam. Tal fato ocorreu em Caxias, onde o coronel José Penna de Moraes governou de 1911 até 1924,⁴⁷⁰ mas sofrendo forte contestação de grupos regionais contrários a Borges, principalmente após a

⁴⁶⁶ *O Democrata*, 07/02/1923, p. 2 (AHMJSA).

⁴⁶⁷ *O Democrata*, 07/02/1923, p. 2 (AHMJSA).

⁴⁶⁸ Cf. DALL'ALBA, João Leonir (et al.). *História do povo de Ana Rech: distrito*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 301-307; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001, p. 147-148.

⁴⁶⁹ Carta de João Maria Balen a Borges de Medeiros (n. 1383, 12/02/1923, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁴⁷⁰ Contudo, Penna de Moraes afastou-se do cargo intencional em períodos de temporários, quando houve as nomeações dos vice-intendentes Hércules Galló (1914-1915), José Batista (1915) e Adauto Cruz (1918), conforme: CHIES, Guiomar. *Os poderes fazem História*. Caxias do Sul: Evangraf, 1999, p. 25.

eleição estadual de 1922, que fez eclodir a Guerra Civil de 1923 e que, por fim, desencadeou a intervenção federal no estado e o declínio do borgismo como expressão de poder político.

Em carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros, em 1925, além de manifestar que a presença de lideranças partidárias darão sustentação ao situacionismo do PRR no município, dá conta do ocaso do coronel Penna de Moraes:

A nossa situação vai melhorando de dia a dia e eu já estou com esperança de ganharmos a eleição no 1^o. Distrito, baluarte do assisismo, que eles consideram inexpugnável. (...) Já responderam que vem o Vespúcio, o Penafiel, o Paim e o Collor. Peço ao sr. que eles não deixem de vir, por que vamos fazer uma apresentação de arromba. Penso formar 500 homens só de cavalaria e comandá-los. (...) O Penna quer sair logo depois da eleição e lhe pede para nomeá-lo para um cargo administrativo a fim de justificar sua imediata saída.⁴⁷¹

Ocorre, então, a queda vertiginosa do poder de interferência borgista no âmbito dos poderes locais e na ingerência nas disputas coronelistas localizadas, devido às cláusulas do Pacto de Pedras Altas que proíbem as intervenções de Borges nos municípios, assim como a reeleição dos intendentes. Este pacto diminuiu a compressão sobre as oposições, que alcançaram várias vitórias eleitorais a partir de então, fortalecendo os poderes locais em relação à intromissão borgista.⁴⁷²

Em 4 de junho de 1927 surge o jornal *Caxias - órgão independente*, que realizou intensa campanha contra a administração do intendente municipal Celeste Gobbato. Seu gerente responsável era Álvaro Alves, sendo em seguida substituído por Emílio Fonini. Possuiu como diretores Demétrio Niederauer, Aníbal Duarte e J.B. de Oliveira Mello. A partir de 14 de janeiro de 1932, passa a chamar-se *Caxias – órgão revolucionário do Povo para o Povo*. Encerra suas atividades em 14 de julho de 1932. Seu programa, inserido no primeiro número, encontra-se o seguinte:

Programa? Para quê? Vivemos num país onde as leis escritas constituem ficções e foram feitas, as pobres leis, para não serem cumpridas. Mas é preciso que aqui esboçemos um programa de ação jornalística!

Enfim, lá vai o programa: *Caxias* será um jornal independente, atuando fora e acima dos partidos e das paixões políticas. Seu escopo único é o de bem servir a coletividade, pugnando, sem fraquezas, pelo engrandecimento do município, de suas fontes produtoras (...).

⁴⁷¹ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1400, 20/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁴⁷² Sobre o Pacto de Pedras Altas e as negociações da paz de 1923 conferir: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 31-35; FRANCO, Sérgio da Costa (introdução e notas). *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996.

Sem ligação alguma com os poderes públicos, receberemos, no entanto, com aplausos todos os atos governamentais que nos pareçam bons e que impliquem no bem-estar e no progresso do município e da sociedade, como criticaremos, com desassombro e lealdade, tudo quanto a nosso ver, for mal feito e implicar em desacato a quaisquer direitos, sejam quais forem (...).

No caso restrito municipal *Caxias* acompanhará, com simpatias, o desenvolvimento da atuação administrativa do dr. Gobbato, reservando-se o direito de divergir dela e censurá-la sempre que os superiores interesses da sociedade e das classes produtoras o exigirem.⁴⁷³

As críticas do jornal *Caxias*, em relação aos gastos do intendente Celeste Gobbato eram constantes em suas páginas, como em um artigo intitulado “*O relatório do intendente – mau negócio em perspectiva*”:

Temos sobre a nossa mesa de trabalho o relatório que o sr. intendente - dr. Celeste Gobbato - dirigiu ao Conselho Municipal, no dia 15 de novembro último.

Entre outros assuntos que merecem reparo, destaca-se o da compra, pela municipalidade, do lote de propriedade do sr. Luiz Curtolo, digno agente dos correios e situado na esquina das ruas Dr. Montauray e Sinimbu, fazendo frente a Praça Dante.

Diz o dr. Gobbato que, após várias conversações resolveu adquirir aquele lote, que mede 22 metros de frente, por 44 de fundo, para nele construir um edifício que servisse para a Intendência, coletorias estadual e federal, correios e telégrafos, fórum e cartórios.

O negócio seria feito na seguinte base: a Intendência entregaria ao sr. Curtolo o lote que possui à Praça Dante, o que também mede 22 metros de frente, por 44 de fundo, o edifício aí construído e onde funciona o Hotel Menegotto, com todas as suas benfeitorias e mais 80 contos de réis em dinheiro.

O sr. intendente mostra-se, no relatório, apressado, pedindo ao Conselho urgência em sua resolução, pois que existem, diz o intendente, outros candidatos a compra daquele bem-aventurado lote do sr. Curtolo.

Não somos oposicionistas ao governo municipal, somos livres e franco-atiradores, elogiando o que nos parece bom e criticando o que nos parece mau.

Defendemos sim, e intransigentemente os direitos e interesses da população, para que não seja constantemente onerada em seu patrimônio e sacrificada com impostos e mais impostos que se lhe arrancam, sem um grande e excepcional motivo de ordem geral que os justifiquem.

O povo não quer ser indefinidamente a vítima indefesa de um apetite insaciável de dinheiro.⁴⁷⁴

Através destas lutas políticas regionais, avalia-se o ambiente onde os grupos sociais se enfrentam e se definem, através de lutas simbólicas por legitimação e pelas disputas de

⁴⁷³ *Caxias*, 04/06/1927, p. 1 (AHMJSA).

⁴⁷⁴ *Caxias*, 01/12/1927, p. 1 (AHMJSA).

representações que produzem de si e em relação àqueles aos quais se opõem, comprovando a íntima relação entre as representações e o habitus do espaço social.

Relativo à natureza das fontes a serem consideradas, faz-se necessário destacar a perspectiva através da qual estas serão compreendidas. A seguir, analisar-se-á as cartas recebidas por Borges de Medeiros, oriundas da RCI, contendo os apelos das lideranças locais, assim como apontando as circunstâncias em que se davam as lutas políticas regionais.

Após o levantamento das fontes encontradas no acervo documental do Arquivo Borges de Medeiros, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e da identificação dos Fundos documentais pertencentes a cada um dos municípios destacados para a análise deste trabalho, se obteve os dados relacionados abaixo.

De Veranópolis foram encontradas 59 cartas (registradas do número 10420 até o número 10479), englobando o período de 1906 até 1945. De Antônio Prado foram localizadas 20 cartas, registradas do número 143 ao 163, a englobar o período de 1901 a 1927. Em relação a Bento Gonçalves, encontradas 69 correspondências, do registro 373 ao 442, de 1903 a 1927. Caxias do Sul possui um Fundo de 155 documentos, que vão do registro número 1263 ao 1418, do período de 1898 até 1946. O município de Garibaldi, com um Fundo de 61 cartas, do número 2192 até 2253, de 1903 a 1927. Por fim, os documentos referentes à Guaporé, registrados do número 2448 ao 2478, totalizam 30 cartas, do período de 1903 até 1946.

Também foram consultadas correspondências oriundas dos municípios de Farroupilha (duas cartas), Carlos Barbosa (duas cartas), Flores da Cunha (17 cartas), Nova Prata (duas cartas) e São Marcos (10 cartas) que, incluindo àquelas citadas anteriormente, em um total de 427 documentos colocados à disposição para este trabalho.

Após a análise destas missivas se observa que elas evidenciam não apenas o estabelecimento de relações de poder, mas também relações de poder simbólico inerente ao sistema coronelista, ou seja, expõem tanto a autoridade de quem recebe a carta quanto o grau de subserviência de quem a envia, além da justaposição entre o público e o privado.⁴⁷⁵

Conforme Pierre Bourdieu, o *habitus*, “*como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem o*

⁴⁷⁵ Sobre a problematização da pesquisa histórica em relação à análise de correspondências em uma perspectiva metodológica, consultar os seguintes trabalhos: *Revista Estudos Históricos - Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro: FGV, v. 11, n. 21, 1998; GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Escritas íntimas, Tempos e Lugares de Memória: a documentação pessoal como fonte para a história*. Porto Alegre: Palier Artes Gráficas, 2008.

produto da obediência a regras”, é um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo que permite perceber e agir num campo social.⁴⁷⁶

Ele se constitui a partir da exposição repetida a condições sociais definidas, imprimindo, nos indivíduos, um conjunto de disposições duráveis e transponíveis que decorrem da interiorização da necessidade de seu meio social.⁴⁷⁷ A atuação dos coronéis foi intimamente dependente de suas relações com o poder estatal, sendo que as condições de atuação de ambos davam-se conforme as particularidades dos campos político e social em que as práticas políticas se desenvolveram.

Pode-se afirmar que estes campos de interação representavam “*um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias*”; de modo que “*as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes*”.⁴⁷⁸

Relações de poder dos coronéis com seus dependentes, ou perante o líder estadual, a envolver concessões e benefícios de caráter público (empregos, isenções fiscais, apoio político, etc.), constituíram a base do sistema coronelista. Um Estado estruturalmente frágil não conseguiria manter-se se não delegasse poder e prestígio aos coronéis, controladores das bases sociais e ansiosos por colocação no aparato estatal, teia em que o clientelismo imperava.

Ao longo da República Velha observa-se a existência de contínuos conflitos internos no PRR, fatos históricos observados, principalmente, através da análise das cartas do Arquivo Borges de Medeiros, que colaboram para a abertura de novas perspectivas de análise acerca dos padrões de procedimento político entre o coronelismo e o situacionismo estadual.

Estas cartas evidenciam as relações de poder entre os membros do PRR nas comunidades interioranas, bem como suas exigências perante Borges de Medeiros, possibilitando observar como se moldaram facções partidárias locais, ao distinguir os remetentes socialmente, possibilitando desvendar suas singularidades no âmbito coronelista regional. Como afirma Jacques Le Goff:

⁴⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 60-61.

⁴⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe*. In: *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 183-202.

⁴⁷⁸ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 200.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força de quem aí detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.⁴⁷⁹

Isso pode ser observado na carta do cônego João Maria Balen a Borges de Medeiros, citada anteriormente. Nesta é evidente que as problemáticas e rivalidades locais e regionais, como a rejeição do intendente José Penna de Moraes,⁴⁸⁰ possuem maior impacto e repercussão na população local do que assuntos de maior abrangência em nível estadual ou nacional:

Pois posso afirmar a V. Ex. que aqui em Caxias se fizeram assistidas por pirraça ao intendente, aos desmandos e injustiças como afirmam terem recebido dele. E dia menos dia pode suceder uma verdadeira hecatombe, como aquela que o vigário evitou, quando foi da recusa da entrega dos títulos eleitorais, pondo-se de permeio entre a multidão e a polícia pronta a fazer fogo. (...)

Se V. Ex. julgar recompensar serviços prestados pelo intendente, bem pode nomeá-lo para algum cargo em outra parte e terá a estima, o afeto e a benção desta população toda, e isso posso garantir a V. Ex. em nome dos vigários destas paróquias. Porém, se o atual intendente continuar aqui pode acontecer alguma coisa grave, um estado de ódios e desconfianças, com algum desfecho fatal.⁴⁸¹

A partir dos indivíduos considerados em seus relacionamentos sociais que se observa a organização das estruturas dos campos de interação e dos grupos de pressão, já que a “*escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade*”.⁴⁸² Deste modo, abre-se ao pesquisador o posicionamento social dos autores das cartas, por apresentar a sua concepção de verdade ou juízos de valor, relatando impressões dos fatos que merecessem registro ou narração a outrem. A escrita de cartas torna-se, então, “*um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos*”.⁴⁸³

Mesmo evidenciando nas cartas uma instância importante da construção simbólica de uma realidade social, por possuírem um caráter mais do que individual, coletivo, necessita o historiador aguçar sua percepção. Lembra Bourdieu que “*quando se quer olhar de muito*

⁴⁷⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6 ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 545.

⁴⁸⁰ A contrariedade generalizada contra o intendente Penna de Moraes era tamanha que ocorreu até mesmo o “*crime contra a estátua da liberdade*”, monumento localizado na Praça Dante Alighieri, em Caxias, que consistiu em um protesto realizado por Ferdinando Trussardi, que acorrentou o monumento e pichou o nome do intendente citado, conforme: *O Democrata*, 17/01/1923, p. 1 (AHMJSA).

⁴⁸¹ Carta de João Maria Balen a Borges de Medeiros (n. 1383, 12/02/1923, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁴⁸² GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 14.

⁴⁸³ GOMES, Ângela de Castro. *Op cit.*, p. 19.

perto, a árvore esconde a floresta; e, sobretudo, por não se ter construído o espaço, não se tem nenhuma chance de ver de onde se está vendo o que se vê.⁴⁸⁴

A correspondência ratifica o posicionamento dos coronéis locais perante Borges, suas aspirações e reivindicações, as querelas que permeavam a vida política e social nos municípios, clientelistas ou coercitivas tão próprias ao coronelismo, assim como o respeito em relação ao líder, mesmo que pintando com claras cores um ambiente atribulado:

É sempre com grande desvanecimento, que aproveito todas as ocasiões que se me oferece, para repetir a V. Ex. que a harmonia e solidariedade republicana neste Município é, hoje, mais do que nunca, uma realidade e que os sábios ensinamentos do grande Mestre, do qual sois digno continuador, são seguidos religiosamente.⁴⁸⁵

As representações sociais contidas nestas cartas possibilitam observar os apelos dos personagens envolvidos naqueles eventos políticos, por tratar-se “*de um discurso geralmente marcado pelo cuidado no estabelecimento de relações pessoais*”, sendo “*um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas*”.⁴⁸⁶

O estudo de correspondências também permite evidenciar como o campo político aparece neste tipo de fonte histórica fundamentalmente de caráter privado.⁴⁸⁷ Estas cartas demonstram que as relações entre poder local e poder central no bojo do PRR eram muito tensas, evidenciando a utilização da coerção e de cooptação através de negociações e barganhas com lideranças de núcleos coloniais. Escreve Octávio Rocha a Borges:

Visitei demoradamente o lugar deste município denominado – Marcolina – foco do assisismo rubro. (...) Não falei em política, mas apenas conversei com eles e procurei sondar as causas da sua oposição. Há aí um colono inteligente, é o homem que domina os outros, de nome Demétrio Molon. (...) É um homem de trabalho e que tem o maior e o mais belo vinhedo de Caxias. Estava uma fera contra nós, porque foi assaltado por três ou quatro praças do provisório, que praticaram uma série de violências. (...)

Prometi que o Sr. mandaria indenizar o prejuízo com os animais entregues e que já o Sr. havia telegrafado dizendo que ia mandar indenizar os colonos dessa zona, cuja dívida foi apurada na requisição dos animais. Deixei-o mansinho e se fizermos essa indenização no que for apurado teremos Marcolina toda conosco.

⁴⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 158.

⁴⁸⁵ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10425, 12/01/1904, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁴⁸⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Op cit.*, p. 21.

⁴⁸⁷ Conferir: ELMIR, Cláudio Pereira. *Cartas ao Coronel: A Construção da Dependência de sua Legitimação Pelos Subalternos*. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História do ICHS/UFMT, v. 2, n. 2, Jul./Dez. 2009, p. 249-266.

Lembro ao Sr. mandar o próprio chefe de polícia fazer a indenização, por que é preciso muito cuidado e muita paciência. (...) O colono é rústico e tem às vezes expressões que irritam a quem não lhes dá o devido desconto da ignorância.⁴⁸⁸

A troca de interesses e de compromissos entre atores políticos e sociais com forças desiguais, porém estreitamente interligados, os coronéis e Borges de Medeiros, formaram a base da política rio-grandense durante o período analisado. Como uma totalidade de acomodações permanentes que determinam ações específicas, os personagens atuam, em sociedade, conforme normas e códigos internalizados e, desta maneira, aceitos como naturais.

Conforme afirma Roger Chartier, as representações do mundo social são construídas e “*determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza*”.⁴⁸⁹ Este mesmo autor acentua sobre as lutas de representações:

As percepções do social não são de fora alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os outros indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.⁴⁹⁰

Realizar uma análise das relações de poder coronelistas no espaço social delimitado, por meio das representações emanadas daquelas cartas, torna-se, um modo de encontrar os pontos de afrontamento entre os distintos partidos, grupos sociais ou dissidências no interior do campo político. Para a compreensão do objeto, deve-se levar em consideração as condições específicas locais e a totalidade objetiva em que estas se inserem, de modo a requerer um “*recorte particular e mesmo microscópio do objeto*”.⁴⁹¹

Registrando as lutas em torno do poder político local, as correspondências do Arquivo Borges de Medeiros ilustram variados aspectos do coronelismo, retratando, além de assuntos especificamente políticos, a realidade social, cultural e o *habitus* próprio ao sistema coronelista, esclarecendo o caráter dialético entre luta política e luta simbólica.

⁴⁸⁸ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1394, 13/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). O distrito colonial a que se refere é Marcolina Moura, atual município de Octávio Rocha.

⁴⁸⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 17.

⁴⁹⁰ CHARTIER, Roger. *Idem a anterior*.

⁴⁹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: Micro-História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 73.

Este *habitus* evidencia-se principalmente na ignorância por parte dos dominados de quem são seus dominadores, como se torna claro na análise das cartas enviadas a Borges quando, em muitas delas, os remetentes requerem auxílio ao líder estadual para resolver mazelas que tem origem na orientação do próprio líder partidário.⁴⁹² Falar de *habitus* é colocar que o individual, e mesmo o pessoal e o subjetivo são sociais, coletivos. O *habitus* é uma subjetividade socializada que é evidenciada quando a violência simbólica somente obtém sucesso a partir do momento em que aquele que a sofre contribui para a sua eficácia.⁴⁹³

As cartas, desta maneira, constituem verdadeiros espaços simbólicos a compor a identidade de um grupo, como formas simbólicas de percepção de si e do outro, ao apresentarem-se como dimensões de um fato que não necessariamente possui correspondência direta com o real, mas sim a compreensão de que uma missiva é uma representação daquele que a escreveu, pensando em quem a iria ler.

Tendo o conteúdo expresso em uma carta a capacidade de representar a identificação do remetente com o seu texto, por meio delas observa-se o controle borgista das problemáticas do campo político. Isto ocorreu, muitas vezes, por meio da colocação de um partidário, um coronel burocrata, alheio às disputas locais, em uma posição estratégica, na qual pudesse obter informações confiáveis para Borges sobre as lutas políticas entre as facções do PRR, especialmente em épocas eleitorais, nas quais emergia o dissídio partidário.

Com a finalidade de apaziguar os ânimos no seio do PRR em Alfredo Chaves, Borges força-se a nomear um italiano para o posto intencional, Pellegrino Guzzo. Sua atitude é bem recebida até mesmo por federalistas na região, a comprovar que um elemento de origem italiana era preferível na comunidade do que um coronel burocrata que não possuía forte base de apoio na RCI. Tanto que escreve Antônio Tagliari Filho:

Quando um cidadão, embora o mais humilde no meio em que vive, manifesta, a quem preside os destinos político-administrativos de uma população ou fração dela, os seus sinceros aplausos, motivados por um ato que reflete justiça e que, por isto

⁴⁹² Conforme BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 186-187: “Quando a busca dominada de distinção leva os dominados a afirmarem o que os distingue, isto é, aquilo mesmo em nome do que eles são dominados e constituídos como vulgares, deve-se falar de resistência? Em outros termos, se, para resistir, não tenho outro recurso a não ser reivindicar aquilo em nome do que eu sou dominado, isso é resistência?”.

⁴⁹³ BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico*. In: *Revista Política & Sociedade*, Vol. 4, n. 6, abril/2005, p. 47. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>. Acesso em: 17/11/2010: “O agente social, na medida em que é dotado de um *habitus*, é um individual coletivo ou um coletivo individualizado, pelo fato da incorporação. O individual, o subjetivo, é social, coletivo. O *habitus* é subjetividade socializada, transcendental histórico, cujas categorias de percepção e de apreciação (os sistemas de preferência) são o produto da história coletiva e individual”.

mesmo, só redundando em benefício geral desse meio, entende o signatário que a sua manifestação, espontânea e sincera, não possa ser considerada como uma espécie de adulação ou engrossamento, como se costuma dizer vulgarmente.⁴⁹⁴

A imposição de coronéis burocratas em determinados municípios servia para solucionar lutas políticas localizadas, por serem elementos não pertencentes àquele contexto social. “Importados” de outras regiões do Estado, assumiam encargos administrativos e policiais em uma chefia política local de caráter unipessoal, uma função pública de prestígio com o total respaldo borgista, o que frequentemente surtia efeito contrário ao esperado, gerando amplos conflitos na RCI. Na carta proveniente de Alfredo Chaves, o intendente nomeado por Borges, João Leivas de Carvalho, não se encabula ao depreciar seu antecessor e chefe político local, Albano Coelho de Souza: “*Mais uma vez, atendendo à boa marcha da administração e harmonia partidárias, peço-vos que tireis esse indivíduo daqui, que muito pode prejudicar devido à sua falta de critério e elevada dose de petulância e falsidade*”.⁴⁹⁵

Os coronéis em suas cartas não se constringiam, após relatar os casos e divergências políticas em seus municípios, em requisitar a Borges cargos políticos para si e seus familiares, em troca da fidelidade partidária, mesmo que para isso fosse necessário burlar concursos públicos. Assim procede Albano Coelho de Souza, do município de Alfredo Chaves:

Se fosse possível a criação da Comarca aqui, eu aceitaria de bom grado o lugar de promotor, porque podia também advogar; enfim aguardo a resposta de V. Ex., podendo desde já ficar ciente que acima de tudo sou republicano e amigo dedicado de V. Ex. e que, portanto qualquer que seja a resolução que tomar eu me submeto. (...) Lembro também a V. Ex. que o Fiscal do Selo Federal daqui, que de nada serve e até é prejudicial à política; pode ser removido e nomeado meu filho Coriolando Coelho de Souza, e desta forma, com o cartório de hipotecas poderei viver.⁴⁹⁶

As correspondências revelam, em primeiro lugar a capacidade do destinatário de convergir para si as atenções e, em segundo lugar, as reivindicações de seus remetentes, como faz Firmino de Abreu, notário e vice-intendente do município de Antônio Prado:

Desejando aproveitar o ensejo que ora se apresenta de melhorar as precárias circunstâncias de minha família, devido à iniquidade de rendas em meu Cartório, venho na presença de V. Ex. pedir vossa valiosíssima proteção para um filho meu, Affonso de Abreu, no próximo concurso para provimento de aulas públicas rurais neste município ou no de Caxias.⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ Carta de Antônio Tagliari Filho a Borges de Medeiros (n. 10456, 26/03/1907 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁴⁹⁵ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10430, 29/08/1904 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁴⁹⁶ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10428, 28/06/1904 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

A transferência de funcionários municipais ou estaduais conferia tática política no intuito de afastar elementos de facções contrárias, bem como inserir pessoas afinadas com seu grupo em locais estratégicos à manutenção do poder regional. Assim procede João Leivas de Carvalho, intendente de Alfredo Chaves:

Conforme convencionei com V. Ex. solicito a transferência do professor Miguel A. Cardozo para Capoeiras, aula vaga com a remoção do professor João do C. Rosa Lima e, a aula daquele, para os subúrbios da vila, nomeando para regê-la o professor Eduardo Duarte, do Lageadinho; e para esta indico, com licença de V. Ex., o professor Zoraido Arizzi, aprovado ultimamente por cuja nomeação me empenho.⁴⁹⁸

As reflexões sobre o coronelismo na RCI necessitam ater-se à questão da criação de aulas e da indicação, nomeação ou remoção de professores, como de outros funcionários públicos, solicitadas por coronéis a Borges de Medeiros.⁴⁹⁹

Analisar-se-á nas cartas do Arquivo Borges de Medeiros as representações que evidenciam relações clientelistas, destacando as barganhas políticas, os pedidos de transferências, os apadrinhamentos, a indistinção absoluta entre público e privado e o nepotismo. Nesse sentido, afirma Gunter Axt:

Numa sociedade onde a fronteira entre o público e o privado era tênue, o funcionalismo representava uma fonte de renda e de poder. O coronel na liderança de uma facção era uma espécie de defensor dos interesses do município e de seus aliados junto ao governo central. Na capacidade de trazer benefícios para a cidade, reunir eleitores e controlar o maior número possível de cargos públicos, bem como acessar os canais de distribuição dos mesmos, residia o termômetro do prestígio e da pujança de uma facção. As nomeações e os pedidos de cargos eram invariavelmente intermediados pelo chefe político, que muitas vezes via nos cargos públicos, e também nos contratos assinados com o estado que privilegiassem interesses privados, formas de compensações pelos gastos realizados de seu próprio bolso nas campanhas políticas e eleitorais. A distribuição de prebendas obedecia a critérios que levavam em conta o grau de inserção do candidato na rede de compromissos e os serviços prestados à facção e ao partido, sobretudo no consoante às eleições. O agraciado retribuía em lealdade ao coronel responsável pela indicação, atendendo às determinações daquele com primazia, mesmo que estivessem em contradição com as

⁴⁹⁷ Carta de Firmino Luiz Gomes de Abreu a Borges de Medeiros (n. 0146, 23/05/1905 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁴⁹⁸ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10449, 21/07/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁴⁹⁹ Se for considerado o contingente de profissionais de apenas uma categoria, por exemplo, o grupo de pressão constituído pelos funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, se observará que: “*Os empregados da V. F. Rio Grande do Sul representavam uma mina de ouro para o Partido Republicano (...) que empenhou-se intensamente para inscrever todos esses funcionários como eleitores. Conseguiram registrar em torno de 6.700 deles. O voto em favor do governo, dos empregados da ferrovia, correspondia a 5% do eleitorado total nas eleições de 1928 e 10% da maioria. Se incluirmos as famílias e os amigos, sujeitos à influência desses homens (...), aquele grupo representava uma força política substancial.*” In: TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 130. Conferir também: BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *O setor ferroviário em Santa Maria e suas conexões com o coronelismo durante o período borgista (1898-1928)*. In: *Revista Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul: UCS, v. 3, n. 6 (jul./dez. 2004), p. 201-218 (publicado em 2005).

leis ou a moral. Desse modo, a rede de compromissos da facção se fortalecia. Enfeixando o comando do Poder Executivo, Borges de Medeiros logicamente converteu-se no principal distribuidor de prebendas, condição que soube administrar de forma a forjar lealdades, dobrar dissidentes e, mesmo, seduzir oposicionistas.⁵⁰⁰

Ao analisar as relações de poder entre Borges e os coronéis da RCI e identificar a extensão do clientelismo na área do ensino público rio-grandense, identifica-se a problemática referente à ingerência de líderes locais na escolha de professores e demais funcionários públicos. Como exemplificação, cita-se a carta de Alfredo de Abreu, de Caxias, pois expõe que o candidato ao cargo é parente de um destacado correligionário:

É portador da presente o nosso correligionário Mansueto Pezzi, genro do nosso bom amigo Tte. Cel. Germano Parolini que deseja falar a V. Ex. sobre a criação de uma aula que foi pedida pela totalidade dos habitantes da quarta légua neste município. É justa a aspiração daqueles moradores acrescentando que conveniências políticas levam-me a secundar o pedido feito.⁵⁰¹

Membros de comissões executivas, na ânsia de agradar o chefe partidário, ao solicitar auxílio para si ou outros, não deixavam de mencionar o que poderiam “dar em troca”, caso seu pedido fosse atendido, em um claro exemplo de reciprocidade política.

Comprova-se essa relação na carta de Germano Parolini, membro da comissão executiva do PRR em Caxias, ao solicitar a nomeação do professor Mario Pezzi para uma escola no interior do município, lembrando a Borges que “*em qualquer tempo pode V. Ex. contar por minha parte, com um avultado número de votos, como já tenho dado prova em ocasião da última eleição à Presidente de V. Ex. em que se haviam reunido na minha seção mais de 300 votantes*”.⁵⁰²

Em alguns casos o remetente se mostra inconformado com atitudes tomadas sem o seu conhecimento ou consentimento, o que ocorria com mais intensidade em período anterior ao falecimento de Júlio de Castilhos, quando o poder unipessoal borgista ainda não havia se instalado no PRR.

Em carta de um inconformado Innocencio de Mattos Miller se confirma esse detalhe: “*Pela Federação de 23 do passado, vi nomeação professores para Nova Roma e 21 de abril, deste município, sem ter eu sido consultado. Para referidos lugares tenho candidato. Peço*

⁵⁰⁰ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 135-136.

⁵⁰¹ Carta de Alfredo de Abreu a Borges de Medeiros (n. 1268, 17/11/1903 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁵⁰² Carta de Germano Parolini a Borges de Medeiros (n. 1269, 15/01/1904 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

providências”.⁵⁰³ Como afirma Sérgio da Costa Franco, referindo-se a este coronel, natural de Passo Fundo, mas intendente de Antônio Prado:

Figura típica do “coronel burocrata” – uma entidade política muito característica do castilhismo-borgismo, - sem fortuna pessoal e sem vínculo com a comunidade local, Inocêncio de Mattos Miller era cioso de seus poderes de patrulhamento, instando frequentemente pelo afastamento ou demissão de funcionários públicos que pudessem prejudicar seus propósitos ou o desempenho eleitoral do Partido Republicano. (...)

Esse tipo de linguagem ativa em relação a Borges de Medeiros não era comum entre os intendentes municipais. Isso permite supor que Miller fosse prestigiado por Júlio de Castilhos, ainda vivo na ocasião, e se sentisse de “costas quentes”, pelo apoio do chefe partidário.⁵⁰⁴

Em outra carta, mais consciente de sua posição subalterna, após a morte de Castilhos, o coronel Innocencio, se abstém de uma indicação solicitada anteriormente ao afirmar: “*Apesar ter declarado concordar nomeação D. Emília Paim para este município, entretanto não faço empenho. Peço V. Ex. resolver como julgar conveniente*”.⁵⁰⁵

As trocas de postos no funcionalismo conferia importante tática política, no intuito de afastar adversários, como inserir pessoas afinadas com seu grupo, em locais estratégicos à manutenção do poder regional. Escreve o intendente de Guaporé, Vespasiano Corrêa:

Funcionam neste município apenas cinco aulas públicas, seguintes: três nesta vila, uma na Esperança e outra no Muçum. Insuficiente este número para atender convenientemente a instrução necessária aos filhos dos colonos, indico-vos os pontos onde se torna necessário a criação de aulas, bem como os nomes de pessoas que interinamente podem exercer o magistério durante este ano.⁵⁰⁶

As lutas entre as facções políticas demonstram a importância que possuíam as instituições públicas no controle da política local. A ocupação de um importante cargo público acarretava, além do controle do funcionalismo da referida categoria, a possibilidade de cooptação do eleitorado que trabalhava ou era dependente destas repartições. Como menciona Cláudio Pereira Elmir:

(...) o uso da expressão cooptação política pode ser alargado no sentido de não apenas dizer respeito às composições político-partidárias e institucionais, especialmente entre as lideranças, mas estender-se para os sujeitos que

⁵⁰³ Telegrama de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (01/06/1900 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵⁰⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 77.

⁵⁰⁵ Telegrama de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (22/01/1906 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵⁰⁶ Carta de Vespasiano Corrêa a Borges de Medeiros (n. 2453, 22/01/1904 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

aparentemente não participam desta política, ainda que acionem os mecanismos dela na resolução de questões particulares.⁵⁰⁷

Também eram constates os pedidos de remoção devido às pressões exercidas por coronéis locais, por se acharem as repartições públicas de mando de uma facção política ou mesmo de uma família poderosa no município, como se evidencia em carta de José Michel de Barros Cobra, de Antônio Prado:

Mais uma vez venho à presença de V. Ex. solicitar uma graça. Achando-me pobre, carregado de família e sem recursos de qualquer espécie, pois que (...) o movimento deste fôro (...) todo ele é feito em casa do juiz distrital, cunhado do intendente, e na do escrivão (...), peço-vos o obséquio de tornando-me sob vossa proteção nomear-me, ou fazer com que eu o seja, juiz distrital de Bom Jesus ou de qualquer outro município do estado, ou mesmo promotor público de qualquer comarca.⁵⁰⁸

A remoção de funcionários públicos, com o fim de aplacar disputas políticas e partidárias, era uma estratégia utilizada com frequência em todos os municípios do Rio Grande do Sul, não sendo exclusividade da RCI, como no caso de Cachoeira do Sul:

O nosso companheiro João Silveira, de São Sepé, pede-me insistentemente para escrever-vos solicitando uma colocação para ele fora dali. (...) Creio que devido à divergência política ele sente necessidade de retirar-se de São Sepé. Parece-me que a retirada de João Silveira será um meio de acabar com a divergência partidária naquela localidade. Peço-vos pois na primeira oportunidade uma aula mista para aquela região onde há um grande número de crianças que necessitam educação e falta-lhes absolutamente meios. Pedem a nomeação de D. Lydia Fialho que já exerceu esse cargo. É de inteira justiça que façais este benefício o mais pronto possível e assim satisfará aos justos reclames daquela população. Neste sentido muitas são as reclamações e realmente dá lástima ver distritos inteiros com uma só aula.⁵⁰⁹

Deste modo, uma das principais estratégias borgistas em controlar as disputas coronelistas, estava assentada na manipulação de cargos públicos que estivessem em sua alçada de nomeações, assegurando para si o controle de partes essenciais do funcionalismo público estadual.

Logicamente, este processo era intermediado por pessoas inseridas em importantes postos públicos nos municípios, que solicitavam tanto a nomeação como a exclusão de elementos adversários a seu mando local, como cita o coronel Ramiro de Oliveira, de Santa Maria:

⁵⁰⁷ ELMIR, Cláudio Pereira. *Cartas ao Coronel: A Construção da Dependência de sua Legitimação Pelos Subalternos*. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História do ICHS/UFMT, v. 2, n. 2, Jul./Dez. 2009, p. 259.

⁵⁰⁸ Telegrama de José Michel de Barros Cobra a Borges de Medeiros (n. 159, 29/02/1916 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵⁰⁹ Carta de Isidoro Neves da Fontoura a Borges de Medeiros (n. 686, 29/09/1904 – Fundo Cachoeira do Sul/ABM/IHGRGS).

Preciso que seja removido, sem perda de tempo, o professor Cícero Barreto, do Colégio Complementar. É um agitador da candidatura do Fernando [Abbott], verdadeiro demagogo, que tudo faz contra nós. Para que ele aceite a remoção e possa sair daqui (o que convém) acho conveniente removê-lo para uma localidade próxima. O que vos peço é que nos mande um substituto válido, capaz de auxiliarnos na luta que levamos travada.⁵¹⁰

Uma forma dos coronéis manterem seu prestígio recaía em seu poder, concedido pelo Presidente do Estado, sobre a indicação de professores, o que ocorria especialmente em distritos coloniais, como menciona Gunter Axt:

A criação de aulas e a nomeação de professores eram um dispositivo valioso para a consolidação do domínio de uma facção política nos distritos, pois promovia uma fonte de renda para correligionários leais ao mesmo tempo em que demandas dos eleitores eram satisfeitas. O comércio do magistério não tinha a mesma envergadura em todas as cidades do Estado. Ganhava mais destaque justamente naquelas localidades que possuíam distritos com colonização ítalo-germânica, nos quais uma facção com franco apoio palaciano esforçava-se pela afirmação.⁵¹¹

Uma análise qualitativa das cartas enviadas a Borges de Medeiros ratifica a posição dos coronéis perante o líder estadual, suas aspirações e reivindicações, revelando as circunstâncias que permeavam a vida política e social nos municípios, evidenciadas pelas práticas clientelistas ou coercitivas coronelistas. De posse do comando político do município de Cachoeira do Sul, o coronel Isidoro Neves da Fontoura declara a Borges de Medeiros:

Em breve irei até aí para termos a ocasião de conversar amplamente sobre a política local; pode desde já ficar prevenido que irei carregado de pedidos, especialmente de aulas (...) sendo de grande alcance político a criação de uma aula a mais naquele distrito, peço-vos que seja mais essa além das que já deixei nota, contemplada no quadro.⁵¹²

Em plena crise partidária de 1907, Abelino Vieira, funcionário de confiança de Borges em Santa Maria, requer a transferência dos mesmos funcionários citados pelo coronel Ramiro de Oliveira anteriormente, afirmando: “*Esses dois carvalhos – Ortiz (escrivão do cível e crime) e Cícero Barreto (professor da Escola Complementar) – que ainda se conservam nas posições que lhes foram dadas por vós, são dois inimigos perigosos, maus e insaciáveis. Precisam bem um corretivo*”.⁵¹³

Para o PRR a educação detinha um papel destacado, com atenção voltada à infância, base da formação do sujeito, o que permitiria maior desenvolvimento moral do mesmo,

⁵¹⁰ Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7883, 07/05/1907 – Fundo Santa Maria/ABM/IHGRGS).

⁵¹¹ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 137-138.

⁵¹² Carta de Isidoro Neves da Fontoura a Borges de Medeiros (n. 688, 11/11/1904 – Fundo Cachoeira do Sul/ABM/IHGRGS).

⁵¹³ Carta de Abelino Vieira a Borges de Medeiros (n. 7902, 30/09/1907 – Fundo Santa Maria/ABM/IHGRGS).

habilitando-o ao cumprimento efetivo de suas funções sociais como cidadão. Nas palavras do próprio Júlio de Castilhos, em texto de dezembro de 1889 intitulado “*Amor, Ordem e Progresso*”, observa-se que o respeito à autoridade também era algo imprescindível ao modelo de educação castilhista/borgista:

A educação cívica pela dignidade pessoal e pela voluntária subordinação das classes dirigidas às classes diretoras é a maior de todas as exigências do sistema republicano. A correta colaboração de todos os cidadãos nos negócios públicos é o seu mais patriótico dever e a base mais segura de todo mecanismo governamental.

O respeito mútuo da sociedade para com os diretores dos seus destinos e o da autoridade para com as legítimas e sinceras manifestações da opinião, constituem o fundamento primordial da ordem e o único meio de desenvolvimento do progresso.

Muito mais no sistema republicano do que no monárquico é mister que se desenvolvam no seio da sociedade os sentimentos nobres de veneração e tolerância, únicos que podem, pelo abafamento das paixões inferiores, garantir a paz e a felicidade das nações.⁵¹⁴

Ao governo estadual cabia proteger a instrução primária em toda sua extensão, o que servia para propagar a ideologia dominante e o respeito à hierarquia e à centralização do poder, pois o “*ensino primário, além de servir para propagar a doutrina positivista, deveria servir para o aprendizado e exercício de qualquer profissão*”.⁵¹⁵

Mesmo que os recursos investidos na educação fossem considerados elevados para os padrões da época, nem todo orçamento destinado à educação foi efetivamente aplicado no setor, comprovando que os dirigentes do PRR eram excelentes propagandistas de seus próprios feitos, o que não impediu que a instrução pública tenha sido uma das principais áreas de intervenção borgista na sociedade.⁵¹⁶

A alfabetização era um requisito para o exercício do voto e um mecanismo de legitimação, de doutrinação política e de consolidação do domínio partidário, além de sustentar e projetar nacionalmente a elite dirigente rio-grandense.⁵¹⁷ Sobre as características da escola pública no Rio Grande do Sul na República Velha, Berenice Corsetti declara que:

A característica dominante, em termos teórico-metodológicos na escola pública, seguindo a orientação positivista, foi a tentativa permanente de implementar o

⁵¹⁴ CASTILHOS, Júlio de. *Pensamento político de Júlio de Castilhos* (Liana Bach Martins; Luís Antônio Costa da Silva; Gervásio Rodrigo Neves - orgs.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003, p. 82.

⁵¹⁵ Conferir: DILL, Aidê Campelo. *Diretrizes Educacionais do Governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1984, p. 96.

⁵¹⁶ Conferir: CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. Santa Maria: Tese de Doutorado em Educação/UFSM, 1998, p. 246-283.

⁵¹⁷ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 136.

método empírico da ciência, em substituição aos procedimentos até então adotados a partir da influência da Igreja Católica. (...)

Enquanto a Igreja Católica desenvolvia uma crítica dura e persistente à ciência moderna, de cunho racionalista, materialista, naturalista e evolucionista, os dirigentes rio-grandenses buscaram implementar a orientação teórico-metodológica adequada às suas convicções.⁵¹⁸

Professores eram indicados pelos coronéis como forma de constituir uma ferramenta de doutrinação política e de obtenção de eleitores: “*por conveniência política, será grande vantagem nomeação urgente professora de confiança*”.⁵¹⁹

Formar e agregar eleitores através da alfabetização, aculturar imigrantes nos distritos coloniais; qualificar e disciplinar o eleitorado através do ensino cívico, para aceitar as propostas políticas e o poder dos coronéis ligados ao PRR, eram elementos chaves nas relações entre Borges e coronéis. Como afirma Maximiliano de Almeida:

O Estado sob o castilhismo, ao superar o entrave da guerra civil, pode produzir suas próprias lições de história e geografia regionais e ampliar o público a ser educado sob os princípios republicanos do ensino livre, leigo e gratuito. A produção de manuais escolares oportunizou multiplicar os objetos de leitura, contudo a didática do “ensino cívico” inerente a esses materiais, restringiu os conteúdos do discurso pedagógico. O processo de alfabetização permitia formar eleitores, mas era a educação cívica que qualificava o voto e incentivava os futuros cidadãos a defender o projeto de modernização republicana.⁵²⁰

O comércio do magistério adquiria maior importância em municípios que possuíam distritos coloniais, onde a disputa entre facções do PRR era mais acirrada, através da nomeação de funcionários públicos alinhados com certo grupo político ou facção.⁵²¹

⁵¹⁸ CORSETTI, Berenice. *O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul da Primeira República*. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: SBHE, 1999, p. 3. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 10/06/2010. Neste mesmo artigo, a autora cita um exemplo das críticas dos inspetores regionais ao relatar a realidade das escolas visitadas, como fez José Penna de Moraes, em 1898, ao tratar dos métodos adotados: “*A evolução do espírito (...) tão sabiamente demonstrada por Spencer e cuja existência e analogia força-nos a aceitar, é inteiramente posta de parte na sequência dos conhecimentos científicos a transmitir ou, para melhor dizer, raríssimos têm sido talvez os nossos preceptores que dela hão cogitado. Os sábios princípios consentâneos com esse envolver racional: do concreto para o abstrato, do simples para o composto, a regra como ilação do exemplo, etc., são notoriamente desprezados*” (Relatório do Inspetor Regional da 4ª Região Escolar, José Penna de Moraes, em 16/12/1897, no Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 30/07/1898, p. 547. Porto Alegre/RS, Arquivo Histórico do Estado Rio Grande do Sul).

⁵¹⁹ Telegrama de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (08/02/1906 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵²⁰ Conferir: ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. *Mandado adoptar: livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896-1902)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História PUCRS, 2007, p. 120.

⁵²¹ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 138.

A escolha de indivíduos conectados com a chefia pessoal de determinado coronel, extrapolava a existência dos cargos públicos disponíveis, sendo necessário, inclusive, a criação de outros postos para acomodar aliados políticos nos municípios, como se evidencia em mais uma carta de Innocencio de Mattos Miller:

Não existindo o cargo de fiscal dos impostos federais neste município, peço-vos intercederdes perante o Delegado Fiscal para propor a criação do mesmo, e tomo a liberdade de indicar a nomeação do cidadão Ignácio José dos Santos, residente nesta vila, para ser o nomeado.⁵²²

Neste amálgama entre função pública e negócio privado, a aprovação, efetivação, gratificações e instalações adequadas eram rapidamente atendidas se realizadas por interferência dos coronéis ao governo estadual, como torna-se nítido na carta enviada de Cachoeira do Sul:

O nosso distinto correligionário Sr. Emiliano Antônio da Costa, professor público, deseja que V. Ex. recomende ao Inspetor Escolar, Sr. Moraes, o seu filho Francisco Terêncio da Costa, que se inscreveu para o magistério no concurso a efetuar-se no dia 1º de Fevereiro. O candidato é um moço de excelentes qualidades morais e está bastante habilitado.⁵²³

As designações para o magistério invariavelmente eram manipuladas, sendo inúmeros os casos de indicações e escolhas ocorridos antes mesmo da abertura do processo seletivo, como se observa em carta remetida de Guaporé, no ano de 1907:

Aproveito solicitar-vos vênias para comunicar que, minha filha Maria Teresa Villanova, acha-se habilitada a inscrever-se no concurso, para obter uma cadeira no magistério público; e como nesta Vila continua vaga a 3ª aula do sexo feminino, a ocasião é oportuna para recorrer à vossa proteção, no sentido de cooperar para esse desiderato.⁵²⁴

A missiva do intendente municipal de Garibaldi em 1905, Jacob Nicolau Ely, ratifica as relações pautadas pelo clientelismo político, tendo em vista a área da educação e as decorrências políticas da dispensa de um professor:

Tendo sido dispensado do cargo de professor interino, da linha Presidente Soares, neste município, o sr. Sylvio Biagiotti, por não ter comparecido ao concurso, para o qual foi inscrito, ocorre-me o dever de comunicar à V. Ex. que nessa ocasião, ele achava-se seriamente enfermo e, portanto, impossibilitado de viajar e comparecer na sede da Região, a fim de submeter-se ao exame aludido. Tratando-se, como se trata, de um funcionário honesto, inteligente, trabalhador e excelente companheiro político, julgando-me obrigado a pedir a V. Ex., caso seja possível, reintegrá-lo no

⁵²² Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 145, 04/04/1905 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵²³ Carta de Antônio Antunes de Araújo a Borges de Medeiros (n. 690, 13/01/1905 – Fundo Cachoeira do Sul/ABM/IHGRGS).

⁵²⁴ Carta de Joaquim Dario Villanova a Borges de Medeiros (n. 2463, 26/08/1907 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

referido cargo de professor interino, para cuja nomeação efetiva ele se habilitará no próximo concurso.⁵²⁵

Do mesmo modo, em Bento Gonçalves, Adolfo Amaral Lisboa solicita a Borges a nomeação de sua filha, professora Maria Marcolina Lisboa Brandão, para a aula vaga no povoado de Neustadt (atual bairro Rio dos Sinos, no município de São Leopoldo).⁵²⁶ Logicamente que essas recomendações não se restringiam apenas ao âmbito da educação, sendo comuns indicações de protegidos apenas inscritos em processos seletivos públicos, como é o caso da solicitação de Antônio Antunes de Araújo:

Tenho agradável satisfação em recomendar ao ilustre Chefe e amigo o Sr. Gustavo Moritz, – que deve inscrever-se como candidato ao concurso para o preenchimento dos lugares vagos de 4 oficiais do Tesouro do Estado, – certo como estou de que ele responderá vantajosamente às matérias do mesmo concurso.⁵²⁷

Pedidos para colocações ou recomendações de parentes eram constantes, comprovando “*a ideia de que existe uma ética na prática dos favores, entendida esta não como desvio de um processo político mas como elemento constitutivo do fazer político e, portanto, passível de ser transformado em objeto de análise*”,⁵²⁸ como no exemplo citado abaixo, em carta de Affonso Aurélio Porto, intendente do município de Garibaldi:

Tem esta o fim de recomendar muito especialmente a V. Ex. meu irmão Adail Pyraja Porto, formado em odontologia pela Academia de Medicina dessa capital, há três anos. Desejava vê-lo encaminhado e como me consta que haverá na Brigada Militar vagas de cirurgião-dentista, é ótima a ocasião de pedir para ele a proteção de V. Ex.⁵²⁹

Em mais uma carta solicitando auxílio para parentes seus, o coronel Affonso Aurélio Porto intercede em favor de um primo, não sem antes relembrar a Borges a fidelidade partidária de sua família, bem como a felicidade e gratidão decorrente de tal proteção, caso fosse atendida:

Concluí seus últimos preparatórios este ano, com tenção de se matricular na Academia de Direito, meu primo Eurico Bellenno Porto, filho do velho patriota José Mariano Porto, falecido há pouco e que V. Ex. conheceu, através de uma da de

⁵²⁵ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2201, 11/05/1905 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁵²⁶ Carta de Adolfo Amaral Lisboa a Borges de Medeiros (n. 430, 04/06/1915 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵²⁷ Carta de Antônio Antunes de Araújo a Borges de Medeiros (n. 655, 10/02/1904 – Fundo Cachoeira do Sul/ABM/IHGRGS).

⁵²⁸ ELMIR, Cláudio Pereira. *Cartas ao Coronel: A Construção da Dependência de sua Legitimação Pelos Subalternos*. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História do ICHS/UFMT, v. 2, n. 2, Jul./Dez. 2009, p. 260.

⁵²⁹ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2233, 22/10/1914 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

trabalhos e lutas. A desolada viúva do velho servidor da Pátria, que muito espera da inteligência de Eurico, pois lhe será na vida amparo e consolo, pede me dirija a V. Ex., a fim de conseguir para seu filho matrícula gratuita na Academia. Conhecendo a bondade de V. Ex., de contribuir para que sejam aproveitados rapazes de inteligência não vulgar como Eurico, ousou importuná-lo impetrando o favor de indicar o nome dele para uma das matrículas que, segundo me consta, são concedidas ao Estado. Satisfaço, assim, ao pedido de uma mãe extremosa que deposita em seu único filho todas as suas esperanças, acrescentando mais gratidão à soma que já devo a V. Ex.⁵³⁰

Nem mesmo a própria família de Borges de Medeiros se ausentou deste processo de pedidos para nomeações, como é o caso da carta de Florisbella Barcellos:

Vos cumprimento e a prima Carlinda, almejando a ambos ampla saúde. Permite que vos venha mais uma vez importunar, lembrando-vos a promessa que me fez de nomear o Hilarinho para algum cargo público em cujo desempenho possa ganhar mais facilmente o necessário para vivermos.

Não é por mera vontade de incomodar-vos que venho a vossa presença, e sim por que vejo a vida penosa que leva o Hilarinho, para conseguir meios de subsistência, pois o foro está paralisado, que se torna necessário fazer contínuas viagens a Garibaldi, a fim de obter serviço acrescentando ainda que, o que consegue é sempre mal remunerado. Assim é que, estando para ser criado o município de Guaporé, me lembrei de vos recordar essa promessa que me fez, há tempo, pois julgo que nessa ocasião o primo poderá atender ao meu pedido. Sem outro motivo, queira aceitar, bem como a prima Carlinda, meus protestos de estima e consideração.⁵³¹

O próprio Hilário José de Barcellos havia anteriormente realizado o pedido para si, que foi acentuado na carta anterior:

Venho mais uma vez solicitar de V. Ex. uma colocação, pois a advocacia nesta região não dá para ocorrer às despesas com uma família. Como V. Ex. sabe, fui sempre companheiro dedicado e capaz de qualquer sacrifício pelo partido chefiado pelo Exmo. Sr. Dr. Júlio de Castilhos.

Está vago o lugar de juiz distrital desta localidade e também o de São Francisco de Paula, em qualquer outro lugar para o qual V. Ex. me julgue capaz. Estou convencido que os habitantes desta localidade ficarão satisfeitos com a minha nomeação, no entanto V. Ex. resolverá em sua sabedoria.⁵³²

Invariavelmente se observa, nesses pedidos de proteção, a posição de subalternidade do remetente em relação a Borges, a pessoa que poderia resolver seus problemas com um simples ato administrativo, pois aquele que pede o faz lamentando e se desculpando por fazê-lo, de modo que o *“subordinado tem a compreensão da diferença e faz questão de marcá-la*

⁵³⁰ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2234, 08/02/1915 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁵³¹ Carta de Florisbella Barcellos a Borges de Medeiros (n. 375, 22/10/1903 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵³² Carta de Hilário José de Barcellos a Borges de Medeiros (n. 373, 03/05/1903 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

na sua fala, reproduzindo em nível simbólico o que já se dá na prática de vida, ou na estrutura objetiva”.⁵³³

Isso é facilmente discernível em vários exemplos onde necessidades familiares ou pessoais são constantemente mencionadas, como no fragmento abaixo, carregado com tom dramático, sobre auxílio a um funcionário dos telégrafos, Pedro Pedrotti:

Doutor, os homens de bem, como V. Ex., tem sobre a Terra a missão de proteger os necessitados. Baseada neste princípio, rogo a V. Ex. o favor de perdoar o passo audacioso que hoje dou, dirigindo-me a V. Ex., roubando-lhe assim o vosso tão precioso tempo (...). Sou uma menina pobre, contratei casamento, com um moço igualmente pobre, mas de muito belas qualidades, venho pois, implorar-vos para ele, a vossa valiosíssima proteção.

Ele pretende apresentar-se no próximo concurso da vaga para adjunto do telégrafo estadual. (...) Há nove anos que é empregado nesta repartição do telégrafo, em cujo exercício, não se lhe pode botar uma só mancha, teme porém, como há muitos pretendentes para essa vaga, não ter a preferência; por essa razão, vos peço com todo o ardor da minha alma, que intercedeis por ele, dando-lhe melhor posição, ou no telégrafo onde já é empregado, ou noutro qualquer lugar. (...)

O meu noivo tem aí na Capital muitos amigos, entre eles o cel. João Leite Pereira da Cunha, que é meu padrinho e a quem já escrevi pedindo a sua proteção. Nada conseguindo, resolvi escrever a V. Ex., em cujas mãos entrego o meu futuro, tudo esperando de quem é bom esposo, extremoso pai e dedicado chefe.

Podeis pedir informações sobre o meu noivo aos coronéis Carvalho Júnior e Álvaro Moraes, os quais lhe dispensam a sua amizade.⁵³⁴

Ao mesmo tempo em que a figura de Borges de Medeiros como benfeitor social surge, no conteúdo da carta, dotada de um caráter providencialista, protetor e benévolo, pois perdoará o abuso cometido pela remetente ao se reportar ao líder partidário, o pedido de proteção está respaldado pelas prováveis boas relações que o protegido possua com coronéis regionais. Conforme afirma José Murilo de Carvalho:

A correspondência mostra sobretudo o profundo enraizamento social do clientelismo político, que pode ser visto como troca entre partes desiguais envolvendo bens públicos. A troca desigual no campo político era uma extensão de trocas desiguais no campo social. O clientelismo político enraizava-se em uma sociedade hierárquica composta de protetores e protegidos. O patronato hierárquico social era transferido para o campo político, o governante tornava-se o patrão, o protetor, o pai.⁵³⁵

⁵³³ ELMIR, Cláudio Pereira. *Cartas ao Coronel: A Construção da Dependência de sua Legitimação Pelos Subalternos*. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História/ICHS/UFMT, v.2, n.2, Jul./Dez. 2009, p. 256.

⁵³⁴ Carta de Leonina Rocha a Borges de Medeiros (n. 379, 01/12/1904 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵³⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, p. 110.

Um dos mencionados na carta anterior, Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, intendente de Bento Gonçalves recomenda a proteção de Pedrotti: “*Tomo a liberdade de apresentar a E. Ex. o sr. Pedro Pedrotti, aspirante a um lugar de ajudante do telégrafo, e que para esse fim inscreveu-se para o concurso que terá lugar no dia 25 do corrente*”.⁵³⁶

Ainda tendo em vista as escusas de quem solicita auxílio e proteção, cabe lembrar que as pessoas que pedem geralmente estão bem informadas dos cargos à disposição, das vagas atuais ou futuras. Além de evidenciar ao líder a trajetória política do provável beneficiado, também ratificam o eventual apoio de lideranças regionais, que respaldariam a reivindicação:

É o coração de uma mãe agradecida que fala neste momento. (...) Agora, Preclaro Chefe, desculpe esta impertinência, tomo a liberdade de lembrar a V. Ex. que o cargo do Cível e Crime de Caxias está vago. O chefe da política daquela cidade, cel. Penna de Moraes, bem conhece o meu filho, pois este foi redator-secretário da “*Tribuna*”, de Santa Maria, em época que a oposição parecia campear com certo incremento. Assim sendo, Egrégio Chefe, V. Ex. poderá solucionar este meu pedido, tendo a bondade de dirigir qualquer aviso ao meu filho dr. Brás Odorico Cavalcanti Teixeira, em Bento Gonçalves.⁵³⁷

A informação dos cargos públicos disponíveis para nomeação era pauta constante dos pedidos feitos, inclusive para a área do Judiciário:

Consta-me que o dr. Alfredo Lisboa, juiz distrital das varas Cível e Comercial, terminou o quadriênio que terá por substituto o dr. Carlos Pinto, cuja recondução, dizem-me, não se dará. Se assim, caso eu possa lograr a felicidade de merecer a confiança do meu ilustre chefe, apresento-me candidato ao cargo de juiz distrital da comarca de Rio Grande.

Aqui vou bem, cumpro os meus deveres a contento de todos, mas vivo assediado de ingratas dificuldades financeiros, devido a numerosa família que possuo. Além disso, o meu espírito precisa de um cenário mais amplo, onde eu possa exercer a minha atividade intelectual e prestar mesmo a V. Ex. e ao partido serviços de outra monta.⁵³⁸

Existiam muitos pedintes que advogavam proteção e benesses em causa própria, como no caso do professor Ângelo Roman Ros, de Guaporé:

Respeitosos cumprimentos. Durante as férias (dezembro) estive na Capital e por duas vezes em Palácio, a fim de pedir a V. Ex. minha nomeação de escrivão para um dos cartórios do novo município de Encantado, mas não pude ser ouvido por estar V. Ex. muito ocupado, mesmo por que ainda não tinha sido criado o referido município. (...) É supérfluo dizer a V. Ex. que, se for possível ser atendido, serei cumpridor de meus deveres, assim como o fui sempre e principalmente nos 12 anos que exerço o magistério público nesta vila, tendo-me nele esforçado, quer no preparo da

⁵³⁶ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 385, 13/06/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵³⁷ Carta de Gabriella C. Cavalcanti Teixeira a Borges de Medeiros (n. 425, 27/01/1915 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵³⁸ Carta de Alípio Telles a Borges de Medeiros (n. 429, 25/05/1915 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

mocidade, quer na concentração própria no estudo, hábito este adquirido desde a infância. (...) Não sendo possível o pedido acima, eu desejaria obter uma aula nos subúrbios da cidade (2ª entrância) o que seria o ideal; só assim eu poderia mandar alguns de meus filhos cursar o Colégio Elementar da Capital.⁵³⁹

Nem mesmo os positivistas religiosos se ausentaram de tais práticas, como se pode observar em carta de autoria de Farias Santos (ocupava a Diretoria de Viação Fluvial), após a morte de Joaquim José Felizardo Júnior, em 1906 (ocupava a Diretoria de Terras e Colonização), ao indicar a Borges o substituto para o cargo, o também positivista religioso e engenheiro civil Carlos Torres Gonçalves (principal responsável pela construção da Capela Positivista de Porto Alegre), assim como seu cunhado, Manuel Luís Pereira da Cunha, que assumiu a Diretoria de Viação Terrestre, todas ligadas à Secretaria de Obras Públicas:

A morte inesperada do inolvidável Felizardo torna-me indispensável para a propaganda positivista a presença nessa Capital do meu confrade Carlos Torres Gonçalves. Por este motivo peço-vos que determineis as providências regulamentares para que seja posto a concurso o lugar de chefe de seção que era exercido pelo nosso malogrado amigo, a fim de que o Torres Gonçalves possa ser nomeado.⁵⁴⁰

Os chefes políticos, ao realizarem indicações pontuais para compor o magistério de sua região, tinham por objetivo inserir neste quadro pessoas de sua total confiança, aliados políticos ou, mesmo, familiares.

Em Bento Gonçalves, o intendente Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior solicita a Borges concessão de exame de magistério para a professora Ordália Leite, afirmando: “*Esta moça é filha do sr. Josué Pereira Leite, Delegado de Polícia desta vila e um dos bons companheiros políticos, a quem muito desejava servir*”.⁵⁴¹

⁵³⁹ Carta de Ângelo Roman Ros a Borges de Medeiros (n. 2466, 16/04/1915 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

⁵⁴⁰ Carta de João Luís de Faria Santos a Borges de Medeiros (n. 4846, 25/03/1906 – Fundo Porto Alegre/ABM/IHGRGS). Sobre os positivistas religiosos servidores da Secretaria Estadual de Obras Públicas e suas relações com o governo estadual, consultar: SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/AGE, 1998. AXT, Gunter. *Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Méti: História & Cultura*, v. 1, n. 2, jul./dez./2002. Caxias do Sul: UCS, p. 33-52. HEINZ, Flavio M. *Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, p. 263-289. A ingerência de positivistas na política nunca foi bem aceita pelos coronéis, como atesta a seguinte mensagem do coronel Ramiro de Oliveira, de Santa Maria: “*Tenho simpatias pelo positivismo, mas discordo na parte política do modo extravagante e até desfrutável de Carlos Nogueira, que é mais um maníaco do que outra coisa*”, podendo ele, segundo o remetente, “*prestar serviço dentro de um gabinete mais como filósofo do que como político*.”: Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7816, 17/12/1905 – Fundo Santa Maria /ABM/IHGRS).

⁵⁴¹ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 388, 12/07/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

Ainda no município de Bento Gonçalves, Hilário José de Barcellos recomenda a Borges a nomeação da professora Amália Etchegoyen para a aula de Vista Alegre (em Vacaria), afirmando que o coronel Carvalho Jr. (intendente de Bento Gonçalves) se interessa por essa recomendação.⁵⁴² Não sendo atendido, reforça o pedido para a nomeação da professora Amália Etchegoyen quatro meses após a primeira carta.⁵⁴³

Em alguns municípios ocorriam conflitos de interesses entre os diretores da Instrução Pública e os coronéis locais, devido a ingerência destes no âmbito da educação. A centralização foi marca registrada da educação no Rio Grande do Sul da República Velha. Conforme afirma Berenice Corsetti:

A abordagem da organização social rio-grandense remeteu também à análise de um de seus componentes da maior relevância: a autoridade definida central e verticalmente. A hierarquia e a centralização foram sua marca registrada: a suprema direção do ensino competia ao Presidente do Estado, que a exercia por intermédio do Secretário do Interior e Exterior. Subordinado hierarquicamente a ambas as autoridades, estava situado o Inspetor Geral da Instrução Pública, responsável pela imediata direção e inspeção do ensino, do qual dependiam todos os inspetores, os diretores, os professores e demais funcionários do setor. Essa estruturação manteve-se quase inalterada até o final da década de 1920, tendo sido modificada no período de 1911 a 1927, período em que ficou suprimida a Inspetoria Geral da Instrução Pública, tendo sido extinto o cargo de Inspetor Geral. Nessa fase, o serviço foi entregue à Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior, o que provocou uma ainda maior centralização nesses anos.⁵⁴⁴

Os representantes do governo estadual eram os Inspectores da Instrução Pública das sete regiões escolares do Estado. Esse posto era de suma importância para o controle da educação nas regiões, bem como para a escolha e acomodação de professores em determinados locais, em um modelo marcado pela centralização administrativa, já que este “*sistema era complementado com as visitas dos inspetores escolares, cercando a escola de uma vigilância permanente, com economia significativa de recursos*”.⁵⁴⁵

Aqui cabe mencionar dois deles, que tiveram grande importância política na RCI: Lúcio Cidade, responsável pela 3ª Região Escolar, sediada em Montenegro, que teria grande influência e inimizades políticas em Bento Gonçalves; além de José Penna de Moraes,

⁵⁴² Carta de Hilário José de Barcellos a Borges de Medeiros (n. 380, 22/10/1905 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵⁴³ Carta de Hilário José de Barcellos a Borges de Medeiros (n. 382, 22/02/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁵⁴⁴ CORSETTI, Berenice. *Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)*. In: *Cadernos de Educação*. Pelotas: Faculdade de Educação/UFPel, n. 31, julho/dezembro 2008, p. 67.

⁵⁴⁵ CORSETTI, Berenice. *Op cit.*, p. 68.

responsável pela 4ª Região Escolar em Santa Maria, tendo sido, posteriormente, intendente municipal de Caxias, no período de 1912 a 1924.

Estes postos do funcionalismo eram disputados pelos coronéis, já que a nomeação de professores e a criação de aulas eram essenciais para a manutenção do poder de um coronel nos distritos coloniais.

Além de servir como fonte de renda para correligionários fiéis, representava uma forma de prestígio, pois os pedidos de prováveis eleitores seriam satisfeitas com essas nomeações, assim como o professor serviria como um “elo de ligação” entre o poder e as comunidades:

É importante referir também que muitos professores constituíram-se em um elo de ligação entre as autoridades políticas e as comunidades. Representações, ofícios, formação de comissões para angariar uma determinada condição ou melhoria almejada pelo grupo foram, em muitos casos, atos liderados pelos professores. De outro modo, também foram eles que, em sua maioria, assumiram o ensino do catecismo e, a partir daí, conseguiram o apoio por parte dos padres na sua atuação junto às comunidades. Se o padre foi muito respeitado, ouvido e temido pelas famílias, de certa forma o foi, também, o professor.⁵⁴⁶

O setor educacional na RCI, e não apenas nela, foi campo de constantes disputas a repercutir nas relações de poder coronelistas, que pretendiam inserir nesta área elementos de sua confiança, assim como cooptar para seus propósitos políticos a população colonial. Nesse sentido, afirma o intendente de Guaporé, Agilberto Atílio Maia, ao tratar com Borges sobre o lançamento da pedra fundamental do edifício da nova Intendência Municipal, cujo prédio anterior seria reformado para a instalação e funcionamento de um Colégio Elementar:

Esse estabelecimento aqui será de vantagens reais e incalculáveis. Neste município, como V. Ex. não ignora, o elemento proeminente é o italiano que, em grande maioria conserva o idioma pátrio transmitindo-o aos filhos (...) e só, pendo eu, pela difusão do ensino se poderá de modo mais fácil e mais seguro abrasileirar os netos da gloriosa pátria de Carrara.⁵⁴⁷

As problemáticas suscitadas nesse trabalho corroboram com a percepção de que há muito a ser desvelado sobre as relações de poder coronelistas no Rio Grande do Sul. Estudos sobre o funcionalismo público na República Velha gaúcha, por exemplo, ainda estão por merecer análises mais aprofundadas.

⁵⁴⁶ LUCHESE, Terciane Ângela & KREUTZ, Lucio. *Memórias (auto)biográficas de docentes da Região Colonial Italiana do RS: o caso de Alice Gasperin e Elvira Dendena*. In: *Revista Educação Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, vol. 14, n. 1, janeiro/abril 2010, p. 50.

⁵⁴⁷ Carta de Agilberto Atílio Maia a Borges de Medeiros (n. 2468, 20/04/1915 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

Amplamente se pode observar o *habitus* próprio ao sistema coronelista através das práticas coercitivas, pelas trocas de favores e pelas relações de cunho clientelista. Assim, escreve o intendente de Antônio Prado, Innocencio de Mattos Miller: “*tomo a liberdade de solicitar a bem da política local a nomeação do cidadão Diner Vieira de Lemos, para o cargo de Juiz Distrital desta Vila e tenho interesse que este pedido seja atendido com a máxima brevidade*”.⁵⁴⁸

Devido seu caráter subjetivo, as cartas expõem os posicionamentos e as experiências individuais como reflexos de um grupo político e social, que tão bem caracterizam as individualidades observadas na pesquisa histórica. O mesmo autor continua: “*Terminando, rogo a V. Ex. – com o máximo interesse – empenhar-se pela exoneração, o mais breve possível, do atual coletor federal Edmundo D. Oliveira, cujo proceder entre nós torna-se cada dia mais digno de censura*”.⁵⁴⁹

O clientelismo e a necessidade de concessões e benefícios do poder público eram presença constante na correspondência, por meio de pedidos de transferências, nomeações e apadrinhamentos, do patrimonialismo, do nepotismo e do acúmulo de cargos públicos. Contudo, imprescindível para a análise do coronelismo, é a razão da solicitação, como afirma José Murilo de Carvalho, o “*que a correspondência traz de mais importante, no entanto, não são os pedidos em si mas suas justificativas. São elas que nos revelam a razão clientelista, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos*”.⁵⁵⁰

A extensão do fenômeno clientelista e sua presença na política e na sociedade é observada em mais um pedido do intendente Mattos Miller que, em outra carta, registra:

Saúdo afetosamente a V. Ex. Esta por fim consultar-vos quanto a uma pretensão. E vendo o atual Notário desistir do cargo, venho por intermédio desta ouvir a vossa opinião quanto a minha nomeação para o referido cargo. O motivo de minha pretensão é ser por demais exíguos os meus vencimentos como intendente. Dado a minha nomeação os serviços administrativos não sofrerão, porque não irei exercer o cargo e sim um ajudante. Aguardando de V. Ex. a solução que rogo ser com a possível brevidade.⁵⁵¹

⁵⁴⁸ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0143, 17/08/1901 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵⁴⁹ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0147, 19/11/1905 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁵⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, p. 94.

⁵⁵¹ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0155, 03/12/1913 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS). Este coronel foi, com certeza, um dos maiores pedintes de favores a Borges. Sobre a tipologia dos “pidões” (o chato insistente, o exigente, o arrogante, o chorão, o tipo modesto, o prático), conferir CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio

Nessas cartas, o coronel Mattos Miller chega a estipular prazos para suas solicitações serem atendidas “*o mais breve possível*”, ou “*com a possível brevidade*”, ao manifestar seu interesse que estes pedidos sejam consentidas “*com a máxima brevidade*”; o que seguramente pode inseri-lo na classificação dos “*pedintes arrogantes*” de José Murilo de Carvalho. Segundo este autor, “*o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção*” evidenciam a amplitude do clientelismo, cuja “*prática era tão condenada quanto arraigada*”.⁵⁵²

Invariavelmente esses pedidos eram encaminhados por membros do PRR, que solicitam favores sustentados no argumento de o estarem fazendo pelo “*bem da política local*”. Mesmo alguns líderes locais manifestavam sua contrariedade com tais práticas, o que não significa afirmar que não as usufruíam, como é o caso de João Marques da Silva Porto:

A criação de distritos e empregos para empregar parentes afilhados; a falta de urbanidade com o povo; a ponto de não receber os colonos diretamente; as perseguições e falsidades e até calúnias; as finanças do município arruinadas de maneira espantosa são a causa do isolamento em que se acha o Sr. Dr. Leivas.⁵⁵³

Contrário a explosões pela imprensa; acostumado a muito meditar antes do emprego dos meios que a lei faculta ao Cidadão para, dentro dela, promover a repressão dos atos injustos e até criminosos emanados de autoridades que, em vez de Juizes, constituem-se verdadeiros perturbadores da ordem e da tranquilidade do Cidadão (...) venho pela segunda vez à presença de V. Ex. esclarecer o procedimento pouco digno dos Srs. Vice-intendente e seu tio, o delegado de polícia, referente à indigna farsa que tem tentado preparar e executar contra minha pessoa.⁵⁵⁴

Por meio das cartas comprova-se a efervescência das atividades políticas, ratificando um longo percurso de agitações, desavenças e disputas, a desmitificar a imagem do PRR como um bloco monolítico, evidenciando a permanentemente ocorrência de cisões políticas que fracionavam o partido ao nível dos poderes locais, muitas vezes levadas a cabo por lideranças religiosas. Afirmava o coronel Innocencio de Mattos Miller:

Tenho tido conhecimento por pessoa fidedigna que o padre Carmine [Fasulo], em Caxias, tem se envolvido em política por forma diversa da que devemos adotar. (...) Outra coisa não posso crer que seja senão o afastamento dos eleitores da eleição e se isso se der, forçosamente será por influência do aludido padre (...). Nestas condições, julgo de meu dever mais uma vez lembrar a V. Ex. a conveniência de conseguir a remoção do padre Carmine para fora das colônias vizinhas se possível for, para cujo resultado muito confio em V. Ex.⁵⁵⁵

de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, p. 83-117.

⁵⁵² CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 84.

⁵⁵³ Carta de João Marques da Silva Porto a Borges de Medeiros (n. 10442, 02/01/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS), referindo-se as contrariedades do intendente municipal João Leivas de Carvalho.

⁵⁵⁴ Carta de João Marques da Silva Porto a Borges de Medeiros (n. 10444, 28/02/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁵⁵⁵ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0151, 13/02/1907 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

Essas lutas simbólicas, que tem como palco o campo político, como espaço social de produção e reprodução do poder, propiciam que venha à tona a fala dos grupos sociais, na representação dos espaços formais de participação política, assim como evidenciar “*a dimensão sociológica e cultural do clientelismo*”.⁵⁵⁶

Muitas vezes as falas das facções, através de seus representantes autorizados, procuravam reafirmar a Borges sua fidelidade partidária em contraposição a algum desafeto sectário, expondo as normas das lutas políticas e pessoais no interior do PRR. Assim procede o coronel Albano Coelho de Souza, de Alfredo Chaves:

V. Ex. sabe perfeitamente (...) que sou muito republicano e patriota, que tenho verdadeira orientação política, fiel ao extremo ao meu chefe que é V. Ex.; mas que sacrifiquei tudo pela República e que vejo aqui o esfacelamento do partido e o adversário ganhando terreno, como muito breve há de ver-se nas eleições.⁵⁵⁷

Estes indivíduos e grupos apresentavam posicionamentos e funções sociais diferenciadas. Isto é comprovado quando indicam os elementos de confiança e aqueles perigosos ao poder local e à harmonia partidária; de modo que o respeito à hierarquia, mito criado em torno do PRR, tornou-se letra morta, pois “*não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes*”, como afirma Bourdieu.⁵⁵⁸

É possível observar, nas cartas, a representação de espaços propícios à política borgista, bem como de certas localidades que lhe escapam ao controle, tornando nítida a perspectiva de uma certa inacessibilidade de ação.

Pedidos de “*pacificação*” de tais locais por qualquer meio tornam-se, na visão dos remetentes, quase uma obrigação de Borges, como dá a entender o médico Attilio Giurolo: “*Impedir que sucedam mais escândalos, com oportunas providências no pessoal administrativo, policial e judiciário da Colônia e iniciar assim uma nova era de tranquilidade e de paz é quanto de V. Ex. se requer*”.⁵⁵⁹

Neste momento cabe lembrar a atuação de Celeste Gobbato à frente da Intendência de Caxias (de 1924 a 1928), considerado um período de “*harmonia entre as tendências*

⁵⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op cit.*, p. 85.

⁵⁵⁷ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10436, 16/10/1905 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁵⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 196.

⁵⁵⁹ Carta do médico-cirurgião e agente consular Attilio Giurolo a Borges de Medeiros (n. 10423, 08/12/1903, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

*oposicionistas das elites, necessária ao bom andamento das atividades econômicas e à tranquilidade política”, por ter “a condição que nenhum outro Intendente anterior possuía: era italiano e comungava das posições político-ideológicas do partido no poder”.*⁵⁶⁰

No entanto, sua administração foi marcada pelo afastamento de antigos detentores do poder e por acusações que afirmavam estar Gobbato agindo “sozinho” na administração municipal, o que motivou o surgimento de uma forte oposição ao seu governo.⁵⁶¹

Segundo Maria Abel Machado, mesmo que a administração de Gobbato tenha sido uma das mais profícuas do município, devido à sua preocupação com os problemas básicos de infraestrutura da cidade ligados ao desenvolvimento urbano,⁵⁶² também ele teve de barganhar politicamente com a oposição de parte do PRR local. Gobbato escreve a Borges:

Eis-me ainda no cumprimento de um dever de chefe político, ouvindo e transmitindo pedidos de elementos adversários, que são expoentes de prestígio na oposição. Refiro-me especialmente aos Srs. cel. Tancredo Áppio Feijó e Dante Marcucci, cujas mentalidades políticas já podemos certamente contar, o que é muito confortador.⁵⁶³

Até mesmo por ter sofrido oposição ao seu governo, Gobbato não se esquivou de enviar a Borges de Medeiros dados sobre a inépcia de seus antecessores no trato e na subestimação das oposições em Caxias. Isto se refletia no absurdo das fraudes eleitorais, a comprovar o descrédito dos líderes políticos locais diante da população, principalmente aquela dos núcleos coloniais:

Alguns meses antes da realização do pleito de 1922, para Presidente do Estado, esboçou-se nesta cidade um movimento de oposição, precipitado pelo meu distinto antecessor, que refletiu por afinidade no governo de V. Ex., culminando no dia da votação, devido a não entrega dos títulos dos eleitores, apesar das promessas formais do então chefe político. (...)

⁵⁶⁰ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001, p. 212-216.

⁵⁶¹ Cf. ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 88-109.

⁵⁶² MACHADO, Maria Abel. *Op.cit.*, p. 226.

⁵⁶³ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1405, 20/10/1926 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em anexo a esta carta encontram-se mensagens enviadas a Gobbato por parte de algumas lideranças caxienses, cujo conteúdo revela como a troca de favores poderia levar a concórdia no campo político local. Em uma carta de Dante Marcucci (datada de 19/10/1926) que, juntamente com o cônego Meneguzzi e com Rômulo Carbone, pede a Celeste Gobbato a nomeação de José Balen para o cargo de oficial do Registro de Imóveis de Caxias, lembrando telegrama de Tancredo Feijó (de 03/09/1926) fazendo o mesmo pedido, reforçado por carta (todos endereçados a Gobbato) do próprio José Balen (de 11/10/1926), que afirma: “*Cumprir notar, Dr. Gobbato, que com o pleito de 3 de maio sessou a minha atuação de oposicionista na política local, e desde então, venho acompanhando e auxiliando a atual administração. Creio, com sinceridade, que, se o prezado amigo atender o pedido do cel. Feijó, cessará a interferência deste no seio do oposicionismo local*”.

O comparecimento às urnas nessa eleição foi deveras insignificante, tendo-se apresentado uns 500 eleitores oposicionistas e poucos republicanos e amigos do Cel. Penna de Moraes, que votaram diversas vezes (cita-se o caso do ex-funcionário municipal C. Finco que votou cerca de 40 vezes). (...)

Companheiro bem informado que naquele ano, como hoje, cuida dos papéis eleitorais do município e que é perfeito conhecedor das votações, pode assegurar que na eleição de 1922, compareceram no 1º. Distrito (cidade) no máximo 50 eleitores, no então 2º. Distrito (Nova Trento) e no 4º. Distrito (Nova Pádua) compareceram, de fato, respectivamente, 60 e 30 eleitores.

O resultado oficial, entretanto, consignou para o nosso partido, no 1º. Distrito 716 votos, no 2º. 561 e no 4º. 246. Argumenta o mesmo companheiro, no que concordam outros bons republicanos locais que, se a votação total deu 2419 votos, repartidos em 500 para a oposição e 1919 para o nosso partido, na realidade não votaram mais de 1000 eleitores.

A respeito dessa eleição, está no domínio público o que se deu na mesa de Nova Trento, na presença do fiscal oposicionista Dr. Eurico Lustosa, onde o então escrivão Jacob Calegari, repentinamente acresceu de 500 cédulas o maço de cerca 60 votos republicanos. Nas eleições de 3 de maio de 1924, a despeito da presença do Ilustre republicano Dr. Otávio Rocha, que tinha amplos poderes, o partido conseguiu somente 1015 votos contra 1773 adversários.⁵⁶⁴

Este fato comprova que as fraudes eleitorais na RCI tornavam-se mais constantes quando a oposição apresentava-se organizada e forte, de forma que a intensidade das farsas dependia da existência ou não de grupos em conflito. Conforme Gobbato:

Acresce que na minha chegada em Caxias, 12 de outubro de 1924, o partido dominante era indubitavelmente o oposicionista, contando-se não mais de 100 eleitores verdadeiramente de acordo com o situacionismo, pois os outros divergiam em maior quantidade da chefia política local e administrativa. Para a região colonial a melhor propaganda política, como é notório a V. Ex. é, além de dispensar justiça, fornecer escolas e atender às vias de comunicação.⁵⁶⁵

As fraudes eleitorais ocorridas durante o governo de Gobbato, relatadas por ele próprio, comprovam que não houve harmonia no PRR de Caxias, durante sua administração:

A 12 de agosto de 1924 (primeira eleição do atual município de Caxias) na eleição para intendente, vice e conselheiros municipais, compareceram de fato às urnas 789 eleitores, ao passo que oficialmente foi dado o resultado de 1127 unidades.

Em 15 de março de 1925, nas eleições para deputados estaduais, compareceram 33 eleitores da oposição e não mais de 1000 republicanos, apesar da ativa propaganda despendida para o bom sucesso da votação. Oficialmente, porém, resultou para o nosso partido 2379 votos.

Finalmente, na última eleição de 1º. de março corrente, sobre 1976 votos dados oficialmente, é necessário calcular que 500 não foram verdadeiros, pois na realidade compareceram às urnas 1477 eleitores, inclusive um mesário federalista.⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ Carta do intendente municipal da Caxias Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1404, 19/03/1926 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁵⁶⁵ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1404, 19/03/1926 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁵⁶⁶ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1404, 19/03/1926 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

As fraudes, coerções e perseguições políticas invariavelmente presentes em períodos eleitorais evidenciavam o papel desempenhado pelos coronéis. Tais coronéis, ao utilizar a máquina pública para comprimir as populações coloniais aos seus interesses partidários, usavam da coerção para atingir seus objetivos, o que nem sempre surtia o efeito esperado, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 10: Disparidade entre votos oficiais e reais em Caxias.

Ano	Eleição para	Número de votos			Número de eleitores	
		Republicanos		Adversários	Oficiais	Reais
		Oficiais	Reais			
1922	Presidente da República	3069	2300	6	3500	?
1922	Presidente do Estado	1919	500	500	3500	?
1924	Senadores	1015	1015	1773	4526	4525
1924	Intendente Municipal	1127	789	—	3625	3625
1925	Deputados Estaduais	2379	1000	132	3625	2800
1926	Presidente da República	1976	1477	1	3425	2500

Fonte: tabela feita pelo intendente municipal da Caxias Celeste Gobbato e inserida por ele na carta enviada a Borges de Medeiros, datada de 19 de março de 1926 (n. 1404 – ABM/IHGRGS).⁵⁶⁷

A subjetividade da correspondência deve ser compreendida não apenas a partir dos fatos narrados, mas através da perspectiva assumida pelo registro e como seu autor a expressa. A análise crítica exigida por essa documentação deve levar em consideração as relações estabelecidas do autor com o receptor da carta, a quem ela se dirige.

Ao indicar as reivindicações e as razões pelas quais são formuladas, elas revelam os valores e as percepções sobre as quais se assentava o coronelismo e as práticas clientelistas no Rio Grande do Sul. As representações sociais contidas nas cartas possibilitam perceber como apresentava-se o campo político, ao indicar “*que o patronato era elemento importante no exercício do poder, esperado pelos favorecidos, aceito pelos que o exerciam*”.⁵⁶⁸

⁵⁶⁷ Segundo dados obtidos no material pesquisado e organizado por Sérgio da Costa Franco na correspondência passiva de Borges de Medeiros, o resultado da eleição de 1924 para Senador, em Caxias a oposição venceu, mas por outra contagem de votos, tendo Assis Brasil conseguido 1790 votos, ao passo que João Vespúcio de Abreu e Silva obteve 1017 votos. Costa Franco obteve tais dados a partir de informações dos chefes políticos locais (ABM/IHGRS), contendo os resultados das eleições federais de 1910, 1919, 1922 e 1924, além dos pleitos estaduais de 1907 e 1922), fazendo parte de um conjunto que englobou 72 municípios rio-grandenses. Material gentilmente cedido pelo professor René E. Gertz. Nesta mesma eleição de 1924, além de Caxias, o situacionismo borgista amargou derrotas em outros municípios coloniais: Antônio Prado (310 votos para Assis Brasil e 217 para Vespúcio) e em Garibaldi (534 para Assis e 473 para Vespúcio).

⁵⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista...*, p. 92.

Convém não esquecer que todo discurso está situado em um plano de limitações e condicionamentos sociais, políticos e ideológicos conferidos, neste caso, pelo *habitus* coronelista, pois o estudo da correspondência evidencia as justificativas das exigências realizadas, “*que nos revelam a razão clientelista, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos*”.⁵⁶⁹

Na análise das lutas políticas expressas nas cartas há a possibilidade de observar o personalismo do confronto discursivo e suas representações acerca do campo político, ao estabelecer ou desfazer alianças ou divergências, ao criar categorias e modos de pensar, enfim, ao revelar um possível viés para a percepção de determinados aspectos da realidade de espaços sociais contextualizados. Nessas cartas é possível compreender as relações de poder articuladas em torno de estratégias, conflitos, alianças, desavenças, favorecimentos que poderiam satisfazer ou desagradar aqueles personagens inseridos nos mecanismos do poder e dependentes das práticas do sistema coronelista.

Essas redes de sociabilidade permitem avaliar o coronelismo através de relações situadas em espaço privado e refletidas no espaço público por meio da troca de favores, do clientelismo e do apadrinhamento que caracterizam o coronelismo.

⁵⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista...*, p. 94.

4 FACÇÕES CORONELISTAS REGIONAIS EM CONFLITO

Neste capítulo serão trabalhadas as fontes coletadas, tomando por base a identificação das facções do coronelismo regional e a ocorrência de períodos de agitação nas relações de poder entre o borgismo e determinadas lideranças regionais, especialmente no momento de emancipação das colônias até o conturbado contexto da eleição estadual de 1907.

Ou seja, se prestará maior atenção ao período que correspondeu à instalação e consolidação do PRR no poder estadual, em uma fase de ajustes e acertos permeada por duas crises após a revolução federalista: uma ocasionada pela morte de Júlio de Castilhos e a outra decorrente da disputa eleitoral envolvendo Carlos Barbosa e Fernando Abbott.

Este período de institucionalização do projeto republicano (1889-1895) foi seguido por um breve espaço de hegemonia castilhista (1895-1903) mas, após a morte de Castilhos, decorre um momento de crise política em nível estadual (1903-1907), que se reflete na RCI. Importantes lideranças partidárias, como Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado, passaram a questionar a pretensão de comando unipessoal de Borges de Medeiros sobre o partido e sobre o poder executivo estadual, que se pretendia herdeiro do carisma e da liderança incontestada de Júlio de Castilhos.⁵⁷⁰

Além de invocar uma continuidade com o castilhismo segundo os propósitos borgistas, o que desencadeará a cisão do PRR em 1906 e 1907, passa a ser construído o mito de que “*a unidade partidária e a legitimidade de mando conferida a Borges de Medeiros passam diretamente pela menção ao nome e à grandeza de Castilhos*”.⁵⁷¹

Neste momento dá-se a construção do mito historiográfico de inexistência de coronelismo naquela região, como se sua população não possuísse voz ativa de contestação ao

⁵⁷⁰ Sobre a construção mítica de Júlio de Castilhos conferir: FÉLIX, Loiva Otero. *A Fabricação do Carisma: A Construção Mítico-Heroica na Memória Republicana Gaúcha*. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio Pereira (orgs.). *Mitos e Heróis: Construção de Imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 141-160; ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do Gaúcho: História e Mitificação*. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

⁵⁷¹ QUEIROZ, César Augusto Bubolz. *A Questão Social no Rio Grande do Sul: Positivismo, Borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna*. In: *Revista Mundos do Trabalho* - Publicação Eletrônica Semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH. v. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, p. 107. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/6188/9169>. Acesso: 14/08/2010.

modelo político dominante no Rio Grande do Sul. Em um período de afirmação do controle de Borges de Medeiros sobre a região e o estado, as colônias passam a serem referidas como fortalezas eleitorais do oficialismo borgista, o que serviu para ocultar os conflitos locais e os interesses divergentes.

Contudo, a presença de acirradas relações de poder coronelistas não confirma a passividade política na RCI, pois a problematização do processo histórico evidencia o questionamento da unidade interna do PRR, desmitificando o seu discurso como não correspondente à sua prática política, o que se refletiu na produção historiográfica.

A existência de conflitos coronelistas na RCI, contribui para um processo de desconstrução de alguns mitos políticos ainda arraigados na historiografia.⁵⁷² As reclamações dos grupos de pressão regionais e locais, pautavam-se invariavelmente por demandas de ordem econômica, em detrimento de questões de âmbito político ou ideológico.

Convém pontuar que nem todos os imigrantes e seus descendentes posicionaram-se politicamente a favor dos castilhistas/borgistas ao longo da República Velha, ou sequer possuíram um posicionamento ideológico uniforme, pois como refere Thales de Azevedo: “*Ainda que pareça haver entre os colonos maior inclinação a favor dos castilhistas, a zona italiana não é unânime*”.⁵⁷³

Os colonos, à medida do possível, procuravam manter-se afastados das disputas políticas regionais, o que nem sempre foi possível, pois encontravam-se inseridos naquele conturbado contexto de início da República. Conforme observado nas fontes históricas, o engajamento foi uma constante, como bem informam os versinhos citados por Mário Gardelin, que fazem referência ao período da revolução federalista na RCI: “*Maragato e pica-pau/São uma tropa de ladrão!/Maragato rouba arma!/Pica-pau munição*”.⁵⁷⁴

Isso não significa afirmar que imigrantes italianos e descendentes não tenham participado do conflito, nem que a RCI tenha se mantido permanentemente em paz e ordeira, conforme a proposta do PRR. Existem evidências da existência, inclusive, de um batalhão

⁵⁷² Ainda no período imperial ocorrem na RCI do Rio Grande do Sul vários conflitos entre os próprios imigrantes e destes em relação aos diretores das colônias e às forças policiais, como se pode observar em: LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de Poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias de Conde D’Eu, Princesa Isabel, Caxias e Alfredo Chaves: 1875-1889*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001, p. 125-154.

⁵⁷³ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975, p. 250.

⁵⁷⁴ GARDELIN, Mário. *A região colonial italiana no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Veritas*. Porto Alegre, PUCRS, ano XVIII, n. 71, setembro de 1973, p. 277.

“*brasilico-italiano*” lutando ao lado dos federalistas, que seria constituído por cerca de cinquenta homens oriundos da colônia Alfredo Chaves.⁵⁷⁵

Alguns grupos sociais faziam esforços para “*manterem-se afastados do conflito o que, por outro lado, os levava a terem uma participação indireta na revolução*”, sendo que estes mesmos grupos, “*representados principalmente pelos habitantes das áreas coloniais, em muitos casos tiveram que se organizar para resistir a ação, tanto de maragatos como de chimangos*”, ou mesmo engajando-se nas tropas federalistas, devido ao pretense descaso por parte do governo castilhista.⁵⁷⁶ Este engajamento em uma das facções em conflito pode ser observado no depoimento de Helena Amatêa, descendente de imigrantes italianos:

Em 1890, Silveira Martins e Júlio de Castilhos arrumaram com que litigar por causa da República, porque um queria de um jeito e outro de outra maneira, e, para resolver tal questão puseram-se em Revolução. Ajuntaram gente, os que quisessem se alistar nos seus clubes, nos seus partidos, depois andavam pelas cidades esses tipos brutos e onde chegavam, faziam fogo e mortos. (...) Alistavam-se também italianos. Havia aqui castilhistas e muitos chefes de família se haviam ligado à revolução. Nos federalistas a mesma coisa (...). Participavam livremente, porque haviam sido prejudicados em alguma coisa, então por vingança ligavam-se a um ou outro partido.⁵⁷⁷

Em comunicado do intendente de Bento Gonçalves, coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, ao Presidente do Estado, mais uma vez se evidencia a participação de imigrantes e descendentes no conflito. Refere-se ao assassinato do imigrante Giovanni Fanini, nas proximidades da sede da ex-colônia Conde d'Eu, em fevereiro de 1894, “*por quatro ou cinco revolucionários capitaneados por um célebre Tenente Lorenzoni*”, que, segundo consta, “*em companhia de outros camaradas na maioria de origem italiana, cometeu o infame assassinato*”.⁵⁷⁸

Em nenhuma hipótese se afirma que nas áreas de colonização os conflitos decorrentes da revolução federalista refletiam tão somente problemáticas externas àquele contexto, mas,

⁵⁷⁵ GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A revolução federalista em Cima da Serra: 1892-1895*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p. 46.

⁵⁷⁶ SILVA, Márcio Antônio Both da. *Notas sobre a Revolução Federalista: o Norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895*. In: *Usos do Passado - XII Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: ANPUHRJ, 2006, p. 5.

⁵⁷⁷ Citado por: BATISTEL, Arlindo Itacir & COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comida e estórias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982, p. 334.

⁵⁷⁸ Citado por: FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 54. Na mesma página, os autores citam recorte de *A Federação*, de 17 de maio de 1894: “*A região colonial, núcleo de trabalho, paz e ordem, transformada em núcleo de rapinagens e crimes de miseranda e infame maragatagem, volverá em breve aos seus dias felizes de progresso e atividade industrial, restabelecidos pela coragem, bravura e patriotismo dos cidadãos que estão restabelecendo a duradoura paz naquela região*”.

ao contrário, muitos imigrantes e seus descendentes participaram dela se inscrevendo em um dos lados em confronto e expondo, assim, as divergências locais.⁵⁷⁹ Conforme atesta o relato de Júlio Lorenzoni:

As colônias também muito sofreram as funestas consequências da revolução, porém, em algumas comunidades, os prejuízos limitaram-se à perda de vacas, cavalos e outros animais. (...)

Na Vila de Alfredo Chaves, então ainda Colônia não emancipada, achava-se aquartelado o General Palmeiro, comandante de um grupo de forças revolucionárias, cerca de quinhentos homens, dos quais faziam parte muitos italianos, comandados pelo Coronel Vicente Decusati, os quais estavam acampados no passo do rio das Antas, Pascoal Corte e ao longo da terceira seção, na margem esquerda do dito rio das Antas.

Por várias semanas, uma parte destes homens esteve alojada na casa do colono tirolês Gaspar Cainelli, que ocupava o último lote da Linha Geral. Da mesma força faziam parte o advogado Domingos Mincaroni, como secretário, e o advogado Antônio Tagliari Filho, como capitão. (...)

No dia vinte de novembro de 1893 chegava a esta Vila uma força revolucionária, comandada por um alemão, da Linha Figueira de Mello, município de Garibaldi, e dessa força faziam parte muitos tirolezes, entre estes o capitão Antônio Manica, cognominado “Picciola”.⁵⁸⁰

Sobre esta revolução na RCI, em 30 de junho de 1894 Caxias é invadida por 400 revolucionários comandados por Belisário Baptista de Almeida Soares, que, auxiliados por “*revolucionários italianos ou tirolezes residentes na sede*”,⁵⁸¹ saquearam o comércio e atacaram edifícios públicos, fazendo com que a população procurasse refúgio na zona rural do município. Conforme Maria Abel Machado:

No ano de 1894 o Intendente teve de enfrentar um dos momentos mais difíceis de seu governo, pois em 30 de junho a “Villa” foi invadida por uma força de revolucionários federalistas, composta por mais de 400 homens, sob o comando de Belisário Baptista de Almeida Soares, chefe político da Região de Cima da Serra, que saqueou inúmeros estabelecimentos comerciais e investiu contra os edifícios públicos, chegando a executar o Chefe do Partido Republicano local, Tenente-coronel Miguel Antônio Dutra Netto. Um contingente do 44º Corpo da Guarda Nacional, comandado por Francisco Antônio Alves, procurou fazer a defesa da “Villa”, enquanto a população abandonava suas casa em busca de abrigo no interior. Somente em 3 de julho chegaram os reforços compostos de parte do 30º Batalhão de

⁵⁷⁹ Conferir: GERTZ, René E. *Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã*. In.: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993, p. 115-121.

⁵⁸⁰ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um Imigrante Italiano*. Porto Alegre, Sulina, 1975, p. 192-194.

⁵⁸¹ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: São Miguel, 1963, p. 375. Este autor cita que um dos líderes da coluna invasora seria o “italiano” José Nicoletti e um dos motivos da invasão a Caxias seria a captura e posterior execução do pai do tesoureiro do município, Paulino Dutra, estando entre os prédios incendiados a delegacia de polícia, a casa do fiscal da Comissão de Terras, a residência e a casa de negócios de Rodolfo Laner, onde também se instalavam o Correio e a Coletoria; a comprovar que as autoridades republicanas, especialmente aquelas ligadas ao fisco, eram os principais alvos dos revoltosos, estando questões de ordem econômica sobrepostas àquelas de caráter ideológico.

Infantaria e 20º Corpo da Guarda Nacional de Mostardas, comandados por Benjamim Moreira Alves, restabelecendo a ordem e a tranquilidade e garantindo o retorno da população aos seus lares.⁵⁸²

O revanchismo também fez-se presente em Caxias, como no restante do estado, “*a anarquia e a animosidade reinavam no espírito dos habitantes*”, sendo que “*muitos dos quais faziam ostentações de influências políticas*”.⁵⁸³ Conforme menciona Núncia Santoro de Constantino:

Esses imigrantes não só conheciam os difíceis caminhos, como conheciam aqueles colonos que eram adeptos dos pica-paus e que, por isso, acabaram sofrendo violências. Quando dias depois, a sede do município foi retomada pelos castilhistas, houve revanche por parte de policiais que, dessa vez, atingiram os colonos identificados como maragatos.

Em Alfredo Chaves houve brutal ataque dos maragatos, como represália pelo fato do vigário italiano ser declarado adepto dos pica-paus.⁵⁸⁴

Cita Spadari Adami que, em 6 de dezembro de 1893, um colono chamado Giovanni Piazza escreveu ao delegado de polícia do 2º distrito de Caxias, Nova Trento, informando sobre a existência de “*dois defuntos*”, encontrados na “*estrada que vai para Antônio Prado*”, pessoas que teriam sido “*mortas por uma força regular que veio a este lugar*”.⁵⁸⁵

Passado o período revolucionário, continua o processo de integração e cooptação da RCI ao projeto do PRR. O partido ampliou sua base política no estado, ao incorporar aos quadros partidários os setores comercial e industrial da região, sem que afetasse os interesses do setor pecuarista,. Desta maneira, os elementos que irão “*compor os grupos secundários de menor expressão, os imigrantes e seus descendentes, presentes no comércio e na indústria*”, terão suas reivindicações atendidas “*dentro de um contexto predominantemente agropecuarista*”, podendo inclusive “*alcançar cargos na estrutura política vigente, desde que se mostrem defensores da ordem estabelecida*”.⁵⁸⁶

⁵⁸² MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul: 1875-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 156-157.

⁵⁸³ ADAMI, João Spadari. *Op cit.*, p. 5.

⁵⁸⁴ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianos no processo revolucionário*. In: FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: A revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 79. Segundo a mesma autora (p. 80): “*Por via diplomática haviam sido elencadas cerca de 400 reclamações de súditos italianos que levariam ainda algum tempo para serem discutidas. Ora eram reclamações de violências contra a pessoa de súditos ou às suas propriedades; ora eram questões pendentes relacionadas a requisição de gado e a recrutamentos obrigatórios*”.

⁵⁸⁵ ADAMI, João Spadari. *Op cit.*, p. 381.

⁵⁸⁶ PESAVENTO, Sandra. *O imigrante na política rio-grandense*. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 171. Esta mesma autora pontua, em outro trabalho, que “*o interesse do governo (...) atendia a preocupações de ordem econômica (formas alternativas de dinamização da economia estadual e, principalmente, das exportações gaúchas) e de natureza política (aumento da área de penetração do PRR na zona colonial e reforço das alianças*

Em relação aos interesses dos pequenos proprietários rurais, estes somente serão atendidos quando suas reivindicações estiverem de acordo aos interesses de comerciantes ou industrialistas (vias de escoamento para a produção colonial em direção aos mercados consumidores, por exemplo)⁵⁸⁷ ou, então, quando possam causar constrangimentos à política partidária republicana, especialmente em períodos eleitorais. Afirma Maria Abel Machado:

Para que fosse assegurada a eficiência do sistema produtivo da Colônia, um grupo de comerciantes assumiu a responsabilidade da circulação das mercadorias, monopolizando o transporte até os armazéns dos comerciantes teuto-brasileiros. Dessa forma, os produtores rurais foram obrigados a entregar seus produtos aos comerciantes locais, que montaram a estrutura necessária para a sua comercialização. Através da Estrada Rio Branco, única via de comunicação com os portos do Rio Caí, era feito o transporte em pesados carroções puxados por animais, que garantiam a chegada do produtos ao seu destino, a despeito de todas as dificuldades impostas pela estrada mal conservada e pelos perigos que oferecia, decorrentes da sua topografia.

A nova atividade permitiu que se formasse uma elite de comerciantes que, graças à sua supremacia econômica, garantida através do monopólio dos transportes e do controle do crédito, passou a regulamentar a produção agrícola, estabelecendo os preços dos produtos e a oportunidade de sua produção.⁵⁸⁸

Os colonos propriamente ditos nem sempre constituíram uma massa passiva que invariavelmente seguia seus líderes, pois “*só acatavam determinados chefes quando certas promessas eram cumpridas. Portanto, a “manobra da massa” não se fazia de forma tão arbitrária assim*”.⁵⁸⁹

O próprio Júlio de Castilhos, ao visitar a RCI em 1897, afirmou que os “*laboriosos agricultores (...) nada mais pedem ao poder público do que o incremento das vias de transporte para o produto do seu trabalho perseverante*”.⁵⁹⁰ A imprensa caxiense fazia

com os grupos empresariais, base essencial de sustentação do partido). O decorrer do processo de desenvolvimento capitalista da economia do estado haveria de demonstrar que, entre a proteção ao pequeno produtor e o apoio ao grande capital, o governo optaria por este último”: PESAVENTO, Sandra. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991, p. 210.

⁵⁸⁷ Segundo o jornal caxiense *O Cosmopolita*, 01/01/1903, n. 22, p. 1 (AHMJS), a Estrada Rio Branco, única via de comunicação de Caxias com os portos do Rio Caí, seria o “*cancro que mata o comércio de Caxias*”, devido ao descaso dos fiscais do Estado e dos empreiteiros na conservação da dita via, pois “*entregue ao abandono e, portanto, a mercê do tempo, é hoje o trecho da Feliz a morte do comércio de Caxias*”, esperando os “*melhores tempos, que será o do silvar da locomotiva acoando nos pinheirais da região*”.

⁵⁸⁸ MACHADO, Maria Abel. *Empresários na busca do poder político: acordos e conflitos: Caxias do Sul, 1894-1935*. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE, agosto de 2000, p. 3-4. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s6a3.pdf>. Acesso em 17/08/2010.

⁵⁸⁹ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Op cit.*, p. 233.

⁵⁹⁰ Citado por: FORTINI, Archymedes. *O 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1952, p. 11.

campanhas por melhores condições das estradas da região, que possibilitasse um escoamento mais ágil da produção colonial aos mercados consumidores, como no caso citado abaixo:

O florescente município de Caxias, uma das zonas mais ricas do Estado, centro colonial e agrícola povoado por cerca de 30.000 habitantes, está ligado ao município de S. Sebastião do Cai pela Estrada Rio Branco, que percorre uma extensão de 66 km, sendo 37 em terras de S. Sebastião e 29 em terras de Caxias. Essa estrada é uma considerável artéria por onde se faz grande exportação de produtos coloniais, que abastecem o mercado de Porto Alegre, e é tal o trânsito de veículos que um viajante encontrou mais de 80 carretas, no curto espaço de tempo de 9 a 10 horas, que são necessárias para se fazer a cavalo o trajeto de uma vila à outra.

Ora, a Estrada Rio Branco, na parte que atravessa o território caxiense está em condições satisfatórias, devido aos esforços do senhor intendente Alfredo de Abreu, que preocupa-se sempre em introduzir melhoramentos na circunscrição territorial a seu cargo, correspondendo, deste modo, a confiança que lhe foi depositada na investidura do tão responsável cargo. A parte, porém, que percorre o município de S. Sebastião está em condições deploráveis que no curto espaço de um mês mais de 25 carretas sossobraram e outras tantas atolaram-se em tremedais profundos, vendo-se os respectivos carreteiros na aflitiva emergência de abandonarem não só os seus veículos como também a própria carga.

Ora, com tais dificuldades de transporte os colonos e negociantes exportadores sofrem grandes prejuízos, perdendo aqueles na redução dos preços e esses na lentidão com que se efetua a exportação. (...) Uma única esperança restará aos caxienses: que Santos Dumond resolva o grande problema da navegação aérea, pois assim poderão exportar seus produtos pela atmosfera, sendo livres do perigo de enterrá-los nos profundos lamaçais do município de S. Sebastião!⁵⁹¹

Tão logo as colônias convertem-se em municípios, têm início os conflitos entre lideranças locais, em uma prolongada disputa por privilégios, cargos públicos ou auxílios governamentais. Porém, isto não significa afirmar que tais conflitos não fossem, algumas vezes, decorrentes de atritos ocorridos ainda no período imperial, época cuja análise não será aprofundada deste trabalho.⁵⁹²

A colônia de Alfredo Chaves foi convertida em município no ano de 1898, por decreto do Presidente Borges de Medeiros, tendo sido nomeado como primeiro intendente o capitão Albano Coelho de Souza. Logo na primeira eleição para a Intendência surgem divergências entre os republicanos locais, como afirma o intendente em telegrama de 13 de junho de 1898:

Partido Republicano em peso aclamaram minha candidatura, sem que pedisse. Galvão [Costa] aqui, iludindo colonos, dizendo seus agentes governo mandou ele

⁵⁹¹ *O Cosmopolita*, 05/04/1903, n. 35, p. 1 (AHMJSA). Do mesmo jornal: “É desesperada a situação do comércio de Caxias; por um lado, a concorrência da praça de Taquara, que, devido a facilidade de transporte pela estrada de ferro, tem atraindo os consumidores da região serrana, e, por outro lado, a estrada Rio Branco, afugentando, os tropeiros e encarecendo as mercadorias com pesados fretes”: *O Cosmopolita*, 15/11/1903, n. 67, p. 2 (AHMJSA).

⁵⁹² Para tal propósito conferir: LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de Poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias de Conde D’Eu, Princesa Isabel, Caxias e Alfredo Chaves: 1875-1889*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

como candidato oficial, está trazendo discórdias, companheiros todos descontentes, partido telegrafou Dr. Castilhos, eleição preparada. O que devo dizer companheiros? Aguardo vossa resposta e Dr. Castilhos.⁵⁹³

Em setembro de 1899, Albano Coelho de Souza se exonera de seu cargo e, antes de ser realizada nova eleição, assume como intendente interino Pellegrino Guzzo (de setembro a dezembro de 1899). Elege-se, então Alfredo Lima, Coletor Estadual natural do município de Bento Gonçalves, que completou o mandato que seria de Albano Souza, até 1902, não sem antes entrar em conflito com o padre Mateus Pasquali e de ser acusado e condenado por peculato, como já foi mencionado no primeiro capítulo.

Albano Coelho de Souza foi reeleito para o quadriênio de 1902 a 1906, mas não concluiu seu mandato, pois em 1904, após pedir demissão do cargo, nomeia o vice-intendente João Leivas de Carvalho. Este foi um período de denúncias de parte a parte e da constituição nítida de dois grupos políticos adversários no interior do PRR de Alfredo Chaves.

Antes de renunciar a seu mandato, Albano Coelho de Souza envia uma carta a Borges relatando as péssimas condições financeiras da Intendência, bem como justificando o empréstimo contraído pelo município junto ao Banco da Província (e ao atraso no pagamento deste), ao alegar a inadimplência dos colonos:

Acuso o recebimento da carta de V. Ex., e ciente de seu conteúdo, passo a responder: O ano próximo passado esta Intendência mandou a prestação de dez contos de réis, que, segundo me consta, pelo contrato, feito com o Banco, é obrigada a dar anualmente, isto em 19 de abril de 1902. V. Ex. sabe o estado precário em que recebi esta Intendência; empregados todos em atraso em seus vencimentos, operários, que trabalhavam por ordem do ex-Intendente, em desembolso de seus salários, o município em péssimas condições, isto é, estradas, pontes e ruas.

Tem sido minha principal ocupação não só, saldar as dívidas internas, como procurar atender às necessidades mais urgentes, quanto a melhoramentos materiais, e infelizmente, devido a circular suspendendo o imposto denominado “focolar” e que mais tarde foi substituído pelo “pessoal”, tem retardado a cobrança de impostos de tal forma, que devendo esta ser feita até 31 de Março; fui obrigado a prorrogá-la até 30 do corrente sem multa aos contribuintes, em vista da falta de recursos pecuniários dos mesmos e é assim que até esta data a cobrança tem sido insignificante e se assim não fosse há muito teria mandado ao Banco a prestação anual; e mesmo agora para atender à solicitação de V. Ex. contraí um empréstimo de dois contos de réis para com os oito que reservava em Caixa para o Banco, perfazer a quantia de dez contos, que remeto nesta data ao mesmo, prestação que esta Intendência tem que entrar este ano, como pagamento de juros e amortização do Capital.

Creia V. Ex. que tenho feito todos os melhoramentos materiais com uma economia rigorosa com o fim de ver se esta Intendência pode amortizar tanto quanto for possível essa dívida; mas, como já disse, os contribuintes, devido ao imposto territorial, tem-se tornado rebeldes com os pagamentos à Intendência, não é porque

⁵⁹³ Telegrama de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (13/06/1898, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

não procure todos os meios a meu alcance para facilitar-lhes as suas contribuições e pode V. Ex. ficar descansado que procuro na medida de minhas forças todos os meios de conservar ileso o crédito da Intendência. Vai o cidadão José Cagliari, empregado municipal, levar a referida prestação e quando aí for falarei à V. Ex. relativamente ao contrato desta Intendência com o Banco.⁵⁹⁴

Tudo leva a crer que o intendente Albano Coelho de Souza tenha sofrido pressão borgista para renunciar ao cargo, principalmente após carta do médico italiano Attilio Giuriolo, intitulada como “reservadíssima” e que retratava o quadro de corrupção administrativa do município de Alfredo Chaves, especialmente em relação às denúncias de corrupção contra o intendente Albano e contra o chefe da Comissão de Terras, Francisco Carlos Rosin Barreto Leite:

Era do meu desejo e do Real Cônsul da Itália, Cavalheiro Enrico Capelli de apresentá-la a V. Ex., mas o Real Cônsul havendo depois disposto diversamente, pensei oportuno substituir a minha visita com esta minha carta.

Provou-se de modo mais que exuberante que a minha prisão, antes que motivada por acusações subsistentes foi provocada por mesquinhas perseguições. Não venho ao Exmo. Sr. para reclamar seus danos morais e materiais sofridos, porque a sentença do Juiz me tem mais que satisfeito; mas recorro a V. Ex. a fim de que semelhantes fatos não venham a repetir-se, e ainda para fazer ciente a V. Ex. de quanto se passa há algum tempo em Alfredo Chaves.

Passado o tufão da revolução, quando já então se haviam dissipado as discórdias do partido, quando já então a Colônia anelava pelo seu progresso a um período de paz e tranquilidade, desgraçadamente aquela caiu sob a infausta administração do Barreto Leite, para passar depois sob a municipal, que, doloroso é dizê-lo, fez até hoje poucas vantagens. (...)

O processo LIMA, o fato sucedido há pouco tempo à viúva de ARAÚJO (extorsão de 500\$000 rs. da parte do Coletor Estadual e do Delegado), o processo intentado contra o Escrivão de Órfãos, sr. Dourado, por prevaricação, e pelo mesmo delito o intentado contra o Escrivão do Cível, sr. Antônio Gomes Ferreira Filho, e contra o Major sr. Licínio de Oliveira Mendes, juiz distrital, estão a provar luminosamente como tais escândalos são tão públicos, que a consciência da Colônia teria ficado anarquizada, se não a regesse o respeito e a devoção às instituições, que estes funcionários com seus cargos representam. (...)

Não é só minha opinião pessoal, porém é unânime juízo de todos os comerciantes e de todos os colonos, que a persistência de certas miseráveis plantas nesta ubertosa terra não fará senão exauri-la de todas as suas energias latentes, de toda a sua força vital. Alfredo Chaves ambiciona ocupar como “Pérola” o segundo posto no grande diadema do núcleo colonial italiano deste Estado. Mas, para que isso aconteça, são necessários outros meios de ação; e é para o esclarecimento disto que um povo laborioso requer a Vossa Excelência. Só deste modo a Colônia de Alfredo Chaves poderá, um outro dia, tomar parte importante na atividade comercial, no progresso

⁵⁹⁴ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10421, 08/12/1903, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS). Ainda no ano de 1900, mais precisamente no dia 3 de novembro, o diretor da Comissão de Terras, Francisco Carlos Barreto Leite, já indiciado, “*confessou haver fraudado o Tesouro do Estado, oferecendo em pagamento seus bens imóveis, sendo os mesmos avaliados em 30 contos de réis*”. In: FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 67. Barreto Leite vendeu ao peculatório intendente Alfredo Lima o prédio que serviria de sede da Intendência Municipal, pretendendo cobrir, deste modo, o desfalque que causara à Fazenda do Estado em sua repartição.

do Estado e, com verdadeiro sentimento, correr em sua defesa quando se apresentasse a necessidade.

Excelência! Tornar-nos rio-grandenses não deverá ser apenas um fato histórico-social de um dia futuro, mas desde hoje esse deveria ser o esforço para o qual com orgulho nós todos devêssemos tender. Mas, em tempo algum se poderia chegar a isto, sem a intervenção iluminada daqueles que hoje regem os destinos do Estado. Impedir que sucedam mais escândalos, com oportunas providências no pessoal administrativo, policial e judiciário da Colônia e iniciar assim uma era nova de tranquilidade e de paz é quanto de V. Ex. se requer.⁵⁹⁵

O intendente Albano de Souza, no intuito de agradar solicitações da população do distrito de Monte Vêneto, ao mesmo tempo em que tentava passar a imagem de que seu poder encontra-se inalterado, indica a Borges a nomeação de pessoas de sua preferência e conveniência:

Desde que assumi o exercício do cargo de intendente deste município, o povo do 3 distrito municipal – Monte Veneto – me tem solicitado com grande instância a elevação do mesmo, a distrito judiciário, alegando a grande distância que o separa do primeiro e do segundo distrito. (...) Se V. Ex. aceder ao justo apelo que os habitantes daquele distrito vos dirigem, por meu intermédio, e ao qual, por achar justíssimo, ajunto meu pedido, podeis nomear para ocupar o lugar de Juiz Distrital o cidadão João Scarton e os suplentes – Ubaldo Giordanio, Victorio Della Pasqua e André Tonial. É sempre com grande desvanecimento, que aproveito todas as ocasiões que se me oferece, para repetir a V. Ex. que a harmonia e solidariedade republicana neste município é, hoje, mais do que nunca, uma realidade e que os sábios ensinamentos do grande Mestre, do qual sois digno continuador, são seguidos religiosamente.⁵⁹⁶

Tantas indicações para distritos coloniais revelam a importância que tais localidades tinham na permanência ou não de um intendente em seu cargo. As reivindicações dos colonos eram importantes não apenas em períodos eleitorais, mas eram constantemente levadas em consideração pelas autoridades, como se observa na carta abaixo, onde os remetentes barganham a permanência do intendente Albano em troca de seus votos. Chegam, mesmo, a fazer ameaças, ao constatarem a possibilidade do edil deixar seu cargo por estar “*magoado com as calúnias infames (...) a ponto de ter ficado doente*”:

(...) qual intendente como nosso, que é idolatrado dos colonos que dizem que perderam o seu pai, Dr. Montaury, mas que Deus os deu outro e dizem mais, que são capazes de tudo conquanto que não saia o querido Intendente; (...) a guerra que movem contra o Intendente é porque ele é bom para os colonos, honesto, trabalhador e ajuda muito os colonos (...) e é tal a confiança que depositamos em V. Ex. (...), que ficamos descansados que ele ficará convencido da necessidade de permanecer aqui e se tal não acontecer garantimos que mais ninguém ficará aqui, nem três meses

⁵⁹⁵ Carta de Attilio Giurolo a Borges de Medeiros (n. 10423, 10/06/1903, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS). Attilio Giuriolo era procedente de Azzignano, proximidade de Vicenza, estabeleceu-se posteriormente, 1907, em Vacaria, onde empregou-se na Escola São Carlos, dos Irmãos Lassalistas.

⁵⁹⁶ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10425, 12/01/1904, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

e mesmo os colonos dizem que se este sair por causa desses quatro intrigantes, que eles não votam mais.⁵⁹⁷

Afirmando ainda possuir prestígio em Alfredo Chaves, Albano Coelho de Souza reitera a situação de insegurança em que se encontrava, afirmando deter o apoio dos pequenos agricultores e do setor comercial, ao mesmo tempo em que solicitava uma colocação em um novo emprego público, com o intuito de reforçar seu prestígio junto a Borges de Medeiros, projetando seu futuro longe da Intendência:

Cheguei a minha residência, à noite vieram diversos inspetores seccionais, em nome dos colonos, a fim de saberem se de fato eu ficava ou não, pois que, estavam todos prontos a protestarem contra a nomeação do vice-intendente, desde que eu não ficasse, pois não compreendiam como eu tendo a Colônia em peso ao meu lado, pudesse deixar a Intendência. (...)

O Comércio teve igual procedimento acomodei-o; enfim aqueles que ontem eram ocultamente contra mim hoje são os mais exaltados e os que mais se esforçam para que eu não deixe a Intendência; tenho explicado a todos que vou pedir ao Conselho uma licença por tempo indeterminado e que conquanto seja o Chefe político local, sou sempre o Intendente do Município, pois que o vice-intendente assume o exercício do cargo e o exerce no impedimento do intendente e que portanto estarei ao lado dos amigos e que faremos tudo de comum acordo, conseguindo por este modo serenar os ânimos.

Agora quanto à minha colocação comunico a V. Ex. que examinando o Cartório do Registro Hipotecário, verifiquei que no ano passado deu apenas novecentos e tantos mil-réis e este ano, até agora, muito menos e que como se vê é insuficiente para dar subsistência à minha família. O Átila (notário) disse-me que se V. Ex. lhe desse uma colocação aí, desistiria do Cartório para mim; os dois acumulados dá para viver-se (...). Se fosse possível a criação da Comarca aqui, eu aceitaria de bom gosto o lugar de promotor, porque podia também advogar; enfim aguardo a resposta de V. Ex., podendo desde já ficar ciente que acima de tudo sou republicano e amigo dedicado de V. Ex. e que portanto qualquer que seja a resolução que tomar eu me submeto. (...)

Para boa marcha política, peço a V. Ex. que seja com máxima brevidade nomeados os professores interinos, Oswaldo Ribeiro para a aula de Capoeiras e Jacintho Antonio Ceratto para a do número cem. Lembro também a V. Ex. que o Fiscal do Selo Federal daqui, que de nada serve e até é prejudicial à política; pode ser removido e nomeado meu filho Coriolando Coelho de Souza, e desta forma, com o cartório de hipotecas poderei viver.⁵⁹⁸

Mesmo que o apoio dos colonos tenha sido um artifício discursivo com o intuito de assegurar a Borges seu prestígio nos distritos coloniais, este estratagema do coronel Albano de Souza revela a forma como se davam as relações de poder coronelistas na região, onde a força política dos colonos jamais fora desprezada por aqueles que almejam posições de poder e de mando nos municípios.

⁵⁹⁷ Carta de Giacomo Lunardi a Borges de Medeiros (n. 10427, 05/06/1904, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁵⁹⁸ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10428, 28/06/1904, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

Contudo, os pedidos pela permanência não foram atendidos e o substituto de Albano Coelho de Souza, vice-intendente João Leivas de Carvalho, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, relata a Borges de Medeiros o precário estado da administração municipal de Alfredo Chaves, agravado devido ao incêndio do prédio da Intendência no dia de sua posse no cargo:

A origem do fogo, segundo suponho, foi totalmente casual, tendo começo numa escarradeira de serragem onde foram lançadas diversas pontas de cigarro pelas pessoas que vinham dar as boas vindas. Recordo-me que o último foi o Coronel Albano, com quem palestrei a sós, tendo ocasião de transmitir-lhe vosso recado referente a impossibilidade de sua colocação aqui e o desejo que manifestastes dele mudar-se para Montenegro para o que falaríeis com o Coronel Moraes. Ele não deu-me decisão alguma.

Mais uma vez, atendendo à boa marcha da administração e harmonia partidárias, peço-vos que tireis esse indivíduo daqui, que muito pode prejudicar devido à sua falta de critério e elevada dose de petulância e falsidade. Voltando a falar sobre o incêndio da Intendência. Se bem que corresse de momento a versão de que tivesse ele sido proposital, é ela no entretanto infundada, não deixando, porém, a meu pedido de ser aberto pelo Delegado [Henrique] Finger o competente inquérito.⁵⁹⁹

Em mais uma carta, João Leivas de Carvalho, mesmo que veladamente, teme a permanência no município de Albano de Souza, provavelmente temendo que sua presença pudesse suscitar confrontos no interior do PRR local e obstaculizar sua administração:

Aqui está em serviço da dívida ativa do Estado, o sr. Albano Coelho de Souza que, muito propositalmente, alugou casa e diz aqui permanecer por meses. É estranhável essa sua resolução quando é fato, sabido por todos, que a dívida deste município é muito insignificante relativamente a de outros de sua zona, como Caxias, que é de mais de 70 contos. Parece-me, pois, um plano preconcebido e que eu desejaria, como diz a máxima republicana, antes prevenir que punir. Registrando-o e levando-o ao conhecimento de V. Ex. tenho em intenção cooperar para a estabilidade da ordem e do sossego de espírito da família deste município já há um ano em completa calma.⁶⁰⁰

Ainda na carta supracitada, o intendente solicita a Borges que sejam tomadas medidas de auxílio aos colonos atingidos pela praga de gafanhotos que invadiram a região e afligiram o município em outubro de 1905, destruindo as plantações dos agricultores, que praticamente nada colheram naquele ano. Afirma Leivas de Carvalho: “*Logo que chegarem as sementes de arroz e algodão fornecidas a mim, em nome do Governo, pelo “Centro Econômico”, as distribuirei pelos colonos; já tendo para isso avisado a todos eles por intermédio dos padres, nas missas conventuais*”.

⁵⁹⁹ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10430, 29/08/1904 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶⁰⁰ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10435, 10/10/1905 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

O direcionamento de recursos extraordinários, em momentos de calamidade como esse, era imprescindível para que a legitimidade dos intendentess não fosse contestada. A excessiva demora no atendimento de auxílios poderia gerar protestos, que seriam canalizados por líderes comunitários ou religiosos nos distritos coloniais; assim como de lideranças afastadas do poder local.

Agravada pela falta de chuvas que se estendeu por vários meses, a praga de gafanhotos deixou a Intendência de Alfredo Chaves em grandes dificuldades, já que os contribuintes não possuíam condições de pagar os impostos. No combate à praga, a Intendência oferecia até 2.000 réis por saco de gafanhotos mortos. Apelou-se, inclusive, para recursos de ordem espiritual, através de procissões, novenas, bênçãos, promessas e construção de capelas.⁶⁰¹

A falta de mantimentos agravou-se e, juntamente ao governo do Estado, foram organizadas frentes de trabalho nas estradas públicas do município, como uma forma de empregar os colonos reduzidos à miséria. Contudo, os motivos de tal calamidade não foram levados em consideração naquele momento, como apropriadamente menciona Geraldo Farina:

Mas a praga do gafanhoto que tanto sofrimento trouxe ao povo místico de Alfredo Chaves, tinha uma explicação científica: o impacto do meio ambiente sofrido pela derrubada de 80% das florestas nativas em menos de vinte anos e o quase aniquilamento dos passarinhos, mais as extensas plantações. Eis, então, o primeiro desequilíbrio ecológico que, só não foi de maiores proporções por ter ainda certa quantidade de florestas nativas, somado ao combate vigoroso da praga. A seca, aliás, que antecedeu a praga e o forte calor, também resultante do desequilíbrio ecológico...⁶⁰²

Esta praga de gafanhotos abateu-se sobre toda a RCI, como se observa na carta do intendente de Garibaldi, coronel Jacob Nicolau Ely, em um pedido de auxílio a Borges de Medeiros:

Conforme incumbência que me confiou, fiz a excursão pelo município, a fim de verificar os estragos da lavoura, ocasionados pelo flagelo que manifestou-se em nosso estado. Como medida de socorrer na ocasião as vítimas que precisam trabalho, lembro a V. Ex. a abertura da estrada que, partindo da sede desta vila vai a Santa Theresa (município de Bento Gonçalves) (...). Espero que, sendo possível, minha aspiração se realize sem demasia.⁶⁰³

⁶⁰¹ Conferir: VENDRAME, Máira Ines. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 178-185.

⁶⁰² FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 72.

⁶⁰³ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2204, 15/03/1906 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Em carta remetida de Bento Gonçalves, o juiz distrital Lúcio Cidade afirma a Borges que o combate a praga poderia possibilitar a cooptação de adversários: *“Existe um grito aqui, que devo levar a V. Ex. Refiro-me a uma estrada Santa Theresa, que V. Ex. prometeu, como subsídio aos colonos que sofreram com os gafanhotos. Estes estão passando miséria. Ainda existem gafanhotos no município. (...) Luis D'Arrigo (chefe maragato) esteve comigo. Garantiu-me, que desde que a Estação da via férrea venha à vila, ele e companheiros virão (...) ao*

Em Bento Gonçalves, a praga dos gafanhotos também provocou grandes prejuízos à população colonial, como atesta a carta do intendente coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior enviada a Borges:

Em boa hora cheguei aqui, onde vim encontrar os colonos, de uma grande zona do município, quase sublevados com a invasão dos gafanhotos, que tudo tem destruído, deixando famílias inteiras na miséria e desesperação, que reclamavam providências. Estas prontamente foram dadas, mandando fornecer aniagem para os tendões, como eles chamam, grandes sacos, nos quais pegam os gafanhotos, deitando-os ao fogo ou enterrando-os em covas profundas. Independente desse recurso, já bastante oneroso ao município, outras providências tomei, mandando circulares aos inspetores, ordenando de reunirem os moradores de suas seções, a fim de auxiliarem a matança (...), no que tem sido obedecido, sendo uma dádiva salvadora.⁶⁰⁴

Voltando às relações de poder em Alfredo Chaves, o temor do intendente Leivas de Carvalho de que o seu antecessor, Albano Coelho de Souza, ainda presente na região, se converteria em adversário tinha fundamento. Em carta de outubro de 1905, Albano de Souza cogita reassumir a Intendência, ao afirmar ainda possuir prestígio na localidade, o que evidencia o fracionamento do PRR em Alfredo Chaves:

Cheguei no dia cinco do corrente à tarde, para proceder a cobrança da dívida ativa, como estou procedendo nos municípios de Caxias, São Sebastião, Garibaldi e Bento Gonçalves, por meio de agentes. Logo após a minha chegada vieram visitar-me todo o funcionalismo público, comércio e demais companheiros da Vila, e bem assim os principais influentes dos distritos rurais; os colonos chegam diariamente.

As reclamações contra a administração e a política são muitas que seria impossível aqui relatá-las, posso, do que vi e ouvi, garantir a V. Ex. que a política vai muito mal. (...) O próprio Dr. Leivas não poderá negar à V. Ex. o que afirmo acima. O que comunico a V. Ex. é a expressão da verdade e posso provar de qualquer forma.

V. Ex. sabe perfeitamente que nunca cogitei de reassumir o cargo de Intendente e tanto é verdade que estive um longo tempo desempregado e não o fiz; mas também sabe também que sou muito republicano e patriota, que tenho verdadeira orientação política, fiel ao extremo ao meu chefe que é V. Ex.; mas que sacrifício tudo pela República e que vejo aqui o esfacelamento do partido e o adversário ganhando terreno, como muito breve há de ver-se nas eleições.⁶⁰⁵

Neste ambiente de acusações de parte a parte, denúncias contra o intendente Leivas de Carvalho são feitas pelo advogado João Marques da Silva Porto, partidário da facção de Albano de Souza:

O Sr. Dr. Leivas, estando repudiado pela quase totalidade dos habitantes deste município, quer agora continuar com violências ainda piores que a que mandou

Partido Republicano em apoio a V. Ex. Este homem é sério e virá conosco, desde que o ajeite” (n. 392, 27/04/1906 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁰⁴ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 381, 19/01/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁰⁵ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10436, 16/10/1905 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

praticar na noite de 23 de setembro de 1904 com o advogado Abel Zacharias da Paixão, feito este do qual se tem gloriado, dizendo não lhe custar a fazer o mesmo em mais algum. O Sr. Dr. Leivas começou sua desastrosa política, desassombadamente propondo vantagens aos federalistas, tais como: qualificarem eles o maior número de eleitores possível, e que eles teriam todas as garantias nas eleições federais e estaduais, e que ele só fazia questão de ser intendente, contando assim com o auxílio dos federalistas.

Ao mesmo tempo que essas propostas de homem pouco leal fazia, procurava a hostilidade de todos, apregoando tê-los comprado com galões de Guarda Nacional e promessas de empregos. (...) A criação de distritos e empregos para empregar parentes afilhados; a falta de urbanidade com o povo; a ponto de não receber os colonos diretamente; as perseguições e falsidades e até calúnias; as finanças do município arruinadas de maneira espantosa são a causa do isolamento em que se acha o Sr. Dr. Leivas. (...)

Sonhando que seria o signatário destas linhas, fiscal de algum candidato, procurava o Sr. Leivas e o Sr. Delegado de Polícia violentar minha pessoa; assim é que, há dias, tenho avisos para resguardar-me e até para retirar-me do município, tendo esses Srs. chegado ao ponto de hoje, às 6 horas da manhã, tentarem mandar convidar o indivíduo Attilio Giuriolo, de quem não me lembro, que desse uma denúncia contra a minha pessoa, como tentando matá-lo e que o delegado se encarregaria das providências (!!!) O critério do abordado fez gozar essa indignidade.⁶⁰⁶

Em outra carta do advogado João Marques da Silva Porto, as denúncias e as perseguições que sofria por parte de partidários do intendente Leivas de Carvalho são acentuadas:

Contrário a explosões pela imprensa; acostumado a muito meditar antes do emprego dos meios que a lei faculta ao Cidadão para, dentro dela, promover a repressão dos atos injustos e até criminosos emanados de autoridades que, em vez de Juizes, constituem-se verdadeiros perturbadores da ordem e da tranquilidade do Cidadão (...) venho pela segunda vez à presença de V. Ex. esclarecer o procedimento pouco digno dos srs. Vice-intendente e seu tio, o delegado de polícia, referente à indigna farsa que tem tentado preparar e executar contra minha pessoa. (...)

Em minha carta de 2 de janeiro havia comunicado à V. Ex. o fato de ter sido uma pessoa abordada pelos srs. Vice-intendente e delegado para o fim de ir ter com Attilio Giuriolo para combinarem uma falsa denúncia contra minha pessoa pelo “crime de tentativa de morte”. (...)

No dia 13 do corrente, vindo o sr. Borowski, médico licenciado, residente em Lagoa Vermelha, ao hotel em que resido, em conversa, disse-me: No mês passado o [José Maria Carneiro da] Fontoura foi à casa de Gioriolo e disse-lhe “que o delegado de polícia lhe havia pedido, em seu nome e no nome de Leivas para convidá-lo a apresentar uma queixa contra Porto declarando que este o havia ido matar e que antes do dia 30 deveria ser apresentada a denúncia e Porto preso”. (...)

De qualquer funcionário deste município, salvo da família Carvalho, não temo a resposta a uma indagação sobre: se mereço processos, perseguições ou falta de consideração da sociedade.⁶⁰⁷

⁶⁰⁶ Carta de João Marques da Silva Porto a Borges de Medeiros (n. 10442, 02/01/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶⁰⁷ Carta de João Marques da Silva Porto a Borges de Medeiros (n. 10444, 28/02/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS),

Mesmo persistindo e sendo reforçadas as acusações de arbitrariedade e de abuso de poder, Leivas de Carvalho foi o candidato oficial do PRR nas eleições municipais de julho de 1906, sendo eleito intendente para o mandato de 1906 a 1910:

Conforme telegrafei à V. Ex., a eleição que, em 15 do corrente sufragou, por indicação do benemérito chefe do Partido Republicano, meu nome ao honroso e árduo cargo de intendente deste município, correu animada e em perfeita ordem. (...)

Conforme convencionei com V. Ex. solicito a transferência do professor Miguel A. Cardozo para Capoeiras, aula vaga com a remoção do professor João do C. Rosa Lima e, a aula daquele, para os subúrbios da vila, nomeando para regê-la o professor Eduardo Duarte, do Lageadinho; e para esta indico, com licença de V. Ex., o professor Zoraido Arizzi, aprovado ultimamente por cuja nomeação me empenho.⁶⁰⁸

Os funcionários públicos que se sentiam perseguidos pelas forças políticas locais, não deixavam de solicitar auxílio a Borges de Medeiros, como foi o caso de José Maria Carneiro da Fontoura:

Tive ciência de que o Dr. Leivas organizara um “nós abaixo-assinados”, a fim de atestarem que eu fora quem agenciara assinaturas pedidos a V. Ex. para ser apresentado como candidato oficial para intendente deste município o cidadão Joaquim dos Santos Gama, e que essas assinaturas foram obtidas por ameaças de multas etc., etc., visto ser eu Fiscal Federal. (...) Só existem dois motivos que fazem com que o Dr. Leivas me faça guerra, as quais são as seguintes: 1º: ter inveja da estima e consideração que neste município gozo, e em 2º, ambicionar o meu emprego para dar a um seu primo, não havendo mais motivo, porque nunca me envolvera em sua administração, acompanhando sempre o partido republicano, pois tenho sido por várias vezes mesário de mesas eleitorais e concorrido para o bom resultado etc., etc.⁶⁰⁹

As denúncias ao intendente Leivas de Carvalho, em relação às perseguições a funcionários públicos, evidenciam que as lutas políticas regionais estavam muitas vezes pautadas pela disputa e obtenção de cargos do funcionalismo, para favorecer familiares ou aliados, como forma de poderio de determinada facção partidária:

V. Ex. talvez não ignore a injusta perseguição que o sr. dr. Leivas de Carvalho, da qual eu não sei explicar o motivo, fez e está fazendo contra mim, pobre velho, querendo tirar-me o único amparo da Coletoria Federal, esquecendo os bons serviços prestados à causa Republicana, nos momentos difíceis quando perigava o nosso belo alicerce republicano, que tanto sangue tinha custado aos seus valorosos precursores, nos números quais existe ainda obscuro e esquecido mártir o meu pobre e infeliz filho que teve a garganta cortada pela horda infame dos facinoras maragatos. Como pode se explicar o procedimento do sr. dr. Leivas, se não ele quer colocar os seus parentes como é voz geral?⁶¹⁰

⁶⁰⁸ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10449, 21/07/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶⁰⁹ Carta de José Maria Carneiro da Fontoura a Borges de Medeiros (n. 10448, 26/06/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹⁰ Carta de Erasmo Saretta a Borges de Medeiros (n. 10453, 18/12/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

Devido a tantas pressões, João Leivas de Carvalho não concluiu seu mandato, pois solicitou licença de seis meses do cargo ainda em janeiro de 1907. Antes da licença, em carta a Borges de Medeiros, Leivas de Carvalho indica Pellegrino Guzzo para o cargo de vice-intendente, além de citar nominalmente seus adversários:

Apenas deixaram de compartilhar do regozijo e de tomar parte na manifestação que se levou a efeito àquele amigo, os empregados estaduais Joaquim Greco, escrivão de casamentos e óbitos, e João Miguel da Rosa, coletor. Isso, porém, não me admirou, visto que, ultimamente, tem sido esses dois funcionários auxiliados pelos despeitados e candidatos à empregos, o pivô da discórdia da família republicana local.⁶¹¹

No lugar de Leivas de Carvalho assume o vice-intendente Pellegrino Guzzo, italiano que, talvez por este motivo, foi saudado inclusive por lideranças federalistas da região, como Antônio Tagliari Filho:

Quando um cidadão, embora o mais humilde no meio em que vive, manifesta, a quem preside os destinos político-administrativos de uma população ou fração dela, os seus sinceros aplausos, motivados por um ato que reflete justiça e que, por isto mesmo, só redundará em benefício geral desse meio, entende o signatário que a sua manifestação, espontânea e sincera, não possa ser considerada como uma espécie de adulação ou engrossamento, como se costuma dizer vulgarmente.

Ao Sr. Pellegrino Guzzo, a quem V. Ex. confiou, em boa hora, os destinos deste município, faltam, certamente, as primeiras noções de qualquer cultivo intelectual, mas não é menos verdade que qualidades superiores o distinguem: inteligente, honesto, bem intencionado e probo.⁶¹²

Na administração do novo intendente, continuam as desavenças com funcionários estaduais que eram opositores de seu antecessor, como se pode observar nos seguintes depoimentos a Borges:

Sou obrigado levar ao elevado conhecimento de V. Ex. o péssimo procedimento político dos senhores João Miguel da Rosa, Coletor Estadual, e de seu escrivão, Fidélis Carlos d'Elia, em relação ao telegrama de solidariedade, passado daqui a V. Ex. De acordo prévio com os companheiros desta localidade foi resolvido passarmos o telegrama a que acima aludi, para cuja assinatura foram convidados os supraditos funcionários que negaram-se, peremptoriamente, a assumir esse tão digno quanto urgente compromisso. (...)

Ora tendo-se em vista a gravidade do momento porque passa o partido republicano, julgo-me obrigado a levar o criminoso fato ao conhecimento de V. Ex. para que, com vossas sábias resoluções, providenciais como for de Justiça, porquanto a impunidade desse atrevido comportamento trará, por se tratar de dois funcionários públicos, fatalmente, graves consequências para o partido, que imerecidamente me confiastes.⁶¹³

⁶¹¹ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10452, 11/12/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹² Carta de Antônio Tagliari Filho a Borges de Medeiros (n. 10456, 26/03/1907 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

Insistindo na questão do telegrama não assinado por opositores de sua administração, Pellegrino Guzzo procura acentuar a Borges que tal “desobediência” seria decorrência de fatores externos à política local (a candidatura de Fernando Abbott) e não como uma forma de protesto a seu poder de mando municipal, eximindo-se de responsabilidade no fato:

Por me ser verbalmente pedido, declaro que o cidadão João Miguel da Rosa, declarou-me pessoalmente, e também por intermédio do sr. José Cagliari, que não assinará o telegrama que lhe fora apresentado por julgá-lo ofensivo ao dr. Fernando Abbott; que tinha sagrados deveres de gratidão com a família Abbott e iguais para com o Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, que é republicano disciplinado e votará no candidato oficial.⁶¹⁴

Mesmo tendo se licenciado do cargo intencional, João Leivas de Carvalho, através do intendente em exercício, Pellegrino Guzzo, continuou em busca de cargos públicos para si, o que comprova que estes postos eram imprescindíveis àqueles que almejavam o poder e posições de mando:

(...) aproveito a oportunidade de pedir-vos informações referentes à licença solicitada ao Conselho Municipal, pelo Dr. João Leivas e bem assim acerca de sua nomeação para outro cargo. (...) Dado, portanto, o caso ao Dr. Leivas optar por essa nova colocação [subintendência do 1º distrito], nomearei incontinenti, para esse cargo [Seção de Terras], o Sr. Isidoro Cavedon que, não só desempenhará perfeitamente as funções desse cargo, como também muito contribuirá, atento à sua reconhecida influência entre os colonos, para o bom êxito das próximas eleições (...).⁶¹⁵

O fato de Pellegrino Guzzo insistir a Borges na nomeação de Isidoro Cavedon, em detrimento da indicação borgista do nome de José Cagliari, pertencente à facção de Albano Coelho de Souza, provavelmente tenha contribuído para o desgaste de sua imagem perante o líder partidário e sua posterior derrocada:

Acuso o telegrama de V. Ex. do próximo passado referente a nomeação de subintendente para o primeiro distrito deste município, tenho a comunicar que chegou demasiado tarde e que, mesmo que assim não fosse, a nomeação de nosso dedicado amigo Cagliari para esse cargo, seria intempestiva: primeiro, porque, como já vos cientifiquei, a nomeação do sr. Isidoro Cavedon se impunha como necessidade, à harmonia e unificação do partido, pois que entre os comerciantes e industrialistas goza ele de geral estima; segundo, porque o bom amigo Cagliari, embora bastante popular, não exerce todavia a necessária influência sobre essa classe, da qual, como V. Ex. sabe, não se pode prescindir, quer política quer administrativamente. De modo que essa nomeação foi de um grande alcance político para o município. O entusiasmo demonstrado na eleição de 30 provou-me quão acertado andei fazendo a nomeação do sr. Cavedon (...).⁶¹⁶

⁶¹³ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10458, 28/04/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹⁴ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10460, 06/06/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹⁵ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10455, 19/02/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹⁶ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10457, 02/04/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

A crise das relações de poder em Alfredo Chaves são intensificadas quando o juiz distrital Arnaldo Ferreira passa a censurar publicamente a administração do intendente Pellegrino Guzzo, considerando “*inqualificável*” sua postura.⁶¹⁷ Em outro momento, o intendente chega a cobrar de Borges atitude sobre as ações do juiz distrital, afirmando que “*Arnaldo Ferreira, continuou proceder incorretamente, de modo a comprometer o respeito que se lhe deve em virtude do cargo que exerce*”, com o que conclui que “*cumprimento portanto a V. Ex. o chame à ordem para que isso não venha a suceder*”.⁶¹⁸

Em Alfredo Chaves, o intendente em exercício, Pellegrino Guzzo (1907-1909), acentua reclamações a Borges porque o governador Carlos Barbosa não pretendia pagar integralmente as despesas da construção de estradas coloniais, cabendo à Intendência local assumir parte dessa despesa:

Lamentarei muitíssimo se tal medida for tomada, pois que virá agravar a situação financeira do município, pela qual sou responsável e que, por essa forma, por pequeno que seja o encargo, iria involuntariamente comprometer. Confio, portanto, que V. Ex. informado do trabalho executado neste município, com verdadeiro capricho, beneficiando centenas de colonos, quer facilitando-lhes o pagamento de suas colônias em serviço, quer proporcionando-lhes boas vias de comunicação, não permitirá que as vantagens desses melhoramentos, que refletem agradavelmente na vossa profícua administração, venham trazer dificuldades à administração municipal, aumentando-lhe o desequilíbrio financeiro.⁶¹⁹

Não deixa de ser relevante mencionar o clima de animosidade imperante no município de Alfredo Chaves às vésperas da eleição para o governo do estado de 1907, em que o candidato borgista Carlos Barbosa Gonçalves bateu o dissidente Fernando Abbott, como se pode observar na carta do médico Luiz Viglierchio:

Preciso de armas e munição para armar os colonos deste município. Necessário também um batalhão de artilharia, em caso que os contrariantes do atual governo entrassem neste município, por propagandear as teorias dos molestadores fanáticos. Saudades. Rogo-vos pronta resposta telegraficamente.⁶²⁰

Convém pontuar que o remetente da carta supracitada, Luiz Viglierchio, juntamente com Stanislaw Fernando Tempski e Otávio Giuriollo, também médicos, foram acusados de colocarem uma bomba com o objetivo de destruir o seminário capuchinho de Alfredo Chaves, na madrugada de 20 para 21 de setembro de 1908, justamente na simbólica data carbonária e garibaldina, de nítida expressão anticlerical.

⁶¹⁷ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10461, 07/06/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹⁸ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10462, 02/07/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶¹⁹ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10420, 07/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶²⁰ Carta de Luiz Viglierchio a Borges de Medeiros (n. 10469, 19/09/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

O artefato, contudo, não foi detonado, nem os acusados foram apanhados em flagrante, porém foi instaurado processo-crime e os réus acabaram absolvidos. O indiciamento pelo delito, provavelmente, foi agravado pelo fato de serem maçons e por estarem há longo tempo em conflito com os frades capuchinhos.

Estes frades eram, por sua vez, acusados pelos réus de “charlatanismo”, pois, como médicos, sentiam-se “prejudicados em sua profissão, uma vez que perdiam clientela por causa das atividades exercidas pelos frades capuchinhos”,⁶²¹ pois estes “distribuíam pílulas, pomadas de Santa Maria e Santa Theresa e óleo de Santa Brígida”.⁶²²

Também foram acusados de pertencerem à *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Príncipe di Piemonte*, adversária da igreja local, mas ao longo do processo criminal “nunca aparecem referências à Sociedade Príncipe de Piemonte, e sequer se sabe se o acusado italiano Viglierchio era sócio (se supõe que o polaco Tempski não o poderia ser), ainda que conste que no dia 20 houve desentendimento entre a entidade e os curas”; devido ao pretexto de um baile público realizado na praça da cidade. De modo que a “versão romanceada do caso, escrita originalmente a partir de 1929 e publicada em 1941, apresenta Togno Brusafraati (Viglierchio) como iniciado na maçonaria e no conflito com o clero depois de um jantar na sede da Sociedade de Mútuo Socorro”.⁶²³

Neste folhetim, no intuito de desqualificar os maçons, o personagem Togno Brusafraati “aparece como adepto da Maçonaria, incorporando a figura dos dois médicos, e luta contra os freis os quais quer exterminar”.⁶²⁴

Ainda sobre as lutas políticas em Alfredo Chaves, após ser realizada a eleição estadual em 25 de novembro de 1907, mesmo em um momento de congratulações ao líder partidário, Pellegrino Guzzo ainda persiste em apontar a inconveniência da presença de certos funcionários públicos no município:

⁶²¹ VENDRAME, Maíra Ines. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 198-200.

⁶²² MORAES, Regina Colman de (org.). *Togno Brusafraati: Tonho queima-frades*. Porto Alegre: EST, 1997, p. 47.

⁶²³ SILVA Jr., Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2004, p. 386-387.

⁶²⁴ VALDUGA, Gustavo. “Paz, Itália, Jesus”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal *Correio-Riograndense* (1930-1945). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 180.

Conforme já tive a honra de comunicar a V. Ex., a vitória do partido republicano aqui foi cabal, não obstante o apoio que os adversários encontraram em alguns funcionários que, hipocritamente, fingindo auxiliar-me, prestavam-lhes entretanto, à surdina, o mais decidido concurso. Esse procedimento, hoje estou convencido, obedecia a um plano forjado desde a época da qualificação estadual, efetuada este ano sob a presidência do sr. Arnaldo Ferreira, secretariado pelos srs. Alfredo Rosa e Pedro de Lavra Pinto.⁶²⁵

Talvez o atestado de probidade feito pelo adversário político Antônio Tagliari Filho, na carta anteriormente citada, estivesse carregado de sarcasmo. Talvez Borges de Medeiros estivesse desgostoso com as críticas à falta de auxílio do governo estadual na construção de estradas coloniais e em relação aos nomes indicados pelo líder partidário. O certo é que a insegurança que imperava no município e os conflitos com o Judiciário regional, proporcionaram o isolamento político de Pellegrino Guzzo na chefia do executivo de Alfredo Chaves, sendo processado judicialmente:

Estava ainda no exercício da Intendência em 1909, quando ele e vários outros funcionários do município sofreram a acusação de peculato, por desvio de verbas oriundas da dívida colonial. Em 19 de maio de 1909, conforme telegrama dessa mesma data, exonerou-se do cargo de vice-intendente, que passou a ser exercido, pouco depois, por outro vice-intendente, Achylles Taurino de Rezende. Este, através de sucessivas eleições, conservar-se-ia na administração de Veranópolis até 1924.

Sentença de primeira instância, proferida em 29/9/1909 pelo juiz da comarca de Bento Gonçalves, Dr. Antônio Casagrande, condenou Pellegrino Guzzo a 4 anos de reclusão, bem como outros 12 funcionários municipais a penas diversas, sendo todos recolhidos à prisão. Um *habeas-corpus* concedido pelo Superior Tribunal do Estado, em 6 de maio de 1910 anulou o processo-crime, por falta de uma prévia tomada de contas aos réus, e restituiu todos à liberdade.⁶²⁶

Em Antônio Prado, tornado município em 25 de março de 1899, teve como primeiro intendente o coronel Innocencio de Mattos Miller, que, em um primeiro momento, administrou o município de 1899 até 1907. Natural de Passo Fundo, nascido em 1865, o tenente coronel da Guarda Nacional Mattos Miller, assumiu a Intendência Municipal quando contava apenas 34 anos de idade, para uma primeira gestão que iria até 1903, sendo neste ano reeleito para um segundo mandato.⁶²⁷

Como foi mencionado anteriormente, o intendente nomeado e, em seguida, eleito, Mattos Miller, além de ter sido uma personalidade política dominante nas duas primeiras décadas de vida do município, foi um dos maiores pedintes de favores ao governo estadual. Conforme afirma Sérgio da Costa Franco:

⁶²⁵ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10466, 30/11/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁶²⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os primeiros intendentes borgistas de Veranópolis*. In: COSTA, Rovílio (org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 73.

⁶²⁷ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980, p. 33-38.

Ainda antes de tomar posse da Intendência, Miller telegrafou ao Presidente do Estado em 12 de março comunicando [1899]: “Victorio Faccioli e Marcantonio concordaram aceitar” [os cargos de juiz distrital e delegado] Francisco Marcantonio foi o primeiro juiz distrital, cargo do qual pediu dispensa já no mês de julho, quatro meses depois. Para os ofícios judiciais, indicou Firmino Luiz Gomes de Abreu para o tabelionato e Ferraz d'Elly para o ofício de casamentos. A indicação de Firmino Abreu foi secundada pelo Intendente de Vacaria, Avelino Paim, e no telegrama deste último pode ser lido um despacho de Júlio de Castilhos, com sua própria letra: “Julgo atendível. Tenho boas informações sobre este Firmino de Abreu”. É curioso tal despacho, porque Júlio de Castilhos já não era o Presidente do Estado, e sim Borges de Medeiros, porém aquele exercia a chefia do Partido e tinha estreita ingerência na administração. A partir de 1907, o Intendente Inocêncio Miller entrou em guerra aberta com o notário Firmino Abreu, passando a insistir pelo seu afastamento do município. Em sua primeira investidura como Intendente, Miller tivera Firmino como seu vice-intendente.⁶²⁸

Muitas vezes sua linguagem expressa nas cartas revela a prepotência típica de quem exige, mais do que solicita, sempre pontuando pela brevidade no atendimento de seus pedidos: “*tomo a liberdade de solicitar a bem da política local a nomeação do cidadão Diner Vieira de Lemos, para o cargo de Juiz Distrital desta Vila e tenho interesse que este pedido seja atendido com a máxima brevidade*”.⁶²⁹ Ou então: “*Terminando, rogo a V. Ex. – com o máximo interesse – empenhar-se pela exoneração, o mais breve possível, do atual coletor federal Edmundo D. Oliveira*”.⁶³⁰

Em 1903, após ser reeleito para um segundo mandato, telegrafa a Borges a respeito da escolha de um novo vice-intendente: “*Tenho de prover o cargo de vice-intendente, considerando igualmente dignos dessa investidura nossos amigos Archimimo Gomes de Barros, Cristiano Ziegler e João Carneiro de Mesquita, peço vosso pronunciamento respectiva escolha. Aguardo resposta urgente*”.⁶³¹

Talvez aí esteja a origem dos confrontos com o ex-vice-intendente Firmino de Abreu, pois já em 1906 se observa a primeira cisão no PRR local, encabeçada pelo notário Firmino Luiz Gomes de Abreu, que em carta encaminhada a Borges pelo coronel Marcos de Andrade, afirma a possibilidade de Abreu concorrer à eleição intencional:

⁶²⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 76-77.

⁶²⁹ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0143, 17/08/1901 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁶³⁰ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0147, 19/11/1905 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁶³¹ Citado por: FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: *Op cit.*, p. 77.

Tendo o dr. Miller declarado indicar para o lugar de intendente deste município na eleição de 1º de agosto do ano próximo futuro, seu concunhado, o sr. Joaquim dos Santos Gama, o eleitorado e mais habitantes estremeceram em face de semelhante resolução, pelo fato de, com a eleição do sr. Gama, ou outro pelo sr. Miller indicado, continuar o estado de coisas que até aqui se tem reproduzido em virtude do meio pessoal que rodeia o sr. Miller, acostumado na prática de revoltantes violências, as quais, além de ofensivas ao Benemérito Governo do Estado, tem posto em debandada o Partido. Com perseguições injustas, acrescentando-se que, os Contrários, aproveitando-se da indisposição do eleitorado para com o sr. Miller e seu pessoal, trabalham ativamente cabalando-o com o fim de pleitear dita eleição, formando com isso oposição ao Governo.

Em vista da disposição do sr. Miller, contrária à vontade do eleitorado, este em maioria aclama-me futuro intendente, pedindo aceitar o apelo a fim de se dirigir ao Benemérito Chefe, pedindo a indicação de meu nome para o referido cargo. Pedi pequeno prazo para responder, tendo em vista ouvir primeiramente a palavra do Benemérito Chefe, e nestas condições venho impetrar a meu ilustre amigo para com o mesmo confidenciar a respeito e de sua sábia resolução dignar-se informar-me a fim de responder ao apelo que me foi dirigido.⁶³²

Convém lembrar que Firmino de Abreu era respaldado pelo líder republicano de Vacaria, Avelino Paim, e o seu afastamento da vice-intendência teria feito com que os demais republicanos regionais se afastassem de Innocencio de Mattos Miller.

Isto pode ser evidenciado no caso da disputa da construção de uma ponte que estaria destinada ao Passo do Zeferino (entre o município de Antônio Prado e Vacaria), mas que foi construída no Passo do Korff, sobre o rio das Antas, na divisa entre Caxias e Vacaria (localizada hoje no distrito de São Manuel, interior do município de Campestre da Serra), não sem antes ter ocorrido grande pressão por parte da Associação Comercial de Caxias e do deputado estadual, Avelino Paim, de Vacaria. Conforme afirma Fidélis Dalcin Barbosa:

O maior problema a resolver foi sempre relacionado com o transporte, sendo o município cercado por rios, que durante as cheias transbordam e interrompem o serviço das balsas, deixando a comuna isolada durante semanas. Para resolver o grave problema, o Intendente conseguiu obter junto ao governo do Estado uma ponte metálica na Alemanha e destinada ao Passo do Zeferino. Como se sabe, políticos de Vacaria, que não viam com bons olhos o crescente progresso do município vizinho, seu antigo distrito, puderam modificar os planos governamentais do Estado, transferindo a ponte para o Passo do Korff, onde foi inaugurada em 15.2.1907. (...) Foi um dos grandes reveses sofridos por Antônio Prado.⁶³³

⁶³² Carta de Firmino Luiz Gomes de Abreu a Marcos de Andrade e encaminhada a Borges de Medeiros (n. 0148, 16/06/1906 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁶³³ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980, p. 36-37.

Além de solicitar o afastamento do padre Carmine Fasulo das colônias italianas, por considerar estar o sacerdote envolvido na política, “*por forma diversa da que devemos adotar*”, afastando eleitores da eleição estadual de 1907, Innocencio de Mattos Miller crê que Firmino Luiz Gomes de Abreu é adversário do candidato oficial do PRR, mesmo que desdenhe sua capacidade como opositor:

Devo acrescentar que segundo se depreende do local da Gazeta Colonial, que vai junto, algo há com relação à próxima eleição. Outra coisa não posso crer que seja senão o afastamento dos eleitores da eleição e se isso se der, forçosamente será por influência do aludido padre, porque tenho certeza que Firmino de Abreu, por prestígio próprio, é incapaz de afastar um só eleitor, a menos que não lance mão de muito embuste e intrigas, em cuja prática é acostumado. Nestas condições, julgo de meu dever mais uma vez lembrar a V. Ex. a conveniência de conseguir a remoção do padre Carmine para fora das colônias vizinhas se possível for, para cujo resultado muito confio em V. Ex. sobre Firmino, o que tenho a dizer a V. Ex. é que, apenas aqui chegado, depois de ter arranjado à força de desacato, encontro de 400 eleitores (foram 4 federalistas), tem francamente espalhado que conta com o decidido apoio de V. Ex. e que não sairá daqui, onde será intendente. Nada disso acredito, por isso tenho-o lançado ao desprezo.⁶³⁴

Em carta, Firmino de Abreu defende-se de acusações, ao mesmo tempo em que se posiciona contra uma futura candidatura de Cristiano Ziegler para intendente municipal:

Respeitosamente venho declarar a V. Ex. que quando tive a honra de falar-vos manifestando desejos daqui não sair por vontade minha, visto não ter cometido faltas pelas quais merecesse ser expulso deste lugar, tinha em vista unicamente provar a V. Ex. que meus insignificantes serviços à política local eram dedicados ao vosso benemérito governo e que a perseguição movida contra minha pessoa por ingratos companheiros, a qual prossegue sem piedade (...). Se V. Ex. não tomar providências para garantir o futuro pleito intencional aqui será perdido. O eleitorado contrariado com a candidatura do sr. Cristiano [Ziegler] dedica-se com fervor pela candidatura Abbott.⁶³⁵

Diante das dificuldades políticas que enfrentava, como a inimizade com o notário Gomes de Abreu e com o padre Carmine Fasulo, Mattos Miller não concorre à reeleição. Como afirma Sérgio da Costa Franco:

Receoso, talvez, dessa campanha de abstenção [hipoteticamente movida por Gomes de Abreu], Inocência Miller desistiu de concorrer à re-eleição em 1907 e optou por favorecer a candidatura do Capitão Cristiano Ziegler para seu sucessor. Em maio, o município foi visitado pelo subchefe de polícia da região, Coronel Álvaro Moraes, que a 28 telegrafa ao Dr. Borges de Medeiros informando que o Partido Republicano local prestigiava o Cel. Inocência Miller como chefe partidário, mas apoiava o Capitão Cristiano Ziegler para Intendente. O pleito realizado em junho, sem discrepâncias, elegeu Ziegler com 711 votos.⁶³⁶

⁶³⁴ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0151, 13/02/1907 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁶³⁵ Carta de Firmino Luiz Gomes de Abreu a Borges de Medeiros (n. 0153, 07/06/1907 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

O breve mandato de Cristiano Ziegler (1907-1910) foi marcado pela permanência do coronel Miller como principal interlocutor local de Borges de Medeiros, mesmo quando o governo estadual passa a Carlos Barbosa, continuando as queixas do coronel contra a atuação do notário Firmino de Abreu. Miller insiste com Borges em prol da retirada do notário do município ameaçando, inclusive, afastar-se da direção do PRR local. Sérgio da Costa Franco cita as seguintes mensagens enviadas a Borges:

De 13/dez./1907 é o telegrama do teor seguinte: “Firmino Abreu acaba assacar-me mais uma calúnia a propósito alteração teve ontem seu filho Afonso com comandante polícia Capitão Lopes. Diz ter sido agredido aquele ordem minha. Tudo falso. Cansei suportar infâmias. Firmino mãos V. Ex. remediar situação retirando daqui tal indivíduo”. (...)

É o que se vê no telegrama recebido em 6/jan./1908: “Visto dificuldade retirada Firmino daqui, bem pesar meu comunico V. Ex. não poder continuar chefia local. Incompatibilizado devido permanência tal indivíduo, sob pena minha desmoralização perante município, rogo V. Ex. providência minha substituição”. (...)

Lê-se em telegrama de 16/5/1908: “Notário não votou, ao contrário auxiliou chefe federalista Olímpio. Insisto pedido anteriormente feito remover dificuldades criadas notário, reconhecido, cada vez mais, nosso adversário”.⁶³⁷

Em fevereiro de 1910, o coronel Miller já se achava na vice-intendência, assumindo a chefia unipessoal do partido no município, em decorrência de uma licença por tempo indeterminado de Cristiano Ziegler. Eleito no ano seguinte, Miller ocuparia a Intendência por mais três mandatos, deixando-a apenas em 1922, como se verá no próximo capítulo.

Em Garibaldi, o primeiro intendente municipal, nomeado e depois eleito, Jacob Nicolau Ely (1900-1908), como todos os demais colegas da RCI, enfrentou grande adversidade, principalmente tendo em vista membros do Judiciário como oponentes às políticas do PRR na região, como se observa na carta abaixo:

Sabendo que o Promotor Público da Lagoa Vermelha pretende aposentar-se e continuando o sr. Herculano Montenegro, atual promotor desta comarca, a perturbar a boa ordem e união do Partido Republicano local, conforme já expliquei verbalmente a V. Ex., peço, caso seja possível, a transferência deste funcionário para aquela comarca ou qualquer outra do Estado.⁶³⁸

⁶³⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 79.

⁶³⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 80.

⁶³⁸ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2194, 20/04/1904 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Ainda em 1903, Herculano Montenegro solicita a Borges sua remoção da região: “*Eis-me aqui, Exmo. Sr., exercendo o cargo de promotor da comarca, por nomeação de V. Ex. e por indicação do meu chorado amigo,*

A presença de juízes distritais coexistia com a dos juízes de comarca, o que invariavelmente ocasionava conflitos de interesses e de competências entre as duas autoridades, a partir do momento em que ocorria o alinhamento ou divergências com facções políticas locais.⁶³⁹ O próprio juiz distrital de Garibaldi, Júlio Azambuja relata a Borges as desavenças com o juiz da comarca, Herculano Montenegro, que interfere em seus atos e resoluções.⁶⁴⁰ Anteriormente, no momento de sua chegada ao município de Garibaldi, Júlio Azambuja como bom e leal correligionário, agradece a Borges a sua nova colocação, assegurando lealdade:

Aqui cheguei a 15 do corrente, tendo assumido o exercício a 18, depois de prévio compromisso prestado por procurador especial, em Caxias. Impressionou-me agradavelmente a vila e o pessoal que aqui se destaca, quer o administração local, quer do fôro (...) No desempenho de minhas funções farei empenho em harmonizar os interesses da Justiça com os da administração, sem prejuízo daqueles e sem perturbar estes (...) Aguardo com prazer as ordens de V. Ex., aqui para cumpri-las religiosamente.⁶⁴¹

Denúncias de perseguições movidas pelo intendente de Garibaldi contra opositores eram comuns, como se observa na carta a seguir, cujos remetentes (pela presença de

que tendo-me prometido melhorar a minha profissão com um lugar de Diretor escolar ou de sub-chefe de polícia, morreu sem ter podido realizar uma dessas promessas (...). Nada vos peço se não que conteis com o meu devotamento e sinceridade, para mandar-me as vossas ordens que serão cumpridas sem excitações”: Carta de Herculano Montenegro a Borges de Medeiros (n. 1267, 09/11/1903 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁶³⁹ Conforme AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 13: “*A tensão entre poder central e lideranças locais era bastante perceptível em torno das funções exercidas pela Justiça. Conforme a Lei nº 10, de organização judiciária, de 10 de dezembro de 1895, cuja redação também teria sido encomendada por Júlio de Castilhos ao ainda Desembargador Antônio Borges de Medeiros, a fim de consolidar o Decreto nº 16 de 1892, a administração da Justiça gaúcha dividia-se em comarcas – firmadas em número de 32 pela Lei de 15 de janeiro de 1898 – e distritos. Em cada distrito atuava um juiz distrital, que tinha três suplentes, cujas principais atribuições eram homologar contratos, abrir testamentos, presidir casamentos, proceder a corpo de delito, preparar e julgar em primeira instância as causas cíveis, até o valor de quinhentos mil réis, e preparar processos-crime. Os juizes distritais estavam submetidos hierarquicamente aos juizes da comarca, que moravam nas sedes. As apelações das sentenças seguiam para a Capital, onde funcionava o Superior Tribunal, composto por sete desembargadores, nomeados pelo presidente do Estado, obedecendo aos critérios de antiguidade e merecimento. Os juizes da comarca, conforme o Artigo 54 da Constituição, eram nomeados pelo presidente do Estado, mediante concurso, sem exigência de diploma, realizado pelo Superior Tribunal e coordenado pelo presidente da Corte. Conforme o Artigo 42 do Capítulo IV da Lei nº 10, em concurso seriam preferidos aqueles candidatos que houvessem prestado “assinalados serviços ao Estado”, na condição de juiz distrital ou promotor público. Os juizes de comarca eram vitalícios e podiam ser removidos a pedido próprio ou “por conveniência pública”. A eles competia julgar, em primeira instância, todas as causas cíveis de valor superior a quinhentos mil réis e em segunda instância todas aquelas cujo valor não ultrapassasse esse limite, pronunciar e julgar crimes comuns, políticos ou de responsabilidade de funcionários e autoridades públicas e judiciárias, além de presidir o tribunal do júri*”.

⁶⁴⁰ Conferir a carta de Júlio Azambuja a Borges de Medeiros (n. 2200, 02/09/1904 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁴¹ Carta de Júlio Azambuja a Borges de Medeiros (n. 2193, 20/01/1904 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

caligrafias distintas) optaram pelo anonimato, assinando a mesma como “*Uns admiradores de V. Ex.*”:

(...) por medo de perseguições dos mandões desta terra (município Garibaldi) é que ocultamos os nossos nomes para não sofreremos alguma infâmia, como aconteceu ao malogrado Cel. Barreto na Vacaria (...). Perguntamos ao alto conhecimento de V. Ex. se a população deve pagar os impostos para serem os mesmos gastos em empregados, para que os mesmos maltratem a população?⁶⁴²

Em uma carta abaixo-assinado, eleitores e lideranças de uma colônia do município de Garibaldi demonstram sua contrariedade com a administração do coronel Nicolau Ely, chegando inclusive a indicar uma pessoa de sua confiança para se candidatar ao cargo de intendente:

Os abaixo-assinados eleitores, comerciantes e colonos estabelecidos na 1ª seção da linha Boa Vista [atual município de Arco Verde], município de Garibaldi, conhecedores de todo pessoal deste município, vendo que está prestes a terminar o período intencional, que tem desempenhado essa função o cidadão Jacob Nicolau Ely, a qual pretende apresentar-se candidato a sua re-eleição. Este cidadão não conhecendo perfeitamente o território do município e seu pessoal, devido a isso não fez boa administração e nem teve o tirocínio necessário para entre nós manter uma política ativa, calma e justiceira, para reunir e congregar todos os elementos e em todas as eleições contar uma vitória moral e verdadeira (...). Como queremos ter por Chefe local o homem que conhecemos, que depositamos confiança, respeito e veneração; viemos mui respeitosamente rogar a V. Ex. para que se digne a aceitar para candidato ao lugar de intendente deste município o nosso respeitado amigo e distinto correligionário, João Carlos Rodrigues da Cunha, por ser o único capaz de fazer boa administração municipal e política. Este cidadão que aqui reside há 15 anos, e dentro deste tempo tem nos prestado relevantíssimos serviços sem visar interesses ou ônus algum; foi ele quem nos arregimentou para as lutas políticas das urnas; é ele o republicano de convicção que aqui temos e só a ele é que devemos tudo o que há feito de bom para nós, enfim tem sido e continua a sê-lo nosso amigo e chefe querido e guia para o bem; quando foi vilado este território estavam voltadas as nossas vistas para que fosse ele o nosso intendente, porém ficamos enganados!! Foi apresentada a candidatura de um moço que, não sendo por nós conhecido, menos temos que agradecer-lo por serviços por ele prestado. Cõncios de que V. Ex. tomará em consideração o alegado por nós, aceitará a candidatura do cidadão por nós escolhido para nosso chefe administrativo e político, e de antemão, nos consideramos ou confessamos gratos, e que contamos como certa a vitória das urnas a favor do nosso apresentado e o nosso amigo aqui contará uma vitória real.⁶⁴³

A carta acima evidencia a contrariedade que as populações distritais possuíam com a indicação de intendentes municipais oriundos de fora da região, preferindo pessoas conhecidas para ocupar os cargos públicos locais, o que na maioria dos casos era refutado por Borges. Observa-se, também, a importância das eleições como legitimadoras das lideranças locais e das “vitórias reais” nos mesmos pleitos e não apenas devido a processos fraudulentos.

⁶⁴² Carta anônima a Borges de Medeiros (n. 2195, 28/05/1904 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁴³ Carta abaixo-assinado a Borges de Medeiros (n. 2196, 20/06/1904 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

Por exemplo, João Carlos Rodrigues da Cunha foi o primeiro morador brasileiro a se estabelecer na Colônia Conde d'Eu, casou-se com a italiana Lúcia Cogo e, portanto, constituiu laços com a população colonial, como se comprova na análise de várias cartas que solicitam a sua indicação para o cargo de intendente municipal.⁶⁴⁴

Jacob Nicolau Ely, como intendentes de outros municípios, fez inúmeros pedidos para a construção de escolas, escolha ou remoção de professores:

Tendo hoje ciência de ter sido nomeado Inspetor Escolar desta região, o professor Ignácio Frederico Stoll e, julgando inconveniente essa nomeação, por que me trará muitos incômodos futuros (...), assim, se ainda for tempo e sendo possível, peço a V. Ex. tornar sem efeito tal nomeação (...). Será motivo para que Stoll não aceite a nomeação, exigir-lhe residir na sede da região em Bento Gonçalves.⁶⁴⁵

A bem de acautelar os interesses da instrução pública e políticos, julgo necessário no quadro escolar deste município a alteração seguinte: criar uma escola mista na linha Garibaldi Nova e a nomeação de D. Mercedes Coelho para regê-la; e bem assim, uma do sexo masculino na linha Barão de Cotegipe. A nomeação da professora D. Universina de Araújo Bastos para reger a escola do sexo feminino na Vila, e de D. Octavelina Silveira para a feminina da linha Alencar Araripe; a conversão da escola masculina da linha Presidente Soares para mista, e para regê-la a D. Emília Menegazzi. Com esta alteração terá a instrução muito resultado e acomoda interesses políticos.⁶⁴⁶

Apresento a V. Ex. o portador desta mesma correligionário político s. João Baptista Lacava, que vai acompanhando sua filha Ana Maria, inscrita para o concurso da Instrução Pública. Rogo a V. Ex. facilitar o quer for possível a esse nosso companheiro.⁶⁴⁷

Apresento a V. Ex. o portador desta, nosso correligionário político João Preussler Sobrinho, candidato a uma escola e inscrito para o concurso da Instrução Pública. Rogo a V. Ex. facilitar o quer for possível a esse nosso bom companheiro, que é digno e merecedor.⁶⁴⁸

Tenho a subida honra em apresentar a V. Ex. o portador desta nosso correligionário político sr. Augusto Tomiassi, que vai fazer concurso para uma Escola Pública. Rogo a V. Ex. facilitar o que for possível a esse nosso companheiro.⁶⁴⁹

Tem esta por fim solicitar a V. Ex. o obséquio de atender, se for possível, o que requer D. Flordalice Peterlongo Rosa com relação aos concursos para provimento

⁶⁴⁴ Além da carta citada anteriormente (n. 2196), com o mesmo teor e petição, mas com assinaturas de representantes da 2ª seção da linha Boa Vista (carta n. 2197, de 25/06/1904); com assinaturas de moradores das linhas Garibaldi Velha e Costa Real, afirmando: “O Sr. João Carlos goza aqui de geral estima, confiança e respeito, a ele devemos inúmeros favores e benefícios particulares, ele é o homem mais conhecido e mais conhecedor do pessoal e do território deste município” (carta n. 2198, de 12/07/1904); além da carta abaixo-assinado de “eleitores negociantes e colonos estabelecidos na Estrada Geral 2ª seção município de Garibaldi e linha Garibaldi” (carta n. 2199, de 30/07/1904).

⁶⁴⁵ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2205, 21/05/1906 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁴⁶ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2206, 09/06/1906 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁴⁷ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2217, 14/12/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁴⁸ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2218, 16/12/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁴⁹ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2219, 19/12/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

das escolas públicas, (...) acha-se a mesma impossibilitada de comparecer agora ao concurso nessa capital devido seu estado de saúde. D. Flordalice Peterlongo Rosa é esposa de um correligionário político que tem prestado seus bons serviços ao Partido Republicano.⁶⁵⁰

O intendente de Garibaldi Nicolau Ely interfere na política de Bento Gonçalves, ao solicitar a Borges a remoção do correligionário e conselheiro municipal daquele município, Camillo Leiendecker, também inspetor escolar em Bento para Garibaldi.⁶⁵¹ Leiendecker reforça o pedido e solicita permissão a Borges para renunciar aos cargos que ocupa, pois não pretende mais residir em Bento.⁶⁵²

No período de 1908 a 1910, assume a intendência de Garibaldi o juiz distrital Júlio Azambuja. Apesar de ter realizado uma boa administração, não concluiu seu mandato como intendente de Garibaldi escolhido por Borges de Medeiros.

Segundo o coronel Diniz Martins Rangel, intendente de Taquara, onde exerceu os cargos de juiz distrital, promotor e delegado, Júlio Azambuja atuou em Garibaldi “*como conciliador aclamado para resolver a crise partidária infelizmente existente naquela futura comuna*”; de modo que o próprio Conselho Municipal de Garibaldi lançou em ata “*um voto de pesar pelo seu afastamento do Governo*”, agradecendo aos “*relevantes serviços que havia prestado ao município*”, autorizando inclusive o crédito que arcaria com a despesa da transferência do ex-intendente e sua família para Porto Alegre. Borges de Medeiros, ao se inteirar de sua renúncia do cargo de intendente, assinala “*com satisfação os bons serviços que vossa esclarecida e ativa administração prestou a esse próspero município, correspondendo amplamente a confiança por mim depositada em vosso sempre comprovado ardor e devotamento ao bem público*”.⁶⁵³

Em Bento Gonçalves, a maior liderança republicana era o coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, nomeado e eleito sucessivas vezes durante o período de 1892 a 1924, o que não significa afirmar que não havia oposição ao PRR no município, como afirma em carta Lúcio Cidade, informante borgista na localidade:

⁶⁵⁰ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2221, 23/12/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁵¹ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2213, 07/02/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁵² Carta de Camillo Leiendecker a Borges de Medeiros (n. 2216, 15/08/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Tão logo é transferido Leiendecker solicitar favores: “*O objeto desta missiva é pedir a V. Ex. um obséquio para minha sobrinha Ida Lima, professora da 10ª escola mista da Silva Pinto, no município de Bento Gonçalves. (...) Em caso possível, espero ser atendido e subscrevo-me com toda a estima e consideração*”: carta de Camillo Leiendecker a Borges de Medeiros (n. 2220, 19/12/1907 – Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁶⁵³ AZAMBUJA, Rudá Brandão. *Dr. Júlio Azambuja*. Rio de Janeiro: Canton & Reile, 1949, p. 8-9.

Já havia escrito a carta junta de 12, quando encontrei a vila pela manhã de hoje, inundada de cartazes de propaganda, colados fortemente às paredes, a fim de aproveitar-se a reunião do povo da Feira. Foram colados durante a noite pelos propagandistas, que são o ex-coletor estadual e o coletor federal. Fiz arrancá-los antes que se reunisse o povo. Não pude descolar um perfeito. Vai uma amostra. (...) Só temos os dois dísculos acima, mas hei de cortar-lhes os pulsos.⁶⁵⁴

Carvalho Júnior era natural de Porto Alegre, onde nasceu aos 26 de novembro de 1855, sendo que ocupou vários cargos na RCI ainda durante o período imperial (funcionário da Diretoria de Terras e Colonização), antes de se tornar um ativo membro do PRR (desempenhou a função de agente postal e escrivão do Juizado de Paz), a comprovar a permanência na administração de Bento Gonçalves por 32 anos:

Até fins de 1881, Carvalho Júnior dedicou-se ao trabalho no comércio em Porto Alegre, transferindo-se neste ano para Conde d'Eu (hoje, Garibaldi) a fim de assumir o cargo de agente do Correio e subdelegado de Polícia, além de continuar a ocupar-se do comércio.

Em 1886 foi nomeado escrivão distrital de Conde d'Eu, ocupando-se desta atividade até 1892 quando, por votação plebiscitária e ratificação do Governo do Estado, foi nomeado Intendente de Bento Gonçalves, cargo que ocupou por 32 anos, tendo sido sucessivamente re-eleito.⁶⁵⁵

A longa administração de Carvalho Júnior não esteve sempre em calma política e social, tanto que em 1905, promoveu-se revolta por parte da população colonial, quando foi criada uma taxa municipal que decretava o pagamento do imposto familiar, segundo o qual os filhos casados que ainda morassem com seus pais deveriam ser taxados separadamente. A inconformidade aparece no telegrama emitido pelo intendente a Borges de Medeiros, em 29 de janeiro de 1905:

Ontem geral surpresa uns quinhentos colonos atitudes revoltada e hostil apresentavam-se vila contra orçamento decretado conselho último sob fato haver criado imposto 4\$000 família habitarem companhia outra, ameaçando só pagarem imposto quem quiser e outros nada pagar. Foram casas de conselheiros com ameaças e gritos matá-los e incendiar casas, depois vieram esta intendência gritando abaixo impostos e outros impropérios. Foi preciso muita prudência e paciência evitar conflito a par energia não ceder imposição. Fato estranhável porque motivo algum havia. Não podendo levar avante se retiraram escurecer prometendo voltarem amanhã todos armados obtenção intento. Levo vosso conhecimento pedindo providências e indicando devo fazer punição cabeças redição a ordem e moralidade.⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ Carta de Lúcio Cidade a Borges de Medeiros (n. 377, 14/04/1904 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁵⁵ CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF, 2005, p. 70.

⁶⁵⁶ Telegrama de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros. Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 286.

Esta revolta colonial em Bento Gonçalves fez com que o intendente Carvalho Júnior solicitasse auxílio não apenas ao Presidente do Estado (que enviou vinte praças da Brigada Militar, comandados pelo subchefe de polícia major Euclides Moura), mas também aos intendentes de Caxias, Garibaldi e Alfredo Chaves (que enviou quinze guardas municipais). Acontecimentos como esse comprovam que o colono italiano real nem sempre correspondeu àquele idealizado por parte da historiografia. Lembra Júlio Lorenzoni:

O complô para organizar a sublevação foi feito na Linha Pedro Salgado e precisamente na casa de Gregório Baú. Os que o promoveram foram os Baú, pai e filhos, os Lazzarotto do rio Buratti e pessoal das Linhas Palmeiro, Leopoldina, Geral, Santa Bárbara e outras.

Grupos de colonos armados de espingarda de caça e de instrumentos agrícolas: pás, enxadas, foices, etc., apresentavam na manhã do dia trinta, numa atitude pouco correta, ao Palácio Municipal, reclamando contra o tal imposto. (...)

Mais uma vez a ignorância dos pobres colonos havia se prestado a instrumento de indivíduos mal-intencionados que, a todo custo, queriam prejudicar o digno Intendente e seus Conselheiros Municipais, que gozavam da estima geral do povo. (...) Foi voltando a costumeira dedicação ao trabalho. (...)

Foi aberta imediatamente uma investigação e capturados os colonos João Riboldi, André Masutti, Gregório Baú, João Signor, Luciano Sansigolo, Agostinho Brun, Pedro Dall'Oglio e Cristóvão Masutti.

Os dois primeiros foram em seguida libertados por falta de provas, e os outros seis só depois de dois meses e tanto de cadeia é que foram absolvidos pelo Tribunal do Júri, não sem ter gasto mais de um conto de réis cada um.⁶⁵⁷

Cabe mencionar que o intendente coronel Carvalho Júnior, mesmo reprovando a atitude dos colonos, ao rotular sua ação como um “*pretexto fútil*”, que não fazia “*justiça à índole pacífica e ordeira deste povo*”, tendo sido instrumento na mão de “*espíritos despeitados*”, suprimiu do orçamento para o ano seguinte o polêmico imposto; conforme expõe no relatório intencional do ano de 1905:

Cabe-me a honra de submeter a vossa apreciação e sensato critério o projeto de lei orçamentária para 1906, que nos moldes do orçamento corrente ano, apenas foi ele modificado no ponto justamente do parágrafo 1º, artigo 1º, da supressão da extensividade do imposto deste parágrafo, famílias que habitam em companhia de outras, por ver neste imposto um problema para essas famílias sem economia própria.⁶⁵⁸

Após este episódio, um dos principais contestadores de Carvalho Júnior foi Júlio Lorenzoni, como se observa no fragmento abaixo, principalmente no que se refere a atos do intendente que poderiam prejudicar ou diminuir sua renda pessoal:

⁶⁵⁷ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um Imigrante Italiano*. Porto Alegre, Sulina, 1975, p. 212-214.

⁶⁵⁸ Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 108.

Como V. Ex. sabe, o sr. intendente Carvalho Jr., com a criação do 3º distrito, ato a que se opunha a maior parte da população, veio prejudicar-me imensamente, reduzindo o meu cartório (Provedoria e Casamentos) a pão e água. Fiz ver em tempo ao sr. Carvalho a nenhuma necessidade que havia por assim proceder, o prejuízo que me causava não só financeiramente, mas também politicamente.⁶⁵⁹

Interessante mencionar a dinâmica das relações de poder na RCI, como na carta em que Lúcio Cidade apresenta Júlio Lorenzoni a Borges de Medeiros⁶⁶⁰ e posiciona-se contra o mesmo, apenas dois meses após a primeira missiva, acusando, além de Lorenzoni, a Antônio Fenaretto pelos conflitos no interior do PRR local.⁶⁶¹

Conforme o que se constata das cartas de Lúcio Cidade, havia uma disputa regional, iniciada ainda no período imperial, entre Carvalho Júnior e José Montaury de Aguiar Leitão,⁶⁶² da Inspeção Geral de Terras e Colonização, ao mesmo tempo em que se evidencia a subserviência de Lúcio Cidade perante Borges, como um verdadeiro coronel burocrata a serviço do borgismo:

Partem de alguns funcionários ideias absurdas e anárquicas, como seja a propaganda de candidatura a presidência do Estado, sem esperar-se o pronunciamento da direção suprema (...). Esta propaganda veio de Caxias, da *Gazeta Colonial* (...). O nosso amigo Carvalho prefere (...) lamentar-se, mas não contém os anarquistas, por que o coração pode nele mais do que o partidarismo. Eu penso diversamente: (...) daria a cabeça da filha para que se conserve esta harmonia, que é obra do grande Júlio: a obediência.

Os anarquistas querem desfazer sua obra [de Júlio de Castilhos], junto da qual somos obrigados a montar guarda. E já que o Carvalho não denuncia nem providencia para conter os anarquistas, levo eu ao conhecimento de V. Ex. O que são os dois Coletores. O do Estado, é um tipo qualquer, anarquizado, crápula por hábito,

⁶⁵⁹ Carta de Júlio Lorenzoni a Borges de Medeiros (n. 384, 03/05/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS). Contudo em suas memórias, Júlio Lorenzoni afirma: “*O Coronel Carvalho Júnior, por suas belas qualidades, sempre foi querido e estimado por seus superiores, assim como pelos seus administrados, que até hoje conservam por aquele veterano os melhores sentimentos de respeito e veneração*”. In: LORENZONI, Júlio. *Op cit.*, p. 190.

⁶⁶⁰ Carta de Lúcio Cidade a Borges de Medeiros (n. 391, 16/07/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS): “*O que posso afirmar a V. Ex. é que o sr. Lorenzoni é excelente companheiro político ativo, trabalhador e inteligente, tanto que a ele se deve a criação do Sindicato*”.

⁶⁶¹ Carta de Lúcio Cidade a Borges de Medeiros (n. 396, 21/09/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS): “*Quanto a Lorenzoni, confesso-me arrependido de tê-lo recomendado a V. Ex., pois ainda não lhe conhecia as manhas. Tem ele o melhor cartório da Vila e vive chorando miséria e fazendo mal com a mão de gato*”.

⁶⁶² O engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão, natural do Rio de Janeiro, foi diretor da colônia Alfredo Chaves entre 1888 e 1889, após foi diretor da colônia Guaporé em 1892, responsável pela divisão das terras da região em Linhas, designou o também engenheiro Vespasiano Corrêa à incumbência de demarcar as terras e loteá-las, sendo inclusive delegado da Inspeção Geral de Terras e Colonização. Foi intendente de Porto Alegre no período de 1897 a 1924. Seu trabalho na Comissão de Terras e Estabelecimentos de Imigrantes no Estado possibilitou-lhe “*a oportunidade de visitar e fazer-se conhecido em muitos municípios gaúchos como Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Cachoeira, Pelotas, Bento Gonçalves e Garibaldi*”. In: BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: PUCRS, 1996, p. 48.

que exerce mal o cargo, tratando os colonos e partes como cães. Julga-se senhor (...) e não reconhece superioridade em ninguém. É pessoa do Leitão, do qual é sócio em uma casa de bebida (...).

No partido só serve para fazer mal. (...) É inimigo do Carvalho e o hostiliza tanto quanto pode. E está desfrutando o melhor cargo do município, quando ali poderá estar o atual vice-intendente, que bem merece o cargo. O Coletor Federal é um italiano ignorante e inimigo do Carvalho. Não faz pelo partido e não cogita de fazê-lo. Não tem influência e nem o próprio voto dele é certo. (...) É peçonha do Leitão e prepara-se para futuro candidato à Intendência (...). É possível endireitar tudo aqui, melhorando-se o pessoal, que é péssimo (...). Se V. Ex. resolver tomar uma providência, se a Coletoria Federal eu desejo que V. Ex. me ouça antes de pedir a nomeação.⁶⁶³

A longa permanência do coronel Carvalho Jr. à frente da Intendência camuflava os conflitos políticos, os ataques pessoais e o acirramento das relações de poder no município, de tal modo que Lúcio Cidade solicita duas vezes a Borges para ser removido de Bento Gonçalves:

Remoção: quando V. Ex. puder remover-me, eu aceitarei contente. (...) Considero-me preso, como se estivesse na casa de correção e sou um inútil. (...) Em Jaguarão eu ficaria bem, à sombra generosa do dr. Carlos Barbosa. Conta-me que o juiz ali não vai bem. Se for assim, entrego a V. Ex. a decisão.⁶⁶⁴

Tendo lido no jornal oficial a criação de Inspetores Florestais, lembrei-me pedir a V. Ex. um desses lugares, em zona próxima à capital. (...) Acredito que ficarei melhor colocado do que me acho.⁶⁶⁵

Às vésperas da eleição estadual de 1907, Júlio Lorenzoni cita a Borges aqueles correligionários que considera prejudiciais à política do PRR em Bento Gonçalves e região, não esquecendo de mencionar qual seu verdadeiro interesse em denegrir tais pessoas, mesmo que o faça para o “*bem da política local*”:

(...) cumpro o imperioso dever de manifestar-lhe os sentimentos de minha eterna gratidão pelo empenho que tomou no meu processo [de responsabilidade], obra de mesquinha vingança de alguns adversários políticos, como [Herculano] Montenegro, [Arlindo] Vargas, [Camillo] Leiendecker e outros. Justiça se fez; e aqueles, que há pouco tempo viviam mascarados entre nós, fingindo-se companheiros, ora patentearam sua índole perversa, demonstraram terem sido sempre maus companheiro, e passaram-se para a falange dos arautos da candidatura Abbott.

Felizmente o primeiro vive em Caxias, abandonado dos homens de bem; o sr. Leiendecker, em boa hora foi removido para Garibaldi, onde exerce o cargo de inspetor escolar; este porém não deixará de ser sempre um elemento pernicioso à nossa política, devido a extraordinária ambição de ser um dia administrador de um destes municípios; e quanto ao sr. Vargas, amigo e compadre do sr. Carvalho, ainda exerce nesta vila as funções de ajudante do cartório de órfãos, ganhando 200\$000 por mês sem trabalhar, pois o homem não dá para isso.

⁶⁶³ Carta de Lúcio Cidade a Borges de Medeiros (n. 393, 29/07/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁶⁴ Carta de Lúcio Cidade a Borges de Medeiros (n. 399, 12/11/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁶⁵ Carta de Lúcio Cidade a Borges de Medeiros (n. 400, 19/11/1906 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

A bem da política local torna-se necessária a retirada desse sr. Arlindo Vargas desta vila, pois ele é nosso adversário, basta dizer que numa última correspondência por ele enviada à *Gazeta Colonial*, teve a audácia de inserir o seguinte tópico: “*A candidatura Abbott continua aqui a ganhar terreno no eleitorado extra-oficial*”.

Para chegar ao desiderato era mister que ele fosse nomeado provisoriamente para outro qualquer lugar nessa Capital, onde tem sua família e, neste caso, será fácil que o sr. Carvalho, mediante indicação de V. Ex., se decidisse a me passar o cartório, com cuja renda eu também poderia viver. De outra forma, estou na impossibilidade de continuar com o emprego que tenho, pois que, conforme lhe declarei verbalmente, dele não tiro o necessário para a subsistência de minha família. E ainda mais, daqui por diante é preciso trabalhar, percorrer estas linhas e sob o pretexto de fazer propaganda para o Sindicato Agrícola, não deixarei de preparar o ânimo dos nossos companheiros para a próxima eleição presidencial, mas compreenda V. Ex. que para isso é sempre preciso fazer despesas, e os meus rendimentos hoje são escassos. (...)

Sou certo que o cel. Lúcio Cidade terá minuciosamente informado V. Ex. de tudo que se passa por cá, mas tem ele infelizmente o defeito de exagerar os fatos, não se importando em prejudicar companheiros, que prestaram seus serviços ao Partido, como fez com Quirino Dias Lopes e Antônio Fenaretto.⁶⁶⁶

É o próprio Antônio Fenaretto que envia cartas contra o juiz distrital Lúcio Cidade que, por sua vez, o acusa de desfalque na Coletoria Federal:

Lúcio Cidade, Ex. Sr., é um homem perverso, mau e intrigante, ele por si só é capaz de revolucionar uma população inteira, haja vista o seu procedimento nas localidades onde tem residido. (...) Como companheiro fiel, e em nome de nossos correligionários, peço a V. Ex. a remoção de Lúcio Cidade, medida esta que fará a ordem e paz dos habitantes desta localidade.⁶⁶⁷

Se não fosse a numerosa família que tenho, garanto a V. Ex. que tal indivíduo não estaria ainda aqui, pois promoveria por qualquer meio sua retirada. Um elemento desta natureza em uma localidade pacífica como esta é pernicioso, ainda mais se vertido do cargo de Juiz Distrital!!⁶⁶⁸

O coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior também menciona os atritos da Justiça com a política partidária, em especial em relação a ingerência do Juiz da Comarca, José Gonçalves Ferreira Costa, e do Promotor Público, Herculano Montenegro, nesta área e na opção de ambos pela candidatura de Fernando Abbott:

Este sr. continua no propósito de ameaçar e intrigar os serventuários e mais pessoal do fôro, com quem tem incompatibilizado. (...) É, na verdade, intolerável, e revoltante o procedimento desse sr. Juiz, como tenho tido ocasião de observar e por demais prejudicial ao nosso meio. (...) A atitude por ele assumida, é de um verdadeiro insensato ou demente, pois a todos ameaça de processar, de mandar vir

⁶⁶⁶ Carta de Júlio Lorenzoni a Borges de Medeiros (n. 401, 29/04/1907 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁶⁷ Carta de Antônio Fenaretto a Borges de Medeiros (n. 403, 23/05/1907 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁶⁸ Carta de Antônio Fenaretto a Borges de Medeiros (n. 404, 17/10/1907 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

capangas para sorrir; um dia a uns, outro dia a outros; depois fingidamente mostra-se carinhoso para aqueles a quem ameaça.⁶⁶⁹

No município de Guaporé, instalado como tal em 1º de janeiro de 1904, teve como primeiro intendente Vespasiano Rodrigues Corrêa (1904-1907), nomeado e eleito posteriormente. Engenheiro, diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Vespasiano Corrêa desempenhou a função de relatar a Borges de Medeiros as peculiaridades e conflitos das relações de poder não apenas no município de Guaporé, mas em toda a região.

Na disputa com o intendente de Lajeado, Francisco Oscar Karnal, pela posse da colônia Esperança, então 2º distrito do município de Lajeado, se observa na carta dirigida ao Presidente do Estado, por Vespasiano de Abreu, a importância conferida à posse de distritos coloniais pelas Intendências:

Os habitantes das 28 de setembro, Boa Esperança (...) pertencentes atualmente ao 2º distrito do termo de Lajeado, mas colonialmente incluídos no núcleo de Guaporé, receando que fiquem pertencendo ao futuro município a desmembrar-se, como consta, vêm pedir a V. Ex. para continuarem como munícipes do Lajeado pelos motivos seguintes: Em primeiro lugar, aquele futuro município, provavelmente será entregue a uma direção política e administrativa desconhecida na colônia, quando esta sente-se feliz sob a chefia atual do sr. Coronel Francisco Oscar Karnal, que tudo tem envidado para nosso progresso e prosperidade; em segundo lugar para os suplicantes convêm a continuação a pertencerem ao Lajeado, município cujo nome é uma garantia ao valor territorial, que será depreciado simplesmente com a mudança. Parece, Exmo. Sr., a primeira vista que tal argumento é absurdo, mas V. Ex. pode crê-lo exato, por que os compradores de terras em inteira fé com a denominação do lugar.

Além destes fatos reais, acresce a notícia que de boca em boca corre quanto ao futuro diretor do município, infundindo tal nome uma espécie de terror, por que se tal der-se, o desastre será o mais completo.

Por tudo isso e no receio de ficarem subordinados a uma chefia desumana, quando tem uma que tanto tem se distinguido pela correção, honestidade exemplar e progressista, como é a atual do referido sr. Coronel F. Oscar Karnal, que conseguiu por sua conduta um prestígio verdadeiro e uma estima pessoal que nos é claro e grato conservar. Conscientes de que V. Ex. prestará atenção à voz popular, os signatários do presente pedem e esperam que se desmembrar o Guaporé do Lajeado, nas divisas para aquele não sejam incluídas estas linhas.⁶⁷⁰

⁶⁶⁹ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 406, 16/09/1907 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁶⁷⁰ Carta de Vespasiano Corrêa a Borges de Medeiros (n. 2456, 30/05/1904 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS). Acompanha carta de Lúcio Cidade (confidencial), dirigida a Vespasiano Corrêa, de Lajeado (29/10/1903): “*Não querendo de forma alguma ser incluído na panela de intrigantes e adulões que produziram inimizade entre o sr. E o Oscar, vos declaro que não fui nem sou solidário com os maldizentes que, infelizmente, tem seu predomínio por aqui*”. Francisco Oscar Karnal foi intendente municipal de Lajeado no período de abril de 1902 a agosto de 1908.

Nos distritos coloniais, onde a presença de padres obstaculizavam as ações das políticas borgistas e causavam conflitos entre os colonos, os relatos do intendente Vespasiano se mostravam de valor a Borges, por indicar as características das relações de poder regionais:

A Esperança conserva-se aparentemente calma e só conservar-se-á realmente saindo de lá o padre [Theodozio] Sanson a quem por duas vezes fui ver a necessidade de seu afastamento dessa localidade; concordou, porém, mostra fraca disposição a assim proceder.

Por sua vez os frades não retiram-se sem que vejam o padre ausentar-se e isto comunicou-me pessoalmente um dos frades, D. Raymundo e na mesma ocasião perguntou-me se não tinham liberdade de trânsito pela estrada geral. Indagando-lhe o motivo de tal pergunta, disse-me que indo em direção ao Muçum, ao passar pela Esperança, fora procurado por praças do destacamento a fim de impedir a passagem.

Ao mesmo tempo, disse-me que não lhe competindo tratar dessa questão, mandaria aviso ao superior D. Bruno [de Gillonnay] que deve vir a esta vila por toda esta semana. Com vagar e prudência estou tratando de harmonizar os colonos que tem me procurado e ouvido com acatamento. São estas ligeiras informações que de pronto vos posso prestar e tenho a minha atenção voltada para aquele ponto a fim de evitar funestas consequências.⁶⁷¹

Convém lembrar que o vigário da colônia de Esperança (hoje município de Vespasiano Corrêa), Theodozio Sanson, assistente do vigário João Fronchetti, entrou em conflito, movido por interesses econômicos, com os padres capuchinhos naquela localidade, então pertencente ao município de Guaporé.⁶⁷² Conforme menciona Gustavo Valduga:

Eram frequentes as queixas dos capuchinhos sobre o ciúme do clero local, em especial o italiano, que não via com bons olhos a presença de franceses nas colônias. (...) Os desentendimentos com Pe. Sanson continuariam por ocasião da ida dos capuchinhos à localidade de Esperança, local onde o referido padre era agora vigário. Com a intenção de ali construir um convento, as obras iniciaram sobre um lote doado à Igreja pelo governo do Estado. Pe. Sanson, no entanto, aproveitando-se de uma lei vigente, a qual prescrevia novas formalidades sobre os títulos de posse da Igreja, apresentou-se diante do governo como o novo proprietário do lote onde havia sido erguido o convento. A luta pela posse do terreno dividiu a comunidade de Esperança entre os que apoiavam Pe. Sanson e os que estavam ao lado dos capuchinhos. Na noite de 27 de janeiro de 1905, um grupo armado promoveu um ataque ao convento, onde, além dos frades, encontrava-se o bispo D. Cláudio e mais nove pessoas de sua comitiva. Ninguém ficou ferido, porém, no dia seguinte, o bispo ordenou a retirada dos frades da localidade e o encerramento de sua missão.⁶⁷³

⁶⁷¹ Carta de Vespasiano Corrêa a Borges de Medeiros (n. 2452, 18/01/1904 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

⁶⁷² No ofício nº 992, de 3 de junho de 1896, assinado por Borges de Medeiros, que se referia à localidade de Nova Esperança, que pertencia, na época, ao município de Lajeado, sendo que o local também recebeu os nomes de “Boa Esperança” e de “Picada Boa Esperança”. Em 1904, foi criado o município de Guaporé, e a localidade fazia parte dele. Nenhuma dessas denominações anteriores prevaleceu, pois o povoado formou-se sob a denominação de “Esperança”, até 1907, quando foi criado o 4º distrito de Guaporé, quando recebeu o nome do primeiro intendente de Guaporé, “Dr. Vespasiano Corrêa”; recebendo a denominação atual apenas em 1938.

⁶⁷³ VALDUGA, Gustavo. “Paz, Itália, Jesus”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal *Correio-Riograndense* (1930-1945). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 62. Segundo o frei Alberto Victor Stawinski: “as suspeitas do atentado recaem sobre Pe. Sanson, por chefiar um grupo de 12 famílias em Esperança; por aparecer em Muçum na noite do atentado; por possuir um

Ainda sobre o poder dos padres na colônia Esperança, pontua o intendente Vespasiano Corrêa sobre os conflitos gerados naquela comunidade:

Conheceis perfeitamente o procedimento irregular dos frades capuchinhos no povoado Esperança, onde lançaram a discórdia que estendeu-se até as seções coloniais adjacentes, a ponto dos colonos provocarem-se, dando origem a sérios conflitos que felizmente não tiveram funestos resultados, devido nossa intervenção em tempo.

Na Esperança, os colonos acham-se divididos em dois grupos e estão levantando outra igreja nas proximidades do povoado com o intuito de aniquilá-lo. São instigadores os referidos capuchinhos e o chefe destes, frade Bruno [de Gillonnay], não satisfeito com a discórdia aí escreveu a alguns colonos residentes na linha XI, ao norte desta vila e distante apenas 17 Km, prevenindo-lhes que aí passaria alguns dias. Com efeito, na época convencionada lá foi e prometeu criação de um curato com o fim de afastar desta vila os colonos. Conseguindo isto, indicou para vigário um padre que dizem ser de má conduta e foi proposital esta escolha para ter como coadjutor um frade e lá estando um terceiro, muito explorando a ignorância dos colonos que vivem felizes atualmente. Aproveitando relações que mantenho com o padre Octaviano, escrevi-lhe nesse sentido, obtendo em resposta a confirmação da criação desse curato e a imediata nomeação de um padre. Nesse local, numa linha colonial, muito próxima desta vila, prejudica enormemente o desenvolvimento desta vila por que os colonos estão dividindo seus lotes em pequenas frações para fundarem um povoado onde empregarão suas economias na construção de igrejas e conventos – fato idêntico ao caso triste da Esperança que retrocedeu completamente. Insisti junto ao padre Octaviano para ser transferido esse curato para a linha XIX, onde acha-se a sede do 2º distrito deste município; porém julgo não ter sido atendido, devido a teimosa intervenção do frade Bruno. Esta população está alarmada com este fato, empenha-se no sentido de ser evitados este desastre e por este motivo segue para essa Capital o nosso amigo Padre Stefano Gazzera, vigário desta paróquia. Sendo este o assunto desta missiva, dou por terminada por que com mais clareza o padre Stefano vos relatará os fins que tem em vista os frades capuchinhos.⁶⁷⁴

A importância conferida à colônia Esperança, em relação do município de Guaporé, tem paralelo no distrito de Nova Trento, tendo em vista o município de Caxias. Ambas localidades prestavam-se a uma apropriada e desejada reserva de eleitores que, se bem “orientados” por um coronel fiel à facção de posse do poder, constituiriam um vantajoso poder de barganha para suas lideranças. Contudo, se fosse contrariada essa liderança distrital, poderia surgir um ponto de atrito entre facções, como evidencia a carta do coronel Joaquim Mascarello a Borges de Medeiros:

fuzil e pelas letras do cartaz difamando o bispo e os frades, afixado na porta da casa paroquial no dia do atentado”. In: DE BONI, Luis A; COSTA, Rovílio. *Os capuchinhos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1996, p. 72-74. Carta de Theodozio Sanson a Borges de Medeiros (n. 2449, 09/12/1903 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS): “*Tomo a liberdade a apresentar a V. Ex., meu mano Francisco Arcângelo Sanson, atual professor da Esperança, que vai a essa capital com o único fim de cumprimentar a V. Ex. e oferecer-lhe os humildes protestos de estima, gratidão e acatamento. Lho recomendo e peço se (...) tomar em consideração a relação e os pedidos que por maio dele lhe envio*”.

⁶⁷⁴ Carta de Vespasiano Corrêa a Borges de Medeiros (n. 2457, 23/09/1904 – Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

É-me doloroso participar a V. Ex. que o eleitorado em massa está disposto a retirar-se da política no caso de distritar-se Nova Pádua sem vilar Nova Trento. O povo do 2º distrito diz: Por qual motivo Caxias, com 600 votos na vila, tem bastante força de opor-se a vilar Nova Trento, que dá 500 na sede; e nós com tantos votos não teremos o meio de combater Nova Pádua, que numa eleição importantíssima deu 42 votos? Por isso declaro a V. Ex. que se as aspirações, aliás sagradas deste povo não forem atendidas, resolvo acompanhar o proceder dele, retirando-me da política. Espero, porém, que isso não acontecerá e que V. Ex. quererá dispensar a esta infeliz localidade: Justiça e Proteção.⁶⁷⁵

Em Caxias, após a emancipação em 1890, foi nomeada pelo Presidente do Estado, General Cândido José da Costa, uma junta governativa composta por Ângelo Chitolina, Ernesto Marsiaj e Salvador Sartori, todos comerciantes. Neste período os conflitos ocorridos no município são entre católicos e maçons, decorrentes da situação da Unificação Italiana, mas intensificados pela situação nacional e estadual, por meio da divergência entre republicanos (apoiados pela maioria dos comerciantes) e federalistas.

Em 20 de outubro de 1891, é eleita a primeira junta governativa municipal, da qual faziam parte àqueles citados acima (à exceção de Sartori) juntamente Hugo Ronca, Romano Lunardi, Agapito Conz e Benjamim Cortes Rodrigues, que estava entre os carreteiros “*mais afortunados de Caxias*”.⁶⁷⁶

Contudo, organiza-se em Caxias um movimento que aconselhava os colonos a não pagarem os impostos, levado à frente por elementos excluídos da participação na Junta Governativa recém eleita, que se ressentiam do fato, mas alegavam haver um descontentamento da população local, devido ao descaso com a “*falta de estradas, no mau estado de conservação das ruas e estradas já existentes e na cobrança de impostos, considerados muito elevados para uma população de poucos recursos*”.⁶⁷⁷

A intranquilidade estadual e federal se reflete no município. Em 26 de novembro de 1891, o poder municipal é tomado por um grupo de revoltosos, intitulado como Junta Revolucionária Municipal (composta por Francisco Salerno, delegado de polícia, Domingos

⁶⁷⁵ Carta de Joaquim Mascarello a Borges de Medeiros (n. 2173, 05/01/1904 – Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS). Pelo Ato Municipal nº 57, de 28 de janeiro de 1904, é criado o distrito de Nova Pádua e anexada ao município de Caxias, sendo que Nova Pádua foi promovida a 4º Distrito de Caxias, no dia 13 de abril de 1904. Apenas em 24 de maio de 1924, com a emancipação de Nova Trento, Nova Pádua foi incorporada a este, que mais tarde receberia o nome de Flores da Cunha. Por Decreto Estadual nº 3320, de 17 de maio de 1924, assinado por Borges de Medeiros e Protásio Alves, foi criado o município, tendo por sede a vila de Nova Trento e por 2º e 3º distritos, respectivamente Nova Pádua e Otávio Rocha.

⁶⁷⁶ STORMOWSKI, Márcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias: 1875-1910*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2005, p. 111.

⁶⁷⁷ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul: 1875-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 150.

Maineri, Luiz Pieruccini, Giovanni Dalla Santa e Pasqual Mangeri), liderados por Affonso Amabile e que incitam os colonos a não pagarem os tributos. Passa, então, a ocorrer a divisão do poder político em Caxias, entre a Junta Governativa eleita e a Junta Revolucionária:

O Governo Provisório, em 30 de maio de 1892, nomeia para a Junta Governativa caxiense Luiz Pieruccini e Domingos Maineri, participantes das revoltas. A situação é tensa, pois revoltosos nomeados e conselheiros eleitos estão lado a lado no mesmo conselho. (...)

O Conselho exige o pagamento dos impostos atrasados, com multa. Os contribuintes que não pagaram os impostos induzidos pela Junta Revolucionária novamente se revoltam.

A revolta não é ocasionada apenas pela situação dos impostos municipais, mas pela acirrada luta estadual pelo poder dirigente. Em 12 de novembro de 1891, o poder estadual é assumido pela Junta Governativa Federalista, composta por Assis Brasil, Barros Cassal e General Barreto Leite. A Junta passa o governo para o Marechal Câmara em 8 de junho de 1892 e, em 17 de junho de 1892, o Rio Grande do Sul passa a ter um duplo governo, constituído por Silva Tavares e Vitorino Monteiro. (...)

Como não poderia deixar de ser a situação se reflete na ordem política e econômica do município. Luiz Pieruccini e Domingos Maineri são nomeados pelo General Domingos Alves Barreto Leite, da Junta Estadual Federalista. O Conselho Municipal é avisado que Domingos Maineri deve ser o Presidente do Conselho, porém Ernesto Marsiaj permanece na presidência.

Com o duplo governo do estado, os líderes federalistas municipais resolvem tomar a Intendência. Esse movimento como o anterior reflete a luta entre federalistas e republicanos. As tentativas de revoltas e as revoltas municipais impedem a normalidade econômica. A Junta Revolucionária suspende novamente o pagamento de impostos. Com a suspensão dos impostos, a maioria da população apoia o golpe, bem como as autoridades policiais e o destacamento da Guarda Cívica.⁶⁷⁸

Dando seguimento à administração municipal, é nomeado primeiro intendente Antônio Xavier da Luz, em 9 de agosto de 1892, tendo como principais objetivos solucionar a crise política do município, decretar a Lei Orgânica municipal, além de cobrar os impostos atrasados, o que demonstrou ser tarefa árdua:

Alguns colonos efetuaram o pagamento ao procurador do intendente de São Sebastião do Caí. A Intendência do Caí não devolve os fundos à Intendência de Caxias. O pagamento feito em São Sebastião é indevido, já que desde o dia 1 de julho de 1891 funcionava na vila a Coletoria Estadual.

Outro elemento que complica a situação é a atuação da Comissão de Terras que, durante o período, continua transportando colonos e distribuindo ou vendendo lotes e cobrando dívidas. A receita auferida pela Comissão não retorna para a Intendência. (...)

A situação municipal é agravada pela eclosão da Revolução Federalista no estado. Em 29 de junho de 1894, a vila de Santa Tereza, sede do município, é invadida pelos

⁶⁷⁸ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 15-17.

federalistas liderados por Belizário Batista e José Nicoletti. Os maragatos instalam seu quartel-general no antigo prédio do Hospital Pompeia. O combate entre maragatos e pica-paus dura todo o dia, causando pânico entre a população. Da invasão resultam prédios incendiados, casas comerciais saqueadas e algumas mortes. Quando os federalistas se retiram da vila, as tropas republicanas são requisitadas e chegam para a defesa contra novos ataques.⁶⁷⁹

O intendente Antônio Xavier da Luz se exonera em 15 de setembro de 1894, sendo substituído por José Domingos de Almeida, que permanece no cargo até 11 de outubro de 1895, quando também se exonera. Alorino Machado de Lucena é nomeado, mas “*alega ao deixar o cargo que o fato de ser brasileiro lhe granjeia a antipatia de outros homens de origens diversas*”.⁶⁸⁰

Em 11 de outubro de 1895 é nomeado José Cândido de Campos Júnior, e após eleito, sendo em seu período administrativo que se desenvolvem os conflitos mais acentuados entre a Maçonaria e lideranças católicas, principalmente o padre Pedro Nosadini, organizador de comitês católicos adversários à Maçonaria na zona rural do município, como já observado no capítulo 2.⁶⁸¹

Na conturbada administração de Campos Jr. é fundada a Associação dos Comerciantes de Caxias, que passa a agrupar “*num mesmo grupo os elementos que haviam lutado pela posse da Intendência*”, cujos componentes eram “*ligados tanto à Maçonaria como aos comitês católicos*”, tornando-se o “*novo cenário dos grupos que a compõem*”, de modo que “*seus objetivos são comuns*”, aliado ao fato de que os “*comerciantes já não necessitam do apoio popular, pois descobrem sua própria força na organização de sua classe*”.⁶⁸² Ainda conforme Giron e Bergamaschi:

A ação do Conselho Municipal de certa forma se esvazia com a fundação da Associação Comercial. As lutas por melhores condições municipais vão ser travadas dentro da Associação que leva as reivindicações da classe aos órgãos estaduais.

Não só as reivindicações da classe são levadas às autoridades competentes. A Associação vai lutar para que os governos municipais sejam compatíveis com os interesses do grupo.⁶⁸³

No mês de dezembro de 1901, com o aumento de impostos que colonos e produtores rurais deveriam pagar à Intendência, medida do Conselho Municipal, a Associação Comercial

⁶⁷⁹ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Op cit.*, p. 18-19.

⁶⁸⁰ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Op cit.*, p. 19.

⁶⁸¹ Conferir também: COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. *Homens e Mitos na História de Caxias*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

⁶⁸² GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Op cit.*, p. 23.

⁶⁸³ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Op cit.*, p. 24.

trava luta contra o aumento da tributação, pois os “*comerciantes sabem que da remuneração da agricultura dependem suas vendas e seus lucros*”, tornando claro que a “*luta pela redução de impostos defende a sua própria causa e as dos consumidores*”.⁶⁸⁴

Convém pontuar que na primeira diretoria da Associação de Comerciantes de Caxias (composta unanimemente por descendentes de italianos) haviam apenas dois membros do Conselho Municipal eleito em setembro de 1900, Hugo Luciano Ronca e Francisco Bonatto. Isto evidencia o fato do Conselho não poder suprir todas exigências e reivindicações do setor comercial caxiense, apesar de ter sido a “*primeira instituição que abriu espaço para a participação do imigrante nas decisões que envolviam interesses comuns*”.⁶⁸⁵

No início do período republicano essa participação foi pequena, não por falta de interesse das lideranças locais, mas devido à ausência de oportunidade prática de assim se inserir na política estadual. No interior do Conselho interessava manter não apenas quem detinha o poder econômico (já que as atribuições do Conselho eram restritas ao âmbito orçamentário), mas, essencialmente, quem comungasse com os ditames da política vigente, ou seja, coronéis e líderes políticos capazes de levar à frente o projeto político do PRR.

No trabalho com as fontes se observa que haviam conflitos no interior dos Conselhos, ou deste órgão com relação a funcionários, intendentes ou comissões executivas em nível local ou regional, mas tais lutas jamais prestaram-se a contestar o poder de Borges no estado, sendo praticamente inexistente um governo municipal ideal onde houvesse harmonia entre intendente e conselheiros.

Comprova isto a postura daqueles conselheiros, acusados de serem federalistas por seus desafetos ou que contestam a facção dominante local por se encontrarem afastados de posições de mando no município, mas que tão logo obtém seus pedidos, retornam às fileiras do partido manifestando sua indefectível solidariedade política. Segundo levantamento de Eliana Rela Alves ao analisar os integrantes do Conselho Municipal de Caxias, no período de 1890 a 1928:

Neste quadro temos um total de cinquenta e um nomes. Identificamos trinta sobrenomes italianos, dezessete luso-brasileiros e com relação aos quatro restantes não possuímos comprovação documental da origem de seus sobrenomes. O número de sobrenomes italianos corresponde a 58,82%, os luso-brasileiros a 33,33% e os não identificados a 7,85%.

⁶⁸⁴ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Op cit.*, p. 24-25.

⁶⁸⁵ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul: 1875-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 154.

De um lado, o expressivo número de sobrenomes italianos pode significar uma estratégia do PRR de acomodação da situação vigente, pois mais da metade dos conselhos era formada por eles. De outro lado, a dependência dos Conselhos Municipais com relação aos Intendentes, e destes com as diretrizes do PRR estadual, impediam qualquer tomada de decisão por parte dos políticos caxienses. (...)

Daquele total de Conselheiros Municipais, identificamos quinze como pertencentes à sociedade maçônica, o que representa um percentual de 29%, ou quase 1/3 dos membros dos Conselhos no período em estudo.

Esse percentual torna-se expressivo se pensarmos que, no período de maior concentração de conselheiros maçons, 1890 a 1904, este grupo consolida, no município, a primeira Lei Orgânica que terá vigência até 1934, sofrendo uma reformulação em 1902, no que diz respeito aos Arts. 7º, 8º e 9º, que falavam, respectivamente, da repartição da Intendência e das atribuições do secretário municipal e do contínuo.⁶⁸⁶

Sobre a função dos Conselhos Municipais, convém lembrar que eram espaços essenciais à participação política das lideranças da RCI, de modo que houvesse representação de todos os distritos de determinado município, com o intuito de agregar as lideranças distritais e evitar a fragmentação do poder regional, além de servir como um local para a participação política de imigrantes e seus descendentes:

Os conselhos eram formados por 7 membros eleitos, como o intendente, para um mandato de 4 anos, podendo ser reconduzidos. Os conselheiros deveriam ser residentes no país por mais de 6 anos.

Os membros do conselho eram oriundos principalmente da elite local: comerciantes, industrialistas e profissionais liberais. A relativa ausência de renovação dos quadros dos conselhos sugere a existência de uma “oligarquia política local”. (...)

O conselho é, portanto, o local de reunião dos “próceres locais” da sede e dos distritos; um órgão no qual se pretende a participação de todos os chefes municipais visando o conagração do Partido Republicano local.⁶⁸⁷

Como os colonos pequenos produtores rurais não possuíam lideranças de fato suas, exceto aquelas ligadas à Igreja Católica, que pudessem reivindicar melhores condições de vida e de produção, possuíam na Associação Comercial um porta-voz indireto na solução de seus problemas e a ela recorriam. Como afirma Vânia Herédia:

Na história do comércio caxiense, encontram-se as coerções feitas pela Associação dos Comerciantes de Caxias na localização das pontes e nas rotas das estradas federais, determinando, através de fortes pressões políticas, os locais de construção das estradas que uniriam a cidade aos mercados principais, incluindo sempre a

⁶⁸⁶ ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890-1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 42.

⁶⁸⁷ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Relatório final de pesquisa/CNPq. Porto Alegre, março de 1992, p. 75-77.

passagem pela cidade no roteiro de ligação entre a Capital e os municípios de Cima da Serra.⁶⁸⁸

Isto evidencia como os comerciantes, além de conduzir as atividades econômicas locais, direcionando seus negócios de forma a que eles preponderassem em relação aos demais. Estavam tornando-se líderes políticos locais, mesmo que afastados da Intendência ou do Conselho Municipal, constituindo-se como grupo de pressão no município e na região:

Como consequência, os comerciantes caxienses monopolizaram o transporte e os colonos produtores ficaram impossibilitados de entregar os seus produtos diretamente ao comércio do Caí, obrigando-se a confiá-los aos comerciantes locais que, dessa forma, passaram a controlar também a produção do agricultor, o preço do produto e o crédito. (...)

À medida que os comerciantes se fortaleciam e os colonos diminuía a capacidade de produção na pequena propriedade, sua dependência aumentava e enfraquecia o seu poder de organização; a diferença entre a zona rural e a urbana crescia de forma muito acentuada; a situação dos colonos se agravava quando as safras não eram boas, levando-os a se endividarem com o governo ou com os comerciantes, que se beneficiavam, ficando com as terras dos devedores.⁶⁸⁹

A ação dos comerciantes organizados ocasiona, então, revoltas e o não-pagamento das taxas, o que acaba determinando novos problemas ao intendente Campos Júnior, já desgastado devido aos conflitos com os comitês católicos do padre Nosadini, o que acaba motivando sua renúncia do cargo:

A Associação Comercial tem papel preponderante na demissão do intendente. Sendo mal recebidos pelo edil, os seus delegados, que pretendem a redução de impostos, revoltam-se contra o governo municipal. Os comerciantes propõem-se a promover a cassação do mandato dos Conselheiros Municipais de Caxias. Na luta pela sucessão municipal os comerciantes demonstram sua força num plebiscito interno e decidem não apoiar a re-eleição de Campos Júnior.

Os comerciantes mobilizam-se; em viagem realizada a Porto Alegre, conseguem que o Partido Republicano aceite a candidatura de Serafim Terra, cujo nome tem a preferência dos associados da Associação Comercial.⁶⁹⁰

Assume o posto Alfredo Soares de Abreu, que já ocupava interinamente o cargo como intendente em exercício, com o afastamento voluntário de Campos Júnior em 1902, que se

⁶⁸⁸ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 61.

⁶⁸⁹ MACHADO, Maria Abel. *Op cit.*, p. 164-165. “*As companhias de navegação tinham em geral íntima relação com o capital mercantil de origem colonial, conectando-se a uma rede que costurava casas de comércio de São Leopoldo, de Montenegro, de São Sebastião do Caí e demais colônias com a Capital, como nos casos da Companhia Arndt, da Companhia Trein e da Companhia Mentz*”. In: AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001, p. 239.

⁶⁹⁰ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Op cit.*, p. 25-26.

retira para Antônio Prado e após para Vacaria.⁶⁹¹ Ocupa a Intendência até o final do mandato que seria daquele (1904), quando, depois de breve administração de Firmino Paim de Souza, intendente em exercício (1904); o engenheiro Serafim Terra, indicado pela Associação, é eleito para o quadriênio seguinte (1904-1908).

Maurício Nunes de Almeida, editor e proprietário do jornal *O Cosmopolita*, e que teria importância política brevemente no município, faz oposição ao intendente Alfredo de Abreu,⁶⁹² devido possíveis mudanças na Lei Orgânica local, especificamente no número 15 do artigo 24 da mesma, que daria ao intendente a atribuição de nomear livremente os empregados municipais, desde que não sejam parentes seus ou de qualquer membro do Conselho. Levado ao Conselho Municipal, este aprovou a modificação do artigo.⁶⁹³ Segundo o mesmo jornal:

Apoiamos o governo deste município, mas, para que esse apoio seja digno o refletido, torna-se necessário que conheçamos seu modo de proceder, para poder apontar seus erros e louvar seus acertos. O apoio irrefletido e incondicional foi a causa da queda moral do ex-intendente Campos Júnior. Não seremos nós, por certo, que faremos do atual intendente um mimalho.⁶⁹⁴

A oposição dos articulistas deste jornal deveu-se ao fato de comporem outra facção do PRR local, que não aquela de posse do poder executivo, o que decorria a nomeação dos tão desejados cargos públicos, especialmente em distritos coloniais, como se evidencia na matéria a seguir:

Vamos nos referir ao preenchimento dos lugares públicos do 3º distrito de Caxias [Nova Milano], há pouco criado, onde a competência dos novos funcionários indicados ficou muito aquém do exigido para a boa marcha de uma administração, que em tudo deve cooperar para o engrandecimento do nosso Estado, secundando assim os esforços dos timoneiros gloriosos que se encontram a posto na administração estadual. (...) A incapacidade e a carência de conhecimentos para os misteres inerentes aos cargos, foram deixadas à margem e o chefe local só tomou em consideração os votos que um 'roupeta' especulador garantiu, em troca da colocação de um seu irmão, que sendo também apaniguado de um satélite daquele chefe, a este arranjará os proventos que possam advir à sua 'profissão orfanológica'.⁶⁹⁵

Antes mesmo da aprovação eleitoral do novo intendente, é constituída em Caxias uma comissão executiva, a evidenciar que a administração de Alfredo Soares de Abreu não era

⁶⁹¹ *O Cosmopolita*, 29/03/1903, n. 34, p. 2-3 (AHMJSA): “Não levo ódios nem ressentimentos (...). Aos maus, porém, aqueles que se identificaram com os assassinos Brocatos e mais tarde se voltaram contra mim, a esses genuínos tipos do primeiro grupo de Ferri, o meu altivo e soberano desprezo”.

⁶⁹² *O Cosmopolita*, 24/08/1902, n. 4, p. 1-2 (AHMJSA): “É triste e doloroso este modo de proceder de certos administradores, que desviam-se da política nascida da moral e da razão, para apresentarem-se diante dos seus superiores hierárquicos como prestigiosos companheiros”.

⁶⁹³ *O Cosmopolita*, 10/08/1902, n. 2, p. 1 (AHMJSA).

⁶⁹⁴ *O Cosmopolita*, 17/08/1902, n. 3, p. 1-2 (AHMJSA).

⁶⁹⁵ *O Cosmopolita*, 31/08/1902, n. 5, p. 1 (AHMJSA).

unânime e que, após completar o mandato de Campos Jr., dificilmente seria indicado por Borges à continuidade administrativa:

Foram nomeados, para em comissão, dirigirem a política e os negócios deste Município, os srs. Tenentes-coronéis João Baptista de Lucena, Germano Parolini, Tancredo Feijó, o major, médico farmacêutico Hugo Ronca e o capitão Joaquim Mascarello. Conforme nosso último boletim, a eleição para intendente deste município, para conclusão do quadriênio, terá lugar no dia 30 do corrente mês. É candidato oficial o sr. Alfredo Abreu.⁶⁹⁶

Em carta de João Baptista de Lucena, presidente da comissão executiva⁶⁹⁷ do PRR em Caxias, se observa adversidades daquela com a Associação Comercial, que foi rotulada como opositora ao PRR local (esta carta está sem data, mas se percebe que trata do período da administração de Alfredo Soares de Abreu, de 1900 a 1904):

Aproveitando a ida a essa localidade de nosso amigo e prestimoso intendente sr. Alfredo de Abreu, tomo a liberdade de dirigir a V. Ex. a presente carta, na qual procuro fazer uma ligeira narração das últimas (...) políticas a essa localidade; pois o referido amigo fará a V. Ex. uma mais sucinta exposição do que aqui tem ocorrido com a competência e critério que lhe é peculiar.

Principiarei dizendo que achava-me ausente quando V. Ex. dirigiu à comissão executiva o honrado telegrama a cerca da futura eleição para intendente deste município.

Logo de chegada convoquei a reunião da comissão executiva e seu resultado, que V. Ex. sabe, (...) a ponderar que se essa reunião ficou combinado que me seria entregue a cópia da ata para ser por mim enviada a V. Ex. entretanto, essa cópia, se foi enviada a V. Ex. não foi por meu intermédio. Em minha ausência o sr. Rovea, sem consultar aos demais colegas, convocou uma reunião na sociedade comercial desta vila e aí exibiu o telegrama passado por V. Ex. à comissão executiva, o qual constame que foi copiado por diversas (...), insinuando que V. Ex. o havia encarregado de ouvir a opinião dos membros da referida associação, acrescentando que a referida associação, em sua maioria, é composta de súditos estrangeiros e de desafetos à política republicana.⁶⁹⁸

⁶⁹⁶ *O Cosmopolita*, 12/10/1902, n. 11, p. 1-2 (AHMJSA).

⁶⁹⁷ Conforme AXT, Gunter. *O Judiciário e a Dinâmica do Sistema Coronelista de Poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul/Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, 2004, p. 32: “A comissão executiva era, via de regra, mais importante que o conselho municipal, o qual, reproduzindo a sistemática da Assembleia dos Representantes, tinha atribuições meramente orçamentárias e, na prática, homologatórias. Além do orçamento, os conselhos faziam a apuração das eleições municipais. A divisão de cargos na comissão executiva costumava ser reproduzida nos conselhos. Quando duas facções entravam em conflito aberto, os conselhos tornavam-se palco de batalhas, mas, em geral, as discussões e os impasses ali havidos tinham pouca repercussão política. Durante o período borgista, os conselhos pareceram estar um pouco mais presentes na vida política antes de 1915. De ordinário, eram aparelhados pelas facções dominantes do PRR nos municípios e excluíam os dissidentes e federalistas, tornando, pois, inconsistente a atribuição que empunhavam de derrogar leis emanadas da presidência, como previa a Constituição de 14 de Julho”.

⁶⁹⁸ Carta de João Baptista de Lucena a Borges de Medeiros (n. 1261, s/d. – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

Na carta acima se observa a luta no interior da comissão executiva, no que diz respeito a quem deveria ser o representante e porta-voz de Borges de Medeiros em Caxias, incumbência que acarretaria grande responsabilidade e prestígio a quem detivesse o posto.

A oposição da Associação Comercial em relação ao intendente Alfredo de Abreu toma vulto quando de uma nova taxaço sobre os produtores do setor vitivinícola, bem como da cobrança pública do imposto de exportação, em uma extensa lista que continha algumas das lideranças locais, como Caetano Costamilan, Joaquim Mascarello, Vicente Rovea, Annuncio Ungaretti e Ângelo Chitolina,⁶⁹⁹ constrangendo-os e tornando-os adversários da situação administrativa municipal:

Decreto n. 69 de 26 de janeiro de 1904

Promulga lei n. 49 de 2 de janeiro de 1904

artigo 1º — todo habitante do município que possua parreirais, cuja produção seja superior a quinhentas medidas, pagará 25\$000.

artigo 2º — nenhum vinho sairá do município ou poderá ser vendido sem ser apresenta a guia que prove ter sido o mesmo analisado e reputado em condições de comércio.

artigo 3º — o proprietário de parreirais que não estiver sujeito ao que preceitua o art. 1º só poderá vender seu produto observadas as disposições do citado art. e as do 2º.

artigo 4º — as guias serão fornecidas gratuitamente, bem como as análises e todas as instruções para o preparo do vinho e tratamento dos vinhais.

artigo 5º — o produto deste imposto será aplicado exclusivamente ao custeio e remuneração ao profissional nomeado que será de competência reconhecida.

artigo 6º — A os infratores da presente lei será aplicada a multa de cinquenta a duzentos mil réis e mais as penas impostas por lei.

artigo 7º — são solidários com o que determina o artigo 6º os comerciantes e particulares que infringirem o artigo 2º.

artigo 8º — revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer que a cumpram e façam cumprir como nela se contém o declara.⁷⁰⁰

Novamente torna-se necessário pontuar as configurações das comissões executivas do PRR, como centros de poder nas disputas políticas locais. Seus membros “*eram provenientes da elite local (especialmente comerciantes, industrialistas e profissionais liberais)*”, que forneciam “*os quadros políticos locais*”, sendo imprescindível que possuíssem influência

⁶⁹⁹ O 14 de Julho, 06/03/1904, n. 82, p. 3 (AHMJSA).

⁷⁰⁰ O 14 de Julho, 07/02/1904, n. 78, p. 2 (AHMJSA).

política na sede e nos distritos, ou seja, “*com capacidade de arregimentar votos*”. Essas comissões prestavam-se a uma maneira de “*congregar os coronéis locais, leais ao partido*”, impondo a disciplina do mesmo e, assim, servia para evitar a “*pulverização do poder*” em uma certa região. Contudo, “*as divisões internas que existiam no PRs locais desta região também manifestavam-se nas comissões executivas municipais*”.⁷⁰¹

Mesmo com a publicação na imprensa local de uma lista de apoio à continuidade do intendente no poder, proveniente de representantes de dois distritos coloniais do município (Nova Milano e Nova Pádua),⁷⁰² a derrocada de Alfredo Soares de Abreu, deveu-se mais à ingerência da Associação Comercial e de membros da Comissão Executiva na administração, do que de falta de apoio do Conselho Municipal.⁷⁰³ Conforme telegrama de Borges de Medeiros publicado na imprensa local:

Terminado breve período municipal, foi solicitado pronunciar-me sobre eleição novo intendente. Era meu intento manter continuidade administrativa. Consultando comissão executiva manifestaram-se pela vossa re-eleição Lucena, Tancredo e contra Ronca, Parolini e Mascarello. Ante essa divergência e após duas conferências convosco e aqueles, tinha deliberado propor eleição prévia, mediante condições essenciais livre manifestação voto. A vista, porém, intensa agitação surgiu município, ameaçando até ordem pública e verificando ser inviável esse alvitre, resolvi, como me cumpria, indicar candidatura dr. Terra engenheiro distinto, com apreciáveis qualidades morais e intelectuais, em condições fazer excelente administração. Estranho à localidade e inteiramente alheio às paixões partidárias, poderá facilmente restabelecer união tão desejada entre republicanos caxienses. Confio, pois, que com vossos amigos seja brilhantemente sufragada essa candidatura.⁷⁰⁴

⁷⁰¹ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Op cit.*, p. 141-144.

⁷⁰² *O 14 de Julho*, 10/04/1904, n. 86, p. 1-2 (AHMJSA).

⁷⁰³ Conforme críticas ao projeto de lei do intendente Alfredo Soares de Abreu de 01/06/1904, que cita: “*Considerando que a Lei Orgânica do município, revista pelo Decreto 484 de 26 de Abril de 1902, não cogita das disposições para elegibilidade ao cargo de Intendente. Considerando que somente o artigo 28 da lei eleitoral de 30 de Outubro de 1894 é que tem regularizado essa formalidade. Considerando, portanto, que está deslocada essa disposição, naquela lei, pois ela deve constar unicamente na Lei Orgânica do município. Usando das atribuições que me faculta o artigo 56 da Lei Orgânica do município, proponho: Artigo 1º - Só poderá ser eleito Intendente deste município, cidadão brasileiro, maior de 21 anos de idade e que esteja no uso e gozo de todos os direitos políticos e civis. Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário*”: *O Cosmopolita*, 12/06/1904, n. 103, p. 1 (AHMJSA). O Conselho Municipal aprovou o projeto do intendente por unanimidade. Eram conselheiros nessa ocasião Jacintho Raymundo da Silva Flores, Francisco Bonato, Antônio José Ribeiro Mendes, Tancredo Áppio Feijó, Benjamin Côrtes Rodriguez, Antônio de Oliveira Santos e Miguel Muratore. Nenhum deles compunha a diretoria da Associação Comercial e apenas o coronel Tancredo Áppio Feijó fazia parte da Comissão Executiva do PRR em Caxias naquele momento.

⁷⁰⁴ *O 14 de Julho*, 31/05/1904, n. 102, p. 1 (AHMJSA). Convém pontuar que Hugo Ronca era vice-presidente e Germano Parolini, tesoureiro da Associação Comercial, além de Joaquim Mascarello ser liderança política do 2º distrito, Nova Trento. Em *O Cosmopolita*, 12/06/1904, n. 103, p. 1 (AHMJSA), há um recorte de matéria de *A Federação*: “*Tendo surgido divergência no seio do partido republicano de Caxias quanto à re-eleição do nosso distinto amigo coronel Alfredo de Abreu, o eminente chefe riograndense dr. Borges de Medeiros indicou o nosso amigo e ilustrado engenheiro dr. Serafim Terra candidato à eleição intencional. A indicação foi unanimemente aceita e com os mais vivos aplausos, pela comunhão republicana caxiense, porfiando todos, solidariamente, no apoio a essa candidatura*”.

Mesmo que sua continuidade na administração tenha sido impedida por Borges, o intendente Alfredo Soares de Abreu procurou pontuar que não faria oposição a Serafim Terra, indicado por Borges:

Para de uma vez por termo aos boatos adrede espalhados com referência a minha posição política, relativa ao próximo pleito municipal, declaro que conjuntamente com os meus amigos acatamos a solução dada pelo chefe do partido Dr. Borges de Medeiros. Se desinteligências houverem, por maior que fosse a intensidade delas, em nada influíram para que a nossa obediência e crenças, sofressem a menor solução de continuidade. Com meus amigos sufragaremos a candidatura indicada. Fica nessas linhas, portanto, definida a minha posição.⁷⁰⁵

Convém pontuar que foram lideranças do setor comercial que se opuseram à continuidade de Alfredo Soares de Abreu e indicaram Serafim Terra para concorrer às eleições ao cargo de intendente municipal, mesmo que seu poder para isso fosse, à princípio, negado.⁷⁰⁶ Sobre a indicação de Serafim Terra, cita um jornal local:

Esta manifestação (...) partiu de importantes negociantes, os quais, se pode dizer, representam uma enorme parte do eleitorado, por isso que sem os seus conselhos, solicitados espontaneamente pelos colonos, seus amigos, compadres ou fregueses, estes nada fazem, consolidando a opinião da maioria da Executiva, que a todo momento ia recebendo outras manifestações de solidariedade, tornando-se assim vantajosamente triunfante a ideia da não re-eleição, contra a do limitado número que manifestou-se por ela.⁷⁰⁷

Em carta de Olavo Ferreira, um dos reorganizadores do Clube Republicano Borges de Medeiros, contra Tancredo Feijó, se observa como esse elemento partidário também desempenhou a função de coronel burocrata de Borges de Medeiros em Caxias. Para tal, apontava aqueles correligionários que considerava maléficis à unidade partidária, como na missiva abaixo, contrária à liderança política de Tancredo Feijó e ao edil Soares de Abreu:

Como sabeis aqui resido há um ano, tendo sido recebido pela população e por ela acatado do modo mais honrado possível. Grato a tal tratamento procurei sempre correspondê-lo sem exageros e mantendo-me na esfera que me compete.

Não tardou, porém, que se dissesse que a minha vinda para aqui tinha por fim substituir o atual administrador municipal, findo que fosse o período de sua gestão, tendo sido o primeiro a nisso falar o cidadão Tancredo Áppio Feijó. (...)

Agora, na luta inglória em que se acha, revolta-se contra mim, afirmando que sou candidato ao cargo que ocupa, sem entretanto prová-lo, como tenho pedido que o faça, indicando uma só pessoa a quem houvesse comunicado minhas intenções ou pedido auxílio. A sua intenção é apresentar-me aos olhos, digo, aos vossos olhos, como um perturbador, um soldado indisciplinado do partido, um ingrato enfim,

⁷⁰⁵ *O Cosmopolita*, 17/07/1904, n. 108, p. 2 (AHMJSA).

⁷⁰⁶ *O 14 de Julho*, 24/04/1904, n. 88, p. 2 (AHMJSA): “A votação procedida na Associação dos Comerciantes não tem a significação política que se lhe quer dar, não pelo número relativamente reduzido dos votantes, mas pela evidente forma capciosa que presidiu ao preparo dos seus elementos preliminares”.

⁷⁰⁷ *O Cosmopolita*, 24/07/1904, n. 109, p.1 (AHMJSA).

como se juízo que fazeis de mim e já o dissestes e me tendes dado provas, permitisse medrar em vosso espírito semelhante protérvia!⁷⁰⁸

Claramente opondo-se ao intendente Terra, Olavo Ferreira relata a Borges de Medeiros sobre a composição das facções do PRR em Caxias, lideradas uma por Alfredo de Abreu e outra por Serafim Terra:

Quando aqui cheguei achava-se na 1ª légua (3º distrito) nosso amigo dr. Terra, que dali regressou há três dias. Infelizmente foi ali incorretíssimo, tendo deixado em nossos amigos as impressões mais tristes e dolorosas. Deu-lhe para provocar aqueles que tanto o auxiliam. (...), o não menos dedicado e leal amigo nosso e ainda dele, José Generozzi, atual sub-delegado, nomeado há um mês mais ou menos, a pedido do mesmo dr. Terra em telegrama ao sr. Sub-chefe de polícia.

É esse moço merecedor de toda consideração e foi na luta Abreu-Terra, quem tomou a peito, no 1º distrito, a causa do último e apresentou-nos à urna 111 votos limpos, tendo lutado contra os potentados do lugar, o padre, o juiz distrital, o escrivão deste, o agente do correio, etc., os quais abusando da fraqueza do nosso Terra, o exploram, incitando-o cada vez mais contra os verdadeiros amigos que o acolheram. (...)

O resultado é, fatalmente, o que já se vai dando, o abandono completo em que vai ficar o nosso amigo. Os epítetos que sem reservas ele emprega contra seus velhos amigos são os mais desonrosos e ofensivos. Longe de conciliar os elementos discordantes, separa-os cada vez mais, fazendo reviver ódios, já amortecidos e complicando gravemente a situação. Hoje já é considerado como homem perigoso, porque em estado de excitação nervosa, provoca e quer brigar. Foi de mau efeito e até mesmo vergonhoso o seu passeio à 1ª légua.⁷⁰⁹

Após assumir o cargo, o novo intendente Serafim Terra, possivelmente sem amparo em alguns distritos coloniais, ainda solidários ao intendente anterior, solicita nomeações pontuais a Borges de Medeiros:

Acho conveniente, a bem da política, a reintegração do sub-delegado do 3º distrito, Jorge Benedetto. Esta conveniência torna-se palpável como será pelo abaixo-assinado que junto a esta vos envio. Cumpre-me dizer-me que esse abaixo-assinado é feito pelo pessoal de melhor representação do 3º distrito, e composto na sua maioria de negociantes que são os diretores da política desse lugar. O atual sub-delegado, por combinação minha com esses senhores, será aproveitado em uma aula municipal.⁷¹⁰

Em nova carta de Olavo Ferreira, relatando a luta entre facções (e contrário a Serafim Terra), rotulando certos correligionários com o pior epíteto possível, o de federalistas:

Quanto aos dois primeiros (Tancredo Ápio Feijó e João Baptista de Lucena) nada tenho a dizer, porém, Vicente Rovea, por que tenho certeza de que V. Ex. não o conhece, cumpre-me ponderar que acaricia ideias contrárias às nossas; é federalista positivo e tanto assim que ainda há pouco recebeu de seu limitado número de correligionários nove votos para conselheiro municipal, bem como Francisco Balen, Francisco Salerno, Tarquínio Zambelli, Antonio Gauna e Antonio Pieruccini, todos

⁷⁰⁸ Carta de Olavo Ferreira a Borges de Medeiros (n. 1270, 19/04/1904 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷⁰⁹ Carta de Olavo Ferreira a Borges de Medeiros (n. 1272, 10/12/1904 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷¹⁰ Carta de Serafim Terra a Borges de Medeiros (n. 1274, 12/12/1904 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

igualmente francos federalistas. O Salerno, moço bom aliás, é filho do chefe federalista Salerno, que aqui operou na revolução (...). O nosso amigo Terra infelizmente continua em seus desvarios. Há pouco indo à Nova Pádua (4º distrito) lá, em companhia do escrivão Petry, íntimo e inseparável amigo de Baco, fez proezas (...). Sei também, com segurança, que é propósito daqueles cidadãos [Tancredo Áppio Feijó e João Baptista de Lucena] (disseram-no muito e reserva e jamais acreditarão que eu saiba) conseguirem do nosso fraco amigo Terra, demissões e nomeações, para depois darem-lhe o ponta-pé e fazerem-no cair mais depressa (palavras textuais), isso na esperança de que venha um substituto deles e que lhes inspire confiança.⁷¹¹

Como se não bastasse a presença de grupos adversários para evidenciar a presença do sistema político coronelista na RCI, a carta do professor Luiz Facchin relata a opressão própria ao coronelismo, tendo em vista os processos eleitorais:

Fez-se no dia 28 do mês passado a eleição para deputados. Como sempre concorri à urna para cumprir o meu dever, vindo porém desta vez só, porque os amigos não me quiseram acompanhar. Indagando dos mesmos a causa, disseram-me que era por que tinham sido convidados pelo membro da executiva de Caxias, sr. Feijó, que aqui ninguém gosta daquela feia pessoa, para não dizer demais. Quando voltava de tarde com pressa, levando remédios para minha mulher que estava muito doente, fui chamado pelo Sr. Intendente em sua casa e entrando encontrei o sr. Feijó, Kroeff e Lucena, único que não carregou tanto.

O Sr. Intendente estava tão alterado que pouco faltou para me cuspir na face. Disse-me os maiores impropérios, chamou-me de bêbado e mais epítetos infamantes e os outros aprovaram tudo. Tudo isso porque não levei eleitores. Respondi que convidei e não quiseram vir. Falava o Sr. Intendente tão alterado e dando tantos socos nos peitos que parecia estar muito doente. (...) Aqui ninguém é contra V. Ex. e os deputados e isso ficaria provado se fossem os eleitores chamados por gente decente e de confiança.⁷¹²

Em outra carta, o mesmo Luiz Facchin menciona, segundo seu ponto de vista, a anarquia que tomou conta do PRR em Caxias:

Em vista da cisão e anarquia que reina no seio do Partido Republicano deste município, vejo que mal andaria se não obedecesse unicamente as vossas ordens. Portanto, vos faço ciente que não só eu, mas também os meus amigos, só votaremos nos candidatos que o órgão de nosso partido oficialmente indicar. O meu chefe é V. Ex., de quem aguardo ordens, que serão fielmente cumpridas.⁷¹³

Com praticamente o mesmo teor, o padre José Zamboni, de Nova Milano, relata a Borges “*a podridão moral do partido*” em Caxias, atacando principalmente os funcionários do Judiciário regional:

⁷¹¹ Carta de Olavo Ferreira a Borges de Medeiros (n. 1275, 26/12/1904 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em relação à oposição a Vicente Rôvea convém referenciar a homenagem realizada pelo jornal *Cosmopolita*, então contando com Maurício Nunes de Almeida como editor-proprietário, com uma edição especial à sua pessoa, pela sua intervenção na questão da Ponte do Korff: *O Cosmopolita*, 19/03/1905 (AHMJSA).

⁷¹² Carta de Luiz Facchin a Borges de Medeiros (n. 1277, 28/03/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷¹³ Carta de Luiz Facchin a Borges de Medeiros (n. 1289, 27/11/1905 – Fundo Caxias – enviada de São Marcos/ABM/IHGRGS).

Antes de tudo, peço-vos permissão para expor-vos com detalhe necessário o ocorrido na última sessão do Juri deste município, onde V. Ex. há de forçosamente tirar as conclusões verdadeiras e exatas do estado de podridão moral do nosso partido local, entregue atualmente às mãos de um Herculano Montenegro, indivíduo mau e rancoroso, e seus juiz de comarca e notário, este último protótipo do orgulho e da nulidade política de ódio, vinganças pessoais e perseguições de todas as sortes, imposta somente por funcionários pouco zelosos no cumprimento dos deveres de seu cargo.⁷¹⁴

O intendente Serafim Terra relatando a presença de adversários no interior do PRR, afirma que os funcionários do Judiciário são os principais elementos dentre seus opositores, como pode observar após a demissão do tesoureiro Francisco Zani, bem como da necessidade de nomeação de alguém de fora do município:

Conforme já vos expus em minha anterior carta, o sr. Hugo Ronca fez constar que esse infiel funcionário seria reintegrado em seu emprego; hoje posso-vos adiantar que essa pretensão não é somente apoiada por aquele, como também pela grei que o cerca, composta dos srs. Herculano Montenegro, Olavo Ferreira, com a sanção do dr. José Ferreira da Costa (...). Cumpre-me cientificar-vos, porém, que jamais me deixarei levar pelos lisonjeiros que me cercam, e sim pela experiência e perfeito conhecimento que adquiri neste meio de corrupção e aniquilamento de sentimentos (...). É V. Ex. chamar a si a indicação da pessoas que deverá exercer o cargo de tesoureiro. Na minha opinião parece-me que ela recaia em pessoa estranha a esta localidade.⁷¹⁵

Em carta coletiva do Conselho Municipal contra Herculano Montenegro se observa a ruptura entre os grupos políticos em Caxias, cujas desavenças extrapolam o âmbito regional e tem repercussão na imprensa estadual, constituindo um verdadeiro conflito epistolar entre o Conselho Municipal de Caxias e os membros do Judiciário:

Pedimos em primeiro lugar e com o devido respeito, permissão para solicitar a vossa atenção sobre o atentado de que fomos vítima pela Seção Livre do “*Correio do Povo*”, de 31 de agosto p. f. (...) A calma e a educação que possuímos tem contido as explosões de nossos sentimentos de brio atassalhados em múltiplas verrinas da lavra de Herculano Montenegro, bastante conhecido por toda a parte como inimigo da ordem e sossego público (...) Como republicanos sinceros, rogamos a urgente retirada desse homem, que pela infâmia, intriga e mentira, se tornou o cancro da felicidade desta colônia.⁷¹⁶

Em oposição aos ataques que sofria, José Gonçalves Ferreira da Costa envia carta a Borges expondo as ameaças ao promotor público Herculano Montenegro, dizendo-se perseguido por Serafim Terra, João Baptista de Lucena (que antecedeu Ferreira Costa no cargo de juiz distrital) e Antônio Azambuja Kroeff, bem como de demais funcionários municipais: “*eu vi passar defronte de minha casa diversos empregados municipais armados*

⁷¹⁴ Carta de José Zamboni a Borges de Medeiros (n. 1281, agosto/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷¹⁵ Carta de Serafim Terra a Borges de Medeiros (n. 1283, 13/09/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷¹⁶ Carta do Conselho Municipal de Caxias a Borges de Medeiros (n. 1284, 13/09/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

de carabina”.⁷¹⁷ Mesmo assim, afirma a Borges: “fique, porém, V. Ex. certo, eu os destruirei”⁷¹⁸:

O dr. Terra disse que, tendo o sr. H. Montenegro ocupado a tipografia do *Cosmopolita*, não permitiria a publicação do novo jornal, cuja tipografia mandaria empastelar, antes da publicação do 1º número. A respeito não tomei outra providência senão levar o fato ao conhecimento de V. Ex., único no caso de intervir.⁷¹⁹

Olavo Ferreira, informante de Borges de Medeiros em Caxias, apresenta ao líder partidário as disputas políticas no município:

Continuo a cumprir as ordens de V. Ex., dando notícias que me parecem importantes, sobre os negócios de Caxias. Não se tendo realizado acordo algum entre os chefes políticos da terra, escrevi há tempos ao Haag, lembrando meu alvitre que, levado a efeito, poderia a meu ver trazer-nos resultado satisfatório no próximo pleito eleitoral, sanando assim os males consequentes da desunião reinante (...) a realizar-se em janeiro próximo: prevejo que será fraquíssima a concorrência dos eleitores às urnas. (...) Aqui estive o coronel Avelino Paim, que me mandou chamar a sua casa. Atendi prontamente ao convite daquele meu velho amigo, que me disse precisar de minha intervenção para conciliar as coisas de modo a evitar prejuízo para o partido. (...)

Pedi-me, então, que convidasse os srs. Parolini e Ronca a irem à sua casa. No dia seguinte lá estivemos e eu assisti a palestra que entretiveram entre si. Ouvi, em resumo, que os visitantes confessaram ao coronel que eram republicanos borgistas de coração, achando-se afastados dos negócios políticos devido unicamente à questão local. (...) O que é certo e dá origem à presente, é que a nossa eleição será fria e acreditando que isso não agrada a V. Ex., trato de lhe prevenir, cumprindo assim meu dever e vossas ordens de vos cientificar do que de importante aqui se passar.⁷²⁰

Dando prosseguimento à missiva anterior, Olavo Ferreira, agora auxiliado pelo major Euclides Moura, enviado por Borges de Medeiros, trabalha na árdua missão de unir as fações do PRR caxiense, mesmo que inimigo do intendente municipal:

Pedi-me, então, que me entendesse com os srs. Ronca e Parolini, procurando convencê-los de que deveriam com seus amigos concorrer à eleição do dia 30. (...) No dia seguinte, bem cedo, voltei à sua casa [de Hugo Ronca], saindo cheio de esperanças, pois conversou longamente sobre o assunto e terminou pedindo-me que fosse ao major Euclides saber quais as concessões que podia fazer a favor de certos amigos que indicou. (...)

Mais tarde disse-me o sr. Ronca que havia estado com o sr. Euclides, mas que nada ficaria combinado, por causa da afirmativa, que corria, de que o orçamento seria

⁷¹⁷ Carta de José Gonçalves Ferreira da Costa a Borges de Medeiros (n. 1285, 28/10/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷¹⁸ Carta de José Gonçalves Ferreira da Costa a Borges de Medeiros (n. 1278, 22/04/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷¹⁹ Carta de José Gonçalves Ferreira da Costa a Borges de Medeiros (n. 1288, 18/11/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷²⁰ Carta de Olavo Ferreira a Borges de Medeiros (n. 1292, 12/12/1905 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

anulado. Acrescentou-me o sr. Ronca que esse fato o colocaria em falsa posição perante aos colonos eleitores que ele levasse às urnas. (...) Apesar da minha sinceridade e da correção de meu procedimento, sobre mim recaem as culpas de tudo quanto de mau se passa em Caxias! Sou um espírito perverso! (...)

Tenho 41 anos de idade e 22 de serviço público. Acho-me incapaz de recomeçar vida nova e por isso não posso dispensar a proteção de V. Ex. para manter-me em funções públicas, em que tenho gasto mais da metade de minha vida, sempre com honra e a contento de meus superiores.⁷²¹

A carta de Ildefonso Fontoura expõem os motivos das lideranças caxienses afastarem-se da política partidária republicana, principalmente após a eleição estadual de 30 de janeiro de 1906, demonstrando como interesses econômicos influenciavam o engajamento político:

O pleito ocorreu sem nenhum incidente desagradável, tendo havido por parte do elemento italiano e alemão grande abstenção, devido a cabala desenvolvida pelos que estão despeitados e desejam as posições de governo.

O que eu já havia notado, não sem alguma surpresa para mim, é o grande interesse que tinham os viajantes das casas importadoras de Porto Alegre, principalmente casas alemãs, em fazer aqui política contrária a de V. Ex.; e portanto, contrária a do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Com raríssimas exceções esses viajantes, por conta própria ou com procuração das casas matrizes, são infensos ao regime político instituído pelo inolvidável extinto dr. Júlio de Castilhos, e habilmente mantido por V. Ex. com apoio fervoroso do Rio Grande do Sul republicano. (...)

O major Euclides Moura está bem habilitado a informar a V. Ex. a criminosa conduta política destes falsos adeptos de nosso regime político, uns cheios de ambições de mando, outros desejosos de amparo e proteção oficial para fins egoísticos e inviáveis, muitos, enfim, (...) alimentando vaidades pessoais, pretendendo ostentar prestígio que jamais tiveram e que absolutamente não tem. (...)

Alguns dizem-se arrependidos, outros que foram enganados, muitos que não são contra o governo do Estado e sim contra a administração municipal. (...) Apesar de tudo isso, da solicitude carinhosa com que o governo atende as reclamações justas, o grupo do sr. Hugo Ronca entendeu dever abster-se de votar na eleição de 30 de janeiro e os emissários, em número de 10 ou 12, percorriam as linhas dizendo aos colonos que não viessem votar, servindo-se de todos os pretextos, de todas as insídias, de todos os embustes e de todas as calúnias. (...)

As empresas de navegação do rio Caí não estão contentes com o governo que as obrigou aos pagamentos das taxas pelos melhoramentos do rio. Dizem que os vapores não podem ir ao porto de São Sebastião e queixam-se amargamente do engenheiro Costa Gama, que não fez ainda as obras que obrigou-se pelo contrato privilegiado.

No que alegam há alguma razão e muita má vontade, pois é inegável que a navegação está, presentemente, notoriamente melhorada, estando a empresa trabalhando assiduamente para completar a eclusa à montante e à esquerda da barragem. (...) Isto tem servido também de tal ou qual propaganda contra o governo por parte de um certo elemento germânico, que é insaciável nos seus cálculos de lucros.

⁷²¹ Carta de Olavo Ferreira a Borges de Medeiros (n. 1293, 24/01/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

Refiro isto para V. Ex. apreciar bem em que consiste às vezes, os descontentamentos desta gente. Se eles pudessem ter a alfândega a sua disposição, como no tempo do Silveira Martins, o governo de V. Ex. seria o ideal dos governos para a satisfação das suas ambições!⁷²²

Em relação ao exposto acima, Antônio Azambuja Kroeff, coletor estadual de impostos e líder da comunidade de Forqueta (3º distrito de Caxias) envia a Borges um abaixo-assinado com quarenta assinaturas de eleitores locais, afirmando sua lealdade ao partido e sua isenção em relação às lutas políticas regionais:

Nós abaixo-assinados eleitores do município de Caxias, lugar denominado Forqueta, 3º distrito, não tendo até esta data tomado parte em política e nem tampouco pertencido a esta ou aquela facção local, viemos com a devida vênia e respeitosa e unidos ao nosso amigo e correligionário Antônio Azambuja Kroeff, hipotecar-vos a nossa solidariedade em todo o terreno.⁷²³

Nas duas cartas citadas abaixo, de Ildefonso Fontoura contra Herculano Montenegro e Hugo Ronca, o remetente acaba criticando a postura política e os interesses dos “italianos” de Caxias, bem como sobre a oposição de Hugo Ronca, Olavo Ferreira e Montenegro (aliados ao Conselho Municipal), que “*incompatibilizaram-se radicalmente*” em relação ao intendente Serafim Terra:

Confirmo meu telegrama relativamente à atitude criminosa do Conselho Municipal, persistindo indecorosamente nas mesmas (...) com o projeto de lei do orçamento, que o intendente precisa para bem e proficuamente governar o município de Caxias. (...) Ontem dei a última demão nos conselheiros municipais, que receberam ordens do sr. Ronca de não renunciarem os seus lugares, continuando a negar ao intendente os recursos que ele precisa para administrar o município.

Maurício [Nunes] de Almeida tem jogado com perfídia, pretendendo salientar sua pessoa e prestígio político para fazer depois braço forte sobre o intendente (...), por isso acho inconveniente qualquer cargo para ele, pelo menos por enquanto. (...) Hoje o Maurício vai (...) abordar os conselheiros: concitá-los a votar o orçamento apresentado pelo Terra, ou então renunciarem os seus lugares em nome da mais vulgar moralidade administrativa.

O que ficar resolvido nestes dias eu avisarei prontamente V. Ex. por telegrama e, caso tivermos de fazer eleição para conselheiros, irei buscar um contingente do 1º Regimento da Brigada Militar, conforme V. Ex. prometeu, para evitarmos habilmente as habituais felonias do sr. Ronca, que tem astúcia e sabe intrigar, mas é um covarde e um egoísta, faltando-lhe por completo a audácia, que é sempre uma arma poderosa quando bem e oportunamente manejada.⁷²⁴

Os italianos de Caxias são uns perfeitos manequins dos manejos indecorosos do sr. Hugo Ronca e H. Montenegro. O dr. Juiz de Comarca já está quase que completamente desligado desse complô. (...) O nosso amigo Ten.-cel. Maurício

⁷²² Carta de Ildefonso Fontoura a Borges de Medeiros (n. 1295, 09/02/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷²³ Carta de Antônio Azambuja Kroeff a Borges de Medeiros (n. 1297, 05/03/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷²⁴ Carta de Ildefonso Fontoura a Borges de Medeiros (n. 1298, 14/03/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

poderá dizer a V. Ex. o que são os italianos de Caxias que pretendem as funções de governo administrativo.

Nenhum deles tem altruísmo e abnegação, desejando cada qual evidenciar um prestígio pessoal que absolutamente não tem, e, nisto, passam o tempo, trocando mexericos (...). Sem obediência às autoridades e às leis resulta a anarquia que infelizmente contemplamos neste município, e o conselho, composto de homens incultos (...), pretende mais ter as posições, governando pelo intendente, o que é eminentemente perturbador e impolítico. Em tudo isto destaca-se a individualidade adunca e egoística do sr. Ronca (...). Ele sabe intrigar para o que emprega a astúcia, mas não tem moralidade, nem escrúpulos.⁷²⁵

Serafim Terra dissertando sobre o decreto borgista que declarou insubsistente o orçamento caxiense, afirma que: “*em obediência ao decreto n. 869, de 27 do mês de fevereiro último, em que V. Ex. declarou insubsistente a lei do orçamento deste município, convoquei extraordinariamente o conselho, marcando-lhe para sua reunião o dia 12 deste mês*”.⁷²⁶

Somente no dia 21 de março compareceram na Intendência os conselheiros Antônio Moro, Mansuetto Pezzi, Francisco Mascarello e Marco Tonelli, que, no entanto, negaram-se a votar, alegando a ausência do conselheiro Caetano Boscato, que se encontrava em Nova Trento. Luiz Pieruccini e Pedro Serafini já haviam renunciado.⁷²⁷ Na mesma carta de Serafim Terra citada anteriormente, o intendente tece impressões sobre Maurício Nunes de Almeida:

Maurício, em minha humilde opinião, é um indivíduo inútil à sociedade. Não pode prestar o mínimo serviço útil à causa pública, é incapaz de qualquer sacrifício nobre e sério. Ainda não descobri-lhe qualidades aproveitáveis, é um ganhador egoísta que não procura os meios para chegar aos fins. É perigoso e irregenerável. Em todos os assuntos em que tem se envolvido, visou sempre interesses pecuniários e procedido sempre com a absoluta falta de escrúpulo. (...) Tratarei Maurício com a delicadeza e carinho precisos, porém, desconfiando sempre.⁷²⁸

Em carta de Ildefonso Borges Toledo da Fontoura sobre a renúncia do Conselho, menciona que os conselheiros municipais só renunciariam a seus cargos se processados por

⁷²⁵ Carta de Ildefonso Fontoura a Borges de Medeiros (n. 1299, 15/03/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷²⁶ Carta de Serafim Terra a Borges de Medeiros (n. 1301, 31/03/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷²⁷ Segundo CHIES, Guiomar. *Os poderes fazem história*. Caxias do Sul: Evangraf, 1999, p. 43: “*No mesmo ano [1906] há uma crise no Conselho Municipal. O Intendente não concorda com o orçamento aprovado pelo Conselho. Há fortes discussões. Pressões. O Intendente apela ao Presidente do Estado. Este interfere e pede a correção do orçamento. Os Conselheiros, unanimemente, preferem se exonerar a alterar o que tinham aprovado. Foi chamada nova eleição para completar o quadriênio*”.

⁷²⁸ Carta de Serafim Terra a Borges de Medeiros (n. 1301, 31/03/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Esta repentina antipatia a Maurício Nunes de Almeida, que também foi por um tempo diretor-proprietário do jornal *Gazeta Colonial*, pode ser explicada devido ao fato deste elemento partidário parecer estar acumulando prestígio em distritos coloniais do município, como em Nova Trento, 2º distrito de Caxias, onde inclusive se publica um abaixo-assinado contendo 88 nomes de eleitores que se declaram “adeptos” ao PRR, de modo que parte do eleitorado local chega a afirmar que “*confia ao criterioso amigo e correligionário Maurício Nunes de Almeida a defesa de seus direitos políticos*”: Carta de Joaquim Vasconcellos e outros a Borges de Medeiros (n. 2175, 01/03/1906 – Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS).

atentarem contra a Constituição do Estado. Cita que Francisco Mascarello, uma das lideranças do Conselho, “*é um dos aspirantes em constituir Nova Trento, município, não poupando, por isso, intrigas e vilanias à política republicana. É um embusteiro e um discolo, tão vilão quanto astucioso*”.⁷²⁹ Borges de Medeiros mais uma vez envia um elemento partidário alheio ao conflito com a missão de “pacificar” Caxias, a partir do posto de delegado da polícia local. A função coube a Américo Ungaretti, que envia suas impressões sobre os conflitos locais:

Aqui cheguei segunda-feira p.p. e logo fui visitar o sr. dr. Terra com quem mantive palestra amistosa, ficando penhorado pelas atenções a mim dispensada; felizmente encontrei todos calmos, de forma que tenho a esperança que decorrido algum tempo, possa ter o prazer de anunciar-lhe pessoalmente o conagraçamento da família republicana caxiense, resultado este que me satisfaria imensamente. Tenho notado nesta vila muito progresso em dez anos quando faz que aqui estive a última vez, muito deseje transferir minha família que acha-se em Bagé (...).⁷³⁰

Lideranças locais caxienses, adversárias do intendente, não se furtaram em bem acolher esse novo emissário borgista:

Com grande satisfação acusamos a recepção da carta que V. Ex. se dignou dirigir-nos, fazendo-nos a apresentação de nosso correligionário sr. Américo Ungaretti; que veio conviver conosco e exerce o cargo de delegado de polícia no nosso município. Agradecendo a honra da apresentação, cumpre-nos manifestar a V. Ex. os nossos sinceros agradecimentos pela escolha feita de pessoa bem distinta. O sr. Américo Ungaretti contará com todo o apoio de que dispusermos, a fim de que inspirado sempre nos princípios de justiça e dignidade, possa exercer o cargo que em tão boa hora V. Ex. lhe confiou.⁷³¹

Cabe lembrar que a Associação Comercial de Caxias, a partir de 1904, teve como presidente Hugo Luciano Ronca, que renunciou ao cargo em 1906, mesmo que sua renúncia não tenha sido aceita pela diretoria da entidade, após a crise interna que paralisou suas atividades, reiniciando apenas em 1912.⁷³²

Percebe-se que a oposição a Serafim Terra, levada a cabo pelo Conselho Municipal, deveu-se ao fato dele ter sido indicado ao posto intencional pela Associação Comercial de Caxias, cujos membros seriam opositores aos conselheiros municipais.

Em carta do novo Conselho Municipal, constituído após a renúncia do anterior, a responsabilidade dos conflitos em Caxias recai em José Gonçalves Ferreira da Costa, juiz da comarca, como se observa na carta citada abaixo:

⁷²⁹ Carta de Ildefonso Fontoura a Borges de Medeiros (n. 1303, 01/05/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³⁰ Carta de Américo Ungaretti a Borges de Medeiros (n. 1307, 30/11/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³¹ Carta de Hugo Luciano Ronca, Germano Parolini e Joaquim Mascarello a Borges de Medeiros (n. 1308, 10/12/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³² Conferir: MACHADO, Maria Abel & HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: Cem Anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 26.

Esta nossa deliberação tem unicamente por fim, orientar-vos das irregularidades praticadas pelo sr. dr. José Gonçalves Ferreira Costa, Juiz desta Comarca, irregularidades estas que estão prejudicando a boa marcha dos serviços municipais, e a precisa tranquilidade no seio da família caxiense. (...) Logo de chegada, a primeira visita que fez foi ao seu inseparável companheiro, sr. Herculano Montenegro.

Esse prejudicial indivíduo, como V. Ex. deve saber, só prima em usar, em seu jornal, de uma linguagem virulenta e por demais revoltante, ofendendo a todos indistintamente. (...) Como conselheiro municipais, estamos e continuaremos a estar ao lado do dr. Serafim Terra, que tão bem tem sabido impôr-se ao nosso apreço e admiração pela sua correção de proceder e acendrado amor ao trabalho.⁷³³

Em carta remetida pelo Conselho Municipal de Caxias ao procurador geral do Estado, desembargador André da Rocha, encaminhada posteriormente a Borges de Medeiros, os ataques ao Juiz da Comarca são intensificados, de forma a cair sobre ele a responsabilidade dos conflitos políticos e da fragmentação do PRR no município:

Os membros do conselho municipal do município de Caxias, abaixo-firmados, vêm perante V. Ex., representar contra a permanência nesta comarca, do sr. José Gonçalves Ferreira Costa, juiz de comarca, de conformidade com o que preceitua o § único do art. 56 da Constituição do Estado, pelos motivos que abaixo expões (...).

O sr. dr. José Gonçalves Ferreira Costa, esquecendo-se de que acima de seus ódios e paixões pessoais está a aplicação exata da Justiça, tem cometido as mais condenáveis perseguições a funcionários públicos estaduais e municipais residentes neste município, visando trazer a discórdia e o descontentamento entre esse funcionalismo.

E isso afirmamos em vista do grande número de processos por este juiz instaurados no curto prazo de pouco mais de um ano, aos seguintes funcionários: dr. Serafim Terra, intendente do município; João Baptista de Lucena, juiz distrital (por 3 vezes processado); Antônio de Pádua Hollanda Cavalcanti, quando subintendente do 1º distrito; Orlando da Silva Cruz, também quando subintendente do 1º distrito; Alcino Trindade, tesoureiro municipal; Antônio de Azambuja Kroeff, coletor estadual; Christiano Petry, quando escrivão distrital no 4º distrito; Antônio José Barbosa Júnior, escrivão do cível e crime, suspenso por 15 dias; Antônio de Oliveira Santos, escrivão de órfãos, suspenso por 30 dias. (...)

Esta vexatória campanha de rancorosas perseguições do sr. Juiz da Comarca têm por base, manda a verdade que se diga, estabelecer a anarquia para satisfazer as suas pretensões de chefe político. Adversário acérrimo da administração municipal de há muito, vem empregando ele todos os meios que a sua posição de magistrado lhe faculta, para alimentar uma guerra contínua e sistemática contra a boa marcha não só dos serviços públicos afetos àquela administração, como também a boa ordem e disciplina partidárias do partido republicano caxiense. (...)

⁷³³ Carta de Tancredo Feijó, Antônio Giurolo, André Fossati, Jacintho Targa, Martin Francisco Ayres e Antônio Azambuja Kroeff a Borges de Medeiros (n. 1309, 18/12/1906 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em anexo consta carta de Aristides Germani a Tancredo Feijó, de 17 de dezembro de 1906: “(...) a minha posição não permite a me envolver em política, mas, contudo, não deixo de conhecer que o único meio para extinguir o fogo que tanto estrago faz ao nosso município é unicamente com a retirada do dr. Ferreira Costa. E me limito unicamente em dar meu voto só por nunca ter tido nenhuma relação ou consideração da parte do governo”. O jornal referido é a *Gazeta Colonial*, no qual Herculano Montenegro foi durante um período redator-proprietário. Era um jornal de periodicidade semanal, saindo aos sábados, surgiu em 09 de dezembro de 1905 e teve como data de término 05 de dezembro de 1908.

Nas épocas de eleições, o sr. Juiz de Comarca envia emissários para o interior do município a fim de dissuadir os eleitores de votar e os mesários de reunir-se. (...) É público e notório, neste município, que o dr. Juiz de Comarca tem capitães na empresa do jornal “*Gazeta Colonial*”, que se publica nesta vila, onde ele escreve e é até revisor. Este jornal surgiu em Caxias para perfidamente combater a administração municipal e o governo do benemérito dr. Borges de Medeiros.

Um outro fato que muito depões contra o sr. dr. Ferreira Costa é o que se está passando atualmente: chegando ao conhecimento deste dr. que diversas pessoas do município haviam representado a este conselho contra V. Ex., requereu por isso ao juiz distrital uma justificação por testemunhas, arrolando diversos funcionários municipais e estaduais para virem depor.

Tendo estes funcionários declarado que assinaram dita representação por acharem-na justa, o sr. dr. Ferreira Costa, não podendo conter-se, passou-lhes tremendas descompusturas. Entre estes funcionários estão os professores públicos Antônio Menegato e Luiz Facchin, que estão prontos a declarar em juízo o alegado, se preciso for.⁷³⁴

Logicamente haviam tentativas de defesa por parte do Juiz da Comarca. Em carta de José Gonçalves Ferreira da Costa, este relata as perseguições que sofreria por parte do intendente Serafim Terra:

Tendo conhecimento de que o comandante da polícia local estivera em Nova Pádua, 4º distrito deste município, angariando assinaturas para um abaixo-assinado ou representação contra mim [o mesmo teria ocorrido no 2º distrito: Nova Trento] acrescento que por intermédio do subintendente do 3º distrito tive conhecimento ter sido o próprio dr. Terra, acompanhado do comandante de sua polícia quem naquele distrito andou angariando assinaturas para a sua representação contra mim, obtendo, então, as assinaturas do Juiz Distrital e do Escrivão (!! Vicente Zamboni. Está completa minha defesa.⁷³⁵

Os líderes de uma facção do PRR caxiense relatam a Borges sobre o fracasso da eleição para o preenchimento de vagas para deputado (capitão Luís Soares dos Santos) e para senador (Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro) e contra as perseguições de Serafim Terra a Ferreira Costa:

Cumprindo-nos dar contas do resultado da eleição do dia 30 do corrente, tem esta por fim explicar a V. Ex. as causas pelas quais atingiu somente ao pequeno número de 396 eleitores que concorreram às urnas.

Como dissemos a V. Ex., os nossos amigos se obstinam em não trabalhar em eleições devido a permanência do sr. dr. Terra na administração do município, de quem receberam todos severos e injustos castigos e perseguições e continuam a receber constantemente desconsiderações. Não obstante alguns estavam resolvidos a atender ao nosso apelo tal a insistência com que os chamamos. (...) Aconteceu, além disso, que o sr. dr. Terra, nas vésperas da eleição promoveu diversos executivos fiscais, sendo penhorados no dia 25 ou 26 de março os bens de 35 amigos só no 3º distrito, o que veio aumentar o desgosto dos nossos ali, a cuja frente se acha José

⁷³⁴ Carta de Tancredo Feijó, Antônio Giurolo, André Fossati, Jacintho Targa, Martin Francisco Ayres e Antônio Azambuja Kroeff a Borges de Medeiros (n. 1315, 10/04/1907 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³⁵ Carta de José Gonçalves Ferreira da Costa a Borges de Medeiros (n. 1311, 27/03/1907 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

Genrosi. (...) O sr. Terra, por intermédio dos seus subalternos, promoveu um abaixo-assinado contra o sr. dr. Ferreira Costa, atual Juiz da Comarca, o que desgostou imensamente a toda a população em geral, convencendo que estamos muito longe ainda de atingirmos a pacificação caxiense, pois o sr. dr. Terra obrigou a todos os professores, empregados públicos, assinarem-no sob ameaças. (...) Para pior, no sábado de Aleluia, dia da eleição, dois Judas amanheceram expostos nas praça pública alusivos ao dr. Costa, um deles, e ao nosso amigo Montenegro, outro, ambos com cartazes e ridículos dizeres.⁷³⁶

Às vésperas da eleição estadual de 1907, a propaganda da candidatura Abbott passa a ser algo a se combater em Caxias, conforme cartas evidenciando o poder dos opositoristas; como a remetida por Maurício Nunes de Almeida, ao afirmar que Antônio Azambuja Kroeff “*tem em mão regular número de eleitores, alemães da Forqueta, os quais, estando ele ausente não virão a 21 de novembro*”.⁷³⁷

As disputas locais intensificam a tensão decorrente de questões estaduais. As facções acusam-se mutuamente, buscando desprestigiar opositores ao mesmo tempo em que procuram legitimar-se perante Borges de Medeiros, como se observa nas cartas abaixo:

Impõem-se resolução decisiva, enérgica de pronto sobre Caxias, para podermos levar às urnas na próxima eleição presidencial número superior a dois mil e quinhentos eleitores, mas, para isto conseguirmos, repito, é necessário resolver o problema político desta localidade pelo menos vinte dias antes de iniciar-se os trabalhos do alistamento. (...) Começou aqui a propaganda sobre a candidatura Abbott, os chefes dissidentes locais serão importantes para arrastar os seus companheiros às urnas, uma vez que continue a atual situação local.⁷³⁸

Juiz de Comarca veio há dias a esta Intendência organizar as listas de eleitores, ou por engano ou propositalmente, eleitores meus aqui da sede, ele os jogou para irem votar em mesas que ficam há duas e três horas de distância, e vice-versa, fez o mesmo com eleitores daqueles lugares. Estes fatos se passam só com gente minha.⁷³⁹

Os conflitos envolvendo os intendentes municipais de Caxias, funcionários públicos, magistrados e promotores promoveram a grave crise política de 1904 a 1907, decorrente da atuação do juiz de comarca José Gonçalves Ferreira da Costa e do promotor público Herculano Montenegro nos assuntos políticos não apenas locais, mas também regionais. Conforme menciona Henrique Blaskesi de Almeida:

Esses dois representantes da Justiça iniciaram suas atividades em 1902 e 1904, respectivamente, vindos do norte do País. Logo se alinharam a uma facção local,

⁷³⁶ Carta de Hugo Luciano Ronca, Germano Parolini e Joaquim Mascarello a Borges de Medeiros (n. 1312, 02/04/1907 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³⁷ Carta de Maurício Nunes de Almeida a Borges de Medeiros (n. 1318, 22/06/1907 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³⁸ Carta de João Baptista de Lucena a Borges de Medeiros (n. 1316, 22/04/1907 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁷³⁹ Carta de Vicente Rovea a Carlos Albino Sperb e encaminhada a Borges de Medeiros (n. 1323, 15/11/1907 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

desdobrada de pendengas por posições dentro do Conselho Municipal e da crise política gerada pela anulação do orçamento em 1906, acirrada com a cisão republicana de 1907.

O Decreto Estadual nº 869, de 27 de fevereiro de 1906 declarou insubsistente o orçamento municipal proposto pelo Conselho referente ao ano de 1905. Diante desse impasse, o Intendente Serafim Terra propôs um novo orçamento, ampliando a margem de arrecadação e passando em seguida para a apreciação dos conselheiros. As indisposições do Conselho em relação ao Intendente eram várias. O resultado foi a renúncia coletiva dos conselheiros e a elaboração de novas eleições para o Conselho Municipal. Este fato exacerbou a disputa política no município. De um lado estavam os antigos conselheiros eleitos em 1906 e o Intendente Municipal. A oposição por parte dos conselheiros revéis ao Intendente e à facção hegemônica do PRR no município sobreveio novamente através da manipulação dos eleitores.

A intromissão do Juiz de Comarca nos assuntos políticos do município ampliou a dimensão da crise, no momento em que o Intendente e funcionários da Intendência tornaram-se alvo de processos respaldados pelo Promotor Público. Em 1907, este Juiz e o Promotor aproximaram-se dos dissidentes republicanos, cabalando votos para Fernando Abbott, então candidato ao governo estadual pela oposição.⁷⁴⁰

A solução encontrada para a crise política foi a transferência da sede da Comarca de Caxias para Bento Gonçalves, o que serviu como uma punição à desordem política, administrativa e, mesmo, social das lideranças políticas caxienses. José Gonçalves Ferreira da Costa, não podendo mais atuar em Caxias, convertida em distrito de Bento Gonçalves, além de *“não ser mais bem-vindo no corpo magistrático, terminou-se desligando da carreira e retornando ao seu Estado natal, no Nordeste do País”*.⁷⁴¹ A restauração da sede da Comarca somente se daria em abril de 1919, devido ao novo contexto das disputas políticas locais, caracterizado pelo apaziguamento das rivalidades intrapartidárias.

Os exemplos de conflitos e lutas políticas e sociais citadas acima, em vários municípios, confirmam e ratificam a dinâmica das relações de poder coronelistas na RCI.

No próximo capítulo se observará de que modo desenvolveram-se as relações de poder na região no período posterior à contenda de 1907, quando Borges de Medeiros afasta-se do poder executivo do estado, ocupando-se da reorganização da máquina partidária, mas continua sendo o aglutinador dos pedidos, benesses e demandas provenientes da RCI, assim como no restante do Rio Grande do Sul.

⁷⁴⁰ ALMEIDA, Henrique Blaskesi de. *Coronelismo e Justiça em Caxias do Sul*. In: *Revista da AJURIS*. Porto Alegre, n. 91, ano XXX, setembro/2003, p. 337-338.

⁷⁴¹ AXT, Gunter. *Injunções Políticas na Organização Judiciária: Um estudo de caso para o Império e a República Velha*. In: *Revista da AJURIS*. Porto Alegre, n.88, ano XXIX, dezembro/2002, p. 393.

5 CONSOLIDAÇÃO E DECLÍNIO DO BORGISMO REGIONAL

Este capítulo será dedicado àquele período considerado de consolidação e de declínio do borgismo, não apenas na RCI, como em todo o estado. O afastamento de Borges de Medeiros da chefia do executivo estadual no período de 1908 a 1912 não significou que tenha se ausentado da condução das relações intrapartidárias e mesmo de questões relacionadas à administração estadual. Este interregno borgista correspondeu a ajustes na estrutura partidária, através da reorganização burocrática e hierárquica do PRR.

A consolidação do poder borgista, ajustado às bases coronelistas locais, deveu-se ao fato de Borges ter permanecido na chefia partidária, o que possibilitou organizar a seu favor toda a rede de compromissos coronelistas e alianças no interior, efetuando intervenções e substituições de comandos políticos nos municípios. Tradicionais castilhistas foram afastados das do poder, sendo substituídos por grupos políticos adversários em várias localidades.

Após 1913, Borges consolida e cristaliza sua chefia unipessoal, respaldando e assegurando os comandos partidário e administrativo, devido suas relações com a rede de compromissos coronelistas. Contudo, este controle aparentemente incontestado estava associado a uma orgânica crise interna, que era representada tanto pelas oposições quanto por aquelas facções do PRR afastadas dos poderes municipais.

Este descontentamento será canalizado nas eleições estaduais de 1922 e ocasionando, a revolta de 1923 (e do Pacto de Pedras Altas). Para explicar essa derrocada do borgismo, convém lembrar que as encampações dos serviços públicos da viação férrea, da barra do porto de Rio Grande e dos canais de navegação interior foram viáveis devido ao aumento da carga tributária em relação ao setor pecuarista, que suscitou uma crise financeira no início da década de 1920, o que intensificou o descontentamento da oposição, conforme menciona Gunter Axt:

Ao recorrer a empréstimos internos, o Governo Borges promoveu um enxugamento do meio circulante estadual, justamente em um momento em que se liberava a demanda reprimida de importações. Isso trouxe uma forte especulação em moeda estrangeira, inflação, alta de juros e arrocho de créditos, precipitando inúmeras hipotecas sobre o segmento estancieiro, de forma a colocar a cru a opção da elite dirigente pela aliança estratégica com a fração de classe dos charqueadores e dos mercadores e financistas urbano-litorâneos. Por outro lado, a inflação e o aumento das taxas dos serviços públicos indispsôs a classe média urbana e o proletariado

contra a elite dirigente. A violenta repressão ao movimento operário, promovida em 1919, reforçou o afastamento entre a classe obreira e a elite dirigente, sepultando o quadro de negociação vivido em 1917. Finalmente, a participação de Borges de Medeiros na chamada Reação Republicana, indispôs com o borgismo o Governo Arthur Bernardes e o Exército Nacional - este, tradicional aliado do castilhismo, mas que, desde o Revolução Federalista, encarava o PRR de forma mais crítica.⁷⁴²

O Pacto de Pedras Altas, de dezembro de 1923, mesmo garantindo a permanência de Borges no poder estadual por mais cinco anos, afetou estruturalmente o borgismo. A reforma constitucional acarretou na impossibilidade de reeleição do presidente estadual, assim como determinou a eleição do vice-presidente do estado (até então indicado) e, principalmente, limitou as intervenções de Borges nos municípios. São suas cláusulas:

Primeira: Reforma do artigo 9º da Constituição, proibindo a re-eleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentess;

Segunda: Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal;

Terceira: Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais;

Quarta: As nomeações de intendentess provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando, em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não houver intendentess, vice-intendentess e conselhos municipais;

Quinta: Os intendentess provisórios procederão às eleições municipais no prazo irrevogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações;

Sexta: O vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente. Se, no caso de vaga, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias. Idêntica disposição quanto aos vice-intendentess;

Sétima: As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito;

Oitava: Para as eleições estaduais, o Estado será dividido em seis distritos, ficando garantida a eleição de um representante da minoria em cada distrito;

Nona: A representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a essa medida. Enquanto não for ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial.⁷⁴³

⁷⁴² AXT, Gunter. *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: A Prática Política no RS*. In: *Cadernos IHU Ideias*. São Leopoldo: UNISINOS, ano 2, n. 14, 2004, p. 9-10.

⁷⁴³ A longa décima cláusula atribuía aos representantes do governo federal a função de fiscalizar execução das demais, indicando a forma como isso deveria ser feito. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 32-35.

Com estas reformas pontuais, o borgismo viu-se abalado, pois a continuidade administrativa, no estado e nos municípios, deixa de ser norma, como nos anos anteriores, e passa a ser algo a ser negociado com as facções e as dissidências disseminadas por todo o Rio Grande do Sul. Nas palavras do próprio Borges de Medeiros se comprova a importância que a possibilidade de reeleições e indicações conferia ao seu sistema de governo:

O critério geral das re-eleições é o princípio que pleiteia e coordena esses movimentos cívicos, que se caracterizam pela ausência de ambições desregradas e de paixões facciosas. Umas e outras ficam contidas naturalmente pela concentração eleitoral exigida para a re-eleição o que também favorece de muito a moderação e a disciplina predominantes nesses comícios, em que a liberdade e a concórdia tanto dignificam a função do voto. Mas o que realça sobretudo o mérito dessa prática, é ser uma garantia sólida de continuidade administrativa. E é na comuna de organização similar às associações privadas ou industriais, que mais imperiosa se torna a necessidade da observância dessa norma política como o meio mais eficaz de evitar a perturbadora influência da instabilidade sobre os negócios de uma pequena coletividade.⁷⁴⁴

Essa nova ordenação política estadual possibilitou às oposições maior liberdade de atuação, como se verá nas eleições federais de 1924, bem como o fortalecimento das facções adversárias daqueles grupos ligados ao borgismo nos poderes locais. Isso não significa afirmar que fraudes eleitorais e episódios de violência política tenham sido atenuados ou deixado de existir neste período. Segundo informações coletadas por Joseph Love:

Nos anos de 1913 a 1927, o chefe do Partido Republicano, que controlava também o governo, recebeu 69 relatórios de fraude eleitoral e violência motivadas pela política. Conquanto não sejam, de modo algum, uma lista exaustiva de exemplos de fraude e violência, estes incidentes podem considerar-se representativos do tipo e da relativa extensão das irregularidades políticas. Cerca de três quartos dos incidentes envolviam a violência ou a intimidação física. Quase 80% dos casos diziam respeito a fraude nas eleições ou em registro de eleitores. 60 dos 69 incidentes foram atribuídos ao PRR, o restante à oposição. (...) Não obstante, 39% dos 69 casos podem ser identificados como resultantes das lutas interpartidárias entre coronéis republicanos locais.⁷⁴⁵

Os intendentes foram elementos essenciais na articulação entre as lideranças econômicas regionais com o governo estadual, com “*a prerrogativa de organizar e garantir a dominação do PRR e apaziguar os conflitos entre as diferentes facções políticas locais*”, o

⁷⁴⁴ Mensagem de Borges de Medeiros à Assembleia dos Representantes. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 20 de setembro de 1920.

⁷⁴⁵ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975, p. 140. Maiores informações sobre a violência política no período de Borges de Medeiros, consultar: PISTOIA, Cristiane Debus. *Violência física, material e moral no Rio Grande do Sul: 1889-1920*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2009; COLUSSI, Eliane Lúcia. *Violência política e cisão no PRR de São Borja*. In: *Revista História Unisinos*. São Leopoldo, v. 11, 2007, p. 84-90.

que não significou a “*neutralidade dos intendentes frente às disputas locais*”, já que, além de se envolverem em disputas, eram muitas vezes “*focos geradores de conflitos*”.⁷⁴⁶

Na RCI observa-se que a oposição ao borgismo toma impulso antes mesmo da década de 1920. Em 1915, o Achylles Taurino de Resende, intendente de Alfredo Chaves, atesta a Borges que mesmo republicanos assinam o *Correio do Povo*,⁷⁴⁷ a evidenciar o engajamento deste jornal que se gabava de neutralidade política, em detrimento de *A Federação*, em um claro sinal de que o órgão de imprensa do partido não mais satisfazia às fileiras republicanas:

Todavia estou imensamente empenhado em estender o mais possível a circulação do nosso glorioso órgão no município, máxime quando ele está aparelhado para, com vantagem indiscutível, fazer frente ao *Correio do Povo* que, infelizmente, conta ainda em todo o estado com grande número de assinantes e, o que é profundamente lamentável, a maioria deles ou quase totalidade é formada de republicanos. Entretanto esse jornal, como meu preclaro chefe sabe, não desperdiça ensejo em editar tudo que é contrário à situação e aos republicanos. Continua sendo nosso tradicional inimigo. Daí a conveniência dos nossos amigos abandonarem-no de vez. Estas ponderações, embora de forma reservada, tenho feito aos que assinam o *Correio* aqui e todos prontamente logo que terminem as respectivas assinaturas, substituírem-no pela *Federação*.⁷⁴⁸

O coronel Achylles Taurino de Resende, natural de Rio Pardo, governou o município desde 1909 a 1924, sendo durante esse período “*prestigiado pelo governo do Estado e credenciado como um eficiente vencedor de pleitos eleitorais*”⁷⁴⁹ e considerado um “*republicano fiel, político austero e inteligente, mas autoritário como convinha ao sistema*”.⁷⁵⁰ Sua derrocada iniciou ao final do ano de 1923, quando questionado pelo Conselho

⁷⁴⁶ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 61.

⁷⁴⁷ O *Correio do Povo*, ainda que exaltando seu pretenso apartidarismo e neutralidade, em contraposição aos jornais de orientação política e partidária, constantemente deu voz às oposições ao borgismo no estado. Durante a década de 1920, por exemplo, o *Correio do Povo*, através de seus diretores (primeiro José Alexandre Alcaraz e após Fernando Caldas), eram ligados formalmente à Aliança Libertadora, sendo que o segundo (filho do fundador) orientou o jornal para a oposição sistemática às políticas do PRR e à presidência estadual de Borges de Medeiros. Sobre o engajamento do *Correio do Povo* em combater o borgismo, conferir: BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2004, p. 162-170.

⁷⁴⁸ Carta de Achylles Resende a Borges de Medeiros (n. 10471, 18/03/1915, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁷⁴⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros*. In: *Revista Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002, p. 134.

⁷⁵⁰ FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 78.

Municipal sobre dívidas contraídas,⁷⁵¹ o que o fez solicitar licença por tempo indeterminado e, a seguir, afastar-se do cargo e do município em abril do ano seguinte.

Antes deste fato, o território do município de Alfredo Chaves foi reduzido devido à emancipação do 2º distrito, Capoeiras (atual Nova Prata), empresa levada a cabo pelas lideranças distritais, Henrique Lenzi, cônego João Antônio Peres, Félix Engel Filho, Adolpho Schneider, Fernando Luzzatto, Clemente Tarasconi e Luiz Marafon. Estas lideranças, reunidas em comissão, encaminharam um memorial a Borges de Medeiros solicitando a emancipação dos distritos de Capoeiras, Nova Bassano, Vista Alegre e mais a anexação dos distritos de Araçá, Paraí e Protásio Alves (pertencentes a Lagoa Vermelha, cujos habitantes reclamavam da longa distância que os separava da sede municipal). A emancipação deu-se em 11 de agosto de 1924, sendo criando o município do Prata, constituído pelos distritos de Prata (ex-Capoeiras), Nova Bassano e Vista Alegre, instalado em 15 de novembro do mesmo ano.⁷⁵²

Com a saída de Taurino de Rezende do poder municipal, assume o vice-intendente Sigismundo Reschcke. Em novembro de 1924, o intendente Reschcke apresenta relatório da receita e despesa do município, respectivamente 391.082\$018 réis e 389.573\$140 réis. Por sua vez, acentuando as divergências entre o intendente e os conselheiros, o Conselho Municipal de Alfredo Chaves, em março de 1925, “*fixa a despesa para o corrente exercício em 210.000\$000 réis*”.⁷⁵³ Em 1925, o presidente do Conselho Municipal de Alfredo Chaves envia abaixo-assinado a Borges solicitando sua intervenção “conciliatória” para o fim de afastamento do vice-intendente, Sigismundo Reschcke, no que é atendido:

Os Conselheiros Municipais de Alfredo Chaves, abaixo assinados, vem mais uma vez solicitar a intervenção conciliatória de V. Ex., para normalizar a precária situação política e administrativa daquele município, que novamente tende a agravar-se pelo irregular comportamento do vice-intendente em exercício (...). Julgam as pessoas que intervieram nesse entendimento remover, por esse modo, a desconfiança que a irregular vida privada do vice-intendente produzira, arruinando sua família com dívidas de jogo.

A expectativa de que o jovem vice-intendente se reabilitasse no conceito público, com a ponderada colaboração do Conselho, não se realizou. Acentua-se sempre mais a incompatibilidade desse moço para o exercício da grave função de administrador (...). Ainda a soma de dificuldades de toda sorte que o juiz distrital da sede do município, (...) vem opondo à administração municipal na forma porque se acha estabelecida, concorrem para dificultar que o Conselho Municipal cumpra sua

⁷⁵¹ DUARTE, Eduardo. *Síntese Histórica de Veranópolis: efemérides político-sociais, administrativo-religiosas*. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1958, p. 49: “O Conselho Municipal toma conhecimento de uma dívida do município com o Banco Pelotense na importância de 220.159,490 réis e mais 55 milhões de réis em notas promissórias. Somas elevadíssimas para a época”.

⁷⁵² Conferir: FARINA, Geraldo. *Op cit.*, p. 79 e 116.

⁷⁵³ DUARTE, Eduardo. *Op cit.*, p. 41.

delicada missão administrativa e política, é nestas circunstâncias insustentável a situação para o Conselho, em cujas mãos V. Ex. depositou os destinos de Alfredo Chaves. Vem, pois, solicitar a intervenção de V. Ex. no sentido de ser afastado do governo municipal, por meios suasórios, o sr. Sigismundo Reschcke, cujo mandato se torna flagrantemente incompatível com os interesses da política local e seus representantes.⁷⁵⁴

A crise econômica no município era tamanha, que a Associação Comercial de Alfredo Chaves solicita a Borges que ocorra a repartição das dívidas passivas com o Banco Pelotense, deixadas pela administração do coronel Achylles (mais de 900:000\$000 de réis), entre Alfredo Chaves e o novo município do Prata.⁷⁵⁵

A postura dos conselheiros municipais era de tutelar as ações do intendente Sigismundo Reschcke, até em sua vida particular. Como representantes da política de Alfredo Chaves, passam a ingerir em uma área que não seria de sua alçada legal, já que a função dos Conselhos Municipais estava restrita à votação dos orçamentos e não como responsáveis pela administração municipal. Os conselheiros alcançaram seus objetivos, já que em agosto de 1925 o intendente Reschcke é substituído provisoriamente por Carlos Heitor de Azevedo.⁷⁵⁶ Mesmo assim, o Conselho de Alfredo Chaves renuncia coletivamente o seu mandato.⁷⁵⁷

Mas, novamente, os conselheiros de Alfredo Chaves tentam intervir na escolha do intendente a suceder Carlos Heitor de Azevedo, em 1926. Em carta do vice-intendente, Victorio Dal Pai, há a indicação de candidato à Intendência, no qual os signatários constroem uma identidade discursiva, sua e do candidato, de modo a evidenciar a Borges o prestígio e a capacidade possuída por eles, bem sua representatividade na localidade:

Tomamos liberdade de expor a V. Ex. que continua lavrar desgosto geral causado no seio do partido republicano local, pelo motivo da inesperada intervenção do dr. Carlos Heitor de Azevedo, apresentando a V. Ex. proposta a candidato ao cargo de intendente municipal o dr. César Pestana, em completo desacordo às nossas aspirações conforme nos prometeu, indicar a V. Ex. em primeiro lugar o dr. Eduardo Duarte e em segundo lugar o sr. César Todeschini, estimadíssimo neste meio social e considerado hoje em dia como *desideratum popoli* e que igualmente pretende pleitear as eleições.

⁷⁵⁴ Carta de Victorio Dal Pai e outros a Borges de Medeiros (n. 10476, 10/07/1925, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁷⁵⁵ Carta da Associação Comercial de Alfredo Chaves a Borges de Medeiros (n. 10475, 04/06/1925, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS). A Associação Comercial de Alfredo Chaves foi fundada em 29 de janeiro de 1916, com o nome de União Comercial de Alfredo Chaves.

⁷⁵⁶ O bacharel Carlos Heitor de Azevedo foi nomeado intendente provisório de Erechim no período de 6 de setembro de 1918 a 6 de maio de 1919, antes de cumprir igual função em Alfredo Chaves, de 24 de agosto de 08/1925 a 25 de julho de 1926.

⁷⁵⁷ DUARTE, Eduardo. *Síntese Histórica de Veranópolis: efemérides político-sociais, administrativo-religiosas*. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1958, p. 42.

Nesta emergência, nós abaixo-assinados, republicanos de coração e alma, representantes legítimos do povo, pioneiros do progresso e bem-estar deste município, a fim de evitar desilusões e surpresas e, outrossim, para manter a união do partido e garantia de votos em futuras eleições pedimos rogar a V. Ex. que nos seja concedida ampla liberdade de apoiar a candidatura do distinto moço César Todeschini; filho do ardoroso republicano ex-conselheiro municipal Antônio Todeschini. Confiamos inteiramente no alto critério de V. Ex. que certamente não deixará de apoiar esta escolha genuinamente popular.⁷⁵⁸

César Pestana, mesmo “*em completo desacordo*” com as aspirações dos remetentes da carta acima, foi indicado por Borges e eleito para o quadriênio de 1926 a 1930, só deixando o cargo por renúncia devido ao movimento de 1930, lembrando que Carlos Heitor de Azevedo foi eleito com 708 votos e, para vice-intendente, Victorio Dal Pai, com 749.⁷⁵⁹ Como menciona Geraldo Farina: “*Em 25 de julho de 1926 são realizadas novas eleições. Há denúncias de fraudes. O advogado Alberto Pasqualini faz veemente protesto. Mas o Conselho Municipal confirma o resultado: Dr. César Pestana é eleito intendente*”.⁷⁶⁰

Esta postura do Conselho Municipal de Alfredo Chaves, aparentemente descabida, foi decorrência do ambiente político vivenciado no Rio Grande do Sul após o Pacto de Pedras Altas, como se verá na ação de outros conselheiros municipais na RCI, que se colocaram francamente contra certos intendentes ocasionando, inclusive, a derrocada de alguns deles.

Em relação a emancipação política do 2º distrito de Alfredo Chaves, Capoeiras, deve-se pontuar a forma como a composição do Conselho Municipal do novo município poderia acarretar divergências. Se os Conselhos serviam para unir todas as facções políticas no município, até mesmo como uma oportunidade de conciliação com forças opositoras, após 1923 o modo como isso era feito não deixava de ser problemático.

Nas eleições municipais de Nova Prata, em 1924, Oscar Geyer, líder da oposição local, foi procurado pelo intendente municipal Félix Engel Filho, a pedido de Borges, com o intuito de cooptar a oposição e restabelecer a “paz republicana” no município. Geyer expõe o que ficou acertado entre as duas lideranças sobre a indicação do opositor André Carbonera:

⁷⁵⁸ Carta de Victorio Dal Pai e outros a Borges de Medeiros (n. 10477, 28/05/1926, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁷⁵⁹ DUARTE, Eduardo. *Op cit.*, p. 42.

⁷⁶⁰ FARINA, Geraldo. *Op cit.*, p. 117. Nesta mesma página o autor relata um fato que comprova a crise econômica do município de Alfredo Chaves: “*Visando arrecadar o possível e o impossível, novos impostos são cobrados. Por exemplo, em 17 de novembro de 1926, a pedido do Intendente, o Conselho estabelece que todo anúncio em tabuletas com dizeres em língua portuguesa pagarão o imposto de 50.000 réis e, se for em língua italiana, pagarão o dobro. (...) Uma medida que tinha por objetivo, além de arrecadar mais dinheiro aos cofres municipais, coibir o uso do dialeto italiano ou do próprio italiano gramatical*”.

Devido a lei não permitir colocar em uma única chapa os nomes dos sete candidatos, fazer-se uma chapa com o nome de seis candidatos, escrito uma só vez, e outra, na qual o nome do sétimo candidato seria repetido seis vezes e, para não haver desigualdade de votação, fazer a distribuição de maneira que para cada chapa que tivesse o nome repetido, fossem distribuídas seis das outras (...) verificou-se no dia das eleições, não figurar o Sr. André na chapa oficial e haver apenas 10 ou 12 cédulas com o nome do Sr. André. (...)

Mandei saber se em Nova Bassano se dava o mesmo fato e fui informado que até aquela hora [10 horas], ainda não tinham aparecido chapas com o nome do Sr. André. Procurou-se, então, fazer votação cerrada no nome do nosso companheiro. Pouco, porém, se conseguiu, um pouco devido ao adiantado da hora, outro por serem as chapas distribuídas aos nossos eleitores, desviadas.⁷⁶¹

Para o período de 1924 a 1928 foram empossados os conselheiros Adolpho Schneider, Luiz Leduc, Umberto Simionatto, Alberto Peruzzo, Eugênio Bettio, Guglielmo Stochmans e André Carbonera. Três foram substituídos pelos seus suplentes: Schneider, Stochmans e Carbonera. Para Geraldo Farina, Nova Prata, “*desde seu berço, estava minada de chefetes e chefões, de comandantes e comandados*”, haveriam “*muitos tenentes e capitães para poucos soldados*”, de modo que “*as rixas políticas, o domínio de uns sobre os outros, a falsa moralidade de terceiros, a ganância e o monopólio de um quarto tipo de pessoas também reinavam ao lado de gente, indiscutivelmente trabalhadora, simples, humilde, idealista*”.⁷⁶²

Nova Prata estava dividida em duas facções adversárias: os “*jagunços*” (oposicionistas assististas), liderados por Oscar Geyer e por Rafael Cherubin; adversários dos “*pitocos*” (borgistas), liderados por Félix Engel Filho, intendente municipal de agosto de 1924 a novembro de 1928. Este intendente, havia enfrentado uma crise em seu governo, no ano de 1924, que chegou a motivar um tiroteio entre jagunços e pitocos, fato que teria motivado o pedido de conciliação feito por Borges de Medeiros.⁷⁶³

⁷⁶¹ Carta de Oscar Geyer a Borges de Medeiros (n. 3258, 14/10/1924 – Fundo Nova Prata/ABM/IHGRGS). Com o intuito de dar maior credibilidade a sua versão, o remetente anexa na sua missiva as cartas: 1- de Oscar Geyer a Carlos Heitor de Azevedo, Nova Prata, 14/10/1924; 2- de Oscar Geyer a David de Oliveira Júnior, Nova Prata, 14/10/1924; 3- de Oscar Geyer a Octacílio Vaz, Nova Prata, 25/10/1924; 4- de Oscar Geyer a Luiz Marafon, Nova Prata, 14/10/1924; 5- de Luiz Marafon a Oscar Geyer, Nova Prata, Nova Bassano, 16/10/1924; 6- de Oscar Geyer a Emílio Ataliba Finger e Antônio Balzan, Nova Prata, 14/10/1924.

⁷⁶² FARINA, Geraldo. *História de Nova Prata*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986, p. 98. Vale pontuar que Oscar Geyer, era gerente, e André Carbonera, um dos sócios proprietários da Empresa Colonizadora Santa Bárbara Ltda., responsável por compra e loteamento de colônias privadas no estado do Paraná, dando inclusive origem ao município de Bituruna. “*Em 1924, foi criada a Empresa Colonizadora Santa Bárbara Ltda., que tinha os seguintes sócios: dr. Oscar Geyer, Alfredo Werminghoff, João Ghilardi, José Carlos Ely, André Carbonera, Gabriel Cherubini, Luiz Torriani e dr. Constante G. Battocchio*”. In: FERREIRA, João Carlos Vicente. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 50-51.

⁷⁶³ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haiké Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 81-82. FARINA, Geraldo. *História de Nova Prata*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986, p. 102-117.

No município de Antônio Prado prosseguem mais três mandatos do coronel Innocencio de Mattos Miller, em período de relativa calma política e social na localidade. Porém, permanece fortemente arraigada na personalidade deste coronel a extensão do clientelismo, reflexo de sua presença social, observada em mais uma solicitação a Borges:

Esta tem por fim consultar-vos quanto a uma pretensão. E vendo o atual notário desistir do cargo, venho por intermédio desta ouvir a vossa opinião quanto a minha nomeação para o referido cargo. O motivo de minha pretensão é ser por demais exíguos os meus vencimentos como intendente. Dado a minha nomeação os serviços administrativos não sofrerão, porque não irei exercer o cargo e sim um ajudante. Aguardando de V. Ex. a solução que rogo ser com a possível brevidade.⁷⁶⁴

Em meio a seu quinto mandato, o coronel Mattos Miller, interessado nos rendimentos que o tabelionato lhe daria, já que os encargos seriam exercidos por um ajudante, vê seus pedidos atendidos por Borges. Em carta solicita a nomeação interina do funcionário Afonso Lautert para o Registro Eleitoral, já que, segundo o coronel, este funcionário “*como ajudante está no pleno exercício do cargo de notário, por achar-me no gozo de licença por tempo indeterminado, pensa ficar no exercício dois anos, mais ou menos*”.⁷⁶⁵

A decadência política do coronel Mattos Miller dá-se a partir de um constante processo de desprestígio, pois nem chegou a terminar o seu último quadriênio. O ano de 1922 representou a definitiva derrocada do coronel Mattos Miller, na disputa pelo governo estadual entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, com a vitória da oposição em Antônio Prado (único município do estado onde isso ocorreu). Como afirma Sérgio da Costa Franco:

A comissão apuradora da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Getúlio Vargas, anulou a eleição do município, sob o especioso pretexto de haver sido iniciada depois da hora estipulada por lei. Porém o resultado da apuração local, informado ao próprio Dr. Borges de Medeiros e constante dos dados de seu arquivo é de 327 sufrágios em favor de Assis Brasil, contra 76 dados ao candidato situacionista.

Esse resultado adverso fora, aliás, previsto dias antes, num telegrama reservado do vice-intendente Caetano Reginatto: “Fim declinar qualquer responsabilidade inevitável fracasso eleição 25, julgo meu dever qualidade secretário comitê vossa candidatura, informar eminente chefe situação partido aqui desesperadora motivo completo desprestígio intendente se acha ausente tratando próprios interesses, não tendo iniciado trabalho algum propaganda ficando correligionários péssima posição”.

De teor semelhante fora um telegrama passado a 11 de novembro pelo prócer José Victor de Castro ao presidente do Estado: “Intendente Miller desprestigiado consequência desleixo abandono quase completo deveres administrativos políticos,

⁷⁶⁴ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0155, 03/12/1913 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁷⁶⁵ Conferir carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0160, 07/12/1916 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

residindo Caxias, onde é negociante mais de ano, pleno exercício cargo. Consta querer imputar-me responsável fortíssima oposição eleição 25. contra que preventivamente protesto (...).⁷⁶⁶

Em relação a esta eleição em Antônio Prado, convém o relato do poeta modernista Cassiano Ricardo que, naquele momento se encontrava no município, proveniente de Vacaria, acompanhando a comitiva de Assis Brasil, que realizara comício na vila. Cassiano Ricardo, aos 24 anos, trocou São Paulo pelo Rio Grande do Sul para o exercício da advocacia, a começar por Vacaria, onde estabeleceu-se em 1919, devido ao convite do coronel Libório Antônio Rodrigues, líder dos maragatos nos Campos de Cima da Serra e um dos fundadores do Partido Libertador. Nas palavras do próprio Cassiano Ricardo:

Anuncia-se o dia da eleição rio-grandense. Não parei um instante. Consegui que Astrogildo Rodrigues, querido colega, me acompanhasse a Antônio Prado, onde não só estive, depois de longa conversa amistosa, a compreensiva adesão de Elisário Paim (irmão de Firmino) ao nome de Assis Brasil como fui fiscal junto à mesa que presidiu o pleito.

Pois aí, num reduto pica-pau, onde Borges nunca perdera uma só eleição, a vitória de Assis Brasil foi algo de espetacular, inédito.

Pormenor curioso: o relator da eleição, na Assembleia do Estado, teve de propor a anulação dos votos dados a Assis Brasil, a fim de que não atingissem o terço que impediria a re-eleição de Borges e, entre os núcleos da depuração estava justamente o de Antônio Prado, sob o pretexto de ter sido iniciada a eleição depois da hora determinada por lei.

O mais curioso, porém, é que só aí vim a conhecer de nome a Getúlio Vargas, então deputado estadual, autor da anulação dos sufrágios que eu e Astrogildo havíamos conseguido para Assis Brasil.⁷⁶⁷

Em Vacaria, fundou o jornal *A Pátria*, em 1921, caracterizado pela férrea oposição ao borgismo (para cuja direção convidou o seu colega de faculdade, André Carrazoni, que seria posteriormente diretor do *Correio do Povo*). Conforme menciona Cláudio Bertolli Filho.⁷⁶⁸

O coronel Mattos Miller deveria exercer o cargo até agosto de 1923, mas o entregou para o vice-intendente, ex-professor de Nova Roma, Caetano Reginatto (uma das primeiras medidas do novo intendente foi criar o distrito de Nova Roma), em dezembro de 1922, que

⁷⁶⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 84.

⁷⁶⁷ RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 20-21.

⁷⁶⁸ BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo: confrontos sobre a cultura e o Estado brasileiro*. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000, p. 244: “Formado em Direito no Rio de Janeiro, Cassiano tentou uma colocação em sua cidade natal [São José dos Campos] e também na capital dos paulistas, mas sem conseguir, rumou para o interior do Rio Grande do Sul, onde advogou por alguns anos. O fato de ter se envolvido com as disputas políticas locais e ser ameaçado de morte, levou-o a retornar à Pauliceia em 1923”.

completou interinamente seu mandato e foi eleito, em 1923, para o quadriênio que iria até 1927. Reginatto enfrentou dificuldades administrativas devido às finanças do município, ao ter assumido “*a responsabilidade de saldar a dívida de 40.041\$520 proveniente da aquisição da suntuosa casa do sr. Vitório Faccioli para prédio da Intendência Municipal, transação efetivada por seu antecessor, intendente Innocencio de Mattos Miller*”.⁷⁶⁹

Juntamente com Francisco Marcantonio, presidente do Conselho Municipal de Antônio Prado, fez parte do Congresso dos Intendentes Municipais da RCI, realizado em Caxias, na primeira quinzena de maio de 1925.⁷⁷⁰ Percebe-se que Reginatto não era uma liderança forte, com capacidade de contentar as facções do PRR local, a comprovar a formação de uma comissão executiva no município.⁷⁷¹ É constituída uma Comissão Executiva que se opunha ao intendente Reginatto, acusando-o de abuso de poder e pretensão à chefia unipessoal no município, que jamais se daria sem amparo borgista e das facções locais:

Foi instituída pelo vosso representante, o cel. Elysário Paim Neto, uma comissão executiva do partido local e da qual tenho a honra de fazer parte, com o fito de dirimir certas e inevitáveis pendências surgidas em torno da ação política do sr. Caetano Reginatto, intendente e, até então, chefe unipessoal de nosso partido aqui. Pendências essas fundadas em muitas razões, dentre as quais, o que mais profundamente abalou é o fato de que, há poucos meses, neste município desenrolaram-se inqualificáveis desmandos sob a inspiração direta do mesmo sr. Caetano Reginatto, dentre esses o de virem, às altas horas da noite, os soldados do 8º Corpo Provisório chicotarem cidadãos pacatos e, ao dia seguinte, o comandante deste Corpo era o primeiro a sair publicamente dizendo que tais atrocidades se deram exclusivamente por ordem do sr. Caetano Reginatto. Daí, ante essa panaceia, é que certos companheiros de valor social e, especialmente, eleitoral, afastaram-se do referido sr. Caetano Reginatto, eximindo-se de serem apontados de coniventes desses desmandos e abusos de poder; eis benemérito chefe, a causa justa aliás, da formal e evidente repulsa à permanência do sr. Caetano Reginatto (...). Está ele, atualmente, sendo processado sumariamente pelo conselheiro municipal Ângelo Baréa, comerciante desta localidade e pai do cônego Baréa, secretário do arcebispo

⁷⁶⁹ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980, p. 55.

⁷⁷⁰ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Op cit.*, p. 55-56: “*Estiveram representados no Congresso os municípios abaixo por seu respectivo Intendente e Presidente do Conselho: Alfredo Chaves (Sigismundo Reschke e Vitório Dal Pai); Antônio Prado (Caetano Reginatto e Francisco Marcantonio); Bento Gonçalves (João Baptista Pianca e Amadeo Arioli); Caxias (Celeste Gobbato e Orestes Manfro); Encantado (Antônio Di Conto e Vitório Costi); Garibaldi (Antônio Paganelli e Arduíno D'Arrigo); Guaporé (Manuel Francisco Guerreiro e Alberto Morassutti); Nova Trento (Joaquim Mascarello e Anselmo Carpeggiani); Prata (Félix Engel Filho e Adolfo Schneider); São Sebastião do Cai (Ernesto Noll e Carlos Oderich) e São Francisco de Paula (Odon Cavancanti e Alfredo Lucena)*”. As discussões abordaram em torno de seis temas interligados: a possível unificação das leis de impostos; a substituição do imposto de estatística e expediente por outro imposto equivalente; um estudo sobre as estradas rurais e intermunicipais; o ensino elementar e profissionalizante; a unificação eventual dos códigos de postura municipais e a criação de um viveiro intermunicipal e meios modernos para ativar a cultura racional nas colônias.

⁷⁷¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op cit.*, p. 85: “*Dadas as dificuldades decorrentes da revolução de 23 e outra derrota eleitoral sofrida em 24 pelo Partido Republicano de Antônio Prado, Caetano Reginatto não pôde afirmar-se como liderança unipessoal. Já em 23/09/24, sob orientação do subchefe de polícia Elysário Paim, formou-se uma Comissão Executiva do Partido, composta por sete membros, sob a presidência do Dr. Oswaldo Hampe*”.

metropolitano; motivou este processo por ser este conselheiro municipal arbitrariamente preso por sua ordem. Não estão outros processos movimentados contra sua pessoa tão somente em vista de, habilmente, estarem três autos de corpo de delito montados na delegacia de polícia, sem vistos à Promotoria Pública da Comarca, por falta do respectivo andamento processual. Com a permanência dele na função intendencial, ao que tenho auscultado dos colonos, comerciantes e povo em geral deste município, o resultado da Comissão Executiva é quase absolutamente nulo, pois o pomo da discórdia é unicamente Caetano Reginatto.⁷⁷²

Anexo à carta mencionada acima se encontra a ata de instalação da Comissão Executiva em Antônio Prado, instituída por um representante de Borges, coronel Elysário Paim Neto, subchefe de polícia. Esta medida comprova que a estratégia borgista de prestigiar chefias unipessoais nos municípios após seu retorno ao executivo estadual (1913), não mais cabia para o contexto pós-Pacto de Pedras Altas, pois neste momento, mais do que garantir a dominação borgista, provocava dissídios nos poderes locais.

Assim, as comissões executivas obtiveram uma importância que a conjuntura anterior não permitia. Surgidas devido ao descontentamento de lideranças com alguns intendentes, essas comissões prestavam-se à conciliação de facções do PRR. As discórdias em relação ao intendente Caetano Reginatto são decorrentes das tensões geradas pelo conflito de 1923.

Conforme Fidélis Barbosa, o intendente *“foi obrigado a usar de extrema energia a bem da ordem”*, além de que viu-se *“constrangido a arremeter soldados voluntários entre os colonos, requisitar animais, caminhões, gêneros alimentícios, em favor das tropas legalistas”*, que, obviamente, foram *“medidas extremas pouco simpáticas, criando uma situação de hostilidade entre os agricultores e as autoridades municipais”*⁷⁷³

Apesar de pressão da Comissão Executiva, Caetano Reginatto continuou como intendente até 1927, mesmo que a Comissão tenha continuado como intermediadora da administração local com o poder estadual, expressando as facções em conflito, ao englobá-las, mas também controlando-as. As Comissões Executivas *“intervinham na esfera administrativa dos municípios, especialmente indicando ou solicitando a demissão de determinados funcionários”*, mais uma vez pontuando que esta estratégia servia *“como um elemento de*

⁷⁷² Carta de José Dotti a Borges de Medeiros (n. 161, 21/10/1924, Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS). Em anexo, ata de instalação da Comissão Executiva do PRR em Antônio Prado, datada de 23/09/1924 (n. 00161.1), com as assinaturas de: Elysário Paim Netto (sub-chefe de polícia, representando Borges de Medeiros), Oswaldo Hampe (presidente da Comissão Executiva), Caetano Reginatto (intendente municipal), Francisco Marcantonio, Domingos Grazziotim (tesoureiro da Comissão), Vicente Parolini, José Dotti e Carlos Ziegler (secretário da Comissão).

⁷⁷³ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980, p. 54.

barganha”, a demonstrar que, “*mesmo atuando na esfera administrativa, as Comissões Executivas parecem ter visado prioritariamente objetivos políticos*”.⁷⁷⁴

O desprestígio do intendente Reginatto era evidente, de modo que as cartas a Borges de Medeiros passam a ser enviadas pela Comissão, e não pelo intendente. A Comissão indica substitutos aos conselheiros municipais que renunciaram a seu cargo (Ângelo Baréa e Pedro Donida), além de indicar o comerciante Francisco Marcantonio para o posto de intendente (cargo que ocupou até 1935, como prefeito), não sem antes haver oposição de Reginatto:

Na mesma ocasião, o pleito para conselheiros municipais foi conturbado em razão de uma manobra do Intendente Caetano Reginatto, que causou inconformidade entre conselheiros eleitos. Laurindo Paim Sobrinho e José Cesa resignaram a seus mandatos, com telegramas indignados, que dirigiam a Borges de Medeiros. Laurindo conclui seu telegrama escrevendo: “*Contra mesmo Intendente muitas coisas depõem contra sua idoneidade pessoal*”. Quanto a José Cesa, este igualmente endereçou protesto ao Presidente do Estado: (...) “*Comunico-vos renuncio cargo conselheiro para o qual fui eleito, ao que sou forçado fim manter elevada minha dignidade*”.⁷⁷⁵

De Antônio Prado é enviada uma longa explicação de Oswaldo Hampe, devido ao fato da eleição de 1926 possuir menos 99 votos do que a eleição de 1922. As explicações utilizadas para justificar o fato demonstram um completo atestado de incompetência da Comissão Executiva local, por haver delegado a apenas um funcionário a qualificação de eleitores e por ser o elevado número de analfabetos uma das razões pela escassa votação.

Chegou ao nosso poder vosso telegrama de congratulações pelo resultado da última eleição. Nele percebo que ficastes tocado com a diferença de 99 votos de 1922 para 1926. há efetivamente razão de chamardes a nossa atenção para este fato. Contudo, levarei a vossa ponderação os seguintes fatos:

a) Em 1822 a eleição (...) com títulos estaduais, ao passo que nesta os (...) títulos eram federais. Desnecessário torna-se dizer-vos que a lista dos primeiros era muito maior que a dos últimos.

b) Daquele tempo para cá tem saído daqui, como de toda colônia em geral, um grande número de famílias com destino aos novos e florescentes núcleos coloniais de Santa Catarina e Paraná, pertencentes a diversas empresas colonizadoras rio-grandenses.

c) Parece-me ter havido abstenção mais ou menos notável em diversos municípios. Neste, na realidade, creio ter sido ela diminuta, pois houveram 478 votos autênticos para um máximo de 600 eleitores federais, dos quais alguns correligionários se achavam ausentes.

d) Votaram conosco (...) influentes opositores em 1922 e 1923.

⁷⁷⁴ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haiké Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 152.

⁷⁷⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op cit.*, p. 86.

e) Os 478 votos obtidos são todos autênticos, sem exceção, e dados sem relutância. Talvez outros municípios de maior eleitorado não tenham dado uma proporção tão favorável de votos reais.

f) Há realmente uma coisa (...) que deixou a desejar. Foi a qualificação. Esta foi nula. Não por causa da Comissão, pois para ela foi deliberado o procedimento em maior escala possível da qualificação eleitoral, conforme acha-se documentada em ata no livro da Comissão. A falta, creio, pertenceu ao Coletor Estadual, o qual se encarregaria deste serviço e para o qual parece-me ter demonstrado grande desinteresse. É evidente que tanto eu como outro qualquer membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, todos homens de grandes afazeres, não podíamos diretamente encarregar-nos deste trabalho, o qual foi conferido à direção de um funcionário que deveria ter (...) desenvolvido interesse em prestar este auxílio à situação (...).

g) O analfabetismo que se observa em diversos habitantes deste município contribui também, numa certa medida, para a deficiência de eleitores (...).⁷⁷⁶

Na carta de Oswaldo Hampe se percebe que o fracasso borgista em Antônio Prado, nas eleições de 1922, ainda se fazia presente, ao afirmar a inexistência de oposição no município, ao acentuar que a situação partidária seria boa e ao pontuar os esforços da Comissão Executiva em manter o partido unido. Em outra carta, comprovando o poder político da Comissão, Hampe informa a Borges que “*assumiram cargos eletivos deste município todos os indicados pela Comissão*”, sendo que esta propõe substituir Carlos Ziegler, coletor estadual e ex-secretário da própria Comissão, por José Fialho de Vargas, também aclamando Francisco Marcantonio, eleito intendente em 1927, como vice-presidente da referida Comissão, “*com o fim de presidir as seções nas ocasiões que me forem impossível de tal fazer*”, além de “*com o fim de produzir um maior entusiasmo e de obter um maior comprometimento para com o Partido, a indicação de suplentes*”.⁷⁷⁷

Do mesmo modo, de Guaporé é enviada uma carta do ex-intendente Agilberto Attilio Maia, que procura explicar a diminuição do eleitorado nas eleições de 1922, 1924 e 1926:

Com o intuito de esclarecer os motivos que originaram a diferença por V. Ex. notada, na votação deste município, de 1º de março corrente, permita preliminarmente, dizer-lhe que o nosso eleitorado atual não excede a 2200, estando incluído neste número aqueles que se levantaram em oposição e que ainda não voltaram às fileiras do nosso partido, posto que demonstrem arrependimento da atitude que assumiram na eleição de 3 de maio de 1924. (...) A primeira vista parece que houve, neste município, uma grande abstenção do eleitorado, mas em verdade isso não se deu, basta confrontar-se os resultados das eleições para intendente realizada a 1º de novembro de 1924 e para representante da Assembleia do Estado, cujos resultados foram de 1324 e 1342 votos, respectivamente. Como vê V. Ex., a

⁷⁷⁶ Carta de Oswaldo Hampe a Borges de Medeiros (n. 162, 14/03/1926, Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

⁷⁷⁷ Carta de Oswaldo Hampe a Borges de Medeiros (n. 163, 25/08/1927, Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS). Francisco Marcantonio, intendente desde 1927, continuou como prefeito de Antônio Prado até 1935, Oswaldo Hampe, ainda nessa gestão, foi eleito deputado estadual, e seu irmão, Oscar Hampe, foi o segundo prefeito de Antônio Prado, governando até 1938.

diferença entre os três pleitos é insignificante. Por outro lado, a propaganda não foi feita Linha por Linha e somente na sede dos distritos, devido a carência de tempo.⁷⁷⁸

A diminuição do eleitorado republicano foi sintoma da queda do poder de “persuasão” borgista nos municípios. A fraude sempre esteve presente, mas não conseguia mais camuflar a nova ordenação política estadual, que possibilitou às oposições maior liberdade de atuação:

Neste mesmo pleito [25/11/1922], tendo ido, por solicitação do coronel Agilberto, guiar e auxiliar os trabalhos eleitorais no 2 distrito, consegui pôr fora de ação dois fiscais da oposição, fato este que cooperou com eficiência admirável para arrastarmos o eleitorado adverso a sufragar a chapa republicana, tanto assim, que apenas foram apurados dois votos adversários e 789 republicanos, o que veio de sobejo neutralizar, na apuração total, a votação superior que obteve a oposição em outras mesas. (...) No último pleito para Deputados Federais [1924], tendo ido na qualidade de fiscal do dr. L. Collor, à mesa eleitoral do segundo distrito, onde funcionavam três fiscais da oposição, e tendo ainda em tempo dado pelo embuchamento de cédulas, consegui, dentro das normas legais, anular a mesa, única naquele município, onde a oposição, a despeito da grande superioridade da votação, não apurou um só voto.⁷⁷⁹

Em relação ao município de Garibaldi, o intendente Júlio Azambuja, ex-juiz distrital enviado por Borges e eleito para o período de 1908 a 1910 conseguiu para si o apoio das lideranças da colônia Carlos Barbosa, por ter prestigiado suas lideranças políticas e econômicas da localidade, além de ter-lhe dado esta denominação, em 25 de janeiro de 1910 (anteriormente a localidade denominava-se Povoado n. 35 da Estrada Buarque de Macedo).

Já em 6 de agosto de 1910, Carlos Barbosa, cujo desenvolvimento foi favorecido pela proximidade da Estação Férrea de Santa Luzia, é elevado a 3º distrito de Garibaldi. Nas palavras do intendente de Garibaldi, Júlio Azambuja, comprova-se as razões das lideranças de Carlos Barbosa terem se oposto ao coronel Aurélio Porto:

Considerando, que dessa zona faz parte integrante o importante centro comercial “Carlos Barbosa”, onde está situada a única estação férrea deste Município e por onde se escoam os produtos de vários outros, o que lhe faz ter uma população flutuante numerosa e lhe dá um movimento extraordinário de entradas e saídas, como atesta o seu desenvolvimento.⁷⁸⁰

⁷⁷⁸ Carta de Agilberto Attilio Maia a Borges de Medeiros (n. 2477, 13/03/1926, Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

⁷⁷⁹ Carta de Arthur Cezar Burlamaque a Borges de Medeiros (n. 2476, 13/07/1925, Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

⁷⁸⁰ MIGOT, Aldo Francisco. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa: Prefeitura Municipal; Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1989, p. 172. Antes mesmo da chegada da ferrovia na região colonial italiana, estar nas proximidades das estradas coloniais possibilitava uma boa oportunidade econômica para quem dela soubesse tirar proveito, como no caso das ferrarias que, tendo em vista o exemplo de Caxias, embora “estivessem relativamente distribuídas, verifica-se que a maior parte delas situava-se nas léguas cortadas pelas principais vias de comunicação de Caxias, enquanto apenas um número diminuto delas se localizava nas léguas que não eram cortadas por estas estradas”: STORMOWSKI, Márcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 60.

No período anterior a 1923, em Garibaldi, o intendente Affonso Aurélio Porto (1910 a 1917) confirma que lideranças borgistas passam a tem amplo poder na região, acumulando a intendência e a delegacia de polícia local, o que também pretendiam realizar em Caxias:

Indo ao encontro dos desejos de V. Ex., de reorganizar a polícia judiciária, investindo os intendentes municipais do cargo de delegados de polícia, e como ache salutar essa medida em meios como o nosso, em que a administração agiu com o seu critério, atendendo a tudo, peço a V. Ex. me indicar para aquelas funções. O coronel Jacob Ely, que exerce esse cargo, há talvez dois anos anda com consecutivas licenças, visto residir em essa capital, onde tem um depósito de madeiras. Essa acefalia de um cargo de responsabilidade traz resultados prejudiciais ao município. Querendo saná-la e, precisando mesmo, politicamente, acumular mais essa função, caso V. Ex. veja nisto utilidade, peço para esse cargo a minha nomeação.⁷⁸¹

Esse acúmulo de funções resultava em enorme pressão em quem as exercia, podendo também gerar tensões entre os intendentes e Borges, como ocorreu com o coronel Aurélio Porto, por haver nomeado vice-intendente sem a aquiescência borgista, a evidenciar a dependência orgânica dos intendentes para com o líder partidário e Presidente do Estado:

Se fiz a nomeação de vice-intendente, sem receber contestação da consulta que fizera a V. Ex. é por que julguei, como tem acontecido várias vezes que me dirijo a V. Ex., que o silêncio de V. Ex. significasse aquiescência ao meu ato. Hoje, porém, depois de receber a carta de V. Ex. tive ocasião de verificar, com desprazer, que o que eu lhe houvera escrito, por descuido de um dos empregados municipais, não havia sido remetida, encontrando-a entre vários papéis, na secretaria. Isso motivou a falta do dever que reputo sagrado, de me valer sempre dos conselhos de V. Ex., para bem dirigir o município à testa de cujos destinos estou pela vontade de V. Ex. e não pelo meu nenhum valor. (...) Fica assim explicado esse equívoco, que não mais se reproduzirá e V. Ex. certo de que isto me causou fundo pesar.⁷⁸²

Affonso Aurélio Porto (que também foi intendente de Montenegro, de 1920 a 1924) cita oposição realizada pelo calabrês Domingos Mincarone à sua administração municipal:

Há algum tempo a esta parte, sem motivo justificado, apesar da tolerância que sempre presidiu meus atos aqui, vem o sr. Domingos Mincarone, com intrigas, procurando solapar a harmonia até então existente neste, onde dentro da ordem e da paz, ninguém mais se preocupa senão do trabalho. (...) Meu fim não é, porém, fazer a V. Ex. um relatório de tricas locais promovidas por pessoa sem significação política. Acompanha o sr. Mincarone, em seus desarrazoados intentos, prestando-lhe braço forte, o telefonista federal em Carlos Barbosa, Osvaldo Cunha, que tem por diversas vezes tentado desmoralizar a ação do meu subintendente ali. É um elemento nocivo à boa causa política e administrativa daquele distrito, onde reside agora o sr. Mincarone com mais três ou quatro despeitados e perturbadores. Peço a V. Ex. mandar removê-lo a fim de que, com este exemplo, de uma vez para sempre possa se cortar pela raiz a anarquia que o espírito do sr. Mincarone deseja de novo implantar neste município.⁷⁸³

⁷⁸¹ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2223, 27/02/1913, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁸² Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2225, 16/06/1913, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

O coronel Aurélio Porto foi intendente de Garibaldi, indicado por Borges, mas sua administração sofreu ampla oposição das lideranças comerciais locais, por ser estranho ao município e por não atender a todas as reivindicações solicitadas pelas lideranças econômicas:

De acordo com os conselhos de V. Ex., ao chegar nesta vila, foi meu primeiro cuidado apresentar ao sr. dr. Juiz Distrital requerimento desistindo do processo que, por injúrias escritas, havia eu intentado contra o sr. Domingos Mincarone. Consegui também dos amigos srs. Ruggero Casacurta e Arthur Nunes que, depois de passada em julgado a sentença, não a executassem. O sr. Mincarone, porém, não se conformando com a desistência, acaba de, neste momento, apelar da sentença que o condenou. (...) Anda também o sr. Mincarone explorando a credulidade dos colonos com o nome de V. Ex., conforme informações fidedignas.⁷⁸⁴

Sobre a acusação de ter agredido fisicamente a Antônio Michelin⁷⁸⁵, aliado a Domingos Mincarone, o coronel Aurélio Porto assim se reporta a Borges de Medeiros, defendendo-se dos inúmeros desacatos que teria sofrido por parte de ambos:

Apesar de tudo esperar do ódio que me vota Domingos Mincarone, foi com surpresa que recebi o telegrama de V. Ex., em que me pede informações sobre um incidente que diz Antônio Michelin, uma vítima dos manejos daquele, ter ocorrido no dia 13 deste mês. (...) V. Ex. não imagina a fertilidade do cérebro de Mincarone para prejudicar aqueles a quem vota animosidade. (...) Procura me tolher até em minha ação administrativa e política, aconselhando que não pague impostos, que não votem nas eleições, que se dirijam a V. Ex. com representações descabidas. E assim será sempre aqui com todo intendente que não seja por ele assessorado. Eu tenho sempre agido com calma. Trago amarguras enormes, sofro com paciência evangélica as maiores infâmias e calúnias, sacrifico o meu bem estar e o de minha família para

⁷⁸³ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2227, 20/05/1914, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Convém pontuar que apenas um anos antes, Aurélio Porto se reporta de modo distinto em relação e este seu desafeto: “*Tem esta por fim pedir a V. Ex., com muito empenho, a obtenção na Escola de Agronomia e Veterinária de duas matrículas para os menores Leopoldi e Achyles Mincarone, filhos do nosso ardoroso companheiro sr. Domingos Mincarone, que pela sua lealdade e zelo, na minha administração tem se tornado merecedor do apoio de V. Ex a essa pretensão*”: Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2222, 26/02/1913, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁸⁴ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2231, 22/07/1914, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). “*Contra o costumaz injuriador Domingos Mincarone, acaba de ser dado pelo íntegro Juiz Distrital Dr. Severino De Castro Pereira Tejó, a seguinte sentença, (...) nas penas do art. 319 do Código Penal a três meses de prisão domiciliar e multa de 300\$000, cuja pena será cumprida na Casa de Correção de Porto Alegre.*” : carta de Severino De Castro Pereira Tejó a Borges de Medeiros (n. 2230, 11/07/1914, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Logo em seguida, Aurélio Porto envia nova mensagem a Borges, desta vez afirmando estar sendo processado por seu opositor em Garibaldi: “*Comunico a V. Ex. que o sr. Mincarone, apesar de eu ter desistido do processo que lhe instaurara por crime de injúrias, deu contra mim e o subintendente do 3º distrito queixa ao sr. dr. Juiz de Comarca, por excesso de autoridade. a fim de agir de acordo com os conselhos de V. Ex., é que mais uma vez o importuno, levando esse fato ao conhecimento de V. Ex.*”: Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2232, 07/08/1914, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁸⁵ “*Antônio Michelin nasceu em 1871 em Treviso, Itália, e sete anos depois, veio para o Brasil com sua família. Em 1891, aos vinte anos, Antônio Michelin, (...) fundava a sua primeira empresa comercial no município de Garibaldi, abrindo mais tarde, (...) uma filial em Bento Gonçalves para o comércio de produtos coloniais em geral e de todos os manufaturados industriais indispensáveis à vida da população rural*”: DE PARIS, Assunta (coord.). *A trajetória do comércio de Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: CDL, Sindilojas, 1997, p. 136-137.

cumprir o meu dever, para bem servir a minha terra e ser digno da confiança de V. Ex. Antônio Michelin não age por si: é um infeliz colono.⁷⁸⁶

As desavenças de Aurélio Porto com Antônio Michelin chegam a um ponto em que o próprio Borges de Medeiros tem de intervir, conforme se observa em resposta do intendente de Garibaldi: “*Acabo de receber uma carta e telegrama de V. Ex. relativos ao fato de ter eu mandado cortar a ligação do telefone que servia a Antônio Michelin*”; pontuando que, na sua opinião, Borges deveria mandar Michelin “*pagar seus impostos*” e deixar de procurar “*assinaturas de colonos incautos*”; concluindo ser “*incapaz de baixar a perseguições mesquinhas, mas cumpro o dever de zelar pelos interesses do município*”.⁷⁸⁷

Por sua vez, Michelin remete a Borges documentos afirmando que não pagará as dívidas com o telefone, por que as leis orçamentárias de 1913 e 1914 não cogitam tais impostos e devido ao fato do intendente não ter aceito o pagamento dos meses de novembro e dezembro de 1914, por Michelin estar devendo uma quantia maior.⁷⁸⁸

Em nova carta, o coronel Aurélio Porto relata alguns dos motivos das desavenças com lideranças de Carlos Barbosa (então 3º distrito de Garibaldi), como Antônio Michelin e Domingos Mincarone, principalmente após contrair empréstimo, seguindo indicações de Borges, no valor de 150:000\$000 no intuito de atender às despesas com o ramal férreo de Garibaldi a Carlos Barbosa, prolongamento da linha para Bento Gonçalves:

Ontem, porém, chegou ao meu conhecimento que Mincarone, Antônio Michelin, João Osvaldo Ely (irmão do coronel Jacob e em cujas terras passa o ramal férreo) e outro indivíduo de origem alemã, residentes todos em Carlos Barbosa, andaram percorrendo os núcleos coloniais italiano e alemão em propaganda contra esse empréstimo, cuja realização, com a construção do ramal férreo, irá, segundo sua curta visão de interesseiros, prejudicar Carlos Barbosa. Para essa propaganda não escolhem meios. Mentem, caluniam, infamam. a fim de satisfazer ambições quase adormecidas das extintas facções políticas, que aqui se digladiaram, como são todos eles antigos elementos do coronel Júlio Azambuja, jogam com o nome do sr. Jacob Ely (...), que garantem será o intendente quando, dentro em breve, conseguirem de V. Ex. a minha retirada daqui. (...) E depois é uma falta de patriotismo, se se pode acreditar que no coroação de estrangeiros interesseiros, perturbadores da ordem, acobertados pelo largo manto da nacionalização, exista patriotismo – fazer depender a prosperidade e o engrandecimento de uma região ubérrima dos interesses dos srs. Mincarone e Michelin, de Carlos Barbosa. O colono é bom. Sua ingenuidade, porém, sua volubilidade de caráter, sua ignorância profunda, e um certo gosto inato

⁷⁸⁶ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2235, 15/02/1915, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁸⁷ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2236, 26/02/1915, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Segundo cópia, em anexo, da relação dos assinantes do Telefone Municipal de Garibaldi, de 27 de fevereiro de 1915, havia seis assinantes na Vila, dez no 2º distrito e apenas cinco no 3º distrito (Carlos Barbosa), entre os quais Antônio Michelin.

⁷⁸⁸ Carta de Antônio Michelin a Borges de Medeiros (n. 1258, 17/03/1915, Fundo Carlos Barbosa/ABM/IHGRGS).

de sempre se opor a determinações legais, quando guiado por outro em que pode vislumbrar um mentor, - pode determinar uma atmosfera igual as que, já nesta terra, por duas vezes, tendo como protagonista Domingos Mincarone, asfixiou as melhores energias de trabalho e de progresso.⁷⁸⁹

Convém pontuar, a partir da carta mencionada acima, a visão que as autoridades tinham do colono italiano que, muitas vezes, faziam com que o discurso de tais autoridades fosse pontuado ora pela “*passividade política*” dos colonos “*ordeiros e laboriosos*”, ideia absorvida pela historiografia, ora pelo seu “*gosto inato de sempre se opor a determinações legais*”, conforme o contexto histórico.⁷⁹⁰ Pontuam Félix, Kleber e Schmidt:

Temerosos e gratos às autoridades, ignorantes, sujeitos à exploração de espertalhões, sem amor pela política, “manequins de marujo” mas também “capazes de tudo” para manter o intendente por eles escolhido, promotores de sublevações, recalcitrantes, dispostos a se oporem às determinações legais quando isso lhes convém... Enfim, o mosaico explicativo da participação do colono italiano e de seus descendentes na política gaúcha durante a I República não cabe na expressão “massa de manobra”.

Estes indivíduos apresentaram reivindicações que foram ouvidas e, na medida do possível, atendidas pelas autoridades locais e estaduais, especialmente em conjunturas de crises locais (pragas, secas, sublevações) e estaduais (Revolução de 1923). Assim, mesmo não tendo uma posição importante na estrutura partidária e nas instituições formais do poder local, os colonos eram peças-chave no jogo político enquanto força de trabalho e eleitores. (...)

Borges de Medeiros, pessoalmente e através das autoridades locais, teve que levar em conta este “poder do colono” para exercer sua dominação na região, valendo-se não apenas da coerção mas também de canais de cooptação corretos, que são centros de transmissão de poder: a igreja, as autoridades benquistas pelos colonos e discursos de exaltação ao trabalho dos “laboriosos agricultores” como dizia Júlio de Castilhos.⁷⁹¹

⁷⁸⁹ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2238, 21/04/1915, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Lembrando carta do ex-intendente Jacob Nicolau Ely, ainda em 1906: “*Venho bastante acanhado e convencido de tornar-se fastidioso, em lembrar a V. Ex. a questão do entroncamento da via-férrea, devido a qual não poderei, como anteriormente, garantir resultados eleitorais quase unânimes; esta declaração julgo salutar para minha pessoa. Em virtude do prometimento de V. Ex. e a bem da política local, lembro o meu pedido referente a nomeação do nosso correligionário político Domingos Mincarone para inspetor da linha telegráfica*”. Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2211, 29/11/1906, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁹⁰ Conferir, por exemplo, matéria do jornal caxiense *O Regional*, 18/09/1926, p. 1 (AHMJS): “*A GLORIFICAÇÃO DO TRABALHO - O suntuoso banquete aos industrialistas Abramo Eberle, Ângelo de Carli, Aristides Germani e Benvenuto Ronca. O brilhante discurso do dr. Celeste Gobbato*”.

⁷⁹¹ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Op cit.*, p. 243-245. Em seu relatório apresentado ao Conselho Municipal de Bento Gonçalves, relativo ao ano de 1919, o intendente coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, no tópico sobre a ordem pública, expõe: “*Devo deixar aqui consignado, com prazer, que a ordem pública em todo município, tem continuado sempre inalterável, graças ao respeito, obediência e conduta de seu laborioso povo. Afora um ou outro fato insignificante de criminalidade, nenhum crime alarmante se tem registrado, o que denota a índole pacata, pacífica e ordeira da população que vive habitualmente entregue ao seu labor quotidiano, preocupação única dos filhos do trabalho, que se dedicam à agricultura*”. Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF, 2005, p. 143-144.

Devido às pressões que sofria no município, Aurélio Porto solicita a Borges ser removido de Garibaldi brevemente, citando questões de ordem econômica e pessoal como motivos de sua remoção da localidade:

Desejando sair daqui com a maior brevidade peço a V. Ex. não esquecer do pedido que lhe fiz. Sou um sacrificado pelo bem da minha terra, num meio de estrangeiros e de exploradores. Quando para aqui vim, deixando vencimentos iguais aos que aqui percebia, trouxe de economia quase cinco contos de réis. Gastei tudo e ainda mais seis contos que atualmente devo. Representação do cargo, política, defesa dos processos tão em uso nesta terra, reduziram-me a essas condições. Tenho quase 20 anos de serviço público e na imprensa em defesa dos ideais republicanos, e amanhã, quando daqui sair, com a altivez e a dignidade de quem não teme, não terei um pedaço de pão para meus filhos.⁷⁹²

Em um segundo momento, o coronel Aurélio Porto expõe os motivos de ordem política e administrativa que fazem com que solicite uma nova colocação:

Informo a V. Ex. que depois de sua primeira reunião, o Conselho Municipal, apesar dos nossos esforços, não mais se reuniu, devido à atitude da minoria que ostensivamente procura não dar número, evitando assim que seja votada a lei orçamentária para 1917. com esse intuito, o sr. Francisco Miller, presidente do Conselho, procura abertamente subornar elementos acessíveis, colonos crédulos, suplentes sem efetividade no Conselho, causando incalculáveis prejuízos à boa marcha dos negócios administrativos. Devendo se realizar em 12 de janeiro próximo a eleição intendencial, peço a V. Ex. indicar a pessoa que deverá me substituir, a fim de ser a indicação de V. Ex. sufragada pelo eleitorado de Garibaldi.⁷⁹³

A crise em Garibaldi residia no intuito dos “*comerciantes, industrialistas, proprietários e mais moradores*”, interessados na emancipação da colônia Carlos Barbosa, pretendendo até mesmo que esta fosse “*elevada à categoria político-administrativa de sede municipal*”. Reportando-se a Borges, lembram que se encontra “*em jogo o futuro econômico do povo de Carlos Barbosa, em confronto com os da sede de Garibaldi*”, que se mostraria “*desde a fundação municipal, o ponto irrequieto de todas essas conturbações intestinas de sua vida política, fomentando malevolamente toda essa vida anárquica deste infeliz município*”, decorrente de “*fatos ocorridos sucessivamente desde as gestões intencionais do cel. Jacob Nicolau Ely, Dr. Júlio de Azambuja e o atual cel. Affonso Aurélio Porto*”.⁷⁹⁴

⁷⁹² Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2240, 12/09/1916, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁹³ Carta de Affonso Aurélio Porto a Borges de Medeiros (n. 2243, 01/12/1916, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁹⁴ Carta de Adalberto Amberger, acompanhada de abaixo-assinado proveniente de Carlos Barbosa, a Borges de Medeiros (n. 2242, 26/10/1916, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Nesta carta ainda são comparadas as receitas da sede do município de Garibaldi (8:560\$100) com a de Carlos Barbosa (5:914\$200); além de citar as importantes casas comerciais de Antônio Michelin, Arthur Renner, Pedro Carlotto e Francisco D'Arrigo, afirmando que “*só a fábrica de banha dos srs. Arthur Renner & Cia. trabalha com mais de cinquenta operários*”. Arthur Renner foi conselheiro municipal de Garibaldi de 1913 a 1917, durante a administração do coronel Affonso Aurélio Porto.

Em carta coletiva contra a administração unipessoal de Aurélio Porto, se observa a simpatia que seus adversários possuíam em relação ao intendente anterior, Júlio Azambuja, a evidenciar o completo isolamento de Aurélio Porto, devido à remoção de antigos funcionários⁷⁹⁵ e por não ter dado continuidade à política do intendente anterior em relação às lideranças comerciais dos distritos coloniais:

Por motivos que a V. Ex. tornamos ciente há cerca de três anos (...), fomos compelidos a retirar a nossa solidariedade local ao sr. Cel. Aurélio Porto. (...) não podíamos de boa mente assistir e tolerar a orientação funesta que o sr. Aurélio Porto estabelecera no início de sua direção política e administrativa, fazendo logo seleções, ligando-se estreitamente com o elemento contrário a nós (...) mantendo nós a posição estabelecida, ficou o sr. Aurélio Porto na crítica situação atual de não ter a seu lado nenhuma das frações e que infelizmente divide o nosso glorioso Partido, cuja reorganização tão promissora se assentara por ocasião de nossa ação política na gestão administrativa do sr. dr. Júlio Azambuja. (...) Assim, (...) pedimos permissão (...) para solicitar muito respeitosamente que V. Ex. escolha para nos dirigir novamente aqui, um correligionário estranho aos últimos acontecimentos deste município e que possa pelas suas qualidades de energia moral acabar de vez com a anarquia que tem pontado sempre a nossa existência, salvo no período bem lembrado de V. Ex. em que servíamos dedicadamente com o sr. dr. Júlio Azambuja.⁷⁹⁶

Em relação a Bento Gonçalves, após a transferência da sede da Comarca de Caxias para este município, o juiz da comarca, Antônio Casagrande, disserta sobre a situação política de Caxias, sobre as facções caxienses e em relação a imprensa daquela cidade:

A discórdia reina e impera entre o primeiros empregados da Intendência. (...) Resulta desses fatos, que o órgão republicano de Caxias (*O Brasil*), publicado sob a exclusiva responsabilidade política do coronel Tancredo Feijó, além dos ataques a mim dirigidos e ao diretor do *Cidade de Caxias*, descompõe os próprios subalternos do coronel vice-intendente em exercício [Vicente Rovea].⁷⁹⁷

Tendo em vista as relações de poder coronelistas e as lutas políticas pelo poder local de Bento Gonçalves, torna-se interessante colocar as impressões do coletor de impostos

⁷⁹⁵ Conforme Ricardo Guarnieri, inspetor da seção São José da Linha Figueira de Mello, foi exonerado do cargo “a bem do serviço público”, devido aos “muitos desatinos” do “gênio arrebatado” do intendente “deste desventurado município”, por não ter sido do agrado do edil sua participação na comissão que elaborou um “memorial narratório dos fatos, quer de ordem administrativa, quer de ordem moral referentes àquele intendente”, que seria entregue a Borges: Carta de Ricardo Guarnieri a Borges de Medeiros (n. 2239, 16/05/1915, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

⁷⁹⁶ Carta de David Sartori e outros (entre os quais, Domingos Mincarone e Antônio Michelon), acompanhada de abaixo-assinado, a Borges de Medeiros (n. 2245, 02/1916, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Além de Júlio Azambuja, o coronel Jacob Ely, ambos ex-intendentes de Garibaldi, haviam “prestigiado” a localidade de Carlos Barbosa. Convém pontuar que o coronel Jacob Ely fundou uma refinaria de banha, em 1908, nas proximidades da Estação Santa Luzia, com capital de 100:000\$000; assim como também auxiliou na transferência, de Alto Feliz para Carlos Barbosa, de uma refinaria de banha de propriedade de Jacob Renner (pai de A. J. Renner), ainda em 1908, já prevendo a inauguração da estrada de ferro. Em 1917 Jacob transferiu sua refinaria para Montenegro.

⁷⁹⁷ Carta de Antônio Casagrande a Borges de Medeiros (n. 408, 07/09/1911, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

federais em Lageado e Guaporé, Vicente Ferreira da Costa Ventura, sobre as peculiaridades da política nos municípios do interior do estado, o que se reflete em toda a RCI:

A experiência própria vai ensinando-me que nas localidades onde visa o interesse pessoal – a política de aldeia – contrariamente ao pensamento de V. Ex., o zelo e honestidade dos funcionários públicos que, por sua integridade moral, adquirem a afeição geral no meio em que vivem, ficam a mercê de toda sorte de perseguições, nada lhes valendo nem o longo tempo de bons serviços e nem o ardor político e patriótico; o que é logo tudo posto ao olvido, desde que desperte a inveja e a ambição.⁷⁹⁸

Posteriormente, este mesmo funcionário, Vicente Ferreira da Costa Ventura, solicita auxílio a Borges no sentido de ser reconsiderado o ato de sua remoção de Lageado para Bento Gonçalves.⁷⁹⁹ Não sendo prontamente atendido, demonstra estar sendo injustiçado por Borges:

Quando já me achava em certa tristeza de desilusão, pensando, depois de minha remoção da Coletoria do Lageado para esta de Bento Gonçalves e que nenhuma justificação mereceu a consideração de V. Ex., que, desse modo, me parecia desprezar os clamores da parte mais fraca. (...) E, portanto, continuo aguardando Justiça! da parte de V. Ex.⁸⁰⁰

Após alguns anos, sem ver seu pedido atendido, este coletor federal se converteu em um funcionário de “*incorreto procedimento*” na localidade, comprovando que a não satisfação de certos pedidos poderia acarretar problemas futuros para o partido e à administração. O intendente Carvalho Júnior solicita sua remoção de Bento Gonçalves, “*a fim de haver um paradeiro às prepotências desse funcionário*”, concluindo que “*sua continuação nesta localidade só é nociva e prejudicial*”, acentuando:

O sr. Vicente Ferreira de Costa Ventura, coletor federal desta vila, há muito que se mostra de maneira inconveniente e por demais censurável, trazendo a cisão em nosso meio, pois nas suas costumadas leviandades, sempre que se oferece ensejo, procura discussão sobre o melindroso assunto de nacionalidades, que aqui, felizmente, nunca houve, dando motivos a contrariedades e desgostos. Quanto à política, sua atitude é desastrada e perniciososa, visto que, e suas palestras, com a falta de critério que lhe é peculiar, manifesta-se abertamente em desacordo com a solidariedade e a boa norma seguida pelo coeso Partido Republicano. Tendo, por diversas vezes, admoestado, amistosamente, esse sr. do seu incorreto procedimento, começou ele, daí, a mover uma campanha de perseguição a meu filho, Clodoaldo Carvalho que, devido a vossa vontade e empenho, foi nomeado escrivão da mesma Coletoria, há mais de sete anos.⁸⁰¹

⁷⁹⁸ Carta de Vicente Ferreira da Costa Ventura a Borges de Medeiros (n. 417, 10/03/1914, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁷⁹⁹ Carta de Vicente Ferreira da Costa Ventura a Borges de Medeiros (n. 418, 16/04/1914, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁸⁰⁰ Carta de Vicente Ferreira da Costa Ventura a Borges de Medeiros (n. 420, 12/07/1914, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁸⁰¹ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 434, 05/07/1917 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

A responsabilidade e o fato de torna-se alvo dos desejos e traições por uma ou outra facção local, eram fatores que faziam com que muitos elementos do PRR declinassem da indicação borgista para assumir alguma Intendência Municipal. Foi o caso de Antônio Casagrande em relação a uma possível indicação de seu nome para uma Intendência, mesmo que utilizando justificativas de ordem pessoal para isso:

Refleti maduramente sobre o assunto; consultei, com toda a reserva, minha família, e cheguei a conclusão de que, para mim, seria um sacrifício demasiadamente grande aceitar o cargo de intendente de um município. O primeiro motivo, e o principal, é de ordem puramente econômica e íntima. A minha família está aumentando, além de que tenho que ajudar meu velho pai e um irmão doente. Não posso pretender – seria mau exemplo de entrada – que o ordenado de um intendente, num município novo, seja igual ao de Juiz de Comarca, além de que os meus gastos seriam maiores, devido a representação. Assim – permita-me V. Ex. que seja muito franco – apesar de ter umas pequenas economias, poderia encontrar-me em embarços futuros. Um outro motivo, e este secundário, é que se trata de um cargo sumamente espinhoso, sujeito a ataques quase sempre de exploradores (...) que procuram ferir os administradores locais, por mais honestos e corretos que sejam. Digo isto, não por que me considere um pusilânime na luta, mas por que estou convencido de que, para trabalhar, é essencial a tranquilidade de espírito. Penso ter-me explicado bastante. Repito o que disse a V. Ex. em meu telegrama de hoje que não queira ver nessa minha atitude “um ato de indisciplina partidária”.⁸⁰²

Os fatores colocados por Antônio Casagrande, que justificariam sua recusa a cargos intenciais, eram constantes e permanente na análise das relações de poder coronelistas do Rio Grande do Sul. O próprio intendente de Bento Gonçalves, coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior (ocupou este cargo de 1892 a 1924) expõem em seu relatório de 1914, apresentado ao Conselho Municipal, o desgaste que os intendentes sofriam:

Hipotecando-vos o meu eterno reconhecimento e solidariedade pessoal, sem quebra da disciplina traçada desde o primeiro dia que assumi este posto de sacrifício. Devo, porém, dizer-vos que, já exausto pelo correr dos anos, que entorpece, ofusca os mais atilados espíritos, sinto-me diminuir o ânimo que há 22 anos passados, se me aparecia por outros prismas de salutare esperanças. Não fosse a vossa eficaz e operosa colaboração em auxiliar-me na árdua quão espinhosa missão de que me acho revestido, assim o confesso, já teria sucumbido perante a soma poderosa de sacrifícios, para o qual não tenho poupado esforços.⁸⁰³

A disputa por cargos públicos, a luta entre facções, as inimizades entre lideranças, a preeminência de questões pessoais em relação àquelas de caráter político, refletiam a razão

⁸⁰² Carta de Antônio Casagrande a Borges de Medeiros (n. 426, 26/03/1915, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS). Em outra oportunidade, Antônio Casagrande mostra-se surpreendido ao ver seu nome incluído em uma lista à deputação na Assembleia Estadual, lançada por um boletim anônimo do comércio italiano de Porto Alegre, negando qualquer possibilidade de sua candidatura sem a indicação borgista a priori, com o que expõe: “V. Ex., como conhecedor profundo que é, da colônia italiana, nenhuma importância lhe terá ligado (...), mas, apesar disto, peço vênica para dirigir a V. Ex. a presente, cientificando-o, se dúvida puder haver, que jamais ousaria concordar com o referido boletim, subversivo da disciplina pregada por V. Ex.”: Carta de Antônio Casagrande a Borges de Medeiros (n. 433, 17/02/1917, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁸⁰³ Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 129.

clientelista própria do coronelismo, como se vê nos pedidos de Júlio Lorenzoni, proprietário do cartório de Provedoria e Casamentos de Bento Gonçalves, que se considerava financeiramente “*prejudicado com a criação de mais um distrito neste município*”.⁸⁰⁴ Em outra oportunidade, após seu retorno da Europa, onde foi tratar-se de problemas de saúde (com licença de seis meses), Lorenzoni acentua seus pedidos de melhor remuneração, pontuando o fato de ser um bom companheiro político em Bento Gonçalves.⁸⁰⁵

Lorenzoni, não vendo seus pedidos serem atendidos, pontua até mesmo os cargos que poderia ocupar, bem como do próprio acúmulo de funções e rendimentos que possibilitassem o aumento de sua renda, rogando, mais uma vez, que Borges “*se lembre deste velho amigo e correligionário, e que se interesse para satisfazer esta sua justa pretensão*”:

Com a maior satisfação tive notícias, há poucos dias, de que V. Ex. já se acha restabelecido da grave enfermidade, que por tanto tempo pôs em perigo a sua preciosa existência. (...) E aproveitando da ocasião me permito lembrar mais uma vez a V. Ex. a promessa da melhoria de meu cartório, que é o de Provedoria e Casamentos, cuja renda mensal nestes últimos três anos, foi tão significativa, de não alcançar 150\$000 réis, insuficiente, (...) para a manutenção de uma família. A conseguir isso, sem prejuízo para terceiros, lembraria de momento o seguinte alvitre: de anexar ao meu cartório, como o Governo fez em outras localidades, o de Juri e Execuções Criminais, agora especialmente que o respectivo serventuário teve a felicidade de ganhar uma loteria de 100 contos de réis, ou anexar o trabalho de qualificação estadual, ligado presentemente ao notariado, ofício este que tem, independente daquilo, uma renda suficiente.⁸⁰⁶

O prestígio que Antônio Casagrande possuía na RCI e o respeito dispensado por parte de Borges de Medeiros, que o consultou para um posto intencional, não eram bem vistos por coronéis da região, como o intendente de Bento Gonçalves, Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, que não se furtou em depreciá-lo:

Soube hoje, que por esses poucos dias, para aí segue o sr. Galló levando um memorial, fruto da Confederação das Associações Comerciais da zona colonial italiana, a fim de vos ser apresentado, indicando a candidatura do dr. Antônio Casagrande à futura deputação federal. A pessoa que isso me contou é íntima do dr. Casagrande que, em confiança, isso lhe contara. Disse mais o informante, que o memorial seguiu ontem daqui para Caxias, por mão de um cunhado do mesmo Casagrande, Lino Sassi e, acrescentando mais, que o referido dr. Casagrande, breve, pretende tirar uma licença, com o fim de desincompatibilizar-se para o próximo

⁸⁰⁴ Carta de Júlio Lorenzoni a Borges de Medeiros (n. 412, 29/03/1913 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁸⁰⁵ Carta de Júlio Lorenzoni a Borges de Medeiros (n. 414, 05/11/1913 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS): “*Peço-lhe, entretanto, se bem lembrar de mim, que durante tantos anos prestei o meu serviço nesta vila a contento geral, para que possa melhorar um pouco a minha posição, pois do contrário me verei obrigado a abandonar o cargo que atualmente ocupo, cujo rendimento é ora inferior a 120\$000 mensais*”.

⁸⁰⁶ Carta de Júlio Lorenzoni a Borges de Medeiros (n. 432, 05/05/1916 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

pleito. Nenhuma surpresa causou-me esses informes, pois há muito que que percebo e prevejo os instintos e planos desse dr., em suas pretensiosas ambições. Com fingimento estava, há muito, aplainando o terreno, mostrando desejos de ser presidente de sociedades, como do Club Aliança e Tiro Brasileiro, não faltando já a qualquer festa nas linhas e nos municípios vizinhos, reuniões, e demonstrando, sempre, grande atividade, sendo esse procedimento notado e comentado por todos.⁸⁰⁷

A Associação Comercial de Bento Gonçalves é fundada em abril de 1914, como “*um órgão de classe para coordenar as aspirações de crescimento das empresas*” locais, sendo suas principais reivindicações “*a extensão da ferrovia de Carlos Barbosa – Garibaldi – Bento Gonçalves e a alteração das obrigações tributárias incidentes sobre a comercialização do vinho*”, principal fonte de riqueza do município.⁸⁰⁸

Já em 30 de janeiro de 1917, a Associação Comercial convocou as demais Associações da RCI para, em reunião em Carlos Barbosa, “*serem discutidos problemas como falta de vagões para o transporte do vinho ao norte do país*”.⁸⁰⁹ Antônio Casagrande, juiz da Comarca, foi aclamado sócio-honorário da entidade. A Associação serviu de porta-voz do setor vinícola, especialmente sobre a incidência de impostos sobre o produto, sempre pontuando que aumentos tributários provocariam “*sério alarme entre os viticultores e os colonos em geral, pois, virá causar fatalmente a morte da indústria vinícola nesta região*”, o que produziria “*forte abalo econômico*”.⁸¹⁰

Decorrente dos interesses do setor vinícola, estavam as reclamações em torno dos serviços prestados pela Viação Férrea, principal via de escoamento da produção. Em ofício de 14 de dezembro de 1917, se observa críticas às taxas e serviços impostos pela Viação Férrea, que após “*aumento de 20% sobre todas as mercadorias, exceto o vinho, não fornece mais*

⁸⁰⁷ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 435, 12/10/1917 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS). Com teor semelhante, escreve o intendente de Caxias: “*O sr. Casagrande, julgando-se com direitos políticos na região colonial italiana, por haver pugnado por interesses de ordem econômica e da indústria desta zona, organizou uma Federação das Associações Comerciais daqui e das demais localidades coloniais italianas, no sentido de constituírem uma comissão para ir à vossa presença solicitar-vos a inclusão dele, Casagrande, na chapa para deputados federais na próxima legislatura*”: Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1372, 12/09/1917 – Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Faziam parte da Confederação das Associações Comerciais da Região Colonial: a Associação dos Comerciantes de Caxias, a Associação Comercial de Bento Gonçalves, o Centro Comercial de Garibaldi, a União Comercial de Alfredo Chaves e a Liga de Comércio e Indústria de Carlos Barbosa.

⁸⁰⁸ DE PARIS, Assunta (coord.). *Op. cit.*, p. 67. O ramal ferroviário Carlos Barbosa – Garibaldi – Bento Gonçalves foi inaugurado em agosto de 1919.

⁸⁰⁹ DE PARIS, Assunta (coord.). *Op. cit.*, p. 70.

⁸¹⁰ Ata da Sessão Ordinária da Diretoria da Associação Comercial de Bento Gonçalves, em 09 de janeiro de 1915, citado por DE PARIS, Assunta (coord.). *Op. cit.*, p. 75-76. Ainda nessa mesma sessão foram feitas propostas para que fosse enviado ao Presidente da República um memorial “*protestando energicamente contra a criação desse imposto exorbitante*”, não sem antes consultar a Associação dos Comerciantes de Caxias, “*a fim de dirigir-se de comum acordo, visto tratar-se de assunto que afeta os interesses de toda a zona colonial italiana*”, cuja ação conjunta se daria por meio da “*convocação de um congresso vinícola naquela cidade*”.

vagões para o transporte deste gênero para São Paulo e, se fornece, exige baldeação na estação de Marcelino Ramos, custando o frete de cada cento mil e tantos réis mais”.⁸¹¹

A ingerência da Associação Comercial de Bento Gonçalves também deu-se em assuntos administrativos e em obras que viabilizariam maiores facilidades à circulação da produção. Em ata da Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 1918, se constitui uma comissão que deveria tratar com o intendente Carvalho Júnior sobre “melhoramentos” em torno das imediações da estação férrea, como “a abertura de ruas nas imediações da estação e mesmo no perímetro urbano, principalmente das que convergem para a referida estação”, além da “construção da projetada estrada de rodagem ligando a Vila à povoação de Santa Tereza”.⁸¹²

Após o Pacto de Pedras Altas, o coronel Carvalho Júnior não poderia tentar a reeleição ao cargo que ocupou por 32 anos. Assim, o candidato do PRR foi o engenheiro João Baptista Pianca, para o quadriênio de 1924 a 1928.⁸¹³ Porto-alegrense, mas filho de italianos, fez parte do Conselho da Escola de Engenharia da capital.⁸¹⁴

Às vésperas da eleição federal de 3 de maio de 1924, são constantes os relatórios sobre movimentos oposicionistas nos distritos coloniais da RCI. Nesse sentido, destaca-se em Bento Gonçalves a preocupação de lideranças do PRR com Santa Tereza⁸¹⁵, 5º distrito do município:

Percorri o 2º e 5º distrito deste município, tendo me demorado em Santa Tereza 3 dias. Visitei os principais influentes da divergência local, os quais ouvi demoradamente, e comparecendo a uma festa campestre a convite deles, onde com exceção de dois comerciantes e um professor amigos do subintendente e do intendente, compareceram os comerciantes, industrialistas e inspetores da sede e interior do distrito; pude observar que o subintendente está só; pois isto deu-se domingo 24 deste mês, o subintendente passou o dia em casa e não foi procurado por nenhuma pessoa. Entretanto compareceram na sede e no churrasco acima de 300

⁸¹¹ DE PARIS, Assunta (coord.). *Op. cit.*, p. 83.

⁸¹² DE PARIS, Assunta (coord.). *Op. cit.*, p. 87. Em telegrama enviado pela Associação Comercial de Bento Gonçalves a Borges de Medeiros, em agosto de 1921, encontra-se: “*Associação Comercial, interpretando interesses classes conservadoras este município, vem respeitosamente solicitar V. Ex. reformar tarifas ferroviárias, excessivamente sobrearregam principais produtos agrícolas e indústria a fim facilitar exportação, muito influirá desenvolvimento econômico nesse querido Estado*”: citado por DE PARIS, Assunta (coord.). *Op. cit.*, p. 95.

⁸¹³ VALDUGA, Gustavo. “*Paz, Itália, Jesus*”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal *Correio-Riograndense* (1930-1945). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007, p. 144-145: “*O nome de Pianca, indicado por Borges de Medeiros e aceito com regozijo pelo diretório republicano da cidade, parece não ter sido fruto de disputas e divisões políticas locais que, embora maçom, foi aceito, ou ao menos não contou com qualquer resistência da Igreja, o que pode ser denotado pelo conteúdo do jornal católico Il Corriere d’Italia, que dava destaque aos projetos e realizações do intendente*”.

⁸¹⁴ CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op. cit.*, p. 75-77.

⁸¹⁵ Em 25 de setembro de 1911 é instalada a linha telefônica que ligava, além de Santa Tereza, o 2º distrito de Monte Belo à sede do município de Bento Gonçalves. Apenas em 1992, Santa Tereza e Monte Belo do Sul tornam-se municípios.

peças. O eleitorado daquele distrito, anda por uns 150 eleitores, inclusive mortos e mudados, daí eu concluir que comparecerão ali três quartas partes. (...) Releve-me lembrar que ali só vejo um meio que é o seguinte: a nomeação de um subdelegado bastante criterioso, que com habilidade conquiste a boa vontade daquela gente, levando para ali um pequeno destacamento, o que melhor seria sem oficial, por que ali não temos pessoa capaz.⁸¹⁶

A paróquia de Santa Tereza foi criada em 8 de julho de 1887. Pelo ato municipal n. 5, de 15 de outubro de 1916, é criado o distrito de Santa Tereza e anexado a Bento Gonçalves, sendo que somente em 1992 emancipou-se de Bento, tornando-se em município autônomo. Em seu relatório de 1916 ao Conselho Municipal, relata o coronel Carvalho Júnior:

Por ato de 15 de outubro último resolvi criar mais um distrito administrativo, com a denominação de 5º distrito, tendo por sede a adiantada povoação de Santa Tereza. A criação desse distrito, há muito que era uma necessidade palpitante, para os seus moradores que, distantes do centro do 2º distrito, o mais próximo, lutavam com dificuldades para os seus diferentes misteres, assim, como, também com relação aos interesses de ordem administrativa e política, eram obrigados a grandes e penosas viagens. Sendo de toda a justiça a aspiração daquele povo, não vacilei em promover aquela comodidade, que só redundará em proveito da administração do município, pela fiscalização de suas rendas e manutenção da ordem, visto a sua grande distância da sede.⁸¹⁷

Em 1924, o médico e jornalista Carlos Penafiel⁸¹⁸ foi enviado por Borges a Bento Gonçalves, com o intuito de fiscalizar o alistamento eleitoral, bem como tecer informações confiáveis ao líder partidário sobre as preocupantes relações de poder na colônia Santa Tereza. A revolta das lideranças distritais poderia causar embaraços aos interesses do PRR na região, a evidenciar o desejo do coronel Carvalho Júnior para que o Estado fornecesse “*algumas praças da Brigada*”, pois não haveria na localidade “*pessoa capaz na guarda municipal*”, sendo necessário o “*auxílio da força*”, complementando:

A agitação naquele distrito é feita por três “entidades”: um médico, que nem é eleitor, o dr. Vicente de Modena; o ex-escrivão Helvécio Lisboa, rapaz muito tropego, de péssimo caráter e sem nenhum valor; e o sr. José Francischini, comerciante, que é o mais perigoso dos três, por que, além de ser o mais inteligente, mais ativo e mais ousado, tem por detrás de si toda a família Francischini, família que domina aquele povoado e traz a autoridade intimidada. (...) O povoado é inteiramente despolicado. As autoridades não tem força. O intendente, por sua vez,

⁸¹⁶ Carta de Ângelo Marques a Borges de Medeiros (n. 437, 26/02/1924 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS). Em anexo o remetente escreve uma lista de “divergentes” à política do PRR na colônia Santa Tereza, constando Vicente de Modena (médico), Virgílio Francischini (inspetor e importante comerciante local), Ítalo Miele, Ernesto Francischini, Feliciano Valduga, Alberto Vendrame, José Francischini, Ignácio Ramos, João Baggio, Roberto Prezzi, Antônio Tramontina, Olímpio Valduga e Daniel Baptistelle.

⁸¹⁷ Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 136.

⁸¹⁸ Antônio Carlos Penafiel nasceu em Porto Alegre, no dia 31 de janeiro de 1883. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1904, retornou a Porto Alegre, onde foi professor na Faculdade de Medicina, sendo o primeiro diretor psiquiatra do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Como jornalista, foi diretor de *A Federação* em 1915. Foi deputado estadual de 1915 a 1920 e deputado federal de 1921 a 1923. Era genro de Júlio de Castilhos. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1960.

de longa data, não tem podido nada fazer contra o espírito de rebeldia daquela localidade. São às dezenas as façanhas ali praticadas pelos Francischinis. (...) O dr. Vicente de Modena não é eleitor. Está há pouco tempo em Santa Tereza, onde fundou uma casa de saúde, convidando o sr. Helvécio Lisboa para farmacêutico. Aquele está formado há três anos e é assistente do comitê Annes Dias, de Porto Alegre. É filho de um companheiro nosso, que tem aí, em frente do Banco da Província, uma casa de jogo. Chegou na localidade e entro logo em luta com o sr. Neffre Teixeira, subintendente, por que este exerce a medicina como curandeiro. A questão que originou a luta entre o sr. José Francischini e o subintendente também teve um móvel todo pessoal e secundário: o eterno *cherchez la femme*. Eis tudo, Santa Tereza, por estar longe da vila, foi sempre, como Muçum em Guaporé, do outro lado do rio Taquari, de grande rebeldia, comparada com a tranquilidade geral reinante neste município. Remédio: presença de força, não para exercer qualquer violência, mas para intimidar os rebeldes, uma vez que é essa a arma deles próprios.⁸¹⁹

Em Bento Gonçalves, na segunda metade da década de 1920, acirra-se o conflito que, iniciado pela concorrência entre os hospitais de dois médicos italianos, Bartholomeu Tacchini⁸²⁰ e Benjamin Giorgi⁸²¹, dividiria o município em duas facções opostas. Este dissídio chegou a preocupar a maior liderança do PRR na região naquele momento, Celeste Gobbato.

O médico Benjamin Giorgi é acusado de imperícia médica, que teria causado a morte da esposa do coletor federal em Garibaldi, Henrique Grossi (Cogo Grossi). Lideranças locais afirmam que as disputas se devem “*ao representante do consulado italiano em Bento Gonçalves*”. Surgem, então, duas facções, os Tacchinistas (ligados a Bartholomeu Tacchini), inimigos de Giorgi, querendo sua expulsão do município; e os Giorgistas, “*que representavam a maioria da população do município*”. Gobbato envia carta ao Chefe de Polícia do Estado, Armando Azambuja, depois encaminhada a Borges de Medeiros:

Pode, porém, acontecer que os espertalhões da politicagem se prevaleçam da oportunidade para constituir um núcleo vermelho de oposição ou de dissidência, que poderá dar algum trabalho, apesar de eu haver lembrado a todos a necessidade de conservarem-se unidos nas fileiras do nosso glorioso partido. (...) No fundo, à parte

⁸¹⁹ Carta de Carlos Penafiel a Borges de Medeiros (n. 438, 26/03/1924 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁸²⁰ Nascido em 19 de novembro de 1878 em Caltanisetta, Sicília, graduou-se em Medicina e Cirurgia em julho de 1903, em Módena, terra natal de seus pais. Em 1911 fixou residência no Rio Grande do Sul, primeiramente em Pelotas, e no ano seguinte transferiu-se para Bento Gonçalves, estabelecendo-se com uma Casa de Saúde na sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Regina Margherita, onde permaneceu por quinze anos, até ser inaugurado o novo prédio do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, em 18 de março de 1927. faleceu em 18 de novembro de 1936, em São Paulo. CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 529-536.

⁸²¹ Graduado em Medicina pela Régia Università di Genova, serviu na infantaria do exército italiano na Primeira Guerra Mundial. Chegou em Bento Gonçalves em dezembro de 1924, logo abrindo consultório. Em novembro de 1927 inaugura a Casa de Saúde São Jorge, na periferia da cidade. Era especialista em ginecologia. Conforme relatos, Benjamin Giorgi era fascista, como muitas lideranças influentes da região colonial italiana naquele período, como Celeste Gobbato, tendo participado da Marcha sobre Roma, o que poderia em parte explicar a divisão dos médicos de Bento Gonçalves, como de toda sociedade bento-gonçalvese. Giorgi faleceu em 3 de setembro de 1961. CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 542-547.

a responsabilidade que o dr. Giorgi pode ter na morte da sra. Cogo Grossi, trata-se de uma questão de interesses materiais, onde farmacêuticos da vila e enfermeiros do dr. Tacchini, não se conformam com a presença de um novo operador e clínico no município de Bento Gonçalves. A respeito da eventual constituição de um grupo oposicionista em Bento Gonçalves, o intendente, dr. João Baptista Pianca, pede-me para lembrar a V. Ex. que existe, naquela vila, um elemento perigoso e propagandista da fundação ali de uma Aliança Libertadora. É ele o major Augusto Costa Leite, delegado do serviço de recrutamento, cuja remoção o dr. Pianca deseja.⁸²²

A seguir Gobbato cita uma possível solução para o dissídio em Bento Gonçalves, tendo em vista a situação política do município, após tomar “*as providências que estavam ao seu alcance*”. Continua o intendente de Caxias:

Em Bento Gonçalves, perdurando a situação anormal, como é de prever perdurará, há necessidade de um homem calmo e muito criterioso para aproveitar a cisão do partido em benefício do mesmo. Este homem é o cel. Carvalho Júnior, estimado por todos, mas um tanto amesquinhado pelo dr. João B. Pianca. (...) De momento, seria também oportuna a nomeação do cel. Carvalho para delegado de polícia, pois isso ofereceria tranquilidade aos partidários do dr. Benjamin Giorgi, que acusam de parcialidade o atual delegado Amadeo Vettorello.⁸²³

Convém frisar que não foi apenas o delegado de polícia acusado de pertencimento a uma das facções em conflito. O ex-contador e secretário da Intendência de Bento Gonçalves, Álvaro da Costa Monteiro, fundador do Grêmio Coronel Carvalho Júnior, dizia-se perseguido pelo intendente João Baptista Pianca, “*simplesmente por não ser favorável ao médico dr. Tacchini*”, ao que justificaria “*injustiças*” cometida à sua pessoa “*em virtude de ser republicano e, em vista do modo de agir dos Tacchinistas, grande parte deles assististas*”.⁸²⁴

Em parecer emitido pelo Conselho Municipal de Bento Gonçalves, datado de 20 de dezembro de 1927, observa-se que a medida de isenção de tributos ao Hospital São Jorge, de propriedade de Benjamin Giorgi, não foi unânime:

A Comissão de Petição e Reclamações é de parecer que, em vista de se achar a sociedade bento-gonçalvense dividida em duas grandes partes, relativamente aos hospitais aqui existentes, ambas têm direito ao amparo municipal e por isso acha justo que sejam concedidas à Casa de Saúde São Jorge as mesmas vantagens de que goza o Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini. (...)

O conselheiro Henrique Venzon apresentou em separado o seguinte. (...) O abaixo-assinado, membro da Comissão de Petição e Reclamações, discordo do parecer favorável a concessão de isenção de impostos, abatimento de 50% no consumo de luz e de um auxílio monetário a Casa de Saúde São Jorge, conforme petição feita a este Conselho pelo Presidente da Sociedade, vem justificar o seu voto contrário. (...)

⁸²² Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1406, 25/10/1926, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸²³ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1407, 26/11/1926, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸²⁴ Carta de Álvaro da Costa Monteiro a Borges de Medeiros (n. 441, 14/02/1927 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

Estabelecimento da categoria do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini existe apenas um em toda a região colonial italiana e poucos no estado; o que já não acontece com casas de saúde, citando apenas o fato de termos três no município. (...) Estou certo que os cofres do município não são a fonte de Chandan para que o Conselho possa dispor livremente de suas existências, levando por meras simpatias as pessoas ou por obsessão partidária. (...) A tão apregoada igualdade que se quer estabelecer só pode ser o fruto das paixões de momento de quem ver as coisas por um prisma todo especial.⁸²⁵

Para suceder ao intendente João Baptista Pianca, para o período de 1928 a 1932, foi escolhido Olinto Fagundes de Oliveira Freitas. Diplomado em odontologia, no ano de 1915 foi juiz distrital de Bento Gonçalves e, em 1917, nomeado promotor público da comarca. Em seu relatório intencional de 1929 revela o estado financeiro em que recebeu o município:

O município, devido aos sérios encargos assumidos pela administração passada, iniciando obras de vulto, encontra-se em situação um tanto dificultosa. Assim, logo ao tomar posse do cargo fui obrigado a contrair empréstimos de emergência, conforme vossa autorização, a fim de pagar várias despesas realizadas pelo quadriênio anterior e bastante atrasadas, como vencimentos ao professorado, zeladores, fornecimentos de várias espécies, turmas de construção e reconstrução de estradas, aquisição de material para a nova luz da rua Marechal Deodoro, construção de duas aulas municipais e a reconstrução da ponte sobre o arroio Marrecão, na estrada nova de Santa Tereza. Além disso, daqueles empréstimos atenderam às despesas de conclusão da estrada de Santa Teresa, ponte “Dr. Ildefonso S. Pinto” e outros dispendidos de menor importância (...)

Assim sendo, o município devia a 14 de novembro de 1928 a soma de R\$ 1.222:584\$992 e não R\$ 783:503\$273, segundo consta à página 7 do suplemento do relatório apresentado pelo meu antecessor, em seu último ano de governo, pois que, naquele documento não faz menção das importâncias relativas a várias contas a pagar, no total de R\$ 424:792\$192, conforme apurou a Contadoria e cujo pagamento foi efetuado na atual gestão.⁸²⁶

Na administração de Olinto Fagundes de Oliveira Freitas continuam as desavenças entre Tacchinistas e Giorgistas, como se comprova no comentário do jornal alemão de Porto Alegre, *Neue Deutsche Zeitung*, de 20 de outubro de 1928:

Há uma briga velha entre médicos de Bento Gonçalves. A população está dividida em favor do Dr. Tacchini e o Dr. Benjamin Giorgi, ambos italianos. Na última eleição (agosto) foi eleito o candidato *tacchinista* Olynto de Freitas e após a posse começou uma perseguição aos giorgistas. Uma delegação de mulheres veio com Celeste Gobbato conversar com Getúlio Vargas, que as recebeu em 19 de outubro de 1928. Ao mesmo tempo o cônsul conversou sobre o assunto com Oswaldo Aranha, secretário da Justiça.⁸²⁷

⁸²⁵ Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 544-545. Henrique Venzon foi integrante do Conselho Fiscal do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini no ano de 1929.

⁸²⁶ Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 151-152.

⁸²⁷ Citado por: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 546-547. cabe mencionar que, durante o período do Estado Novo, Bartolomeu Tacchini foi o único italiano a ser preso em Bento Gonçalves, “*acusado de inimigo do Governo Brasileiro*”. In: CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Op cit.*, p. 547. Segundo GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 147: “*Diante de todos esses*

Referente às relações de poder nem sempre amistosas entre lideranças partidárias e os colonos, pontua-se as questões relacionadas ao pagamento de impostos e a inadimplência de tais taxas, o que poderia causar sérios embaraços aos funcionários encarregados de realizar a cobrança do fisco em relação a seus superiores. Em Guaporé, o intendente Agilberto Attilio Maia expõe a desventura de um funcionário, engenheiro Júlio Alves de Campos, da Comissão de Terras, em fazer a cobrança dos impostos coloniais e receber a quantia devida:

Se a Secretaria de Obras Públicas conhecesse, como eu conheço, a obstinação tenaz do colono em efetuar ou mesmo ultimar o pagamento das terras adquiridas, certo o engenheiro Campos não teria sido acoimado de negligente, por que tentar cobrar suavemente o que o colono deve ao Estado é, - quase se pode afirmar perder tempo. Na impossibilidade absoluta de conseguir haver do colono a solução do seu débito, assim, sem a intervenção da justiça foi o aludido engenheiro advertido e lhe cometeram, ainda, a obrigação estrita de fazer constantes viagens pelo município, o que, posto em prática pelo sr. Campos, nenhum resultado trouxe em vista da predisposição em que se encontram os devedores, mal acostumados, digamos duma vez com a acentuada benevolência do honrado governo de V. Ex., que lhes há favorecido por demais com as repetidas concessões de prazos. Tornam-se obstinados recalcitrantes na esperança de que jamais serão compelidos ao pagamento do que devem. Na última quinzena deste mês, fui acompanhar o engenheiro Campos numa das viagens aludidas; quis ter conhecimento próprio e pleno do procedimento desses devedores do Estado. E pasmei! É quase inacreditável a falta de correção dessa gente no cumprimento de tais deveres. Homens que já estão ricos, colonos abastados, negam-se peremptoriamente ao pagamento, alegando absurdos, coisas inverossímeis, inaceitáveis e concluíam afirmando precisar de dois, três e até quatro anos para poderem se desvencilhar do pequeno débito que lhes pesa sobre os ombros! Em vista disto, tínhamos eu e o engenheiro Campos combinado nos dirigir a V. Ex. pedindo autorização para que pudesse o colono renitente ser compelido judicialmente ao pagamento do respectivo débito; medida esta que posta em prática, tenho certeza, produziria os efeitos desejados após a citação de um ou dois dos devedores, novamente agora que vamos atravessando a safra da banha – uma das fontes de abundância dos colonos.⁸²⁸

Em Caxias se observa um exemplo do desgaste sofrido por intendentes que se incompatibilizaram com facções partidárias ou lideranças econômicas locais. É o caso do coronel Tancredo Áppio Feijó⁸²⁹, intendente de 1910 a 1912, líder de facção do PRR e conselheiro municipal.

acontecimentos e da conseqüente pressão sobre o governo e o partido governista, Getúlio e Borges resolveram, como medida emergencial, reativar um decreto do tempo de Júlio de Castilhos, pelo qual todo médico deveria registrar-se no Departamento de Higiene, sem que fosse exigida a prova de capacidade; e uma comissão seria criada para estudar o assunto, a fim de se chegar a uma solução definitiva”.

⁸²⁸ Carta de Agilberto Attilio Maia a Borges de Medeiros (n. 2471, 31/07/1916, Fundo Guaporé/ABM/IHGRGS).

⁸²⁹ Tancredo Áppio Feijó era o filho mais velho do estancieiro Luiz Antônio Feijó Júnior que, juntamente com Antônio Machado de Souza, foi responsável pela expedição de reconhecimento das terras da região da serra que iria servir para assentar os imigrantes italianos, no início da década de 1870. Ambos receberam terras como doação do governo do Rio Grande do Sul e Luiz Antônio Feijó Júnior denominou seu lote colonial de “Sertorina” em uma homenagem ao seu compadre e ex-sócio comercial, o então Presidente da Província João Sertório. Essa ex-colônia particular tornou-se posteriormente o distrito de Nova Vicenza e, em 1934, emancipou-se de Caxias, passando a constituir o município de Farroupilha.

Obtenções de cargos públicos são vistas como forma de salvaguardar o patrimônio particular de certas personalidades políticas. Atesta-se esse fato no pedido do tenente-coronel Manoel Vicente Cardoso em favor de Tancredo Áppio Feijó que, segundo o solicitante, “*foi capitalista forte, estando sua fortuna reduzidíssima*”, já que não teria “*tempo de tratar de seus interesses*”, devido às obrigações partidárias. O mesmo ocorreria com o intendente em exercício Vicente Rovea, “*capitalista e que muito se prejudica, visto não poder tratar de seus interesses*”; tornando-se necessário que Borges passasse a administração municipal ao coronel Tancredo, “*pois se tal não se der infalivelmente mais hoje ou mais amanhã o cel. Tancredo esgotará todos os recursos e depois será forçado a se retirar à vida privada*”.⁸³⁰ As denúncias contra o intendente caxiense provinham de investigação levada a cabo pelo juiz da comarca, Antônio Casagrande, como se observa suas impressões sobre a atuação do coronel Áppio Feijó à frente da Intendência de Caxias:

Documentos em meu poder, devidamente legalizados, provam que o cel. Tancredo, não já distraiu dinheiro público da Intendência, mas sim que subtraiu tais dinheiros em proveito próprio. (...) Não são alegações vagas, não são palavras ocas, são fatos comprovados com provas plenas e esmagadoras. (...) Por isto, tomo a liberdade de comunicar a V. Ex. que, dentro em breve, uma comissão de cidadãos distintos, da melhor sociedade daqui, entre eles representantes do povo na vida administrativa do município, como conselheiros que são, irá se entender com V. Ex. (...), a fim de que V. Ex. aprecie os originais e tome providências que entender, resolvendo de uma vez a melindrosa situação administrativa e mesmo política deste infeliz torrão do Rio Grande, digno de melhor sorte.⁸³¹

Do mesmo modo, o Conselho Municipal de Caxias solicita a Borges a destituição do coronel Áppio Feijó do cargo de intendente, a evidenciar o seu isolamento político:

O cel. Tancredo Feijó, quando presidente do Conselho, contratou o fornecimento de tábuas para a construção do quartel e estrebaria da Intendência; recebeu em 10 de abril de 1909, 1:000\$000 adiantado, e até a presente data não resgatou o vale desta importância e que existe em cofre. (...) O cel. Tancredo, sem falar nas recepções, só em 10 meses ultrapassou em 1:845\$000 com representações e viagens suas, a verba consignada no art. 4º § 8º da lei do orçamento vigente e destinada, englobadamente, às recepções e viagens do intendente. (...) O cel. Tancredo Feijó está alcançando na Intendência Municipal com uma dívida de 583\$750 de impostos. (...) O cel. Tancredo Feijó dispensou sucessivamente, de 150 e 100\$000 de impostos ao dentista Antônio Vicente da Fontoura Trindade, por ser credor como redator de jornal. (...) O cel. Tancredo Feijó auxiliou, a expensas da Intendência, a construção de duas casas que mandou levantar, para sua progenitora D. Constância Feijó, na cidade de Caxias, importando o gasto feito pela mesma Intendência em 250\$000.⁸³²

⁸³⁰ Carta de Manoel Vicente Cardoso a Borges de Medeiros (n. 1326, 02/07/1909, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸³¹ Carta de Antônio Casagrande a Borges de Medeiros (n. 1329, 16/10/1911, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸³² Carta de Adelino Sassi, Caetano Bellincanta e Antônio Pieruccini (conselheiros municipais) a Borges de Medeiros (n. 1330, 20/10/1911, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

O cidadão Antônio Vicente da Fontoura, citado na carta acima, isento de impostos pelo coronel Áppio Feijó, era diretor do órgão de imprensa *O Brazil*, jornal da facção do mesmo coronel, como se observa nos ataques ao “*Testa de Ferro Salerno*” (referente ao diretor do jornal adversário, *Cidade de Caxias*, Francisco Salerno) e ao “*Bacharel Elétrico*”, referindo-se a Antônio Casagrande. Na mesma edição, mais um ataque ao conselheiro municipal Adelino Sassi, um dos remetentes da carta citada anteriormente contra o coronel Áppio Feijó:

Inda impressiona a sensibilidade do nosso olfato, causando-nos insuportáveis náuseas, o fétido das carnes chacinadas pelo nosso escarpelo, quando a última vez, autopsiamos o cadáver moral, pustuloso, desfeito pela gangrena, do tipo que veio ao mundo — produto híbrido de um atentado à moral e à sociedade. (...) Deixemos esta cuspidreira pública entregue à seus esputos; deixemos este hilota espúrio, este Testa de Ferro, e analisemos o verdadeiro autor da chinfrinada, publicada no imundo pasquim — sentina, que dá pelo nome do *Cidade de Caxias* — cloaca onde dejetam os mesentéricos e sórdidos caluniadores. (...) Não são os tipos do jaez de Salerno e do elétrico, que, de leve, possam abalar o prestígio sólido e indestrutível do nosso chefe local coronel Tancredo A. Feijó. Para trás, caluniadores impenitentes! (...) Diga-nos, Sr. Adelino Sassi, muito digno conselheiro municipal, quem é que prejudica os interesses do povo — s. s. que tantos lucros obteve em negociações que fez com a Intendência (o que não podia fazê-lo como conselheiro) ou o sr. Cel. Tancredo vice-intendente em exercício, que em algumas viagens á Porto Alegre conseguiu para o município de Caxias benefícios no valor de mais de 100 contos de reis? Isto é esmagador, hein? S. S. não é mau homem, mas tem o grande defeito que muito o prejudica: é por demais filandroso e sabichão; julga-se um grande sábio e financeiro e não passa de um negociante ainda muito atrasado. Convença-se disto e recolha-se à sua verdadeira posição. Mire-se no espelho de Ícaro da fábula. É um conselho sincero que lhe damos e não fique mal conosco por isso. Saiba, sr. Adelino Sassi, dissemos, por nossa vez, — que o *Brazil* é o único órgão do partido republicano de Caxias, e como tal, não consentirá, jamais, que, tipos de política duvidosa e quem quer que seja, impunemente, ataque sistematicamente a honesta administração republicana do município.⁸³³

O jornal semanal *Cidade de Caxias*, surgido em 1911, é abertamente contrário à administração do coronel Tancredo Áppio Feijó, ou seja, este jornal surgiu unicamente para combater a permanência do intendente em seu cargo, estando entre seus principais redatores o juiz da Comarca, Antônio Casagrande. Suas críticas à administração do coronel Tancredo Áppio Feijó iam desde reclamações sobre à falta de asseio do matadouro público municipal⁸³⁴, à ausência de funcionários públicos em distritos coloniais⁸³⁵, mas, invariavelmente, passavam a combater o intendente através de ataques ao jornal adversário *O Brazil*.⁸³⁶

⁸³³ *O Brazil*, 23/11/1911, p. 2 (AHMJSA).

⁸³⁴ *Cidade de Caxias*, 12/08/1911, p. 2 (AHMJSA).

⁸³⁵ *Cidade de Caxias*, 30/09/1911, p. 2 (AHMJSA). Críticas devido ao fato da agência do correio de Nova Pádua (4º distrito) estar a quatro anos sem agentes.

⁸³⁶ *Cidade de Caxias*, 11/11/1911, p. 1 (AHMJSA): “Ao público: num longo aranzel intitulado ‘Protesto Esmagador’, *O Brazil* em seu último número, derrama a sua bilis raivosa e má sobre os nossos amigos Dr. Casagrande, Lino Sassi e Aristides Germani e sobre o nosso diretor – a resposta esmagadora lhe daremos dentro em breve. Não perde por esperar”.

Contudo, sempre procurou deixar claro que suas divergências davam-se com o grupo do intendente Áppio Feijó e jamais como dissidência partidária⁸³⁷, como se percebe na ênfase dada à chegada do coronel José Penna de Moraes em Caxias, em 1º de dezembro de 1911.⁸³⁸ Estando satisfeitas as forças políticas e econômicas que solicitavam a retirada do coronel Tancredo Áppio Feijó do poder executivo local, o jornal *Cidade de Caxias* perdeu sua razão de existir, sendo sua última edição publicada em 06 de junho de 1912, antes mesmo da eleição do coronel Penna de Moraes à Intendência (realizada em 12 de agosto de 1912).

Devido essas investigações contra sua administração, o coronel Tancredo Áppio Feijó, vendo-se isolado politicamente, opta por redigir um longo “testamento político”, escrito em duas cartas a Borges de Medeiros e, a seguir, afasta-se da política partidária local:

Com dor no coração vou te listar os fatos que se desenvolveram neste município após a vinda do dr. Major José Penna de Moraes. Como deves saber, inivei o maior esforço para que aceitasse o nosso amigo dr. Protásio Vargas, o cargo de intendente deste infeliz município e como não quisesse este aceitar, fiz um apelo ao nosso comum amigo Octávio Rodrigues da Silva, o qual, (...) escreveu uma carta, na qual ponderava que, (...) lhe era impossível afastar-se de Porto Alegre (...). Confiei, então, a escolha ao alto critério de Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros e este, depois de refletir alguns momentos, disse-me que ia apelar para o major Penna de Moraes, o qual pretendia retirar-se de Santa Maria e residir em Porto Alegre (...).

Garantiu-me, então, o dr. Borges de Medeiros que o major Penna de Moraes, viria apenas no caráter de administrados, continuando eu na chefia do partido e que estava certo de que agiríamos de inteira harmonia no exercício dessas duas funções. (...)

Disse-me então o sr. Major Penna, textualmente: “O sr. aguentou muito; eu não toleraria a terça parte do que o sr. tolerou” e acrescentou - e que os três indivíduos, Salerno, Casagrande e Luis Sassi eram verdadeiras peças entupidas. Respondi-lhe: o sr. aplicou bem o termo; porém essas peças entupidas exigem muito cuidado da parte de quem com elas lida, pois fazem explosões facilmente. Disse-lhe eu mais, que os meus amigos tinham muito medo que para aqui viesse uma pessoa estranha, para administrar este município, pois temiam pudesse esse administrador chegar aqui e ligar-se com o mau elemento. (...) Respondeu-me, então, o sr. Major Penna textualmente: “Essa gente pensava que eu fosse um bobo alegre?” Rindo-me, respondi-lhe que não. (...)

Mais ou menos vinte dias depois, o sr. Major Penna consorciou-se com as peças entupidas (...). pediu-me, então, o sr. Major Penna ampla liberdade para administrar,

⁸³⁷ *Cidade de Caxias*, 27/01/1912, p. 1 (AHMJSA). Desmentido a suspeita levantada por outros jornais que afirmavam sobre a formação de uma dissidência em Caxias, chefiada pelo major José de Campos Neto, um dos editores do *Cidade de Caxias*, contra o chefe local Tancredo Feijó e ao novo intendente Penna de Moraes.

⁸³⁸ *Cidade de Caxias*, 02/12/1911, p. 1 (AHMJSA): “*Major Penna de Moraes: as notícias de sua vinda – a recepção*”. *Cidade de Caxias*, 06/04/1912, p. 1-2 (AHMJSA): “*Operosa administração*”: exalta a breve administração de Penna de Moraes. *Cidade de Caxias*, 13/04/1912, p. 2 (AHMJSA): “*Fatos e notícias – Associação Comercial*”: sobre o voto de louvor da Associação Comercial de Caxias à administração de Penna de Moraes. *Cidade de Caxias*, 20/04/1912, p. 1 (AHMJSA): “*Major Penna de Moraes – imponente recepção*”: com a presença de boa parte da elite econômica caxiense: Abramo Eberle, Antônio Moro, Germano Parolini, Ângelo Chitolina, Annuncio Ungaretti, Antônio Giurolo, Antônio Pieruccini e Vicente Rovea. *Cidade de Caxias*, 18/05/1912, p. 1-2 (AHMJSA): fartas homenagens ao coronel Penna de Moraes, o “*benemérito Salvador de Caxias*”.

respondendo-lhe eu que, com a franqueza que me caracteriza, essa liberdade ele a teria. Disse-lhe mais, que um pouco adiante, quando ele conhecesse a lealdade dos meus amigos e o meio que vinha viver, que eu de comum acordo com o nosso chefe dr. Borges de Medeiros, abriria mão da chefia do partido, assumindo ele as funções de chefe e intendente, pois que eu nada queria, a não ser um homem competente para dirigir os destinos do município. Respondeu-me ele, que isso não queria e que eu tinha grandes responsabilidades em sua vinda para Caxias e que se eu não continuasse na chefia do partido, ele nem assumiria o cargo de intendente. Acrescentou textualmente: “É muito fácil rolar-se por esta serra abaixo, não pense que vim aqui para desbancá-lo”. (...)

Conversando com o mesmo sr. Penna e relatando-lhe de fatos ocorridos aqui na administração, respondia-me ele, textualmente: “Eu já tenho dito que isto aqui não é a casa da sogra, agora mudou de figura”. Isto me foi dito repetidas vezes, diante de pessoas amigas que comigo trocaram olhares significativos. (...)

Momentos antes de minha retirada da Intendência, na presença de um comum amigo nosso, disse-me o major Penna: “Você agora não tem nada que fazer, pode ir serrar tábuas e invernar gado, pois a sua invernada é boa e você pode ganhar muito dinheiro”. Acrescentou: “Isto precisava de uma boa administração, agora tem, no dia da eleição dá-se um grito e vem tudo votar”. O amigo que se achava presente disse: “Está bem Tancredo, se tu não tens mais nada que fazer, é melhor que vamos dormir”; respondendo-lhe eu ser este o caso. (...)

Resolvi tomar a seguinte atitude: guardar distância, silenciosamente esperando os acontecimentos. (...) O sr. Penna, há pouco, quando veio de Porto Alegre, chegou aqui intitulando-se chefe do partido e alegando que me havia destituído, de pleno acordo com o nosso benemérito chefe dr. Borges, da chefia do partido deste município. (...) De tudo quanto venho dizendo-te faço o obséquio de leares ao conhecimento do dr. Borges.

E eu vou serrar tábuas, conforme o major Penna disse-me. Espero em Deus, que em pouco tempo verei o sr. Penna serrando, não em tábuas, mas sim em sarrafos ou listas, também não em meu engenho, mas pelo engenho por ele montado. (...) Esta carta vai fazer parte do meu testamento político, que por estes quinze dias será publicado.⁸³⁹

O coronel Tancredo Áppio Feijó, afastado da chefia unipessoal do PRR em Caxias (que ocupava desde 1908, além de chefe de polícia no município de 1893 a 1896 e por 14 anos conselheiro municipal), dá continuidade a sua defesa e finaliza o seu “testamento político”. Se na missiva acima utilizou como intermediário o credor da Intendência, Álvaro de Moraes, a carta abaixo foi remetida diretamente a Borges de Medeiros:

Fatos que são de domínio público obrigam-me a esta ligeira e despretensiosa, mas necessária, explicação aos meus correligionários e aos meus concidadãos. (...) Terminado o período da administração do dr. Terra pelo ten.-cel. Rovea, o Partido Republicano apresentou-o para continuar no desempenho do mesmo posto que tana probidade havia desempenhado, tendo ele como competidor o candidato do Partido Democrata, Antônio Moro. A nossa vitória foi estupenda, pois o ten.-cel. Rovea recebeu mil setecentos e tantos votos contra trezentos e poucos do candidato adverso. Após dois anos de administração adoeceu o ten.-cel. Rovea, que impossibilitado de continuar em exercício, passou-me a administração, pois eu era o vice-intendente. Convencido dos perigos da administração com a chefia política, ou

⁸³⁹ Carta de Tancredo Áppio Feijó a Borges de Medeiros (n. 1334, 22/04/1912, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

incompatibilidade dessas duas funções, fui a Porto Alegre e fiz ver ao Ex. Dr. Borges o meu modo de ver e a necessidade palpitante de nomear-se-me substituto. (...) Bem longe estava de supor que o homem que era festivamente recebido por mim e por meus amigos, com cavalheirismo e máxima lealdade; bem longe estava de supor, repito, que o recomendado do Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, trouxesse a intenção de molestar-me, de magoar-me, de ferir-me, sem motivo e sem razão, influenciado naturalmente por dois ou três díscolos reconhecidos! (...) Esqueço a injustiça e a ingratidão recebidas de quem não tinha o direito de fazê-los. Retiro-me à vida privada convencido de que o tempo é o melhor dos mestres, como o futuro é o mais infalível dos juízes. (...) Está encerrado o meu testamento político.⁸⁴⁰

O coronel Penna de Moraes, oriundo de Santa Maria e enviado a Caxias por Borges, com o intuito de apaziguar as conturbadas relações de poder coronelistas na RCI, reporta-se ao líder partidário defendendo-se das acusações do coronel destituído Tancredo Áppio Feijó:

Já estou com a praça de Caxias, a *delenda Cartago* de todas as suas administrações, quase pronta. (...) Existe, porém, uma nota dissonante em tudo isto: é a conduta mesquinha e condenável do amigo coronel Feijó, e de 3 ou 4 únicos que o acompanham, e esses mesmos funcionários públicos. Esses poucos não querem administração e nem coisa séria em Caxias, desejam a antiga ordem de coisas, com as vinganças, exclusivismos e intolerâncias, arvorados em interesses políticos, e que, como tais, vos eram levados. Conquanto o cel. Feijó vos dizia que desejava um homem competente para administrar Caxias, açulava à solapa a propaganda em torno de seu nome para ser o intendente... É assim que a minha vinda veio contrariar planos ou pretensões ocultas, mal dissimulando-se a grande contrariedade e decepção recebida com a minha chegada. Resolveram, então, assediar-me, a ver se conseguiam ser eu um instrumento da política de ódios, vinganças e isenções escandalosas que tem feito a infelicidade de Caxias. (...) A despeito começou, portanto, de atuar no sr. Cel. Feijó, que, sem ter a nobre franqueza de chegar-se a mim e dizer o que pretendia, afastou-se pouco a pouco numa condenável atitude que acaba de transformar-se em hostilidade contra a administração, sem que o menor motivo exista que a possa de leve legitimar ou justificar. (...) E as perturbações em Caxias têm resultado, vô-lo afirmo profundamente convencido, dos processos errôneos, condenáveis e pouco sérios, postos em prática tanto em política como em administração. Resultam, sobretudo, da norma abominável de dar-se tudo aos amigos e aos demais negar-se até justiça! (...) Não se trata aqui de um libelo acusatório, calculadamente forjado para assumir eu a direção política de Caxias, com o que, como sabeis, só tenho a perder. Penso que neste ponto não poderá pairar dúvida em vosso espírito. Mas não me conformo de ver a minha ação honesta travada por uma pretensa chefia local que tanto tem de inútil, como de prejudicial, sob qualquer ponto de vista que se a encare.⁸⁴¹

Em carta do intendente nomeado para Caxias, coronel José Penna de Moraes, tem-se um panorama de como se dava a escolha das chapas que iriam compor o Conselho Municipal:

Como sabeis, a política neste meio é essa e de tal critério se não pode fugir, em uma região onde não há e nem nunca haverá ideais políticos (...) a política, única aqui viável, apenas de uma administração profícua e consoante às aspirações das classes laboriosas e conservadoras que a constituem, quanto ao Conselho, após meditada seleção, deliberei a apresentação de pessoas que possam desempenhar o mandato de acordo com o bem público e com os quais possamos contar em toda e qualquer emergência, tendo o cuidado de, sem embargo, ser aí representado o comércio, não

⁸⁴⁰ Carta de Tancredo Áppio Feijó a Borges de Medeiros (n. 1340, 09/06/1912, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁴¹ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1333, 31/03/1912, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

pode ficar com qualquer influência no Conselho, o que seria de mau resultado para a confecção dos orçamentos. Dei com habilidade representação aos distritos, entrando também funcionários e pessoas de confiança política da sede, de modo a ficar o futuro sempre assegurado (...), muitos vícios inveterados existem e muita ignorância a demandarem da parte de quem o dirige.⁸⁴²

Era conveniente aos intendentess não ter no Conselho Municipal a presença de grandes comerciantes locais. Além de ser “*mau resultado para a confecção dos orçamentos*”, evitaria reclamações nos distritos coloniais, por se acharem sem representação na administração municipal.⁸⁴³ Por outro lado, segundo a visão dos comerciantes de Bento Gonçalves, em telegrama a Borges, a ingerência dos comerciantes nos Conselhos era imprescindível:

Associação Comercial, reunião ontem realizada na Intendência Municipal manifestou estar pleno acordo indicação Coronel Carvalho, para intendente quadriênio 1920-1924, hipotecando ao mesmo todo o apoio, sua administração. Observo-lhe apenas conveniência cercar-se elementos são Conselho Municipal que possa prestigiar, abandono sustenta rotineira escolha cada distrito um conselheiro, destituído sempre mais elementares noções administrativas, escolhendo em vez pessoas idôneas. Não sendo atendida, sem ofensas principais políticas republicanas pedimos V. Ex., intervir junto Coronel Carvalho, a fim de modificada chapa acordo aspirações esta Associação, disposta cooperar progresso municipal.⁸⁴⁴

A conclusão da estrada de ferro que ligava Caxias à Porto Alegre, passando por Montenegro, a instalação da energia elétrica, do telefone e do telégrafo, auxiliaram o crescimento econômico regional e propiciaram que Caxias adquirisse a preeminência na RCI, principalmente em torno do setor comercial. O coronel Penna de Moraes desempenhou uma importante função, como porta-voz das elites econômicas locais, em especial em relação ao setor ligado à produção e comercialização do vinho.⁸⁴⁵

⁸⁴² Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1341, 15/07/1912, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁴³ Como exemplo, convém citar a lei de incentivos fiscais, aprovada pelo Conselho Municipal de Caxias, em 1919, juntamente com o orçamento para o ano de 1920: “*Lei n. 43, de 27 de setembro de 1919. Art. 1. Fica o Intendente autorizado a conceder o prêmio de um conto de réis, bem como a isenção de impostos municipais, durante o período de cinco anos, às seguintes empresas que produzirem: a) A empresa ou firma individual que produzir, anualmente, quantidade superior a um milhão de tijolos. b) A empresa ou firma individual que produzir um sucedâneo da areia em condições de concorrer com a areia importada. c) A empresa ou firma individual que confeccionar canos de grés ou cimento em condições de suprir as necessidades da cidade. d) A empresa ou firma individual que fizer, dentro dos limites urbanos, o primeiro poço artesiano capaz de produzir jato contínuo que, por pressão natural, passe era um cano de uma polegada de orifício. e) Para que qualquer das empresas ou firmas individuais gozem das vantagens e prêmios estabelecidos na presente lei é necessário que uma comissão de técnicos, nomeada pelo Intendente, dê parecer favorável à respectiva concessão de prêmio ou das vantagens aludidas. Art. 2. Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões do Conselho Municipal de Caxias, 27 de Novembro de 1919. (Assignados) Miguel Muratore, Adelino Sassi, João Crisóstomo T. Gonçalves, Aristides Germani, Henrique Moro, Samuel Alovisi”.* Citado pelo jornal *O Brasil*, 06/12/1919, p. 2 (AHMJA). Pontua-se que, entre os conselheiros municipais, encontrava-se Miguel Muratore, presidente da Associação dos Comerciantes de Caxias, de 1918 a 1920, além de Adelino Sassi e Aristides Germani, importantes capitalistas regionais e também pertencentes àquela associação.

⁸⁴⁴ Telegrama da Associação Comercial de Bento Gonçalves a Borges de Medeiros, datado de 02 de setembro de 1920. Citado por: DE PARIS, Assunta (coord.). *Op cit.*, p. 93-94.

Convém tecer algumas considerações, mesmo que breves, sobre a questão da vitivinicultura na RCI do Rio Grande do Sul, a comprovar a forma como se davam as relações de poder entre coronéis e as elites econômicas regionais. Tais relações muitas vezes se apresentavam através de discórdias e de conflitos de interesses, porém, em algumas ocasiões, os interesses das elites econômicas e das lideranças políticas tinham objetivos comuns, como se observa na análise da primeira fase do cooperativismo vinícola na região.

Este período correspondeu à chegada na região, em 1911, do advogado italiano Stefano Paternó, que “foi contratado sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, do Centro de Econômico do Rio Grande do Sul e da Associação Rural de Pelotas”, sendo um “especialista em montar cooperativas, com resultados positivos em seu país natal e também no Paraguai”. Em sua chegada, observou que os “vitivinicultores e agricultores em geral não contavam com facilidades de transportes, não tinham conhecimento de mercado”, além de serem dependentes “das habilidades mercantis das casas comerciais”, carecendo “de uma visão de emancipação ante aos negociantes que ficavam com a maior parte dos lucros”.⁸⁴⁶

Durante o governo estadual de Carlos Barbosa Gonçalves (de 25 de janeiro de 1908 a 25 de janeiro de 1913), ocorre o surgimento de uma política econômica que procurava levar em consideração os órgãos representativos de produção. Como afirma Gunter Axt:

Carlos Barbosa Gonçalves tentou aliar à retórica positivista uma prática mais comunicativa. Logo de saída, chamou os representantes dos órgãos de classe para o debate e mostrou-se sensível a certas demandas, contraditando o encastelamento borgista. Durante o ano de 1908, Barbosa encaminhou diversas consultas à Praça Comercial de Porto Alegre, que se queixou largamente dos fretes cobrados pela companhia Lloyd, monopolizadora do comércio de cabotagem no Estado, bem como das taxas vigentes nas ferrovias.⁸⁴⁷

⁸⁴⁵ MACHADO, Maria Abel & HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: Cem Anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 32: “O período do governo de Penna de Moraes caracterizou-se como o primeiro momento de entrosamento das classes produtoras com o poder público municipal, porque a maior preocupação do Intendente esteve sempre centrada do desenvolvimento da economia local, através do apoio às atividades produtivas e o estímulo à diversificação de culturas junto aos produtores rurais. Teve um papel decisivo na questão do vinho a partir da crise que iniciou com a superprodução na safra de 1911”.

⁸⁴⁶ RODRIGUES, Carlos Henrique Machado. *A indústria vinícola gaúcha e o capitalismo: um universo de luta e sobrevivência*. In: *Revista Ciências e Letras*. Porto Alegre: FAPA, n. 41, jan./jun. 2007, p. 108.

⁸⁴⁷ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 198. Mais adiante (p. 203), este mesmo autor acentua: “Em torno das questões relativas à política ferroviária, o Governo Carlos Barbosa Gonçalves foi porta-voz do alto comércio litorâneo, dos empreendedores serranos, dos comerciantes de Jaguarão, das companhias de navegação fluvial e dos produtores da região colonial. Nesse confronto, saíam prejudicados os interesses dos comerciantes da fronteira, que se beneficiariam do aumento de fluxo sobre os trilhos de mercadorias intermediadas pelo comércio oriental.”

Neste contexto, em outubro de 1911 Paternó fundou a Cooperativa Agrícola de Caxias, que passa a servir de exemplo e motivação para a fundação de 16 cooperativas de pequenos produtores na região, além de comissões nas 11 léguas do município. Sua chegada coincidiu com uma das crises cíclicas da indústria vinícola, o que, de certa forma, explica o entusiasmo com o movimento.⁸⁴⁸

A organização das cooperativas beneficiaram os pequenos produtores à obterem recursos e créditos com juros baixos e prazos longos, através da formação das Caixas de Crédito Rural, “*uma vez que significava poder escapar dos comerciantes que operavam como banqueiros*”.⁸⁴⁹ Além das cooperativas vinícolas, foram fundadas cooperativas de produtores de laticínios, da banha e da madeira, em torno das quais foi fundada, em 1912, a União das Cooperativas do Rio Grande do Sul. Contudo, sua diretoria era composta por representantes da União dos Criadores, do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, de diretores de bancos e de comerciantes desvinculados do setor produtivo colonial. Como afirma Gunter Axt:

O sistema financeiro sul-rio-grandense era fundamentalmente composto por instituições bancárias cuja integralização de capital se fez a partir do auxílio decisivo do capital comercial regional, secundado pelo industrial. (...)

A reforma fiscal de 1913, contudo, não alterou a proporção de participação das pequenas propriedades rurais da região de colonização no cômputo geral do imposto territorial. Embora as benfeitorias fossem excluídas do cálculo, o hectare na zona colonial continuou mais valorizado do que na campanha. Foi suspensa a isenção sobre as propriedades com menos de três hectares. Os melhores campos de Bagé continuaram, assim, pagando menos imposto por hectare do que as pequenas propriedades da zona ítalo-germânica.

A exceção ficou para a produção vinícola. Em 1911, a Lei 103, de 18 de novembro, isentou os vinhedos com mais de mil plantas do imposto territorial por 10 anos. As chácaras organizadas em cooperativas foram ainda liberadas dos impostos de transmissão de propriedade, de indústria e profissões e de exportação. Borges apertou a tributação, para em seguida conceder favores aos grandes plantadores e às propriedades cooperativadas, estimulando a concentração de capital e onerando o pequeno colono.⁸⁵⁰

⁸⁴⁸ FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 88: “*Com a vinda a Alfredo Chaves do italiano Dr. Stefano Paternó, em 12 de abril de 1912, iniciou-se ampla pregação propagandística das cooperativas agro-industriais, melhor saída naquele momento de grande produtividade. Com o apoio da Paróquia, o Dr. Paternó realizou várias reuniões nas capelas demonstrando aos agricultores as vantagens da fundação de cooperativas*”.

⁸⁴⁹ PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 38.

⁸⁵⁰ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 358.

Decorre que “o financiamento amplo significava desviar crédito para um setor da economia considerado importante, porém subordinado”.⁸⁵¹ Mesmo que Paternó fosse diretor-geral, os pequenos produtores estavam ausentes da diretoria da União das Cooperativas:

Os pequenos produtores não estavam presentes na diretoria, e a divisão do grupo aconteceu em seguida, ficando Stefano Paternó e as cooperativas de um lado e os setores representativos da pecuária, do comércio e dos bancos de outro, todos contrários às inovações propostas pelo Sr. Stefano Paternó.

A Associação dos Produtores de Caxias e a Associação dos Comerciantes ficaram no segundo grupo, sob a alegação de que a qualidade dos vinhos não tinha melhorado e de que deveria haver uma diminuição da produção, bem como a exigência de determinada acidez e de teor alcoólico. Paternó era acusado de não ter conseguido melhorar a qualidade do vinho.

Na realidade, uma importante parcela da elite regional estava procurando resguardar a estabilidade do setor vinícola (...). A modernização das pequenas empresas domésticas viria ferir os interesses dos comerciantes-fabricantes, anulando o papel de intermediação desses grupos, bem como o controle que exerciam sobre a produção doméstica, em termos de compra, venda e fabricação.⁸⁵²

A Associação Comercial de Caxias (que não se reunia desde 1907), mesmo que posteriormente tenha sido contrária ao movimento cooperativista de Paternó, dá-lhe o título de sócio honorário, o que não impediu que, junto com as associações de outros municípios, tenha tentado de todas as formas deter o movimento. Segundo Franco Cenni, começaram “a aparecer os resultados de artimanhas armadas por aqueles que, vivendo e prosperando à sombra de intermediações artificiosas e desnecessárias, tinham sido profundamente atingidos em seus interesses”.⁸⁵³ A luta contra o cooperativismo serviria para unir a elite econômica regional em torno de um inimigo comum, principalmente após a lei estadual que isentava as cooperativas de impostos territoriais, industriais e de exportação. Conforme afirma Giron:

O cooperativismo poderia contar com melhores condições de produção do que o empresário particular. Os altos impostos cobrados sobre o vinho recaíam, assim, apenas sobre os produtores independentes. (...)

A qualidade da produção dos vinhos fabricados nas cooperativas parece ter sido excelente, pois o produto logo passa a ser premiado em exposições.

O aumento da produção fez baixar o custo do vinho. (...) O industriais passaram a preocupar-se com a questão do preço. As cooperativas, isentas de impostos, ainda podiam lucrar, mas o mesmo não ocorria com os industriais independentes.

Na Associação Comercial de Caxias, os empresários organizam sua reação. Dois são os caminhos tomados por eles: de um lado passam a exigir do Governo a baixa dos impostos, e de outro, a atacar a questão da qualidade do vinho. Segundo este ponto

⁸⁵¹ PESAVENTO, Sandra. *Op cit.*, p. 40.

⁸⁵² MACHADO, Maria Abel & HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Op cit.*, p. 33.

⁸⁵³ CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 164.

de vista, a solução seria diminuir a produção, como se a menor quantidade de vinho provocasse necessariamente sua melhor qualidade.⁸⁵⁴

Antônio Pieruccini, maior industrial do setor vinícola no período e liderança política em Caxias, denuncia os baixos preços dos vinhos (que somente as cooperativas poderiam bancar) e procura o apoio das autoridades governamentais, além de dar início a uma ampla campanha difamatória a partir da fundação da Confederação dos Produtores de Vinho. Os ataques eram até pessoais a Paternó, por meio de “*calúnias e infâmias*” dirigidas a ele e às cooperativas, o que chega a provocar deliberações contra tais atos por parte da Assembleia Geral da Cooperativa de Bento Gonçalves, em carta enviada aos redatores de *A Federação*.⁸⁵⁵ Empecilhos de toda ordem, como a morosidade burocrática, também serviram para combater o sucesso das cooperativas, como se observa em carta do próprio Paternó:

Sou forçado de escrever a V. Ex. sobre um fato que me diz respeito e, por ser tão pessoal constitui um aborrecimento para mim. Já a minha máquina acha-se completamente desprovida de carvão. Gastei com três contos por mês de entrada e tenho dívidas desagradáveis. O governo federal não paga desde o mês de janeiro, nem responde. A União, nesses momentos, não pode e nem deve, pois quero que cumpra com os seus compromissos. E eu? Soldado em guerra, absolutamente sem pólvora. No ano passado o Ministério de Agricultura demorou seis meses, porém uma palavra de V. Ex. valeu para trocar a morosidade. V. Ex. é o único meu árbitro, tenho consciência de saber cumprir com o meu dever, e a morosidade do Ministério de Agricultura ofende-me, considero-a injusta. Peço encarecidamente para que V. Ex. repita uma palavra em meu favor se achar que sou merecedor.⁸⁵⁶

Se, por um lado, a Associação Comercial de Caxias pressionava os produtores de vinho a reduzirem sua produção (pois prejudicariam o mercado dos vinhos do estado devido sua péssima qualidade), de outro, os produtores responsabilizaram os comerciantes pela adulteração do produto, antes de o revenderem. Dessa troca de acusações resulta que o vinho passa a não mais encontrar aceitação no mercado, já que os comerciantes envolvidos pela campanha anti-cooperativismo deixam de comprar o produto das cooperativas, o que se reflete também na base do movimento cooperativista, os colonos, pois “*assustam-se com a perspectiva de colocarem seus minguados rendimentos numa empresa de êxito duvidoso*”, de modo que os “*débitos vão se avolumando, especialmente os da União das Cooperativas*”, em um momento no qual “*revela-se o apoio do governo municipal contra o movimento cooperativista*”.⁸⁵⁷

⁸⁵⁴ GIRON, Loraine Slomp. *O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial*. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. V. 1. Porto Alegre: EST, 1987, p. 285.

⁸⁵⁵ Carta de Francisco Locatellio a Borges de Medeiros (n. 416, 10/12/1913 – Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

⁸⁵⁶ Carta de Stefano Paternó a Borges de Medeiros (n. 1316, 18/08/1913, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁵⁷ GIRON, Loraine Slomp. *Op cit.*, p. 286.

Este apoio dá-se por parte do intendente de Caxias, Penna de Moraes, proprietário de adega e de vinhedos, comerciante e exportador de vinhos, que teve decisiva participação na liquidação das cooperativas de pequenos produtores, ao intervir na questão da fraude do vinho e favorecer “*as empresas vinícolas no sentido de modernizarem seus métodos de produção, introduzindo técnicas novas de fabricação do vinho, com o apoio inclusive da área governamental*”.⁸⁵⁸ Em 1913, Penna de Moraes envia relatório a Borges, compactuando com a visão dos grandes comerciantes regionais, de que uma maior produção por meio das cooperativas decorreria um produto de qualidade inferior. Pontua que as dívidas das cooperativas eram decorrentes do manejo incorreto de seu capital e que a dívida de 250 contos da União das Cooperativas deveria ser saldada sem auxílio do governo. Conforme Giron:

O governo, que apoiara a ação de Paternó, muda de posição aceitando as proposições dos vinicultores. (...) A liquidação do movimento tem início, Paternó não tem seu contrato renovado, os prédios construídos são revertidos para o Instituto de Enologia do Estado, as dívidas ficaram na mãos dos credores que as repassam para os Bancos da Província e Pelotense.

Roubos e incêndios dos prédios das cooperativas completam o quadro. Os industriais de vinho haviam liquidado com o movimento cooperativista. A fabricação de vinho voltou às mãos dos mesmos. A partir de 1915, não há mais qualquer notícia do movimento. Os colonos, isolados na produção, voltam à condição anterior, devem vender seu produto, seja a uva, seja o vinho, para os comerciantes e os industriais, que pagarão o preço mais conveniente para seus interesses particulares.

A produção, que se mantivera por quatro anos em níveis inferiores aos de 1911, volta a crescer. A má qualidade do vinho desde então não foi mais atribuída à excessiva quantidade. Os tempo eram outros, a produção privada vencera a batalha contra a produção associativa. (...)

A recuperação do setor vinícola após 1915 deve-se, mais do que ao fim do movimento liderado por Paternó, ao fato de que a Primeira Guerra impediu a importação dos vinhos europeus, aumentando assim o consumo do vinho nacional.⁸⁵⁹

A União das Cooperativas entrou em liquidação, em 1913. Ainda sobre o cooperativismo na RCI, convém citar a carta do intendente de Alfredo Chaves, coronel Achylles Taurino de Resende, que tece impressões sobre o movimento:

Respondo a carta de V. Ex. de 24 de novembro p. findo, cumpre-me informar que providenciei junto das diretorias das Cooperativas Agrícola e Serrana daqui, no sentido de não ser exigido o pagamento das notas promissórias firmadas pelos colonos de “Nova Bassano”, os quais de fato foram iludidos pelos srs. Paternó e enólogo Pedro Sassi, este último ainda diretor da Cooperativa de Bento Gonçalves. As letras em questão, que os colonos deram como representando as respectivas entradas nas ações que tomaram, foram efetivamente entregues em penhora à Cooperativa “Serrana”, que se tornou credora da “Agrícola”, por que a União das

⁸⁵⁸ MACHADO, Maria Abel & HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Op cit.*, p. 34.

⁸⁵⁹ GIRON, Loraine Slomp. *Op cit.*, p. 287-288.

Cooperativas, aí na capital, desviou para outros fins, isto é, para atender as necessidades de outras Cooperativas, quantia avultada proveniente da venda de tabuado que lhe foi consignado pela “Serrana”, associação constituída dos proprietários de serrarias aqui estabelecidos. Credora, por sua vez, a União, da Cooperativa Agrícola de Alfredo Chaves, em virtude da remessa de maquinismos, assumiu esta última a responsabilidade da dívida contraída com aquela. Também cogitei de serem, independente de quaisquer ônus, restituídos, oportunamente, aos signatários, os aludidos documentos, evitando-se, deste modo, explorações futuras. Aos interessados a quem dei conhecimento das providências tomadas por V. Ex., comuniquei também esta resolução.⁸⁶⁰

O auxílio do intendente Penna de Moraes ao setor vinícola explica, em parte, sua longa permanência à frente do executivo caxiense (1912 a 1924) e, inclusive, suas licenças do cargo para tratar de tais assuntos: em 1914 e 1915, substituído por Hércules Galló e pelo major José Baptista⁸⁶¹, e em 1918, substituído pelo também major Aduino Cruz⁸⁶², devido sua viagens para “São Paulo e ao Rio de Janeiro para tratar de adulteração dos vinhos gaúchos, que vinha sendo praticada em grande escala com prejuízos para a economia da região”.⁸⁶³ Sua principal preocupação, refletindo as apreensões dos grandes produtores regionais, era a questão da adulteração dos vinhos, a comprovar que a baixa qualidade dos mesmos não se devia ao excesso de produção das cooperativas de pequenos produtores. Afirma Pesavento:

Sua intervenção na questão da fraude do vinho rio-grandense foi extremamente significativa, na medida que representou mais uma etapa do processo de submissão

⁸⁶⁰ Carta de Achylles Resende a Borges de Medeiros (n. 10470, 05/12/1914, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

⁸⁶¹ Segundo as palavras do próprio coronel Penna de Moraes, em ofício encaminhado ao Conselho Municipal de Caxias, datado de 11 de janeiro de 1915: “Tendo o Tenente Coronel Hércules Galló, Vice-Intendente em exercício, renunciado o cargo para o qual foi nomeado por ato n. 24 de 31 de dezembro de 1912, reassumo, nesta data a administração municipal, como intendente eleito que sou. Reassumindo o exercício das funções administrativas que me competem, o faço tão somente para nomear vice-intendente, em substituição ao Tenente Coronel Hércules Galló, o Sr. José Baptista (...). Científico ainda ao Conselho que, depois de empossado o Vice-Intendente ora nomeado, continuo no gozo da licença de um ano que me foi concedida”. Em nova sessão do Conselho Municipal, datada de 15 de novembro de 1915, o coronel intendente José Penna de Moraes “solicitou licença até o fim do quadriênio e o Conselho concordou”. Conferir: GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores: 1892 a 1950*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 45-46.

⁸⁶² GARDELIN, Mário. *Op. cit.*, p. 49-50: “A próxima sessão ocorre a 26.6.1918. É extraordinária, convocada pelo intendente Penna de Moraes, que pede licença (comunica, aliás) pelo espaço de trinta dias, para atender solicitação do Governo do Estado e transferir-se ao Rio e São Paulo, com a finalidade de iniciar uma campanha contra as falsificações de nossos vinhos... Seria substituído, neste espaço de tempo, pelo Vice-Intendente Major Aduino Cruz. A licença foi concedida, bem como uma verba de 1:500\$000 com ajuda de custas, proposta por iniciativa de João Crisóstomo. (...) A 30 de setembro nova reunião extraordinária. Penna de Moraes pedia mais sessenta dias de licença, para completar sua tarefa. Foi aprovada, juntamente com um voto de louvor, dos mais calorosos, pelo inestimáveis serviço prestado aos nossos vinhos. Voto esse, diga-se de passagem, muito bem merecido. (...) A próxima ata é de 30 de novembro, em que Penna de Moraes verbalmente pediu mais uma prorrogação de licença no trabalho de defesa dos vinhos e na organização, no Rio de Janeiro, de uma exposição que promovesse a defesa dos artigos agrícolas e industriais. Foi concedida por unanimidade. (...) O encerramento dos trabalhos se dá a 27.12.1918. (...) Uma nota informa que o Intendente Penna de Moraes não pode utilizar-se da licença de trinta dias, face à epidemia reinante. Ficou autorizado a utilizá-la pelo tempo necessário ao cumprimento de sua missão”.

⁸⁶³ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 198.

do trabalho do colono ao capital. O processo de acumulação presente na região de imigração italiana favoreceu determinados elementos a introduzirem modificações técnicas, com o apoio do governo, e modernizarem seus estabelecimentos. A partir da constituição de tais empresas maiores, as pequenas unidades artesanais tenderam a sucumbir.⁸⁶⁴

A administração do coronel Penna de Moraes representou um momento de certa harmonia entre o poder público municipal e as classes produtoras (de cujo apoio dependia a manutenção do intendente e a tranquilidade para sua administração), não apenas em relação ao setor ligado a produção e comercialização do vinho, mas também tendo em vista a indústria têxtil local. Exemplifica esse fato a lei do Conselho Municipal de Caxias, em 1912, ao decretar que *“ficavam isentas de impostos municipais, pelo espaço de oito anos, as fábricas de tecidos de lã, que fossem fundadas no município durante o referido período de isenção, a contar da promulgação da lei”*.⁸⁶⁵

Um dos principais beneficiados com esta medida foi Hércules Galló. Sobre este personagem importante para Caxias e região, convém pontuar suas origens na Itália (nasceu em 1869 na comunidade de Crocemosso, em Biella, antiga província de Vercelli na região do Piemonte), cuja experiência e acúmulo de capital proporcionou seu sucesso na América:

Hércules Galló herdou uma série de habilidades de seu pai que era proprietário de um lanifício que se localizava em Crocemosso. (...) estudou na *“Scuola Professionale di Biella”*, (...) O fato de ter estudado nessa escola demonstra a visão que a família tinha do futuro quanto à formação de seus filhos. Os alunos que a frequentavam garantiam habilidades que unindo com a experiência da família permiti acompanhar as inovações e continuar os negócios da família. (...)

Em 1870 Biella possuía uma série de grandes lanifícios e essa região era considerada o centro mais forte de lã do Piemonte. Neste contexto, a família de Giuseppe Galló possuía um lanifício de ciclo completo, com 12 teares. (...)

Hércules Galló tinha bons motivos para partir para o Brasil e buscar novas formas de investir o seu capital (...), entre elas a escassez de capital, o custo da matéria-prima, as dificuldades de transporte, os impostos e o maquinário. (...) O emigrantes bielenses muito pouco se assemelhavam aos emigrantes provenientes das áreas agrícolas, que fugiram da miséria, da pobreza e das precárias condições de vida, que enfrentavam no período pós-unificação. (...)

A fortuna que o trouxe para o Brasil havia se originado da divisão de bens provinda da morte do pai e da divisão da herança com seus irmãos. (...) É neste cenário que Hércules Galló se destaca industrialmente quando ingressa na Sociedade dos Italianos com um capital de mais de 100.000 liras, o que lhe permite assumir a direção da empresa. Tinha condições econômicas de negociar com os associados e tinha o conhecimento para fazê-lo.⁸⁶⁶

⁸⁶⁴ PESAVENTO, Sandra. *Op cit.*, p. 42.

⁸⁶⁵ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 77.

Galló sempre possuiu participação direta na economia e na vida pública caxiense, sendo em 1912 convidado para integrar a Associação dos Comerciantes locais e, em 1914, já participava da diretoria da mesma. Ainda em 1913, era nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional. Hércules Galló, assim como Felice Laner⁸⁶⁷, Abramo Eberle⁸⁶⁸ e Aristides Germani⁸⁶⁹, foram exemplos de imigrantes cujo sucesso e prosperidade econômica serviram para idealizar o sucesso do imigrante empreendedor, ao tornar a exceção uma norma.

Deu-se, então, a elaboração da imagem mítica sobre o processo de imigração, a partir de destaques do comércio ou da indústria, que conseguiram fazer a América, para cujo sucesso dependeria apenas de seu trabalho e disposição. Gilberto R. da Cunha, referindo-se a Aristides Germani, considera-o “*pioneiro do renascimento da tricultura brasileira no século XIX*” e um “*propagandista da cultura de trigo no sul do Brasil*”, acentua:

⁸⁶⁶ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Hércules Galló: vida e obra de um empreendedor*. Porto Alegre: EST, 2003, p. 33-44.

⁸⁶⁷ Veja-se o caso de Rodolpho Felice Laner. “*Deve-se a Rodolfo Felice Laner a primeira casa construída no então chamado Campo dos Bugres, em 1876; a construção da primeira cancha de bolão, em 1877, que, em fins de 1878, foi transformada e adaptada em capela e canônica; a construção da primeira cervejaria, em 1878, entre outras*”: LANGARO, Cristiane Cauduro. *Quotidiano e relações inter-pessoais segundo a documentação judiciária. Caxias do Sul: 1930-1945*. Passo Fundo: Dissertação de Mestrado em História/UPF, 2005, p. 30. “*Um imigrante, em princípio, deveria ser agricultor, o que não aconteceu na realidade; e deveria ser pobre, mas isto também se mostrou relativo. Há casos como o de Felice Laner, que chegou na colônia em 30 de agosto de 1876 e que adquiriu além do lote n. 42 do travessão Santa Thereza, da 5ª Légua, um total de 23.232 m² na Sede Dante, num valor total de 98.000. O lote n. 42 custou 495.169, possuindo uma área de 642.200 m². Parece difícil acreditar que, como oleiro (sua profissão), Laner tenha conseguido meios de adquirir os lotes citados, em pouco menos de 6 anos*”: GIRON, Lorraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1977, p. 34. “*Felice Laner parece ter emigrado com algum capital inicial e agiu como um especulador em terras, o que lhe colocou entre a elite econômica de Caxias. Assim, especular sobre terras em áreas de colonização geralmente exigia algum investimento inicial, mas o retorno era recompensador*”: STORMOWSKI, Márcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 127.

⁸⁶⁸ Sobre a partida da família Eberle da Itália, pontua o biógrafo de Abramo: “*Vendeu a granja, saldou suas dívidas, tirou uma pequena quota para as despesas imediatas de viagem e o restante foi investido na compra de objetos que, segundo opinavam seus amigos já estabelecidos no Rio Grande, ofereciam boa margem de lucro. Trouxe, assim, um lote de chapéus para homens e para mulheres, mudas de videira, macieiras, cerejeiras e outras plantas de produção comercial, além de caldeiras e alambiques de cobre*”: FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou... ou a Epopeia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943, p. 31. Como acertadamente mencionam Miriam Santos e Maria Zanini: “*Ou seja, longe de ser o pobre pioneiro aliciado pelas promessas dos agentes de colonização, Eberle e sua família vêm para o Brasil por conta própria, já informados sobre as condições de vida e trazendo um bom sortimento de mercadorias para iniciarem-se no comércio. Comércio que permitiria a acumulação de capital para a indústria. Abramo Eberle vendeu de vinho a colônias, passando por diamantes*”: SANTOS, Miriam de Oliveira & ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria*. In: *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*. Niterói: Ed. UFF, n. 27, 2.sem./2009, p. 29.

⁸⁶⁹ Aristides Germani nasceu no dia 16 de junho de 1863, em Corte di Frati, província de Cremona, Itália; onde aprendeu o ofício de moageiro de trigo, que o consagraria na RCI do Rio Grande do Sul. Em 1885, migra para a América, seguindo seu tio, Emmanuele Santini, que residia na colônia Campo dos Bugres, desde 1875. Seu sucesso econômico estaria previsto apenas por sua força de vontade: “*Mas fora escrito que Aristides Germani tudo venceria, na vida, pelo esforço de todos os dias e pela tenacidade, inquebrantável, que todo o homem deve possuir*”. In: NETTO, Campos. *O cavaliere Aristides Germani*. Porto Alegre: EST, 1978, p. 19.

Em Caxias (...), havia três moinhos, que se dedicavam principalmente à moagem de milho e de centeio. Seus proprietários eram: Giusué Vaccari, Antônio Corsetti (arrendado a Paulo Otolini) e Giovani Venzon. Aristides Germani procurou esse pessoal dizendo-se técnico especializado em moagem de trigo, manifestando sua esperança na cultura de trigo e na sua industrialização. Queria modificar os moinhos de milho para a moagem de trigo, pois considerava o trigo uma promessa de riqueza. Começou no pequeno moinho de Paulo Otolini e acabou contratado por Giusué Vaccari. Foi neste moinho que fez a primeira peneira de seda, introduziu sistema de limpeza de grãos, produzindo a primeira farinha de trigo no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1886. Também criou o saco de trigo com 64 quilogramas (...). Com isso, aumentou o interesse pelo cultivo e industrialização de trigo na região, ressurgindo o produto no mercado rio-grandense. (...)

Aristides Germani deixou o moinho de Giusué Vaccari em 1888. Passou a cuidar do moinho de Luiz Antônio Feijó Jr. e depois arrendou o moinho de Antônio Corsetti. Após ter adquirido a cascata do arroio Marques do Herval, construiu o seu próprio moinho, tornando aquele estabelecimento no centro irradiador da cultura e industrialização de trigo no Brasil. Ensinou os colonos a plantar trigo, combater doenças, fazer limpeza e armazenar os grãos. O estabelecimento de Aristides Germani cresceu junto com Caxias, chamada de Pérola das Colônias, Capital das Colônias e Princesa do Norte. Em 1901, construiu uma turbina vertical no moinho, inaugurando a iluminação elétrica no interior. Posteriormente, em 1905, levantou um edifício de material no seu moinho, instalando um telefone. E, em 1910, com a abertura da estrada de ferro (...), começou uma nova era de prosperidade e riqueza para a região colonial italiana.

Em 1914, na Exposição Industrial realizada em Santa Maria, a farinha de trigo produzida por Aristides Germani ganhou medalha de ouro, sendo considerada superior às outras concorrentes. Também mandou buscar sementes de trigo na Argentina, em 1915 e em 1923, fazendo troca com os agricultores caxienses. Estimulou o cultivo de trigo em Guaporé, Erechim e Passo Fundo. O trigo do Planalto era enviado para Aristides Germani pelos negociantes Saule Pagnoncelli, de Erechim, e Irmãos Bussato e Luiz Lângaro de Passo Fundo.

Aristides Germani começou a construir um novo e importante moinho em 1925, junto à Viação Férrea, em Caxias do Sul, que foi inaugurado em 1928. Nessa época, Getúlio Vargas era presidente do Estado e estimulou a triticultura. Na qualidade de líder moageiro, Aristides Germani saiu em defesa dos pequenos moinhos do interior (moinhos da capital x moinhos do interior), pregou isenção de impostos alfandegários para máquinas agrícolas e de moagem importadas, o barateamento do frete na Viação Férrea, na questão da troca de café por trigo americano chegou a recusar a quota de trigo americano que lhe cabia, lutou pelo estabelecimento de preço mínimo para o trigo e máximo de venda para a farinha, propôs o controle do comércio de trigo pelo governo e a compra obrigatória do trigo nacional. Muitas dessas ideias foram, de alguma forma, implementadas no Brasil, na fase pré abertura comercial dos anos 90. O *cavaliere* Aristides Germani ajudou a construir a história da triticultura brasileira, incentivando o cultivo de trigo e sua industrialização na Serra Gaúcha.⁸⁷⁰

Generalizações de exemplos pontuais de sucesso imigrante geralmente deixam de citar a heterogeneidade de condições materiais destes sujeitos históricos. Nega-se a afirmação de De Boni e Rovílio Costa no que diz respeito à sociedade colonial, que, segundo eles, “*caracterizava-se por uma grande homogeneidade*”, sendo os imigrantes “*igualmente pobres*,”

⁸⁷⁰ CUNHA, Gilberto Rocca da. *O Cavaliere e o Trigo*. Artigo científico disponível no endereço: <http://www.cnpt.embrapa.br/pesquisa/agromet1/cavvali.html>. Acesso em 27/09/2010.

não havendo grandes diferenças de fortuna, nem de condições de partida ao iniciar-se a nova existência”.⁸⁷¹ Ao se analisar esta perspectiva, na qual o imigrante ou seu descendente constitui-se em um verdadeiro “*self-made-man*” que ascende socialmente, percebe-se que ocorre a ocultação de grande parte do processo histórico ou, até mesmo, o seu descarte.⁸⁷²

Os nomes citados tiveram ampla ingerência nos assuntos políticos e administrativos de Caxias, principalmente após o segundo mandato do coronel José Penna de Moraes (1916 a 1920), que propiciou estabilidade política para a elite econômica caxiense, decorrente também da conjuntura estadual. A referência na obtenção de votos, por exemplo, que cidadãos como Hércules Galló, Felice Laner, Abramo Eberle, Joaquim Mascarello e Aristides Germani tiveram não pode ser desprezada, pois muitos deles carregavam títulos da Guarda Nacional, como Eberle e Galló, que possuíam título de coronel, e Mascarello, de capitão.

Após a primeira licença concedida ao coronel Penna de Moraes, assume o cargo de intendente o vice Hércules Galló, primeiro italiano a deter o cargo na região, entre 1914 e 1915, quando Penna de Moraes “*licenciou-se por um período para exercer funções públicas em Porto Alegre, como administrador dos correios do Estado, com uma nomeação como cargo federal*”.⁸⁷³ Em suas primeiras impressões sobre o fato, expõe a Borges que aceitaria a função de forma provisória, a comprovar a supremacia dos interesses econômicos em relação à política partidária e à administração pública, desde logo solicitando um substituto:

Como sabe V. Ex., em virtude da licença concedida ao cel. Penna, assumi a 21 do corrente a administração municipal (...). Só poderei ficar até o fim do ano, como ponderei ao cel. Penna, pois bem vê V. Ex. que não me é possível permanecer por mais tempo na direção da Intendência, sem graves prejuízos para o estabelecimento industrial que administro, na qualidade de co-proprietário e diretor técnico, tendo sob minha responsabilidade um capital superior a mil e quatrocentos contos. Em vista do exposto, peço a V. Ex. indicar com tempo o meu substituto, ouvindo nesse sentido o cel. Penna de Moraes, acatado e criterioso chefe político deste município. Conforme o meu pedido ao cel. Penna e que também, com a devida vênua, ora o faço a V. Ex., a escolha do meu sucessor deve recair em pessoa não muito moça,

⁸⁷¹ DE BONI, Luis Alberto & COSTA, Rovilio. *Op cit.*, p. 85. o próprio Luis Alberto De Boni observaria posteriormente que, em suas exigências às autoridades, “*os pacíficos colonos nem sempre eram pacíficos*”: DE BONI, Luis Alberto. *O sucesso apesar do caos: os presidentes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da colonização (1869-1889)*. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. V. 3. Porto Alegre: EST, 1996, p. 113.

⁸⁷² LAGEMANN, Eugênio. *Imigração e industrialização*. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 118: “*Por uma decisão individual, exclusivamente pelos próprios méritos, ultrapassam-se as barreiras da pobreza, ignorância, isolamento e da insignificância. Assim, quem teve sucesso no empreendimento merece ser cultuado. É o culto do vencedor. Vêm daí as trajetórias imaginárias do colono de mãos calejadas rumo ao sucesso nas diferentes áreas, seja o comércio, indústria, política, etc*”.

⁸⁷³ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Hércules Galló: vida e obra de um empreendedor*. Porto Alegre: EST, 2003, p. 56.

completamente alheia às lutas partidárias que aqui se travaram, ou antes às questões pessoais trazidas para o seio do partido e que ocasionaram, então, a sua cisão; em pessoa que, a par da imprescindível competência e do necessário critério, possua prática de administração, a fim de evitar-se a desorganização do que aqui ficou feito durante a proficua gestão do cel. Penna de Moraes.⁸⁷⁴

Este substituto seria o major José Baptista que, tão logo assume o posto intencional (em 1915), envia carta a Borges tratando o coronel Tancredo Áppio Feijó como um traidor que abandonou não apenas a Intendência, mas também seu cargo público:

Junto envio, conforme prometi, a informação precisa sobre o tropego Tancredo Feijó, que há mais de ano deixou, por abandono, o lugar de notário desta cidade. É necessário, prezado chefe, que ao traidor seja dado o merecido castigo. Aproveitando a oportunidade, peço licença para novamente indicar para o aludido lugar o nosso amigo e dedicado correligionário Pedro Guedes Falcão, que está no exercício do notariado, como ajudante.⁸⁷⁵

Em 1915, Galló é indicado por Borges de Medeiros para ser o representante da RCI na Assembleia Estadual, para a 7ª legislatura, sendo eleito com 52.695 votos. Segundo palavras do intendente de Caxias, major José Baptista: *“Em cumprimento de sua determinação ofereci ao nosso amigo, ten.-cel. Hércules Galló, em seu nome, um lugar na Assembleia dos Representantes. Esse amigo, depois de haver relutado, decidiu-se a aceitar a honrosa investidura que o caro Chefe lhe ofereceu”*.⁸⁷⁶ Como deputado estadual, Hércules Galló logo adapta-se ao meio circundante, solicitando a Borges colocações para familiares.⁸⁷⁷

⁸⁷⁴ Carta de Hércules Galló a Borges de Medeiros (n. 1351, 06/12/1914, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁷⁵ Carta de José Baptista a Borges de Medeiros (n. 1354, 11/02/1915, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em anexo encontra-se a carta de Pedro Guedes Falcão (ex-Chefe da Comissão pela Divisão de Terras em Alfredo Chaves, no período de de 1893 até 26/06/1894.) dirigida ao major José Baptista, a 10/02/1915: *“Cabe-me informar que ao 2º notário nomeado de Caxias, sr. Tancredo Feijó, foi concedida licença de um ano, logo após sua nomeação. Finda essa licença, requereu ele outra, de mais um ano em prorrogação, a qual lhe foi negada em dias de março de 1913 e jamais tendo o sr. Feijó assumido o cargo. Na qualidade de ajudante, entretanto, foi por mim inaugurado o cartório em 28 de fevereiro de 1912, conforme consta dos respectivos livros, continuando eu, desde então, até a presente data, em pleno exercício do notariado”*.

⁸⁷⁶ Carta de José Baptista a Borges de Medeiros (n. 1357, 22/04/1915, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em anexo encontra-se a carta do próprio Hércules Galló, que afirma: *“Ontem veio aqui o meu bom amigo major José Baptista (...) me comunicar a resolução de V. Ex. de querer que o elemento italiano e industrialista fosse representado na Assembleia Estadual e da escolha na minha pessoa para tão elevado cargo. Sou-lhe muito penhorado e também em nome do povo caxiense e colônia italiana pela nobre lembrança deste povo trabalhador que saberá sempre corresponder com merecida confiança ao governo de V. Ex. A escolha é que acho não muito acertada, tinha de recair sobre pessoa mais competente e merecedora do que este seu humilde servidor. v. Ex. será também informado que não posso frequentar as sessões da Assembleia; só por poucos dias estarei aí; pesadas responsabilidades perante a minha firma não me permitem deixar a fábrica. Se daqui posso servir em qualquer coisa, estou plenamente às ordens. Em fim de maio espero ter a honra de visitar V. Ex.”*.

⁸⁷⁷ Carta de Hércules Galló a Borges de Medeiros (n. 1363, 02/03/1916, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS): *“Peço-lhe de desculpa de venho incomodar mais uma vez V. Ex. Não tenho conseguido até agora um emprego para meu cunhado (...) Aimone Mirocle, pensei (...) de o fazer concorrer pela construção da estrada de ferro de Garibaldi a Carlos Barbosa. Ele é perito construtor de estrada, prova seja o conserto do trecho da Estrada Rio Branco, entre a nossa fábrica e Caxias. O favor que venho agora pedir a V. Ex. e que, caso a proposta de dito meu cunhado, Aimone Mirocle, seja vantajosa pelo Governo, o interessamento de V. Ex. a favor de dita proposta”*.

Em sua breve administração, o major José Baptista adquiriu antipatias por parte de lideranças do setor comercial, que solicitavam o retorno do coronel Penna de Moraes:

A comissão abaixo-assinada, cidadãos Aristides Germani e Samuel Alovise, industriais residentes em Caxias, vem em nome do povo e a bem do Partido Republicano, respeitosamente pedir a V. Ex. se digne restituir a Caxias, na qualidade de administrador e chefe político, o nosso intendente eleito sr. cel. José Penna de Moraes, a a fim de que Caxias possa continuar a sua boa marcha social e política como durante os quatro anos da administração passada. O motivo que nos obriga a fazer a V. Ex. este pedido é unicamente por termos pleno conhecimento da inexperiência do atual vice-intendente em exercício, nosso amigo sr. Major José Baptista. Prevemos, com a continuação do mesmo à frente da administração, graves consequências e, naturalmente, o esfacelamento da obra realizada pelo nosso intendente eleito.⁸⁷⁸

Ao reassumir seu posto, o coronel Penna de Moraes não se constrange em atacar seu antecessor, ao mesmo tempo em que enaltece o seu período anterior na Intendência Municipal de Caxias:

No sentido de melhor conhecer a situação em que encontrei o município, não havia ainda vos cientificado do estado em que novamente o recebo. Cumprindo hoje esse dever, o faço desolado, diante da absoluta incapacidade revelada pelo Baptista na gestão dos negócios do município. (...) A lei de orçamento, legalmente votada pelo Conselho, lhe não mereceu a menor atenção. Foi como se não existisse, o que cabalmente demonstra a nenhuma noção de administrador que o assiste. Não sendo intuito meu acusá-lo, e, sim, salvaguardar perante vós qualquer responsabilidade futura, deixo de apontar os malefícios de ordem política que a sua ação trouxe a este município, estimulando veleidades e fazendo surgir ambições ocultas e inconfessáveis. Bem sabeis que nada disto existia quando daqui me ausentei, deixando o município perfeitamente organizado, sob o triplice aspecto de ordem política, administrativa e até social, após situações anteriormente conturbadas e anárquicas de mais de vinte anos.⁸⁷⁹

Em relação aos desejos dos distritos coloniais em emanciparem-se, estratégia levada a cabo muitas vezes por lideranças religiosas, o coronel Penna de Moraes rebate ferozmente essa possibilidade de fragmentação de Caxias em carta enviada a Borges, afirmando ser “*de nenhum proveito a minha ação à frente de um município reduzido e mutilado*”:

De volta dessa capital procurou-me hoje o revm. sr. Padre Campagnoni, que me disse haver regressado dessa capital, aonde fora conferenciar convosco sobre a pretensão, assaz procedente, da anexação do distrito de São Marcos a Caxias. Causou-me, porém, profunda surpresa haver o mesmo me referido lha haverdes dito não saber se São Marcos pertenceria a Caxias ou a Nova Trento emancipada, por

⁸⁷⁸ Carta de Aristides Germani e Samuel Alovise a Borges de Medeiros (n. 1364, 12/03/1916, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁷⁹ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1367, 12/05/1916, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em outra carta o intendente coronel Penna de Moraes acentua: “*A cisão que o Baptista procurou (...) na situação local está reduzida a 4 ou 5 senhores, sem influência, sem fê e sem objetivo elevado. Assim sendo, tratava-se de um movimento que não podia e nem poderá medrar. Caxias não teria mais paz e nem ordem, voltando aos tempo antigos, se esse amálgama de interesses materiais, sórdidos e dissolventes, a tivesse empolgado!*”: Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1368, 02/06/1916, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

que não posso crer, apesar dessa informação, que a hipótese da emancipação do 2º distrito deste município seja por vós admitida como viável, visto como ela, de nenhum modo se legitima em face do bem público. Desnecessário será repetir-vos que a emancipação do 2º distrito, que tudo possui e de nada precisa, obedece apenas aos interesses de meia dúzia de promotores da ideia. Mutilar-se o território de Caxias, para satisfazer a esses interesses de ordem individual, se me afigura, como de fato acontece, numa medida que não posso encontrar guarida na rectitude e clarividência do vosso espírito, como abalizado timoneiro que sois, conquanto ainda não conheçais *de visu* Caxias, fato esse, direi de passagem, que sempre reputei, aliás, como desfavorável, aos variados problemas aqui pendentes de solução, bem como ao completo julgamento de minha obscura administração neste município, não obstante a gratidão que vos devemos, nós de Caxias, pela honrosa solicitude com que vós tendes dignado atender-nos.⁸⁸⁰

Ainda em 1915, uma carta abaixo-assinado solicita a criação do município de Nova Trento, ao lembrar a Borges que, em 1901, Júlio de Castilhos haveria prometido a emancipação quando a estrada de ferro chegasse a Caxias, o que ocorreu em 1910; pontuando sobre a peculiaridade da população local.⁸⁸¹

Sobre as pressões exercidas pelas lideranças de Caxias contra o vilamento de Nova Trento, os líderes do distrito colonial enviam a Borges um relatório de como se dava essa coerção que explorava a religiosidade dos colonos:

Inesperadamente soube-se aqui da demissão do subintendente sr. Joaquim Mascarello. (...) Ao vigário da paróquia, o coronel Penna escreveu que publicasse na igreja que o povo fosse assinar dito protesto (pelo não vilamento). O reverendo vigário na primeira missa explicou o fato e disse ao público que procedesse conforme lhes ditasse sua consciência; na segunda missa, porém, o coadjutor do vigário disse no púlpito que, por ordem do coronel Penna, todos fossem assinar, principalmente sendo obrigados os inspetores de sessão e professores. V. Ex. saberá avaliar do valor das assinaturas obtidas desta forma: com o calor e pressão oficial e com as imposições e ameaças de multas e com o dizer aos colonos que, criando-se Nova Trento em município, os impostos serão duplicados e triplicados. Com essa última intimação, principalmente os colonos, caem na esparradela e assinam, protestando o que de coração assinaram no pedido que a comissão hoje vos apresenta.⁸⁸²

Importante liderança política em distritos coloniais, o padre Henrique Campagnoni assumiu o Curato de São Marcos em março de 1915. Somente em 1921 São Marcos é anexado a Caxias, desmembrando-se de São Francisco de Paula. Em carta sua enviada a

⁸⁸⁰ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1369, 28/08/1916, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁸¹ Carta de Luiz Soldatelli e outros a Borges de Medeiros (n. 2176, 16/11/1915, Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS): “*Como V. Ex. não ignora, a população é composta, pode-se dizer em sua totalidade de italianos vindos da Itália e de seus filhos aqui nascidos, mas que naturalmente usam a língua italiana. Com o vilamento e a consequente vinda para cá de 8 ou 10 famílias brasileiras, cujos chefes ocuparão os cargos, mais familiar se tornará a língua portuguesa*”. Na mesma carta encontra-se um lembrete escrito por Borges de Medeiros: “*Ainda é prematura a criação do município – Arquivo-se. 16/11/1915 Medeiros*”.

⁸⁸² Carta de José Fontana, capitão Luiz Soldatelli, Anselmo Carpeggiani, Francisco Mascarello, Carlos Piardi, Francisco Lunardi, Ermio Bolzani, Manoel Ferreira de Carvalho e Virgílio Schiavinini a Borges de Medeiros (n. 2177, 06/09/1916, Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS).

Borges de Medeiros, se confirma a ingerência dos padres na política local da RCI e da Igreja Católica como poder informal, a penetrar na rede das relações sociais das colônias, o que muitas vezes foi motivada por interesses pessoais e familiares:

Como V. Ex. já sabe, a Comissão Executiva deste município, em agosto do ano passado, apresentou-se no meu presbitério, fazendo-me promessas maravilhosas/maviosas, para que as comunicasse ao povo, com o fim de apaziguar os ânimos dos habitantes desta colônia, fazendo-os desistir do projeto de anexar a parte colonial desta zona ao município de Caxias. Os srs. membros daquela comissão prometeram solenemente ao meu irmão Lúcio o cartório que eles mesmos, poucos meses antes, lhe arrancaram das mãos, mediante o famoso ato de transferência do segundo distrito. (...) A comissão estava convencida que o pároco é quem tem o povo na colônia. De fato, quem levou às urnas, nas últimas eleições, a maior parte dos eleitores, foi somente o vigário do lugar, de comum acordo com o novo subintendente, Alexandre Zanol. Mas o vigário tem prestígio, é preciso que alguém observe a influência do pároco para fazer cair o novo subintendente. Quem será o Judas que se encarregará de desprestigiá-lo? Um membro da Comissão Executiva, será o sr. André Alves da Silva, o qual envenenando um telegrama nosso em que pedíamos um representante na comissão, teve a audácia de considerar-nos inimigos do Partido. Agora quem tem o povo, segundo esse membro da comissão, não é mais o padre, mas o sr. Virgílio Ramos, homem que já há muitos anos, repudiado pelo povo. Por isso querem haja eleição prévia com o intuito de derrotar o vigário. Enganados! Não aceitarei eleição, sem conferenciar antes com V. Ex. e, por conseguinte, peço encarecidamente marcar um dia da semana que vem para poder expor as minhas dificuldades a V. Ex. Presentemente, Exmo. Sr. Dr., julgo desnecessário medir as minhas forças com as do sr. Virgílio Ramos, homem sobre cujos ombros gravita processo crime terrível. E depois disto, que honra será para mim vencer um vencido: *Non est honor victori victum vincere*.⁸⁸³

Em nova carta a Borges, o intendente Penna de Moraes relata sobre a ingerência política do padre Campagnoni também sobre o 2º distrito de Caxias, Nova Trento:

Consta-me que o padre Campagnoni, de São Marcos, propala lhe haverdes dito pretenderdes conceder, em breve, autonomia de Nova Trento unida àquele distrito. (...) Tal designo, do qual já estava dissuadido o pequeno grupo que o alimenta, revive agora, segundo estou informado, ao influxo das dissenções do referido padre Campagnoni com a direção política de São Francisco. (...) Apesar de não me ser lícito imiscuir-se em política dos municípios vizinhos, o que jamais fiz, e muito menos sugerir alvitres, (...) pedirei vênias, não obstante, para informar-vos de que, ainda que procedam, em parte, as queixas do padre Campagnoni contra os nossos amigos de São Francisco, elas, em maior parte, se não legitimam porquanto a questão magna do padre é uma colocação para o seu irmão Lúcio Campagnoni, cujo procedimento ali não o recomenda muito. Em todo caso não me parece justo que Caxias seja prejudicada em seus trabalhos eleitorais pelos interesses desse padre energúmeno e faccioso. (...) A nomeação de um subintendente idôneo e estranho às lutas do distrito, parece-me que faria desaparecerem as dificuldades ali criadas pela indébita intervenção do padre em assuntos que lhe não competem.⁸⁸⁴

O padre Henrique Campagnoni, por sua vez, relata sobre as perseguições movidas pelas lideranças caxienses em relação ao movimento emancipacionista de Nova Trento:

⁸⁸³ Carta de Henrique Campagnoni a Borges de Medeiros (n. 9470, 03/04/1917, Fundo São Marcos/ABM/IHGRGS).

⁸⁸⁴ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1371, 04/05/1917, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

É-me absolutamente impossível deixar de comunicar a V. Ex. certos fatos ocorridos, neste últimos dias, com relação ao vilamento de Nova Trento. (...) Dificílima empresa e talvez impossível seria, Ex. Sr. Dr. Presidente, querer descrever as perseguições que o povo de São Marcos sofre e está sofrendo desde dois meses para cá. Apenas o Ilmo. sr. Coronel José Penna de Moraes, intendente de Caxias, soube que os habitantes da colônia de São Marcos preferiam pertencer ao futuro município de Nova Trento, antes de continuar a depender de São Francisco de Paula, uniu-se às autoridades administrativas deste município para, de mil modos, obstacular os planos de V. Ex. e, assim, impedir que se abra a porta da salvação desta desprezada colônia. O ilustre sr. Coronel José Penna de Moraes, não satisfeito de ter lançado mão de meios ilegítimos para combater o vilamento de Nova Trento, recorrendo duas vezes ao meu superior eclesiástico, D. João Becker, telegraficamente e duas vezes mediante missivas, a fim de alcançar que eu fosse removido desta colônia, tem ainda a coragem de obrigar o escrivão de Nova Trento – instrumento de sua paixão insana - a abrir uma campanha vergonhosa pela imprensa semanal de Caxias contra mim, contra os habitantes desta colônia e contra todos os que se manifestam a favor da emancipação de Nova Trento. (...) Queira V. Ex. desculpar se o último sacerdote deste Estado tem a indelicadeza de O importunar com prolixas e mal traçadas frases, mas estou convencido que o que estou fazendo faço-o para defender os direitos dos habitantes desta colônia.⁸⁸⁵

Sobre a anexação do distrito de São Marcos a um possível novo município de Nova Trento, o padre Henrique Campagnoni afirma ser mais vantajoso a São Marcos ser anexado a Caxias (o que ocorre em 1921), mesmo pontuando que o êxodo de colonos verificado no distrito, seria decorrente do descaso de autoridades municipais de São Francisco de Paula:

Já falei com o sr. Coronel Jacob Kroeff Filho a respeito desta colônia a qual me disse que V. Ex. tencionava de anexá-la a Caxias. Como V. Ex. já sabe, este foi sempre o nosso ideal, como também dos habitantes em geral. É preciso ponderar que esta colônia terá mais vantagem em ser anexada a Caxias do que formar município por si só. O número de habitantes está diminuindo cada vez mais, fazem cinco anos que sou vigário daqui, durante este tempo saíram perto de duzentas famílias, outros muitos estão saindo em demanda de terras mais férteis e que tem mais conforto, mais vias de comunicação. De modo que acho muito acertada a resolução de V. Ex.⁸⁸⁶

Em 1919, a liderança do PRR no distrito de Nova Trento, Joaquim Mascarello, cobra promessa de Borges de Medeiros em relação a emancipação, afirmando que “*Nova Trento e São Marcos já estão quase esgotados de paciência e calma*”, devido ao fato da Comissão pela emancipação ter procurado por Borges e “*nunca conseguindo encontrá-lo*”, continuando:

Ouso lembrar a V. Ex. que em setembro de 1916, depois de uma conferência com o coronel Penna de Moraes e em seguida comigo, ordenou-me que voltasse a Nova Trento, e que em nome de V. Ex. lançasse um programa pró-vilamento de Nova Trento, programa que se tornou desnecessário depois que V. Ex. foi bem informado do modo por que nos tratava Caxias, com suas pacatas e sonoras palavras nos prometeu o vilamento de Nova Trento para o ano de 1918. Embora este tenha decorrido (o ano de 1918), certamente não foi esquecido de parte de V. Ex., e sim os

⁸⁸⁵ Carta de Henrique Campagnoni a Borges de Medeiros (n. 9472, 24/06/1917, Fundo São Marcos/ABM/IHGRGS).

⁸⁸⁶ Carta de Henrique Campagnoni a Borges de Medeiros (n. 9475, 17/10/1920, Fundo São Marcos/ABM/IHGRGS).

múltiplos afazeres que chamam a sua atenção para outros fatos de maior importância e que fizeram preterir este; agora, porém, que tudo está normalizado e que todos os povos entrarão em seus eixos, Nova Trento também espera e faz ardentes votos de emancipação (...), por que embora desprezados e muitas vezes maltratados e perseguidos e sempre caluniados por testas de ferro e mesmo em público e diretamente pelas pequenas autoridades, estas amparadas pelas maiores, fazem e dizem coisas contra nós e contra V. Ex. que tenho vergonha em repetir, mas que se V. Ex. o desejar oportunamente poderei informá-lo. (...) Ouso afirmar a V. Ex. que Nova Trento pode e deve ser vilado. Mente vergonhosamente quem afirma a V. Ex. o contrário! Este povo é digno de ser vilado e aqui só queremos o vilamento para progredir e entrelaçar as famílias brasileiras com as de origem italiana por que, como já temos afirmado a V. Ex., aqui ninguém pede emprego. Assim, pois, confie V. Ex. na lealdade e devotamento do povo de Nova Trento, que firme aguarda a realização de vossas promessas e suas aspirações.⁸⁸⁷

Em relação a eleição de 1922, evidencia-se o poder dos comerciantes em Caxias, como se observa em carta enviada ao coronel Penna de Moraes e, posteriormente, remetida a Borges, onde é mencionada a oposição encabeçada por padres nos distritos coloniais:

Comércio de Caxias tem ameaçado companheiros como Constante Borghetti e Mantovani. O último disse que se vê obrigado a seguir viagem antes da eleição para não votar contra o governo. Negociantes daqui (...) dizem aos colonos seus devedores: ou votam em Assis ou mandá-los-emos executar imediatamente. Além dessa pressão desconfiamos, pela atitude franca e muitas vezes agressiva dos colonos, que há intervenção de pacatos representantes do Nazareno. Ontem um filho do praça Henrique ouviu diversos na rua ameaçarem retirar a força os títulos da subintendência. (...) Estou resolvido a se isso tentarem, deixar alguns estendidos no pátio da subintendência. Apesar de tudo, havemos de vencer neste distrito (Nova Trento) de qualquer maneira.⁸⁸⁸

A carta mencionada reflete a especificidade das relações de poder na RCI, devido ao “*processo interno de constituição destas sociedades onde as variáveis de cultura política, étnica e religiosa*” não devem ser menosprezadas, assim como pela distinção da “*relação política em decorrência do modelo econômico através da alteração do binômio terra-gado, pelo trinômio: comerciantes, industrialistas e profissionais liberais*”.⁸⁸⁹ Após 1923⁸⁹⁰, o padre João Maria Balen tece impressões sobre as violências que continuam ocorrendo em Caxias:

⁸⁸⁷ Carta de Joaquim Mascarello a Borges de Medeiros (n. 2181, 20/05/1919, Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS). Joaquim Mascarello, primeiro intendente de Nova Trento, emancipada em 1924, nasceu em 28 de agosto de 1869, na Mure-Maróstica, Província de Vicenza, Itália. Chegou ao Brasil em 1877, estabelecendo-se diretamente em Nova Trento, onde instalou um curtume e uma casa comercial que, no ano de 1894, foi saqueada por maragatos, o que o obrigou a refugiar-se em Laguna, Santa Catarina. Após o término da revolução federalista, retorna a Nova Trento, implantando “*uma indústria de carroças de quatro rodas*”. Foi a principal liderança política em prol da emancipação de Nova Trento, falecendo “*aos 60 anos de idade, em 1929, de derrame cerebral*”. In: MOLON, Floriano. *Otávio Rocha: cem anos de vida colonial*. Porto Alegre: EST, 1982, p. 54-55.

⁸⁸⁸ Carta de João Lucena Júnior, Pedro Vicente da Rosa e Jacob Callegari enviada a José Penna de Moraes e remetida a Borges de Medeiros (n. 1382, 13/11/1922, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁸⁹ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Op cit.*, p. 16.

⁸⁹⁰ Sobre as operações militares e de tropas, bem como os conflitos armados, da revolução de 1923 na RCI, consultar: DALL'ALBA, João Leonir. *História do povo de Ana Rech*. Caxias do Sul: EDUCS, 1987, p. 297-307.

Todos andam em sobressalto, com os ânimos exitados, todos andam armados, temerosos do que podem fazer-lhes os partidários do intendente, do que pode suceder de um momento para outro, fazendo mil conjecturas sinistras, resumindo tudo com o mesmo estribilho: “É preciso acabar com isto, é preciso liquidar o intendente, é preciso liquidar os borgistas, antes que eles nos liquidem”. Diversas vezes lhes disse: “Então também a mim?” Ao sr. não, respondem, nós nada temos com os borgistas de Porto Alegre, nada temos com o dr. Borges de Medeiros, nós só temos com o intendente daqui e seus partidários, os quais continuamente nos ameaçam com a vingança, com a lista negra, nos ameaçam desarmar-nos para depois fazer suas represálias. Está vendo como continuamente nos provocam em toda a parte, como vão desarmar gente pacata e vão matando pelas costas, como acaba de acontecer na vizinha povoação de Ana Rech? Hoje são eles que tombaram pelas balas, amanhã não podem ser dois de seus irmãos? E o sr. não se revolta contra estes atos de banditismo? De selvageria inominável?⁸⁹¹

O deputado federal Octávio Rocha, enviado a Caxias para “fiscalizar” a eleição de 1924, constrói um perfil de algumas lideranças caxienses, mais preocupadas com vantagens econômicas do que com a política partidária, segundo seu ponto de vista:

O Abramo manda lhe dizer que fica ao seu dispôr, ficando de fora ou na comissão, como for melhor, reiterando sua afirmativa de que entende que de fora fica melhor o seu trabalho. Ele está francamente conosco, mas não quer aparecer. O nome dele na comissão é de alta importância e creio que compensa qualquer prejuízo de uma ação direta. É um homem que tem receio de tudo, tanto que, sendo nosso deu 100\$000 para recepção do Zeca Netto, por que o seu cunhado Rovea pediu. Daí o sr. vê como é difícil lidar com esta gente. Na comissão eu incluí o seu nome para chumbá-lo à responsabilidade e pela grande importância que penso isso dará com respeito aos colonos.⁸⁹²

Em nova carta, Octávio Rocha tece impressões contra o delegado militar Heráclides Vieira Teixeira, sua intromissão em assuntos políticos e incompatibilidades com várias autoridades da situação, afirmando ser o mesmo assistista, pois “*a liberdade do pleito*” estaria prejudicada com a “*manutenção de tão parcial delegado militar*”, já que os republicanos viam-se pressionados pelo mesmo, em uma “*escandalosa parcialidade e sua íntima convivência com os assististas desta cidade, foco de agitação*”.⁸⁹³

Por meio das cartas de Octávio Rocha, se observa como vários fatores poderiam auxiliar ou prejudicar o desempenho eleitoral do PRR na RCI, como os impostos sobre o vinho⁸⁹⁴, lideranças locais requerendo auxílios para seus negócios particulares⁸⁹⁵, a presença

⁸⁹¹ Carta de João Maria Balen a Borges de Medeiros (n. 1383, 12/02/1923, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁹² Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1388, 04/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁹³ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1389, 07/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁸⁹⁴ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1395, 16/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS): “*A questão dos vinhos complicou-se. O coletor daqui deu despacho contra os colonos. São 2000 homens que vão revoltar-se contra o fisco, que eles não distinguem entre federal e estadual.*”

⁸⁹⁵ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1397, 06/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS): “*Junto lhe envio um requerimento do Abramo e peço para ele sua atenção pronta, por que esta gente liga muita importância ao dinheiro. (...) Estou vendo a organização das mesas e dando planos para eles não fazerem*

de lideranças religiosas⁸⁹⁶ ou o aceite para reivindicações de distritos coloniais pertencentes a municípios vizinhos⁸⁹⁷; dentre outros que, dificilmente, seriam levados em consideração se não fosse período eleitoral e o poder do PRR não se encontrasse em crise.

O sucesso ou o fracasso eleitoral, e o conseqüente prestígio partidário, estavam condicionados a certas variáveis, muitas vezes de cunho pessoal, que demandavam solução administrativa. A barganha de favores tornou-se ainda mais complicada para os detentores do poder político na RCI, como se observa no projeto de reforma da Lei Orgânica de Caxias, de acordo com as cláusulas do Pacto de Pedras Altas:

O Coronel J. Penna de Moraes, Intendente Municipal de Caxias, no uso das atribuições que lhe são outorgadas pela Lei Orgânica, em seus artigos 17, n. 9 e 3. e, considerando que o projeto de reforma da mesma lei Orgânica, submetido à apreciação pública em 29 de Fevereiro do corrente ano, foi aprovado pelo Conselho Municipal, em sessão extraordinária por este realizada em 7 de Junho corrente, com exceção da emenda proposta ao artigo 54; considerando, mais, que, uma vez aprovado o projeto, cumpre ao Intendente promulgá-lo, para todos os efeitos, resolve: pelo presente ato declarar promulgada, como de facto promulga, a reforma da Lei Orgânica do Município de Caxias, mediante a qual ficam os seus artigos 6º, 8º, 9º, 10º, 17º, 48º, 49º. e 50º e respectivos parágrafos redigidos do seguinte modo:

Art. 6º. O poder municipal será exercido por um Intendente, que dirigirá todos os serviços, e por um Conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos.

§ 1º. O Intendente e o Conselho serão simultaneamente eleitos mediante sufrágio direto dos cidadãos, de quatro em quatro anos.

Art. 8º. O Intendente não poderá ser re-eleito para o quadriênio imediato.

Art. 9º. Substitui o Intendente, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no de falta, um Vice-Intendente, eleito simultaneamente com ele e da mesma forma.

nenhuma. E trabalho nisso quase só, com o Sassi e poucos amigos. É o ponto que me dá agora dor de cabeça, por que eles têm gente para fazer mesas. Confió apenas no seu pouco 'savoir faire' e por isso penso conseguir. Mas a dúvida é terrível e dá dor de cabeça."

⁸⁹⁶ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1398, 08/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS): “*Tudo aqui melhora de dia a dia, e o covil do assisismo rubro cede no seu castelo encantado. A manifestação do arcebispo foi a prova. Cercamos o homem com 40 companheiros e ninguém se animou a chegar. Ele falou da sacada da canônica, tendo ao seu lado eu, o Penna e o Paim. O povo assisista começou a dizer que ele está borgista tal a sua linguagem. Ganhamos o dia e a manobra surtiu excelente resultado.*” Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1399, 16/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS): “*O assisismo local agonizante quer explorar com o cônego (cônego Meneguzzi e seu bloco) e que hipócrita aceitará a exploração. Escrevemos ao arcebispo eu, o Abramo, Miguel e Sassi declarando que não consentiríamos em semelhante exploração.*”

⁸⁹⁷ Veja-se, por exemplo, o abaixo-assinado de moradores da Sesmaria do Machado, 7º distrito de Montenegro, solicitando que Octávio Rocha interceda junto a Borges de Medeiros para anexá-lo ao 3º distrito de Caxias, Nova Vicenza, devido a distância daquele distrito ser bem menor de Caxias do que de Montenegro, como pelo fato dos produtos exportados da Sesmaria do Machado passarem obrigatoriamente por Caxias, além do prejuízo causado aos produtores, obrigados a terem de pagar duas vezes o imposto de exportação, primeiramente até Caxias e, depois, para outros, lugares. Conferir a carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1393, 13/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

§ 1º. No caso de vaga ou impedimento do Vice-Intendente, caberá a substituição aos sub-intendentes, segundo a ordem numérica dos distritos.

§ 2º. Se, no caso de vaga, por qualquer causa, o Vice-Intendente suceder ao Intendente, antes de decorridos dois anos do quadriênio municipal, proceder-se-á à nova eleição, dentro de sessenta dias.

Art. 10º. O Vice-Intendente, sucedendo ao Intendente em virtude de renúncia ou morte deste, perda do cargo ou incapacidade física, exercerá a Intendência até a terminação do quadriênio municipal, se dele já houverem decorrido dois anos.

§ único. Os demais substitutos eventuais servirão somente até que seja eleito e empossado o novo Intendente, cuja eleição se fará no prazo de sessenta dias.

Art. 17. n. 4. Nomear os sub-intendentes e demais funcionários municipais.

Art. 48. Nas eleições municipais serão observados o alistamento e o processo das eleições federais, com as necessárias modificações.

Art. 50, § 1º. Quando a reforma for promovida por iniciativa do Intendente, cumprirá a este publicar o respectivo plano fundamentado e, se dentro de três meses não sofrer a impugnação dos dois terços dos eleitores, será enviado ao Conselho, para ser submetido à sua aprovação, em reunião extraordinária para esse fim convocada, só se considerando aprovada, se obtiver a maioria absoluta dos votos da totalidade dos membros de que se compõe o Conselho.⁸⁹⁸

Sobre a eleição de 1924, o padre Campagnoni, líder político no distrito de São Marcos, envia apreciações sobre o número de eleitores na localidade, atendendo solicitação de Borges:

Como V. Ex. terá visto o resultado das eleições nesta colônia (São Marcos) não foi péssimo; 122 para o Partido Republicano – 54 para os revolucionários e 147 abstenções. Devo, porém, confessar que até poucos dias antes do grande prélio eu era mais otimista, esperava um resultado maior a favor do governo. Deve, porém, V. Ex. ficar ciente que aqui em São Marcos a propaganda oposicionista converteu-se numa verdadeira ameaça. (...) Basta dizer que na véspera do grande pleito, meia dúzia de verdadeiros delinquentes de profissão, pagos pela hermafrodita junta libertadora da infeliz Caxias, foram de família em família semeando o terror. Dizendo abertamente aos profícuos colonos que se não tivessem votado a favor dos revolucionários, logo depois das eleições suas casas seriam assaltadas e depredadas. Além disto, V. Ex. deve ponderar que esta mesa teve a infelicidade de ter por presidente um verdadeiro Judas Iscariotes, na pessoa do sr. Jonathas Abbott. Este homem que foi escolhido para presidente da mesa por que, como empregado do governo, o julgávamos a favor do Partido Republicano, manifestou-se o mais fanático assisista desta zona. A influência nefasta deste homem, na qualidade de diretor das obras da estrada Júlio de Castilhos, repercutiu não somente deste município, mas também no município de Antônio Prado, e de um modo todo especial envenenou o 2º e o 5º distrito de São Francisco de Paula.⁸⁹⁹

Do mesmo modo o panorama exposto por Mário J. Caorsi, que relata a Borges os verdadeiros “donos do poder” nos distritos coloniais caxienses às vésperas de uma eleição:

⁸⁹⁸ *O Brazil*, 14/06/1924, p. 1 (AHMJSA). O artigo 54, a que se refere o projeto de lei, é o seguinte: “Os funcionários do município serão responsáveis, civil e criminalmente, por omissões ou abusos que cometerem no exercício de suas funções”.

⁸⁹⁹ Carta de Henrique Campagnoni a Borges de Medeiros (n. 1401, 09/05/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Jonathas Abbott foi o primeiro intendente de São Francisco de Paula, nos anos de 1903 e 1904.

O atual comitê oposicionista, apesar de chamar cada domingo os seus principais dirigentes ao fim de sair para a colônia em serviço de propaganda, até hoje conseguiu somente reunir duas comissões formadas por rapazes de pouca consideração e influência nula no seio da colônia. Estas comissões, pode-se dizer, não alcançaram efeito algum, como em Nova Vicenza, onde o padre, que nas eleições passadas foi ostensivamente nosso opositor, impediu terminantemente que uma das ditas comissões fizesse propaganda oposicionista no pátio em frente da igreja no momento da saída dos colonos. O mesmo fato repetiu-se no dia 3 do corrente, em Nova Milano. O vigário desta localidade já várias vezes concitou do púlpito da igreja os fiéis a não afastar-se do governo. (...) Em Nova Trento, a situação é algo mais delicada: concedendo o vilamento desde já, daria-se uma nova arma aos nossos adversários para melhor explorar a ignorância dos colonos e causaria desgosto no meio dos nossos companheiros de Caxias, ao passo que não concedendo o vilamento, traria o descontentamento do grupo Mascarello, que foi nas eleições passadas nosso adversário. (...) Como em todas as colônias italianas, os árbitros da situação são os padres, único meio, a meu ver, para contrabalançar as forças seria tentar de obter, por meio do padre Don Henrique Campagnoni, nosso correligionário e vigário de São Marcos e contrário ao vilamento, um entendimento entre este padre e os padres de Nova Trento, para ver se destes poderia obter de aconselhar os colonos a votar conosco ou abster-se das urnas. Esta iniciativa seria necessário fosse direta por uma pessoa de prestígio e de máxima seriedade. (...) Em Caxias, precisaria que os srs. Abramo Eberle e Miguel Muratori usassem de suas influências pessoais junto ao vigário da cidade ao fim que este se empenhasse uma boa vez de ficar de fato neutral e não instigar contra nós.⁹⁰⁰

Em relação à emancipação de Nova Trento, processo havia 20 anos pendente e fruto de lutas políticas na região, em 1924 seria realizado um plebiscito sobre a questão. Em 24 de maio deste ano, ocorre a emancipação do distrito (que apenas em 1935 receberia o nome atual de Flores da Cunha), sendo Nova Pádua incorporada a ele, tornando-se seu 2º distrito. Antes do pleito, algumas impressões das lideranças distritais são relevantes para análise:

Silenciamos por que curvamo-nos sempre diante das resoluções de V. Ex. não, porém, sem o nosso protesto para com o modo ingrato e desleal de Caxias em fazer política, atirando para um lado companheiros velhos desgostando-os da política e, sobretudo, do Partido, impelindo muitos a procurar o adversário, por que nem todos tem a paciência de esperar anos e anos para que lhe seja feita justiça, principalmente quando de toda forma nos era vedado o acesso a V. Ex. Jubilosos ouvimos a boa nova e, apesar da divergência que houve nesta sede por ocasião da última eleição (divergência essa causada unicamente pela má orientação e má administração de Caxias a nosso respeito). Imediatamente chamamos a postos os oposicionistas mais exaltados e iniciamos uma era de conagração (...) e, agora, decidiram levar a efeito uma consulta ao povo, consulta essa que está sendo levada a efeito pelo ilustre Deputado Federal Dr. Octávio Rocha, por parte de V. Ex., e pelo sr. Adelino Sassi, pelo Conselho Municipal e pelos srs. Antônio Finco e Henrique Moro, por parte do distrito de Nova Trento. (...) No dia seguinte ao da primeira reunião do Conselho, saiu de Caxias, no automóvel da Intendência, o subintendente de São Marcos com o de Nova Pádua e percorreram o distrito de Nova Pádua e parte do de Nova Trento em propaganda contra o vilamento, portanto contra a expressa vontade de V. Ex. (...) O Dr. Octávio Rocha para lá seguiu no dia marcado pelo subintendente e aproveitando o momento de saída do povo da missa, consultaram ao povo qual sua opinião sobre o vilamento de Nova Trento. Diante a nenhuma resposta do povo, perguntaram-lhe em italiano, em dialeto, se o povo estava satisfeito de pertencer ao município de Caxias e que aqueles que estivessem satisfeitos levantassem o braço – apesar de bem explicado, ninguém levantou o braço; advertidos em seguida que

⁹⁰⁰ Carta de Mário J. Caorsi a Borges de Medeiros (n. 1385, 15/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

aqueles que não quisessem fazer parte do novo município levantassem o braço, ergueram-se uns 20 braços ao todo e pelo representante do Conselho Municipal foi dito que apurou que unanimemente Nova Pádua demonstrou-se contrária!⁹⁰¹

Juntamente aos distritos de Nova Trento e Nova Pádua, Caxias perdeu o povoado de Marcolina Moura. Em março de 1924, escreve Octávio Rocha a Borges sobre as peculiaridades da comunidade, tecendo impressões sobre as lideranças políticas e econômicas:

Visitei demoradamente o lugar deste município denominado – Marcolina – foco do assisismo rubro. (...) Não falei em política, mas apenas conversei com eles e procurei sondar as causas da sua oposição. Há aí um colono inteligente, é o homem que domina os outros, de nome Demétrio Molon. (...) É um homem de trabalho e que tem o maior e o mais belo vinhedo de Caxias. Estava uma fera contra nós, porque foi assaltado por três ou quatro praças do provisório, que praticaram uma série de violências. (...) Prometi que o Sr. mandaria indenizar o prejuízo com os animais entregues e que já o Sr. havia telegrafado dizendo que ia mandar indenizar os colonos dessa zona, cuja dívida foi apurada na requisição dos animais. Deixei-o mansinho e se fizermos essa indenização no que for apurado teremos Marcolina toda conosco. Lembro ao Sr. mandar o próprio chefe de polícia fazer a indenização, por que é preciso muito cuidado e muita paciência. (...) O colono é rústico e tem às vezes expressões que irritam a quem não lhes dá o devido desconto da ignorância.⁹⁰²

Em documento entregue a Mário Gardelin, em 1973, por Ernani Bento Alves, se observa a posição das lideranças caxienses contra a emancipação de Nova Trento, de modo que “*a emancipação, além de ser muito ansiada pela gente de Nova Trento, teve muito de caráter punitivo*”, representando “*uma represália política às forte oposição do município de Caxias, que teve parte de suas terras separadas para formar uma nova comuna*”⁹⁰³:

Os infra-signados funcionários de Bancos, industrialistas comerciantes, agricultores, cantineiros de Vinho em grande escala, pequenos produtores, empregados no comércio, médicos, advogados, etc. todos aqui radicados pela família e pelo trabalho, cooperando com o seu esforço e com a sua criatividade para a riqueza comum do Estado e para a prosperidade do Rio Grande do Sul e do Brasil, vêm à presença de V. Ex. protestar contra o desmembramento deste município de Caxias. Vilado Nova Trento, serão anexados e ela os distritos de Nova Pádua e parte dos 6º e 1º distritos deste município. (...)

Mas, sr. Presidente do Estado, eis senão quando, surgem os mercenários, interesses da política partidária numa obra impatriótica de destruição e aniquilamento. A desarticulação e esfacelamento do Município de Caxias é um crime, perdoe V. Ex., mas é um crime que se pratica contra uma das mais ricas e importantes parcelas do Estado. Para que tanto esforço, para que tanto trabalho, para que tanto suor vertido da frente dos nossos amigos e de nossos irmãos, numa realização de bem comum se a política, nas convulsões de seu estado mórbido, cerra os olhos e tudo destrói, pisa

⁹⁰¹ Carta de José Fontana, Antônio Finco, Joaquim Mascarello e Henrique Moro a Borges de Medeiros (n. 2184, 17/03/1924, Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS). O Conselho Municipal de Caxias, composto por Miguel Muratore, Adelino Sassi, Savério de Felippis, José D'Arrigo, Pedro Valentim Ely, João Francisco da Rosa e Alfredo da Silva Carvalho, aprovou unanimemente a emancipação de Nova Trento.

⁹⁰² Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1394, 13/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). O distrito colonial a que se refere é Marcolina Moura, que se tornou o 3º distrito de Nova Trento, sendo o atual município de Octávio Rocha.

⁹⁰³ MOLON, Floriano. *Octávio Rocha: cem anos de vida colonial*. Porto Alegre: EST, 1982, p. 48.

aos pés tantos e tantos anos de esperanças e sacrifícios, para se salvar satisfazer em que caprichos e ambições? Devemos convir em que assim não vale trabalhar. Com o vilamento de Nova Trento muito sofrerá Caxias e muito sofrerá Nova Trento, incapaz de vida autônoma pelos encargos que, de começo, fatalmente onerarão a sua economia, e pelos recursos ilimitados de que poderá dispôr. (...)

A receita será desfalcada de soma apreciável. Os Bancos reduzirão, por certo, as suas transações, em virtude do deslocamento de negócios; o comércio varejista terá o seu movimento prejudicado, advindo-lhe grandes e vultuosos males. A administração municipal se encontrará impotente face á exiguidade dos recursos, para cumprir o seu dever em bem servir a coletividade dos municípios, quer empreendendo melhoramentos, quer conservando, melhorando e abrindo novas estradas a fim de facilitar a veiculação dos produtores. A instrução municipal experimentará um violento abalo, pois as minguadas verbas de que se poderá dispor serão insuficientes à manutenção de numerosas escolas primárias, como requerem e como exigem o estado atual da nossa cultura e os nossos foros de civilização. E, assim, iremos realizar o feito ato de cooperarmos, pela falta de recursos, para lançar os nossos filhos na noite negra e triste do analfabetismo e da ignorância. E quanto a Nova Trento? O vilamento será proveitoso aos colonos? Não. O Município de Caxias deve aproximadamente, 1.200 contos de réis, apesar das afirmações em contrário, pagando juros de 14% ao ano, taxa média, incluindo as reformas de títulos, selos, etc. Computando-se a sua população, como dissemos, em cerca de 32.000 habitantes, e abrangendo o novo Município de Nova Trento 8.000 habitantes segue-se que a parte da dívida municipal que, proporcionalmente, a este caberá será de 37500 per capita ou seja um total de 300 contos de réis que aos juros acumulados de 14% ao ano produzirá no primeiro ano a respeitável cifra de 43:470\$000. (...)

Só a instalação das repartições oficiais, os ordenados dos funcionários municipais e da política administrativa calcarão fundo nos dinheiros públicos. O acréscimo exorbitante dos impostos recairá exclusivamente sobre os colonos, visto ser a indústria agrícola quase que a única ali existente. Sendo Caxias o escoadouro natural de Nova Trento o Colono será ainda mais gravado na exportação de seus produtos, pagando, além do imposto que já paga, mais o de trânsito. O Conselho Municipal desta cidade, ilegalmente constituído, constamos, concordou com o vilamento de Nova Trento. Desde já protestamos contra qualquer ato do Conselho naquele sentido pois ele não interpreta os nossos sentimentos, deixando, de há muito, de representar o expoente da opinião pública Caxiense. (...)

Caxias, 1º de Janeiro de 1924. João Crisóstomo, Tancredo Feijó, Olímpio Rosa, Antônio Pieruccini, José Agostinelli, Adolfo Pena, José D. Balén, Tranquilo de Carli, João Leonardelli.⁹⁰⁴

Mais uma vez, Octávio Rocha tece impressões a Borges sobre o processo de emancipação de Nova Trento, além do posicionamento de outros distritos quanto a questão:

Devo, hoje, afinal dar-lhe a 1ª informação sobre o célebre vilamento de Nova Trento. É esta a questão mais intrincada que aqui encontrei. (...) Fizemos essa excursão acompanhados do Henrique Moro, genro do Mascarello, e do sr. Finco, pessoa do Mascarello, chefe assisista e que contra o sr. votou na eleição passada. (...) Distrito de Nova Trento - a grande maioria quer o vilamento, sobretudo a sede, onde reside a família Mascarello. Faz disso mesmo grande questão e está apaixonada a família Mascarello, seus aderentes, inclusive o sr. Finco, que retira-se do assisismo se for feito o vilamento. (...) Distrito de Nova Pádua – atual 4º de Caxias – a maioria absoluta desse distrito é profundamente contrária ao vilamento, havendo o maior comerciante do lugar, que aliás é compadre do Mascarello, dito que se viesse o vilamento mudar-se-ia do local. (...) O vilamento desgostaria toda essa

⁹⁰⁴ *Pioneiro*, 01/09/1973, p. 17 (AHMJSA).

gente. Distrito de São Marcos – este distrito teria profundo desgosto de fosse mutilado nos dois travessões Riachuelo e Diogo. (...) O chefe, que é o padre Campagnoni, é nosso amigo firme, tão firme que declarou ao cônego Meneguzzi que, se o arcebispo fosse contra o Partido, preferia renunciar a votar contra o senhor. (...) Consultei a comissão central daqui e todos foram contrários ao vilamento. Com a exploração dos assististas e a oposição da sede, podemos reabrir a agitação em Caxias. (...) Na casa do genro do Mascarello, onde ele reside, eu vi um retrato do Assis, com a seguinte inscrição – *Ecce Homo* – que é até uma heresia na minha religião. Não vi um único retrato seu.⁹⁰⁵

A emancipação de Nova Trento ocorre, após realizada uma troca de favores, em forma de votos, entre as lideranças políticas de Caxias e do distrito a ser emancipado, como cita Octávio Rocha:

Os senhores Miguel Muratori, Adelino Sassi, Saverio de Felippis, José D'Arrigo e Alfredo da Silva Carvalho, conselheiros municipais de Caxias tomaram entre si o compromisso de darem o seu voto favorável ao vilamento do 2º distrito do município, Nova Trento, caso os sufrágios na chapa de senador e deputados pelo 1º distrito do Estado, na eleição de 3 de maio, atinjam $\frac{3}{4}$ partes do atual eleitorado do referido 2º distrito, Nova Trento.⁹⁰⁶

As divergências em torno da dívida de Nova Trento adentram o ano de 1925. Joaquim Mascarello, intendente do novo município, propõe que a dívida fosse proporcional pela renda e não per capita, além de oferecer pagar 100 contos de réis em seis prestações, a cada três meses e sem juros. Por unanimidade, o Conselho de Caxias estabeleceu “*que não podia ser aceita esta última proposta, por estar muito aquém da dívida real*”.⁹⁰⁷ Em sessão de 3 de maio de 1925, o Conselho de Caxias, a pedido do intendente Gobbato, envia telegrama a Borges de Medeiros:

Por proposta do Dr. Intendente que se achava presente, resolveu-se fosse passado o seguinte telegrama: Dr. Borges de Medeiros D.D. Presidente Estado P. Alegre. Intendente, Conselho Municipal Caxias pedem vênha comunicar V. Ex. que até esta data, apesar reiterada insistência, Município Nova Trento nenhuma deliberação

⁹⁰⁵ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 2185, 19/03/1924, Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS).

⁹⁰⁶ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 2186, 22/04/1924, Fundo Flores da Cunha/ABM/IHGRGS). Além disso, Nova Trento teve de assumir parte da dívida municipal de Caxias, conforme resolução da mesma em 10 de outubro de 1924: “*Por proposta do conselheiro Sr. Savério de Felippis e aprovada pelos demais conselheiros, fica consignado em ata o cálculo da dívida que cabe ao novo Município de Nova Trento, calculada - per capita - de acordo com o ofício dirigido ao Intendente de Nova Trento em 28 de setembro do corrente ano, cuja importância ficou assim discriminada: Dívida do Município de Caxias 1:059\$000\$000. População do último recenseamento federal: em todo Município 34.166 habitantes. População de Nova Trento e Nova Pádua desanexados para formar o município de Nova Trento: 7.082 habitantes. Valor da dívida - per capita - 30.996 réis. Parte que cabe ao novo Município, devida à Caxias 219.513\$672 réis para pagamento imediato ou 480:938\$960 no prazo de 20 anos, com a amortização anual de 24:046\$948 ou semestral de réis 12:023\$474; cálculo esse feito nas condições do contrato existente entre a Municipalidade de Caxias e o Banco Nacional do Comércio. Miguel Muratore – Presidente; Alfredo da Siva Carvalho – secretário; Adelino Sassi; Savério de Filippis; José D'Arrigo; João Francisco Rosa; Pedro Valentim Ely*”. In: Atas do Conselho Municipal de Caxias - 15/11/1921 a 01/11/1930. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa>. Acesso em 24/09/2010. Páginas 64-65.

⁹⁰⁷ GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores: 1892 a 1950*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 65.

tomou propósito pagamento dívida tem para com este Município Ponto Havendo anterior Conselho concordado vilamento Nova Trento, em sessão sob condição assumir no município responsabilidade débito, conforme Lei cinquenta e cinco de 24 de Maio 1924 e que ora se nega solver. Caxias, intermédio seus legítimos representantes infra-escritos, apela, confiantemente, sereno, justiceiro espírito V. Ex. para que se digne interpôr seus valiosos ofícios, sentido ser resolvido, acordo, unicamente, alto critério V. Ex. semelhante assunto que, grandemente interessa povo caxiense. Respeitosas Saudações.⁹⁰⁸

Em abril de 1925, reúne-se novamente o Conselho de Caxias e, juntamente com os intendentos interessados, se obtém um acordo, mas o valor inicial da dívida de Nova Trento é reduzido em relação àquele fixado primeiramente:

Lei nº 61 - O Conselho Municipal de Caxias, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei decreta: 1º - Fica a dívida de Nova Trento abaixada a 200:000\$000 (duzentos contos de réis) conforme ata lavrada no Palácio do Governo como segue: 1º - É fixada em duzentos contos de réis (200:000\$000), sem juros, a quota que o Município de Nova Trento compete à pagar ao de Caxias. 2º - Fica concedido ao Município de Nova Trento o prazo de 5 (cinco) anos para ultimar o pagamento dessa quantia. 3º - Obriga-se o Município de Nova Trento a, dentro do referido prazo, pagar ao de Caxias uma prestação anual de 40:000\$000, no mínimo. 4º - Essa anuidade será dividida em quotas semestrais de vinte contos de réis cada uma, e vencíveis a 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano.⁹⁰⁹

Após emancipada Nova Trento, seu primeiro intendente, Joaquim Mascarello, entra em conflito com a liderança política do padre Henrique Campagnoni. Em carta enviada a Borges, Campagnoni solicita auxílio a seu cunhado, Callegari, detido na Intendência de Nova Trento, a mando de Mascarello, pois, segundo o Banco Pelotense, estaria incurso no crime de estelionato, apesar de Callegari ter entregue todos os seus bens em penhora, segundo seu advogado.

Conforme Campagnoni, isso ocorreu por Callegari ter um cartório prometido pelo intendente Mascarello ao seu próprio filho, pois “*assim o município de Nova Trento ficaria como uma espécie de fazenda administrada pela firma Mascarello e filhos*”, acrescentando que, mesmo Callegari tendo pedido demissão do cargo de escrivão, Mascarello “*faz empenho que o cartório passe ao sobrinho, Francisco Menegat, ajudante em exercício*”.⁹¹⁰

A perda de Nova Trento desencadeou o golpe definitivo à permanência do coronel Penna de Moraes à frente da Intendência de Caxias. Ainda em 1916, este mesmo coronel

⁹⁰⁸ Atas do Conselho Municipal de Caxias - 15/11/1921 a 01/11/1930. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa>. Acesso em 24/09/2010. Página 91.

⁹⁰⁹ Atas do Conselho Municipal de Caxias - 15/11/1921 a 01/11/1930. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa>. Acesso em 24/09/2010. Página 95.

⁹¹⁰ Carta de Henrique Campagnoni a Borges de Medeiros (n. 9476, 15/11/1926, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

havia se reportado a Borges no sentido de que “*de nenhum proveito*” seria sua “*ação à frente de um município reduzido e mutilado*”.⁹¹¹

Outro fator a contribuir no desgaste político de Penna de Moraes foi a derrota do PRR em Caxias, além de Alfredo Chaves, Garibaldi e Guaporé, na eleição de 3 de maio de 1924, que deveria renovar um terço do Senado Federal, além da escolha de deputados federais. Isto contribuiu para a vitória de três deputados oposicionistas: Wenceslau Escobar, Plínio Casado e Lafayette Cruz.⁹¹² Os republicanos caxienses, através do jornal *O Brazil*, tentam explicar a derrota em grande parte da RCI:

Apesar de haverem intervindo no pleito elementos cuja ascendência moral sobre os colonos é notável, pelo notório fanatismo de que eles são possuídos, (...) diante de vários fatores daquela ordem que contribuíram para que o elemento colonial fosse engazopado mais uma vez, o resultado, para os republicanos, não foi decepcionante, ainda mais atendendo-se a que os libertadores locais haviam prometido ao sr. Assis Brasil 2.500 votos!⁹¹³

As divisões partidárias e as lutas políticas em Caxias também tiveram responsabilidade na saída do coronel Penna de Moraes do município, como se observa em seu último relatório intencional.⁹¹⁴ A Aliança Libertadora de Caxias lançou o nome do Cônego João Meneguzzi ao posto intencional (eleição que seria realizada dia 12 de agosto de 1924), o que, segundo a opinião dos republicanos locais, mais do que um candidato verdadeiro à Intendência, serviria como uma “*bandeira da mais torpe exploração política*”.⁹¹⁵ Tendo em vista a conjuntura política caxiense neste período, menciona Eliana Rela Alves:

Concessões partidárias foram exigidas de ambas as partes. Ao PRR cabia indicar um italiano para as eleições municipais de 1924, como intendente municipal. À Igreja local exigia-se desistir da candidatura do Cônego Meneguzzi à Intendência de Caxias (...). Essa candidatura foi oficialmente lançada à população caxiense pela Aliança Libertadora Caxiense. Os republicanos, tentando manter a postura política

⁹¹¹ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1369, 28/08/1916, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁹¹² Conforme GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 64: “*Nas eleições para Presidente da República, em 1922, Borges havia apoiado o candidato oposicionista Nilo Peçanha e conseguiu garantir 89% dos votos para este seu candidato no Rio Grande do Sul: o próprio Borges obtivera para si 73,6% dos votos no final daquele ano, mas nas eleições para o Congresso Nacional de maio de 1924 os candidatos situacionistas só conseguiram 62,7% dos votos. Esses resultados demonstravam um declínio sistemático na base eleitoral do Partido Republicano Riograndense*”.

⁹¹³ *O Brazil*, 10/05/1924, p. 1 (AHMJSA). Em Caxias, Assis Brasil obteve 1790 votos, contra apenas 1017 de seu adversário, Vespúcio de Abreu.

⁹¹⁴ Relatório do Intendente Municipal Coronel José Penna de Moraes, de 25 de setembro de 1924. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul: “*sob o aspecto social e político fundas eram as dissensões então existentes. Quer entre duas associações locais que se hostilizavam, quer no seio do próprio Partido Republicano, lavraram tais dissídios, com todo o cotejo de malefícios para a paz e a harmonia sociais, comprometendo em larga escala os promissores surtos de progresso industrial que então já se notavam*”.

⁹¹⁵ *O Brazil*, 26/04/1924, p. 1 (AHMJSA).

exigida pelo partido estadual, procuraram não discutir as "qualidades e virtudes" do Sr. Cônego Meneguzzi. Discutiam, sim, o insulto e a calúnia à administração vigente, contidos no lançamento de tal candidatura. Para o PRR local a questão centrava-se no fato de o cônego ter consentido ou não na apresentação de seu nome pela facção política que hostilizava o governo do estado. No último caso, ele deveria protestar publicamente contra o fato, o que não ocorreu.⁹¹⁶

João Meneguzzi sempre foi um opositor ao PRR na região⁹¹⁷, ou alguém que o partido deveria seduzir para alcançar seus objetivos, de modo que a "*visita pastoral de D. João Becker a Caxias às vésperas da campanha municipal foi importante para o encaminhamento da questão política*".⁹¹⁸ Sobre esse episódio, Octávio Rocha informa a Borges: "*O assisismo local agonizante quer explorar com o cônego (cônego Meneguzzi e seu bloco) e que hipócrita aceitará a exploração. Escrevemos ao arcebispo eu, o Abramo, Miguel e Sassi declarando que não consentiríamos em semelhante exploração*".⁹¹⁹ Segundo Katani Monteiro:

O PRR local, através do Centro Republicano criado há pouco mais de um ano, e com o apoio de Otávio Rocha, tratou da formação da Comissão de Propaganda Eleitoral que ficou constituída de trinta e nove membros, em sua maioria comerciantes e industrialistas (...).

Otávio Rocha foi o homem de confiança de Borges responsável pelo encaminhamento da sucessão intencional em Caxias. Na terceira reunião da Comissão houve o acordo entre os republicanos e o grupo de dissidentes filiados à Aliança Libertadora Caxiense. A chamada "chapa de conciliação" ficou assim composta: para intendente: Dr. Celeste Gobbato, professor de Agronomia; para vice-intendente Abramo Eberle, industrialista; para conselheiros Orestes Manfro, industrialista, Armando Antunes, industrialista, Angelo Antonello, comerciante, Alexandre Zaniol, comerciante, Antônio Pieruccini, industrialista, Angelo de Carli, comerciante, e Leonel Mosele, industrialista. A chapa foi aprovada por cinquenta votos contra doze. (...)

⁹¹⁶ ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 85.

⁹¹⁷ Isto não significa afirmar que lideranças religiosas regionais não tenham tentado cooptar lideranças daquele partido anteriormente, como se deu logo após assumir a paróquia de Santa Tereza, em 1911, e com a fundação do Apostolado da Oração em Caxias, cuja primeira diretoria leiga compunha-se "*por D. Amália Pinto de Moraes (presidente), D. Hermelinda de Lavra Pinto (secretária) e D. Luiza Ronca (tesoureira)*", sendo uma delas "*esposa do Cel. José Penna de Moraes, que veio a ser Intendente no ano seguinte*"; assim como a "*tesoureira era esposa de um membro da sociedade que havia realizado três mandatos consecutivos como conselheiro municipal*" e a "*secretária era a esposa de um dos diretores do jornal Cidade de Caxias, de tendências republicanas, fundado no ano de 1911*". Deste modo, se observa que a "*Igreja aproximava-se do Partido Republicano Riograndense. Eram oferecidos cargos diretivos aos leigos, porém preferencialmente leigos que possuísem laços familiares com membros daquele partido. Se para a associação Apostolado da Oração o objetivo essencial era atuar na família, considerada base para a formação moral e social, a ocasião não poderia ser melhor para corroborar o catolicismo local com o estadual que pautava por aquele tipo de formação*". Conferir: ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 76-77.

⁹¹⁸ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul: 1912-1924*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001, p. 157.

⁹¹⁹ Carta de Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1399, 16/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

Embora até este momento o nome de Gobbato jamais tenha sido lembrado como integrante de qualquer agremiação política; seu vínculo com a Escola de Engenharia, com o Correio do Povo, com os agricultores gaúchos, especialmente entre a comunidade italiana, e aqui o fato de Gobbato ser italiano pesou enormemente, além do bom relacionamento que mantinha com Assis Brasil, fazia com que ele significasse um nome de consenso neste momento atribulado da política rio-grandense. Além do mais, por ser católico, Gobbato angariou simpatias do clero local.⁹²⁰

Ainda em relação ao pleito federal de 3 de maio de 1924, informa Octávio Rocha: “Cônego Meneguzzi com dois padres distribuiu e embuchou cédulas (...). Prevejo derrota visto apuração distritos por uns 600 eleitores”.⁹²¹ O intendente Penna de Moraes também envia mensagem: “Nossos esforços aqui não puderam sobrepor-se ascendência religiosa padre Meneguzzi transformada em prestígio político contra nossa causa, secundada parcialidade ostensiva delegado militar”.⁹²²

Em carta do Centro Republicano de Caxias, com a presidência do “coronel” Miguel Muratori e Octávio Rocha como representante de Borges de Medeiros, é lançada uma chapa conciliatória às eleições para a Intendência, encabeçada Celeste Gobbato como intendente e Abramo Eberle para vice.⁹²³ Como apropriadamente menciona Eliana Rela Alves, a “Igreja silenciara diante do fato de ser o futuro intendente um de fora”, de modo que o desconhecimento dos “problemas do município, em profundidade, já não representava uma heresia como havia sempre sido propalado, nos casos anteriores, quando assumiam intendentos lusos vindos de outras regiões”.⁹²⁴

Ao assumir a Intendência de Caxias, Gobbato a recebe em precárias condições financeiras, o que parece ter sido norma na RCI pós-Pacto de Pedras Altas, como se observou em municípios como Bento Gonçalves, Alfredo Chaves e Antônio Prado. Afirma Mário

⁹²⁰ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Op cit.*, p. 158-160. Na própria fala de Gobbato se observa que ele, mesmo não pretendendo assumir postos político-administrativos, era assediado pelas facções em disputa: “Longe, muito longe de mim, meus senhores, estava a ideia de poder ser um dia escolhido para candidato a intendente de qualquer que fosse a localidade (...) houve verdadeiros convites de ambas as facções nas quais estava então dividida Caxias. Por fim, chamou-me à realidade, a vez do Exmo. Sr. Dr. Octávio Rocha, leal amigo de Caxias e da colônia italiana, que em nome do sr. Presidente do Estado, me convidara para candidato de conciliação ao cargo de intendente de Caxias”: *O Brazil*, 11/08/1924, p. 2 (AHMJSa).

⁹²¹ Telegrama do deputado Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1400, 20/04/1924 – ABM/IHGRS).

⁹²² Carta do intendente municipal de Caxias, coronel José Penna de Moraes a Borges de Medeiros, datada de 8 de maio de 1924.

⁹²³ Carta dos “Republicanos de Caxias” a Borges de Medeiros (n. 1402, 21/07/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRS). Também, de forma conciliatória, foram indicados para conselheiros municipais Angelo Antonello, Alexandre Zaniol, Armando Antunes, Orestes Manfro, Angelo De Carli, Leonel Mosele e Antônio Pieruccini.

⁹²⁴ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 90.

Gardelin, referindo-se à sessão ordinária do Conselho Municipal de Caxias, de 15 de novembro de 1924, e sobre apreciações das Comissões:

A de Petições e Reclamações apreciou diversos requerimentos. Um deles se refere ao Comitê Pró-Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. O despacho diz: “Que se conceda somente a importância de 2:000\$000 em vista da precária condição financeira”. Na mesma sessão passou-se à verba de representação do intendente de 350\$000 para 600\$000. A verba destinada aos conselheiros foi encaminhada a Instrução Pública, deixando os mesmos de perceber o que a lei lhe garantia. O mandato tornou-se gratuito.

Estava presente Celeste Gobbato, que declarou não poder aceitar a majoração da representação e que também achava que os conselheiros deviam permanecer com sua remuneração, ainda mais que havia alguns deles residindo no interior. A sugestão não foi aceita. Gobbato, então, declarou que destinaria 100\$000 mensais da representação a obras públicas e pediu que os conselheiros escolhessem uma escola a que fosse destinado o total dos subsídios. (...) Celeste Gobbato recebeu a intendência meio às escuras, como ele diz, ou dá a entender.⁹²⁵

Sobre a situação financeira de Caxias, o intendente Gobbato envia ao Conselho Municipal, em 31 de janeiro de 1925, um ofício relatando suas precárias condições, além de criticar duramente a administração anterior do coronel José Penna de Moraes:

Por ocasião de apresentar-vos o projeto de orçamento, não me foi possível inteirar-vos à respeito da exata situação financeira desta Intendência Municipal, porque naquela data não possuía ainda todos os elementos necessários para expor-vos o assunto com os precisos dados comprobatórios.

Assumindo o cargo de Intendente em 12 de Outubro de 1924, pelo meu ilustre predecessor, Cel. José Penna de Moraes me foi entregue uma folha datilografada em que estavam discriminados os credores da Municipalidade, pelo total de R\$ 1.051:500\$000, conforme relação anexa. Verificado o livro de receitas e despesas notei que havia um saldo de 17:384\$365, assim distribuído: Dinheiro em Caixa 572\$811; em conta corrente no Banco 7:197\$100; saldo do empréstimo 9:614\$454, sem juros; total: 17:384\$365 - Nada mais me foi documentado naquela ocasião, mesmo por não existir uma verdadeira e própria contabilidade da Intendência, pois o movimento da mesma era resumido nos livros: Diário de Receita, Diário de Despesa e Caixa. (...)

Em seguida visitei os próprios municipais e deparando com as péssimas condições do matadouro e do local destinado ao serviço dos cubos, notei que o valor desse local não podia estar de acordo com aquele discriminado na relação patrimonial deixada impressa no último relatório do meu zeloso predecessor. (...)

Iam-se então avolumando na Intendência requerimentos de toda a natureza, pedindo pagamento de créditos contraídos com a administração transata. Além disto, verificava-se que a Municipalidade devia ainda a muitos funcionários vencimentos atrasados de diversos meses. Tal apresentação de contas passou somente em principio de Janeiro, época na qual nos foi possível reunir os dados necessários para o balanço da gestão administrativa anterior.

Por este balanço, que apresento à vossa apreciação e aprovação resulta um deficit de 667:273\$021, no qual está também deduzido o débito de Nova Trento, que monta, uns 219:513\$672, fazendo o cálculo pela divisão per-capita, conforme a lei nº 55 de

⁹²⁵ GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores: 1892 a 1950*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 61.

5 de Maio de 1924, que autorizava a desanexação daquele território. (...) São, por conseguinte precárias as condições financeiras da Intendência.⁹²⁶

Após eleito, Celeste Gobbato se converte em um relator a Borges de Medeiros das relações de poder coronelistas na RCI, como se pode ver na carta citada abaixo, onde não deixa de mencionar que havia oposição a esse seu poder de mando em Caxias e na região:

Quanto ao município de Caxias, a situação é ótima em toda a zona rural. A cidade é, em parte, enigmática. (...) Por enquanto se pode calcular como esfacelada a Aliança Libertadora que, na realidade, continua acéfala. Quem mais procura perturbar a política republicana em Caxias são, infelizmente, dois correligionários díscolos. Um é o sr. José Moraes Vellinho, sobrinho do cel. Penna de Moraes, (,,,) insuflado por este ex-chefe político local, comigo descontente pelo fato de ter exposto ao Conselho Municipal a real situação financeira da Intendência ao assumir o cargo de administrador da mesma. (...) O segundo díscolo e muito mais perigoso do primeiro é o escrivão da Coletoria Federal de Caxias, sr. João Baptista de Oliveira Mello que, pelo que me informaram, foi removido de Passo Fundo por ser considerado elemento prejudicial ao Partido. (...) Para escrivão desta Coletoria Federal sim, peço o obséquio de V. Ex. de aconselhar sua remoção, a fim de afastar do município um elemento pernicioso ao Partido. (...) Quero ainda apresentar a V. Ex. a sugestão da possibilidade da organização neste município, de um esquadrão provisório constituído de 40 a 50 elementos. Isto não representa uma necessidade imprescindível para a manutenção da ordem pública, que aqui continua inalterada e calma. O esquadrão, entretanto, parcialmente custeado pela municipalidade, auxiliaria o serviço de policiamento, permitindo que se o fizesse de modo completo e serviria também para poder acudir, nos momentos precisos, a qualquer município dos que compõem esta 2ª região policial.⁹²⁷

Mesmo que tenha acentuado o estado de tranquilidade em Caxias, na carta acima, Gobbato solicita a constituição de um batalhão armado para assegurar a ordem pública na região. Abaixo expõe um relato sobre vários municípios:

Município de Caxias: a situação geral deste município é boa. No 1º distrito não há oposição na zona rural, limitando-se a mesma à parte da cidade. Os expoentes da oposição conservam-se calmos e estão sendo continuamente vigiados. (...)

No 2º distrito – São Marcos – não há oposição. Existe forte divergência entre o padre Henrique Campagnoni, vigário daquela paróquia, e o dr. Rufino Bezerra, médico, por motivos pessoais. O primeiro tem maior prestígio no distrito; o segundo voltou ao Partido, reconciliando-se também comigo e é de crer que não crie embaraços às próximas eleições. O respectivo subintendente tem ordem de tratar bem as duas facções, mantendo-se, sempre, em atitude neutra. (...)

⁹²⁶ Atas do Conselho Municipal de Caxias - 15/11/1921 a 01/11/1930. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa>. Acesso em 24/09/2010. Páginas 81-85.

⁹²⁷ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1407, 26/11/1926, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Em publicação no jornal *Caxias*, de 22/12/1927 (p. 2 - AHMJS), Vellinho responde a Gobbato: “*Desfazendo uma calúnia - Os primeiros atos do Dr. Celeste Gobbato na administração de Caxias, evidenciaram sempre o propósito de menosprezar a administração passada, com o fito preconcebido de enaltecer a sua gestão intencional. Várias vezes contive ímpetos de desfazer notícias inverídicas que visavam prejudicar a administração anterior e dadas, como fornecidas pela administração municipal, convencido de que o sr. intendente agira influenciado pelos desafetos políticos de seu antecessor e de que o tempo o faria mudar de opinião. J. Moraes Vellinho*”.

Município de Garibaldi: não há oposição formada contra o Partido Republicano. Existem queixas, entretanto, contra o intendente, coronel Jacob Ely, pela facilidade com que se ausenta do município. Tem repercutido mal nos colonos as falências das casas Paganelli, que prejudicaram os agricultores em dois mil contos de réis (2.000:000\$000). em se tratando de elementos que representam o esteio do Partido e havendo muita contrariedade contra eles, o sentimento de oposição, se for ventilado, poderá facilmente tomar vulto ou, na melhor das hipóteses, haverá abstenção, se não houver habilidade e bastante tato por parte da chefia política local. (...)

Município de Alfredo Chaves: os elementos de destaque que hostilizaram a eleição do dr. César Pestana para intendente, se tem chegado a este último, havendo, por isso, um ambiente de completa calma e de coesão partidária em todo o município. (...)

Município de Nova Trento: em geral aqui há indiferença partidária. Não existe oposição organizada, apesar da maioria da população rural não estar satisfeita com o vilamento, que se deu contrariamente aos seus desejos. Haverá muita abstenção, devido também aos desastres financeiros do ex-notário Jacob Fernando Calegari, que era o republicano de maior influência no município, e pela anormal situação financeira do intendente, capitão Joaquim Mascarello.⁹²⁸

A situação política em Caxias não tão boa para os republicanos, tendo em vista a tentativa de sublevação ocorrida em janeiro de 1927.⁹²⁹ Esta revolta em Caxias, reflexo dos movimentos político-militares do período de 1925 a 1927, consulta-se o jornal *O Regional*, de apoio ao intendente Gobbato:

Tratando do movimento sedicioso que, mais uma vez, infelicitou o nosso Estado, tisonando as campinas gaúchas com o sangue de irmãos mortos numa luta inglória e indigna da época atual, aconselhamos à população desta terra a manter-se na maior calma possível, obediente às autoridades e desprezando a lábria de numerosos elementos indesejáveis que procuram iludir os colonos com notícias alarmantes e mentirosas sobre a situação no Estado. E arrematando, dizemos: As forças legais estão vigilantes e saberão com energia dominar qualquer grupo que porventura tente incomodar a região colonial.

Ao escrevermos as linhas acima, conquanto soubéssemos que algo de anormal se tramava entre elementos perniciosos desta cidade, longe estávamos de supôr que, dentro de poucos dias, estivesse completamente desvendado o plano tétrico de meia dúzia de individuos irresponsáveis, sem nenhuma significação social, cuja meta única era o assalto á propriedade particular e a implantação na pacífica e laboriosa Caxias do regime do terror e da desordem. Felizmente, a ação enérgica do nosso amigo Otto Engel fez com que o movimento abortasse no nascedouro, culminando com a captura dos principais elementos envolvidos na mazorca.

Sexta-feira, última, ás 19 horas, diversas pessoas de destaque nesta cidade procuraram o delegado de para científicá-lo da existência de um grupo armado nos subúrbios da cidade, grupo esse que, ao mando de elementos que há muito se achavam vigiados pela polícia, procuraria, ao escurecer, assaltar a cidade. Primeiramente, seria atacada a Intendência Municipal e apreendido o armamento e

⁹²⁸ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1408, 02/12/1926, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁹²⁹ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1409, 27/01/1927, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS): “*Em Caxias, houve a intenção de um levante, com o fim primeiro de saquear os bancos e estabelecimentos comerciais. (...) Os chefes dessa revolta são Olympio Orsi, Mariano Pedroso de Moraes, Reino Coutinho, Leandro dos Santos; todos eles ex-revolucionários de 1923; Alberto Dal Canale e Leônidas Goelbecke. (...) Opino que esta ameaça de revolta tenha contribuído para o melhoramento da nossa situação partidária*”.

munição existente e, em seguida, seriam assaltados os bancos e casas de negócio e arrebanhado o dinheiro que fosse encontrado. Achando-se ausente, em Antônio Prado, a serviço de seu cargo, o nosso amigo dr. Celeste Gobbato, sub-chefe de polícia e intendente municipal, o delegado Otto Engel tomou, imediatamente, as providências que se impunham, fazendo formar no quartel as praças da Guarda Municipal. Numerosas pessoas de destaque em nossa sociedade, ao saberem do plano sinistro, compareceram à Intendência, oferecendo seus serviços. Assim, às 21 horas, achavam-se armadas e municionadas quarenta e cinco pessoas, que receberam as indispensáveis instruções.

Como chefe do grupo, apontava-se Mariano Pedroso de Moraes, aqui residente e que tomou parte ativa no movimento sedicioso de 1923; comandando uma força revolucionária. Esta suspeita foi confirmada, pouco depois, com o comparecimento à polícia do dr. Olmiro de Azevedo, que pedia, em nome de Mariano Pedroso, garantias de vida, em sua residência; comprometendo-se pela dissolução da gente reunida. O delegado Otto respondeu que só daria garantias na prisão, aconselhando aquele advogado que convencesse Mariano de se apresentar. Pouco depois, acompanhado do dr. Olmiro, Mariano Pedroso do Moraes apresentou-se na Intendência Municipal, sendo imediatamente detido.

Durante a noite, grande foi a vigilância na cidade, nada se registrando de anormal. No dia imediato, continuaram as diligências, sendo efetuadas várias prisões de indivíduos suspeitos, algumas das quais foram relaxadas, ficando somente presos Mariano Pedroso e Reino Coutinho, este último que também fez parte das forças revolucionárias de 1923. Depois de repetidos interrogatórios, foi-se pouco a pouco aclarando a situação, sendo baldadas as tentativas feitas no sentido de encontrar-se o armamento e munição dos mazorqueiros. Somente segunda-feira última, compareceu à polícia o sr. Jacob Galeano, que exibiu uma carta que lhe fora endereçada por seu empregado Alberto Dalcale, comunicando que no quintal de sua residência havia escondido armamento. Dada rigorosa busca, foram encontrados onze fuzis Manulicher, seiscentos tiros, duas espadas, cinturões etc. que foram conduzidos para a Intendência

No mesmo dia, a polícia deu uma batida nos subúrbios da cidade, acompanhada de Mariano Pedroso de Moraes, onde apreendeu cerca de dois mil tiros para arma de guerra e dez bombas de dinamite, de regular tamanho e que, utilizadas, causariam terrível efeito. Das diligências levadas a efeito ficou apurada a responsabilidade de vários indivíduos, alguns de outros municípios, o que faz acreditar que se tratasse de um plano calmamente elaborado.

Entre as prisões efetuadas, algumas das quais, como dissemos, foram relaxadas contam-se as dos indivíduos Guilherme Weissenteimer. Leandro Antonio dos Santos, Lindolfo Américo, Raymundo Coltro, Waldemar Bittencourt, João Bento da Silva, Dinarte Cruz, Miguel Coelho e Francisco Piva. Todos 08 presos estão recolhidos à Intendência Municipal e severamente vigiados.

Varias revelações tem sido feitas o que tem favorecido a ação policial. Ainda quarta-feira última em uma colônia foram encontrados enterrados para mais de 300 tiros para arma de guerra e duas barracas de campanha. Outras apreensões foram feitas nos últimos dias estando a ação da polícia sendo coroada de franco êxito. A fim de auxiliar a Guarda Municipal, veio de Porto Alegre uma força da Brigada Militar que ficou alojada na Intendência. A aludida força é comandada pelo 2º tenente José Rodrigues da Silva, que teve a gentileza de trazer a sua visita a nossa redação, tendo como subalterno o sargento José Thomaz Spencer.⁹³⁰

⁹³⁰ *O Regional*, 22/01/1927, p. 1-2 (AHMJSJA).

O intendente e chefe de polícia Gobbato, faz duras críticas ao jornal *Caxias*, autointitulado *órgão independente*, mas que se posicionou abertamente contra sua administração:

Caxias: na cidade continua sempre um grupinho de adversários que, com o auxílio de republicanos díscolos, fundaram o hebdomadário *Caxias*, que se diz independente, mas que, na realidade, é órgão da oposição, sendo dirigido pelo dr. Adolpho Peña. Felizmente, devido às ambições pessoais, que existem em seu seio, não conseguiu ainda reunir-se para eleição de nova diretoria, a Aliança Libertadora local. No distrito de São Marcos, está provocando desordens o escrivão distrital Alfredo Lavra Pinto que, tendo sido a sua residência queimada, há meses, não se conforma com as rigorosas diligências policiais que foram efetuadas, e com a marcha do respectivo processo, já em poder da Justiça, sendo, provavelmente, necessária a supressão do distrito para que, assim, fora do emprego, melhor precise as acusações contra as autoridades que ele ataca e que se encontram com a consciência completamente tranquila, e para livrar o município de um elemento pelo qual tanto me tinha interessado com V. Ex. e que, segundo infelizmente demonstra, não merece apoio de espécie alguma.⁹³¹

Em relação à administração de Gobbato (1924-1928), alguns mitos historiográficos não se sustentam após observações das fontes históricas, como a imprensa regional.⁹³² Gobbato administrou o município utilizando-se da criação de diversas comissões e subcomissões, sendo que a primeira a ser criada foi a Comissão Pró-Caxias, formada por pessoas de destaque político e econômico na sociedade local.⁹³³ A construção da versão enaltecida da administração de Celeste Gobbato, por exemplo, ficou a cargo da

⁹³¹ Carta de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros (n. 1410, 20/08/1927, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). A solução encontrada por Celeste Gobbato para serenar as “desordens” em São Marcos foi a implantação de uma comissão executiva no distrito, conforme menciona o jornal *Caxias*, de 12/01/1928 (p. 2 - AHMJA): “*A chefia política local lança as urtigas a maioria republicana de S. Marcos - O núcleo republicano de S. Marcos, ex-sexto e ex-segundo distrito deste Município, foi sempre o mais forte esteio da política situacionista de Caxias. Politicamente, ali não houvera divergência entre os eleitores do Partido Republicano, até o dia em que assumiu o governo deste Município o sr. dr. Celeste Gobbato. Talvez que por simples coincidência, mas é a verdade. (...) Pois sem embargo de tudo isso, o sr. dr. Gobbato, dizendo-se autorizado pelo chefe supremo do partido, constituiu agora, “ao apagar das luzes”, uma comissão executiva, para representar a corrente republicana do distrito, mas composta do sub-intendente, que é seu subordinado, e de mais três membros da mesma corrente local, deixando a outra parte, exatamente a maioria, sem representação, e, conseqüentemente, com passaporte para as fileiras oposicionistas*”.

⁹³² Em 4 de junho de 1927 surge o jornal *Caxias - órgão independente*, que realizou intensa campanha contra a administração do intendente municipal Celeste Gobbato. Seu gerente responsável era Álvaro Alves, sendo em seguida substituído por Emílio Fonini. Possuiu como diretores Demétrio Niederauer, Aníbal Duarte e J. B. de Oliveira Mello. A partir de 14 de janeiro de 1932, passa a chamar-se *Caxias - órgão revolucionário do Povo para o Povo*. Encerra suas atividades em 14 de julho de 1932.

⁹³³ Conforme: ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 92: “*A fundação da Comissão Pró-Caxias foi em 29 de novembro de 1924 e ela permaneceu até o final dessa administração. A diretoria foi composta por Abramo Eberle (presidente), Tancredo Appio Feijó (vice-presidente), Aristides Germani (2º vice-presidente), Paulo Rache (1º secretário), Felix Spinato (2º secretário), Jorge de Mello Guimarães (3º secretário), João Ahrends (1º tesoureiro), Joaquim Pedro Lisboa (2º tesoureiro), Hyginio Bernardi (3º tesoureiro), Dante Marcucci (orador), e mais os seguintes diretores: Miguel Muratore, João Pillar Guerreiro, João Chrysostomo, Cônego João Meneguzzi, Vicente Bornacini e Olympio Rosa. Os diretores ficaram responsáveis pelas subcomissões criadas para promover os estudos necessários à resolução dos problemas existentes no município*”.

subcomissão de propaganda, criada e aprovada por Abramo Eberle, sendo “*composta por seis padres (Henrique Compagnoni, Giacomo Bombardelli, Albino Agazzi, Angelo Donato, Antonio Rizzoto e Miguel Camandulenzi) presididos pelo Cônego João Meneguzzi e secretariados por João Paternoster e padre Antonio Zattera*”.⁹³⁴ Conforme Eliana Rela Alves:

A característica administrativa do governo de Gobbato foi a de não governar apenas com o partido republicano. A prática de governar respaldado por comissões e sub-comissões foi uma constante, pelo menos nos anos de 1924, 1925 e 1926.

De todas as sub-comissões a que mais se destacou, enquanto atuação, foi a de propaganda, pois estando nas mãos da hierarquia eclesial, estavam à disposição da máquina governativa a imprensa católica, os sermões dominicais, as capelas... Para Monsenhor Meneguzzi, habituado aos jogos políticos e às incursões pelos vários grupos sociais, recolher adeptos e contribuidores para o novo governo não era difícil. (...)

No plano traçado pela Igreja, para valorização e apoio ao governo de Celeste Gobbato, além das constantes matérias publicadas na imprensa católica enaltecendo o intendente e o seu desempenho, havia a necessidade de esse administrador participar das frequentes comemorações promovidas pela Igreja.⁹³⁵

Trocas de favores entre a administração de Gobbato e as lideranças católicas foram constantes. O auxílio prestado por estas lideranças foi fundamental no prestígio e exaltação daquela. Isso se deu, pelo lado da administração municipal, através de subvenções ou da intermediação e liberação de benefícios estaduais aos padres, ao passo que estes realizavam propaganda em torno da pessoa do intendente e de sua administração. Como exemplo, cita-se:

O Instituto N^o. S^a. do Carmo e Sociedade Porvir Científico obtiveram aprovação do intendente para o requerimento no qual solicitavam isenção de impostos, durante dois anos, para os prédios onde funcionava o Instituto.

Atenção especial foi dada às escolas religiosas e aulas paroquiais da municipalidade, no sentido de que estas também recebessem subvenções. (...)

As solicitações de Gobbato eram prontamente atendidas pelos membros da hierarquia eclesial, como foi o caso em que o intendente enviou uma circular às autoridades e vigários do município, solicitando que conseguissem, amigavelmente, dos colonos, os animais necessários para a montaria das forças legais da 3^a região militar. Em 48 horas foram reunidos nada mais do que quinhentos animais.

Arquitetadas as bases da administração de Celeste Gobbato com a Comissão Pró-Caxias, as sub-comissões e a hierarquia eclesial, o intendente iniciou um processo de valorização da região de colonização italiana, bem como de tudo o que fizesse referência ao que era italiano.⁹³⁶

⁹³⁴ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 93.

⁹³⁵ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 94.

⁹³⁶ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 95-96. A mesma autora, na página 100 de sua dissertação, cita: “*Ao findar o ano de 1925, Caxias havia sido palco de espetáculos promocionais, capazes de provocar esquecimento nos mais ferrenhos adversários políticos. A sub-comissão de propaganda, formada por membros do clero, encarregava-se de valorizar os imigrantes italianos e a dinâmica administração daquele momento. (...) Ao mesmo tempo em que o jornal católico Staffetta Riograndense divulgava as cartas pastorais do Arcebispo Metropolitano de Porto*

A exaltação da administração Gobbato tendeu a ocultar os dissídios ainda existentes em Caxias. O período de 1925 a 1927, por exemplo, foi marcado por mais uma crise na Associação dos Comerciantes de Caxias, “*que deixou de funcionar devido a divisões internas e constantes causadas pela política*”.⁹³⁷ A discordância entre industriais e comerciantes motivou o aparecimento de outra entidade de classe, a União Comercial Caxiense, fundada em 2 de setembro de 1927 e presidida pelo comerciante Eduardo Verdi, “*que congregava um grupo de comerciantes dissidentes*” que “*se sentia prejudicado com a falta de atenção às suas reivindicações, já que se tratava de estabelecimentos de menor porte*”.⁹³⁸

Alguns autores mencionam a administração de Celeste Gobbato como direcionada “*para os interesses locais, tanto econômicos como políticos, em sintonia com os empresários do comércio e da indústria*”, além do PRR, “*buscando uma harmonia entre as tendências oposicionistas das elites, necessária ao bom andamento das atividades econômicas e à tranquilidade política*”.⁹³⁹

Dentre as obras de infraestrutura, que impossibilitavam o desenvolvimento econômico de Caxias, estão a ampliação do sistema de abastecimento de água, a modernização do setor responsável pela energia elétrica, preocupações com a saúde pública, além da ampliação do número de escolas e de professores municipais, que tiveram seus salários melhorados. De administrador correto e competente, Gobbato passa a ser visto como um “*condutor de homens, cuja vontade moldou e conduziu outros homens a um fim maior, na exata definição*

alegre, a sub-comissão possuía um espaço destinado à divulgação das obras do “grande” administrador Celeste Gobbato. Enquanto em uma Carta Pastoral falava-se das muitas dificuldades de atendimento aos paroquianos e dos muitos sacrifícios que a Arquidiocese fazia para atendê-los, e que a confiança em Deus tudo possibilitava, em uma outra coluna, do mesmo semanário, lia-se um extenso artigo falando do inatacável intendente, o qual desenvolvia uma administração de fecundo e febril trabalho, não se deixando abater pela dificuldade e complexidade dos problemas que até ele chegavam”. Ainda em 1927, Gobbato viajaria para o Rio de Janeiro, para interceder junto às autoridades competentes para a criação do Bispado de Caxias, mas somente em 1934 se dá a fundação da Diocese e, no ano seguinte, a nomeação do primeiro bispo.

⁹³⁷ GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 124.

⁹³⁸ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 222: “*Os dois grupos se reuniram em uma assembleia geral, no Teatro Ópera, em 11 de setembro de 1927 e decidiram, depois de muitas discussões, pela fusão das duas entidades, prevalecendo a denominação de Associação dos Comerciantes, em consideração à tradição e ao trabalho desenvolvido durante vinte e seis anos. Ficou decidido também que seria feita uma reforma nos estatutos da Associação e criado um conselho superior, tudo visando atender aos interesses de grande e pequenos empresários. Por aclamação, foi indicado como presidente Eduardo Verdi, da União Comercial, e como primeiro e segundo secretários Alberto Ungaretti e Raymundo Magnabosco, respectivamente, ambos da Associação dos Comerciantes, selando assim, mais uma vez, a união das classes produtoras de Caxias, com o apoio do poder público municipal*”.

⁹³⁹ MACHADO, Maria Abel. *Op cit.*, p. 212.

do Arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker”.⁹⁴⁰ Contudo, a “harmonia” em torno de objetivos comuns às lideranças econômicas locais, nem sempre foi condizente com as aspirações de todas as facções políticas envolvidas. Mencionam Giron e Bergamaschi:

Gobbato realiza uma administração voltada para os interesses da indústria vinícola local. Essa indústria já representa 6% do total das exportações do estado. O Conselho Municipal eleito em 1924 demonstra o crescimento do poder político dos industriais: 50% dos conselheiros eram industriais, 25% comerciantes e 25% funcionários públicos. (...)

Os associados em 1928 desejam ter um representante apolítico no Conselho Municipal, diante da constatação de que o município se encontra dividido em cinco correntes políticas e que o comércio está a todos eles vinculados.

Na eleição realizada em 21 de outubro de 1928, os industriais constituem maioria absoluta na diretoria da Associação Comercial. (...) No caso caxiense os industriais não se retiram da Associação, ao contrário, passam a dirigi-la.⁹⁴¹

A administração de Gobbato invariavelmente é considerada como um período de conciliação, inserido em uma fase de turbulência política.⁹⁴² Na verdade, quase todo seu mandato foi marcado por forte oposição do grupo afastado do poder, ligado ao ex-intendente Penna de Moraes. Tal constatação se torna óbvia se observada a segunda metade de seu governo, quando se evidencia que as disputas entre grupos políticos adversários, decorrentes dos anos anteriores, não ficaram no passado, mas afetaram os projetos de sua administração.

O jornal *Caxias* foi o órgão de divulgação deste grupo oposicionista a Gobbato, especialmente após 1927, quando da possibilidade de reeleição ou de substituição intencional. A elevada carga tributária, responsável pela falência de algumas empresas,⁹⁴³ foi

⁹⁴⁰ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 109.

⁹⁴¹ GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Op cit.*, p. 28-29.

⁹⁴² Segundo MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Op cit.*, p. 5: “Gobbato permaneceu na Escola de Engenharia por 12 anos exercendo várias funções até ser eleito intendente de Caxias do Sul em 1924. Com grande prestígio entre a comunidade rural italiana, por ser conhecedor das questões agrícolas, por ser católico, por ser italiano, por toda a produção cultural que construiu, Gobbato foi apontado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) para as eleições intencionais daquele ano. Em um contexto de revoltas e conflitos políticos Gobbato foi o homem capaz de apaziguar os ânimos em Caxias. Para Gobbato, no entanto, deixar a carreira técnica que tanto amava para ocupar um cargo executivo, significava, segundo suas palavras, um sacrifício”.

⁹⁴³ *Caxias*, 12/01/1928, p. 3 (AHMJS): “Faliu a firma Pieruccini & Filhos - Quando atacamos, há dias as pretensões a aumento de impostos municipais, aumento solicitado em mensagem do executivo local e não sancionado pelo Conselho, por terem a isso se oposto alguns conselheiros, entre os quais o sr. Ângelo Antonello, lembramos que Caxias atravessa um período de estacionamento ou diminuição de riqueza não comportando maiores encargos de despesa. Disso são provas as constantes baixas dadas nas repartições locais, de casas comerciais que fecham ou são transferidas a novos proprietários. Só neste fim de ano fecharam 26 casas comerciais em todo o município. Mais uma prova do nosso mau estado econômico temos na recente falência da firma Antônio Pieruccini & Filhos, um dos antigos e importantes estabelecimentos industriais de Caxias. Estabelecimento até ha pouco considerado sólido, cai hoje, fragorosamente, com um passivo de 2 mil contos e um ativo que talvez não atinja a 600 contos. Os seus proprietários, srs. Antônio Pieruccini e Luiz Pieruccini, ao

o principal alvo de ataques ao intendente, além das constantes dívidas assumidas pela Intendência.⁹⁴⁴

Orgia de impostos - O intendente reclama novas fontes de renda, sem justificar o pedido - A capacidade tributaria do contribuinte caxiense está sofrendo as mais duras provas, tendo chegado ao máximo o esforço de contribuição por parte da população que, diga-se de passagem, não tem sido compensada na altura de seus sacrifícios. (...) Mas, pedir-se ao Conselho que «apresente novas fontes de rendas para eventuais aumentos de despesas é ir muito longe no desejo reprovável de onerar o contribuinte, sobrecarregando-o em demasia, sem um motivo conhecido de ordem publica que o justifique.

O intendente quer novas rendas, não dizendo a quanto devem elas atingir, de forma que o próprio Conselho fica em querer saber de que importância deve gravar os já tão atribulados pagadores. Aumentos eventuais, casuais, hipotéticos de despesas? Mas, como se podem exigir novos impostos sem esclarecer qual a quantia necessitada e o fim a que se destina? Isso é tripudiar sobre os direitos do povo, considerando-o uma massa inconsciente e vítima eterna de uma ânsia injustificável de dinheiro.⁹⁴⁵

Mesmo que, em seu relatório de despedida do cargo intencional, tenha mencionado ser seu objetivo unir o PRR em Caxias⁹⁴⁶, Gobbato não alcançou seu objetivo, já que as divisões políticas que encontrou em sua administração originaram-se antes de sua chegada à Intendência. Contudo, suas ações, como a crítica pública ao intendente anterior, coronel Penna de Moraes, intensificaram a oposição, tornando impossível qualquer tentativa de reeleição:

No começo do fim - O povo de Caxias, que tanta esperança teve em sua notável capacidade de trabalho, não lhe perturbará, por certo, o tempo que lhe resta para ocupar essa *cadeira eléctrica* que s. s., segundo declarou, não suportaria sequer por cinco anos... (...) Mas o povo é sempre dócil e o sr. dr. Gobbato ainda pode desmanchar muito da impressão ora dominante. O não aumento de impostos e a sua declaração de que não intervirá na escolha de seu sucessor são factos que vêm restabelecer o ritmo da respiração do público, suspenso pelas apreensões das últimas semanas.

que consta, ausentaram-se furtivamente, para lugar ignorado”.

⁹⁴⁴ Caxias, 02/02/1928, p. 2 (AHMJS): “*A Assembleia dos Representantes negou o empréstimo de mais de 1.000 contos solicitado pelo sr. Intendente de Caxias. Eis o motivo porque a quase totalidade de Caxias recebeu com júbilo essa negativa. Os poucos que não pensam dessa forma devem lembrar-se que a Assembleia tem deveres e obrigações, que lhe não permitem atender a pedidos dessa natureza, às administrações municipais que falham no cumprimento de compromissos assumidos e nem às que não usam de zelo e parcimônia no emprego dos dinheiros públicos. (...) Essa é que é a verdade. Pode s. s. pintar e engalanar a situação deste município como quiser, mas jamais, fará desaparecer os efeitos desastrosos de seu quadriênio intencional; não se diz que s. s. não haja trabalhado, mas sim que o trabalho feito em sua gestão absolutamente não explica e nem corresponde aos 4.000 contos de réis, acrescidos ao passivo do município, afora o formidável excesso de receita proveniente da majoração de impostos”.*

⁹⁴⁵ Caxias, 08/12/1927, p. 1 (AHMJS).

⁹⁴⁶ Relatório do Intendente Celeste Gobbato (1924-1928) Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928, p. 110: “*De acordo com as sábias instruções do preclaro Chefe, procurei sempre tudo envidar para conseguir o íntimo conagraçamento de todas as magníficas energias humanas deste município, procurando o apaziguamento e a aproximação com os adversários do Partido Republicado, mantendo com eles as melhores relações”.*

Já agora todos sabem de que armas lançaram mão os três ou quatro amigos do sr. intendente para levarem a bom termo a escassa e chocha manifestação de apreço e solidariedade que s. s. recebeu dias atrás, entre lágrimas e soluços. Dos excelentes cavalheiros que participaram da piedosa homenagem, parte sabia bem ao que ia e porque ia, mas a outra parte, a que não tem ligações de interesses com a atual administração, só aquiesceu em comparecer à lacrimosa cerimônia, porque foi previamente iludida na sua boa fé. A esses não disseram claramente os motivos da reunião. Pelo contrário, procuraram, muito de indústria, embarçá-los por tal forma, quanto aos fitos ocultos que tinham em mira, que só depois que o orador alçou o verbo inesperado é que compreenderam que haviam sido pialados... (...) Percebendo essa falta, s. s. resolveu, em hora do mau agouro, agredir rudemente o povo de Caxias. Meu antecessor — desabafou s. s. — suportando a administração de Caxias doze anos, foi benemérito. Por meu turno — prosseguiu, cheio de mal disfarçado rancor — eu não a toleraria nem por cinco anos!⁹⁴⁷

Mesmo realizando campanha contrária à administração de Gobbato, os redatores do jornal *Caxias* não aceitavam o rótulo de opositoristas ao PRR,⁹⁴⁸ sempre que possível lembrando a “*correta disciplina política*” que seguiam.⁹⁴⁹ Conforme se observou, sua luta era contra Gobbato e seu grupo, não como uma oposição ao PRR, já que eram membros do grupo do coronel Penna de Moraes, sempre evidenciando o fracionamento do partido em Caxias:

BALBÚRDIA - A cozinha eleitoral caxiense - Em muitos lugares os intendentes, investidos das funções de chefes políticos, não correspondem à confiança dos seus partidários, pretendendo exercitar o caciquismo retrógrado, à revelia do partido. Daí as divergências que se avolumam em benefício de uma mais ampla liberdade de pensamento e de ação. Caxias não podia fugir da regra geral. O atual administrador não é o que se chama um político hábil; muito ao contrário, tem se revelado infelicíssimo em suas atitudes partidárias, denotando uma falta de jeito e de tino verdadeiramente deploráveis.

⁹⁴⁷ *Caxias*, 12/01/1928, p. 1 (AHMJSJA).

⁹⁴⁸ *Caxias*, 12/04/1928, p. 1 (AHMJSJA): “*Esta folha que não faz oposição sistemática, criticando os atos administrativos, que não estão conforme o seu ponto de vista, não regateando aplausos aos que são acordes com as necessidades ambientes, não furtar-se-á ao desejo de refletir o pensamento colectivo, dizendo que o que deseja e o que necessita Caxias, é que entre o governo que vai findar e o que advirá não haja solução de continuidade, sob o ponto de vista dos melhoramentos em andamento e já projetados. Que aquele sobre que recair a escolha e que assumirá a direção administrativa, tenha a mesma capacidade de trabalho do atual gestor dos negócios públicos municipais, levando a cabo os vultuosos melhoramentos iniciados*”.

⁹⁴⁹ *Caxias*, 30/03/1928, p. 1 (AHMJSJA): “*Disciplina Política - A insubordinação, a resistência a qualquer ideia de disciplina partidária é petulância, é vaidade de quem a tem, muito embora se mascare essa resistência com o falso título de liberdade de pensar e de agir. Nada mais vago nem impreciso do que essa palavra liberdade, no estado atual da humanidade, que tende a formar uma só sociedade mundial, como se fora uma grande, imensa família. Muitas vezes, quando apregoamos liberdade, pronunciando palavras que apenas ouvimos de outros e externando ideias que nem sequer assimilamos, não agimos senão como escravos de falsos raciocínios ou mesmo de simples emoções que nos tocaram a alma, ao ouvir palavras bonitas e aparatosas, mas sem fundo apreciável. Eis aí ao que se reduz a apregoada liberdade de certos indivíduos. O grande congresso das oposições, recentemente reunido em Bagé, deixou consignado, como uma das suas principais conveniências, a união em torno de uma só ideia, sem preocupações de detalhes. Em outras palavras; as oposições precisam de arremeter-se, subordinar-se todas a uma ideia, para só cogitarem dos detalhes depois da Vitória alcançada. Caxias da-nós um exemplo flagrante da necessidade de arremetimento político. Já dissemos uma vez e podemos repetir: se houvesse aqui um partido organizado, a questão intencional não dava que pensar; esse partido indicaria o seu candidato e uma vez que esse mesmo partido houvesse sabido escolher tudo decorreria em paz e harmonia. Mas, infelizmente, temos a impressão de que nós, politicamente, não passamos de um corpo sem cabeça...*”.

Desde o início de sua gestão s. s. tem feito timbre em isolar do seu convívio político e administrativo as figuras mais prestigiosas do partido republicano, tentando diminuí-las, pela sonegação sistemática e completa de atenções ou consultas em assumptos referentes às exigências da política e da administração. Julgava e ainda julga o edil caxiense que podia e pôde agir de *per se*, hostilizando os velhos republicanos que já prestaram os seus serviços ao partido ao tempo em que s. s. ainda nem pensava em ser colocado na intendência desta cidade pelo sr. dr. Borges de Medeiros. O sr. dr. Celeste Gobbato, consciente ou inconscientemente, enfraqueceu e desarticulou, inteiramente, o partido republicano deste município, deixando-o em condições de ineficácia absoluta, sem arregimentação, sem disciplina, criando divergências em todos os cantos e desgostos em todas as partes.

Ainda há poucos dias, numerosos elementos situacionistas, diante da confusão geral em face da escolha de nomes para a sucessão intencional, reuniram-se, a fim de resolver sobre o caminho a seguir. O sr. dr. Gobbato, convidado, não compareceu... Tinha, casualmente, saído em viagem... Em vista disso, ficou assentada pelos dissidentes a nomeação de uma grande comissão para ir a Porto Alegre entender-se com o sr. presidente do Estado e, possivelmente, com o dr. Borges de Medeiros. O que significa isso? Simplesmente que o situacionismo de Caxias está cindido, que ninguém se entende, que o dr. Gobbato não é chefe de coisa alguma, agravada essa deplorável situação pelo surto de numerosos candidatos ao cargo intencional, dando-nos a impressão de uma carniça disputada a golpes de ambições que se não contém.⁹⁵⁰

Como já foi mencionado, as críticas à política orçamentária e aos empréstimos feitos pela Intendência Municipal foram os principais alvos de combate a Celeste Gobbato na imprensa caxiense, mesmo em jornais que se vangloriavam de serem “*alheios às lutas inglórias da política*”,⁹⁵¹ como o *Caxias*.⁹⁵²

O mito da neutralidade da imprensa vem à tona especialmente em momentos de disputa política e social, como no episódio da sucessão de Gobbato, quando seus adversários do jornal *Caxias*, insistem, mesmo após meses de críticas à administração municipal, em acentuar seu caráter independente, sem ambições políticas ou filiações partidárias.⁹⁵³ Mesmo

⁹⁵⁰ *Caxias*, 03/05/1928, p. 1 (AHMJSA).

⁹⁵¹ *Caxias*, 31/05/1928, p. 1 (AHMJSA): “*Semanário alheio às lutas inglórias da política, tem procurado nela não intervir, nem mesmo neste momento de intensa agitação em torno da sucessão intencional deste município, desejando se manter infenso a qualquer partido, porque assim entenderam os seus guias em não deixá-lo enveredar para esses caminhos tão árduos e cheios de desenganos. Em suas colunas nunca tiveram guarida as verrinas atassalhadoras da honra alheia e nem tão pouco o lirismo pornográfico. Abordando todas as questões como tem feito, em linguagem elevada e sem rancor, procurou conservar essa conduta que tanto nobilita e eleva um jornal no conceito do público leitor e que o auxilia. Está tem sido a nossa diretriz e que a seguiremos sem desfalecimento, pugnando sempre pelos vetais interesses deste município*”.

⁹⁵² *Caxias*, 10/05/1928, p. 2 (AHMJSA): “*Decididamente nestes últimos tempos vão sendo dados os primeiros passos no sentido da regeneração dos nossos costumes políticos. Em que pese ser a nossa Constituição a mais liberal do mundo, assegurando a máxima liberdade do cidadão essa liberdade de fato nunca existiu, senão apenas no texto da lei porque, no regime da opressão e do suborno, da fraude e da subserviência, os resultados das eleições até hoje conhecidos no Brasil, nunca passaram de grossas e vergonhosas farsadas*”.

⁹⁵³ *Caxias*, 14/06/1928, p. 1 (AHMJSA): “*A nossa folha, apesar de não ter ligação política com partido algum, pois que é folha independente, não deixa por este fato, de ter interferência nos negócios de interesse exclusivo da população caxiense, na defesa de seu futuro, no seu desenvolvimento industrial e na sua economia política e Caxias para isso conseguir, é preciso que o governo do seu futuro quadriênio, seja composto de elementos*

assim, o *Caxias*, confirmava o dissídio no PRR local, processo do qual inseria-se, ao expor que “*uma parte está com o chefe político do município, outra parte que forma a dissidência, diverge por completo da sua orientação, não aceitando candidato algum que venha por ele canalizado, ou tenha o apoio do referido chefe*”.⁹⁵⁴ Como afirma Eliana Rela Alves:

Nos primeiros tempos da administração, o intendente italiano, como rezava a cartilha borgista, não realizava os projetos sem obter o consentimento do Presidente do Estado. A atitude de Gobbato tinha uma dupla finalidade: a primeira, atender às determinações de Borges e a segunda disfarçar as razões pelas quais ele afastou das funções os antigos correligionários lusos do PRR, da administração municipal. Esta é uma das razões da futura crise do governo italiano. Enquanto a Igreja promovia a propaganda pró-administração Gobbato, os membros do partido que haviam sido isolados por essa administração, o qualificavam de político sem habilidade, infeliz no que dizia respeito às suas atitudes partidárias e com absoluta falta de tino. As figuras mais prestigiadas do partido republicano, em outras administrações, julgavam-se diminuídas pela sonegação sistemática de atenções e consultas para os assuntos referentes às exigências da política e da administração. (...) Também o acusavam de preferir os industriais e comerciantes italianos para a realização de negócios necessários à Intendência. (...) Se as divergências políticas pouco ou quase nada alteraram o relatório de obras da gestão de Celeste Gobbato, elas certamente alteraram os rumos da sucessão intencional. As vésperas de uma nova campanha eleitoral, Gobbato foi alvo constante de boatos sobre sua renúncia, fato que não aconteceu, porém retirou a indicação, por ele realizada, à sua sucessão.⁹⁵⁵

Presume-se que Celeste Gobbato pretendeu indicar como seu sucessor Alceu Barbedo⁹⁵⁶, secretário da Presidência do Estado e futuro Procurador da República. O grupo afastado do poder durante a sua administração não viu com bons olhos essa indicação, não

embora políticos, representativos de todas as classes, de um governo da política do trabalho e não de politiquinhos profissionais, que colocam os interesses da barriga, acima dos da coletividade e como dissemos no nosso penúltimo número, tratando da sucessão intencional, que Caxias para poder desenvolver a sua capacidade de trabalho e poder atingiu o grau de prosperidade a que tem direito, como metrópole da indústria na colônia italiana, precisa que o seu futuro governo saia do seio do próprio povo”.

⁹⁵⁴ *Caxias*, 21/06/1928, p. 1 (AHMJSA).

⁹⁵⁵ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 105-106.

⁹⁵⁶ *O Popular*, 28/05/1927, p. 1 (AHMJSA): “*Apesar de faltar ainda mais de ano para a eleição do futuro intendente de Caxias, há quem cogite já de quem deva ser o nosso futuro chefe do executivo municipal. Segundo fomos informados esta semana, uma forte corrente se está formando para defender uma candidatura cuja probabilidade de êxito nos parece evidente. Trata-se do dr. Alceu Barbedo. moço por todos os títulos digno do alto posto e perfeitamente na altura da espinhosa investidura. Não sabemos que surpresas nos reserva a política pata a solução do nosso futuro caso intencional, mas desde já podemos afirmar que o candidato ora lembrado reúne um conjunto de qualidades essenciais e oportunas que naturalmente o colocarão em posição vantajosa sobre qualquer outra que se apresente. Não queremos tirar de quem de direito a honra da premissa na lembrança, mas tampouco não nos sentimos com força para refrear o nosso aplauso, quo brota espontâneo e entusiástico a essa candidatura de um moço ilustre, talentoso e ilustrado, e, além de tudo, amicíssimo de Caxias e do seu povo. Neste momento em que tudo é preciso fazer-se para a harmonia da sociedade caxiense, a candidatura do dr. Alceu Barbedo é oportuníssima, porque ele, ao mesmo tempo que é um patriota digno desse nome, é amigo sincero da laboriosa colônia italiana, na qual conta inúmeras amizades e simpatias. Embora prematura, a lembrança traz em si um acerto que a redime de qualquer culpa que possa decorrer da sua inoportunidade em face do tempo”.*

pelo fato daquele ser “positivista”⁹⁵⁷ ou não ser natural do município⁹⁵⁸, mas por vislumbrar mais quatro anos de afastamento da Intendência Municipal de Caxias. Este grupo dissidente ensaiou lançar uma candidatura própria, inclusive com o apoio do clero local⁹⁵⁹, mas negociações posteriores impediram o dissídio completo.

Em outra edição do jornal *Caxias*, é acentuada sua “neutralidade”, mesmo que pautada por uma série de interesses, devido a disciplina perante o líder partidário, pontuando o “novo estado das coisas” vigente após o Acordo de Pedras Altas:

Disciplina não é submissão - A disciplina a que muitos se agarram, a fim de justificar renúncias condenáveis, nada mais é do que a sistematização de uma educação política, sem diminuições altamente prejudiciais. A compreensão exagerada e a prática excessiva de uma disciplina partidária mal entendida degenera na submissão que outra coisa não representa senão uma sujeição, anuladora de direitos e faculdades inerentes ao homem e que condizem com a sua própria liberdade e livre arbítrio.

O lema de que a submissão constitui a base de todo o aperfeiçoamento só serve para mascarar imposições humilhantes e práticas ditatoriais, negadoras do espírito liberal que forma o alicerce sobre o qual repousa a vida dos povos livres. O partido republicano, há décadas, que se ressentia desse sistema ditatorial, nos manifestações de suas atividades, renunciando ao direito de agir em benefício de uma direção unipessoal e onipotente.

Os tempos passaram e a época nova que domina as movimentações do Rio Grande repele as práticas de antanho, como incompatíveis com os postulados da democracia e com a ideia de liberdade que constitui o apanágio dos homens conscientes de seus direitos. Pode-se e deve-se ser disciplinado sem submissão. Os diversos casos de sucessão intencional do Rio Grande tem servido para demonstrar que uma era mais desafogada para o partido republicano vem emergindo das trevas do passado para a

⁹⁵⁷ Livro Tombo da Paróquia Santa Tereza, Caxias, n.1, 01/07/1928, p. 81: “O Dr. Celeste Gobbato, Intendente de Caxias, estando prestes a terminar o seu quadriênio em doze de Outubro p.v., apresentou para candidato a Intendente de Caxias um homem de religião positivista. O clero não deve meter-se em questões partidárias, porquanto ele é o pai dos fiéis a qualquer partido, mas tratando-se de candidatos avessos a religião católica, permanecer na indiferença seria o mesmo que renegar a fé. Por isto o Cônego João Meneguzzi opôs-se com toda a destreza e não tendo podido conseguir que o Dr. Gobbato mudasse de candidato, conseguiu que o povo o fizesse mudar, digo o povo sem distinção partidária”.

⁹⁵⁸ *Caxias*, 28/06/1928, p. 2 (AHMJSA): “Vote com a tua consciência, escolhendo um candidato que seja caxiense e que tenha amor a esta terra. Povo, pense no dia de amanhã. Nada de vacilações. Tudo pelo nosso município e nada pelos candidatos de fora. (...) Do que ouvimos, ficamos sabendo que a candidatura de um desconhecido positivista, pretendida seria posta ao nosso povo, foi abandonada, diante da formal recusa dos caxienses que, unidos pelo mesmo sentimento de sincero amor a sua terra; não aceitaram e não aceitarão candidato algum que não seja filho daqui”.

⁹⁵⁹ Livro Tombo da Paróquia Santa Tereza, Caxias, n.1, 13/07/1928, p. 81: “O portador desta é meu eminente amigo General Firmino Paim, que vai a Caxias, a fim de solucionar definitivamente o caso da renovação intencional daí. Como a direção suprema do partido republicano tem de resolver esse problema a bem da paz e tranquilidade social desse importante município, é necessário que o clero preste todo apoio. Claro está que os católicos republicanos antes duma deliberação definitiva do governo tem o direito de apresentar esse ou aquele candidato, uma vez porém que o candidato seja oficializado, exige a boa disciplina partidária que não haja nenhuma relutância e que todos estejam de acordo. O mesmo deve-se dizer com relação a qualquer outro partido ao qual por ventura outros católicos pertençam”. Carta do Bispo D. João Becker ao Cônego João Meneguzzi.

conquista de uma outra mentalidade mais saudável e liberal. Os municípios tem a faculdade de dirigir os próprios destinos, sem interferências abusivas, pois que a lei lhes assegura completa autonomia nos assuntos internos e peculiares à sua vida íntima.⁹⁶⁰

Neste ambiente conturbado, menciona-se o texto do jornal *Caxias*, que realiza uma analogia entre as divisões da política e da administração local, com uma partida de futebol:

FOOTBALL - Desde os primeiros dias deste mês está sendo jogada uma renhida partida de football, no *campo político* de Caxias, entre dois teams que defendem a cor verde, para a conquista da taça *criterium*, sendo que, os torcedores de ambos os teams, muito fizeram para o bom êxito da partida. A *bola da verdade*, muito sofreu no campo durante alguns dias, o jogo no 1.º tempo correu favorável do *team oficial*, porém terminou com o seguinte resultado: 0x0. No segundo tempo os players do *team comissão*, desenvolveram um jogo mais seguro e driblaram melhor, fazendo carga cerrada sobre a cidadela do adversário empregando estes, todos meios de defesa, nos últimos minutos de jogo, devido a um *penalt* o *team comissão*, furou o primeiro e último *goal* da partida, por entre entusiásticos aplausos de seus torcedores, tendo sido de maneira honrosa conquistada a taça *criterium*. Apesar do jogo ter corrido amistoso, infelizmente temos a lamentar as graves *arranhaduras* sofridas pelo *cap.* do *team oficial*, no segundo tempo da sensacional partida, talvez que o presidente da “Associação Caxiense de Amadores de Desportos” devido esse fato, torne nulo o jogo.⁹⁶¹

Sobre os novos ventos da política estadual, referenciando-se também à política caxiense, afirma o jornal *Caxias* em duas edições:

Como os tempos mudam, há anos atrás quando aparecia em qualquer município uma dissidência no seio do partido republicano, na escolha de candidato à curul intendencial, por não querer uma parte do partido aceitar candidatos impostos, por não satisfazerem alguns as necessidades administrativas do município devido a sua incompetência e outros por serem ilustres desconhecidos eram logo os dissidentes taxados de indisciplinados e considerados fora do partido, em virtude de não terem respeitado o lema “a submissão consciente é a base do aperfeiçoamento” e hoje, é o próprio líder da maioria da Assembleia dos Representantes que em plena tribuna diz, que as dissidências para a escolha de candidatos as sucessões municipais é um direito que assiste aos republicanos. Assim sendo, a dissidência de Caxias, está agindo dentro de um direito, impugnando o candidato que lhe querem impor e procurando escolher outro que satisfaça os interesses da população, que mereça a sua confiança e tenha o apoio da maioria do povo e esse candidato, deve ser um homem daqui que conheça os interesses de Caxias.⁹⁶²

⁹⁶⁰ *Caxias*, 12/07/1928, p. 1 (AHMJSA).

⁹⁶¹ *Caxias*, 17/05/1928, p. 1 (AHMJSA). Logo a seguir, e na mesma página, mais ataques pessoais a Celeste Gobbato e a constatação das rusgas serem decorrentes das críticas de Gobbato em relação a administração do coronel Penna de Moraes: “Comentários... *Esse administrador municipal que aí está com os dias contados para desocupar a cadeira intendencial que desgraçadamente lhe foi cair nas mãos finas e gorduchas... é o causante do abismo financeiro em que jaz o nosso município. (...) Onde ir bater mais para pedir novos empréstimos? Aquelas estão esgotadas e o peditório não tem mais onde possa ser feito!!! Eis aí a verdadeira situação da edilidade de Caxias.. Eis aí o quadro negro da vida de nosso município, entregue nas mãos inábeis de um agrônomo que de administração nada conhece. Pois é esse homem vaidoso e pretensioso que, naquele seu clássico português amacarronado, pretendeu criticar a obra do seu antecessor. Coitado, nunca pensou de alcançar tão alta posição, e assim que se viu elevado à tamanhas alturas, julgou que poderia desfazer de tudo e de todos!*”.

⁹⁶² *Caxias*, 28/06/1928, p. 1 (AHMJSA).

Bastou que o sr. presidente do Estado acenasse ao eleitorado com a liberdade dos pleitos, dizendo garantir a livre manifestação das urnas, para que em todos os municípios se delineasse e afirmasse a vontade resoluta de serem governados por homens de sua escolha e que refletissem, realmente, as simpatias e preferências do eleitorado. E, devemos dizê-lo, em honra dos propósitos governamentais: até agora a sequência dos fatos não tem desmentido aqueles propósitos. Os dissídios no partido republicano avolumam, numa manifestação eloquente de repúdio às praxes deletérias que antecederam ao novo surto de uma política mais liberal.⁹⁶³

Na eleição intencional de 1928, a evidenciar os dissídios políticos em Caxias, a Associação dos Comerciantes local, no intuito de obter ágeis soluções para suas reivindicações, “*decidiu pleitear junto às autoridades municipais a criação de um cargo de Conselheiro Municipal*”, que deveria “*ser preenchido por um representante da entidade, com o objetivo puramente comercial*”, operando no Conselho “*com completa liberdade de ação, dentro do programa da Associação*”, não devendo “*afastar-se do terreno puramente comercial, para imiscuir-se em política*”; cuja escolha se daria “*pelo voto secreto, não podendo ser incluído em chapa de qualquer partido*”. Contudo, essa intenção não foi levada adiante, pois se concluiu que o momento não era de todo oportuno para a Associação reivindicar o cargo, já que o município se encontraria “*dividido em cinco correntes políticas e o comércio está a todas elas vinculado*”, evidenciando a íntima ligação entre a política, a administração municipal e os setores econômicos locais.⁹⁶⁴

A união classista dos grandes empresários caxienses e regionais, ocorre em dezembro de 1928 com a fundação do Sindicato do Vinho.⁹⁶⁵ Com isso, objetivavam aliar poder político ao seu poder econômico, em face ao declínio dos incentivos estatais ao setor vinícola⁹⁶⁶, ao

⁹⁶³ Caxias, 05/07/1928, p. 2 (AHMJSA).

⁹⁶⁴ MACHADO, Maria Abel & HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: Cem Anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 42-43.

⁹⁶⁵ Os fundadores do sindicato foram 41 comerciantes produtores de vinho da região nordeste do Rio Grande do Sul, sendo os sócios fundadores: Alberto Bins; Ambrosio Bonalume; Antônio Pieruccini & F^{os}; A.RÍZZO Irmãos & Cia.; Antônio Rossato & F^{os}; Ângelo Antonello «& Cia.; Allegretti & Cia.; Augusto Pasquali & Irmãos; Bedin, Oliveira & Cia.; César Baldisserotto; Cia.Ind. & Mercantil CasaFracalanza; Irmãos Dal Molin; Ettore Pezzi; E.E.Kunz; Guido D'Andréa; Irmãos De Carli & Paganelli; J.P.Moraes & Cia.; José Costamilan; José Bertuzzi & Cia.; José Verdi & Cia.; José Andreazza; José Gasperin; João Simon & Cia.; José Mandelli & Cia.; José Gava & Cia.; Luminato Pedron; Luiz Antunes & Cia.; Lourenço & Horacio Mônaco; Michielon, Menegassi & Cia; Marango & Cia; .Milani Irmãos & Gava; Crestes Franzoni & Cia.; Paulo Saltou & Irmãos; PiveKa & Cia.; Rubbo, Castagna & Cia.; Sylvio Stallivieri & F^{os}; Schio & Cia; Sterzi & Cia.; Tartorotti & Cia. Ltda.; V.Rossi & Cia.; Valmorbida, Chesini & Cia.

⁹⁶⁶ AXT, Gunter. *Op cit.*, p. 359: “*Durante a década de 1920, com o esgotamento da política de incentivos e em face do aumento das tarifas ferroviárias, a vitivinicultura amargou uma retração de sua presença nas exportações estaduais. Face ao abandono do Governo, os grandes produtores e distribuidores organizaram o Sindicato do Vinho, em 1928. A nova entidade aprofundou a subordinação dos produtores artesanais aos investidores industriais. O regulamento dos vinhos, baixado pelo Decreto n° 4.225, de 17 de janeiro de 1929, que procurou estabelecer normas para o setor, do preparo à distribuição, ampliou a exclusão dos pequenos cultivadores, pois, menos capitalizados, enfrentavam maiores dificuldades de adequação às exigências*”.

aproveitar a política do governo estadual de incentivo à organização dos setores econômicos, que conclamava os grandes produtores e empresários a se sindicalizarem.⁹⁶⁷

A formação do Sindicato significou a definitiva “*supremacia da indústria do vinho sobre o artesanato doméstico*”, já que foram eliminadas as “*condições de concorrência da produção caseira do vinho*”, o que reduziu “*o colono ao papel de mero fornecedor de matéria-prima para a indústria*”, justamente no momento em que o governo estadual exaltava “*o valor da agricultura para o progresso econômico*” do estado, bem como “*a figura do pequeno produtor como elemento de ordem*” e de “*dignificação do trabalho*”.⁹⁶⁸

Com o objetivo de, mais uma vez, congregar as facções em disputa em Caxias, é apresentada uma chapa à eleição intencional, por elementos enviados por Borges, que serviria para aplacar os dissídios locais:

Chegou, sábado último a esta cidade, o sr. General dr. Firmino Paim Filho, ilustre Secretário da Fazenda do Estado, acompanhado de seus filhos Júlio Paim e Firmino Paim Netto, dr. Heitor Azevedo e sr. Serrano Caminha, como enviado especial do dr. Borges a fim de tratar da escolha dos nomes dos novos dirigentes de nosso município. O General que chegou inesperadamente, sem ninguém esperar, foi hospedar-se na residência do dr. Leonardo Ferreira da Silva, juiz de comarca. (...) A convite de S. S. foi feita uma reunião do partido situacionista local na sala do fórum, a fim de ser apresentada a chapa combinada. A hora designada, presente crescido número de companheiros, o General Paim convidou o dr. Leonardo Ferreira da Silva, srs. Orestes Manfro, Abramo Eberle, Miguel Muratore, José D'Arrigo, Savério de Fillipes, Adelino Sassi e dr. Paulo Rache para fazerem parte da mesa. Em seguida o General usando da palavra e explicado o fim de sua vinda a esta cidade, fez a proclamação da seguinte chapa: Para Intendente: Thomaz Beltrão de Queiroz; vice: Miguel Muratore; Conselheiros: Abramo Dal Molin, José Costamilan, Edmundo Verdi, Demétrio Niederauer, Aristides Germani e Henrique Rabbe, que foi recebida debaixo de palmas pelos presentes. Foi também proclamada a seguinte comissão executiva do partido: Miguel Muratore, Abramo Eberle, Ângelo Antonello e Arthur de Lavra Pinto.⁹⁶⁹

⁹⁶⁷ MERTZ, Marli. *A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930*. Ensaios FEE [Online] 12:2. Disponível: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1456/1820>. Acesso em 26/10/2010, 1991, p. 440: “*O então Presidente do Estado — Getúlio Vargas — considerava que a organização dos diversos segmentos produtivos do Estado em associações e sindicatos contribuiria para a racionalização da produção, o controle dos preços e da qualidade dos produtos, oferecendo ao mercado artigos de qualidade superior e com menor preço. Somente dessa forma, o Estado poderia fazer frente à crescente concorrência, enfrentada pela indústria gaúcha, dos produtos vindos de São Paulo. Como resultado dessa conclamação, criou-se, em 1928, o Sindicato dos Charqueadores e o do Vinho, e, em 1929, o Sindicato da Banha*”.

⁹⁶⁸ PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 48.

⁹⁶⁹ *Caxias*, 19/07/1928, p. 3 (AHMJSA). Na edição seguinte, datada de 19/07/1928, p. 1 (AHMJSA), este jornal reafirma seu apartidarismo: “*Momento político - Órgão independente, sem ligações cora qualquer corrente partidária, esta folha não está inibida de fazer os reparos que entender sobre esse importante problema local. Depois de pequenos dissídios que surgiram no seio do partido republicano desta cidade, e, em virtude da vinda de um enviado especial por parte do chefe supremo desse partido no Estado que, depois de auscultar todas as correntes em divergências, ficou definitivamente solucionada a crise local com a proclamação da chapa que os leitores já conhecem. Também ficou proclamada uma comissão executiva para dirigir os negócios políticos*

Esta chapa foi, a princípio, bem aceita pela oposição à Gobbato, como se observa em matérias do jornal *Caxias*, antes e após a eleição municipal, com os resultados da mesma:

A sucessão intencional de Caxias - O sr. Thomaz Beltrão de Queiroz, candidato a intendente, é um cidadão probo, honesto e inatacável, por qualquer aspecto que se encare a sua vida. Para a vice-intendência irá Miguel Muratore, alma generosa e espírito infatigável, que jamais deixou de lutar pelo progredir constante de Caxias. Para o Conselho estão indicados três conceituados industrialistas, Aristides Germani, Eduardo Verdi e José Costamilan; um honrado comerciante, o sr. Dal Molin, de Nova Vicenza; e um operário, dos mais probos e dignos cidadãos—sr. Henrique Raabe. Quanto à minha candidatura ao Conselho, foi imposta pela vontade de meus correligionários. Não na pedi nem a desejei. Eleito, pugnarei pelos interesses do povo como até aqui o tenho feito na imprensa e fora dela; derrotado, nenhum pesar ficará para minha consciência, porque jamais ambicionei além do que tenho conseguido na vida modesta que levo e da qual não me pretendo afastar. Demétrio Niederauer.⁹⁷⁰

Para intendente: Thomaz Beltrão de Queiroz, 1282; Nicomedes Antônio Pires, 3 votos; para vice-intendente, Miguel Muratore, 1202 votos; para conselheiros municipais: candidatos libertadores, Olmiro de Azevedo, 1171 votos; Raymundo Magnabosco, 1067 votos; Antônio Piccoli, 806 votos. Esta votação é do voto acumulativo. O sr. Dante Marcucci, candidato popular, 1052 votos. A chapa do partido republicano obteve a seguinte votação: Demétrio Niederauer, 777 votos; José Costamilan, 833 votos; Henrique Raabe, 850 votos; Eduardo Verdi, 729 votos; Aristides Germani, 721 votos; Abramo Dalmolin, 725 votos. Por esses resultados não foram eleitos os candidatos situacionistas Aristides Germani, Abramo Dalmolin e Eduardo Verdi. (...) O sr. Olympio Rosa, candidato libertador a uma vaga no conselho, na véspera do pleito retirou sua candidatura, alegando para isso incomodo de saúde e seus muitos afazeres, ponderando á diretoria de seu partido que continuava como sempre a prestar seus serviços e acatando as suas deliberações. (...) O sr. Dante Marcucci, candidato popular e eleito conselheiro municipal, tem sido muito cumprimentado peia vitória que obteve na eleição de domingo último. O sr. Dante Marcucci é membro do partido Libertador, mas estando em franca divergência com a sua direção local, e que aceitou a sua candidatura a uma vaga ao conselho em virtude de insistentes solicitações de seus amigos, recebeu nas vésperas do pleito um longo telegrama do Diretório Central em Porto Alegre, fazendo-lhe um apelo para não ir de encontro aos candidatos de seu partido e ao mesmo tempo contendo ponderações injustificáveis.⁹⁷¹

Mesmo após eleito Thomaz Beltrão de Queiroz, a oposição a Gobbato continua a fazer duras críticas a sua administração já encerrada:

Comentários... Está publicado o relatório do sr. intendente municipal Celeste Gobbato, relativo ao ano findo. É uma obra volumosa, cheia de quadros, demonstrações de contas, retratos, e contém o resumo do relatório do engenheiro dr. Antônio Siqueira sobre a hidráulica municipal. Como era esperado, os elogiadores

deste município. Por sua vez o Partido Libertador apresentou chapa de seus candidatos disputando quatro vagas no Conselho Municipal. Este que se compõe de sete lugares, já conta com dez candidatos em luta para disputá-los”.

⁹⁷⁰ *Caxias*, 26/07/1928, p. 1-2 (AHMJSA). Natural de Santa Maria (25 de junho de 1890), Demétrio Niederauer trabalhou no comércio, formou-se em Direito e foi redator de vários jornais. Em 1916, foi nomeado Juiz Municipal de Ijuí. Estabeleceu-se em Caxias no ano de 1919, a convite do coronel intendente José Penna de Moraes para ser secretário municipal e dirigir o jornal *O Brasil*. Fundou ainda o jornal *O Popular* e dirigiu *O Momento*. Faleceu em 1970.

⁹⁷¹ *Caxias*, 16/08/1928, p. 3 (AHMJSA).

do edil municipal não se demoraram em elevar às alturas culminantes da celebridade o gênio administrativo do incomparável gestor dos negócios públicos locais. O homem é um portento. Para organizar um relatório recheado dessas artimanhas para impressionar o indígena, não ha outro que o iguale! De um cérebro portentoso, tão fino e sagaz, que conseguiu arrecadar nos seu funesto e sempre lembrado quadriênio vulcão, a insignificante quantia de QUATRO MIL E TANTOS CONTOS DE RÉIS, fez empréstimos de igual importância, gastou a larga sem que tivesse alguém que o inibisse de tantos desatinos, não deixa melhoramentos concluídos, pois desde as estradas que estão em péssimas condições até as ruas da cidade que nada lhe ficam devendo no mau estado, tudo está aí para ser terminado, e o edil modelo com o seu alto tino administrativo conseguiu a muito custo deixar o seu incomparável governo sem uma pequena dívida acima de CINCO MIL CONTOS DE RÉIS para o seu sucessor pagar! Além disso, vergonhosos contratos, verdadeiros mistérios assinados em favor de seus protegidos! Tem praticado toda sorte de esbanjamento dos dinheiros do município, assinando em lista para oferecimento de auto a um seu amigo e lugar tenente, fora muitos outros favores praticado pelo edil sr. Gobbato.⁹⁷²

A oposição a Gobbato era tamanha, que a administração de Thomaz Beltrão de Queiroz passa a ser encarada como uma nova era para Caxias:

Assume, amanhã, as rédeas do governo municipal o sr. Thomaz Beltrão de Queiroz, eleito para o quadriênio de 1928-32. Vai substituir um governo que mexeu em muitas coisas e realizou quase nada em relação às fabulosas rendas que arrecadou e os empréstimos vultosos que contraiu e que aí estão atestando o que foi esse quadriênio de negociatas vergonhosas, de verdadeiros escândalos administrativos jamais visto em administração alguma nos municípios do Rio Grande.

Vem em abono dessa nossa afirmativa, o escandaloso empréstimo feito pelo intendente sr. Celeste Gobbato que, sem a menor cerimônia, sem escrúpulo, sem rubor nas faces, contraiu com o Banco Popular desta cidade, ao juro de 12% o empréstimo da elevada quantia de MIL E DUZENTOS CONTOS DE RÉIS, já nos últimos dias de seu infame quadriênio de tantas falcatruas! Foi ele que muito criticou a administração Penna de Moraes de haver realizado um empréstimo de 900:000\$000, ao juro de 9% ao ano e com prazo longo, para nos últimos arrancos de seu governo efectuar um pagando 12% e talvez com alguns descontos! Que grande comediante! Diante desses factos vergonhosos praticados por esse administrador sem escrúpulo e critério, é bem árdua e difícil a missão que amanhã vai ser investido o sr. Queiroz.

Vai encontrar dívidas; contratos escandalosos para solucioná-los; isenções clamorosas de impostos aos favorecidos do sr. Gobbato; serviços iniciados por terminar sem que para isto haja numerário; hidráulica com seus canos condutores estirados até em lugares ermos que muito bem dispensavam as despesas feitas, estando também estas obras em falta de dinheiro para a sua terminação; uma taxa

⁹⁷² *Caxias*, 27/09/1928, p. 1 (AHMJSA). Como retrospectiva do mandato de Gobbato, o jornal *Caxias* (04/10/1928, p. 1 – AHMJSA) critica o acúmulo de cargos e o excesso de poder do intendente, mas não deixando de reconhecer o seu respeito pela oposição: “*Vem a molde um rápido olhar retrospectivo sobre a administração que finda e atuação do edil que, às funções intenciais, reunia as de sub-chefe de polícia e chefe unipessoal do partido republicano. Nessas condições, é de salientar a soma enorme de poderes que o sr. dr. Gobbato reunia em suas mãos. Raramente, nos municípios do Estado, se vê um homem investido de tanta autoridade. (...) O partido libertador e seus dirigentes jamais sofreram da parte do sr. dr. Gobbato perseguições e violências, atentatórias dos seus direitos e prerrogativas. Tivesse o sr. dr. Gobbato a mentalidade intolerante e vesânica do caudilhismo político daqueles que neste momento histórico e triste da vida republicana gaúcha desacatam as decisões do Superior Tribunal e colocam em cheque a palavra e os compromissos do sr. presidente do Estado, em prol dos interesses subalternos de uma política retrógrada e mesquinha e a oposição caxiense muito teria sofrido, principalmente nos agitados períodos revolucionários. O traço geral da atuação partidária do sr. intendente, cujo mandato finda, foi de moderação e serenidade. Adolpho Peña*”.

absurda e elevada de 15\$000 para o fornecimento d'água, com a qual a população não concorda; serviços desorganizados e existentes somente nos relatórios do edil Gobbato; enfim, enormes obstáculos a vencer, tantos foram os desatinos e os desmandos do coveiro mór de suas finanças!⁹⁷³

Novamente o jornal *Caxias* defende sua pretensa independência de correntes políticas, tal eram suas críticas a Gobbato e ao grupo que detinha o poder municipal, o que, na opinião de seus redatores, seria uma “desvirtuação”:

Bem sabemos que essa nossa conduta é mal-entendida por espíritos rotineiros e que desejam que não exista um órgão defensor do povo. Enganaram-se. Aqui estamos na estacada, de lança em riste, defendendo a população. (...) Anima-nos um sentimento superior de sermos úteis ao povo desprotegido, de embaraço aos trapaceiros, aos sem critério que atacam hoje para bajular amanhã. Os que nos censuram, por usarmos do direito de defesa da coletividade e por traçar nossa crítica em termos a guisa de pontas de ferro em brasa, em abordarmos as mais palpitantes questões, não nos importam essas palavras soltas ao vento por quem não sabe ajuizar do verdadeiro papel de um jornal independente. Continuaremos a nossa trilha a trabalhar e defender aqueles que necessitam do nosso amparo em defesa de seus direitos.⁹⁷⁴

Após concluir seu mandato de intendente de Caxias, Gobbato “foi nomeado agente consular e dirigente do “fascio” em Caxias, além de exercer o cargo de Diretor da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias, de 1929 até 1938”.⁹⁷⁵ Em contraposição aos ataques a Gobbato promovidos pelo jornal *Caxias*, foi criado pelo grupo fiel àquele intendente, o semanário *O Regional - órgão dos interesses da região colonial italiana do Estado*. Este jornal possuía como editores e gerentes Roberto Grossi e José D. Balen, teve sua

⁹⁷³ *Caxias*, 11/10/1928, p. 1 (AHMJSA). Em outra edição do jornal *Caxias*, 18/10/1928, p. 1 (AHMJSA): “NOVA ERA - Surgiu na manhã radiosa de 12 do corrente, uma nova era de paz e de sossego para o povo caxiense, com o advento do novo governo municipal tão ansiosamente esperado por todos aqueles que se interessam pela sorte deste afortunado recanto da terra gloriosa dos herdeiros de 35. (...) Por isso, foi do alegria e de intenso júbilo para o nosso povo, ver desaparecer para sempre esse imoral quadriênio de negociatas e perseguições mesquinhas. Já se respira um outro ambiente de confiança e de sossego. O povo está satisfeito por ver a frente de seus destinos um cidadão honesto e fiel cumpridor de seus deveres. Confirmando o que temos dito por estas colunas a respeito do novo administrador, aí estão os seus primeiros atos administrativos fazendo cortes nas formidáveis despesas do governo passado. Eles bem revelam o feliz critério seguido pelo novo governante de realizar uma administração baseada na mais restrita economia. E nem poderia ser outra a sua fecunda ação diante da dívida colossal deixada pelo sr. Gobbato”.

⁹⁷⁴ *Caxias*, 29/11/1928, p. 1 (AHMJSA). Em outra edição do jornal *Caxias*, 13/12/1928, p. 1 (AHMJSA): “Desfazendo enganos - Esta folha não obedece a orientação de pessoas estranhas e muito menos representa esta ou aquela agremiação partidária. Emite opiniões próprias quando discute qualquer assumpto. Assim procedendo não pôde estar servindo de interpretações graciosas por quem não sabe ajuizar de nossa tarefa. (...) Quando abordamos qualquer assunto, não vamos pedir inspiração a quem quer que seja. Bem ou mal a opinião é nossa. Procuramos sempre estudar as questões para abordá-las com conhecimento de causa, tendo na mais alta conta os sagrados interesses de quem somos os porta vozes. Daí o inqualificável procedimento de pretenderem desvirtuar a nossa diretriz, o que jamais conseguirão”.

⁹⁷⁵ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950)*. Caxias do Sul: Maneco, 2001, p. 210.

primeira edição em 01° de janeiro de 1926 e a última em 05 de novembro de 1928. Sua função foi defender a administração de Gobbato e silenciar sobre os conflitos políticos locais:

NAS VÉSPERAS DO PLEITO - Deverão realizar-se, no próximo domingo, 12 de agosto, em todo o território do município de Caxias, as eleições para intendente, vice-intendente e conselheiros municipais. Cessada a luta preparatória da escolha dos nomes que deviam ocupar aqueles importantes postos administrativos, aliás sem deslustre para qualquer das facções em luta, vemos o Partido Republicano, unido, como sempre, em torno do seu chefe Borges de Medeiros, disposto a tudo envidar para a vitória dos seus candidatos, escolhidos de acordo com as normas partidárias, entre os mais capazes e de maior folha de serviços prestados ao município e à coletividade riograndense. (...)

Felizmente, a família política caxiense se acha perfeitamente pacificada. Serenados os rancores que se seguiram à inglória luta fratricida de 1923, apaziguadas as paixões, extinta a competição em torno de figuras, o nosso cenário político apresenta-se calmo com dois partidos perfeitamente organizados, trabalhando cada um para a vitória dos seus ideais e ambos, num esforço tenaz e persistente para o desenvolvimento e o progresso sempre crescentes de Caxias. Não há negar que, para a consecução dessa paz, muito trabalhou e poderosamente cooperou o ilustre dr. Celeste Gobbato, que no tríplice mandato de intendente, sub-chefe de polícia e diretor político soube cercar-se de vasto prestígio, chamando ao seio do partido republicano elementos de ordem que se achavam dissidentes, cercando os opositoristas de todas as garantias e agindo sempre com prudência, sem perseguições nem imposições a quem quer que seja.⁹⁷⁶

Outro periódico criado para fazer propaganda das obras da administração de Gobbato foi *O Popular - Folha independente e de propaganda do futuro patronato*, semanário cujo diretor era Demétrio Niederauer, tendo seu primeiro número em 05 de fevereiro de 1927 e o último em 30 de outubro de 1930.⁹⁷⁷ A partir de seu número 16, de 28 de maio de 1927, o jornal passa a ter como linha editorial o caráter de *Folha Independente*, o que apenas significa que se tornou um órgão de propaganda explícita da administração de Celeste Gobbato.⁹⁷⁸

Nos últimos dias da administração de Gobbato, é publicada matéria que bem resume a imagem construída sobre sua administração, ressaltando suas obras, sempre deixando de levar em consideração a férrea oposição que ela sofreu por parte de lideranças afastadas do poder:

Quatro anos de atividade - Poucas administrações municipais, no curto de um mandato constitucional, souberam fazer uma obra tão complexa e tão importantes

⁹⁷⁶ *O Regional*, 06/08/1928, p. 1 (AHMJSA).

⁹⁷⁷ *O Popular*, 05/02/1927, p. 2 (AHMJSA): “Comissão auxiliadora - O sr. dr. Celeste Gobbato, que lançou entre nós a ideia, logo consubstanciada num projeto, da fundação do um patronato agrícola, para acolhida, educação e instrução dos menores desamparados, convidou o sr. Demétrio Niederauer e as exmas. senhoritas Egide Spinato e Sylvia Braghirolli para constituírem uma comissão, que se encarregará de obter o auxílio do povo para tão útil instituição. Essa comissão já esteve reunida, no gabinete do dr. Intendente, tendo assentado algumas medidas a serem posta em execução, para o fim visado, entre as quais a publicação d'O Popular; como folha de propaganda e auxílio ao futuro patronato”.

⁹⁷⁸ *O Popular*, 28/05/1927, p. 2 (AHMJSA): “A nossa folha deixou de ser exclusivamente órgão de propaganda do futuro patronato agrícola, para tornar-se um jornal inteiramente independente, como o exigem os interesses coletivos de Caxias”.

realizações como a que dirigiu o município de Caxias e, na próxima sexta-feira verá tocar a termo a sua jornada rápida e proveitosa. Uma série de atos iniciais traduzia a disposição da administração caxiense de tudo envidar para o desenvolvimento do município entregue ao seu cuidado sendo imediatamente tornadas medidas de muita relevância para os interesses elevados e grandiosos, da colectividade caxiense.

Se outros muitos trabalhos de vulto não estivessem apontando a actual administração à benemerência dos caxienses, bastaríamos seguintes para dar uma ideia, clara e insofismável, segura e incontroversa, do que foi a gestão do dr. Celeste Gobbato: a criação da Inspetoria Agrícola Municipal; a organização da Chácara Municipal a distribuição de mudas diversas, especialmente de videiras, amoreiras, eucaliptos e capim elefante, a criação e distribuição de porcos e aves de raça fina e apropriadas ao nosso clima, a distribuição, mensal e gratuita, de um boletim agrícola com instruções valiosas para os agricultores; a organização e construção do Patronato Agrícola; a realização da grande exposição municipal de 1925, que tão bem representou o alto grau de desenvolvimento da indústria local; pondo à disposição de interessados um classificador de trigo; promovendo reflorestamento, com medidas de amparo aos colonos que tratassem de tão importante assunto; aumentando e melhorando a instrução pública; construindo interminável número de quilômetros de ruas, estradas, pontes boeiros etc; aumentando a rede telefônica entre a cidade e os principais núcleos coloniais; promovendo e conseguindo a criação de novas agências postais no município; construindo as importantes obras hidráulicas, cujas vantagens não se torna mister encarecer promovendo a construção de uma grande usina hidroelétrica em proporções suficientes para o nosso adiantamento industrial, cuja concorrência pública já se acha aberta; criando um dispensário para o combate às moléstias venéreas; incentivando a construção de prédios do alvenaria, com a isenção, por certo tempo, dos impostos respectivos; adquirindo terras para a construção do Parque do Cinquentenário, tão do agrado do nosso povo.

Infelizmente, não cabe nos estreitos limites desta resenha, toda a obra administrativa do Dr. Celeste, cuja inteligência e capacidade de trabalho desdobrara-se grandemente nestes quatro anos, logrando triunfar totalmente os empreendimentos de monta que foram julgados imprescindíveis. Melhor do que as nossas palavras, falará a voz do povo, juiz soberano de todos os atos, bons ou maus, dos seus dirigentes, que, sem paixões, nem motivos subalternos e indignos há de, hoje, como ontem e como sempre, fazer justiça ao homem que tanto elevou Caxias no conceito da comunhão rio-grandense.⁹⁷⁹

Sobre as isenções de impostos, mencionados acima, e criticadas pela oposição, convém lembrar que era uma prática comum entre aliados políticos ou dirigida a grupos a quem se queria prestigiar, devido a auxílios políticos anteriores.⁹⁸⁰ Após a apreciação das disputas políticas caxienses durante administração de Celeste Gobbato, se observa que dificilmente ela pode ser considerada como uma época de conciliação. Ao analisar os dissídios partidários durante o mandato de Gobbato, percebe-se que eles são decorrentes de

⁹⁷⁹ *O Regional*, 09/10/1928, p. 1 (AHMJSA).

⁹⁸⁰ ALVES, Eliana Rela. *Op cit.*, p. 103: “A isenção de impostos foi uma prática comum durante essa administração. Usada como incentivo, foi oferecida, pelo prazo de três anos, aos proprietários de imóveis, que construíssem os prédios de alvenaria e não mais de madeira, tanto nos limites urbanos como suburbanos. O imposto de estatística e expediente foi abolido pelo prazo de 10 anos, para quem instalasse no Município, moinhos com uma produção mínima de 300 sacos de farinha. Para quem instalasse uma fábrica de refino de banha, a isenção seria pelo prazo de cinco anos”.

rivalidades anteriores. Mesmo com a propaganda em torno de sua administração, não foi possível obstaculizar aquelas forças contrárias a seu grupo político.

Caxias, como os demais municípios da RCI, apresentaram relações de poder coronelistas, marcadas pelo clientelismo político, durante o período da República Velha. Objetivando ampliar sua base de apoio, o PRR buscou, sempre que possível, cooptar para si lideranças regionais, econômicas ou religiosas, no que nem sempre obteve sucesso.

As complexas relações de poder na RCI negam que o coronelismo foi tênue em áreas coloniais, já que nela encontram-se fatores que caracterizam o coronelismo no estado durante o período borgista: a existência de facções políticas em conflito dentro dos Partidos Republicanos locais, a presença de uma imprensa política em acordo com essas facções ou a atuação de coronéis burocratas, alheios àquele meio, indicados por Borges de Medeiros. Também encontram-se peculiaridades que especificam o coronelismo regional: a existência de um setor comercial progressivamente atuante na política e na administração ou a presença de lideranças religiosas politicamente atuantes no período. O sistema coronelista na RCI apresentava uma dinâmica interna própria, mesmo que a sua existência seja, obviamente, decorrente de um contexto mais amplo, estadual e federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as conclusões tenham sido esboçadas ao longo do trabalho, torna-se preciso condensar algumas apreciações nesta seção final. Em busca do processo conclusivo da pesquisa acerca do coronelismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, tem-se a convicção de que suas conclusões, podem servir de ponto de partida para novas pesquisas, questões e interpretações sobre a temática. Os resultados são, obviamente, parciais e não se pretende afirmar que esgotam as possibilidades de compreensão da temática. Sua maior contribuição foi possibilitar novas possibilidades de análise das relações de poder no Rio Grande do Sul da República Velha.

As condições da manutenção do poder coronelista na RCI davam-se através da aliança ou troca de favores entre as lideranças políticas, econômicas e religiosas regionais com o poder estadual (do atendimento ou não dessas demandas decorria a “pacificação” de conflitos localizados); por meio da nomeação de coronéis burocratas às Intendências Municipais (com o intuito de afastar facções ou lideranças locais de tal posto); através da retirada de alguns elementos partidários que pudessem causar embaraço ao poder do PRR na região (desde que não proporcionasse a supremacia de uma facção partidária sobre seus adversários) e por meio de um gradual processo de obtenção de cargos públicos por parte das lideranças econômicas regionais (primeiramente restrito aos Conselhos Municipais e, após, às Intendências).

Com isto, retoma-se o objetivo geral do trabalho, ao observar as formas de organização dos imigrantes e seus descendentes para serem ouvidos politicamente pelo poder borgista, como grupos de pressão (possuindo lideranças econômicas, ligadas ao setor comercial, ou religiosas, representantes dos distritos coloniais) a fazer frente às imposições do poder municipal e estadual do PRR. As lutas políticas e as relações de poder daí decorrentes, moldaram o coronelismo regional.

Como objetivos específicos, observou-se que os coronéis burocratas, intendentes não ligados à estrutura de poder local, cumpriram importante papel na inserção da política borgista na região; que lideranças ligadas à Igreja Católica desempenharam a função importante nas relações de poder regionais; que imigrantes e seus descendentes se

organizaram em seus distritos e municípios frente à política do PRR, evidenciando as singularidades do sistema coronelista na RCI, confirmando a impossibilidade de uniformizar a análise das relações de poder coronelistas, sendo sua ocorrência sujeita às diferenciações regionais em que tais relações se desenvolveram.

Especificamente comprovou-se a complexidade das relações de poder em municípios onde, considerava-se, o coronelismo não se faria presente ou apresentar-se-ia atenuadamente, através da identificação dos mecanismos de cooptação, de barganha política e de oposição entre intendentess, colonos e lideranças políticas e econômicas regionais. A existência de pequenas propriedades rurais, com uma crescente atividade comercial e industrial regional, assim como a ausência do latifúndio, não serviu de empecilho ao desenvolvimento de relações de poder tipicamente coronelistas na RCI.

A pesquisa bibliográfica e documental possibilitou a análise dessas relações de poder entre Borges de Medeiros, os coronéis da RCI, as lideranças econômicas regionais e os colonos italianos, auxiliados por lideranças políticas e religiosas. Dentro do período estabelecido como recorte temporal (1903-1928), foi possível verificar e comprovar a dinâmica do coronelismo na RCI. De tal modo, crê-se que as relações entre o poder local e o poder central revelam a ocorrência de variadas problemáticas ainda pouco estudadas, ao evidenciar que o sistema coronelista nas diversas regiões do estado apresentava uma dinâmica interna diferenciada em comparação ao todo.

Da mesma forma, as narrativas de caráter enaltecedor, que estabeleceram a imagem de um imigrante indiferente, sujeito às ações dos donos do poder, construíram mitos que silenciaram a História ao ocultar a heterogeneidade das comunidades de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Tem-se a percepção que esta pesquisa possibilitou o preenchimento de algumas lacunas historiográficas, referentes aos poucos estudos relacionados à temática até então existentes. Grande parte da documentação utilizada neste trabalho ainda não recebeu uma observação mais cuidadosa por parte dos pesquisadores, o que possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

Desta maneira, comprovam-se três mitos políticos e historiográficos acerca do tema: a existência de um colono uniforme e passivo, invariavelmente sujeito às ações dos poderosos, a não ocorrência de coronelismo na região (ou uma tênue ou tranquila experiência) e a

permanência do PRR como um bloco monolítico e fiel, obediente a Borges ou aos líderes locais nomeados por aquele.

A análise crítica exigida pela documentação, neste caso as cartas do Arquivo Borges de Medeiros, levou à consideração das relações estabelecidas do autor com o receptor da missiva, a quem ela se dirige. Assim, essas redes de sociabilidade permitiram avaliar o coronelismo através de relações situadas em espaço privado e refletidas no espaço público por meio da troca de favores, do clientelismo e do apadrinhamento que caracterizou o coronelismo no Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Longe de reproduzir a expressão mitológica e apologética em favor da etnia italiana, o trabalho procura mostrar a sociedade colonial em todas as suas contradições e interesses; não como símbolos de trabalho, de fé e de ordem, atributos decorrentes das tendências historiográficas laudatórias. Esta pesquisa pretende contribuir ao conjunto histórico da RCI, em especial àquelas análises que possam ater-se à análise do coronelismo e das relações de poder desenvolvidas, não apenas na RCI, mas em todo o Rio Grande do Sul.

As práticas clientelistas, longe de terem desaparecido com o coronelismo, ainda são, infelizmente, sustentáculos da sociedade brasileira atual. Não obstante, aparecem em todo tipo de relação de poder onde possam ser identificadas práticas de subserviência, na indistinção entre público e privado, no nepotismo, na troca de favores entre os três poderes, no corporativismo, na grilagem de terras públicas, no assistencialismo, nas políticas de parentela e na manutenção de uma casta de políticos profissionais, que primam pela impunidade, pela prepotência e pelo desrespeito à coisa pública.⁹⁸¹

Mesmo que o coronelismo tenha sido um sistema político historicamente datado, tendo seu auge durante a República Velha, como se viu ao longo do Capítulo 2, seu reflexo ainda é presente na política brasileira, especialmente em regiões e momentos onde o clientelismo político mostra toda a sua força. Exemplos não faltam na imprensa ou no *site* do Tribunal Superior Eleitoral.⁹⁸²

⁹⁸¹ “Hoje um jornal diário me chamou de coronel do cerrado. Fiquei orgulhoso. Sou mesmo do cerrado, mas não sou corrupto como eles o são. Não sou falido como eles o são. Sou coronel que ama o povo, que abranda a fome, que dá comida, dá leite para as crianças. Esse (jornal) que falou não merece respeito de ninguém dessa cidade. A Câmara vai propor um título para esse cidadão impuro”. In: *Jornal Correio Braziliense*, de 16 de setembro de 2002. Disponível em: <http://usuarios.multimania.es/antiroriz/antiroriz/article.php?sid=878>. Acesso em: 20/10/2010.

⁹⁸² *TSE mantém cassação de ex-prefeito de Pouso Novo (RS) por compra de votos*. Disponível em: <http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=948205>. Acesso em 22/10/10.

A permanência de antigas práticas e relações de poder personalistas na política brasileira são métodos que remontam às origens do pensamento político e do próprio sistema partidário nacional, de onde decorrem algumas das principais problemáticas que, ainda hoje, afligem a política da nação. Destacam-se, assim, as práticas clientelistas como estratégia política, usufruída tanto por aqueles detentores do poder, quanto por grande parte do eleitorado que, apenas por este meio, vislumbra alguma serventia no poder público, entendido este em uma concepção imediatista e utilitária imediata.

Ainda durante o período imperial, com a criação, em 1831, da Guarda Nacional, tem-se a base das práticas políticas que permaneceriam atuantes após a implantação do regime republicano, em 1889, e além. Aquela medida serviu para estreitar os laços entre o governo estatal e o poder privado do grande senhor de terras e de escravos, sustentáculo, então, da organização social nacional, que agia, praticamente, sem o controle do precário e distante poder estatal, atuando em seu nome como bem entendesse.

Desta maneira, origina-se o sistema coronelista, a predominar durante o período da República Velha, marcando não apenas a trajetória política e social do país, mas contribuindo para a formação de um duradouro imaginário simbólico brasileiro, refletindo-se em diversas formas culturais.

O sistema político coronelista possuiu variações em suas características e práticas, conforme a região onde se assentava, pois a atuação dos coronéis era intimamente dependente de suas relações com o poder estatal; variando as condições de atuação de ambos conforme as particularidades dos campos político e social das regiões em que tais práticas políticas se desenvolveram. O coronelismo caracterizou-se por relações dialéticas de poder, nas quais um Estado estruturalmente frágil não conseguiria manter-se se não delegasse poder e prestígio aos coronéis locais, ansiosos por legitimação estatal, controladores da base social, teia em que o clientelismo imperava.

Sendo o coronelismo um sistema de relações de poder entre atores políticos de força desigual (o coronel com o seu dependente, ou perante o líder estadual), com base em concessões envolvendo benefícios de caráter público (empregos, isenções fiscais, apoio político, etc.), não significa afirmar que tais relações são exclusivas do sistema coronelista. Esses fatores não ocorrem atualmente da mesma forma como na República Velha, porém não deixaram de existir.

O clientelismo, por sua vez, constitui uma forma de fazer política que caracterizou o coronelismo, mas que ainda se faz presente no sistema político brasileiro, variando de acordo com o tempo, especialmente em períodos eleitorais, mas ainda pontuando antigas práticas.⁹⁸³

O clientelismo compreende práticas políticas de caráter personalista, bem como de auxílio em troca de favores (o voto, por exemplo), que tendem a sobreviver e a adaptar-se por meio de vínculos de interesses. A transformação do voto em mercadoria, expressão característica do clientelismo, a relação de barganha entre o candidato/político, seu cabo eleitoral e, por fim, o eleitor, confere um caráter utilitário e de mercadoria ao voto. Segundo o cientista político Ricardo Caldas, da Universidade de Brasília, a prática de compra de votos continua sendo norma no Brasil.⁹⁸⁴

As práticas clientelistas, longe de terem desaparecido com o coronelismo, ainda são base de muitas relações de poder, especialmente devido à acentuada concentração da renda no Brasil. As bases do clientelismo devem ser buscadas na própria estrutura social brasileira e nas suas condições específicas de desenvolvimento e não apenas no passado coronelista. A desigualdade favorece o clientelismo político, o fisiologismo, o apadrinhamento, o aparelhamento da máquina estatal, a compra e venda de votos, a corrupção e o escasso compromisso com a ação pública.⁹⁸⁵ A cientista política Jacqueline Quaresemin Oliveira,

⁹⁸³ “Uma linha de montagem de voto de cabresto foi criada na reta final da campanha eleitoral em Murici, Alagoas, na casa da família do senador Renan Calheiros (PMDB), que disputa a reeleição. Pertencente à matriarca da família, Ivanilda, a residência é usada como central de clientelismo explícito, sob o comando do prefeito, Remi Calheiros, irmão de Renan. Na quinta-feira, um batalhão de mais de 100 pessoas estava em plena atividade de cabala de votos, divididas em brigadas, conforme a tarefa. O objetivo do esquema era o treinamento de eleitores para votar nos candidatos da família, em troca de favores, ajuda material e promessas. A maior das brigadas, com cerca de 30 pessoas, preenchia santinhos em profusão, sobre uma longa mesa de madeira na sala principal, com a cola a ser levada pelos eleitores à urna de votação. Em outra dependência, uma brigada menor, de umas dez pessoas mais instruídas, dava orientações aos eleitores sobre como votar na urna eletrônica. Enquanto isso, na cozinha, uma equipe preparava comida em imensas panelas para o pessoal de apoio e dezenas de eleitores que se acotovelavam em todas as dependências da casa - salas, varandas, quartos, pátio e quintal - à espera do “acordo”. Outro pelotão encarregava-se de trazer eleitores para a casa, numa robusta frota integrada por kombis, caminhonetes e veículos menores. Eram todos pobres da periferia da cidade e da zona rural, entre eles mulheres com filhos de colo. Alguns eram flagelados que perderam tudo nas enchentes do Rio Mundaú que varreram a região em junho”. In: *Portal de Notícias Bem Paraná*. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/index.php?n=159016&t=calheiros-cria-maquina-de-voto-de-cabresto>. Acesso em 20/10/2010.

⁹⁸⁴ “Cerca de 20% dos votos no Brasil são comprados. Isso só das pessoas que admitiram a prática. Acredito que haverá grandes lacunas na aplicação da lei este ano. E no interior, se antes tínhamos o coronelismo com a troca de votos por dentaduras e sapatos, agora temos o clientelismo, quando os votos são trocados por dinheiro e cargos”. In: *Site de Notícias R7*, de 10 de agosto de 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/mesmo-que-seja-questionada-na-justica-ficha-limpa-e-um-avanco-diz-lewandowski-20100810.html>. Acesso em 20/10/2010.

⁹⁸⁵ Assim, “parte das razões da sobrevivência do clientelismo, no Brasil recente, se liga a fatores derivados das condições sócio-políticas que afetam certas camadas das classes populares e que as inscrevem na situação de exclusão social e política. Seria essa situação a geradora de uma subcultura política particular e baseada,

explica que, de modo geral, o apadrinhamento serve para fortalecer grupos político-ideológicos e garantir a realização de projetos e interesses particulares.⁹⁸⁶

O clientelismo não se apresenta apenas no âmbito político-partidário ou eleitoral, mas em todo tipo de relação de poder em que possam ser identificadas práticas de subserviência, na indistinção entre o público e o privado, no nepotismo, na troca de favores entre os três poderes, no corporativismo, na grilagem de terras públicas, no assistencialismo, nas políticas de parentela, etc., que muitas vezes são encaradas como práticas normais e corriqueiras nos vários campos de atuação, como espaços sociais de relações de convívio e interação.

Para muitos políticos profissionais detentores de cargos de mando, a função pública se restringe unicamente a uma barganha, se resumindo ao oferecimento dos recursos públicos ao seu alcance, em troca de legitimação e apoio, utilizando, invariavelmente, destes recursos que deveriam zelar, para saciar a sua ânsia por permanência no poder.

Mesmo não existindo mais a política dos governadores de Campos Salles, a posse e utilização política de estações de rádio e de televisão, assim como jornais, por grupos familiares das elites políticas locais ou regionais, com concessões cedidas pelo governo federal, constitui aquilo que muitos pesquisadores intitularam de “coronelismo eletrônico”. Essas empresas jornalísticas, pertencentes às lideranças políticas regionais, obtêm publicidade oficial, desde que auxiliem o governo, em uma troca de favores em todos os níveis.

Quando se aproxima um período eleitoral, rapidamente os dois lados da relação, político e eleitor, projetam a possibilidade de satisfazer os seus desígnios, o candidato, o voto, naturalmente; o eleitor, por sua vez, a oportunidade ínfima de, a cada eleição, comprovar sua condição de cidadão-pedinte, em um modelo de democracia no qual a barganha e a troca de favores tornam-se uma constante, uma prática considerada normal e, até mesmo, incentivada.

Apesar de muitas práticas que caracterizavam o coronelismo ainda se apresentarem no atual contexto político brasileiro, o conceito de coronelismo é erroneamente vinculado às

principalmente, na valorização das relações pessoais, que empurraria membros daqueles setores para a entrada em vínculos de clientela”: LENARDÃO, Elcio. O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência. Araraquara: Tese de Doutorado em Sociologia/UNESP, 2006, p. 5.

⁹⁸⁶ “O apadrinhamento é uma prática que teve origem no coronelismo. Essa relação envolvia favores de toda natureza em troca de “proteção” e a “benção” do padrinho. É uma prática que pode comprometer a eficiência na prestação de serviço porque, muitas vezes, privilegia interesses particulares em vez dos públicos”. In: Site de Notícias R7, de 28 de agosto de 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/politicos-apostam-em-afilhados-para-se-manter-no-poder-20100828.html>. Acesso em 20/10/2010.

mesmas, pois o sistema coronelista deixou de existir. Contudo, através dessa forma arcaica de fazer política, se evidencia que as representações sobre o coronelismo e os coronéis permanecem vivas, assim como algumas de suas práticas autoritárias. Além dos aspectos de dominação política de certos setores sociais sobre outros, a análise do coronelismo deve ser pontuada pelas várias implicações sociais e econômicas, variáveis ao longo do processo histórico que formou a sociedade brasileira.

Durante a República Velha, a política dos governadores, criada pelo presidente Campos Salles, incorporou o sistema coronelismo ao sistema político nacional, no qual, resumidamente, o presidente apoiava os governadores dos estados e seus aliados e em contrapartida eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais, garantindo a permanência das oligarquias estaduais no poder. Ou seja, as oligarquias precisavam do presidente para manter-se no poder e obter benesses oriundas da esfera federal; e a presidência da República, por sua vez, para conseguir o apoio dos governadores na implementação de suas políticas, sustentava-se no coronelismo.

Hoje isso não ocorre. Não há mais um sistema em larga escala que aplique uma relação de troca de favores, como aquela da República Velha, que vá do eleitor em um distrito colonial, por exemplo, até o presidente da República. O coronelismo, como sistema político, está extinto. Contudo, relações de poder com algumas características do coronelismo ainda persistem. A partir de 1930, modificações na política brasileira (voto secreto, legislação eleitoral, por exemplo) e na sociedade (industrialização, urbanização, maior acesso aos meios de comunicação) fizeram com que as relações coronelistas tenham gradualmente se modificado, assim como os compromissos assumidos pelos agentes da relação.

Mesmo que algumas características do sistema coronelista perdurem até os dias atuais, como o mandonismo, o filhotismo, o nepotismo, o clientelismo, a compra de votos ou a indicação de cargos de confiança e empregos aos membros da família e correligionários, com a função de manter uma vasta rede clientelista que garanta o domínio da máquina estatal, continuamente utilizada para fins políticos; não são mais partes constituintes de um sistema político nacional, mas práticas arcaicas de fazer política ainda arraigadas nas relações de poder e no sistema partidário brasileiro.

A volatilidade do voto, por exemplo, decorre de um distanciamento dos cidadãos em relação aos partidos, que perderam credibilidade. Esse fenômeno tem explicação na descrença

do brasileiro em relação à política representativa, tendo em vista a constante onda de escândalos políticos, improbidades administrativas e revelações de práticas endêmicas de corrupção nos mais diversos setores da política nacional. Estará o mais importante instrumento democrático relegado a um plano secundário pelo cidadão, desiludido frente à tamanha promiscuidade em relação à coisa pública perpetrada por seus representantes nos mais diversos escalões da República?

Os fatos que dominam o cenário político são alarmantes, crescendo em gravidade, em abrangência, na ousadia e no descaramento. Nunca tantas autoridades foram envolvidas, evidências foram tão eloquentes, nem a mentira foi tão comum e a imoralidade tão evidente. A ética foi desprezada e a falência dos sistemas partidários e ideológicos provoca o ceticismo, a perplexidade, a desilusão e, pior ainda, o conformismo do cidadão brasileiro.

A influência determinante do poder econômico na condução daquilo que deveriam ser políticas públicas, sustenta uma casta que prima pela impunidade, pelo desrespeito à coisa pública e pela usurpação de bens públicos. A corrupção deteriora os serviços públicos. O desvio de recursos públicos não só prejudica os serviços prestados, como leva ao abandono obras indispensáveis à população. Ao mesmo tempo, a certeza da impunidade atrai a ganância e estimula o crime organizado, que pode evoluir de um tipo de delito a outro.

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei. Baseiam-se na existência de uma justiça independente, eficiente, e acessível a todos. Desdobram-se na garantia de ir e vir, de manifestar o pensamento, de organizar-se, da inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser condenado sem processo legal.

Como afirma José Murilo de Carvalho,⁹⁸⁷ é possível haver direitos civis sem direitos políticos, já o contrário torna-se inviável. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão na condução da sociedade, sendo seu exercício constituído na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado. Sendo assim, a principal forma de manifestação dos direitos políticos dá-se através do direito do voto.

Contudo, sem os direitos civis (principalmente a liberdade de opinião e de organização), os direitos políticos, em especial o voto, podem existir, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem mais para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos

⁹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4.ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo, que conferem legitimidade à organização política de uma sociedade.

Em relação aos direitos sociais, eles garantem a vida em sociedade, assegurando a participação na riqueza coletiva, ao incluir o direito à educação, ao trabalho, a um salário justo, à saúde e à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.

Os direitos sociais podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos, mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários, já que os direitos sociais permitem às sociedades reduzir os excessos de desigualdade e garantir um mínimo de bem-estar para a população. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social.

Muitas oligarquias sobreviveram à extinção do sistema coronelista, permanecendo seu poder e dominação em suas áreas de influência, acomodando-se conforme as mudanças do processo histórico, econômico e social, mantendo seu poder em nível local, regional ou estadual e servindo como um empecilho à concretização da democracia e da justiça social no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho: história e mitificação*. Porto Alegre: PUCRS, 1996.
- Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.
- ALMEIDA, Henrique Blaskesi. *Coronelismo e Justiça em Caxias do Sul*. In: *Revista AJURIS*. Porto Alegre: n. 91, ano XXX, setembro/2003, p. 331-343.
- ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. Mandado adoptar: livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896-1902). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História PUCRS, 2007.
- ALVES, Eliana Rela. Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995.
- ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Enrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.
- ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. In: *Revista BIBLOS*. Rio Grande: FURG, n. 7, 1995, p. 189-211.
- _____. O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 1998.
- _____. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. In: *Revista Comunicação e Política*, v.VI, n.1, jan.-abr./1999. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), p. 245-257.
- ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. *Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República*. João Pessoa: UFPB, 1985.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.
- ARRAES, Raimundo de Monte. *O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. *Coronelismo, cooptação e resistência: 1200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934*. In: AVANCINI, Elsa Gonçalves. (coord.). *Educação para crescer*. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação, Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993.

AVELINO Fº, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 38, março/1994, p. 225-240.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001.

_____. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: Evolução Histórica. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, 2001.

_____. *Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista*. In: *Revista Justiça e História*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1 e 2, 2001, p. 175-216.

_____. Revisitando "Os Donos do Poder" de Raymundo Faoro: uma abordagem historiográfica. In: *Revista AJURIS*. Porto Alegre: n. 81, T. 1, ano XXVI, março/2001, p. 357-369.

_____. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930)*. In: *Revista AJURIS*. Porto Alegre: n. 82, T. 1, ano XXVII, junho/2001, p. 319-349.

_____. Júlio de Castilhos e Maria Degolada: a Justiça nos espaços da memória gaúcha. In: *Revista AJURIS*. Porto Alegre: n. 85, T. 1, ano XXVII, março/2001, p. 451-464.

_____. Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul. In: *Revista Métis: história & cultura*, v. 1, n. 2, jul./dez./2002. Caxias do Sul: UCS, p. 33-52.

_____. Coronelismo Indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930). In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003, p. 277-293.

_____. *O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, v.4, n.8, 2004, p. 55-118.

_____. *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: A Prática Política no RS*. In: *Cadernos IHU Ideias*. São Leopoldo: UNISINOS, ano 2, n. 14, 2004. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1163187029.91pdf.pdf>. Acesso em 26/10/10.

AXT, Gunter et al. (org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

AZAMBUJA, Rudá Brandão. *Dr. Júlio Azambuja*. Rio de Janeiro: Canton & Reile, 1949.

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1975.
- BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Ciência Política/UFRGS, 2004.
- BACKES, Wunibaldo. *Santo Antônio da Patrulha nas memórias do Padre Wunibaldo*. Porto Alegre: EST, 1992.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus Eternos Intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua História*. Porto Alegre: EST, 1980.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Simões Editor, 1957.
- BARCELLOS, Vanessa Maria Dutra de. *O governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na região nordeste do estado (1898-1928)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1988.
- BARROS Fº, Clóvis de. *O habitus e o nada*. In: *Revista FAMECOS*. Porto Alegre: PUCRS, n. 17, abril/2002, p. 74-87.
- BARROS Fº, Clóvis & MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981.
- BATISTEL, Arlindo Itacir & COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comida e estórias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre & MOREIRA, Maria Eunice (orgs.). *Literatura e guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.
- BECKER, Gisele. *A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal Gazetinha: uma análise dos códigos sociais segundo a hipótese de agendamento: 1895-1897*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Comunicação Social/PUCRS, 2007.
- BENEDUZI, Luís Fernando. *A queda de um semideus: o mito do sacerdote na imigração italiana*. In: *Revista História Unisinos*. São Leopoldo, número especial, 2002, p. 41-55.
- _____. *Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005, p. 271-294.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2004.

_____. A árvore e a floresta: uma contribuição metodológica de Pierre Bourdieu acerca da História Regional. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 8, n. 2, inverno de 2003 (publicado em 2005), p. 125-145.

_____. *Escândalos Políticos, Borgismo e Coronelismo em Santa Maria*. In: *Revista Justiça e História*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, v. 5, n. 9, 2005, p. 129-188.

_____. O setor ferroviário em Santa Maria e suas conexões com o coronelismo durante o período borgista (1898-1928). In: *Revista Méti: História & Cultura*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, v. 3, n. 6 (jul./dez. 2004), p. 201-218 (publicado em 2005).

_____. *Borges de Medeiros e o impeachment do coronel-poeta*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 7, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 57-82. Disponível em: <http://www.rehb.ufjf.br/anteriores/v7n1/v7n1.htm>.

_____. Borgismo, coronelismo e dissidências políticas nas páginas dos jornais santamarienses. In: *Revista Biblos*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, n. 17, 2005, p. 165-180.

_____. *A Atuação de Coronéis Burocratas no Rio Grande do Sul da Primeira República*. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 51 (ago./2005), ano V. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51biavaschi.htm>

_____. O regional e o local no entendimento do coronelismo. In: *Ágora: Revista de História e Geografia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 11, n. 2, – jul./dez./2005 – p. 83-98.

_____. Coronelismo e conflitos políticos em Santa Maria (1889-1930). In: *Sociais e Humanas: Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, v. 19, n. 1, jan./jun. 2006, p. 61-77.

_____. O habitus coronelista na correspondência passiva de Borges de Medeiros (1898-1926). In: BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a História*. Porto Alegre: Palier, 2008, p. 71-86.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2004.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, p. 7-18.

_____. História Política: totalidade e imaginário. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, n. 17, p. 151-160.

BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 273-307.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980, p. 137-167.

_____. *Os Doxósofos*. In: THIOLENT, Michel (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980, p. 153-167.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 183-191.

_____. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1997.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Editora Zouk, 2002.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *O campo econômico*. In: *Revista Política & Sociedade*, Vol. 4, n. 6, abril/2005, p. 15-57. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>. Acesso em: 17/11/2010.

BOURDIEU, Pierre & EAGLETON, Terry. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-278.

BRANDALISE, Ernesto A. *Paróquia Santa Teresa - Cem Anos de Fé e História (1884-1984)*. Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRENTANO, Maria Lúcia Ribeiro. *Aspectos do coronelismo dos Ramos: reflexos na imprensa lageana (1928-1935)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1992.

BRITO, Gy Reis Gomes. *Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e Pelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)*. Montes Claros: Dissertação de Mestrado em História/UFMG, 2002.

BUBLITZ, Juliana. *A Eco-História da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Métis*. Caxias do Sul: EDUCS, v.3, n.6, 2004, p.179-200.

- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: clientelismo no nordeste*. Petrópolis: Vozes/CNPq, 1984.
- CABEDA, Corálio. *A noite do bambu*. In: *Revista Justiça e História*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, n. 3, v. 2, 2002.
- CABEDA, Rafael & COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. Corálio Cabeda, Gunter Axt & Ricardo Seelig (orgs.). Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- CAMMARCK, Paul. *O "coronelismo" e o "compromisso coronelista": uma crítica*. In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, n. 5, 1979, p. 1-20.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UnB, 1983.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- _____. *O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 12, n. 23/24, set.91/ago.92, p. 55-75.
- CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. *Coronéis eletrônicos, voto e censura prospectiva*. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis, v. 96, n. 4, 2002, p. 14-24.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo & LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF, 2005.
- CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História do Poder, História Política*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 23, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, junho de 1997, p. 123-141.
- CARDOSO, Fernando Henrique & MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). *Política & Sociedade*. V. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CARONE, Edgard. *Coronelismo: definição histórica e bibliográfica*. In: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: 11 (3), jul. /set. 1971, p. 85-92.
- _____. *A Primeira República (1889-1930)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CARVALHO, Daniela Valandro de. "Entre a solidariedade e a animosidade": os conflitos e as relações interétnicas populares Santa Maria (1885-1915). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Estudos de poder local no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 25/26, jul. 1968/jan. 1969, p. 231-248.

_____. Em louvor de Victor Nunes Leal. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980, p. 5-9.

_____. *Coronelismo*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984, p. 1598-1600.

_____. In Memoriam - Victor Nunes Leal (1914-1985). In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1985, p. 141-142.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Rui Barbosa e a Razão Clientelista. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, p. 83-117.

_____. *As metamorfoses do coronel*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 06 mai./2001. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf. Acesso em 31/03/2010.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHOS, Júlio de. *Pensamento político de Júlio de Castilhos* (Liana Bach Martins; Luís Antônio Costa da Silva; Gervásio Rodrigo Neves - orgs.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 164.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

_____. *O mundo como representação*. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 11, v. 5, maio/1991, p. 173-191.

_____. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.

_____. Pierre Bourdieu e a História (Debate com José Sérgio Leite Lopes). In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 4, março/2002, p. 139-182.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUL, Nasr Fayad (coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

- CHIAVENATO, Júlio. *Cangaço: a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CHIES, Guiomar. *Os poderes fazem História*. Caxias do Sul: Evangraf, 1999.
- Cinquentenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul 1875-1925. Porto Alegre: Globo, 1925.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- COHEN, Esther. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.
- _____. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: UPF, 1998.
- _____. Violência política e cisão no PRR de São Borja. In: Revista História Unisinos. São Leopoldo, v. 11, 2007, p. 84-90.
- COMTE, Auguste. *Os Pensadores*. V. 33. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianos no processo revolucionário*. In: FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: A revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 75-81.
- _____. *Italianos, maragatos e pica-paus*. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Volume 3. Porto Alegre: EST, 1996, p. 225-236.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; SIMÕES, Rodrigo Lemos. *Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXII, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, junho de 1996, p. 95-101.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; OSPITAL, Maria Silvia. *Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, 1999, p. 131-146.
- _____. *Italianidade(s): imigrantes no Brasil meridional*. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 67-82.
- _____. *Italiano na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- _____. *O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local?* In: *Revista História UNISINOS*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 8, n. 10, jul./dez. 2004, p. 157-178.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; RIBEIRO, Cleodes Piazza Julio (orgs.). *De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul*. In.: BARROS FILHO, Omar L. de; SEELIG, Ricardo

Vaz; BOJUNGA, Sylvia (orgs.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, p. 87-107.

_____. *O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. In: *Revista Veritas*. Porto Alegre: PUCRS, v. 41, n. 162, junho/1996, p. 207-220.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza & BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Passo Fundo: UPF, 2006.

CORSETTI, Berenice. *Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. Santa Maria: Tese de Doutorado em Educação/UFSM, 1998.

_____. O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: SBHE, 1999, p. 3. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 10/06/2010.

_____. *Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)*. In: *Cadernos de Educação*. Pelotas: Faculdade de Educação/UFPel, n. 31, julho/dezembro 2008, p. 55-69.

CORTE REAL, Victor Kraide. *Propaganda política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX*. In: *Nucom: Núcleo de Comunicação*. Limeira: Instituto Superior de Ciências Aplicadas, ano 4, n. 12, out./dez. 2007. Disponível em: http://www.iscafaculdades.com.br/nucom/PDF/ed12_artigo_victor.pdf.

CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

COSTA, Ana Maria Machado da. *O Apostolado Positivista e o Castilhismo na construção do Direito do Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2006.

COSTA, Rovílio (org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.

_____. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/UCS, 1986.

_____. *As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Rovílio; MOLON, Moacir Pedro; DE BONI, Luis Alberto (orgs.). *Os Capuchinhos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1996.

COSTA, Rovílio; BORGES, Stella; GARDELIN, Mário; BORTOLAZO, Paulo. *Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1997.

- COSTA, Rogério Haesbaert. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- COSTA, Sylvio e BRENER, Jayme. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. In: *Comunicação & Política*, vol. IV, n. 2, maio/agosto, p. 29-53.
- DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. *RS: cultura e ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- _____. *RS: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (orgs.). *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.
- DALL'ALBA, João Leonir (et al.). *História do povo de Ana Rech: distrito*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: 1896-1915*. Caxias do Sul: UCS, 1976.
- D'ARISBO, Daltro Souza. *Emigração italiana e os abruzzenses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1998.
- DAUMARD, Adeline et al. *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.
- DE BONI, Luís Alberto & COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1982.
- DE BONI, Luís Alberto (org.). *A Itália e o Rio Grande do Sul*. Volume IV. Porto Alegre: EST, 1983.
- _____. (org.). *A presença italiana no Brasil*. 3 Volumes. Porto Alegre: EST, 1996.
- DEBRUN, Michel. *O fato político*. Rio de Janeiro: FGV, 1962.
- DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- DE PARIS, Assunta (coord.). *A trajetória do comércio de Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: CDL, Sindilojas, 1997.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. *A dinâmica estrutural do campo religioso: alguns dados empíricos*. In: *Revista Veritas*. Porto Alegre: PUCRS, v. 41, n. 162, junho/1996, p. 249-260.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. "Antonio Chimango no limiar da velhice": Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros (1930-1934). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

DIAS, Marcelo Henrique. O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino: sistema viário, ação política e a dinâmica dos intercâmbios extrafronteiriços - 1898-1930. In: Revista Estudos Leopoldenses - Série História, v. 3, n.1. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 79-101.

DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha: História da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul*. Capítulo 86, v. 3. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha”, 1993, p. 552-568.

DIDONET, Zilah. O positivismo e a Constituição Rio-grandense de 14 de julho de 1891. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1977.

_____. O positivismo social e político no Rio Grande do Sul. In: Revista do CCSH, n. 4. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1980, p. 371-382.

DILL, Aidê Campello. *Diretrizes educacionais do governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1984.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.

DINNEBIER, Débora. Júlio de Castilhos e a Igreja Positivista do Brasil: aproximações e divergências (1879-1963). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2004.

DREHER, Martin. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

DUARTE, Eduardo. Síntese Histórica de Veranópolis: efemérides político-sociais, administrativo-religiosas. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1958.

DUCATTI, Antônio Neto. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: EST. Caxias do Sul; UCS, 1979.

EAGLETON, Terry. *De Adorno a Bourdieu*. In: *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 115-142.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

ELMIR, Cláudio Pereira. Olhares sobre si e o outro: as várias faces do coronelismo. In: ELMIR, Cláudio Pereira; KÜHN, Fábio & SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Três leituras na história do Rio Grande do Sul: anarquismo, coronelismo e atitudes religiosas. In: Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, n. 8, dezembro/1993, p. 24-49.

_____. *Cartas ao Coronel: A Construção da Dependência de sua Legitimação Pelos Subalternos*. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História do ICHS/UFMT, v. 2, n. 2, Jul./Dez. 2009, p. 249-266.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. A formação dos sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul durante a primeira fase do governo Borges de Medeiros (1905-1909): limites e possibilidades de um projeto inacabado. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1992.

ESCOBAR, Wenceslau. *30 Anos de Ditadura Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n. 2, dezembro/1998, p. 269-289.

ESPÍRITO SANTO, Miguel F. do. *Castilhismo, capitalismo e obstrução da barra*. In: ALVES, F.das N. & TORRES, L.H (org.): *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1994, p. 69-135.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História/UFPR, 1977.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 15, novembro/2000, p. 49-65.

FARINA, Geraldo. *História de Nova Prata*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

_____. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, T. 3. O Brasil Republicano. V. 2. Sociedade e instituições (1889-1930). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 401-427.

_____. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Relatório final de pesquisa/CNPq. Porto Alegre, março de 1992.

_____. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, vol. 28, n. 127. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1992, p. 67-85.

_____. Religião e política: os teuto-brasileiros e o PRR. In: MAUCH, C. & VASCONCELLOS, N. (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 76-85.

_____. A Sistemática da Distribuição Regional do Poder no Rio Grande do Sul. In: *Revista Estudos Leopoldenses*, v. 32, n. 146. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996, p. 89-99.

_____. *A Fabricação do Carisma: A Construção Mítico-Heroica na Memória Republicana Gaúcha*. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio Pereira (orgs.). *Mitos e Heróis*:

Construção de Imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 141-160.

_____. *A chacina de Nonohay e a instalação da Comarca de Palmeira*. In: *Revista AJURIS*. Porto Alegre: n. 76, ano XXVI, dezembro/1999, p. 443-449.

FERREIRA F^o, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1973.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova "velha história": o retorno da história política*. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992, v. 5, n. 10, p. 265-271.

_____. *A Reação Republicana e a crise dos anos 20*. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

FERREIRA, Mariluci Melo. *Tramas de poder: disputas políticas nos Campos de Cima da Serra/RS (1850-1880)*. Passo Fundo: Dissertação de Mestrado em História/UPF, 2002.

FERRER, Tânia Rodrigues. *Candiota: de luzes e cinzas*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1998.

FONSECA, Pedro. *RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas*. In: *Ensaio FEE*, n.14. Porto Alegre, 1993, p. 410-421.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias-v. 1: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

_____. *Memórias-v. 2: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FORTINI, Archymedes. *O 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1952.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campinas: Tese de Doutorado em História/UNICAMP, 2000.

FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou... ou a Epopeia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943.

FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da revolução de 1893*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*, 5ª Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1962, p.193-216.

_____. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

_____. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

_____. (introdução e notas). *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996.

_____. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. *O despertar político da região colonial italiana*. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 1024-1027.

_____. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. In: *Revista Métiis: história & cultura*, v. 1, n. 2, jul./dez./2002. Caxias do Sul: UCS, p. 129-137.

_____. A gestão política interna do PRR ao tempo de Borges de Medeiros. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano 84, n. 139, dezembro de 2004, p. 155-160.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Porto Alegre: Movimento; Caxias do Sul: UCS, 1975.

GARDELIN, Mário. *A região colonial italiana no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Veritas*. Porto Alegre, PUCRS, ano XVIII, n. 71, setembro de 1973, p. 270-281.

_____. *Para a História da CIC*. Caxias do Sul: Câmara da Indústria e Comércio, 1978.

_____. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores: 1892-1950*. Porto Alegre: EST, 1993.

GASTAL, Maria Helena Lamego; TIRAN, Zonilde Libera; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Problemas do catolicismo italiano no Rio Grande do Sul*. In: *Revista Veritas*. Porto Alegre, PUCRS, ano XXVI, n. 103, setembro de 1981, p. 328-348.

GELATTI, Roque. *Casca: ontem hoje sempre*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1985.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.

GERTZ, René (org.). *Logos - Revista de divulgação Científica*. Canoas: ULBRA, ano 11, n. 1 (Especial sobre História Política), maio de 1999.

_____. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

GHIGGI, Lisete. *História da Imprensa de Veranópolis*. São Leopoldo: Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo/UNISINOS, novembro de 1980.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

_____. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: Um Conceito Controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

_____. Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOUBERT, Pierre. *História Local*. In: *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia: COCHI/UFU, 1992, n.6, p.45-57.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no estado do Paraná: 1880-1930*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFPR, 2004.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *A história política no campo da história cultural*. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 3, n. 1, verão de 1998.

GRAEBIN, Cleusa & LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Ciência Política/UFRGS, 1998.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, 1995.

GUAZZELLI, César; PETERSEN, Sílvia; SCHMIDT, Benito & XAVIER, Regina (orgs.). *Questões de teoria e metodologia*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A revolução federalista em Cima da Serra: 1892-1895*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

GUZINSKI, Maria Aparecida Magnante. *Política social para o idoso carente no governo Borges de Medeiros: 1898-1928*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995.

GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008.

HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local (1945-1965)*. Chapecó: Argos, 2000.

HEINZ, Flávio (tradução). Gente com história, gente sem história. Diálogo entre Pierre Bourdieu e Rogier Chartier. In: Revista História UNISINOS. São Leopoldo: UNISINOS, v. 10, n. 1, jan./abr. 2006, p. 90-98.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, n. 58, 2009, p. 263-289.

HENRICHES, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Processo de industrialização da zona italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti & MACHADO, Maria Abel. *Câmara de Comércio e Indústria de Caxias do Sul: cem anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Hércules Galló: vida e obra de um empreendedor*. Porto Alegre: EST, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da maçonaria ao positivismo. In: História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 289-305.

HORTA, Raul Machado. A posição do município no Direito Constitucional Federal Brasileiro. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n. 55, julho/1982, p. 197-221.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Imigração italiana: estudos. Caxias do Sul: UCS, 1979.

IOTTI, Luiza Horn. O Olhar do Poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-196.

JUVENAL, Amaro (Ramiro Barcelos). *Antonio Chimango: poemeto campestre*. 25. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

KARAM, Elaine Maria Consoli. Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST, 1997.

KIELING, Camila Garcia. *Entre a lança e a prensa: conhecimento e realidade no discurso do jornal O Povo (1838 - 1840)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Comunicação Social/PUCRS, 2010.

KLIEMANN, Luiza. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de "ordem e progresso". In: Revista Estudos Ibero-Americanos, v. III, n.2. Porto Alegre: PUCRS, 1977, p. 159-250.

KRAUSE, Silvana. Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

LANGARO, Cristiane Cauduro. Quotidiano e relações inter-pessoais segundo a documentação judiciária. Caxias do Sul: 1930-1945. Passo Fundo: Dissertação de Mestrado em História/UPF, 2005.

LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. Pobres construtores de riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. O coronelismo e o coronelismo de cada um. In: Dados - Revista de Ciências Sociais e Humanas. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980, p. 11-14.

LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEFORT, Claude. Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6 ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LENARDÃO, Elsio. O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência. Araraquara: Tese de Doutorado em Sociologia/UNESP, 2006.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LESSA, Barbosa. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

LIBERALI, Ricardo Domingos. *Togno Brusafрати*. Porto Alegre: EST, 1981.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994.

LOPES, Luiz Roberto. *A República dos senhores*. In: Revista Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, n. 25, 1999, p. 23-32.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

_____. Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, T. 3. O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 99-122.

_____. A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LUCHESE, Terciane Ângela. Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves - 1875 a 1889. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

LUCHESE, Terciane Ângela & KREUTZ, Lucio. Memórias (auto)biográficas de docentes da Região Colonial Italiana do RS: o caso de Alice Gasperin e Elvira Dendena. In: Revista Educação Unisinos. São Leopoldo: UNISINOS, vol. 14, n. 1, janeiro/abril 2010, p. 44-51.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2009.

MACHADO, Maria Abel. Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul (1900-1950). Caxias do Sul: Maneco, 1998.

_____. Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul 1875-1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001.

_____. Empresários na busca do poder político: acordos e conflitos: Caxias do Sul, 1894-1935. In: Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: FEE, agosto de 2000. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s6a3.pdf>. Acesso em 17/08/2010.

MACIEL, Laury. O ideário positivista e sansimoniano de Castilhos, Borges e Vargas. In: Revista Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, n. 13, 1993, p. 123-126.

MAESTRI, Mário. Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914). 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1993.

MALFATTI, Selvino Antonio. *Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Pallotti, 1988.

MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MARIN, Jérri Roberto. *Ora et labora: o projeto de restauração católica na ex-colônia de Silveira Martins*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1993.

_____. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins. In: Revista Imaginário. São Paulo: USP, vol. 13, n. 14, 2007, p. 167-197.

MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1979.

MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MARTINEZ, Paulo. *Política: ciência, vivência e trapaça*. São Paulo: Moderna, 1990.

MARTINS FILHO, Amilcar. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, 1984, p. 175-197.

MARTINS, Maria Helena. A Agonia do Heroísmo (Contexto e Trajetória de Antônio Chimango). Porto Alegre: UFRGS/L&PM, 1980.

MERG, Camila Ventura. *Coronelismo e Justiça em Santa Maria*. In: Revista AJURIS. Porto Alegre, n. 86, ano XXVII, T. 1, junho/2002, p. 318-328.

MERGEL, Thomas. *Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política*. In: *Geschichte und Gesellschaft*. Göttingen, Alemanha: Editora Vandenhoeck & Ruprecht, ano 28, n. 4, 2002, p. 574-606 (tradução de René Gertz).

MERTZ, Marli. *A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930*. Porto Alegre: Ensaios FEE [Online] 12:2, 1991. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1456/1820>. Acesso em 26/10/2010, p. 422-444.

MIGOT, Aldo Francisco. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa: Prefeitura Municipal; Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

MIRANDA, Luciano. *Pierre Bourdieu e o campo da comunicação*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Comunicação Social/UFRGS, 2000.

MOLON, Floriano. *Otávio Rocha: cem anos de vida colonial*. Porto Alegre: EST, 1982.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

MORAES, Regina Colman de (org.). *Togno Brusafрати: Tonho queima-grades*. Porto Alegre: EST, 1997.

MOREIRA, Maria Eunice & BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (orgs.). *Literatura e Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

MOROSINI, Marília Costa. Imigrantes italianos “que deram certo” em Porto Alegre e a esfera do trabalho: subsídios para estudo. In: Revista Veritas. Porto Alegre: PUCRS, v. 32, n. 127, setembro/1987, p. 365-373.

- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MOTTA, José do Patrocínio. *República fratricida: revoluções rio-grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- NASCIMENTO, Roberto do. *Campo dos Bugres - Sede Dante: a formação urbana de Caxias do Sul (1876-1884)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2009.
- NETTO, Campos. *O cavaliere Aristides Germani*. Porto Alegre: EST, 1978.
- NICOLOSO, Liziane. *Estagnação e decadência da colonização de Silveira Martins*. Santa Maria: Monografia de Especialização em História/UFSM, s.d.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- PAIM, Antônio (introdução e notas). *A filosofia política positivista, volumes I e II*. Rio de Janeiro: Documentário: PUCRJ: CFC, 1979.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA, Antônio Baptista. *Pela redenção do Rio Grande: Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.
- PEREIRA, Maristela Silva. *Os corpos provisórios da Brigada Militar: seus aspectos sociais e utilitários (1923-1927)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1993.
- _____. Um estudo sobre a participação dos coronéis borgistas nos conflitos armados da República Velha Rio-Grandense. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, vol. XX, n. 2. Porto Alegre: PUCRS, 1994, p. 27-43.
- PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1994.
- PERISSINOTTO, Renato. *História, sociologia e análise do poder*. In: *Revista História Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 11, n.3, Setembro/Dezembro 2007, p. 313-320.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- _____. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Os industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- _____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, 1995, p. 9-27.
- _____. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.
- PESAVENTO, Sandra (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000
- _____. Narrativas imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- PETRIK, Manuel. *O duelo verbal: um estudo sobre o polemista no jornalismo*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Comunicação Social/PUCRS, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINTO, Aureliano de Figueiredo. *Memórias do coronel Falcão*. 3. ed. Porto Alegre: Movimento, 1986.
- PINTO, Celi. O Positivismo do Partido Republicano Rio-grandense na República Velha: uma manifestação do discurso positivista latino-americano. In: Revista Estudos Ibero-Americanos, v. VIII, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, junho/1982, p. 33-45.
- _____. Positivismo: Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.
- _____. *O poder e o político na teoria dos campos*. In: Revista *Véritas*. Porto Alegre: PUCRS, v. 41, n. 162, junho/1996, p. 221-227.
- PISTOIA, Cristiane Debus. *Violência física, material e moral no Rio Grande do Sul: 1889-1920*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2009.
- PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil - da Colônia à Quinta República*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.
- POSSAMAI, Paulo César. *Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945)*. São Paulo: Revista de História/USP, n. 141, dezembro de 1999, p. 75-90.
- _____. “O sepulcro do pudor”: o combate aos bailes e a imposição de uma moral monacal pelos missionários aos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: Revista *Métis*. Caxias do Sul: UCS, v.2, n.4, jul./dez./2003, p. 247-262.
- _____. Os trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1919). In: Revista *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v. 5, n. 1, julho/2004, p. 98-115.
- _____. “Dall’Italia siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto & GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. 3 - O Brasil Republicano. 10.V. Estrutura de poder e economia. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 155-190.

QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz. A Questão Social no Rio Grande do Sul: Positivismo, Borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. In: *Revista Mundos do Trabalho - Publicação Eletrônica Semestral do GT "Mundos do Trabalho" - ANPUH*. v. 1, n. 1, janeiro-junho/2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/6188/9169>. Acesso: 14/08/2010.

RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no litoral norte do RS (1882-1895)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1990.

_____. Júlio de Castilhos e o PRR: da oposição ao governo. In: IHU On Line: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, ano 3, n. 79, 13 de outubro de 2003, p. 44-47.

RANGEL, Carlos. *Crime e Castigo: Conflitos Políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

REICHEL, Heloisa Jochims. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910 a 1930*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVERBEL, Carlos. *Tendências do jornalismo gaúcho*. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense – Segunda Série – v. 2*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia: Universidade do Rio Grande do Sul, 1957, p. 101-124.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RIOS, Angélica de Medeiros. *Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2001.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. *Para um conceito de política*. In: *Cadernos de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v. 6, n. 9, agosto de 1999, p. 11-20.

RODRIGUES, Antônio; FALCON, Francisco; NEVES, Margarida. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.

RODRIGUES, Carlos Henrique Machado. A indústria vinícola gaúcha e o capitalismo: um universo de luta e sobrevivência. In: *Revista Ciências e Letras*. Porto Alegre: FAPA, n. 41, jan./jun. 2007, p. 101-118.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *História regional e local: problemas teóricos e práticos*. In: *Revista História e Perspectiva*. Uberlândia, n. 16/17, jan./dez.1997, p.149-164.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma Filosofia da República*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.

_____. O Castilhismo - O Trabalhismo após 30. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro - unidade VII e VIII*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. “Antônio Chimango” e a Ditadura Castilhista. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, n. 40, junho/1994, p. 21-32.

_____. Getúlio Vargas, o Castilhismo e o Estado Novo. In: *Revista Carta Mensal*, Rio de Janeiro, n. 43, fevereiro/1998, p. 33-56.

Roque Callage (1886-1931): Uma Época do Rio Grande: Antologia. Porto Alegre: Callage & Filhos e Relatório Serviços de Marketing, 1997/98.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. “A Federação” e o processo político-ideológico rio-grandense (1884-1937). In: *Comunicação & Cultura*, n. 1. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1984, p. 12-21.

_____. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis – um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: UFPE, 1974.

SAES, Décio. Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação. In: *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998, p. 71-113.

SABBATINI, Mario. *La Regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul*. Firenze: Cultura Cooperativa Editrice, 1975.

SANMARTIN, Olyntho. A Propaganda Republicana e a Proclamação da República. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*, v. 1. Canoas, Ed. Regional, 1956, p. 283-303.

SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Caxias do Sul: Ediuacs, 1986.

SANTIN, Silvino & ISAIA, Antonio. *Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Miriam de Oliveira & ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. In: *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*. Niterói: Ed. UFF, n. 27, 2.sem./2009, p. 21-41.

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. *Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito*. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.) . *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, v.1, p. 77-101.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. Representação e cooptação política no Brasil. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 9, 1970, p. 9-41.

_____. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Atualidade de Raymundo Faoro. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003, p. 207-213.

SEFFNER, Fernando. Presença das Ideias Positivistas nas “Histórias de Municípios” no Rio Grande do Sul: uma tentativa preliminar de mapeamento e análise. In: *Revista Ciências e Letras*. n. 18. Porto Alegre: FAPA, 1997, p. 143-162.

SENNA, Adriana Kivanski de. *As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa rio-grandina: 1889-1916*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2006.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVERO, José Antônio. *Os senhores da guerra*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, Juremir Machado da. *Pierre Bourdieu: os mandamentos do intelectual*. In: *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n. 10, junho/1999, p. 7-16.

SILVA, Lúcia Silva e. *Uruguaiana e os coronéis*. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2001.

SILVA, Márcio Antônio Both da. Notas sobre a Revolução Federalista: o Norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895. In: *Usos do Passado - XII Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: ANPUHRJ, 2006. Disponível em:

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marcio%20Antonio%20Both%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 26/10/2010.

SILVA, Marcos A. da (org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1979.

SILVA Jr., Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2004.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. *O Positivismo Castilhistas e o Exército: identidade e contradição*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFRGS, 1989.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 345-390.

SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. 2. ed. Porto Alegre, IEL, 1996.

_____. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/AGE, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOSA, Derocina Alves Campos. *História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/PUCRS, 2005.

SOUSA, João Morais. *Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local*. Recife: Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, v. 11, pp. 321-335, 1995. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/sociologia/souza2.pdf>. Acesso em 22/10/2006.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração e 4ª colônia: Nova Palma e Padre Luizinho*. Santa Maria: UFSM, s.d.

STADNIK, Célia. A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com meios de comunicação de massa no Brasil. Porto Alegre: Monografia de Conclusão do Curso de Jornalismo/FAMECOS/PUCRS, 1991.

STOLTZ, Roger. *Cartas de Imigrantes*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

STORMOWSKI, Márcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2005.

STREIT, Isléia Rössler: Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço: Saldanha Marinho (1899-1930). Passo Fundo: Dissertação de Mestrado em História/UPF, 2003.

SULIANI, Antônio (org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

SZATKOSK, Elenice & LUFT, Celito Urbano. *Frederico Westphalen: comissão de terras e coronelismo*. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1996.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional*. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, ano 12, n. 1, 1991, p. 265-271.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). *Gaúchos e Paulistas: Dez Escritos de História Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TÉTARD, Philippe. *A história política*. In: *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 125-139.

THÉRY, Henry. *Os grupos sociais: forças vivas?* Lisboa: Sampedro, s.d.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

TIMM, Octacílio & GONZALEZ, Eugênio. *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s.e., 1934.

TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do século XIX e início do século XX)*. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2008.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TORNQUIST, Helena Heloisa Fava. *A crise do patriarcado rural nas memórias do coronel Falcão*. In: *Revista Ciências e Letras*. Porto Alegre: FAPA, n. 7, 1986, p. 93-111.

TORRONTEGUY, Teófilo. *O Partido Republicano Democrático: Texto e Pretexto de uma Dissidência Liberal*. In: *Revista Sociais e Humanas*, v. 7, n. 2. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1992, p. 47-64.

TRINDADE, Hélió. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

TRINDADE, Hélió (org.). *O positivismo: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALDUGA, Gustavo. “Paz, Itália, Jesus”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007.

VANNINI, Ismael Antônio. História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/PUCRS, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. *Justiça e relações de poder em São Gabriel*. In: *Revista AJURIS*. Porto Alegre, n. 87, ano XXIX, T. 1, setembro/2002, p. 321-348.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. *A Invenção do Coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, 1995.

VENDRAME, Máira Ines. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2007.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et all. *A pesquisa em História*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, Região e Poder: A busca de Interfaces metodológicas*. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, jan./jun. 1997, p. 84-97.

VIZENTINI, Paulo. *O Rio Grande do Sul e a política nacional: as oposições civis na crise dos anos 20 e na revolução de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

_____. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

WAINBERG, Jacques; CAMPOS, Jorge; BEHS, Edelberto. *Polemista, o personagem esquecido do jornalismo*. In: *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, v. XXV, n. 1, 2002, p. 47-68.

_____. *Línguas ferinas: um estudo sobre a polêmica e os polemistas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História nacional, história regional*. In: *Revista Estudos Brasileiros*, n. 3. Curitiba: UFPR, 1977, p. 29-34.

WITT, Marcos Antonio. Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães (1840-1889). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2001.

ZAGONEL, Carlos Albino. *A igreja e a imigração italiana*. Porto Alegre: La Salle, 1975.

ZANGHELINI, Laércio Jorge. A construção dos mitos no passado e no presente. In: Revista Mundo Jovem. Porto Alegre, 2001, p. 2.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana*. In: *Revista Mana*. Rio de Janeiro: vol. 13, n.2, Outubro/2007, p. 521-547.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUCSP, n. 4, junho/1985, p. 89-102.